



GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

TARSO GENRO

*MENSAGEM
À
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA*

PORTO ALEGRE

FEVEREIRO DE 2012

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

GOVERNADOR DO ESTADO
Tarso Fernando Herz Genro

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO
Jorge Alberto Duarte Grill

SECRETÁRIO CHEFE DA CASA CIVIL
Carlos Pestana Neto

SECRETÁRIO CHEFE DA CASA MILITAR
Cel. Leandro Ribeiro Fonseca

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO
Carlos Henrique Kaipper

SECRETÁRIO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ
João Constantino Pavani Motta

SECRETÁRIA-GERAL DE GOVERNO
Leonilse Fracasso Guimarães

SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO INVESTIMENTO
Mauro Knijnik

SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
Marcelo Tuerlinckx Danéris

SECRETÁRIA DE ESTADO DE COMUNICAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL
Vera Maria Spolidoro de Cuadrado

SECRETÁRIO DO GABINETE DOS PREFEITOS E RELAÇÕES FEDERATIVAS
Afonso Antunes Motta

SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
José Clóvis de Azevedo

SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE
Ciro Carlos Enerim Simoni

SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA
Luiz Antônio de Assis Brasil e Silva

SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
Airton Aloisio Michels

SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA
Odir Alberto Pinheiro Tonollier

SECRETÁRIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS
Stela Beatriz Farias Lopes

SECRETÁRIO DE ESTADO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E APOIO
À MICRO E PEQUENA EMPRESA
Maurício Alexandre Dziedricki

SECRETÁRIO DE ESTADO DE HABITAÇÃO E SANEAMENTO
Marcel Martins Frison

SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS
Fabiano Pereira

SECRETÁRIO DE ESTADO DO TRABALHO E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Luís Augusto Barcellos Lara

SECRETÁRIA DE ESTADO DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
Márcia Elisângela Américo Santana

SECRETÁRIA DE ESTADO DO TURISMO
Dilce Abigail Rodrigues Pereira

SECRETÁRIO DE ESTADO DO ESPORTE E DO LAZER
Kalil Sehbe Neto

SECRETÁRIO DE ESTADO DE OBRAS PÚBLICAS, IRRIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
URBANO
Luiz Carlos Ghiorzzi Busato

SECRETÁRIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
Jussara Rosa Cony

SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E AGRONEGÓCIO
Luiz Fernando Mainardi

SECRETÁRIO DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO RURAL, PESCA E COOPERATIVISMO
Ivar Pavan

SECRETÁRIO DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
Luiz Roberto de Albuquerque

SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIÊNCIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO
Cleber Cristiano Prodanov

APRESENTAÇÃO

Esta Mensagem à Assembleia Legislativa obedece ao disposto no artigo 82, inciso IX da Constituição Estadual, que atribui ao Governador do Estado a oportunidade de “expor em mensagem que remeterá à Assembleia Legislativa por ocasião da sessão anual, a situação do Estado e os planos de Governo”.

O ano de 2011 foi marcado pela retomada do desenvolvimento no Rio Grande do Sul, pela articulação plena do Governo Estadual com o projeto nacional de desenvolvimento, em um ambiente de diálogo e respeito. É fundamental a qualificação constante das relações entre o Executivo Estadual e as instituições que compõem os Poderes, tanto no nível estadual quanto dos demais entes federados e forças políticas, e, em especial, com o Poder Legislativo estadual. O número de leis aprovadas e publicadas em 2011 demonstra a intensidade do trabalho em conjunto com o Legislativo.

Foi também um ano de intensa relação com a sociedade civil e com a cidadania, através da implantação e aprimoramento de diversos mecanismos de participação popular e cidadã. A implantação de mecanismos de debate e aconselhamento como o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o PPA Participativo 2012-2015, a votação das Prioridades Orçamentárias para 2012, os vários mecanismos de diálogo do Gabinete Digital, da Sala do Investidor e da Sala de Gestão – espaço privilegiado do monitoramento dos projetos estratégicos e da promoção da ação transversal e construção de redes de governança – são exemplos de compromisso com o estímulo à gestão participativa e eficiente.

O estímulo à participação cidadã combina formas presenciais com as tecnologias digitais e a busca da equidade regional, através das Interiorizações de Governo, dos Encontros para o Desenvolvimento, de Audiências Coletivas, dos Diálogos CDES, das Prioridades Orçamentárias para 2012 e do Programa de Combate às Desigualdades Regionais, mecanismos descritos ao longo desta Mensagem.

O ano de 2011 foi um ano positivo na economia do Rio Grande do Sul. O importante crescimento verificado (5,7 % do PIB) foi acompanhado por comportamento positivo do emprego e da renda. O PIB *per capita* atingiu o significativo aumento de 5,2 %, mais do que o dobro da média nacional. O índice de desemprego foi o menor já registrado pela Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre para o período janeiro/novembro. Aliada aos mecanismos federais de redução das desigualdades e aumento da renda, a valorização do mecanismo do salário mínimo regional qualifica o crescimento econômico em curso.

Há importantes empreendimentos em andamento em todo o Estado, com destaque para o Polo Naval de Rio Grande. Este documento detalha a

perspectiva de investimento em setores da indústria da ordem de R\$ 15 bilhões para o período próximo. A remodelação da política estadual de desenvolvimento econômico marcou 2011. São diversas as inovações institucionais e ações descritas nesta Mensagem que buscam integrar diversos esforços para o apoio ao desenvolvimento econômico, no campo e na cidade. Entre estes estão a implantação do Sistema de Desenvolvimento Econômico; o encaminhamento positivo para a Área de Guaíba; os programas de financiamento produtivo (incluindo o Programa Gaúcho de Microcrédito); o Plano Safra Estadual; as ações de qualificação da produção agropecuária; a remodelação dos mecanismos de incentivo e ações de atração de investimentos; as melhorias no processo de gestão e licenciamento ambiental; os programas de incentivo à inovação e à produção intensiva em conhecimento sintetizados no conceito do RS Tecnópole; o fortalecimento dos APLs e das cadeias produtivas; os programas de fortalecimento da agricultura familiar; e os investimentos na captação, irrigação e oferta de água. Ainda se destacam as ações de integração internacional e regional no MERCOSUL e na América Latina; de apoio à realização da Copa do Mundo 2014, de infraestrutura de comunicação digital; de geração de energia eólica; de qualificação da oferta turística; de promoção do esporte; e de estímulo ao cooperativismo, à economia solidária e aos assentamentos rurais.

O compromisso com o combate à pobreza extrema é outro ponto de convergência programática com o projeto nacional de desenvolvimento que marcou o ano de 2011. O Programa RS Mais Igual articula a ação de vários órgãos das áreas de desenvolvimento social, qualificação profissional e fomento à ocupação e emprego e, em especial, dos municípios visando à superação da condição de pobreza de milhares de gaúchos. Os três pilares desse objetivo são a transferência de renda (complementada pelo Governo Estadual), o acesso a serviços públicos e geração de oportunidades e inclusão produtiva. Esses esforços são complementares a outros como os de fomento à economia popular e solidária, ao atendimento a grupos específicos como quilombolas ou indígenas, bem como à expansão das ações habitacionais, entre as quais a constituição do Banco de Terras Públicas do Estado.

A agenda de promoção de direitos – com equidade de gênero –, da paz e da diversidade soma-se às políticas de proteção e inclusão social. A Política para as Mulheres (efetivação de direitos, autonomia e combate à violência), as ações de mobilização pela segurança no trânsito, as ações de mitigação dos efeitos de eventos adversos (como estiagem e enchentes), as ações de inclusão digital, a melhoria do processo de ressocialização dos jovens que cumprem medidas socioeducativas ou que vivem em áreas conflagradas e a proteção específica a diversos grupos sociais qualificam a agenda implantada.

O compromisso com o aumento do investimento público é outra marca das ações governamentais em 2011. Para isso, a integração

federativa foi fundamental, em especial com o Governo Federal, em torno do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 1 e 2). São emblemáticas as ações relativas à mobilidade na Região Metropolitana de Porto Alegre, como a implantação da linha II do metrô – nova linha de trem metropolitano –, de corredores urbanos em várias cidades, a confirmação do compromisso com obras rodoviárias fundamentais, como duplicação de rodovias, da nova ponte sobre o Guaíba, de obras nas áreas de saneamento básico, irrigação, oferta de água, entre outras. Em todo o relatório, a busca de integração com as ações do Governo Federal é uma constante, em especial na expansão e qualificação das infraestruturas econômica e social, como a viabilização da Sala Sinfônica da OSPA. Outros exemplos são os investimentos no Porto do Rio Grande, na expansão do Polo Naval, em melhoria de modais de transporte como o hidroviário.

Para equacionar o compromisso com o aumento do investimento e as limitações de ordem fiscal – além de aprimorar os mecanismos ligados à gestão da receita e da despesa e do equacionamento da questão da previdência estadual – o Governo Estadual tem a iniciativa de buscar recursos via financiamentos. Foram captados R\$ 233,7 milhões por meio de duas operações de crédito com o BNDES, no âmbito do Programa Emergencial de Financiamento aos Estados e ao Distrito Federal (PEF I) e BNDES Estados. Esse valor foi investido nas áreas de segurança e transportes. Em andamento estão os procedimentos para a captação de R\$ 1,085 bilhão junto ao BNDES e R\$ 800 milhões junto ao BIRD. Essas operações visam contribuir para a retomada do desenvolvimento no Rio Grande do Sul por meio de apoio à execução de políticas públicas ligadas ao desenvolvimento do setor privado e da inovação tecnológica, à educação, ao meio ambiente, à modernização da gestão pública, à infraestrutura de transportes, à modernização do sistema produtivo rural, à produção de habitação popular, à qualificação da segurança pública e à ampliação do crédito a municípios e empresas.

Outra fonte é a captação de recursos federais via Orçamento Geral da União (OGU), não só nas ações dos diversos órgãos da Administração Estadual como também no estímulo à participação dos municípios gaúchos. No PPA Participativo 2012-2015 estão expressas significativas programações de investimento para o período nas diversas áreas de infraestrutura, incluindo os investimentos das empresas estatais. Recentemente, a ampliação da capacidade de endividamento do Estado permite a perspectiva de ampliar as ações ligadas à qualificação das infraestruturas econômica e social, tais como o Programa de Oportunidades e de Direitos.

Compromisso fundamental é o da qualificação dos serviços públicos e valorização dos servidores, em todas as áreas de governo. A democratização das relações de trabalho e melhorias na relação com as diversas categorias foi uma constante, inclusive expressas em diversos reajustes salariais e melhores condições de trabalho. A implantação da Rede

Escolas de Governo e do projeto IPE-Saúde exemplificam esse compromisso.

Com o incremento de investimentos na educação básica, foram ampliadas as perspectivas de valorização da categoria, concretizadas com a retomada das promoções de merecimento e antiguidade, a formação continuada, a contratação de servidores e reajuste salarial, como ponto de partida para a implementação do Piso Nacional do Magistério. A construção do Sistema Estadual Articulado de Avaliação Participativa, a ampliação e qualificação do espaço físico e modernização tecnológica das escolas, a reestruturação curricular, a expansão do acesso e permanência dos alunos no ensino médio e a construção de escolas de ensino profissional, aliados ao fortalecimento da UERGS e à gestão para ampliação das redes federais de ensino técnico e superior, são processos que demonstram esse compromisso.

As iniciativas em relação à área da saúde pública também merecem destaque, especialmente aos esforços de superação de uma situação desfavorável em relação aos compromissos de financiamento do setor. A Política de Incentivo Estadual à Qualificação da Atenção Básica em Saúde (PIES), a expansão da Estratégia de Saúde da Família, o início da construção da Rede Cegonha e outras iniciativas em relação à saúde da mulher, da criança, do adolescente, enfim, o estabelecimento e qualificação das redes de cuidados, são expressão do compromisso com a qualificação dos serviços, também com o necessário destaque para a atenção aos efeitos da violência, do *crack*, álcool e outras drogas. Merecem atenção, igualmente, os esforços na expansão das redes de atendimento, da assistência ambulatorial e hospitalar, da rede de atendimento de urgência e emergência e na área da regulação e vigilância em saúde.

Na área da Segurança Pública também foram empreendidos esforços no sentido de valorização profissional (inclusive reajustes salariais) e qualificação dos serviços. A implantação do Programa RS na Paz, com a implementação dos Territórios da Paz: projetos multissetoriais de prevenção para a diminuição da violência e discriminação, caracteriza esse compromisso. A evolução da qualificação dos serviços de prevenção e repressão à criminalidade e da administração, modernização e ampliação do sistema prisional estão descritos nesta Mensagem.

O ano de 2012 abre-se pleno de possibilidades para a continuidade da retomada do desenvolvimento sustentável com equidade e participação, no País e no Estado. As iniciativas descritas nesta Mensagem certamente resultarão em aumento do bem-estar. Por fim, transmito à Presidência da Assembleia Legislativa, à Mesa Diretora, aos nobres Deputados e ao povo do Rio Grande do Sul os votos de um bom ano de trabalho.

SUMÁRIO

1	O PANORAMA DA ECONOMIA GAÚCHA	11
1.1	A Conjuntura Econômica Internacional	13
1.2	A Conjuntura Econômica Nacional	17
1.3	O Desempenho da Economia Gaúcha	24
2	AS FINANÇAS PÚBLICAS DO RIO GRANDE DO SUL	39
3	AS AÇÕES DO GOVERNO	77

1 O PANORAMA DA ECONOMIA GAÚCHA

1 O PANORAMA DA ECONOMIA GAÚCHA

1.1 A Conjuntura Econômica Internacional

A crise das *subprimes* e os seus desdobramentos – as crises de liquidez, bancária e de confiança – provocou uma recessão nos Estados Unidos que iniciou em dezembro de 2007 e encerrou em julho de 2009, de acordo com o *National Bureau of Economic Research (NBER)*. O contágio provocado em âmbito internacional resultou na recessão global de 2009, oportunidade em que o PIB mundial recuou 0,5% (Tabela Crescimento do Produto Interno Global Real – 2007-10).

Em 2010, a economia mundial voltou a crescer 5,1%, um desempenho que deve ser relativizado por conta da fragilidade da base de comparação. Esse resultado decorreu de um avanço de 3,1% nas economias avançadas e de um incremento de 7,3% no produto das economias emergentes e em desenvolvimento, denotando um descompasso perigoso para a continuidade do processo de crescimento, embora benéfico à inserção internacional brasileira.

Crescimento do Produto Interno Global Real (2007-2010) - Em %

Exercícios	2007	2008	2009	2010
Produto Mundial	5,4	2,8	-0,7	5,1
Economias Avançadas	2,8	0,1	-3,7	3,1
Estados Unidos	1,9	-0,3	-3,5	3,0
Zona Euro	3,0	0,4	-4,3	1,8
Japão	2,4	-1,2	-6,3	4,0
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	8,9	6,0	2,8	7,3
Brasil	6,1	5,2	-0,6	7,5
China	14,2	9,6	9,2	10,3
Índia	10,0	6,2	6,8	10,1

Fonte: Panorama Econômico Global, FMI, abril de 2011

Depois de dois anos em queda – o PIB dos Estados Unidos registrou recuos de -0,3% (2008) e de -3,5% (2009) – a economia voltou a crescer 3,0% (2010). Todavia, esse melhor desempenho não se refletiu no mercado de trabalho, onde a taxa de desemprego atingiu um patamar em torno de 10,0%. Ao longo da década anterior – e antes da crise de 2008 – a taxa de desemprego se manteve entre os níveis de 4,0% e 6,0%. A partir da crise, a taxa elevou-se a 7,2% (2008), a 9,3% (2009) e a 9,7% (2010), de acordo com o *World Factbook*.

Em 2009, durante a recessão global, o PIB da Zona Euro caiu 4,3%. No exercício imediatamente anterior, o crescimento do Produto foi de apenas 0,4%, tornando sofrível o desempenho do bloco no biênio (2008-09). No Japão, o comportamento da economia não foi muito diferente daquele observado no Velho Continente. O avanço de 4,0% no PIB em 2010

ocorreu após o produto nipônico ter recuado em 2008 (-1,2%) e em 2009 (-6,3%), ao longo de uma profunda recessão.

Ao contrário do que ocorreu com o PIB brasileiro, que recuou 0,6% em 2009, a China e a Índia cresceram ininterruptamente no biênio 2008-09. E, em 2010 (Tabela anterior), quando as economias emergentes e em desenvolvimento registraram avanços expressivos, os incrementos no PIB do Brasil (7,5%), da China (10,3%) e da Índia (10,4%) foram determinantes para que a economia mundial se recuperasse e voltasse a crescer.

Conforme estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI) publicadas em setembro de 2011 (Tabela Projeção do Crescimento do Produto Interno Global Real – 2011-12), o PIB mundial poderia crescer 4,0%, em 2011, e 4,0%, em 2012, reduzindo-se, assim, sensivelmente, as previsões de aumento do produto global apresentadas na edição de junho do Panorama Econômico Global (*World Economic Outlook – WEO*), que apontava um crescimento de 4,3% em 2011

Essa mudança de expectativa pode ser atribuída à alteração no desempenho esperado por parte das economias avançadas, nas quais se registrou uma queda de 0,6% em sua previsão do crescimento, de junho para setembro de 2011. De acordo com o FMI, as economias avançadas devem crescer apenas 1,6% em 2011 e 1,9% em 2012. Para as economias emergentes e em desenvolvimento, estima-se uma redução mínima da taxa de crescimento quando comparada ao ano passado. Elas poderão crescer 6,4% em 2011 e 6,1% em 2012.

A propósito do desempenho global, cabe o registro de que a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco Mundial utilizam previsões inferiores àquelas estimadas pelo FMI. A OCDE, em suas *Perspectives Economiques, n 90, Décembre 2011*, trabalhou com a hipótese de que a economia mundial cresceria 3,8% em 2011 e 3,4% em 2012. Já o Banco Mundial, em suas previsões divulgadas no *The Global Outlook in Summary 2009-13*, publicada na edição de junho de 2011, empregou números inferiores àqueles utilizados pelo FMI e pela OCDE, ou seja, partia da hipótese de que a economia mundial cresceria 3,1%, em 2011, e 3,6%, em 2012.

A retomada global convive com um pano de fundo constituído por diversas restrições, que estão presentes no jogo bélico no Oriente Médio e no norte da África; no *stop and go* da primavera árabe, no mercado do petróleo; no arsenal nuclear do Paquistão; na possibilidade da fragmentação da Zona Euro; na escassez de crédito no comércio global; na demora da recuperação do emprego no mercado de trabalho dos Estados Unidos; no impacto do desastre de Fukushima sobre a economia do Japão; e na provável desaceleração da economia chinesa.

No final de 2011 dois fatos marcantes – a retirada das tropas do Exército dos Estados Unidos do Iraque e o embargo ao petróleo iraniano – sinalizaram que o cenário para 2012 acumulará maior incerteza na busca da solução para a crise internacional.

Se a retirada dos militares dos campos de guerra criou alguma sensação de insegurança no mercado petrolífero mundial, a ameaça das

forças aliadas de um embargo ao petróleo iraniano e a pronta reação do governo de Teerã, que reagiria com o fechamento do Estreito de Ormuz, – o qual inviabilizaria a comercialização de cerca de 40% da produção mundial de petróleo – tornou o ambiente internacional muito mais volátil nos últimos dias de 2011.

E assim os preços do barril de petróleo se mantiveram em torno do patamar de US\$ 100,00 durante o último exercício. Ao final de 2010, o *ranking* dos cinco maiores produtores incluía a Rússia, a Arábia Saudita, os Estados Unidos, o Irã e a China, enquanto que as maiores reservas estavam localizadas na Arábia Saudita, na Venezuela, no Irã, no Iraque e no Kuwait.

Se os preços do petróleo evidenciaram esse comportamento no ano que se encerrou, as cotações das *commodities* iniciaram 2011 com valorização, havendo a expectativa de que a espiral ascendente se manteria no segundo trimestre. Na verdade, essa expectativa relacionada ao avanço dos preços das matérias-primas no segundo trimestre se confirmou no caso do minério de ferro, mas não no do cobre, por causa da demanda da China. No que diz respeito às *commodities* agrícolas, os preços do milho também avançaram, por conta do atraso no plantio e da estiagem nos Estados Unidos. A discussão em torno de uma segunda queda da economia global, por causa de uma eventual recessão na Zona Euro, introduziu a possibilidade de uma reversão de tendência no comportamento do mercado de *commodities* no terceiro trimestre de 2011. Observando a *performance* histórica via *Benchmark Index Performance Comparison*, de três índices – Thomson Reuters/ Jefferies CRB, S&P GSCI e *Dow Jones UBS Commodity* – que vinham avançando desde setembro de 2008, percebe-se que eles alcançaram um pico na transição de 2010 para 2011 e sinalizaram uma possível reversão de tendência em setembro de 2011. No início do quarto trimestre do ano, a expectativa de uma queda nos preços das *commodities* começou a ser reforçada em função da fragilidade da demanda mundial. Porém, o fenômeno *La Niña*, que está presente na Argentina e no Brasil, tem sustentado as cotações das *commodities* agrícolas no início do primeiro trimestre de 2012.

A par de todas essas inter-relações entre questões de natureza geopolítica e de comportamento dos preços das *commodities* e, em particular, dos preços do petróleo em um mercado extremamente ajustado, a sinalização de um possível recuo da cotação do barril para US\$ 85,00, ou a sua manutenção em valores em torno dos US\$ 100,00 ao longo do corrente ano dependerá, entre outras causas, da consolidação da retomada da economia global - mesmo que ocorra em um ritmo lento –, do nível de aprofundamento da crise europeia e da fragilização do sistema financeiro das economias avançadas nos próximos meses.

Projeção do Crescimento do Produto Interno Global Real (2011-12)- Em %

Exercícios	2011	2012
Produto Mundial	4,0	4,0
Economias Avançadas	1,6	1,9
Estados Unidos	1,5	1,8
Zona Euro	1,6	1,1
Japão	-0,5	2,3
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	6,4	6,1
Brasil	3,8	3,6
China	9,5	9,0
Índia	7,8	7,5

Fonte: Panorama Econômico Global, FMI, setembro de 2011

O cenário para que o PIB mundial cresça 4,0% em 2012 pressupõe que o Produto americano avance 1,8%. Todavia, os Estados Unidos iniciam mais um exercício convivendo com as restrições vigentes em 2011, quais sejam, a taxa de desemprego elevada e a incapacidade de encontrar uma solução política para superar a crise do endividamento, além de uma limitação adicional representada pela realização de eleições para a Casa Branca, em 2012.

Da mesma forma que os Estados Unidos, a economia europeia vem apresentando baixo desempenho há quatro anos. As taxas de crescimento do PIB da Zona Euro alcançaram 0,4% (2008), -4,3% (2009), 1,8% (2010) e 1,1% (2011). Resultado de uma crise nas economias avançadas, esse desempenho da Zona Euro tem na crise da dívida um desafio imenso a ser superado nos próximos anos.

Mesmo com o apoio de instituições de grande projeção internacional, o ambiente europeu continua com muita instabilidade. O receio da fragmentação da Zona Euro levou os investidores a abrirem mão de suas aplicações na moeda comum e a fuga do euro provocou a sua desvalorização de forma abrupta. A limitação do endividamento europeu propugnado pela Alemanha e rejeitado pelo governo britânico evidenciou uma cisão importante entre duas das maiores lideranças do bloco.

Nas primeiras semanas de 2012, a conjuntura europeia manteve uma dose de imensa incerteza. Fatos novos surgem, evidenciando avanço da crise no dia a dia. Paralelamente à queda do euro perante o dólar, há crise na Hungria e desvalorização do florim e há uma mudança na trajetória da economia germânica

No Japão, o Panorama Econômico Global do FMI já previa uma recessão para 2011 (Tabela de Projeção do Crescimento do Produto Interno Global Real – 2011-12) e uma recuperação da atividade econômica em 2012. Entretanto, com o terremoto ocorrido em território japonês no mês de março, os analistas econômicos passaram a trabalhar com a hipótese de um impacto maior sobre a economia

Paralelamente, o impacto sobre as cadeias produtivas, inclusive automóveis, aprofundou o quadro recessivo. Porém, contrariando muitas

expectativas, algumas cadeias produtivas foram restabelecidas, como é o caso da Sony, interrompida em março, em Sendai, e retomada ao final de agosto de 2011.

Entre as economias emergentes que contribuíram decisivamente para que a recessão mundial de 2009 não fosse mais profunda, a principal dúvida que se mantém, entre os analistas econômicos, está relacionada à capacidade da China e da Índia em debelarem o avanço da inflação que ameaça a estabilidade econômica dos dois países. Trabalhando com uma moeda subvalorizada e com a economia voltada para o exterior, a China deve alterar as suas políticas econômicas. Os chineses devem priorizar a mudança no ritmo de crescimento econômico e o fortalecimento do mercado interno até meados da década. Mesmo com discursos direcionados à mudança, os números apresentados pelo FMI evidenciam que a China crescerá 9,5% em 2011 e 9,0% em 2012 e que a Índia avançará 7,8% no corrente ano e 7,5% no exercício seguinte.

Essa transição de 2011 para de 2012 está envolta em um clima de muita incerteza. Tendo em vista que as economias avançadas não tendem a mudar o cenário econômico no curto prazo, é preciso contar com a liderança das economias emergentes em termos de ritmo de atividade econômica e de geração de emprego para que a propagação da crise seja contida. Para tanto, seria indispensável que as autoridades europeias reformulassem os seus diagnósticos e não aprofundassem, ainda mais, a crise que já se mantém há cinco anos consecutivos, eliminando empregos, tolhendo empreendimentos e prejudicando o desempenho da economia.

1.2 A Conjuntura Econômica Nacional

O crescimento insuficiente tornou-se uma página virada na história da economia brasileira recente à medida que o desempenho da economia nacional foi muito superior àquele do produto mundial durante o quadriênio 2007-10. De um lado, os Estados Unidos passaram a conviver com a crise das *subprimes* e com o contágio imediato às economias avançadas; de outro, o PIB do Brasil, que havia crescido em torno do intervalo de 5,0% e 6,0% no biênio 2007-08, sofreu um recuo de apenas 0,6%, em 2009, ano da recessão mundial, e voltou a crescer à taxa de 7,5% em 2010, evidenciando um desempenho expressivo em plena crise externa.

Assim, ao contrário da experiência em décadas passadas, nas quais o País não conseguia acompanhar o ritmo de crescimento global, o Brasil tem crescido mais que o Produto mundial nos últimos anos. Foi relevante, para isso, o lançamento, pelo Governo Federal, do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no início de 2007, com o objetivo de incrementar o ritmo de desempenho da economia brasileira face à iniciativa de destinar R\$ 503,9 bilhões para investimentos com ênfase em energia e em infraestrutura social e urbana no próximo quadriênio.

Além disso, interferiu positivamente a rapidez com que o Governo reagiu frente ao desempenho negativo, em 2009, levando a um crescimento

significativo já no primeiro semestre de 2010. Iniciativas ousadas nos setores da indústria automobilística, da construção civil e dos bancos e intermediários financeiros viabilizaram um avanço (7,5%) da economia brasileira que contribuiu, juntamente com os esforços da China e da Índia, para que a recessão mundial não se repetisse em 2010. Em âmbito local, foram adotadas outras medidas complementares para estimular o crescimento econômico destacando-se, entre elas, as destinadas a impulsionar o setor de bens de capital e o segmento de motocicletas.

Em 2010, o Governo lançou o Programa de Aceleração do Crescimento em sua segunda versão (PAC2), com investimentos previstos de R\$ 1,59 trilhão. Nessa oportunidade, os recursos estavam voltados para atender os programas *Água e Luz para todos, Cidade melhor, Comunidade cidadã, Minha casa, minha vida*, além dos setores de energia e de transportes.

O exercício de 2010 foi, pois, um divisor de águas entre o comportamento das economias avançadas e o crescimento brasileiro. A crise externa mostrou potencialidade para conter o ritmo da atividade econômica e debilitar o mercado de trabalho nos países das economias avançadas, ao mesmo tempo em que o Brasil preservou a estabilidade econômica, registrou um avanço expressivo do PIB e viabilizou a inserção das classes D e E no mercado de consumo nacional.

Em âmbito setorial, utilizando como fonte o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constata-se, através da Tabela a seguir, que o País conviveu, no biênio 2007-2008, com um período de crescimento intenso, no qual o Valor Adicionado Bruto (VAB) da Agropecuária registrou incrementos de 4,8% (2007) e 6,1% (2008); o da Indústria evidenciou avanços de 5,3% (2007) e 4,1% (2008); e o setor de Serviços cresceu 6,1% (2007) e 4,9% (2008). Em 2009, ano da Grande Recessão, houve quedas no VAB da Agropecuária (4,5%) e da Indústria (6,6%), mas que foram, em parte, compensadas por um crescimento do setor de Serviços (2,2%), evitando, dessa forma, que o País fosse atingido por uma queda abrupta no crescimento econômico, nos moldes do que ocorreu entre as Economias Avançadas.

Taxas de crescimento do Produto Interno Bruto e do Valor Adicionado Bruto

SETOR	2007	2008	2009 (1)	2010 (1)
PIB	6,1	5,2	0,7	7,5
VAB	5,8	4,8	-0,6	6,7
Agropecuária	4,8	6,1	-4,5	6,5
Indústria	5,3	4,1	-6,6	10,3
Serviços	6,1	4,9	2,2	5,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais.

Nota (1): Estimativas preliminares.

No exercício de 2010, o País voltou a conviver com um ritmo acelerado de crescimento, quando a Indústria (10,3%) liderou o avanço do VAB brasileiro (6,7%). Embora não tenham acompanhado no mesmo ritmo

o impressionante incremento da atividade industrial, o VAB da Agropecuária (6,5%) e o VAB do Setor de Serviços (5,4%) registraram excelentes resultados.

Durante o primeiro semestre de 2011, a safra 2010-11, estimada pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) em 162,05 milhões de toneladas de grãos em uma área de 49,49 milhões de hectares sinalizava um recorde na história da agricultura nacional. Os números previstos representavam um incremento de 8,6% sobre a safra anterior e uma presença maior no mercado externo. Os avanços dos preços externos, aliados ao aumento na área plantada, explicavam o comportamento excepcional do setor primário da economia brasileira. Dessa forma, os resultados obtidos implicavam, entre outras ações, na realização de novos investimentos em tecnologia por parte do produtor rural.

Os números da safra 2010-11, por produto da agropecuária nacional e em milhões de toneladas, atingiram as quantidades de 12,50 (arroz), 3,51 (feijão), 52,85 (milho), 68,72 (soja), 5,30 (trigo), 12,11 (carne de frango), 9,16 (carne bovina), 3,38 (carne suína), 1,58 (algodão em pluma), 750,11 (cana-de-açúcar), 3,24 (café) e 19,36 (suco de laranja).

Em âmbito externo, as cotações das *commodities* agrícolas registraram avanços expressivos no período vigente entre junho de 2010 e junho de 2011, contribuindo para que a agricultura brasileira atingisse esse novo patamar na produção de grãos. Em termos de valores, as cotações médias mensais em junho de 2011 perante as cotações médias mensais em junho de 2010 nas Bolsas de Nova Iorque e de Chicago evidenciaram valorizações no milho (97,39%), no algodão (72,14%), no café (71,28%), no açúcar (60,53%), no trigo (57,15%), na soja (45,16%) e no suco de laranja (28,58%).

Estatísticas recentes do Ministério da Agricultura e da CONAB mostram que o Brasil detinha participações relativas expressivas no comércio mundial dos produtos agropecuários. Na agricultura, na safra 2010-11, as participações da produção nacional no comércio global alcançaram os níveis de 54,8% (arroz), 36,1% (café verde em grão), 30,8% (soja em grão), 23,3% (farelo de soja), 15,2% (óleo de soja) e 9,6% (milho); na pecuária, atingiram os patamares de 44,0% (carne de frango), 28,0% (carne bovina) e 10,1% (carne suína).

Entretanto, na passagem do primeiro para o segundo semestre de 2011, já se percebia que a incerteza que cobria o cenário externo levava os fundos de investimentos a reduzirem as suas apostas nas altas das *commodities* agrícolas. Quanto à pecuária, é importante destacar o impacto negativo do embargo russo às exportações brasileiras. Já no caso da carne de frango, as exportações registraram aumento de volume de 1,8 milhão de toneladas, no primeiro semestre de 2010, para 1,93 milhão de toneladas em período semelhante de 2011. Os destinos das exportações brasileiras de carne de frango foram, por ordem de volume, a Arábia Saudita (296,9 mil toneladas), a União Europeia (240,4 mil toneladas), o Japão (224,6 mil toneladas), Hong Kong (159,9 mil toneladas) e os Emirados Árabes (112,9 mil toneladas).

O desempenho da agropecuária nacional deve ser valorizado porque as nações que concorrem com o Brasil na produção de alimentos convivem com subsídios agrícolas elevadíssimos e crescentes. Um estudo recente da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para o período 2009-10 evidenciou que o suporte ao produtor atingia US\$ 227,2 bilhões nos países que compõem a OCDE, US\$ 147,0 bilhões na China, US\$ 101,3 na União Europeia, US\$ 25,5 bilhões nos Estados Unidos, US\$ 15,5 bilhões na Rússia e US\$ 7,1 bilhões no Brasil.

O segundo semestre de 2011 foi um período extremamente difícil para a economia global, à medida que a crise internacional começou a produzir profundos efeitos danosos sobre as economias avançadas. A fragmentação da Zona Euro passou a ser tratada como uma possibilidade plausível, ao mesmo tempo em que a taxa de desemprego nos Estados Unidos se manteve em patamares extremamente elevados. A par dos desdobramentos da crise, a pauta do Governo brasileiro se manteve direcionada para assegurar a estabilidade econômica, promover o mercado interno, ajustar as finanças públicas, estimular as políticas sociais, reforçar a competitividade do produto nacional, avançar na melhora da infraestrutura, intensificar o pré-sal e fazer frente à guerra das moedas.

A ameaça do contágio à economia brasileira, que já vinha se manifestando durante o segundo trimestre de 2011, se concretizou efetivamente quando a indústria nacional registrou crescimento nulo e a economia estagnou no terceiro trimestre de 2011. Assim como tinha procedido durante a recessão mundial de 2009, o Governo voltou a agir rapidamente e lançou, no início de agosto, uma Nova Política Industrial que incluiu a desoneração da folha, a ampliação de financiamentos, a defesa do setor industrial e a promoção das exportações. No conjunto das medidas apresentadas, a renúncia fiscal alcançou a expressiva soma de R\$ 24 bilhões

Dessa vez, as autoridades brasileiras priorizaram os setores de calçados, a indústria têxtil, os móveis e o segmento de *softwares*, abrindo mão da contribuição previdenciária em troca de um tributo que será taxado em 1,5%, com exceção dos *softwares*, cuja taxa é de 2,5%. Os financiamentos cobrem um espectro que beneficia as inovações, as micros e pequenas empresas e a prorrogação do Programa de Sustentação do Investimento até o final de 2012. A defesa do setor industrial se materializou no estímulo às empresas nacionais nas licitações do Governo, na diminuição das alíquotas interestaduais do ICMS e na prorrogação da medida que concedeu o recuo do IPI na manufatura de bens de capital, de caminhões, de automóveis e de material de construção. Por fim, no que tange à corrente de comércio, o Governo concedeu 3,0% de crédito às exportações e diminuiu o prazo para o ressarcimento parcial de impostos.

No quarto trimestre de 2011, verificou-se a preservação da comercialização de bens de consumo. A inflação, que se mantinha dentro do intervalo da meta desde 2005 e que ameaçava a venda de bens de consumo, chegou a extrapolar o limite superior dessa meta no acumulado em doze meses durante o segundo semestre, mas cedeu ao final do ano e, em dezembro, o IPCA fechou em 6,5%. Houve desaquecimento nas vendas do segmento automotivo e no setor da construção civil, mas foram as

exportações e os eletroeletrônicos os setores industriais que sentiram o impacto da crise externa com maior intensidade. A Nova Política Industrial, lançada em agosto, foi sancionada em dezembro com a denominação Brasil Maior.

O comportamento da Indústria produziu impacto pontual na arrecadação do IPI. Em novembro de 2011, em comparação com o mesmo mês de 2010, houve um recuo de 1,0% na arrecadação desse tributo. No ano de 2011 como um todo, a Indústria avançou 0,4%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mesmo assim, o incremento da arrecadação federal no período de janeiro a novembro de 2011 atingiu a expressiva soma de R\$ 892.572 milhões, representando um incremento de 11,69% sobre igual período do ano anterior.

Redirecionando o foco da análise para o futuro e recorrendo à publicação *Panorama Econômico Global*, do Fundo Monetário Internacional (FMI), é importante destacar que o Brasil crescerá 3,8% em 2011, e 3,6% em 2012 (Tabela a seguir). No exercício recém-findo, porém, a previsão não se confirmou porque o País cresceu em torno de 2,9%. Para 2012, entretanto, enquanto o Fundo prevê um crescimento do PIB de 3,6%, o Governo brasileiro trabalha com uma agenda que deve contribuir para superar estas estimativas e atingir um aumento do Produto em torno de 4,0 e 4,5%, respectivamente.

A concretização desse desempenho viabilizará que o País avance no *ranking* global das maiores economias. De acordo com estudos do FMI e Banco Mundial, o Brasil, que era a décima primeira economia em 2001, avançou para a sexta posição em 2011 e aí se manterá até o final da corrente década. Nesse interregno, deverá ultrapassar a Alemanha e a França e será ultrapassado pela Rússia e pela Índia.

Paralelamente ao recrudescimento da inflação no Brasil, o Fundo previu que o IPC alcançaria o patamar de 6,0% no corrente ano (Tabela a seguir). Ciente da ameaça à estabilidade – o IPCA fechou o ano em 6,5% – e com uma sincronia adequada entre as atividades desenvolvidas no Ministério da Fazenda e no Banco Central, no âmbito da política fiscal e da política monetária, percebe-se que a inflação começou a ceder no segundo semestre de 2011. Isso foi possível em decorrência da crise externa e da perfeita convergência nos discursos e nas ações das diversas autoridades econômicas do País.

Projeção do Comportamento do Índice de Preços ao Consumidor (2010-12)

Exercícios	2010	2011	2012
Produto Mundial	5,4	2,9	-0,5
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	8,8	6,1	2,7
Brasil	5,0	6,0	5,2

Fonte: Panorama Econômico Global, FMI, setembro de 2011

Dentre essas, as medidas adotadas para reduzir os gastos públicos contribuíram para conter o recrudescimento da inflação, mesmo tendo em

conta a forte determinação externa da mesma e a sua relação com a elevação nos preços das *commodities* e a política monetária dos EUA. Por sua vez, as decisões no âmbito do câmbio e das exportações amenizaram a pressão sobre o real para impedir que houvesse uma valorização adicional, impedindo, dessa forma, uma queda ainda maior na competitividade do produto brasileiro. Por fim, as questões pontuais em debate no território nacional a partir da iniciativa do Governo no âmbito da reforma tributária – unificação da legislação do ICMS e redução da carga tributária sobre a folha de pagamentos – evidenciaram a opção por avançar em tópicos específicos em vez de apostar em medidas mais amplas, as quais implicariam em um prazo muito longo para concretizar as necessárias negociações políticas.

Mantendo o foco no futuro, agora em âmbito setorial, é oportuno lembrar que, ao contrário da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que destaca o desempenho do Setor de Serviços para 2012, o Banco Central projeta, para o mesmo período, incrementos de 2,5% para a Agropecuária, 3,7% para a Indústria e 3,2% para o setor de Serviços. De acordo com o BC, do lado da demanda, o consumo das famílias e a formação bruta de capital fixo irão repetir, praticamente, as mesmas taxas de 2011. As exportações (3,0%) e as importações (7,0%) de bens e serviços crescerão bem menos do que no exercício passado – respectivamente 4,4% e 10,4% – enquanto o consumo do Governo deve avançar 3,2% em 2012, contra o incremento de 2,0% ocorrido em 2011.

No que diz respeito à Agropecuária, o Governo Federal lançou, no mês de junho, o Plano Safra 2011-12, no valor de R\$ 107,2 bilhões, correspondendo a um incremento de 7,2% sobre o Plano Safra 2010-11. O documento está inserido na visão de longo prazo que se encerra no início da próxima década, ou seja, em 2020-21. Desse total, R\$ 20,5 bilhões destinam-se a investimentos. Há R\$ 64,1 bilhões para custeio, com juros de 6,75% ao ano. No programa do médio produtor, os juros ficam reduzidos a 6,25% ao ano. Destaques devem ser feitos para a renovação de pastagens e a retenção de matrizes na pecuária e para os estímulos à produção de cana-de-açúcar e à citricultura, na lavoura.

Ainda em junho, o Governo adiou para o início de julho o lançamento do Plano da Safra da Agricultura Familiar 2011-12, no valor de R\$ 16 bilhões. Visando alcançar a produção sustentável, a iniciativa da esfera pública pretende atender as demandas de aquisição de alimentos (R\$ 760 milhões), de garantia de preços com novos limites de R\$ 7 mil por produtor, de seguros (o equivalente a R\$ 4 mil do nível de renda, além dos recursos utilizados para o custeio), de assistência técnica e extensão rural (R\$ 160 milhões) e de R\$ 12 mil por produtor no PRONAF Jovem.

A visão de longo prazo que orienta a ação setorial da agropecuária no planejamento governamental prevê a elevação das quantidades produzidas para a safra 2020-21, em milhões de toneladas, para os patamares de 13,74 (arroz), 3,82 (feijão), 65,54 (milho), 86,53 (soja), 6,15 (trigo), 15,74 (carne de frango), 11,35 (carne bovina), 4,09 (carne suína), 2,34 (algodão em pluma), 934,59 (cana-de-açúcar), 4,24 (café) e 23,51 (laranja).

De acordo com essas projeções, as participações dos produtos da agropecuária nacional no comércio mundial avançarão, entre as safras

2010-11 e 2020-12, de 30,8% para 33,2% (soja em grão), de 9,6% para 12,0% (milho), de 28,0% para 30,1% (carne bovina), de 10,1% para 11,6% (carne suína) e de 44% para 49,0% (carne de frango). Ao mesmo tempo, permanecerão estáveis as participações no café verde em grão (36,1%) e no açúcar (54,8%), e haverá reduções de 23,3% para 21,9% no farelo de soja e de 15,2% para 14,1%, no óleo de soja.

Especificamente para 2012, as novas previsões do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos para a produção (868,06 milhões de toneladas) e exportação (94,91 milhões de toneladas) de milho e para a produção (257,0 milhões de toneladas) e exportação (95,81 milhões de toneladas) de soja em âmbito mundial não alteraram os números da previsão anterior para a safra brasileira 2011-12. De acordo com aquele Departamento, a próxima safra do País alcançará a produção de 61 milhões de toneladas e exportações de 8,5 milhões de toneladas de milho e a produção de 74 milhões de toneladas e exportações de 39 milhões de toneladas de soja.

No âmbito do setor secundário, o Governo tem utilizado o programa Brasil Maior para defender a indústria nacional, desonerando-a e tornando-a mais competitiva. Em dezembro de 2011, alguns sinais de melhora emergiram à medida que o Índice de Confiança da Indústria da Fundação Getúlio Vargas (FGV) registrou a primeira elevação do ano, quando o indicador avançou para 101,8 pontos, ou seja, um incremento de 1,1% sobre o número correspondente ao mês de novembro. A demanda foi considerada forte por parte das empresas. Ainda em dezembro, a capacidade instalada da indústria fechou o exercício com um nível de utilização de 83,4%.

Com a demanda aquecida, o IPCA de 2011 foi o maior – aluguéis, transportes, educação e passagens aéreas colaboraram para tanto – desde 2004, quando alcançou a taxa de 7,6%. O último relatório trimestral do Banco Central sobre a inflação trabalha com a hipótese de queda da mesma em 2012. Esse início de convergência para a meta deve acontecer simultaneamente à nova estratégia adotada pela autoridade monetária para com os ajustes da taxa SELIC, reduzindo-a para um patamar em torno de 9,75% e 10,0% durante o ano de 2012. A preservação da crise externa será um fator que contribuirá para que a inflação de 5,2%, prevista pelo FMI, esteja na trajetória do IPCA acumulado atual rumo à meta de 4,5%; a indexação de contratos e a massa salarial pressionarão os preços em sentido contrário.

Concluindo, o Brasil conviverá, ao longo de 2012, com o impacto da crise externa sobre as economias emergentes. A fragmentação da Zona Euro ainda não é uma hipótese afastada e prossegue como uma séria ameaça ao desempenho das economias avançadas. A estabilidade econômica brasileira está assegurada na medida em que o IPCA deve convergir para a meta no futuro próximo. O crescimento do PIB deverá evidenciar um aumento da ordem de 4,0%, o que representa um resultado confortável em um mundo em crise. O fortalecimento do mercado interno continuará como prioridade, tendo em vista que representa uma vitória maiúscula da sociedade brasileira sobre o subdesenvolvimento. A ação decisiva das autoridades em defesa da indústria e das pequenas empresas

deverá ser preservada para que o Brasil possa avançar no *ranking* das maiores economias globais. O estímulo e a promoção do agronegócio deverão consolidar a posição atual de uma nação fornecedora de alimentos para um mundo que convive com elevados níveis de miséria. Enfim, a atenção à educação, à inovação e aos avanços tecnológicos permitirão que o Brasil mostre ao mundo que é possível iniciar a grande transformação de uma realidade social em um prazo de uma geração.

1.3 O Desempenho da Economia Gaúcha

O Produto Interno Bruto (PIB) do Rio Grande do Sul cresceu 5,7% em 2011. O PIB estadual alcançou o valor de R\$ 273.879 milhões, e o PIB *per capita* atingiu R\$ 24.846,00, representando um crescimento de 5,2% em relação a 2010.

Dois fatos ajudam a colocar esse desempenho em perspectiva e a qualificar essa *performance* geral como muito boa. Em primeiro lugar, cabe salientar que o crescimento de 5,7% se dá em sequência a uma elevação da economia gaúcha de 7,8% no ano anterior, embora esse número ainda representasse uma recuperação dos efeitos da crise de 2009. Ou seja, trata-se de um crescimento sobre uma base relativamente elevada. Em segundo lugar, esse desempenho representa quase o dobro da elevação projetada para a economia brasileira em 2011, a qual, segundo as estimativas disponíveis, deve situar-se em torno dos 2,9%. Configura-se, assim, um ganho de participação da economia gaúcha na economia nacional, a qual se estima situada em 6,7% em 2011.

PIB, total e per capita, e suas taxas de crescimento no RS e no Brasil – 2002-11

ANOS	RIO GRANDE DO SUL				BRASIL			
	PIB		Taxa de Crescimento (%)		PIB		Taxa de Crescimento (%)	
	Total (R\$ milhões)	Per capita (R\$)	Total	Per capita	Total (R\$ milhões)	Per capita (R\$)	Total	Per capita
2002	105 487	10 057	1,7	-0,1	1 477 822	8.382	2,7	1,2
2003	124 551	11 742	1,6	0,5	1 699 948	9.511	1,1	-0,2
2004	137 831	12 850	3,3	2,2	1 941 498	10.720	5,7	4,3
2005	144 218	13 298	-2,8	-3,9	2 147 239	11.709	3,2	1,9
2006	156 827	14 305	4,7	3,5	2 369 484	12.769	4,0	2,7
2007	176 615	16 689	6,5	10,4	2 661 344	14.183	6,1	4,9
2008	199 499	18 378	2,7	0,2	3 031 864	15.990	5,2	4,1
2009	215 864	19 778	-0,4	-0,9	3 239 404	16.918	-0,3	-1,3
2010 (1)	244 015	22 244	7,8	7,3	3 770 085	19.509	7,5	6,5
2011 (1)	273 860	24 844	5,7	5,2	-	-	2,9	2,3

FONTE: FEE, Centro de Informações Estatísticas, Núcleo de Contabilidade Social.
IBGE/Diretoria de Pesquisas/Coordenação de Contas Nacionais.
Relatório FOCUS.

(1) Estimativas preliminares.

Participação percentual do PIB do RS no do Brasil – 2002-11

ANOS	PARTICIPAÇÃO
2002	7,14
2003	7,33
2004	7,10
2005	6,72
2006	6,62
2007	6,64
2008	6,58
2009	6,66
2010 (1)	6,47
2011 (2)	6,65

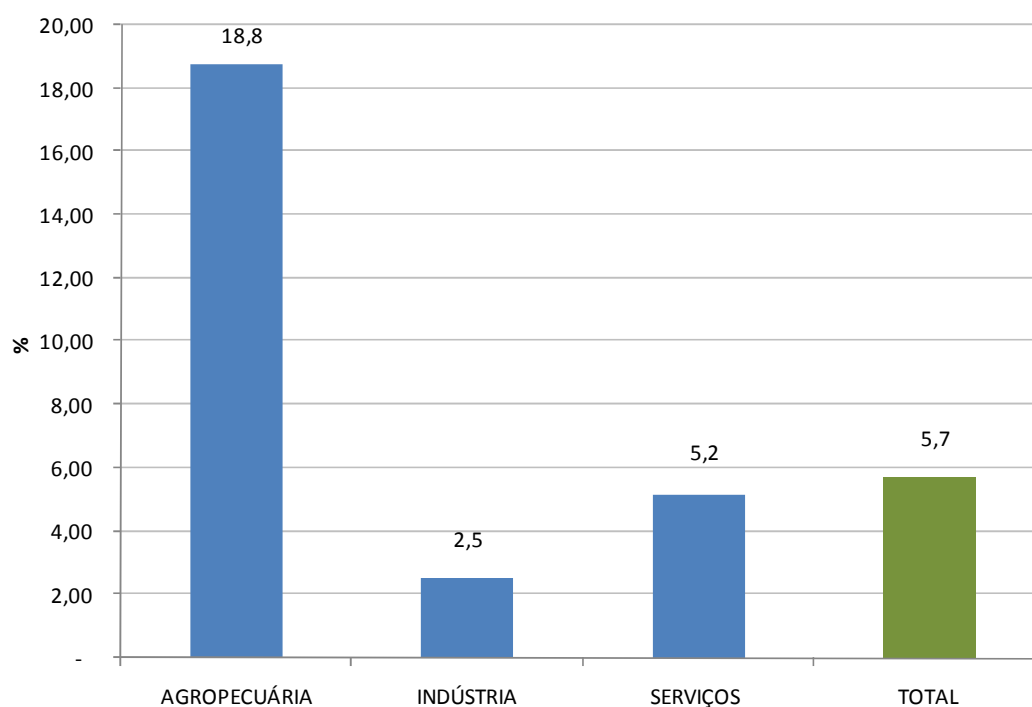
FONTE: FEE, Centro de Informações Estatísticas, Núcleo de Contabilidade Social.
IBGE/Diretoria de Pesquisas/Coordenação de Contas Nacionais.

(1) Estimativa preliminar. (2) Estimativa com base nos preços do ano anterior.

A agropecuária foi o setor de atividade econômica com melhor desempenho em 2011, seguido dos serviços e da indústria. Cabe notar que os três setores de atividade da economia gaúcha tiveram comportamento superior àquele estimado para os mesmos setores no Brasil. O Valor Adicionado Bruto (VAB) da agropecuária, que representava 9,4% do total da economia do Estado em 2010, cresceu 18,8% em 2011, aumentando sua participação para 9,9%. Decompondo esse número, nota-se que a excepcional safra agrícola desse ano foi a principal responsável por esse crescimento do setor.

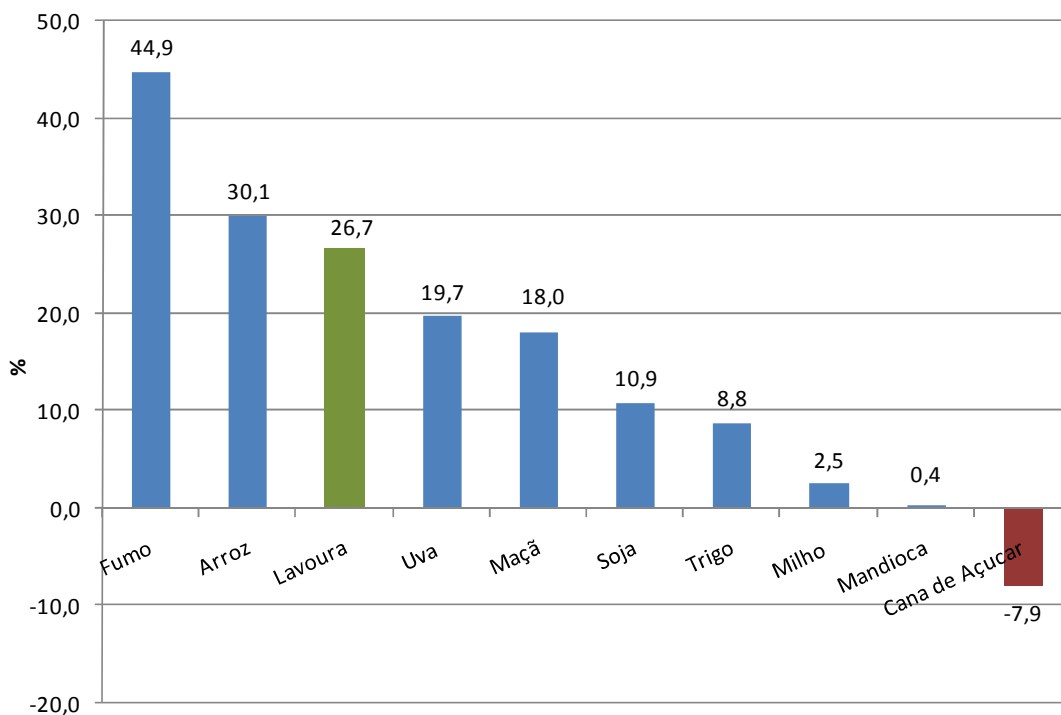
Assim, enquanto a lavoura experimentou uma elevação no valor da produção de 26,7% frente a 2010, a pecuária cresceu 2,5%. Beneficiadas por aumentos na produtividade e por um clima favorável, as mais importantes culturas da lavoura gaúcha apresentaram elevações expressivas nas quantidades produzidas. A de arroz cresceu 30,1%, a de fumo, 44,9%, e a de soja, 10,9%. Também se destacaram os crescimentos das produções de milho (2,5%), trigo (8,8%), feijão (10,1%) e uva (19,7%). Apenas banana (-26,4%) e cana-de-açúcar (-7,9%), culturas com menor representatividade no Estado, tiveram queda no ano. Na pecuária, é possível apontar como positivo o crescimento estimado em 7,3% do valor da produção de leite.

Taxas de crescimento da economia do RS — 2011



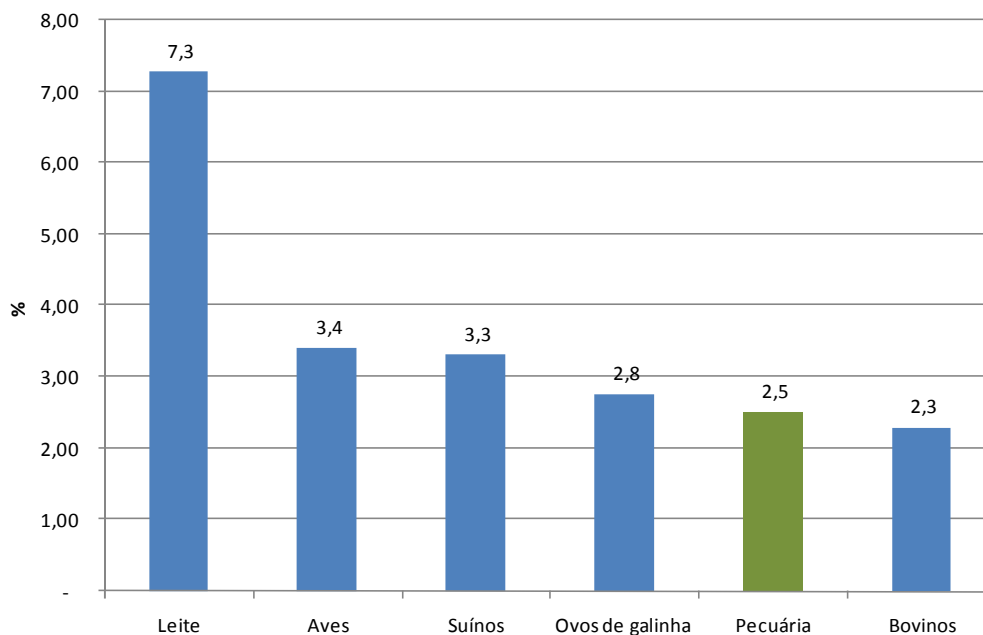
Fonte: FEE

Taxas de crescimento da quantidade produzida de produtos selecionados da agricultura gaúcha — 2011



Fonte: FEE

Taxas de crescimento da quantidade produzida de produtos selecionados da pecuária gaúcha — 2011

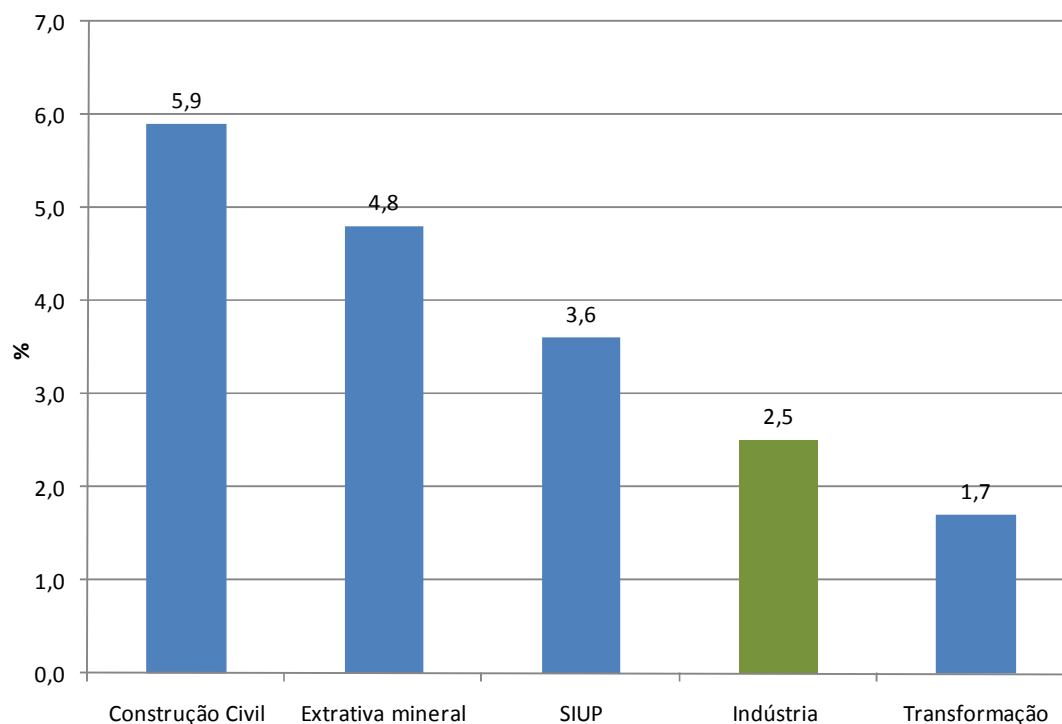


Fonte: FEE

A indústria, com 29% do total do VAB de 2010, cresceu 2,5% em 2011. Embora, aparentemente, esse possa ser considerado um crescimento pouco expressivo, essa impressão deve ser relativizada, dada a expansão da penetração da indústria chinesa no mercado mundial, o que, no caso brasileiro, é agravado por uma taxa de câmbio relativamente valorizada. As atividades de construção civil (5,9%), eletricidade, gás e água (3,6%) e extrativa mineral (4,8%) cresceram acima da média da produção industrial no Estado, enquanto a indústria de transformação avançou em ritmo mais lento (1,7%).

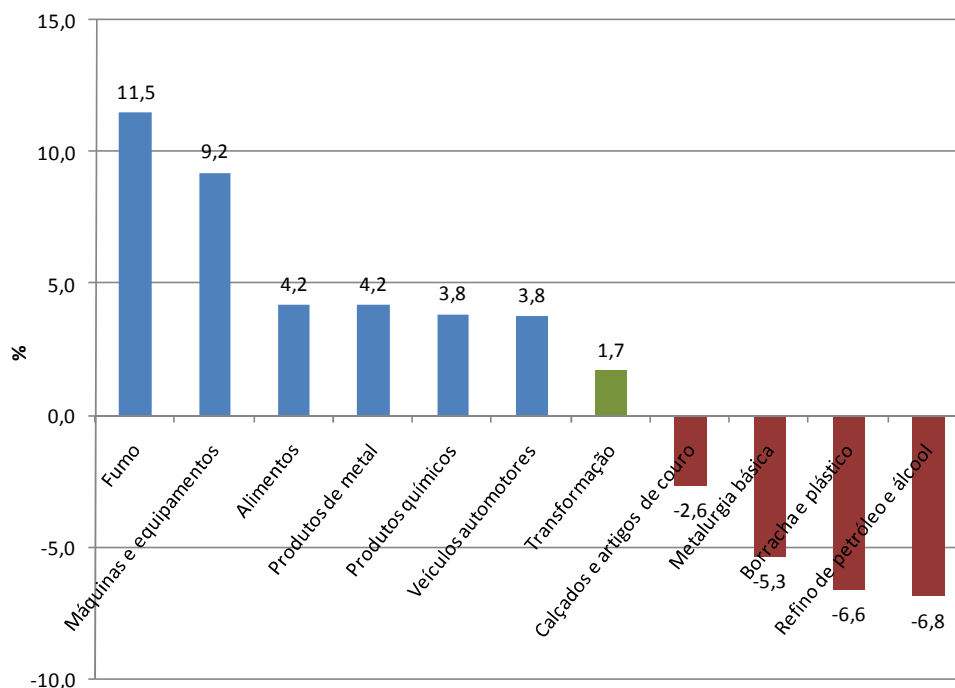
Na indústria de transformação, tiveram maior crescimento aquelas indústrias ligadas, direta ou indiretamente, ao setor agrícola. Destacaram-se, assim, as expansões das indústrias do fumo (11,5%), de máquinas e equipamentos (9,2%) e de alimentos (4,2%), as quais tiveram as melhores *performances*. Também cresceram acima da média as indústrias de produtos de metal (4,2%), de veículos automotores (3,8%) e de produtos químicos (3,8%). Por sua vez, as indústrias de calçados e artigos de couro (-2,6%), de refino de petróleo e álcool (-6,8%), da borracha e plástico (-6,6%) e da metalurgia básica (-5,3%) tiveram desempenhos negativos.

Taxas de crescimento da indústria do RS — 2011



Fonte: FEE

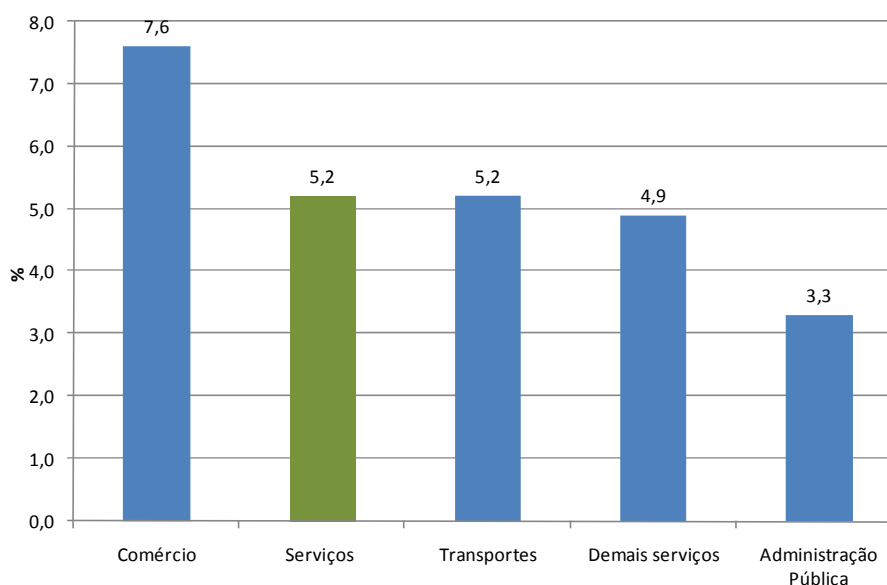
Taxas de crescimento da indústria de transformação do RS — 2011



Fonte: FEE

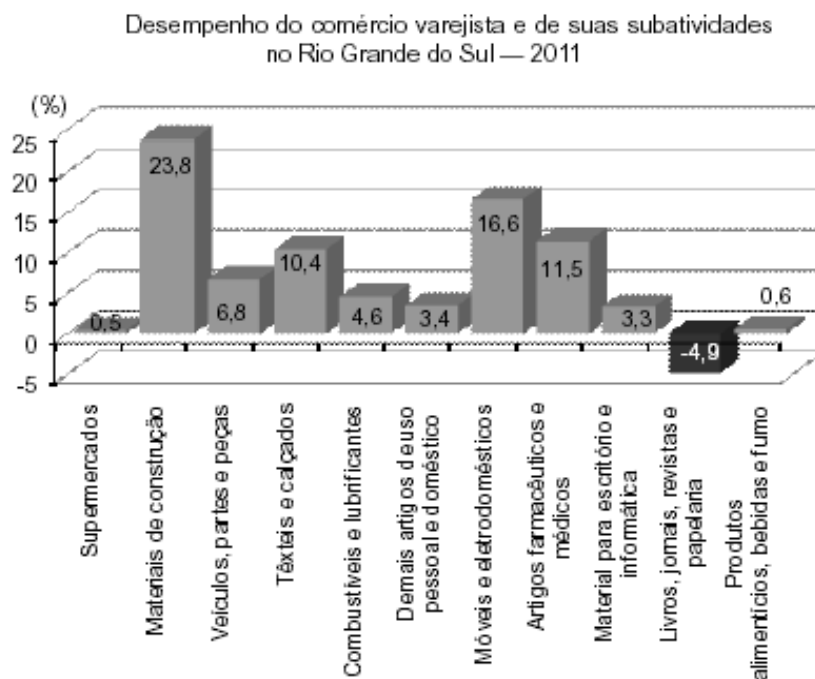
O setor serviços, com 61,56% do VAB total de 2010, cresceu 5,2% em 2011, com destaque positivo para as atividades de comércio e serviços de manutenção e reparação (7,6%) e transportes (5,2%). A administração pública (3,3%) e o conjunto dos demais serviços (4,9%) também tiveram desempenhos positivos.

Taxas de crescimento dos serviços do RS — 2011



Fonte: FEE

O crescimento continuado da indústria da construção civil no Estado relacionou-se ao desempenho das subatividades de maior dinamismo no comércio gaúcho em 2011, materiais de construção e móveis e eletrodomésticos, as quais apresentaram expansão de 23,8% e 16,6% respectivamente. Cabe também destacar o crescimento acima da média do comércio das subatividades artigos farmacêuticos e médicos (11,5%) e têxteis e calçados (10,4%).



FORNTE: FEE/NCR.

Desempenho do Mercado de Trabalho na RMPA

Entre as consequências virtuosas do desempenho favorável da economia gaúcha em 2011 está o nível de ocupação e emprego. Através da Pesquisa de Emprego e Desemprego para a Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA) – convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIESSE e apoio TEM/FAT –, é possível dar um exemplo significativo dessa relação. O ano de 2011 foi favorável para o mercado de trabalho na RMPA, ocorrendo um aumento do número de postos de trabalho e queda da taxa de desemprego, que passou de 8,9% para 7,5% no período em análise, sendo a menor taxa registrada para o período entre janeiro e novembro em toda a série da referida pesquisa.

Em todos os setores da atividade econômica houve aumento no número de ocupados, cabendo destacar o desempenho do setor serviços. Outro aspecto importante está no aumento do rendimento médio dos ocupados durante o período considerado (janeiro a novembro de 2011).

Estimativas dos principais indicadores do mercado de trabalho na RMPA
— jan.-nov/10 e jan-nov/11

INDICADORES	Estimativas (1.000 pessoas)			
	Jan-Nov/10	Jan-Nov/11	VARIAÇÃO ABSOLUTA	VARIAÇÃO RELATIVA (%)
POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA	2.026	2.058	32	1,6
Ocupados (1)	1.846	1.904	58	3,1
Indústria	310	327	17	5,5
Comércio	309	311	2	0,6
Serviços	1.010	1.034	24	2,4
Construção civil	108	120	12	11,1
Taxa de desemprego (%)	8,9	7,5		

FONTE: PED-RMPA-Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

(1) O contingente total de ocupados inclui outros setores

As Exportações do Rio Grande do Sul em 2011

Entre janeiro e novembro de 2011, o Rio Grande do Sul exportou US\$ 14,1 bilhões, alcançando o quarto melhor desempenho exportador dentre os estados do País. Esse valor foi inferior apenas às exportações de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. As exportações gaúchas representaram ainda 7,7% do valor exportado pelo Brasil no mesmo período. Cabe ressaltar que o desempenho do comércio exterior brasileiro foi impactado pelos elevados preços das *commodities* minerais e do petróleo, o que fez com que, para um aumento de volume exportado de apenas 3,3% frente ao período jan-nov/10, o valor total exportado pela economia brasileira crescesse 29,2%, dada uma elevação média de 25% nos preços das mercadorias enviadas ao exterior. As exportações gaúchas, por sua vez, elevaram-se 28% no período. Entretanto, no caso do Rio Grande do Sul, o volume exportado cresceu 9,9%, enquanto a elevação dos preços das mercadorias exportadas foi de 16,5%, menos do que no caso brasileiro (Tabela a seguir).

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA 2012

Exportações do Brasil e das unidades da Federação — jan.-nov./11

Nº DE ORDEM	BRASIL E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	JAN-NOV/10		JAN-NOV/11		VARIACÃO (US\$ 1 000)	VARIACÃO (%)		
		Valor (US\$ 1 000)	Participação (%)	Valor (US\$ 1 000)	Participação (%)		Valor	Volume	Preço
	Brasil	180.997.145	100,00	233.912.371	100,00	52.915.226	29,2	3,3	25,0
1	São Paulo	47.360.614	26,17	54.663.669	23,37	7.303.055	15,4	-0,2	11,4
2	Minas Gerais	27.872.992	15,40	37.986.650	16,24	10.113.658	36,3	3,6	31,6
3	Rio de Janeiro	16.586.577	9,16	26.323.378	11,25	9.736.801	58,7	12,0	41,8
4	Rio Grande do Sul	14.106.850	7,79	18.062.587	7,72	3.955.737	28,0	9,9	16,5
5	Pará	11.213.156	6,20	16.718.863	7,15	5.505.707	49,1	15,3	29,3
6	Paraná	13.051.228	7,21	15.955.960	6,82	2.904.732	22,3	3,3	18,3
7	Espírito Santo	10.633.706	5,88	13.716.622	5,86	3.082.916	29,0	1,0	27,7
8	Mato Grosso	7.817.881	4,32	10.263.635	4,39	2.445.754	31,3	0,3	30,9
9	Bahia	8.077.963	4,46	10.067.477	4,30	1.989.513	24,6	-0,2	24,9
10	Santa Catarina	6.885.955	3,80	8.280.322	3,54	1.394.367	20,2	7,5	11,8
11	Goiás	3.816.605	2,11	5.197.864	2,22	1.381.258	36,2	2,2	33,3
12	Mato Grosso do Sul	2.736.479	1,51	3.682.678	1,57	946.199	34,6	6,1	26,8
13	Maranhão	2.665.886	1,47	2.822.711	1,21	156.824	5,9	-26,7	44,4
14	Ceará	1.136.732	0,63	1.270.274	0,54	133.542	11,7	-15,6	32,3
15	Alagoas	804.826	0,44	1.147.869	0,49	343.043	42,6	8,9	31,0
16	Pernambuco	985.124	0,54	1.058.854	0,45	73.730	7,5	-17,5	30,3
17	Amazonas	1.028.272	0,57	823.556	0,35	-204.716	-19,9	-20,1	0,2
18	Amapá	318.331	0,18	568.243	0,24	249.913	78,5	25,9	41,8
19	Tocantins	340.032	0,19	469.639	0,20	129.606	38,1	8,1	27,8
20	Rondônia	400.212	0,22	455.250	0,19	55.038	13,8	-9,5	25,7
21	Rio Grande do Norte	250.278	0,14	242.811	0,10	-7.467	-3,0	-26,0	31,0
22	Paraíba	190.415	0,11	202.016	0,09	11.601	6,1	-13,2	22,2
23	Distrito Federal	141.746	0,08	162.447	0,07	20.702	14,6	1,0	13,4
24	Piauí	123.012	0,07	155.636	0,07	32.624	26,5	0,1	26,4
25	Sergipe	66.340	0,04	112.246	0,05	45.905	69,2	37,3	23,3
26	Acre	19.605	0,01	16.534	0,01	-3.071	-15,7	-29,8	20,1
27	Roraima	11.026	0,01	14.718	0,01	3.691	33,5	-1,5	35,5
	Outros (1)	2.355.302	1,30	3.469.866	1,48	1.114.564	47,3

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Secretaria do Comércio Exterior/Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
 (1) Outros refere-se a consumo de bordo, mercadorias nacionalizadas, não declaradas e reexportadas.

Do total exportado pelo Estado nos primeiros 11 meses de 2011, aproximadamente 20% originaram-se no Setor Primário (um crescimento de cinco pontos percentuais frente ao ano anterior), enquanto os restantes 80% foram oriundos da indústria de transformação, embora ainda bastante concentrados nas cadeias produtivas relacionadas ao agronegócio, seguindo a tendência que vem marcando as modificações na pauta exportadora da indústria brasileira, dada a divisão do trabalho que a penetração dos produtos industriais chineses vem impondo ao cenário mundial.

No Setor Primário, as exportações cresceram cerca de US\$ 1,5 bilhão até novembro de 2011, em relação a igual período de 2010, destacando-se a importância das exportações de soja (81,2% das exportações agrícolas) e de trigo (12,6%). As exportações de trigo foram fortemente influenciadas pelo aumento dos preços advindos da quebra da safra de tradicionais países exportadores, como a Rússia, a Ucrânia e os países do Mar Negro, no segundo semestre de 2010, o que abriu espaço para a comercialização externa da produção gaúcha (Tabelas seguintes).

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA 2012

Exportações, segundo os setores de atividade, do Rio Grande do Sul — jan.-nov./11

SETORES	JAN-NOV/10		JAN-NOV/11		VARIACÃO (US\$ 1 000)	VARIACÃO (%)		
	Valor (US\$ 1 000)	Participação (%)	Valor (US\$ 1 000)	Participação (%)		Valor	Volume	Preço
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	1.989.399	14,10	3.502.455	19,39	1.513.057	76,1	35,1	30,3
Indústrias de transformação	11.921.926	84,51	14.356.556	79,48	2.434.629	20,4	6,4	13,2
Outros	195.525	1,39	203.576	1,13	8.051	4,1
TOTAL	14.106.850	100,00	18.062.587	100,00	3.955.737	28,0	9,9	16,5

FORNE DOS DADOS BRUTOS: Secretaria do Comércio Exterior/Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Principais produtos exportados da agropecuária do Rio Grande do Sul — jan.-nov./11

PRODUTOS	JAN-NOV/10		JAN-NOV/11		VARIACÃO (US\$ 1 000)	VARIACÃO (%)		
	Valor (US\$ 1 000)	Participação (%)	Valor (US\$ 1 000)	Participação (%)		Valor	Volume	Preço
Outros grãos de soja, mesmo triturados	1.746.853	87,81	2.846.167	81,26	1.099.314	62,9	22,2	33,3
Trigo (exceto trigo duro ou para semeadura), e trigo c/centeio	82.034	4,12	451.411	12,89	369.377	450,3	220,5	71,7
Subtotal	1.828.887	91,93	3.297.578	94,15	1.468.691	80,3
Demais	160.511	8,07	204.877	5,85	44.366	27,6
TOTAL	1.989.399	100,00	3.502.455	100,00	1.513.057	76,1	35,1	30,3

FORNE DOS DADOS BRUTOS: Secretaria do Comércio Exterior/Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

As exportações da indústria gaúcha cresceram US\$ 2,4 bilhões até novembro de 2011, em relação a igual período de 2010, atingindo US\$ 14,4 bilhões. A indústria de alimentos e bebidas foi responsável por quase um terço desse total (31,9% das exportações industriais), seguida por produtos químicos (15,1%), fumo (12,3%) e máquinas e equipamentos (10,3%). Os calçados e artefatos de couro apareceram apenas como o quinto grupo de produtos de exportação da indústria do Estado, cabendo ressaltar que, enquanto as exportações de calçados se reduziram, frente ao mesmo período de 2010, em quase US\$ 100 milhões, as exportações de couro se elevaram em US\$ 42,3 milhões.

Dentre as exportações de produtos da indústria de transformação, o destaque vai para as exportações de carnes (US\$ 2.239,2 milhões exportados no ano de 2011 até novembro) e óleos e gorduras vegetais (US\$ 1.645 milhões exportados no mesmo período). Nota-se a predominância das exportações ligadas aos produtos em insumos agrícolas e intensivos em mão de obra na pauta exportadora do Estado, cabendo ainda destacar a elevação nas exportações de automóveis e de ônibus produzidos no Rio Grande do Sul. Os produtos ligados às indústrias eletrônica, de equipamentos médicos, de produtos médicos e de equipamentos de informática, relacionadas, em geral, às tecnologias mais avançadas, responderam, em conjunto, por pouco mais de 1% das exportações do Estado em 2011 (Tabela a seguir).

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA 2012

Exportações, segundo os setores da indústria de transformação, do Rio Grande do Sul — jan.-nov./11

SETORES	JAN-NOV/10		JAN-NOV/11		VARIÇÃO (US\$ 1 000)	VARIÇÃO (%)		
	Valor (US\$ 1 000)	Participação (%)	Valor (US\$ 1 000)	Participação (%)		Valor	Volume	Preço
Produtos alimentícios e bebidas	3.537.229	29,67	4.582.646	31,92	1.045.417	29,6	10,6	17,1
Abate e preparação de produtos de carne e de pescado	2.101.442	17,63	2.239.235	15,60	137.793	6,6	-9,3	17,5
Produção de óleos e gorduras vegetais e animais	1.136.672	9,53	1.644.765	11,46	508.093	44,7	18,1	22,5
Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de rações balanceadas para animais	156.570	1,31	506.992	3,53	350.423	223,8	219,2	1,4
Químicos	1.610.107	13,51	2.172.769	15,13	562.662	34,9	5,9	27,4
Resinas e elastômeros	923.495	7,75	1.249.851	8,71	326.356	35,3	11,8	21,0
Produtos químicos orgânicos	443.007	3,72	555.507	3,87	112.500	25,4	-5,6	32,8
Fumo	1.738.319	14,58	1.772.435	12,35	34.116	2,0	8,1	-5,7
Máquinas e equipamentos	1.150.776	9,65	1.479.866	10,31	329.090	28,6	16,4	10,5
Tratores, máquinas e equipamentos para a agricultura, avicultura e obtenção de produtos animais	566.787	4,75	708.565	4,94	141.778	25,0	11,0	12,6
Máquinas e equipamentos de uso geral	106.288	0,89	196.710	1,37	90.422	85,1	36,5	35,6
Motores, bombas, compressores e equipamentos de transmissão	125.279	1,05	170.078	1,18	44.799	35,8	27,9	6,1
Armas, munições e equipamentos militares	138.961	1,17	121.591	0,85	-17.370	-12,5	-2,9	-9,9
Couros e artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	1.191.087	9,99	1.130.983	7,88	-60.105	-5,0	-15,5	12,3
Fabricação de calçados	758.961	6,37	659.809	4,60	-99.153	-13,1	-21,1	10,2
Curtimento e outras preparações de couro	415.014	3,48	457.274	3,19	42.260	10,2	-4,0	14,8
Veículos automotores, reboques e carrocerias	701.351	5,88	1.110.117	7,73	408.767	58,3	43,0	10,7
Peças e acessórios para veículos automotores	339.517	2,85	442.154	3,08	102.637	30,2	21,0	7,6
Cabinas, carrocerias e reboques	289.848	2,43	304.994	2,12	15.146	5,2	-9,6	16,4
Automóveis, caminhonetes e utilitários	45	0,00	140.062	0,98	140.017	308.305,2	71.613,7	330,1
Caminhões e ônibus	31.990	0,27	109.346	0,76	77.355	241,8	141,3	41,7
Borracha e plástico	258.283	2,17	316.070	2,20	57.787	22,4	4,0	17,7
Metal - exceto máquinas e equipamentos	267.819	2,25	315.716	2,20	47.897	17,9	5,4	11,9
Móveis e indústrias diversas	266.827	2,24	281.688	1,96	14.861	5,6	-4,5	10,6
Coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	331.554	2,78	206.746	1,44	-124.808	-37,6	-50,7	26,4
Celulose, papel e produtos de papel	185.702	1,56	193.800	1,35	8.097	4,4	-11,7	18,1
Têxteis	109.096	0,92	137.957	0,96	28.861	26,5	2,9	22,9
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	128.944	1,08	128.299	0,89	-645	-0,5	-14,6	16,5
Madeira	105.047	0,88	121.002	0,84	15.955	15,2	5,6	9,1
Minerais não-metálicos	94.478	0,79	102.157	0,71	7.679	8,1	4,8	3,1
Material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações	83.303	0,70	102.050	0,71	18.747	22,5	2,1	20,0
Metalurgia básica	73.472	0,62	96.637	0,67	23.165	31,5	26,2	4,2
Equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação industrial, cronômetros e relógios	40.198	0,34	48.757	0,34	8.559	21,3	20,8	0,4
Vestuário e acessórios	32.744	0,27	39.732	0,28	6.988	21,3	3,0	17,7
Máquinas para escritório e equipamentos de informática	5.966	0,05	7.578	0,05	1.612	27,0	9,5	16,0
Outros equipamentos de transporte	3.912	0,03	4.897	0,03	985	25,2	3,8	20,6
Edição, impressão e reprodução de gravações	5.711	0,05	4.653	0,03	-1.057	-18,5	-33,3	22,1
TOTAL	11.921.926	100,00	14.356.556	100,00	2.434.629	20,4	6,4	13,2

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Secretaria do Comércio Exterior/Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

O destino das exportações do Rio Grande do Sul é bastante diversificado, embora a presença da China, consolidada como principal compradora dos produtos do Estado, tenha continuado a se intensificar no ano de 2011, até novembro. O *ranking* dos países de destino das exportações do Estado pouco se modificou em 2011, com cerca de 35% do comércio para China (17,9%), Argentina (10%) e Estados Unidos (7%). Entretanto, cabe ressaltar a importância das exportações do Setor Primário, especialmente da soja, para a China em 2011, enquanto, para a Argentina, a pauta envolveu predominantemente produtos da indústria de transformação (Tabela a seguir).

Exportações, segundo os principais países de destino, do Rio Grande do Sul — jan.-nov./11

PAÍSES	JAN-NOV/10		JAN-NOV/11		VARIÇÃO (US\$)	VARIÇÃO (%)
	Valor (US\$)	Participação (%)	Valor (US\$)	Participação (%)		
China	2.354.539.351	16,69	3.225.748.466	17,86	871.209.115	37,0
Argentina	1.480.253.791	10,49	1.813.954.995	10,04	333.701.204	22,5
Estados Unidos	1.140.117.240	8,08	1.258.262.513	6,97	118.145.273	10,4
Países Baixos (Holanda)	530.472.220	3,76	654.071.570	3,62	123.599.350	23,3
Paraguai	551.541.675	3,91	586.247.376	3,25	34.705.701	6,3
Alemanha	420.438.500	2,98	504.010.033	2,79	83.571.533	19,9
Bélgica	532.415.362	3,77	446.199.657	2,47	-86.215.705	-16,2
Uruguai	303.966.706	2,15	443.247.127	2,45	139.280.421	45,8
Venezuela	220.862.415	1,57	428.896.234	2,37	208.033.819	94,2
França	141.471.791	1,00	394.567.119	2,18	253.095.328	178,9
Espanha	259.534.192	1,84	378.047.147	2,09	118.512.955	45,7
Chile	324.902.528	2,30	343.004.789	1,90	18.102.261	5,6
Arábia Saudita	228.167.219	1,62	322.165.494	1,78	93.998.275	41,2
Rússia, Federação da	517.275.189	3,67	319.954.355	1,77	-197.320.834	-38,1
Hong Kong	228.768.044	1,62	277.920.171	1,54	49.152.127	21,5
Japão	204.839.381	1,45	268.467.277	1,49	63.627.896	31,1
Reino Unido	276.108.248	1,96	235.575.613	1,30	-40.532.635	-14,7
Itália	212.059.612	1,50	230.301.506	1,28	18.241.894	8,6
México	226.080.979	1,60	224.466.893	1,24	-1.614.086	-0,7
Taiwan (Formosa)	96.892.348	0,69	215.581.287	1,19	118.688.939	122,5
Colômbia	142.138.348	1,01	209.781.530	1,16	67.643.182	47,6
Peru	153.303.640	1,09	208.899.094	1,16	55.595.454	36,3
África do Sul	182.117.079	1,29	207.850.918	1,15	25.733.839	14,1
Indonésia	180.462.804	1,28	197.671.029	1,09	17.208.225	9,5
Vietnã	75.087.100	0,53	196.510.505	1,09	121.423.405	161,7
Subtotal	10.983.815.762	77,86	13.591.402.698	75,25	2.607.586.936	23,7
TOTAL GERAL	14.106.849.912	100,00	18.062.586.669	100,00	3.955.736.757	28,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Secretaria do Comércio Exterior/Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Perspectivas

As perspectivas para o ano de 2012 são positivas, mesmo considerando as ameaças da conjuntura internacional. Há projeções positivas sobre o crescimento do investimento, da renda e do emprego para o País como um todo e, como descrito nesta Mensagem, perspectivas positivas de investimento no território do Rio Grande do Sul.

Outro fator que deve impactar positivamente a economia gaúcha em 2012 é o aumento de 14,75% no Piso Mínimo Regional, o que elevou seu

valor para R\$ 700,00 na primeira faixa, atingindo R\$ 761,30 na última (Faixa 4). Assim, o Estado tende a seguir a elevação do salário mínimo nacional, a qual tem tido efeitos benéficos tanto no estímulo à demanda, que se apresentou mais fraca no último semestre de 2011, quanto na redução das disparidades salariais. Cabe ressaltar que os dados disponíveis quanto ao emprego na Região Metropolitana de Porto Alegre pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED – FEE/FGTAS/DIEESE) não permitem identificar perda de empregos ocasionada pela introdução e manutenção dessa política salarial na última década, a qual coincidiu com uma elevação expressiva no nível de formalização do emprego na Região.

2 AS FINANÇAS PÚBLICAS DO RIO GRANDE DO SUL

2 AS FINANÇAS PÚBLICAS DO RIO GRANDE DO SUL

2.1 O Quadro Geral das Finanças Públicas Estaduais

O ano de 2011 foi um ano em que as finanças públicas do Estado do Rio Grande do Sul apresentaram um quadro de estabilidade. Mesmo com o bom momento econômico brasileiro e gaúcho e com os resultados positivos obtidos pela gestão sobre a receita e a despesa, é possível identificar também a persistência de certas dificuldades fiscais do setor público estadual do Rio Grande do Sul descritas nas Mensagens enviadas à Assembleia Legislativa durante 2011.

Por exemplo, devido aos elevados gastos com as atuais aposentadorias e pensões, o caixa do Tesouro terá que suportar, em 2012, aproximadamente, R\$ 5,5 bilhões de déficit previdenciário. Atualmente, aportam-se perto de 70% da Receita Corrente Líquida no grupo de Pessoal e Encargos Sociais.

Outro importante fator de engessamento fiscal das finanças estaduais é a imposição onerosa do termo da dívida pública gaúcha contratualizada com a União. Ao fato de o Estado pagar o percentual de 13% da Receita Líquida Real sobre a dívida intralimite soma-se que o estoque teve um crescimento elevado devido a sua vinculação ao IGP-DI, indicador que teve comportamento destoante de outros indicadores de inflação e teve grande variação influenciada pela elevação dos preços das *commodities* nos últimos anos. Os elevados encargos são os mesmos da época de inflação galopante, quando o Brasil pagava juros maiores que os atuais.

A situação fiscal do Rio Grande do Sul agravou-se no final da década de 90, por ocasião da edição de um arcabouço legislativo que reconfigurou o modelo de financiamento dos estados, bem como pelos processos de renegociação das suas dívidas. Esse período marcou o fim das estratégias de financiamento público pelas vias não-tributárias, através da inflação, do endividamento mobiliário e da venda de bens, e impôs a esses um austero regime de ajustamento fiscal.

Esse regime foi marcado não somente pela tentativa de adequação do financiamento ao novo modelo vigente na Federação, mas também foi instrumento de redução do papel do Estado na economia e na sociedade. Dessa forma, não apenas o equilíbrio fiscal havia de ser perseguido, mas a própria reconfiguração do espectro das políticas públicas. E a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal, no início dos anos 2000, forçou os gestores públicos a restringir ainda mais os gastos em áreas estratégicas.

O desenvolvimento desse processo, em certa medida, foi contraposto: (i) pelas crescentes necessidades sociais, especialmente relacionadas aos serviços públicos básicos a cargo da esfera pública estadual, tais como a saúde, a educação e a segurança pública, além das próprias orientações fixadas pela Constituição Estadual, que impunham um

ritmo de crescimento do financiamento das respectivas políticas públicas; (ii) pelas sucessivas tentativas de recolocação dos patamares de arrecadação, a fim de equacionar as necessidades de financiamento das políticas públicas; e (iii) pela utilização de mecanismos financeiros de administração de receitas e despesas, que buscam otimizar a alocação de recursos e administrar, no tempo, o fluxo de caixa.

De forma gradual, o ajustamento transcorreu até meados dos anos 2000. A partir dessa data, a gestão fiscal apresentou um ponto de inflexão em sua trajetória, desenvolvendo forte política de contenção de dispêndio, especialmente do investimento e do custeio, não obstante o registro de níveis de arrecadação elevados. Esse novo padrão implicou a deterioração da capacidade de manutenção da qualidade e quantidade dos serviços típicos de Estado e, especialmente, da promoção do desenvolvimento econômico, sem alcançar uma posição fiscal sustentável.

Entre os desafios para a execução de um novo modelo de gestão fiscal está a busca de novas fontes de financiamento. Devem abranger ações que vão desde a alocação de recursos federais disponíveis para a qualificação e ampliação dos serviços públicos, passando pelo reforço de arrecadação através da permanente qualificação do Fisco, até a contratação de operações de crédito ao investimento público e às políticas sociais.

Esse novo modelo de gestão resgata o papel do Estado na promoção do desenvolvimento econômico, pois só com o crescimento da produção da riqueza no âmbito estadual haverá condições de consolidar um novo patamar de financiamento que minimize o processo de abrandamento da escassez de recursos públicos estaduais do cotidiano da gestão financeira.

Não há soluções fáceis para contornar a estrutura fiscal do Estado. É necessário buscar o crescimento da economia gaúcha, um alto padrão de dinamismo e sustentabilidade duradoura, alternativa sem a qual não se podem imaginar melhorias nos instrumentos de políticas públicas.

2.2 O Financiamento Público Estadual ao Longo do Tempo

Para fazer frente às crescentes demandas das famílias gaúchas, principalmente nas áreas de educação, saúde, segurança e infraestrutura, o Estado necessita de permanente financiamento, visto que as necessidades são ilimitadas, contudo os recursos são escassos.

As contas públicas apresentaram déficits fiscais expressivos e recorrentes durante várias décadas. Esses desequilíbrios foram cobertos pelo endividamento suportado por operações de crédito ou pela emissão de títulos públicos, e em outras oportunidades, pelo financiamento inflacionário. Já no período mais recente, recorreu-se às receitas de privatizações, às antecipações tributárias, ao atraso no pagamento de fornecedores e de precatórios, bem como à administração e otimização de recursos financeiros.

Com votação ao final de 2004, de lei com vigência a partir de abril de 2005 até 31 de dezembro de 2006, buscou-se o incremento de receitas,

mediante aumento de alíquotas do ICMS sobre produtos selecionados (luz, água, telefone e combustível). Houve, também, parcelamentos de salários dos servidores e de empréstimos para o pagamento do 13º salário de parte dos servidores do Poder Executivo.

É importante ressaltar o fato de que, apesar do uso desse conjunto de fontes de financiamento, não se conseguiu estancar a gradativa diminuição da capacidade de investimento do Estado.

2.3 A Evolução dos Resultados Primário e Orçamentário

O **resultado primário** indica se os níveis de gastos orçamentários dos entes federativos são compatíveis com a sua arrecadação, ou seja, se as receitas primárias são capazes de suportar as despesas primárias.

As receitas primárias correspondem ao total das receitas orçamentárias deduzidas as operações de crédito, as provenientes de rendimentos de aplicações financeiras e retorno de operações de crédito (juros e amortizações), o recebimento de recursos oriundos de empréstimos concedidos e as receitas de privatizações. As despesas primárias correspondem ao total das despesas orçamentárias deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida interna e externa, com a aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.

Pode-se conceituar **resultado orçamentário** como a diferença entre as receitas arrecadadas num exercício e as despesas nele empenhadas. Quando as receitas forem maiores que as despesas, o resultado orçamentário é superavitário.

Na Tabela a seguir são apresentados os resultados primário e orçamentário, conforme a fórmula estabelecida pela Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), entre os anos de 1971 e 2011, bem como os percentuais dos orçamentos executados das receitas e das despesas, em relação ao PIB gaúcho. Constata-se a frequência de resultados negativos. Com a Lei de Responsabilidade Fiscal, em vigor a partir do início de 2000, as contas sofreram forte regime de ajustamento fiscal.

Convém salientar que, entre 1971 e 1983, o resultado primário refere-se à Administração Direta com repasses às Fundações e Autarquias. A partir de 1984, é atinente à Administração Pública Consolidada. O cálculo utilizado para a elaboração da série do resultado primário foi feito segundo o critério atual, conforme a Portaria SOF nº 4, de 08/03/2001. A partir de 2001, os valores foram retirados diretamente do Balanço do Estado, publicado pela Contadoria-Geral.

O resultado primário menor que o resultado orçamentário, que se verifica em alguns anos da série, deveu-se, principalmente, ao uso de receitas de operações de crédito ou de alienação de bens para a cobertura de despesas de pessoal e de custeio.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA 2012

Resultados Primário e Orçamentário

Ano	Resultado Primário IGP-DI Médio	Resultado Orçamentário IGP-DI Médio	% Resultado Primário sobre PIB/RS	Resultado Orçamentário sobre PIB/RS	Receita Total sobre PIB/RS	Despesa Total sobre PIB/RS
1971	-46.678.076	-144.665.536	(0,06%)	(0,19%)	9,66	9,85
1972	-301.563.380	-263.349.579	(0,36%)	(0,32%)	9,65	9,97
1973	-566.235.504	-490.146.284	(0,50%)	(0,44%)	8,71	9,14
1974	-1.068.930.919	-426.611.756	(0,86%)	(0,34%)	8,59	8,93
1975	-1.398.403.751	-724.563.279	(1,02%)	(0,53%)	9,40	9,93
1976	-1.596.167.223	-1.578.610.710	(1,05%)	(1,04%)	7,83	8,88
1977	-29.941.916	-563.845.231	(0,02%)	(0,35%)	7,81	8,16
1978	-688.838.246	266.475.776	(0,41%)	0,16%	8,58	8,42
1979	-1.143.755.361	-480.854.245	(0,65%)	(0,27%)	8,13	8,40
1980	-673.303.326	-566.355.686	(0,35%)	(0,30%)	7,75	8,05
1981	-1.452.931.325	-594.476.041	(0,82%)	(0,34%)	9,12	9,46
1982	-1.946.957.972	-1.524.017.258	(1,12%)	(0,87%)	10,70	11,58
1983	-1.854.591.572	-5.972.044.429	(0,98%)	(3,17%)	7,91	11,08
1984	-1.465.730.960	-2.562.311.819	(0,78%)	(1,36%)	8,82	10,19
1985	-2.452.630.747	-9.945.997.835	(1,25%)	(5,09%)	9,89	14,98
1986	-1.770.513.211	-2.912.481.152	(0,85%)	(1,40%)	11,13	12,53
1987	-966.795.565	-1.064.423.528	(0,43%)	(0,48%)	10,96	11,43
1988	-1.499.800.185	-844.118.918	(0,59%)	(0,33%)	9,56	9,89
1989	-4.471.748.480	371.358.737	(1,40%)	0,12%	9,79	9,68
1990	-3.739.824.037	-1.199.703.487	(1,71%)	(0,55%)	12,35	12,90
1991	-465.411.349	-457.171.531	(0,23%)	(0,22%)	10,34	10,57
1992	-4.868.321.450	-1.140.022.996	(1,94%)	(0,45%)	11,52	11,97
1993	-3.590.171.212	-501.139.031	(1,12%)	(0,16%)	11,23	11,39
1994	-949.730.729	-851.943.309	(0,38%)	(0,34%)	11,94	12,28
1995	-736.872.614	-1.699.722.882	(0,36%)	(0,82%)	11,39	12,22
1996	-2.415.206.146	-95.820.713	(1,10%)	(0,04%)	13,29	13,33
1997	-1.652.707.463	1.805.890.635	(0,74%)	0,81%	14,76	13,94
1998	-4.307.749.985	1.159.707.288	(1,98%)	0,53%	18,79	18,26
1999	-1.138.125.271	-2.296.719.687	(0,54%)	(1,10%)	10,72	11,81
2000	-1.028.361.818	-1.515.021.939	(0,49%)	(0,73%)	11,26	11,99
2001	-651.697.118	-1.497.016.461	(0,31%)	(0,77%)	11,39	12,16
2002	-126.068.444	-742.376.274	(0,06%)	(0,36%)	11,60	11,96
2003	-157.951.334	-606.554.477	(0,08%)	(0,31%)	11,12	11,42
2004	52.190.752	-1.334.114.364	0,03%	(0,67%)	10,50	11,17
2005	782.754.139	-1.256.426.617	0,40%	(0,64%)	11,55	12,19
2006	611.434.201	-1.209.963.101	0,29%	(0,57%)	11,54	12,12
2007	1.221.646.475	797.772.469	0,54%	0,35%	11,41	11,05
2008	2.475.882.920	509.561.394	1,08%	0,22%	11,81	11,61
2009	1.858.027.301	11.863.742	0,88%	0,01%	10,98	10,98
2010	1.722.616.184	-170.058.882	0,69%	(0,07%)	11,73	11,79
2011	1.454.147.381	-487.604.284	0,53%	(0,18%)	10,81	10,99

Fonte: Balanço Geral do Estado do RS (CAGE/RS) e FEE/RS.

Nota 1: Os valores estão atualizados pelo IGP-DI médio de 2011. Os resultados primário e orçamentário de 2011, estão dispostos em valores nominais.

Nota 2: A partir de 1985, utilizou-se nova série do PIB.

Nota 3: As receitas e as despesas estão dispostas pelos seus totais líquidos, sem a dupla contagem intraorçamentária.

Nota 4: Os PIBs de 2010 e 2011 são preliminares, podendo sofrer alterações.

2.4 Os Principais Agregados da Receita Pública Estadual

A Tabela a seguir mostra a evolução da receita pública consolidada, a partir de 2003, em valores atualizados pelo IGP-DI. Ressalva-se que não constam no demonstrativo as receitas intraorçamentárias, visto que estas representam uma dupla contagem contábil, ou seja, são lançamentos que ocasionam a mesma receita em mais de um órgão estadual, o que deve ser expurgado.

Receitas Orçamentárias Consolidadas do Estado do RS – Em R\$ milhões

Especificação das Receitas	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
RECEITAS CORRENTES	22.166.502	21.205.301	23.440.698	24.839.302	25.638.420	27.410.322	32.977.311	37.044.995	35.774.156
RECEITA TRIBUTÁRIA	16.459.385	16.311.471	17.803.416	18.694.171	18.752.931	20.266.996	20.787.437	23.589.609	23.152.605
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.141.783	1.290.940	1.322.661	1.399.290	1.471.341	1.385.484	1.487.340	1.532.261	1.673.889
RECEITA PATRIMONIAL	553.286	288.275	362.763	539.404	410.220	630.618	781.630	653.672	626.376
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.165	1.057	806	1.012	1.071	1.159	703	3.935	948
RECEITA INDUSTRIAL	4.508	8.496	3.795	2.813	1.013	506	283	216	590
RECEITA DE SERVIÇOS	265.631	244.480	243.644	227.658	234.486	247.726	264.616	255.764	247.583
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.919.623	4.317.427	4.677.540	5.178.464	5.471.643	5.988.137	6.148.900	6.581.649	6.545.912
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.994.882	865.367	849.667	626.684	754.680	703.055	978.407	1.284.616	1.017.354
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	296.493	283.968	236.547	261.259	891.917	1.038.079	5.692.218	6.685.924	6.089.912
DEDUÇÕES PARA A FORMAÇÃO DO FUNDEB	(2.470.253)	(2.406.181)	(2.060.140)	(2.091.454)	(2.350.883)	(2.851.439)	(3.164.223)	(3.542.651)	(3.581.013)
RECEITAS DE CAPITAL	699.581	652.001	262.437	463.061	1.803.430	1.507.420	278.529	1.146.087	378.614
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	458.785	342.869	178.639	41.171	-	1.369.926	(0)	865.006	249.477
ALIENAÇÃO DE BENS	213.560	252.967	41.097	314.762	1.716.093	5.085	35.474	4.508	5.017
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	7.929	15.384	17.336	71.963	45.216	29.333	19.678	37.806	38.555
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	19.307	40.780	25.365	35.166	42.121	103.075	223.378	238.768	85.566
Total das Receitas	22.866.083	21.857.302	23.703.135	25.302.363	27.441.850	28.917.742	33.255.841	38.191.082	36.152.770

Fonte: Secretaria da Fazenda do RS – Sistema Cubo.

As receitas tributárias (receitas próprias do Estado) são responsáveis pela maior parte da arrecadação do Tesouro, seguidas pelas transferências constitucionais e legais advindas da União. Quanto às operações de crédito, estas obedecem rigorosamente às restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal. Em 2008 e em 2010, o Estado obteve permissão para contratar empréstimo junto ao Banco Mundial, com a finalidade de melhorar o perfil de parte da dívida extralimite.

ICMS

O ICMS é o principal tributo estadual, concentrando-se nos chamados produtos e serviços seletivos, como cigarros, bebidas, comunicações, energia e combustíveis. Entre 2001 e 2011, o ICMS Tributo representou, em média, 84,4% do total arrecadado, em relação ao grupo das receitas tributárias. No mesmo período, observa-se uma tendência de pequena queda proporcional do ICMS em relação ao IPVA, ou seja,

enquanto este último cresceu 258,5%, em termos nominais, o ICMS Tributo cresceu 192,3%.

Percentual do ICMS total em relação à Receita Tributária – em valores nominais –
R\$ milhões

Especificação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
ICMS Tributo Arrecadado	6.515	7.213	8.596	9.361	10.901	11.541	11.996	14.536	14.733	17.283	19.041
Receita Tributária	7.698	8.429	10.084	10.946	12.637	13.502	14.240	17.099	17.859	21.420	22.796
% ICMS Tributo / Receita Tributária	84,6	85,6	85,2	85,5	86,3	85,5	84,2	85,0	82,5	80,7	83,5

Fonte de Dados Brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

Analisando-se a evolução da arrecadação do ICMS no período de 1997 a 2011 (Tabela apresentada a seguir), verifica-se um crescimento nominal de 386,8%, passando de R\$ 4.006,7 milhões, em 1997, para R\$ 19.502,9 milhões, em 2011. Nesse mesmo período, comparando-se com a variação do IGP-DI de 31/12/2011, houve um aumento real de 49,5%. Na comparação de 2011 com 2010, o crescimento nominal do ICMS foi de 9,0% e, o do IGP-DI, de 1,6%.

A arrecadação do ICMS total em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) do Rio Grande do Sul, que representou 5,8%, em 1997, chegou a 7,9%, em 2005, e a 7,1% do PIB, em 2011. A média do período, entre 1997 e 2011, é de 7,0%.

Evolução da Arrecadação do ICMS Total – R\$ milhões

Ano	Arrecadação nominal	Varição nominal sobre o ano anterior	Arrecadação pelo IGP-DI	Varição pelo IGP-DI sobre ano anterior	% Arrecadação ICMS / PIB do RS
1997	4.006,7	-	13.247,9	-	5,8
1998	4.228,2	5,5	13.453,5	1,6	6,0
1999	4.659,5	10,2	13.307,8	-1,1	6,2
2000	5.646,8	21,2	14.172,8	6,5	6,6
2001	6.706,4	18,8	15.260,3	7,7	7,1
2002	7.441,5	11,0	14.875,3	-2,5	7,1
2003	8.988,8	20,8	14.673,2	-1,4	7,2
2004	9.637,9	7,2	14.361,0	-2,1	7,0
2005	11.258,8	16,8	15.864,1	10,5	7,9
2006	11.701,1	3,9	16.202,1	2,1	7,5
2007	12.239,8	4,6	16.116,8	-0,5	6,9
2008	14.825,1	21,1	17.562,4	9,0	7,4
2009	15.086,7	1,8	17.562,8	0,0	7,0
2010	17.893,3	18,6	19.717,4	12,3	7,3
2011	19.502,9	9,0	19.805,2	0,4	7,1
% 2010/1997	386,8%	-	49,5%	-	-

Fonte de Dados Brutos: Secretaria da Fazenda do RS e Fundação de Economia e Estatística do RS.

Nota 1: Os PIBs de 2010 e de 2011 são estimativas preliminares da FEE/RS, podendo sofrer alterações.

Nota 2: O ICMS total engloba o ICMS tributo mais a Dívida Ativa.

Os anos de 2010 e 2005 registraram os maiores aumentos reais de arrecadação de ICMS. Em 2010, o crescimento foi motivado pela recuperação econômica do País após a grave crise internacional ocorrida no

final de 2008 e em 2009. O grande salto, em 2005, foi em função do aumento de alíquotas sobre alguns produtos e serviços seletivos, que se estendeu até 31 de dezembro de 2006. Naquele ano, o PIB do Rio Grande do Sul teve forte queda de 2,8%, pelo efeito da estiagem, causando depressão no campo e no agronegócio gaúcho, enquanto o PIB brasileiro cresceu 3,2%.

Comparativamente a outros estados brasileiros, o Rio Grande do Sul mantém-se, há vários anos, na quarta posição no que respeita à arrecadação nominal do ICMS – atrás de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Essa posição cai para a 16ª, se for considerada a participação percentual do ICMS Tributo no PIB estadual, o que pode ser atribuído a fatores tais como: (i) o perfil agroindustrial da economia gaúcha, em cujos produtos incidem menores alíquotas, (ii) a natureza exportadora, cujas desonerações fiscais reduzem a arrecadação tributária, (iii) a guerra fiscal e as diferenças na magnitude de alíquotas entre os estados, e (iv) a crescente participação do setor de Serviços, não abrangido pela base tributária do ICMS.

Participação percentual do ICMS Tributo em relação ao PIB estadual – Em R\$ milhões

Estados	2006				2007				2008			
	ICMS	PIB	% ICMS/PIB	Ranking	ICMS	PIB	% ICMS/PIB	Ranking	ICMS	PIB	% ICMS/PIB	Ranking
AC	361	4.835	7,5	17	392	5.761	6,8	20	400	6.730	5,9	24
AL	1.281	15.748	8,1	11	1.402	17.793	7,9	12	1.614	19.477	8,3	10
AM	3.360	39.157	8,6	8	3.712	42.023	8,8	5	4.620	46.823	9,9	3
AP	288	5.260	5,5	25	313	6.022	5,2	26	353	6.765	5,2	25
BA	8.604	96.521	8,9	6	8.941	109.652	8,2	9	10.239	121.508	8,4	8
CE	3.756	46.303	8,1	12	3.918	50.331	7,8	13	4.719	60.099	7,9	13
DF	3.316	89.629	3,7	27	3.459	99.946	3,5	27	3.949	117.572	3,4	27
ES	5.092	52.778	9,6	4	5.878	60.340	9,7	2	7.001	69.870	10,0	2
GO	4.699	57.057	8,2	10	5.231	65.210	8,0	10	6.143	75.275	8,2	11
MA	1.828	28.620	6,4	23	2.003	31.606	6,3	23	2.350	38.487	6,1	23
MG	17.018	214.754	7,9	13	19.333	241.293	8,0	11	23.214	282.522	8,2	12
MS	3.010	24.341	12,4	1	3.501	28.121	12,4	1	4.347	33.145	13,1	1
MT	3.497	35.258	9,9	3	3.887	42.687	9,1	4	4.736	53.023	8,9	5
PA	3.308	44.370	7,5	18	3.667	49.507	7,4	15	4.182	58.519	7,1	17
PB	1.533	19.951	7,7	14	1.678	22.202	7,6	14	1.927	25.697	7,5	15
PE	4.864	55.493	8,8	7	5.416	62.256	8,7	7	6.209	70.441	8,8	7
PI	1.069	12.788	8,4	9	1.176	14.136	8,3	8	1.403	16.761	8,4	9
PR	9.264	136.615	6,8	21	10.086	161.582	6,2	24	11.767	179.270	6,6	20
RJ	14.805	275.327	5,4	26	15.671	296.768	5,3	25	17.836	343.182	5,2	26
RN	1.914	20.555	9,3	5	2.006	22.926	8,8	6	2.256	25.481	8,9	6
RO	1.333	13.107	10,2	2	1.442	15.003	9,6	3	1.675	17.888	9,4	4
RR	221	3.660	6,0	24	269	4.169	6,5	22	301	4.889	6,2	22
RS	11.813	156.827	7,5	16	12.258	176.615	6,9	19	14.825	199.499	7,4	16
SC	6.169	93.147	6,6	22	6.823	104.623	6,5	21	7.944	123.283	6,4	21
SE	1.147	15.124	7,6	15	1.204	16.896	7,1	16	1.341	19.552	6,9	19
SP	57.788	802.655	7,2	20	63.192	902.784	7,0	18	76.322	1.003.016	7,6	14
TO	722	9.605	7,5	19	788	11.094	7,1	17	916	13.091	7,0	18
BRASIL	172.059	2.369.485	7,3	-	187.645	2.661.346	7,1	-	222.589	3.031.865	7,3	-

Fontes: STN - www.stn.fazenda.gov.br - Finanças Estaduais/IBGE - www.ibge.gov.br - Contas Regionais.

Transferências Constitucionais da União ao Estado

No domínio tributário, as relações federativas encontram-se submetidas a distorções, devido ao incremento da carga fiscal concentrar-se na esfera federal, com a institucionalização de diversas contribuições sociais

(CPMF, CIDE, PIS/PASEP, COFINS e CSLL), não repartidas com os demais entes federativos. Somente em 2003, houve o compartilhamento da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) com os estados. Atualmente, 29% da arrecadação da CIDE vão para os estados, sendo um quarto desse valor transferido aos municípios.

As principais transferências constitucionais da União ao Estado (Fundo de Participação dos Estados (FPE), Cota-Parte do IPI Exportação, Compensação Financeira pelas perdas da Lei Kandir e Auxílio Financeiro à Exportação) apresentaram, ao longo do tempo, uma redução significativa na sua participação, em relação à Receita Corrente Líquida (RCL). No ano de 2011, houve aumento do percentual de transferências da União em relação à RCL devido ao aumento da Cota-Parte do FPE. Entre os anos 2000 e 2011, houve uma variação negativa de 4,2 pontos percentuais. Em 2000, as transferências da União representavam o equivalente a 14,0% da RCL e, em 2011, essa participação recuou para 9,8% da RCL, significando, no período, uma perda da RCL da ordem de R\$ 921 bilhões (RCL de R\$ 21.928 x 4,2% = R\$ 921 milhões).

Transferências legais da União ao RS em relação à RCL – Em valores nominais –
R\$ 1.000,00

Especificação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
COTA-PARTE DO FPE	337	397	492	511	564	705	781	904	1.106	1.066	1.149	1.415
COTA-PARTE DO IPI-EXPORTAÇÃO	300	318	311	293	310	352	377	392	432	335	440	483
LEI KANDIR (LCF 87/96)	291	270	298	320	256	256	147	147	147	147	147	147
AUXÍLIO FINANCEIRO À EXPORTAÇÃO	-	-	-	-	51	82	153	122	174	134	118	112
TOTAL	929	985	1.101	1.124	1.181	1.395	1.457	1.565	1.858	1.681	1.853	2.157
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	6.658	7.715	8.415	9.661	10.737	12.349	13.312	13.991	16.658	17.387	20.298	21.928
% TRANSFERÊNCIA UNIÃO / RCL	14,0	12,8	13,1	11,6	11,0	11,3	10,9	11,2	11,2	9,7	9,1	9,8

Fontes: Secretaria da Fazenda do RS e FEE/RS.

NOTA: Os PIBs de 2010 e 2011, divulgados pela FEE/RS, são preliminares, podendo sofrer alterações.

Melhorias na Função Arrecadadora

O Estado do Rio Grande do Sul está continuamente dependendo esforços para melhorar sua função arrecadadora, através dos órgãos fazendários, tendo à sua disposição diversas ferramentas modernas de gestão, de controle e de fiscalização da atividade econômica das empresas, aliadas para diminuir o risco da sonegação fiscal. O uso da *Nota Fiscal Eletrônica*, por exemplo, dá margem ao controle da mercadoria na saída da empresa até o seu destino final e, conseqüentemente, à tributação advinda da circulação.

Outra maneira de controle setorial do ICMS é a *Substituição Tributária*, a qual pode ser conceituada como sendo o regime pelo qual a responsabilidade pelo ICMS devido em relação às operações ou prestações de serviços é atribuída, normalmente, ao primeiro contribuinte da cadeia, que recolhe o tributo sobre uma pauta pré-estabelecida.

Outras iniciativas para melhoria da gestão fiscal são: Malha Fina Estadual, Rigor com devedor contumaz, Domicílio eletrônico, que são integrantes do Programa de Sustentabilidade Financeira.

2.5 Os Grandes Agregados da Despesa Pública Estadual

Para se ter uma visão mais aprofundada da situação das contas estaduais, faz-se necessário destacar a evolução das despesas, segundo os grandes grupos: Pessoal e Encargos Sociais, Serviço da Dívida (Juros, Encargos e Amortização da Dívida), Investimentos Amplos (Investimentos e Inversões Financeiras) e Outras Despesas Correntes (Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios, Manutenção e Custeio da máquina pública e Gestão do SUS).

Com o objetivo de facilitar a análise das despesas públicas, os diversos grupos são apresentados em relação à Receita Corrente Líquida (RCL). Quando há referência à RCL, trata-se do cálculo da Receita Corrente Líquida apresentado pela Contadoria-Geral do Estado (CAGE/RS) e divulgado no Balanço Geral do Estado, avalizado pelo Tribunal de Contas do Estado, que busca obedecer às determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu art. 53, I (Tabelas a seguir).

Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

Receitas Correntes Totais

- (-) Transferências Legais e Constitucionais aos Municípios
- (-) Dedução da Receita para a formação do FUNDEB
- (-) Contribuição para o plano de previdência do servidor
- (-) Compensação financeira entre regimes de previdência
- (-) Anulação de Restos a Pagar
- (-) IRRF dos servidores

Receita Corrente Líquida

Fonte: Lei de Responsabilidade Fiscal (Anexo III, art. 53, I).

A seguir apresenta-se a Tabela onde são transcritos os valores da Receita Corrente Líquida (RCL), calculados de acordo com o disposto na Lei Complementar Federal nº 101/2000. No período entre 2000 e 2011, a RCL cresceu, em média, 11,5% nominais.

A segunda Tabela adiante mostra a evolução da despesa pública consolidada, a partir de 2000, em valores nominais. Ressalva-se que não constam no demonstrativo as despesas intraorçamentárias, visto que implicariam uma dupla contagem contábil, ou seja, são lançamentos que ocasionam a mesma despesa em mais de um órgão estadual, o que deve ser expurgado.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA 2011

Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal – R\$ 1.000,00

Especificação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Receita Corrente Líquida	6.657.894	7.714.865	8.414.927	9.660.540	10.736.730	12.349.352	13.312.367	13.991.366	16.657.785	17.387.287	20.297.847	21.927.905
Crescimento nominal (%)	-	15,9	9,1	14,8	11,1	15,0	7,8	5,1	19,1	4,4	16,7	8,0

Fonte: Balanço Geral do Estado do Rio Grande do Sul.

Despesas Orçamentárias Consolidadas do Estado do RS – Em R\$ milhões

Especificação das Despesas	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Pessoal e Encargos Sociais	5.036.735	5.683.377	6.649.727	7.496.237	7.831.123	8.541.618	9.557.429	10.157.236	11.001.318	6.725.821	7.616.664	8.426.288
(+) Aposentadorias, Pensões e Precatórios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5.322.852	5.965.875	6.707.382
Pessoal e Encargos Sociais Ajustados	5.036.735	5.683.377	6.649.727	7.496.237	7.831.123	8.541.618	9.557.429	10.157.236	11.001.318	12.048.673	13.582.539	15.133.670
Outras Despesas Correntes	3.493.271	4.162.872	4.305.609	4.535.205	5.442.807	6.703.568	7.004.211	7.136.232	8.327.563	14.173.851	16.271.681	18.069.365
(-) Distribuição de Receitas aos Municípios	1.726.917	2.082.285	2.250.188	2.355.955	2.458.405	3.316.561	3.473.864	3.638.888	4.361.111	4.630.321	5.360.425	5.867.269
(-) Aposentadorias/Pensões e Precatórios	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5.322.852	5.965.875	6.707.382
(-) Gestão Plena do Sus	0	0	0	29.157	394.922	412.274	453.655	478.057	578.373	698.427	771.219	824.646
Outras Despesas Correntes	1.766.354	2.080.587	2.055.421	2.150.093	2.589.480	2.974.733	3.076.692	3.019.287	3.388.079	3.522.251	4.174.162	4.670.068
Serviço da Dívida	853.201	973.717	1.218.958	1.423.762	1.459.007	1.714.304	1.775.460	1.830.379	3.182.584	2.112.321	2.955.751	2.504.159
(-) Operação Externa com o BIRD	0	0	0	0	0	0	0	0	1.192.010	0	786.825	0
Serviço da Dívida Ajustado	853.201	973.717	1.218.958	1.423.762	1.459.007	1.714.304	1.775.460	1.830.379	1.990.574	2.112.321	2.168.926	2.504.159
Investimentos Amplos	822.901	621.956	445.344	772.194	658.227	615.367	664.375	400.542	660.801	661.899	1.936.885	1.104.504
Total das Despesas	8.479.191	9.359.637	10.369.450	11.842.286	12.537.837	13.846.022	15.073.956	15.407.444	17.040.772	18.345.144	21.862.512	23.412.400

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS – Sistema Cubo.

A Tabela a seguir mostra a evolução dos grupos de despesa, tomando o ano de 2000 como base 100. Verifica-se que o total dos grupos apresenta um declínio de 16,2%, em relação à Receita Corrente Líquida. Considerando cada grupo, isoladamente, constata-se que o grupo de Pessoal e Encargos Sociais decresceu 8,8% da RCL; o de Outras Despesas Correntes decresceu 19,7%; o do Serviço da Dívida decresceu 10,9%; e o de Investimentos Amplos decresceu 59,2%, em relação à variação da RCL. Note-se que, em 2011, os números mostram aumento, nos três primeiros grupos, em relação a 2010 e nos Investimentos Amplos, em relação ao período 2007-2009.

Grupo de despesas em relação à RCL – Ano 2000 como base 100

Especificação das Despesas	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Pessoal e Encargos Sociais Ajustados	100,0	97,4	104,5	102,6	96,4	91,4	94,9	96,0	87,3	91,6	88,5	91,2
Outras Despesas Correntes Ajustadas	100,0	101,7	92,1	83,9	90,9	90,8	87,1	81,3	76,7	76,4	77,5	80,3
Serviço da Dívida Ajustada	100,0	98,5	113,0	115,0	106,0	108,3	104,1	102,1	93,2	94,8	83,4	89,1
Investimentos Amplos	100,0	65,2	42,8	64,7	49,6	40,3	40,4	23,2	32,1	30,8	77,2	40,8
Total das Despesas	100,0	95,3	96,8	96,3	91,7	88,0	88,9	86,5	80,3	82,8	84,6	83,8

Fonte de dados brutos: Secretaria da Fazenda do RS – Sistema Cubo.

Grupo Pessoal e Encargos Sociais

No período entre 2000 e 2010, o quantitativo de matrículas de servidores ativos, inativos e de pensionistas do Estado apresenta um comportamento de relativa linearidade com relação à evolução da população do Rio Grande do Sul.

O quadro de ativos mantém uma tendência declinante em relação ao conjunto do funcionalismo e à evolução da população do Estado: em 2000, entre ativos, inativos e pensionistas, os ativos representavam 52,3% do total e 1,90% da população gaúcha. Já em 2010, os ativos perfaziam, respectivamente, 50,7% e 1,82%. O resultado é um quadro total de pessoal que cresceu 3,9%, em 2010, em relação a 2000 (período de 11 anos), enquanto a população, nesse período, evoluiu 5,0%. Note-se, ainda, que, no mesmo período, o quadro de inativos cresceu 16,8%.

Matrículas dos servidores ativos, inativos e pensionistas

Órgãos	Matrículas	2000	2002	2004	2006	2008	2009	2010	2010-2000	% 2010 / 2000
Administração Direta	Ativos	165.180	174.248	177.046	173.389	161.843	163.521	162.844	-2.336	-1,4
	Inativos	108.417	110.968	116.137	118.860	125.627	130.330	132.734	24.317	22,4
	Pensionistas	1.927	1.812	1.656	1.512	1.301	1.273	1.274	-653	-33,9
	Total	275.524	287.028	294.839	293.761	288.771	295.124	296.852	21.328	7,7
Fundações	Ativos	4.943	5.177	5.415	5.585	5.082	5.082	4.959	16	0,3
	Inativos	0	0	0	0	0	0	3	3	-
	Total	4.943	5.177	5.415	5.585	5.082	5.082	4.962	19	0,4
Autarquias	Ativos	4.305	4.337	3.888	3.785	3.363	3.678	3.649	-656	-15,2
	Inativos	6.277	6.107	5.768	5.393	5.204	5.053	5.083	-1.194	-19,0
	Pensionistas	53.992	48.948	48.995	49.531	48.804	48.307	47.604	-6.388	-11,8
	Total	64.574	59.392	58.651	58.709	57.371	57.038	56.336	-8.238	-12,8
Sociedade Economia Mista	Ativos	18.636	20.050	20.457	21.183	21.685	22.019	23.062	4.426	23,7
	Inativos	5.200	3.729	3.329	2.817	2.337	2.263	2.170	-3.030	-58,3
	Pensionistas	157	150	169	177	181	195	189	32	20,4
	Total	23.993	23.929	23.955	24.177	24.203	24.477	25.421	1.428	6,0
GERAL	Ativos	193.064	203.812	206.806	203.942	191.973	194.300	194.514	1.450	0,8
	Inativos	119.894	120.804	125.234	127.070	133.168	137.646	139.990	20.096	16,8
	Pensionistas	56.076	50.910	50.820	51.220	50.286	49.775	49.067	-7.009	-12,5
	Total	369.034	375.526	382.860	382.232	375.427	381.721	383.571	14.537	3,9
População do Estado do RS	10.187.798	10.316.752	10.425.735	10.530.809	10.613.565	10.652.327	10.693.929	506.131	5,0	
% de Matrículas sobre a População do RS	3,62	3,64	3,67	3,63	3,54	3,58	3,59	-	-	
% de Ativos sobre a População do RS	1,90	1,98	1,98	1,94	1,81	1,82	1,82	-	-	

Nota: Os dados populacionais foram retirados da FEE/RS. Em 2010, censo do IBGE.

Fonte: SEFAZ (www.sefaz.rs.gov.br)/Finanças Estaduais/Documentos/Boletim de Pessoal.

Conforme dados extraídos do Boletim de Pessoal da Secretaria da Fazenda, de outubro de 2011, a Secretaria da Educação possuía cadastradas 97.176 matrículas ativas, de um total de 147.397 do Poder Executivo, ou seja, 65,9% das matrículas. Ao se acrescentar a Secretaria da Segurança Pública, o total de matrículas sobe para 133.856, 90,8% do total das matrículas ativas. Os dois órgãos aglutinam 87,8% de todas as matrículas inativas (116.533) e 89,4% do total geral de matrículas do Poder Executivo (250.389).

A Tabela a seguir mostra a evolução das despesas com pessoal ativo e inativo, entre 1996 e 2011. Tomando-se por base somente a despesa empenhada com a remuneração do pessoal ativo civil e militar, em relação à remuneração do pessoal aposentado e pensionista, constata-se que, em 1996, gastava-se 57,2% com pessoal ativo e 42,8% com aposentadorias e pensões. Em 2000, as despesas com a remuneração dos inativos (aposentados e pensionistas) já ultrapassavam as dos ativos. Entre os estados brasileiros, o Rio Grande do Sul é o que mais gasta com inativos, em relação às despesas com pessoal.

Em 2011, empenhou-se 45,9% do gasto com a remuneração do pessoal ativo e 54,1%, com aposentados e pensionistas. Alerta-se para o fato de que o gasto com pessoal inativo cresce de forma consistente em toda a série apresentada.

Percentual Empenhado com Pessoal da Administração Pública Consolidada

Especificação	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
% com a remuneração do pessoal ativo (Civil/Militar) - Elementos 11 e 12	57,2	55,1	54,9	54,5	49,5	49,8	50,3	49,8	49,5	49,1	48,7	47,8	47,0	46,4	46,2	45,9
% com a remuneração do pessoal inativo (Aposentados e Pensionistas) - Elementos 01 e 03	42,8	44,9	45,1	45,5	50,5	50,2	49,7	50,2	50,5	50,9	51,3	52,2	53,0	53,6	53,8	54,1

Fonte de Dados Brutos: Secretaria da Fazenda do Estado do RS.

Sob o ângulo das despesas empenhadas consolidadas com o grupo de Pessoal e Encargos Sociais, em relação à RCL, os anos de 2000 e 2011, verifica-se que, no período recente, há um comportamento declinante. Em 2000, gastava-se 75,7% da RCL; já em 2011, o gasto caiu para 69,0% da RCL.

% das Despesas Consolidadas com o grupo de Pessoal e Encargos Sociais em Relação à RCL

Especificação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
% do grupo de Pessoal e Encargos Sociais sobre a RCL	75,7	73,7	79,0	77,6	72,9	69,2	71,8	72,6	66,0	69,3	66,9	69,0

Fonte de Dados Brutos: Balanço Geral do Estado do RS e Secretaria da Fazenda do RS.

Para o processamento da evolução do cálculo do grupo Pessoal e Encargos Sociais, tomou-se por base o valor empenhado, deduzindo-se as despesas intraorçamentárias (dupla contagem contábil) e, nos anos de 2009, 2010 e 2011, incluindo-se o Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS), os aposentados, os pensionistas e as sentenças judiciais, do grupo Outras Despesas Correntes que, nos anos anteriores, já figuravam no grupo de Pessoal (Tabelas a seguir).

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA 2011

Despesas empenhadas de Pessoal e Encargos Sociais, por Poder e Órgãos, em valores nominais – R\$ 1.000,00

Poderes / Órgãos	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
INDIRETA	752.995	938.752	1.193.528	1.416.084	1.437.601	1.535.060	1.769.455	1.710.710	1.821.684	1.902.883	2.205.905	2.484.105
MINISTÉRIO PÚBLICO	141.508	171.120	214.506	273.357	310.014	364.654	398.503	414.567	435.362	466.729	508.795	544.693
PODER EXECUTIVO	3.469.535	3.736.998	4.244.652	4.692.434	4.844.279	5.174.838	5.765.490	6.377.302	6.899.047	7.826.948	8.856.983	9.887.058
PODER JUDICIÁRIO	474.381	576.111	690.073	791.120	911.617	1.070.912	1.179.733	1.220.114	1.370.958	1.362.969	1.474.422	1.617.411
PODER LEGISLATIVO	198.316	260.396	306.968	323.242	327.612	396.154	444.248	434.543	474.267	489.144	536.434	600.403
GASTO TOTAL COM PESSOAL	5.036.735	5.683.377	6.649.727	7.496.237	7.831.123	8.541.618	9.557.429	10.157.236	11.001.318	12.048.673	13.582.539	15.133.670

Fonte de Dados Brutos: Balanço Geral do Estado do RS e Secretaria da Fazenda do RS.

Despesas de Pessoal dos Poderes e Órgãos em relação à RCL – Ano 2000 como base 100

PODERES/ÓRGÃOS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
INDIRETA	100,0	107,6	125,4	129,6	118,4	109,9	117,5	108,1	96,7	96,8	96,1	100,2
MINISTÉRIO PÚBLICO	100,0	104,4	119,9	133,1	135,9	138,9	140,8	139,4	123,0	126,3	117,9	116,9
PODER EXECUTIVO	100,0	93,0	96,8	93,2	86,6	80,4	83,1	87,5	79,5	86,4	83,7	86,5
PODER JUDICIÁRIO	100,0	104,8	115,1	114,9	119,2	121,7	124,4	122,4	115,5	110,0	101,9	103,5
PODER LEGISLATIVO	100,0	113,3	122,5	112,3	102,4	107,7	112,0	104,3	95,6	94,4	88,7	91,9
TOTAL	100,0	97,4	104,5	102,6	96,4	91,4	94,9	96,0	87,3	91,6	88,5	91,2

Fonte de Dados Brutos: Balanço Geral do Estado do RS e Secretaria da Fazenda do RS.

A Tabela anterior demonstra a evolução do percentual gasto dos Poderes e Órgãos com o grupo de Pessoal, em relação à RCL, tomando-se como base 100 o ano de 2000. Depois de cotejadas as despesas, verificam-se comportamentos distintos. A proporção do dispêndio no Poder Executivo apresenta curva declinante, não acompanhando a evolução da RCL. O fenômeno inverso ocorreu no Poder Judiciário e no Ministério Público, cujas proporções elevaram-se em toda a série histórica.

A conta de Pessoal e Encargos Sociais é a que apresenta o maior grau de importância para o atingimento do resultado orçamentário equilibrado. A prudência no gasto com pessoal é fundamental. Por representar um percentual equivalente a 69,0% da Receita Corrente Líquida, um incremento maior de despesa nesse grupo ocasiona, invariavelmente, um forte impacto no conjunto do gasto público.

Grupo Outras Despesas Correntes

O grupo Outras Despesas Correntes engloba, basicamente, a manutenção e o custeio dos órgãos do Estado; os gastos com os serviços prestados à população nas áreas da Saúde, da Educação e da Segurança; as transferências constitucionais e legais aos municípios; e a gestão plena do SUS. A partir de 2009, o grupo apropria os gastos com aposentadorias, pensões e sentenças judiciais do Poder Executivo (IPERGS).

Para fins de verificar a evolução, o grupo foi ajustado com a exclusão das transferências intraorçamentárias (dupla contagem contábil), das transferências aos municípios, das despesas com aposentadorias, pensões e sentenças judiciais, e das despesas com a gestão plena do SUS (Tabela a seguir).

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA 2011

Outras Despesas Correntes por Poderes e Órgãos – em valores nominais empenhados – R\$ 1.000,00

ÓRGÃOS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
INDIRETA	681.433	761.427	782.324	744.827	887.708	1.073.727	1.089.546	1.232.149	1.308.010	1.451.828	1.646.103	1.943.426
MINISTÉRIO PÚBLICO	9.351	13.527	19.404	27.532	32.024	34.761	38.401	48.940	44.533	55.004	55.901	64.010
PODER EXECUTIVO AJUSTADO	985.202	1.200.307	1.126.855	1.218.843	1.504.289	1.679.845	1.742.385	1.541.267	1.822.876	1.771.455	2.202.238	2.366.923
PODER JUDICIÁRIO	50.371	60.922	78.936	105.883	106.544	120.223	142.775	138.495	161.933	190.837	215.504	238.275
PODER LEGISLATIVO	39.997	44.404	47.902	53.008	58.915	66.177	63.585	58.436	50.727	53.127	54.416	57.434
TOTAL	1.766.354	2.080.587	2.055.421	2.150.093	2.589.480	2.974.733	3.076.692	3.019.287	3.388.079	3.522.251	4.174.162	4.670.068
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	6.657.894	7.714.865	8.414.927	9.660.540	10.736.730	12.349.352	13.312.367	13.991.366	16.657.785	17.387.287	20.297.847	21.927.905
% TOTAL GASTO / RCL	26,5	27,0	24,4	22,3	24,1	24,1	23,1	21,6	20,3	20,3	20,6	21,3

Fonte dos Dados Brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

A Tabela adiante mostra a evolução dos gastos do grupo Outras Despesas Correntes, por Poderes e Órgãos, em relação à RCL, tendo como base 100 o ano de 2000.

Outras Despesas Correntes por Poder e Órgãos em relação à RCL – Ano 2000 com base 100

PODERES/ÓRGÃOS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
INDIRETA	100,0	96,4	90,8	75,3	80,8	85,0	80,0	86,0	76,7	81,6	79,2	86,6
MINISTÉRIO PÚBLICO	100,0	124,8	164,2	202,9	212,4	200,4	205,4	249,0	190,3	225,2	196,1	207,8
PODER EXECUTIVO	100,0	105,1	90,5	85,3	94,7	91,9	88,5	74,4	74,0	68,9	73,3	72,9
PODER JUDICIÁRIO	100,0	104,4	124,0	144,9	131,2	128,7	141,8	130,8	128,5	145,1	140,3	143,6
PODER LEGISLATIVO	100,0	95,8	94,8	91,3	91,3	89,2	79,5	69,5	50,7	50,9	44,6	43,6
TOTAL	100,0	101,7	92,1	83,9	90,9	90,8	87,1	81,3	76,7	76,4	77,5	80,3

Fonte dos Dados Brutos: Secretaria da Fazenda do RS.

Observa-se que o Ministério Público aumentou suas despesas de manutenção e custeio em 107,8% acima da variação da RCL, e o Poder Judiciário, em 43,6%. Já a Administração Indireta, o Poder Executivo e o Poder Legislativo tiveram decréscimos, em relação à variação da RCL, de 13,4%, de 27,1% e de 56,4%, respectivamente.

Denota-se forte contenção de despesa com esse grupo, o que teve reflexos em duas pontas. A primeira, a racionalização administrativa que fez com que se gastasse menos com o mesmo produto; a outra, a aplicação de menos recursos para as áreas sociais mais necessitadas. Em relação à RCL, em 2011, gastou-se 20% menos do que em 2000.

Grupo Serviço da Dívida Pública

A Tabela a seguir mostra a evolução da dívida fundada interna e externa, com vencimento de longo prazo, no período compreendido entre o final do governo Peracchi (1971) e o primeiro ano do governo Tarso Genro (2011). Em valores reais pelo IGP-DI, entre 1971 e 2011, a dívida cresceu 27,7 vezes.

Estoque da Dívida Fundada Interna Intralimite e Externa - R\$ milhões

Governo	Final de Governo	Estoque Dívida Atualizada (1)	Referência	Varição Percentual
Peracchi	1971	1.603,4	1,0	-
Triches	1974	3.512,3	2,2	119,0
Guazelli	1978	6.428,1	4,0	83,0
Amaral	1982	11.512,2	7,2	79,1
Jair	1986	15.980,0	10,0	38,8
Simon	1990	16.003,1	10,0	0,1
Collares	1994	19.753,7	12,3	23,4
Britto (2)	1998	43.919,4	27,4	122,3
Olívio	2002	43.802,9	27,3	-0,3
Rigotto	2006	43.094,1	26,9	-1,6
Yeda Crusius (3)	2010	43.698,9	27,3	1,4
Tarso Genro	2011	44.488,2	27,7	1,8

Fonte: Balanço Geral do Estado do RS e Secretaria da Fazenda do RS.

Nota 1: A variável "estoque da dívida" foi corrigida pelo IGP-DI anual até 31/dez/11.

Nota 2: Inclui a Operação original do PROES, da Fundação BANRISUL (R\$ 716 milhões) e Caixa Econômica Estadual do RS (R\$ 1.637 milhões), feita em 1998 que, atualizada pelo IGP-DI até 31/dez/11, atinge R\$ 8,10 bilhões.

Nota 3: Incluem-se as operações de empréstimo feitas junto ao Banco Mundial, em 2008 e 2010, respectivamente, de R\$ 1,19 bilhão e R\$ 786,8 milhões, que estavam fora do cálculo porque eram dívida extralimite.

A Tabela a seguir mostra a Dívida Consolidada Líquida, entre 2001 e 2011, em relação à Receita Corrente Líquida. Em 2001, a dívida era de 2,73 vezes a RCL. Em 2008, o Estado enquadrou-se no limite de endividamento proposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Ao final de 2011, a relação passou para 2,14 vezes a RCL, enquanto que o limite de endividamento estava em 2,24 vezes a RCL.

Comprometimento da Dívida Consolidada Líquida em relação à RCL

Especificação	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Dívida Consolidada sobre a Receita Corrente Líquida	2,73 vezes	2,95 vezes	2,80 vezes	2,83 vezes	2,58 vezes	2,54 vezes	2,54 vezes	2,34 vezes	2,20 vezes	2,14 vezes	2,14 vezes
Limite de Endividamento (LRF)	-	2,68 vezes	2,63 vezes	2,58 vezes	2,53 vezes	2,48 vezes	2,44 vezes	2,39 vezes	2,34 vezes	2,29 vezes	2,24 vezes

Fonte de Dados Brutos: Relatório de Gestão Fiscal da Secretaria da Fazenda do RS/CAGE.

Analisando-se a evolução da Dívida Fundada Interna e Externa, em relação ao PIB do Rio Grande do Sul, constata-se que, em 1994, o estoque nominal representava 14,1% do PIB gaúcho, chegando a alcançar o patamar de 23,3% do PIB, em 2002. Em 2011, a equação recuou para 16,2% do PIB.

Dívida Consolidada Fundada Interna e Externa, em relação ao PIB gaúcho – Em R\$ 1.000,00

Especificação	Dívida Interna Nominal	Dívida Externa Nominal	Total Dívida Nominal	PIB do RS	% Dívida sobre PIB/RS
1994	4.154.715	244.721	4.399.436	31.129.234	14,1
1995	6.829.289	167.137	6.996.426	53.652.947	13,0
1996	8.714.916	158.434	8.873.350	63.262.677	14,0
1997	10.761.096	252.275	11.013.370	69.221.314	15,9
1998	13.008.479	407.605	13.416.084	70.541.889	19,0
1999	14.883.773	627.754	15.511.527	75.450.458	20,6
2000	16.601.567	738.775	17.340.342	85.137.543	20,4
2001	18.892.745	942.221	19.834.966	94.084.498	21,1
2002	23.110.688	1.491.045	24.601.733	105.486.816	23,3
2003	25.148.846	1.316.382	26.465.228	124.551.267	21,2
2004	27.603.012	1.301.043	28.904.055	137.830.682	21,0
2005	29.095.416	1.121.521	30.216.937	144.218.198	21,0
2006	30.837.838	944.626	31.782.464	156.826.932	20,3
2007	33.067.694	698.529	33.766.223	176.615.073	19,1
2008	35.784.251	2.342.608	38.126.859	199.499.011	19,1
2009	35.302.367	1.680.815	36.983.182	215.864.000	17,1
2010	39.334.880	2.282.751	41.617.631	244.014.981	17,1
2011	41.999.492	2.488.747	44.488.239	273.859.607	16,2

Fonte de Dados Brutos: Secretaria da Fazenda do RS e Fundação de Economia e Estatística do RS.

Nota: Os PIBs do RS, de 2010 e 2011, divulgados pela FEE/RS, são preliminares, podendo sofrer alterações.

Se o tamanho do estoque total da dívida pública de longo prazo ao final de 2011, de aproximadamente de R\$ 46 bilhões (dívida interna intra e extralimite e dívida externa), já atesta a gravidade do endividamento do Estado, não menos importante é o volume significativo de desembolso mensal a ser despendido. Entre 2005 e 2011, em valores nominais, já foram empenhados R\$ 14,1 bilhões a título de serviço da dívida pública. Nesse mesmo período, foram investidos apenas R\$ 6,0 bilhões.

A próxima Tabela mostra os valores empenhados para o pagamento de juros, encargos e amortização da dívida, entre 2000 e 2011. Em 2000, comprometeu-se 12,8% da RCL, chegando-se a 14,7% da RCL, em 2003. Já em 2011, essa participação atingiu 11,4%. No período entre 2000 e 2011, despendeu-se com o serviço da dívida, em média, o equivalente a 12,9% da RCL e de 15,6% da Receita Líquida Real (RLR).

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA 2011

Valores empenhados com o serviço da dívida em relação à RCL e à RLR – R\$ 1.000,00

Especificação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
SERVIÇO DÍVIDA AJUSTADA	853.201	973.717	1.218.958	1.423.762	1.459.007	1.714.304	1.775.460	1.830.379	1.990.574	2.112.321	2.168.926	2.504.159
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	6.657.894	7.714.865	8.414.927	9.660.540	10.736.730	12.349.352	13.312.367	13.991.366	16.657.785	17.387.287	20.297.847	21.927.905
RECEITA LÍQUIDA REAL	5.542.419	6.349.442	7.307.079	8.193.104	8.622.683	9.952.821	10.913.490	11.397.740	13.538.324	14.014.852	17.123.680	17.836.857
% SERVIÇO DÍVIDA AJUSTADA/RCL	12,8	12,6	14,5	14,7	13,6	13,9	13,3	13,1	11,9	12,1	10,7	11,4
% SERVIÇO DÍVIDA AJUSTADA/RLR	15,4	15,3	16,7	17,4	16,9	17,2	16,3	16,1	14,7	15,1	12,7	14,0

Fonte de Dados Brutos: Balanço Geral do Estado do RS e Secretaria da Fazenda do Estado do RS.

Nota: Foram excluídas as operações de crédito junto ao Banco Mundial, de R\$ 1,192 bilhão, em 2008, e de R\$ 786,8 milhões, em 2010.

O Estado compromete-se contratualmente com a União a pagar anualmente o equivalente a 13% da Receita Líquida Real sobre a dívida intralimite. A Receita Líquida Real corresponde à soma das receitas correntes e de capital, excluindo-se as transferências do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), as receitas provenientes das operações de crédito, as receitas provenientes da venda de ativos, as transferências de capital, as transferências constitucionais para os municípios e as receitas do SUS.

Grupo Investimentos Amplos

O reflexo da crise estrutural das finanças estaduais sobre os investimentos foi crescente ao longo do tempo, especialmente a partir do início da década de 1990. A próxima Tabela mostra a evolução dos investimentos amplos (investimentos mais inversões financeiras), em relação à RCL e ao PIB do Estado. O governo Triches investiu 29,7% da RCL, equivalente a 1,9% do PIB gaúcho, enquanto os governos recentes de Germano Rigotto e Yeda Crusius investiram, em média, respectivamente, 6,0% e 5,4% da RCL e 0,5% e 0,4% do PIB.

A Tabela adiante demonstra os investimentos efetivados em relação à RCL. Em 2011, primeiro ano do governo Tarso Genro, o investimento foi de 5,0% da RCL, equivalente a 0,4% do PIB gaúcho.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA 2011

Investimentos totais empenhados em relação à RCL – em valores nominais - R\$ 1.000,00

ESPECIFICAÇÃO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
INVESTIMENTOS AMPLOS	822.901	621.956	445.344	772.194	658.227	615.367	664.375	400.542	660.801	661.899	1.936.885	1.104.504
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	6.657.894	7.714.865	8.414.927	9.660.540	10.736.730	12.349.352	13.312.367	13.991.366	16.657.785	17.387.287	20.297.847	21.927.905
% INVESTIMENTOS /RCL	12,4	8,1	5,3	8,0	6,1	5,0	5,0	2,9	4,0	3,8	9,5	5,0

Fonte de dados brutos: Balanço Geral do Estado do RS – CAGE e FEE/RS.

Nota: Dos investimentos efetuados em 2010, R\$ 670,6 milhões são provenientes do Programa Construção de Malha Rodoviárias, com recursos do Fundo de Equilíbrio Previdenciário - FE-PREV (Lei nº 13.328, de 29/12/2009).

É importante frisar que o Estado, além dos recursos orçamentários próprios, de contrapartida, de convênios e de operações de crédito, conta com os investimentos das estatais gaúchas, essenciais para fazer frente às necessidades de infraestrutura. Para 2011, foi previsto R\$ 1,1 bilhão em despesas de capital. Já os investimentos privados no Estado alcançaram R\$ 15 bilhões, em 2011.

Além disso, foram desenvolvidas iniciativas no sentido de aumentar as parcerias com a União e com organismos de financiamento nacional e internacional, como formas de financiar o investimento público, necessário à promoção do desenvolvimento econômico e social no Rio Grande do Sul.

Destacam-se também os grandes investimentos federais que estão sendo realizados no Rio Grande do Sul, através dos Programas de Aceleração do Crescimento (PAC I e II) e de outras fontes de recursos, por exemplo: a construção da Rodovia do Parque (BR-448), que vai ajudar a desafogar a BR-116, entre Porto Alegre e Sapucaia do Sul; a extensão da linha de trem de passageiros de São Leopoldo até Novo Hamburgo (TRENSURB); as obras de saneamento em estação de tratamento de esgoto e canalização em Sapucaia, Esteio e Canoas; a dragagem de canal no Porto do Rio Grande, com a ampliação e revitalização do cais de acostagem; a ampliação da refinaria Alberto Pasqualini; a ampliação da usina termoeletrica Presidente Médici; a ampliação da pista e dos terminais do Aeroporto Salgado Filho; e a construção das barragens de Taquarembó e Jaguari.

Outros grandes projetos de investimento no Estado estão em estudo avançado, como a expansão da linha de trem de passageiros para a zona norte da Capital; a nova ponte sobre o Lago Guaíba; a revitalização do Cais Mauá; a duplicação da BR-116, entre Eldorado do Sul e Pelotas; além das diversas obras fundamentais para a Copa 2014.

A Rigidez do Orçamento Público Estadual

As contas públicas nacionais e estaduais sofrem enorme restrição derivada da rigidez imposta pelo conjunto de vinculações constitucionais e de obrigações legais. Particularmente, o Estado é penalizado em função de regras que diferem do conjunto da Federação. Os recursos previstos no PPA Participativo 2012-2015 expressam o compromisso com o progressivo aumento nas áreas de educação e saúde, além do compromisso com o aumento do investimento público.

Note-se que, por meio do Decreto Estadual nº 47.063, de 08/03/2010, o Governo gaúcho adequou-se à Emenda Constitucional Federal nº 62/09, que trata de regime especial de pagamento de precatórios, com vigência a partir de 01/01/2010, optando pela vinculação de 1,5% da RCL, em que 50% são alocados aos credores por ordem

cronológica de apresentação e outros 50%, por leilão, por acordo direto com credores (conciliação judicial) ou por ordem crescente de valor.

Em junho de 2011, a Assembleia Legislativa gaúcha aprovou Projeto de Lei do Executivo estadual, vinculando o pagamento de Requisição de Pequeno Valor (RPV) ao patamar anual máximo de 1,5% da RCL.

Os dados apresentados a seguir mostram que, se o Governo do Estado cumprisse todas as obrigações que lhe são inerentes legalmente e/ou constitucionalmente, constantes do orçamento aprovado de 2012, haveria um déficit fiscal originário de R\$ 2,529 bilhões.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA 2011

Vinculações constitucionais e legais no Orçamento do Estado de 2012

Total das Receitas do Orçamento de 2012	40.264.489.976
(-) Despesas Intraorçamentárias de Pessoal (Dupla contagem Contábil)	6.837.654.524
(-) Despesas Intraorçamentárias de Custeio (Dupla Contagem Contábil)	17.582.970
Total das Receitas do Orçamento de 2012 (Sem as despesas intraorçamentárias)	33.409.252.482
(-) Despesas com Pessoal e Encargos Sociais	15.996.472.667
(-) Outras Despesas Correntes	12.499.983.855
a) Transferências Legais aos Municípios (Distribuição de Receitas)	6.385.244.301
b) Demais Outras Despesas Correntes (Manutenção, Custeio e Gestão do SUS)	6.114.739.554
(-) Investimentos Amplos (Investimentos e Inversões Financeiras)	1.977.482.518
(-) Serviço da Dívida Pública Estadual Interna e Externa (juros, Encargos e Amortização)	2.688.768.752
(-) Reserva de Contingência	246.544.690
Resultado Orçamentário de 2012 (Orçamento Equilibrado)	0
(-) Complemento das Vinculações Constitucionais no Orçamento de 2012	2.528.620.596
a) Saúde sem a CORSAN e sem o IPERGS - (Para os 12,00% da RLIT, faltam 4,46% da RLIT)	911.178.088
b) Educação da Constituição Estadual (Para os 35,00% da RLIT, faltam 6,27% da RLIT)	1.280.961.124
c) Pesquisa Científica e Tecnológica (Para os 1,50% da RLIP, Faltam 1,34% da RLIP)	245.046.225
d) Ensino Superior Comunitário (Para os 0,50% da RLIP, faltam 0,45% da RLIP)	91.435.159
Déficit orçamentário de 2012, caso se cumprisse com todas as vinculações constitucionais e legais	-2.528.620.596

Fonte de Dados Brutos: Lei Orçamentária de 2012 – SEPLAG.

2.6 A Situação da Dívida do Estado Junto à União

O Estado do Rio Grande do Sul refinanciou junto à União toda a sua dívida mobiliária e quase toda a parte da dívida contratual, com base nos termos do protocolo de intenções firmado em 20/09/1996. A autorização dessa operação foi dada através da Lei Federal nº 9.996, de 11/09/1997, da Lei Estadual nº 10.920, de 03/01/1997, e da resolução do Senado Federal nº 64, de 01/07/1997. O refinanciamento da dívida foi firmado por meio do Contrato nº 014/1998, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal do Estado.

A partir de 2000, o Estado definiu com a União o limite para o pagamento do serviço da dívida contratual, no percentual de 13% da Receita Líquida Real (RLR). Quando o serviço da dívida ultrapassar esse limite, a diferença – chamada de resíduo – deve ser agregada ao estoque da dívida, a ser paga a partir do final do prazo estipulado no contrato, em março de 2028. Os resíduos são as parcelas das prestações mensais que excedem o limite da RLR e que serão pagos em 120 prestações mensais (10 anos), após os 30 anos contratuais, quando do final da contratação da dívida, em março de 2028.

A Tabela a seguir discrimina o valor total original da dívida do Estado do Rio Grande do Sul com a União, que foi objeto de renegociação.

Valor total original da dívida do Estado do RS refinanciado junto à União – em R\$ milhões

Especificação	Refinanciamento Principal	PROES	Refinanciamento Resíduo	Fundação BANRISUL Contrapartida PROES	FINAME	BNDES	TOTAL
Valores Refinanciados	8.098	2.810	873	613	58	84	12.536

Fonte: CAGE/RS - Balanço Geral do Estado de 1999, fl. 97.

O Rio Grande do Sul apresenta dois grupos distintos de dívida: a intralimite e a extralimite. A dívida intralimite é a que condiciona o pagamento no percentual de 13% da Receita Líquida Real. A dívida extralimite não possui vinculação à receita e está sendo amortizada mensalmente, sendo que, ao final do prazo contratual, não restará resíduo a pagar. A dívida extralimite é composta basicamente pelo PROES (capitalização para o saneamento do BANRISUL), que, através da operação de crédito efetuada junto ao Banco Mundial (BIRD), em 2010, serviu para liquidar parte de seu estoque.

As cláusulas da renegociação da dívida estadual são as seguintes: (i) a taxa de juros de 6% ao ano, calculados e debitados mensalmente; (ii) a atualização monetária pela variação do IGP-DI; (iii) o sistema de amortização pela Tabela Price; (iv) as garantias são as receitas próprias e as transferências constitucionais; (v) o prazo de pagamento é de 30 anos; e (vi) o saldo devedor da dívida intralimite poderá ser prorrogado por mais 10 anos.

O valor da prestação que exceder o limite a ser pago no mês será transferido para a conta de resíduo. O acúmulo do saldo desse resíduo gera duas situações: (i) a capitalização de parte de juros devidos e não pagos, o que ocorre porque o pagamento da prestação mensal do contrato pode ser inferior aos juros devidos, sendo essa diferença agregada ao saldo devedor; (ii) o saldo devedor é crescente pela capitalização dos juros mensais devidos e não pagos, incidentes sobre o próprio saldo.

Nos últimos anos, o serviço da dívida intralimite tem sido superior a 13% da RLR, sendo o excesso incorporado ao estoque. Esse fato justifica o crescimento expressivo do estoque da dívida, mesmo em um cenário pós-2001, de ausência de endividamento por novas operações de crédito.

A próxima Tabela apresenta toda a evolução da dívida do Estado com a União até 2010.

Demonstrativo da evolução do estoque da dívida do Estado do RS – em R\$ milhões

Especificação	Principal	Residual	Total do Estoque (Principal + Residual)	Amortização Acumulada	Total Estoque / PIB-RS
16/11/1998	7.119	306	7.425	0	-
1998	9.244	322	9.566	279	13,6
1999	10.908	873	11.781	586	15,6
2000	11.426	1.099	12.525	1.025	14,7
2001	12.499	1.736	14.235	1.523	15,1
2002	15.128	1.785	16.913	2.063	16,0
2003	16.102	3.842	19.944	2.701	16,0
2004	17.562	5.217	22.779	3.415	16,5
2005	17.948	6.434	24.382	4.241	16,9
2006	18.475	7.747	26.222	5.252	16,7
2007	19.247	9.280	28.527	6.371	16,2
2008	20.847	11.485	32.332	7.647	16,2
2009	19.901	12.359	32.260	9.080	15,6
2010	21.361	14.884	36.245	10.660	15,9

Fonte: CAGE/RS - Balanço Geral do Estado de 2010, fls. 109/110.

Observa-se que o principal da dívida, em 31/12/2010, era de R\$ 21,4 bilhões. Já os valores de juros não pagos totalizam, no período entre 1998 e 2010, R\$ 14,9 bilhões. Em suma, o Estado financiou R\$ 12,5 bilhões (referentes ao principal + PROES + resíduo + Fundação BANRISUL + FINAME + BNDES), pagou no período R\$ 10,7 bilhões, e o estoque da dívida saltou para R\$ 36,2 bilhões.

Como já foi referido, os encargos da dívida contratada junto à União correspondem ao IGP-DI mais 6% ao ano. Considerando a evolução da variação do IGP-DI, a partir de 1999 até 2011, observa-se que a variação acumulada foi de 216,70%, ou seja, o IGP-DI mais que triplicou no período. A variação média anual de crescimento do IGP-DI foi de 9,5% (Tabela a seguir).

Demonstrativo da variação do IGP-DI, 1999-2011

Especificação	Varição Anual do IGP-DI	Índice Mensal do IGP-DI	Índice Acumulado do IGP-DI	Percentual Acumulado IGP-DI
1999	19,99	1,1999	1,1999	19,99
2000	9,80	1,0980	1,3175	31,75
2001	10,54	1,1054	1,4564	45,64
2002	26,41	1,2641	1,8410	84,10
2003	7,67	1,0767	1,9822	98,22
2004	12,13	1,1213	2,2226	122,26
2005	1,23	1,0123	2,2500	125,00
2006	3,80	1,0380	2,3355	133,55
2007	7,90	1,0790	2,5200	152,00
2008	9,11	1,0911	2,7495	174,95
2009	(1,44)	0,9856	2,7099	170,99
2010	11,30	1,1130	3,0162	201,62
2011	5,00	1,0500	3,1670	216,70

Fonte de Dados Brutos: Fundação Getúlio Vargas.

Constata-se que, no período 1999-2010, caso tivesse sido adotado o IPCA no lugar do IGP-DI, a economia do Estado do Rio Grande do Sul, no período considerado, seria de aproximadamente R\$ 10 bilhões.

Diferença de valores pelo uso do IPCA no lugar do IGP-DI – Em milhões

Especificação	Estoque (Principal + Residual)	Varição Anual do IGP-DI	Varição Anual do IPCA	Diferença entre IGP-DI e IPCA	Economia com o uso do IPCA	Atualização da Economia pelo IPCA
Em 31/dez/1998	9.566	-	-	-		
1999	11.781	19,99	8,94	11,05	1.303	1.303
2000	12.525	9,80	5,97	3,83	481	1.861
2001	14.235	10,54	7,67	2,87	410	2.414
2002	16.913	26,41	12,53	13,88	2.349	5.065
2003	19.944	7,67	9,30	(1,63)	(324)	5.211
2004	22.779	12,13	7,60	4,53	1.033	6.640
2005	24.382	1,23	5,69	(4,46)	(1.086)	5.932
2006	26.222	3,80	3,14	0,66	174	6.292
2007	28.527	7,90	4,45	3,45	985	7.557
2008	32.332	9,11	5,90	3,21	1.039	9.042
2009	32.260	(1,44)	4,31	(5,75)	(1.854)	7.578
2010	36.245	11,30	5,90	5,40	1.958	9.983
Total economia pelo uso do IPCA					6.466	9.983

Fonte de dados brutos: IBGE, CAGE/RS e FGV.

2.7 O Regime Próprio de Previdência Social do Estado

O Sistema Previdenciário brasileiro compõe-se, basicamente, de três formas: (i) o **Regime Geral de Previdência Social** (RGPS) – art. 201, da Constituição Federal de 1988 –, gerido por uma autarquia federal, que é o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), de caráter obrigatório e financiado pelo sistema de repartição simples; (ii) os **Regimes Próprios de Previdência Social** (RPPS) – art. 40 da Constituição Federal de 1988 –,

geridos pelos próprios entes federados, estados e municípios, utilizando-se tanto dos sistemas de repartição simples, como de sistemas mistos e sistemas de capitalização; (iii) **Regimes de Previdência Complementar (RPC)** – art. 202 da Constituição Federal de 1988 –, ou também, como denominados usualmente, previdência privada ou fundos de pensão, de caráter facultativo, podendo ser abertos a qualquer participante interessado ou fechados a participantes de um grupo determinado.

O Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Rio Grande do Sul estava organizado mediante o sistema de repartição simples, com as contribuições sendo destinadas para o pagamento à vista dos benefícios cujos fatos geradores ocorresse no mesmo período.

Com a aprovação, pela Assembleia Legislativa, do Projeto de Lei Complementar nº 189/2011, criou-se, para os novos servidores, o sistema de capitalização, baseado na ideia de uma poupança individual com o reforço da contribuição patronal. Afinal, o que distingue o sistema de repartição simples do de capitalização é que, no primeiro, o custo adicional representado pelo envelhecimento é totalmente suportado pelo aumento das contribuições dos jovens, ao passo que, no segundo, o custo é suportado pelos idosos, com ajustes em seus benefícios.

Adiante, analisam-se os dois sistemas e o atual déficit previdenciário.

O Sistema de Repartição Simples e o Déficit Previdenciário do Estado

A Constituição Federal lançou as bases da reforma da Previdência no serviço público, definindo os princípios fundamentais a serem observados na gestão dos regimes próprios. Nesse sentido, o art. 40 estabelece que, ao servidor titular de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas Autarquias e Fundações, é assegurado o regime de previdência de caráter contributivo e solidário, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. O parágrafo 20, do referido artigo, veda a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal.

A Lei Federal nº 9.717/98 definiu os principais requisitos do RPPS, dentre os quais se destacam o financiamento, mediante recursos do ente, dos servidores ativos, inativos e pensionistas. A escrituração contábil deveria ser baseada em plano de contas específico e na existência de conta do fundo distinta da conta do Tesouro. Estabeleceu, igualmente, que o descumprimento das disposições poderia implicar suspensão das transferências voluntárias de recursos da União ao Estado, assim como impedimento para celebrar convênios, acordos ou contratos.

Com a finalidade de adequar-se aos dispositivos normativos, o Estado do Rio Grande do Sul editou a Lei Complementar nº 12.065/04, que alterou as contribuições mensais para o RPPS. Assim, a contribuição dos servidores ativos passou para 11% sobre os respectivos salários, enquanto

a parcela dos inativos e pensionistas, também fixada em 11%, atinge apenas o que exceder o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social. Em relação à parcela patronal, o artigo 2º, da referida Lei Complementar, fixou a transferência do Estado no dobro da contribuição de seus servidores (22%). Autorizou também, em seu artigo 3º, o repasse pelo Tesouro de eventual diferença entre o valor necessário para o pagamento dos benefícios e o valor das contribuições, em decorrência de recolhimentos insuficientes.

Entretanto, a implementação dos procedimentos orçamentários e contábeis para a constituição do RPPS/RS não se viabilizou, pela ausência de lei específica que disciplinasse a estrutura e o gerenciamento do referido regime. A edição da Lei nº 12.909/08 avançou em direção à instalação efetiva do RPPS/RS, uma vez que supriu as lacunas existentes em termos de definição da forma de funcionamento do regime previdenciário, bem como da especificação do Instituto de Previdência do Estado (IPERGS) como seu gestor único. Em decorrência, as Leis de Diretrizes Orçamentárias disciplinam os aspectos orçamentários relativos ao RPPS/RS.

Foram, assim, estabelecidos procedimentos para o registro das contribuições patronais e para a insuficiência financeira, bem como definidas unidades orçamentárias específicas para centralizar o pagamento dos benefícios previdenciários dos servidores públicos estaduais. A partir da Lei Orçamentária de 2009, incorporaram-se alterações significativas na forma de registro das operações orçamentárias relativas ao pagamento de inativos e pensionistas do Estado.

Convém salientar que essas alterações vinculam-se somente à órbita dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo e da Defensoria Pública Estadual. Os orçamentos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público, devido à sua autonomia, ainda são apresentados na forma anterior, isto é, registrando, nos respectivos órgãos de origem, as dotações destinadas ao pagamento dos inativos, sem discriminar os valores correspondentes às contribuições patronais e eventuais insuficiências previstas na Lei Complementar nº 12.065/2004.

Assim, na proposta orçamentária dos órgãos e entidades do Poder Executivo e da Defensoria Pública Estadual, já a partir de 2009, estão consignadas as dotações correspondentes às contribuições patronais para o RPPS e para a cobertura de insuficiências financeiras, decorrentes da diferença entre as receitas das contribuições e as despesas totais com o pagamento de inativos e pensionistas, lançadas no orçamento do órgão IPERGS-Previdência. Essa alteração na sistemática de registro orçamentário das contas do RPPS/RS provoca a chamada "dupla-contagem contábil", que são as transferências intraorçamentárias.

O sistema de repartição simples é o que perdura atualmente no Estado. Os recursos recolhidos dos contribuintes atuais são destinados a cobrir os gastos com os aposentados de hoje. É um pacto social entre gerações, em que os ativos financiam os inativos. Em 2000, o Estado possuía 120 mil matrículas de inativos e, em 2010, saltou para 140 mil. Saliente-se que, entre 2005 e 2010, aposentaram-se, em média, 3.000 servidores a cada ano.

A principal variável de desequilíbrio estrutural das finanças do Estado está no sistema de repartição simples. Ao longo do tempo, não se buscaram formas de financiar os atuais aposentados e pensionistas, na medida em que as contribuições dos atuais ativos e da parte patronal são insuficientes para a cobertura desses custeios. Por isso, o caixa do Tesouro é acionado mensalmente para cobrir o déficit previdenciário.

A Tabela seguinte mostra o déficit previdenciário com as aposentadorias, reformas e pensões, que, em 2002, atingiu R\$ 2,81 bilhões e, em 2011, alcançou R\$ 4,83 bilhões. Em 2002, as contribuições totais (pessoal e patronal, esta última na proporção de duas vezes a pessoal) cobriram somente 5,7% do gasto previdenciário; já em 2011, essa participação subiu para 33,2%. Estima-se, para 2012, um déficit previdenciário aproximado de R\$ 5,4 bilhões.

Déficit Previdenciário – Em valores empenhados – Em R\$ milhões

ESPECIFICAÇÃO	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
APOSENTADORIAS E REFORMAS (Elemento 01)	2.374	2.706	2.875	3.091	3.413	3.751	4.068	4.496	4.996	5.596
PENSÕES (Elemento 03)	607	715	794	921	1.041	1.115	1.161	1.297	1.497	1.642
Total Gasto de Aposentadorias e Pensões (A)	2.981	3.421	3.669	4.013	4.454	4.866	5.229	5.793	6.493	7.238
CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DOS SERVIDORES	57	331	423	471	538	602	607	638	699	802
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL (2 x CONTR. DOS SERVIDORES)	114	662	845	942	1.076	1.204	1.214	1.275	1.398	1.603
Total das Contribuições dos Servidores e da Patronal (B)	171	993	1.268	1.414	1.614	1.807	1.821	1.913	2.097	2.405
DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO (B - A)	-2.810	-2.428	-2.401	-2.599	-2.840	-3.059	-3.408	-3.881	-4.396	-4.833
% DAS CONTRIBUIÇÕES SOBRE O GASTO TOTAL (% B / A)	5,7	29,0	34,6	35,2	36,2	37,1	34,8	33,0	32,3	33,2

Fonte de Dados Brutos: Secretaria da Fazenda do RS/Sistema Cubo.

Nota: Os gastos com aposentadorias, reformas e pensões, referem-se aos Elementos da Despesa 01 e 03 (despesas com vencimentos).

Uma previsão atuarial feita pelo Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS), acerca da evolução do déficit previdenciário com aposentadorias, reformas e pensões (despesa total), partindo de um resultado negativo de R\$ 5,755 bilhões, em 2012, alcançando um déficit de R\$ 6,973 bilhões, em 2030, é apresentada a seguir.

Previsão de Déficit Previdenciário

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (A)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (B)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (A - B)	SALDO FINANCEIRO ACUMULADO
2012	1.521.165.368	7.276.292.405	-5.755.127.036	-5.755.127.036
2013	1.481.097.136	7.405.091.404	-5.923.994.268	-11.679.121.304
2014	1.440.648.358	7.523.710.817	-6.083.062.459	-17.762.183.763
2015	1.398.589.435	7.642.200.744	-6.243.611.309	-24.005.795.072
2016	1.358.540.718	7.746.428.377	-6.387.887.658	-30.393.682.730
2017	1.316.890.618	7.844.635.000	-6.527.744.382	-36.921.427.112
2018	1.277.491.674	7.919.759.249	-6.642.267.575	-43.563.694.687
2019	1.237.017.354	7.976.157.343	-6.739.139.989	-50.302.834.676
2020	1.189.908.357	8.042.282.885	-6.852.374.527	-57.155.209.203
2021	1.169.366.767	8.078.258.828	-6.908.892.061	-64.064.101.264
2022	1.147.906.520	8.112.818.615	-6.964.912.095	-71.029.013.359
2023	1.126.102.460	8.139.770.594	-7.013.668.134	-78.042.681.493
2024	1.104.644.904	8.146.716.501	-7.042.071.597	-85.084.753.090
2025	1.078.765.342	8.136.214.326	-7.057.448.985	-92.142.202.075
2026	1.029.900.262	8.111.296.704	-7.081.396.442	-99.223.598.517
2027	982.160.104	8.068.544.634	-7.086.384.530	-106.309.983.047
2028	935.423.123	8.003.857.824	-7.068.434.701	-113.378.417.748
2029	889.824.533	7.927.647.179	-7.037.822.646	-120.416.240.394
2030	848.059.305	7.821.264.420	-6.973.205.115	-127.389.445.509
2031	807.422.520	7.700.787.432	-6.893.364.913	-134.282.810.422
2032	768.976.534	7.558.504.475	-6.789.527.942	-141.072.338.364

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA 2012

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (A)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (B)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (A - B)	SALDO FINANCEIRO ACUMULADO
2033	732.473.961	7.401.363.414	-6.668.889.453	-147.741.227.817
2034	694.672.530	7.193.700.224	-6.499.027.694	-154.240.255.511
2035	657.497.914	6.993.473.150	-6.335.975.236	-160.576.230.747
2036	622.192.791	6.784.744.807	-6.162.552.016	-166.738.782.763
2037	587.237.197	6.574.959.951	-5.987.722.754	-172.726.505.517
2038	553.098.113	6.358.531.562	-5.805.433.449	-178.531.938.966
2039	521.186.357	6.133.538.858	-5.612.352.501	-184.144.291.467
2040	489.920.672	5.903.294.450	-5.413.373.778	-189.557.665.245
2041	458.696.995	5.670.204.695	-5.211.507.701	-194.769.172.946
2042	428.403.672	5.431.069.646	-5.002.665.974	-199.771.838.920
2043	399.389.589	5.188.960.813	-4.789.571.224	-204.561.410.144
2044	373.213.593	4.938.361.927	-4.565.148.334	-209.126.558.478
2045	347.230.101	4.689.723.986	-4.342.493.884	-213.469.052.362
2046	323.222.628	4.438.719.332	-4.115.496.704	-217.584.549.066
2047	300.652.576	4.188.286.460	-3.887.633.883	-221.472.182.949
2048	278.316.585	3.943.218.769	-3.664.902.184	-225.137.085.133
2049	257.546.456	3.700.392.147	-3.442.845.691	-228.579.930.824
2050	238.295.504	3.460.840.514	-3.222.545.010	-231.802.475.834
2051	219.802.241	3.227.655.604	-3.007.853.364	-234.810.329.198
2052	202.090.954	3.001.449.901	-2.799.358.947	-237.609.688.145
2053	185.214.230	2.782.660.088	-2.597.445.859	-240.207.134.004
2054	169.162.638	2.571.819.719	-2.402.657.080	-242.609.791.084
2055	153.951.268	2.369.296.017	-2.215.344.749	-244.825.135.833
2056	139.587.978	2.175.392.826	-2.035.804.848	-246.860.940.681
2057	126.074.021	1.990.354.514	-1.864.280.493	-248.725.221.174
2058	113.405.008	1.814.371.811	-1.700.966.803	-250.426.187.977
2059	101.571.779	1.647.585.262	-1.546.013.484	-251.972.201.461
2060	90.561.101	1.490.087.364	-1.399.526.264	-253.371.727.725
2061	80.356.356	1.341.923.942	-1.261.567.586	-254.633.295.311
2062	70.937.861	1.203.091.570	-1.132.153.708	-255.765.449.019
2063	62.283.331	1.073.538.308	-1.011.254.977	-256.776.703.996
2064	54.368.306	953.167.261	-898.798.954	-257.675.502.950
2065	47.166.411	841.839.320	-794.672.909	-258.470.175.859
2066	40.649.468	739.375.644	-698.726.176	-259.168.902.035
2067	34.786.641	645.546.680	-610.760.039	-259.779.662.074
2068	29.548.023	560.124.892	-530.576.869	-260.310.238.943
2069	24.899.203	482.808.118	-457.908.915	-260.768.147.858
2070	20.804.977	413.272.440	-392.467.464	-261.160.615.322
2071	17.228.456	351.158.431	-333.929.975	-261.494.545.297
2072	14.131.285	296.072.446	-281.941.160	-261.776.486.457
2073	11.474.110	247.592.251	-236.118.141	-262.012.604.598
2074	9.216.960	205.269.696	-196.052.737	-262.208.657.335
2075	7.319.841	168.638.718	-161.318.877	-262.369.976.212
2076	5.743.277	137.220.925	-131.477.648	-262.501.453.860
2077	4.448.843	110.532.429	-106.083.586	-262.607.537.446
2078	3.399.654	88.090.382	-84.690.728	-262.692.228.174
2079	2.560.798	69.419.310	-66.858.512	-262.759.086.686
2080	1.899.784	54.058.891	-52.159.107	-262.811.245.793

Fonte: Atuarial do Instituto de Previdência do Estado do RS (IPERGS).

O problema do déficit previdenciário começará a ser solucionado a partir da implementação do sistema de capitalização aos novos servidores públicos estaduais. Sentir-se-ão seus efeitos no longuíssimo prazo e o caixa do Tesouro começará a ser menos pressionado ao cabo de duas a três décadas, embora o equilíbrio previdenciário se torne possível somente no final deste século.

O Sistema de Capitalização

Pelo sistema de capitalização, cada segurado realiza contribuições que são depositadas em uma conta específica e acumuladas ao longo da vida ativa do trabalhador. No momento da aposentadoria, terá direito a receber uma renda vitalícia baseada na contribuição ao sistema, acrescida dos rendimentos do capital.

O Projeto de Lei Complementar nº 189/2011, que o Poder Executivo estadual enviou à Assembleia Legislativa, objetiva aplicar o regime financeiro de capitalização para os novos servidores estaduais. O parlamento gaúcho aprovou o projeto, em junho de 2011, sendo que ainda depende de regulamentação para a sua entrada em vigor. Na mesma ocasião, criou o Fundo Previdenciário (FUNDOPREV).

Para a implementação do regime de capitalização deve ser instituído administrativamente o FUNDOPREV, que será regido pelo Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, gestor único, com segregação contábil e fiscal dos demais recursos e fundos da Autarquia. Todos os valores destinados ao FUNDOPREV serão depositados em conta específica e exclusiva do BANRISUL, distinta da conta do Tesouro do Estado, vedada sua utilização pelo caixa único.

As aplicações e investimentos efetuados com os recursos do FUNDOPREV atenderão aos princípios da segurança, liquidez, transparência e economicidade e às diretrizes estabelecidas pela Política Anual de Investimento do Fundo, obedecendo à regulamentação do Ministério da Previdência e Assistência Social e do Conselho Monetário Nacional.

A criação desse sistema de capitalização de previdência social, com a contrapartida em igual valor pelo Estado àquela contribuição descontada do servidor, formará um fundo destinado exclusivamente ao pagamento dos futuros aposentados e pensionistas. Assim, esse sistema nasce com a perspectiva de não gerar no futuro déficit previdenciário para o Estado, visto que, em tese, haverá um fundo disponível que suportará a totalidade dos dispêndios.

2.8 A Lei Orçamentária de 2012

O art. 9º da Lei 13.769, de 04/08/2011 (Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2012) determinou, para o orçamento de 2012, o percentual de 4,5% de acréscimo no grupo das Outras Despesas Correntes, Investimentos e Inversões Financeiras, em relação às dotações de 30 de abril de 2011, conforme teor adiante transcrito:

Art. 9º - Os Poderes do Estado, o Ministério Público e a Defensoria Pública terão como limites para as despesas financiadas com a fonte de recursos Tesouro-Livres classificadas nos grupos de natureza de despesa 3 – Outras Despesas Correntes, 4 – Investimentos e 5 – Inversões Financeiras; em 2012, para efeito de elaboração de suas respectivas propostas orçamentárias, o conjunto das dotações fixadas na Lei Orçamentária de 2011, com as alterações decorrentes dos créditos suplementares e especiais, aprovados até 30 de abril de 2011, com essa fonte de recurso, **acrescidos de 4,5%** (quatro inteiros e cinco décimos por cento) de correção.

O art. 30 da LDO 2012 determinou, para o orçamento de 2012, o percentual de 7,2% de acréscimo no grupo Pessoal e Encargos Sociais, em relação às dotações de 30 de abril de 2011:

Art. 30 - Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública terão como limite na elaboração de suas propostas orçamentárias para 2012, para o grupo de natureza de despesa de pessoal e encargos sociais, na fonte de recursos Tesouro-Livres, o conjunto das dotações fixadas na Lei Orçamentária de 2011, com as alterações decorrentes dos créditos

suplementares e especiais, aprovados até 30 de abril de 2011, **acrescidos de 7,2%** (sete inteiros e dois décimos) de correção, considerando, inclusive, o disposto nos art. 40 e 41 desta Lei.

Ressalta-se que, para o orçamento de 2012, os parâmetros macroeconômicos utilizados foram de 4,5% de inflação pelo IPCA e 5,5% para o crescimento dos PIBs brasileiro e gaúcho.

A Estimativa da Receita para o Orçamento de 2012

A projeção da arrecadação para o exercício de 2012, de R\$ 40,264 bilhões, apresentada de forma sucinta na Tabela a seguir, compreende a totalidade da receita da Administração Direta, assim como a receita própria das Autarquias e Fundações.

Principais Agregados da Receita da Administração Pública Consolidada para 2012

AGREGADOS DA RECEITA	LOA 2011	LOA 2012	LOA 2012 - LOA 2011	% LOA 2012 / LOA 2011
RECEITAS CORRENTES	34.736.123.226	39.242.974.552	4.506.851.326	13,0
1.1 ICMS TOTAL	18.891.009.175	21.219.049.241	2.328.040.066	12,3
1.2 IPVA TOTAL	1.641.023.654	1.835.174.309	194.150.655	11,8
1.3 IMPOSTO DE RENDA NA FONTE	1.200.260.520	1.297.906.820	97.646.300	8,1
1.4 CONTRIBUIÇÕES	1.503.286.218	1.820.342.077	317.055.859	21,1
1.5 PATRIMONIAL	769.721.313	909.986.577	140.265.264	18,2
1.6 FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DO ESTADO	1.457.492.771	1.590.113.027	132.620.256	9,1
1.7 IPI-EXPORTAÇÃO	544.087.562	522.227.949	-21.859.613	-4,0
1.8 CIDE	114.028.324	120.796.883	6.768.559	5,9
1.9 LEI KANDIR E AUXÍLIO FINANCEIRO À EXPORTAÇÃO	264.482.156	290.203.045	25.720.889	9,7
1.10 FUNDEB - FUNDO DA EDUCAÇÃO	2.967.124.449	3.219.932.474	252.808.025	8,5
1.11 DEMAIS RECEITAS CORRENTES	2.974.694.368	3.388.229.153	413.534.785	13,9
1.12 RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	5.831.438.276	6.855.237.494	1.023.799.218	17,6
1.13 DEDUÇÕES PARA O FUNDO DA EDUCAÇÃO	-3.422.525.560	-3.826.224.497	-403.698.937	11,8
RECEITA DE CAPITAL	516.960.987	1.021.515.424	504.554.437	97,6
2.1 OPERAÇÕES DE CRÉDITO	36.925.000	639.245.087	602.320.087	1.631,2
2.2 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	457.130.669	340.293.878	-116.836.791	-25,6
2.3 DEMAIS RECEITAS DE CAPITAL	22.905.318	41.976.459	19.071.141	83,3
TOTAL DA RECEITA COM INTRAORÇAMENTÁRIA	35.253.084.213	40.264.489.976	5.011.405.763	14,2
TOTAL DA RECEITA SEM INTRAORÇAMENTÁRIA	29.421.645.937	33.409.252.482	3.987.606.545	13,6

Fonte: LOA 2011 e LOA 2012.

A Fixação da Despesa para o Orçamento de 2012

A estimativa da despesa para o exercício de 2012, de R\$ 40,264 bilhões, apresentada de forma sucinta, compreende a totalidade dos órgãos da Administração Direta, assim como as Autarquias e Fundações.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA 2012

Principais Agregados da Despesa da Administração Pública Consolidada para 2012

AGREGADO DA DESPESA	LOA 2011	LOA 2012	LOA 2012- LOA 2011	% LOA 2012/ LOA 2011
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS SEM INTRAORÇAMENTÁRIAS	13.918.851.266	15.996.472.667	2.077.621.401	14,9
OUTRAS DESPESAS CORRENTES SEM INTRAORÇAMENTÁRIAS	11.164.355.324	12.499.983.855	1.335.628.531	12,0
Transferências Constitucionais e Legais aos Municípios	5.708.627.931	6.385.244.301	676.616.370	11,9
Demais Outras Despesas Correntes	5.556.273.679	6.114.739.554	558.465.875	10,1
SERVIÇO DA DÍVIDA	2.344.676.868	2.688.768.752	344.091.884	14,7
INVESTIMENTOS AMPLOS	1.776.444.257	1.977.482.518	201.038.261	11,3
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	217.318.222	246.544.690	29.226.468	13,4
(+) PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS (INTRAORÇAMENTÁRIAS)	5.814.125.416	6.837.654.524	1.023.529.108	17,6
(+) OUTRAS DESPESAS CORRENTES (INTRAORÇAMENTÁRIAS)	17.312.860	17.582.970	270.110	1,6
TOTAL DA DESPESA DOTADA COM INTRAORÇAMENTÁRIAS	35.253.084.213	40.264.489.976	5.011.405.763	14,2
TOTAL DA DESPESA DOTADA SEM INTRAORÇAMENTÁRIAS	29.421.645.937	33.409.252.482	3.987.606.545	13,6

Fonte: LOA 2011 e LOA 2012.

Nota 1: Na LOA 2011, o RPPS do Executivo (Órgão 40, do IPERGS), passou do grupo Outras Despesas Correntes para o de Pessoal e Encargos Sociais.

Nota 2: Na LOA 2012, o RPPS do Poder Executivo (Órgão 40, do IPERGS), já se encontra no grupo de Pessoal e Encargos Sociais.

Considerando a distribuição da despesa na Lei Orçamentária de 2012, nas diversas áreas da Administração Pública consolidada, a situação é a seguinte:

Distribuição da despesa dotada na LOA 2012 entre as diversas áreas da Administração Pública Consolidada

ÁREAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	LOA 2012	% SOBRE O TOTAL DAS ÁREAS	% SOBRE O TOTAL DO LOA 2012
Infra-Estrutura	1.345.040.975	5,8	3,3
Econômica	958.055.827	4,1	2,4
Administrativa	1.349.949.611	5,8	3,4
Social	19.509.308.332	84,2	48,5
SUBTOTAL	23.162.354.745	100,0	57,5
Outros Poderes, Ministério Público e Defensoria Pública	3.753.524.571	-	9,3
Encargos Financeiros do Estado	6.246.828.476	-	15,5
Reserva de Contingência	246.544.690	-	0,6
Despesas Intraorçamentárias	6.855.237.494	-	17,0
TOTAL DO ORÇAMENTO DE 2012	40.264.489.976	-	100,0

Fonte: LOA 2012.

Os Investimentos das Estatais Gaúchas

A próxima Tabela mostra a evolução dos investimentos feitos pelas estatais gaúchas, entre 2007 e 2010, os recursos projetados na Lei Orçamentária de 2011 e de 2012 e, ainda, o previsto no Plano Plurianual 2012-2015.

Demonstrativo dos investimentos das estatais executados e previstos – R\$ 1.000,00

Estatais	2007 Executado	2008 Executado	2009 Executado	2010 Executado	LOA 2011 Previsão	LOA 2012 Previsão	PPA 2012-2015 Previsão
CORSAN	78.743	91.664	236.517	330.860	425.200	464.247	1.817.710
CEEE	215.952	180.590	216.803	237.544	367.000	570.566	2.086.887
CRM	9.316	18.701	9.368	23.970	45.400	43.990	782.000
SULGÁS	5.900	19.100	17.354	20.284	44.100	66.157	270.559
BANRISUL E COLIGADAS	133.006	163.055	210.203	190.884	217.500	135.838	552.300
CAIXA ESTADUAL	1.213	604	3.202	626	5.300	2.110	509.950
DEMAIS ESTATAIS	8.280	8.259	22.951	32.475	30.500	18.649	109.671
Total dos Investimentos	452.410	481.973	716.398	836.643	1.135.000	1.301.557	6.129.077

Fonte: PPA 2012-2015.

Nota 1: Os investimentos da CEEE abrangem a CEEE Distribuição e a CEEE Geração e Transmissão.

Nota 2: A estimativa dos investimentos das estatais, para o período entre 2012 e 2015, poderá estar sujeita à alteração.

Os Recursos da Votação de Prioridades do Processo de Participação Popular e Cidadã no Orçamento de 2012

Na Consulta Popular realizada em agosto de 2011, compareceram 1.134.141 cidadãos, sendo que 998.145 votaram por via manual e 135.996 pela internet. Na Lei Orçamentária de 2012, foram disponibilizados R\$ 165 milhões, conforme a tabela seguinte.

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA 2012

Distribuição dos recursos da Consulta Popular e Cidadã para a LOA 2012, por COREDE

REGIÕES	VALORES APROPRIADOS
METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	23.590.274
SUL	13.610.888
VALE DO RIO DOS SINOS	12.940.858
SERRA	9.270.019
VALE DO RIO PARDO	8.646.749
FRONTEIRA OESTE	8.131.975
LITORAL	6.002.961
VALE DO TAQUARI	5.937.118
CENTRAL	5.876.170
PRODUÇÃO	5.283.641
CENTRO SUL	4.954.843
PARANHANA-ENCOSTA SERRA	4.878.041
NORTE	4.556.002
MISSÕES	4.464.114
MEDIO ALTO URUGUAI	4.137.236
FRONTEIRA NOROESTE	3.930.798
JACUÍ CENTRO	3.885.799
CELEIRO	3.848.529
CAMPANHA	3.739.829
VALE DO CAÍ	3.449.432
RIO DA VARZEA	3.387.403
NOROESTE COLONIAL	3.215.548
HORTÊNSIAS	3.133.443
NORDESTE	3.120.173
VALE DO JAGUARI	3.003.410
ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ	2.996.072
ALTO JACUÍ	2.835.832
CAMPOS DE CIMA DA SERRA	2.172.843
TOTAL DOS PROJETOS DA PARTICIPAÇÃO POPULAR E CIDADÃ	165.000.000

Fonte: LOA 2012.

3 AS AÇÕES DO GOVERNO

3 AS AÇÕES DO GOVERNO

As Ações do Governo estão apresentadas segundo a estrutura proposta pela Lei nº 13.601, de 01 de janeiro de 2011, e com as inovações institucionais implementadas ao longo do ano. Essas inovações institucionais – necessárias para a implementação do programa de governo eleito em 2010 – por si só constituem uma ação importante de governo e de ação legislativa.

Para a retomada de uma postura desenvolvimentista no Estado do Rio Grande do Sul é necessário superar a lógica de que as questões de tamanho do aparelho de estado ou do ajuste fiscal são questões que se definem “em si”. É necessário identificar as necessidades e as condições para (re)construir o Estado necessário à promoção do desenvolvimento sustentável que promova equidade social, regional e participação popular e cidadã.

Entre as inovações, estão a criação da Coordenação de Assessoramento Superior do Governador (que inclui uma Assessoria de Cooperação e Relações Internacionais), do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (e a respectiva Secretaria Executiva), da Secretaria de Comunicação e Inclusão Digital, do Gabinete dos Prefeitos e Relações Federativas, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo e da Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa.

Ao longo do texto estão descritas ações específicas de melhorias de gestão em curso, tais como as negociações com as categorias e melhorias nos processos de trabalho dos diversos setores da administração.

GABINETE DO GOVERNADOR

A gestão pública, a democracia e o Estado moderno do século XXI estarão permanentemente desafiados a absorver um largo espectro de possibilidades para a expansão da cidadania, tornadas possíveis pela atual revolução no campo da informação e da comunicação.

Diante do esgotamento dos principais modelos de Estado que nos serviram de referência ao longo do século XX, cumpre agora refletir a respeito de uma nova agenda para a governança democrática em escala global. Afinal, os desafios da democracia apresentam-se, cada vez mais, universais, abrangentes e envolvidos em um ambiente multifacetado, no qual respostas meramente locais e parciais possuem pouca capacidade de agregação e legitimação pública.

Uma das questões mais prementes está relacionada ao tipo de apropriação que os governos podem fazer dos novos instrumentais de gestão e seu impacto sobre os regimes democráticos contemporâneos.

A internet e as ferramentas de gestão criativa possibilitam imaginar uma ampliação da transparência e do acesso às informações públicas sem precedentes, proporcionando a criação de espaços cada vez mais públicos e menos estatais.

Além disso, ampliam-se as possibilidades de enfrentarmos positivamente o tema da "eficiência" da máquina burocrática do Estado, sob uma perspectiva democrática e socialmente responsável.

A busca por um paradigma de gestão pública democrático, participativo e eficiente, portanto, adquire novos contornos e se vê diante de um cenário animador e de grandes desafios.

São essas as premissas que fundamentam a proposta do Gabinete XXI no âmbito do Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Ferramentas de Gerenciamento Eletrônico

O avanço acelerado das Tecnologias da Informação exige que o Estado conduza seus trabalhos e oferta de serviços de maneira eficiente, moderna e integrada. Nesse contexto, a interoperabilidade de tecnologia, processos, informação e dados é o meio essencial que oferece serviços de qualidade, serve de exemplo para governos em todo o mundo e como fundamento importante para os conceitos de governo eletrônico.

Interoperabilidade significa a integração entre sistemas e entre redes, organiza a troca de dados entre sistemas e não se limita à mera incorporação de instrumental tecnológico. Considera todos os fatores anteriores, bem como a existência de um legado de sistemas, de plataformas de *hardware* e *software* anteriormente instalados.

Nesse sentido, a médio prazo, as ferramentas de gerenciamento eletrônico do Gabinete do Governador devem compor um conjunto de

sistemas integrados e operáveis entre si, através da utilização preferencial de padrões abertos e *softwares* livres, sempre que possível. A promoção da utilização de programas de código aberto busca a redução da dependência tecnológica e a diminuição dos custos das políticas e investimentos em Tecnologia da Informação.

Gabinete Digital do Governador

Através do Gabinete Digital, foram criados mecanismos de diálogo direto do Governador com a sociedade gaúcha. Periodicamente, questões relevantes foram lançadas ao debate público e processadas em um ambiente digital de construção de consensos.

Além disso, o Governador respondeu, pessoalmente, questões de interesse geral levantadas pelos internautas e recolhidas através de um processo aberto de debate e reflexão coletiva. Até mesmo algumas das agendas do Governador foram construídas através da participação cidadã, mobilizada em torno das redes sociais.

Também foram realizadas audiências públicas, transmitidas ao vivo, abertas à participação através da web, sempre pautando temas de grande relevância para o Estado.

Agenda Colaborativa

É uma ferramenta por meio da qual a população gaúcha pode contribuir para a definição dos temas a serem tratados pelo Governador durante as Interiorizações de Governo. Periodicamente, o Governo se desloca para municípios do interior do Estado ou da Região Metropolitana, e as contribuições enviadas se tornam pautas do Governador ou dos seus secretários. Todas as contribuições enviadas recebem respostas por e-mail e são publicadas no portal do Gabinete Digital.

Governo Escuta

Foram audiências públicas transmitidas pela internet em que especialistas e a população falaram sobre temas de grande relevância para o desenvolvimento do Estado. O *Governo Escuta* abordou temas como *bullying* nas escolas e estrangeirismo.

Governador Responde

É uma ferramenta por meio da qual a população pode enviar perguntas sobre grandes temas diretamente ao Governador. Os participantes fazem campanha para suas perguntas através de seus contatos e nas redes sociais. A pergunta mais votada é respondida a cada 30 dias, em vídeo, pelo Governador. Foram mais de 500 perguntas enviadas, mais de 15 mil votos e seis respostas do Governador.

Governador Pergunta

É uma nova ferramenta de participação do Gabinete Digital, que tem o objetivo de promover o debate público sobre grandes temas e coletar, junto à população, subsídios para construção de políticas públicas. O Governador perguntou “Como podemos melhorar o atendimento na saúde pública”?

- A consulta pública durou 30 dias, do dia 9 de novembro até o dia 10 de dezembro.
- Foram mais de 1.388 propostas encaminhadas ao *site*. Foram 122.609 votos.
- Os autores das 50 sugestões mais votadas tiveram um encontro com o Governador no dia 14 de dezembro, no Palácio Piratini, e discutiram suas ideias, com transmissão ao vivo pela internet.
- Mais de 60 mil pessoas foram mobilizadas no processo.
- Dezenove cidades foram visitadas com eventos presenciais envolvendo cerca de 20 mil pessoas.
- Um automóvel equipado com computadores percorreu a Região Metropolitana oferecendo acesso a mais de 10 mil pessoas.
- Oito pontos de acesso na capital e seis pontos no interior foram disponibilizados em parceria com a PROCERGS, Assembleia Legislativa, Defensoria Pública e Tudo Fácil.

O *Governador Pergunta* teve repercussão internacional, atraindo atenção de pesquisadores da Universidade de Princeton, os quais já noticiaram a iniciativa.

O Governo em Todo o Estado

A nova estratégia de desenvolvimento econômico e social do Estado do Rio Grande do Sul define o combate às desigualdades sociais e regionais, o fortalecimento da base produtiva já instalada e a integração das diversas regiões do Estado como alguns de seus eixos estruturais.

Desde os primeiros dias de gestão, têm-se trabalhado na perspectiva do diálogo, concertação e organização de projetos que priorizem a transversalidade das ações de governo, no sentido do desenvolvimento socioeconômico. Coerentemente com essa definição, iniciaram-se as atividades de *Interiorização de Governo*, cujo ponto de partida foi dado na histórica capital Farroupilha, a cidade de Piratini, na Região Sul do Estado. Desde então, outras cinco cidades já receberam o Governo do Rio Grande para um dia inteiro dedicado à sua instalação no interior.

Outras ações que visam integrar as regiões e promover diálogos a respeito do desenvolvimento do Rio Grande também foram experimentadas. Elas formam um conjunto de instrumentos de diálogo e participação cidadã, voltados para o reconhecimento das aspirações de todas as regiões do Estado.

Formam esse conjunto:

- Interiorizações de Governo;
- Encontros para o Desenvolvimento;
- Audiências coletivas;
- Diálogos CDES.

Interiorizações de Governo

A *Interiorização do Governo* é o momento em que o centro político do Governo se transfere para o interior do Estado. Nessa oportunidade, é possível o diálogo direto entre a população e o Governador.

O envolvimento de amplos segmentos sociais mobilizados oportuniza a apresentação das demandas locais e regionais antes das *Interiorizações*. Nestas são anunciados programas e ações específicos para a região e para o Estado. Os anúncios realizados nessas ocasiões são permanentemente monitorados pela Secretaria-Geral de Governo através do Sistema de Monitoramento Estratégico.

Atualmente, todos os objetivos estratégicos do Governo podem ser facilmente acessados através do Sistema, que prontamente aponta o grau de execução das ações.

A *Interiorização de Governo* compõe o Sistema Estadual de Participação Popular Cidadã, essencialmente por promover o diálogo direto entre o Governador e a população local e seus dirigentes.

Interiorizações Realizadas em 2011

Data	Município	Região
20/01	Piratini	COREDE Sul e Região Funcional 05
19/02	São Borja	COREDE Fronteira Oeste
15/04	Lagoão	COREDE Altos da Serra do Botucaraí e Região Funcional 09
13/05	Santa Maria	COREDE Central e Região Funcional 08
01/07	Bagé	COREDE Campanha e Região Funcional 06
29/07	Santana do Livramento	COREDE Fronteira Oeste e Região Funcional 06
30/08	Esteio	COREDE Vale dos Sinos e Região Funcional 01
30/09	Taquara	COREDE Paranhana Encosta da Serra e Região Funcional 01
18/10	Ijuí	COREDE Noroeste Colonial e Região Funcional 07
18/11	Cacequi	COREDE Vale do Jaguarí e Região Funcional 08
17/12	Tramandaí e Capão da Canoa	COREDE Litoral Norte e Região Funcional 04

Encontros para o Desenvolvimento

Com a força do processo de *Interiorização*, surgiram novas demandas de atuação de governo junto às regiões. Tornou-se evidente a

necessidade de se realizar uma atividade complementar, capaz de qualificar o diálogo realizado fora do processo específico de interiorização.

Para responder a essa demanda, foram estabelecidos os *Encontros para o Desenvolvimento*, que consistem em atividades em municípios do interior do Estado que contam com a presença do Governador e de Secretários convocados. Nos *Encontros para o Desenvolvimento*, o Governo busca responder questões específicas do município e da região, além de atender entidades de relevância regional que também apresentam a sua perspectiva.

Nesses Encontros, também é dada continuidade ou início ao processo de interiorização, apresentando balanços, prestação de contas e acolhendo novas demandas das regiões.

Os *Encontros para o Desenvolvimento* iniciaram no dia 25 de Agosto, no município de São Borja e se desenvolveram em 2011 conforme apresentado a seguir:

Data	Município	Região
25/08	São Borja	COREDE Fronteira Oeste – Região Funcional 06
15/10	Alegrete	COREDE Fronteira Oeste – Região Funcional 06
11/11	Uruguaiana	COREDE Fronteira Oeste – Região Funcional 06
10/12	Santo Ângelo	COREDE Missões – Região Funcional 07

Audiências Coletivas

São reuniões envolvendo representações locais que compõem a agenda do Governador em ocasiões nas quais o mesmo se desloca para as regiões visando participar de encontros, festas, solenidades, etc. Essas audiências têm se mostrado também importantes e com muita objetividade.

Caracterizam-se pelo trabalho de escuta e organização de respostas para demandas, bem como a apresentação de iniciativas de governo para as diferentes áreas. Desenvolvem-se em parceria com os governos municipais e as Secretarias de Estado com forte penetração em determinada região.

Abertura e Revalorização do Palácio

Nas comemorações dos 90 anos do Palácio Piratini, o Governador determinou que o Palácio deve ser acessível e aberto à sociedade civil e ao povo gaúcho, para que possam visitá-lo e conhecer a história da qual fazem parte. Além disso, objetivou-se a revalorização do espaço, tornando-o centro político e administrativo do Governo.

O prédio, localizado na Praça da Matriz, em Porto Alegre, recebe diariamente visitantes do Estado, do País e até do exterior, que percorrem o local conduzidos por guias conhecedores de cada detalhe da sede do Governo estadual e suas histórias.

Com a finalidade de ampliar-se o acesso ao Palácio, o prédio abre-se à visitação, fazendo parte do projeto Caminhos da Matriz. O Palácio

disponibiliza visitas guiadas em que os visitantes são recebidos e convidados a acompanhar os guias, que explicam detalhadamente a história do local, em português ou ainda em inglês e espanhol.

O percurso é iniciado na escadaria principal do Palácio, passando pelos salões Negrinho do Pastoreio, Alberto Pasqualini e os carros oficiais. O Palácio Piratini completou 90 anos no dia 17 de maio, guardando nos seus salões, corredores, alas e jardins, as lembranças de momentos marcantes da história do Rio Grande do Sul – como a Campanha da Legalidade, que completou 50 anos em agosto.

Patrimônio Histórico

O Palácio Piratini, construído para ser sede do governo e moradia do governante executivo do Estado do Rio Grande do Sul, abriga em suas dependências, desde sua inauguração, em 1921, um vasto acervo patrimonial.

Com o objetivo de pesquisa, preservação e divulgação desse patrimônio histórico e cultural, foi constituída a Comissão Especial de Preservação do Palácio Piratini, instituída pelo Decreto nº 48.040/11.

A Comissão Especial possui as atribuições de definir critérios e procedimentos relativos ao patrimônio histórico e cultural do Palácio Piratini e propor as respectivas medidas normativas; propor ações de documentação e de levantamento técnico do patrimônio histórico e cultural do Palácio Piratini; estabelecer o rol dos bens mais significativos, merecedores de atenção especial; indicar necessidade de obras e de intervenções, assim como emitir parecer sobre seu uso, no que respeita à preservação. Suas atribuições incluem a indicação de ações de divulgação e valorização do patrimônio histórico e cultural do Palácio Piratini. Essa comissão tem desenvolvido intensivo trabalho, utilizando todos os conhecimentos técnicos e científicos disponíveis.

Através do resgate, valorização, pesquisa e reconhecimento deste patrimônio material e imaterial abrigado no Palácio Piratini, o Governo do Estado está contribuindo para o fortalecimento da identidade e da cidadania do povo Rio-Grandense.

Gastronomia

Desde janeiro de 2011, quando tomou posse no Palácio Piratini, o Governador optou por transformar o antigo Palácio da Habitação, denominado atualmente de Ala Residencial, em mais um espaço administrativo. Hoje, no local, funcionam secretarias e os gabinetes do Governador e Vice-Governador. A antiga cozinha, de caráter absolutamente domiciliar, transformou-se em uma cozinha profissional de uso exclusivo para reuniões de trabalho do Governador no intento de que, na confecção de seus cardápios, a mostra e a valorização da culinária regional sejam a tônica dos eventos, mediante pesquisas, norteadas pela formação etnográfica do Estado, buscando resgatar a cultura gastronômica trazida

pelos mais de vinte etnias que compõem a população estadual e que hoje, juntas, representam a Gastronomia Regional.

O trabalho de pesquisa da Cozinha do Palácio Piratini, demandou uma interlocução com as Escolas de Gastronomia do Estado e, com a participação de várias Secretarias de Estado, esse diálogo permanente resultou na criação de um Grupo de Trabalho e Pesquisa em Gastronomia Regional, com a finalidade de pesquisar, resgatar e divulgar receitas tradicionais das diferentes etnias formadoras do Estado, além de colaborar para o fortalecimento do desenvolvimento e valorização de áreas turísticas voltadas à gastronomia e auxiliar no conhecimento do processo agropecuário das distintas regiões, procurando agregar valor aos produtos e ampliando seus mercados, mantendo a preocupação com o desenvolvimento sustentável.

O grupo trabalha, também, para a qualificação dos serviços e ampliação da capacitação técnica dos setores ligados à gastronomia, incluindo as futuras demandas para a Copa de 2014.

Dessas orientações, nasceu a parceria com a EMATER para a criação da horta no pátio do Palácio Piratini e a priorização dos produtos orgânicos na concepção dos cardápios. Com isso, objetiva-se preservar as práticas, os costumes e a memória dos antepassados, consolidando o âmbito gastronômico enquanto um depositário de uma "memória afetiva", mantendo viva a identidade de nosso povo.

Gestão Ambiental do Palácio Piratini

O Palácio Piratini, ciente de sua responsabilidade socioambiental (RSA) e de seu papel na indicação de novos padrões de produção e consumo, está aderindo aos preceitos da Agenda Ambiental da Administração Pública (Agenda A3P) para ser exemplo local da tendência mundial de buscar soluções sociais, ecológicas e economicamente viáveis frente aos desafios globais. O programa de *Gestão Ambiental do Palácio* busca a redução de impactos negativos ao meio ambiente gerados pela atividade pública.

O Palácio Piratini assume a responsabilidade de implantar e implementar ações promovendo a sensibilização e qualificação dos servidores para práticas voltadas à sustentabilidade, além de avaliar e administrar resultados, principalmente no que se refere ao consumo de água, energia (elétrica e de combustíveis) e materiais diversos, fontes de energia alternativas, reutilização da água da cisterna, geração de resíduos e despejos, manutenção da horta e da composteira, emissões e imissões de poluentes, oficina de reciclagem, dentre outros.

O projeto *Palácio Verde* busca incentivar, no âmbito do Piratini, o consumo moderado de materiais de escritório (papel, canetas, blocos de anotação, etc.), a redução do consumo de energia elétrica, o uso racional dos recursos hídricos e o uso de material reciclado.

São exemplos dessa posição inovadora na gestão do Palácio Piratini, a horta de produtos orgânicos e a construção da cisterna para captação e

uso de água proveniente das chuvas, dentre outras medidas anunciadas durante a celebração dos 90 anos do Palácio.

Assessoria de Cooperação e Relações Internacionais (ACRI)

O Governo retomou relações com todos os setores da sociedade civil organizada, entidades representativas de trabalhadores e dos servidores estaduais, classe política, Assembleia Legislativa do RS, autoridades governamentais federais e com os países parceiros do MERCOSUL.

Além disso, as ações de protagonismo do Estado no MERCOSUL e no cenário latino-americano foram intensificadas. O presidente do Uruguai visitou o RS para selar uma nova fase de relações econômicas e políticas, sendo sua comitiva composta por 140 integrantes.

Dentre as atividades realizadas em 2011, pela ACRI, é possível destacar:

- Articulação de relações de trabalho conjunto com *Banco de Desarrollo de America Latina* (CAF), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Mundial (BIRD), Conselho de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), *Iniciativa para la integración de la infraestructura regional suramericana* (IIRSA).
- Consolidação de parceria com o programa Articulação de Redes Territoriais, projeto do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (ART-PNUD).
- Participação no seminário sobre ensino bilíngue nas escolas de fronteira em parceria com os demais governos do MERCOSUL.
- Apoio à implementação do projeto da Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS) no RS, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
- Reativação do Protocolo de cooperação assinado entre RS e Vêneto (Itália) em 2001. Missão técnica da FEE ao Vêneto em outubro de 2011.
- Implementação do projeto Coesão Social a partir do Fortalecimento de Cadeias Produtivas (COCAP), apoiado com recursos da União Europeia.
- Realização de debates e seminários: O novo papel do Brasil no cenário internacional e as perspectivas para o Rio Grande do Sul, Semana do Meio Ambiente, Estratégia de relação com a China, América Latina-União Europeia: desafios e oportunidades na globalização, Água, um direito público universal.
- Participação em missões internacionais, junto aos Governos: África, Alemanha, Argentina, Cingapura, Coreia do Sul, Espanha, França, Uruguai e Vietnã.
- Articulação de um fórum de Universidades e Institutos Federais de Ensino Técnico, que atuam na região de fronteira, para formulação e implementação das políticas do Governo do Estado na região. Participam (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-

Rio-Grandense (IFSul), Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS).

- Elaboração e publicação de diretrizes para uma política de relações internacionais e para o Sistema de Monitoramento da Secretaria-Geral de Governo.

- Construção de parceria para projetos de desenvolvimento local e para o compartilhamento de estratégias de projeção internacional da produção vinícola do RS.

- Construção de parceria com universidades e instituições da sociedade civil.

- Construção de uma agenda de trabalho com a Secretaria de Planejamento e Investimentos, responsável pela coordenação dos investimentos em infraestrutura para a integração latino-americana do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

- Estabelecimento de relações de trabalho conjunto e apoio a prefeituras do RS que atuam ou pretendem atuar na área das Relações Internacionais. Ações conjuntas com os municípios de: Aceguá, Bagé, Barra do Quaraí, Bento Gonçalves, Caxias do Sul, Farroupilha, Jaguarão, Porto Alegre, Santa Rosa, Santa Vitória do Palmar, Santana do Livramento e São Leopoldo.

GABINETE DO VICE-GOVERNADOR

O Gabinete do Vice-Governador do Estado (GVG), formado por órgãos auxiliares de assessoramento direto ao Vice-Governador e a ele diretamente subordinado, dentre outras atribuições, está encarregado do acompanhamento de projetos especiais e das ações de sua articulação política com a sociedade e suas representações sociais. Na atual gestão, tem como seus objetivos estratégicos coordenar a implantação do Plano de Combate às Desigualdades Regionais e a implantação do Comitê Estadual de Mobilização pela Segurança no Trânsito.

O **Programa Estadual de Combate às Desigualdades Regionais**, sob a coordenação do Gabinete do Vice-Governador, se insere no compromisso e esforço de Governo para estimular e promover o desenvolvimento nas regiões mais deprimidas do Estado. É um dos programas estratégicos, monitorado pela Sala de Gestão na Secretaria-Geral de Governo.

Inicialmente, foram realizadas pesquisas a partir dos documentos existentes, tais como Rumos 2015, Agenda 2020 e, principalmente, os planos estratégicos dos COREDEs, que diagnosticavam a situação do Estado e apresentavam propostas de desenvolvimento. Posteriormente, ocorreram reuniões com órgãos da sociedade civil organizada e secretarias de

governo, visando o enriquecimento da proposta e acolhida de sugestões. Com o apoio da Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã e da Fundação de Economia e Estatística, foram estabelecidos critérios de elegibilidade de regiões, tendo por unidade geográfica a base territorial dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs). Foram eleitas nove regiões, com base nos critérios de baixo Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) e dinâmica econômica abaixo da média estadual. As regiões eleitas foram: Alto da Serra do Botucaraí, Médio Alto Uruguai, Celeiro, Norte, Paranhana Encosta da Serra, Centro-Sul, Sul, Campanha e Fronteira Oeste.

A partir da inclusão do Programa na Sala de Gestão, foi criado um núcleo executivo permanente, coordenado pelo Vice-Governador, para implantar, monitorar e avaliar as ações em diversas secretarias, tornando efetivas as prioridades elencadas para o Programa de Combate às Desigualdades Regionais.

Até o momento, o Programa foi implantado na Região do Alto da Serra do Botucaraí. A agenda pactuada é composta pelos seguintes eixos: diversificação da produção agropecuária; desenvolvimento do segmento de pedras preciosas; implantação de um polo tecnológico; desenvolvimento do potencial empreendedor; acessos asfálticos às sedes municipais e combate à vulnerabilidade social.

Existem pré-agendas de desenvolvimento prontas para serem lançadas nas regiões Centro-Sul e Sul e, em construção, para a Região do Alto Médio Uruguai.

O **Programa Estadual de Mobilização pela Segurança no Trânsito** teve início com a assinatura do Decreto nº 48.013, de 11 de maio de 2011. O evento ocorreu no Palácio Piratini, quando houve uma grande solenidade de adesão do RS à Década Mundial de Ação pela Segurança no Trânsito, tendo sido criado também o Comitê Estadual de Mobilização pela Segurança no Trânsito.

Com a criação do Comitê Estadual, conduzido pelo Vice-Governador, intensificaram-se as atividades. Foram realizados quatro seminários nas cidades de Santa Maria, Passo Fundo, Caxias do Sul e Porto Alegre, denominados *Encontros da Década de Ação*, destinados a gestores e agentes de trânsito, buscando sua qualificação, tendo sido capacitados cerca de 350 profissionais.

Houve a realização do Seminário Nacional de Trânsito *Década de Ação pela Segurança no Trânsito*, com o tema: Segurança no Trânsito e Motorista Profissional. O evento ocorreu na Assembleia Legislativa, no dia 12 de setembro, com a participação de mais de 500 profissionais da área de trânsito.

Ainda, foram realizadas nove Conferências Regionais com vistas à organização da Conferência Estadual sobre Políticas de Segurança no Trânsito, realizada em 15/12/2011, no auditório do Ministério Público do Estado.

O Comitê agiu, através de reuniões ordinárias e diversas câmaras temáticas, no sentido de unificar ações e dar foco às iniciativas e campanhas visando inverter a tendência estatística crítica vigente.

O trabalho realizado demonstra que o Estado do Rio Grande do Sul está no caminho certo, pois, em comparação com os anos anteriores, houve significativa redução nos índices de acidentes do trânsito.

No âmbito dos **Grupos de Trabalho Coordenados pela Vice-Governadoria**, foram realizadas articulações, principalmente com a Defesa Civil e Secretaria Estadual da Saúde. Como resultado, os grupos de trabalho, de forma transversal e integralizada, responderam rápida e eficazmente às necessidades prementes da população.

A articulação com a Defesa Civil resultou no grupo de trabalho para enfrentamento de estiagem, temporais e enchentes, integrando todos os segmentos de governo. A partir do Gabinete do Vice-Governador, operou-se a transversalidade das ações, tornando a execução dos projetos mais rápida e efetiva. Houve, ainda, a realização de ações conjuntas com o Ministério da Integração Nacional, que resultaram na construção de açudes e auxílio direto para a pecuária.

Na área da Saúde, sob a coordenação do Vice-Governador, foi criado um grupo de trabalho, visando enfrentar as dificuldades existentes no Estado, que, através da integração de vários segmentos e em conjunto com a Secretaria Estadual de Saúde, efetivou políticas de recuperação com ênfase nos hospitais filantrópicos e hospitais públicos municipais.

Ações Previstas para 2012

Dentre as ações previstas para 2012 no **Programa Estadual de Combate às Desigualdades Regionais**, podem ser citadas:

- A articulação com órgãos federais, instituições financeiras e organismos internacionais para captação de recursos para financiamento de projetos.
- A divulgação das ações de governo e informação aos pequenos e médios investidores sobre as fontes de recursos disponíveis, por meio de material informativo, estando prevista a distribuição de aproximadamente 2.000 cartilhas e 20.000 panfletos.
- Prosseguimento da implantação do Plano Estadual Estratégico de Combate às Desigualdades Regionais, através da realização de seminários envolvendo as comunidades locais juntamente com as esferas governamentais.
- Realização de reuniões nas regiões deprimidas, com participação dos governos municipais, sociedade civil organizada e cidadãos em geral, objetivando definir estratégias e articulações necessárias à concretização dos projetos.

Com relação às ações previstas para 2012 no **Programa Estadual de Mobilização pela Segurança no Trânsito**, cumpre destacar:

- Desenvolvimento de campanhas educativas junto aos órgãos de mídia, utilizando a colaboração de personalidades públicas, visando chamar a atenção da comunidade para questões pontuais que geram mortes no trânsito, como a alcoolemia, o não uso do cinto de segurança, o excesso de velocidade e o desrespeito aos pedestres.
- Realização de conferências regionais com a participação dos governos municipais, sociedade civil organizada e cidadãos em geral, com vistas à organização da Conferência Estadual sobre Políticas de Segurança no Trânsito.
- Desenvolvimento de ambiente temático educativo para crianças, que reproduza a realidade de uma cidade, a fim de que recebam ensinamentos teóricos e práticos compatíveis com sua faixa etária para cuidar de sua segurança, quer nas situações de passageiros em automóvel, motocicleta ou ônibus, quer nas situações de pedestres ou ciclistas.
- Desenvolvimento de material educativo para os turistas do MERCOSUL, a fim de que seja produzido e distribuído prioritariamente no período de veraneio, nos postos de fronteira e pedágios.
- Realização de visitas aos municípios que ainda não tenham se integrado ao Sistema Nacional de Trânsito com vistas a promover sua integração ao Sistema.
- Articulação para a elaboração de um plano estadual de ação rápida para atendimento de ocorrências que envolvam produtos perigosos, através de um levantamento detalhado de locais de maior risco de ocorrências.
- Criação, em parceria com outras organizações, do Prêmio Gaúcho de Segurança no Trânsito, em várias categorias, para enaltecer os esforços concretos e iniciativas educativas que reduzam os riscos de ocorrências no trânsito.
- Realização de seminários de capacitação profissional para diretores e instrutores de Centros de Formação de Condutores (CFCs) e para gestores, engenheiros e agentes de trânsito, objetivando melhor capacitá-los em suas respectivas áreas de atuação, quer sejam vinculados ao ensino, quer à gestão e fiscalização do trânsito.

CASA CIVIL

Compete à Casa Civil: exercer a representação civil do Governador do Estado; executar o assessoramento e apoio imediato ao Governador do Estado e às unidades da Governadoria em assuntos de natureza política, jurídica, legislativa e administrativa, inclusive do Gabinete do Vice-Governador, exceto quanto à Procuradoria-Geral do Estado e à Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã; articular a ação política dos órgãos do Poder Executivo e assessorar o Conselho de Ética Pública.

Subchefia Administrativa

A Subchefia Administrativa da Casa Civil, durante o ano de 2011, teve entre suas principais realizações:

- Suporte técnico-administrativo no cumprimento da Transversalidade.
- Compilação e análise da legislação pretérita (últimos 30 anos) atinente ao Servidor Público do Estado do Rio Grande do Sul, com vistas à elaboração de informações técnicas e de propostas de alteração legislativa.
- Aprimoramento da ritualística dos Processos Administrativos que tramitam na Casa Civil, com o objetivo de dar cumprimento ao artigo 5º, LXXVIII, CF/88, que determina a "razoável duração do processo" e "meios que garantam a celeridade de sua tramitação".
- Desenvolvimento de um Programa de Gestão de Pessoas com vistas a obter resultados benéficos à estrutura organizacional da Casa Civil, bem como aumentar a eficiência do grupo de servidores, respondendo a contento ao acréscimo de demanda gerada pela Lei nº 13.601/11.
- Desenvolvimento de Programa de Gestão Patrimonial do Complexo do Palácio Piratini.

Subchefia Jurídica e Legislativa

Dentre as principais ações da Subchefia Jurídica e Legislativa da Casa Civil no ano de 2011, destacam-se:

- Elaboração de Decreto para regulamentar o pagamento das verbas rescisórias aos empregados demitidos da Fundação Riograndense Universitária de Gastroenterologia (FUGAST) e Coordenação de Grupo de Trabalho (GT) criado para operacionalizar os pagamentos.
- Auxílio na elaboração de proposta para permitir a compra, pela Central de Compras (CECOM), de produtos da agricultura familiar.
- Formalização das estruturas que integram a Governadoria.
- Normalização da utilização de espaços do Palácio Piratini.
- Assessoramento jurídico das questões relativas ao Cais Mauá, RS Mais Igual, CODESUL e Casa dos Estudantes.
- Construção, organização e participação no GT da Previdência com os demais Órgãos, Poderes e Instituições.
- Tramitação de 8.142 expedientes, em 2011, dos quais: 4.394 da Subchefia Jurídica e 3.748 da Subchefia Legislativa.

- Análise e exame de 8.142 expedientes, resultando na publicação de: 245 leis; 908 decretos; 9 ordens de serviço; e 1.181 atos (incluindo atos coletivos).

Gabinete da Casa Civil

Principais realizações em 2011:

- Participação no processo de construção e funcionamento do Comitê de Diálogo Permanente com o Funcionalismo Estadual (CODIPE): projeto recebido nos primeiros dias de governo sob coordenação da Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos, juntamente com a Assessoria Superior do Governador e a Secretaria da Fazenda. Participação em reuniões com as mais diversas categorias com retornos positivos, em particular junto aos setores da Segurança e da Educação; da Polícia Civil e da Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE), no que se refere à aposentadoria especial; e da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), referente à reposição das perdas salariais e ao plano de carreira. Para 2012 deverá ser aprofundada a organização dos trabalhos do CODIPE.

- Atendimento das entidades ligadas ao movimento social: atuação junto aos movimentos sociais, prestando atendimento às suas demandas e encaminhando-as aos órgãos estaduais, em especial os movimentos sindical, comunitário, estudantil e agrário. Deve-se ressaltar a ação desenvolvida junto aos trabalhadores da FUGAST, com o pagamento das rescisões, depois de praticamente um ano de negociação entre Governo e sindicatos. Em 2012, será dada continuidade ao atendimento às entidades ligadas ao movimento social.

- Participação em Comissões, Conselhos e Comitês: Comissão organizadora da Conferência de Juventude, GLBT e Mulheres e Comitê Gestor da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e suas câmaras temáticas – Pacto Gaúcho pela Educação, Previdência, Comunicação e Cultura.

- Participação nos Grupos de Trabalho Governamentais (GTs): Seca e Estiagem; Copa do Mundo; Políticas indígenas e Terras; Casa do Estudante Aparício Cora de Almeida; formulação de políticas públicas estaduais para a população idosa; encaminhamento da situação da Cooperativa de Trabalhadores Cristo Rei (COOPEREI).

- Participação na Força-Tarefa do Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem (DAER): análise jurídica e auditoria dos contratos de obras do DAER para verificação acerca da ocorrência de irregularidades/ilegalidades. Total de verificações realizadas: 227 processos administrativos (82 contratos paralisados, 79 contratos repactuados, 26 contratos sem ordem de início e 40 contratos com repactuações não efetivadas).

- Coordenação do Grupo de Trabalho do Governo do Estado para o desenvolvimento do Projeto de Revitalização do Cais Mauá: o contrato começou a ser viabilizado, com a emissão de posse da área para a empresa Porto Cais Mauá do Brasil S.A., vencedora da licitação e que executará o projeto.
- Realização de ações sistemáticas, a terem continuidade em 2012, entre as quais se destacam:
 - A articulação de ações intersecretariais para implementação do Plano de Governo;
 - O acompanhamento das Plenárias Regionais do Plano Plurianual (PPA);
 - O acompanhamento dos projetos estratégicos da Casa Civil (RS Mais Igual e Programa de Gestão de Ética e Combate à Corrupção).

Programa RS Mais Igual

Instituído pela Lei nº 13.716, de 15 de abril de 2011, o **Programa RS Mais Igual** foi lançado em 30 de junho de 2011, logo após o lançamento do Plano Brasil Sem Miséria do Governo Federal. A definição da linha de pobreza extrema, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) é dada pelas famílias que vivem com até R\$ 70 *per capita*/mês. O RS é o 15º estado da Federação em nível de pobreza extrema, conforme dados do Censo do IBGE/2010.

O programa RS Mais Igual buscará implementar políticas públicas e ações visando retirar 306 mil gaúchas e gaúchos da condição de miséria através da atuação nos seguintes eixos:

- Transferência de Renda;
- Acesso aos serviços públicos;
- Geração de oportunidades e inclusão produtiva.

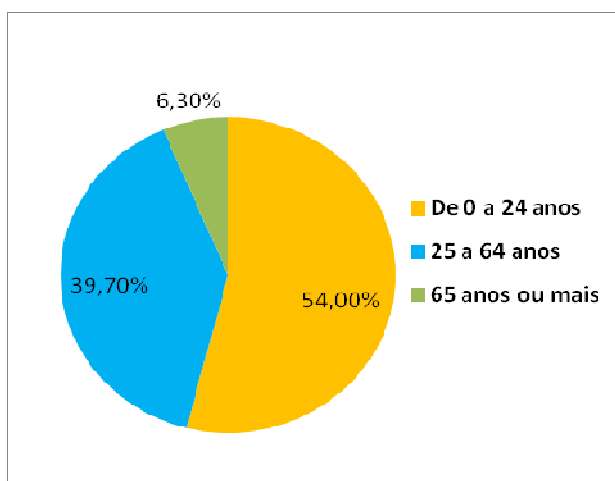
As diretrizes do Programa, visando atingir o público-alvo que vive em pobreza extrema, são:

- Integrar e envolver os órgãos do Estado que atuam no combate à pobreza, com o objetivo de desenvolver ações para a sua redução;
- Identificar e implementar critérios, sociais e regionais, quantitativos e qualitativos para desenvolver as ações de combate à pobreza;
- Formular alternativas para o desenvolvimento local, considerando as características de risco social em cada território, através da política de desenvolvimento promovida pelo Estado;

- Empreender ações articuladas com a União e os Municípios, com o objetivo de potencializar a utilização dos recursos disponíveis para a eliminação da pobreza extrema;
- Fomentar a participação da sociedade, de organizações não-governamentais e dos próprios beneficiários dos programas e das ações, na formulação, no monitoramento, na fiscalização e na gestão das políticas públicas de combate à pobreza extrema;
- Adotar um sistema de informação habilitado a gerar indicadores de monitoramento que permitam uma avaliação pública e periódica dos resultados do Programa.

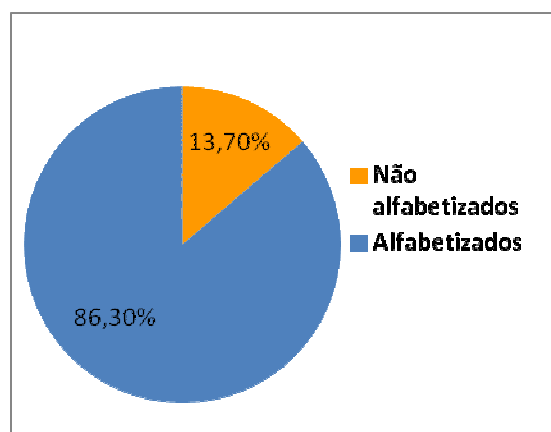
Segundo dados do Censo/2010, no Estado, da população total que vive em pobreza extrema (306 mil pessoas), 200 mil encontram-se na área urbana e 106 mil no campo. Alguns elementos da análise qualificando essa população são a seguir apresentados.

Situação de pobreza extrema por faixa etária



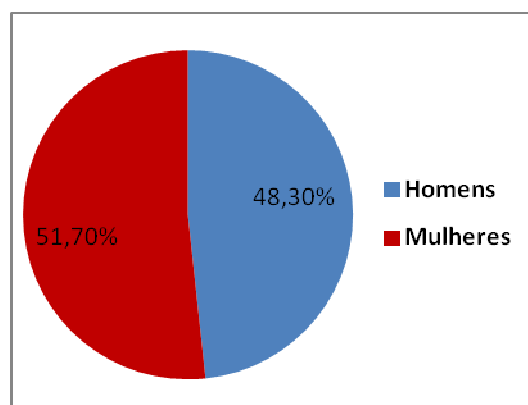
Fonte: Censo/2010. Elaborado pela SEPLAG/DEPLAN

Situação de Pobreza Extrema e Alfabetização



Fonte: Censo/2010. Elaborado pela FEE.

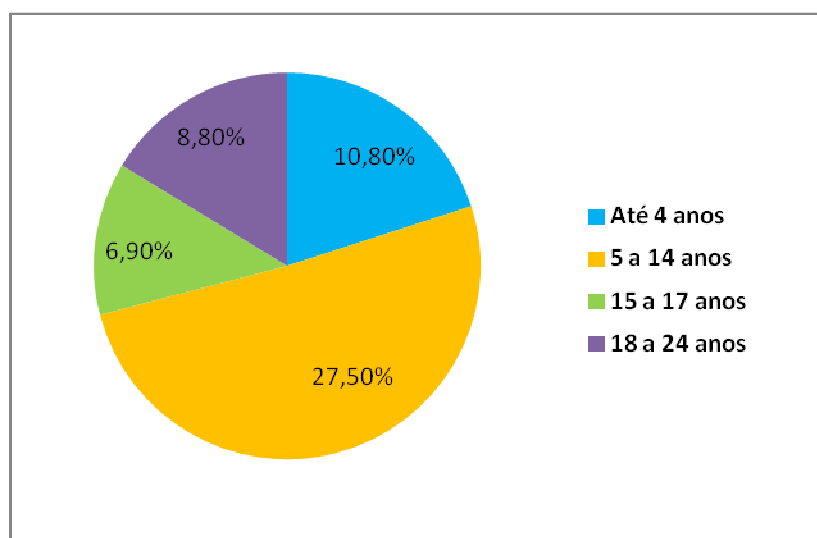
Situação de Pobreza Extrema por Sexo



Fonte: Censo/2010. Elaborado pela FEE.

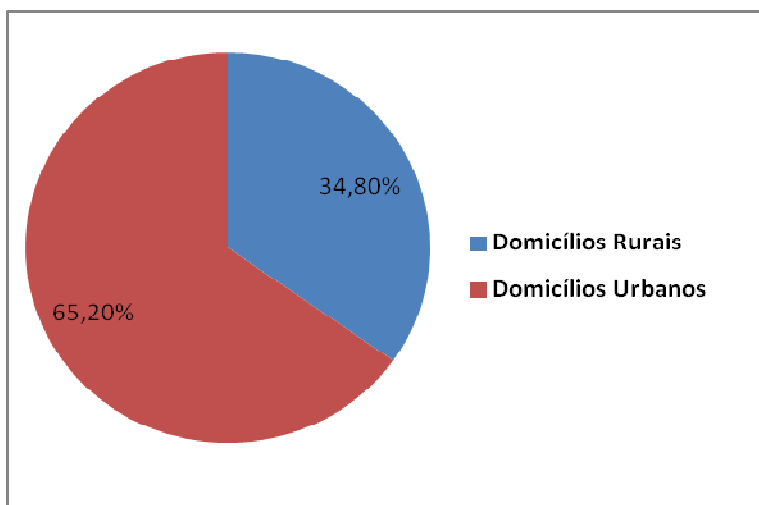
A qualificação da população apresentada permite o direcionamento das políticas e ações a serem desenvolvidas. Um melhor detalhamento etário da população jovem, cujo total corresponde a 54% da população em extrema pobreza no RS, é apresentado no gráfico a seguir:

Detalhamento da pobreza extrema na faixa etária até 24 anos



Fonte: Censo/2010. Elaborado pela SEPLAG/DEPLAN.

Situação de Pobreza extrema conforme localização do domicílio



Fonte: Censo/2010. Elaborado pela FEE.

A partir desse diagnóstico, o Programa RS Mais Igual tem priorizado, em seus projetos e ações, as mulheres, e, entre a população rural, os povos indígenas, os quilombolas, os assentados da reforma agrária e os pequenos agricultores. Nas áreas urbanas, serão fortalecidas as ações de educação, qualificação e capacitação profissional, abrindo novas oportunidades de trabalho e renda, merecendo atenção especial os jovens.

Para integrar e envolver os órgãos do Estado no combate à pobreza e atendendo ao disposto na Lei nº 13.716/2011, foi criado o Comitê Gestor do Programa que vem promovendo, setorial e territorialmente, de acordo com os três eixos de atuação, políticas públicas e ações que visam à eliminação da pobreza extrema.

Nesse sentido, entre outros órgãos, se destacam no desenvolvimento das ações: a Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social, a Secretaria da Saúde, a Secretaria da Educação, a Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, a Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa, a Secretaria de Políticas para as Mulheres, a Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos e a Secretaria de Habitação e Saneamento.

Os dez municípios gaúchos, onde há a maior concentração de domicílios com a renda média de até R\$ 70,00, e os respectivos percentuais de pobreza extrema são a seguir apresentados:

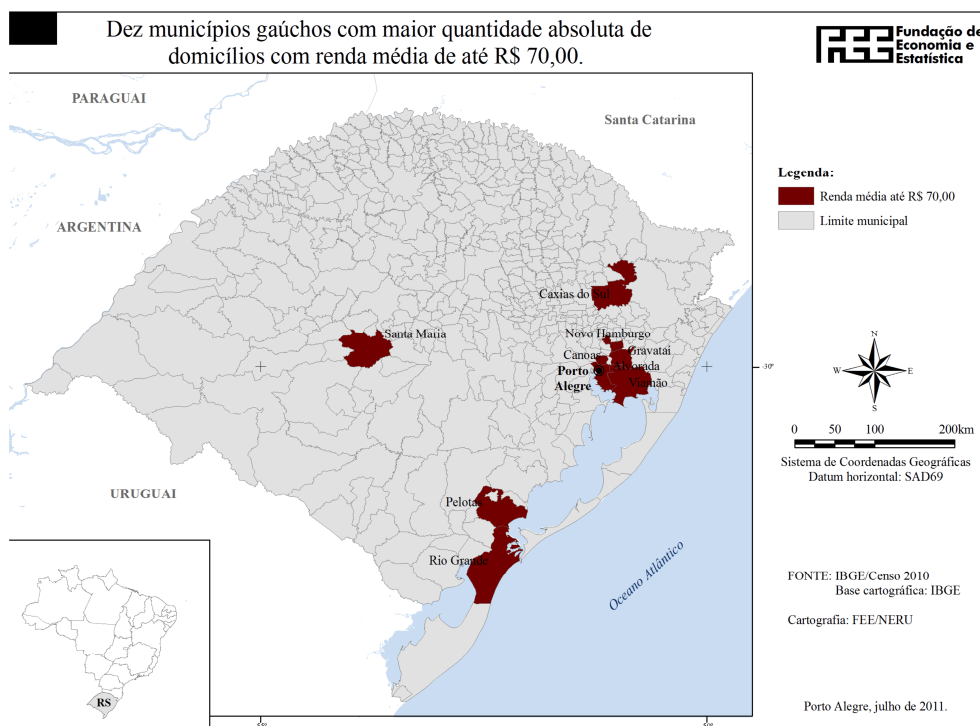
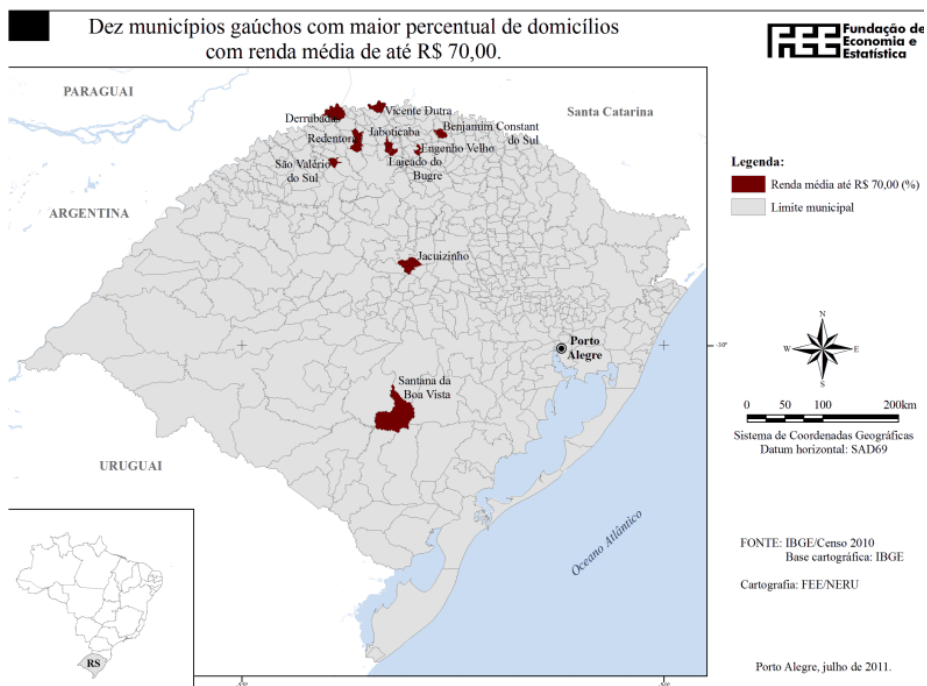
10 municípios do RS com maior percentual de domicílios em extrema pobreza
(sem rendimento ou com renda média de até R\$ 70)

Posição	Município	Proporção da População
1º	Redentora	29,7%
2º	Lajeado do Bugre	29,1%
3º	Benjamin Constant do Sul	19,9%
4º	São Valério do Sul	19,5%
5º	Jacuizinho	19,3%
6º	Vicente Dutra	17,9%
7º	Engenho Velho	17,8%
8º	Derrubadas	17,4%
9º	Santana da Boa Vista	15,9%
10º	Jaboticaba	15,9%

Fonte: IBGE-2011. Elaborado pela FEE.

O percentual de domicílios em pobreza extrema em Porto Alegre é da ordem de 3,1%, ocupando a 306ª posição no total dos municípios do Estado. Entretanto, considerando-se a quantidade absoluta de domicílios com renda média até R\$70,00, identificam-se Porto Alegre e outros nove municípios: Alvorada, Canoas, Caxias do Sul, Gravataí, Novo Hamburgo, Viamão, Pelotas, Rio Grande e Santa Maria.

Os mapas seguintes representam, respectivamente, os municípios que apresentam maior percentual de domicílios com renda de até R\$70,00 e os municípios com maior quantidade absoluta de domicílios em extrema pobreza.



As ações em desenvolvimento estão sendo direcionadas aos Territórios da Cidadania e aos municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre. Além disso, são realizadas intervenções pontuais em municípios com alto índice de pobreza extrema e que não estão contemplados nesses territórios.

As políticas e ações de alto impacto para o Programa envolvem:

- Porto Alegre e Região Metropolitana (32 municípios);
- Territórios da Paz;
- Territórios da Cidadania (MDA) – Médio Alto Uruguai (34 municípios), Noroeste Colonial (34 municípios), Central (34 municípios) e Sul (25 municípios).

Municípios que Aderiram ao Programa RS Mais Igual

Em 2011, 100 municípios assinaram o Termo de Adesão ao Programa RS Mais Igual. E, entre esses, alguns municípios lançaram seus próprios Planos Municipais de Erradicação da Pobreza Extrema, os quais são a seguir identificados:

- Novo Hamburgo Mais Igual;
- São Leopoldo Sem Miséria;
- Taquara Mais Igual;
- Sagrada Família Mais Igual;
- São Pedro das Missões Mais Igual;
- Lajeado do Bugre Mais Igual;
- Dilermando de Aguiar Mais Igual;
- Cacequi Mais Feliz;
- Bento Mais Feliz é Bento Sem Miséria.

Encontros Territoriais RS Mais Igual Ocorridos em 2011

Estão entre os objetivos dos Encontros Territoriais RS Mais Igual: a identificação das políticas de âmbito federal e estadual a serem desenvolvidas, construindo o Mapa dos Projetos e ações da região; a assinatura dos termos de adesão com as prefeituras da região e a articulação dos Planos Municipais de Erradicação da Pobreza Extrema; e o estreitamento das relações do Programa com os movimentos sociais no Território.

Dessa forma, em 2011, foram realizados quatro Encontros Territoriais do RS Mais Igual, a saber:

- Território da Cidadania Região Sul: realizado em Pelotas, em 9 de setembro de 2011, foi coordenado pelo Governo do Estado e Ministério do Desenvolvimento Agrário, com participação de 108 pessoas, de 26 municípios, incluindo: secretários, prefeitos e assessores de 23 prefeituras locais, além de lideranças do Movimento Sem Terra, da Rede de Economia Solidária, da Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAG), dos Quilombolas, Indígenas, Parlamentares e Colegiado da Cidadania.

- Território da Cidadania Região Noroeste Colonial: realizado em 17 de outubro de 2011, em Ijuí, coordenado pelo Governo do Estado e Ministério do Desenvolvimento Agrário, com participação de representantes de 20 prefeituras do Território da Cidadania, além de comunidades indígenas e de representantes de diversas instituições. Assinaram o Termo de Adesão ao Programa 11 prefeitos. Ao todo o Encontro contou com a participação de 89 pessoas.

- Território da Cidadania Região Médio Alto Uruguai: no encontro da Região Médio Alto Uruguai, coordenado pelo Governo do Estado e Ministério do Desenvolvimento Agrário, em 25 de novembro de 2011, no município de Sagrada Família, participaram 530 pessoas de diversas instituições locais e representantes das 34 prefeituras que se incluem no Território. Assinaram o termo de adesão ao RS Mais Igual 22 prefeitos.

- Território da Cidadania Região Central: encontro reunindo 34 Municípios, em 1º de dezembro de 2011, no município de Dilermando de Aguiar, sob a coordenação do Governo do Estado e do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do qual participaram 122 pessoas entre representantes da rede de economia solidária, quilombolas, trabalhadores rurais e Movimento Sem Terra. Das 26 prefeituras representadas, 14 prefeitos assinaram o Termo de Adesão.

Termos e Acordos Firmados em 2011

De modo a implementar ações e políticas que venham ao encontro dos objetivos do Programa, em 2011, foram firmados pelo Governo do Estado, Governo Federal e diversas Instituições/entidades, os seguintes termos e acordos:

- Termo de Cooperação entre RS e ASCAR/EMATER;
- Termo de Cooperação Geração de Oportunidades Mulheres – RS e Tribunal de Justiça (projeto mulheres tratadoras de cavalos);
- Convênio para construção de unidades habitacionais – RS e Prefeitura São Sebastião do Caí;
- Termo de Cooperação Geração de Oportunidades Mulheres – RS e Empresa Usina Fortaleza (cimento e batom);
- Protocolo de intenções com FAMURS – RS e FAMURS;
- Termo de Cooperação com a AGAS – RS e AGAS (Associação Gaúcha de Supermercados);
- Termo de Cooperação para Erradicação da Exploração Sexual Infante-Juvenil – SESI e Conselho Nacional do SESI/FIERGS;
- Entrega de Projeto de Lei criando o Fundo Estadual de Erradicação da Pobreza Extrema – RS e Assembleia Legislativa (aprovado em 15/12/2011);
- Termo de Cooperação ao Programa Bolsa Família – RS e MDS – Projeto RS Mais Renda;

- Termo de cooperação do Governo do Estado com o Ministério do Desenvolvimento Agrário – Plano Safra/2011.

Ações a Serem Realizadas em 2012

No primeiro trimestre de 2012 estão previstas, entre outras ações:

- Apresentação parcial do diagnóstico da pobreza rural a ser realizado pela EMATER;
- Assinatura dos termos de adesão ao RS Mais Igual nos 15 municípios do Vale do Botucaraí;
- Realização do Encontro da Região Metropolitana de Porto Alegre;
- Implementação da Cadeia Produtiva do PET – cinco polos regionais (RMPA, Sul, Noroeste Colonial, Vale do Rio Pardo), envolvendo diretamente 350 famílias;
- Início do pagamento do benefício de complementação do Programa Bolsa Família – RS Mais Renda: 30.000 famílias/mês;
- Agricultura Urbana e Periurbana – oito municípios da RMPA, envolvendo 800 famílias.
- Água de Beber – construção de 3.391 cisternas, melhorando as condições de vida das famílias atendidas, nas regiões Sul e Fronteira Oeste.

Subchefia de Ética, Controle Público e Transparência

A Subchefia de Ética, Controle Público e Transparência da Casa Civil possui as competências específicas de articular e potencializar os mecanismos de controle interno da Administração Pública, assim como as relações com mecanismos de controle externo que visem melhores práticas no gasto público e previnam atos de improbidade, além de oferecer suporte para funcionamento do Conselho de Ética Pública e de aprimorar procedimentos com vistas a implementar corretos paradigmas de transparência e na relação da Administração Pública Estadual.

É dever do Estado e direito dos cidadãos o amplo acesso às contas e às informações públicas. A partir dessa premissa, estão sendo desenvolvidos projetos, pela Subchefia de Ética, Controle Público e Transparência da Casa Civil, que têm por finalidade aprimorar os mecanismos para combate à corrupção, promover maior transparência na administração dos bens públicos e fomentar o controle social.

Para isso, o Poder Executivo está promovendo a interlocução e a integração com instituições federais e estaduais que desempenham as atribuições de controle, resultando na assinatura do Pacto Republicano de Estado pela Promoção dos Direitos Humanos Fundamentais e Enfrentamento à Corrupção, que permitirá uma ação sistêmica dos seguintes Poderes e Instituições: Executivo, Legislativo, Judiciário,

Ministério Público Estadual, Defensoria Pública, Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público de Contas, Procuradoria-Geral do Estado e Ordem dos Advogados do Brasil/RS.

Também está em processo de construção um fórum de discussão permanente, que permitirá uma atuação coordenada e integrada para o enfrentamento e a prevenção a atos de corrupção, integrado pelos seguintes Órgãos do Poder executivo estadual: Casa Civil (CC), Procuradoria-Geral do Estado (PGE), Secretaria da Fazenda (SEFAZ), Secretaria de Administração e dos Recursos Humanos (SARH), Secretaria da Segurança Pública (SSP), Polícia Civil e Companhia de Processamento de Dados do RS (PROCERGS).

Em razão dessa atuação sistêmica e transversal, foi elaborado um conjunto de atos normativos, com vistas à transparência e ao controle público. Cabe nominar cada um deles:

- Decreto Estadual nº 48.708/2011, que institui o Departamento de Gestão do Conhecimento de Prevenção e Repressão à Corrupção.
- Decreto Estadual nº 48.707/2011, de adesão do Estado Rio Grande do Sul ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas ou Suspensas de Licitações, mantido pela Controladoria-Geral da União.
- Decreto Estadual nº 48.706/2011, que regulamenta a Lei nº 12.980/08, que dispõe sobre o registro das declarações de bens e sobre o controle da variação patrimonial e de sinais de enriquecimento ilícito por servidor público no exercício de cargo ou emprego público estadual.
- Decreto Estadual nº 48.705/2011, que veda o nepotismo no âmbito da Administração Pública Estadual Direta e Indireta.

Durante o ano de 2011, o Governo do Estado realizou o *Seminário Internacional sobre Enfrentamento à Corrupção* e sediou a *Estratégia Nacional de Combate à Corrupção*, oportunizando aos órgãos estaduais o acompanhamento da atuação em rede que vem sendo desenvolvida em nível nacional.

Ainda nesse ano, o Executivo convocou, pelo Decreto Estadual nº 48.094/2011, a *Conferência sobre Transparência e Controle Social* (CONSOCIAL). Salienta-se que em torno de 150 municípios do Estado do Rio Grande do Sul aderiram a esse processo. Foram realizados, nessa temática, três *Seminários Regionais de Transparência e Controle Social*, nas cidades de Canoas, Bagé e São Borja, com vistas à mobilização e sensibilização para o CONSOCIAL. Nesses seminários, participaram em torno de 600 pessoas entre agentes sociais, servidores públicos e membros dos conselhos de políticas públicas.

Por fim, ainda no que tange à transparência, foi instituído grupo de trabalho de reestruturação do portal, por meio do Decreto nº 48.185/2011, que irá também debater as inovações contidas na Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011) e sua aplicabilidade.

CASA MILITAR

De acordo com o art. 22 da Lei nº 13.601, de 1º de janeiro de 2011, compete à Casa Militar: executar e administrar os recursos necessários às atividades de segurança militar e pessoal do Governador do Estado e do Vice-Governador, bem como de seus familiares; assessorar o Governador, o Vice-Governador e a Governadoria em atividades de natureza militar; proporcionar a recepção e a segurança de autoridades em visita oficial ao Estado do Rio Grande do Sul; e, exercer a coordenação, o planejamento e a execução das ações de defesa civil, incluindo campanhas públicas de arrecadação de donativos.

Visando implementar suas atribuições, entre as ações realizadas pelo gabinete da Casa Militar, em 2011, destacam-se:

- Alteração do Decreto de Estruturação da Casa Militar (Dec. nº 48.108, de 16 de junho de 2011);
- Implementação da percursoria para áreas fora do Estado do Rio Grande do Sul;
- Realização de Curso de Segurança de Dignitários, no qual o efetivo envolvido foi de 20 Militares Estaduais (ME);
- Participação em Curso de Segurança Militar em Brasília/DF, no qual o efetivo envolvido foi de seis ME;
- Preparação de instrução para 40 homens a fim de atuarem em emergências sociais.

A Casa Militar, através Divisão de Teleprocessamento, realizou a reestruturação da telefonia fixa nas dependências do Palácio Piratini, providenciando sua adequação a todas as áreas de trabalho existentes, bem como às alas residenciais, assim como a organização dos serviços de programação na central telefônica. Da mesma forma, foi reestruturada e adequada a telefonia móvel para atender aos serviços e profissionais do Palácio Piratini.

A Divisão de Transportes, em 2011, organizou as necessidades de transporte relacionadas aos veículos, para atender a Governadoria e as novas Secretarias criadas na atual gestão do Governo. Além disso, administrou as solicitações de transporte e realizou a manutenção de uma frota de 82 veículos.

A Assessoria de Inteligência e Tecnologia da Informação do Gabinete da Casa Militar tem, entre outros objetivos, o de implementar Projetos e adquirir equipamentos na área de TI. Ainda, a administração e controle dos Sistemas de Segurança adquiridos junto à Empresa na área de Telemática, os quais realizam, entre outras funções:

- Controle dos acessos do Palácio Piratini e prevenção de incêndios;
- Transmissão de imagens e GPS das viaturas da Defesa Civil;

- Sistema de Comunicação via Rádio Portátil, com implementação de central digital no Palácio Piratini.

Encontra-se em Desenvolvimento o Portal da Defesa Civil (www.defesacivil.rs.gov.br) que visa auxiliar a realização de ações da Subchefia da Defesa Civil. O mesmo inclui, além da página principal, a página das Regionais de Defesa Civil (REDECs), incluindo as informações de localização e de legislação. Sua implementação completa prevê o desenvolvimento de sistema na plataforma *web*, objetivando a sua rápida utilização e atualização *on line* via internet.

Além do Portal da Defesa Civil, deverão ocorrer o desenvolvimento do Sistema de Gestão da Defesa Civil e do Sistema de Georreferenciamento, para a Subchefia de Operações, para os quais se faz necessária a estruturação de Banco de Dados (SQL) que abarque em sua plenitude todas as demandas inerentes aos sistemas. O desenvolvimento da aplicação deverá ocorrer na plataforma *web*, objetivando a sua rápida utilização e atualização *on line* via internet.

Ainda, sob a responsabilidade da Casa Militar, em conjunto com a Casa Civil, foi instituída, através do Decreto nº 48.171, a Unidade de Gerenciamento da Ala Residencial do Complexo Piratini (UGARPP). Essa unidade fica ligada à Chefia do Gabinete do Governador e tem a responsabilidade de valorizar e zelar pelo patrimônio material e cultural das edificações denominadas Ala Residencial do Complexo Palácio Piratini, do Galpão Crioulo, do Palácio das Hortênsias e da Casa Branca de Esteio, bem como de exercer a supervisão dos serviços desenvolvidos nesses locais. A Casa Militar está reequipando a Cozinha e Galpão Crioulo do Palácio Piratini, visando adequar esses locais às necessidades atuais e reduzindo os custos de manutenção dos equipamentos através da aquisição de novos equipamentos de cozinha.

Subchefia de Defesa Civil

O objetivo da Subchefia de Defesa Civil é promover um processo de reestruturação de Defesa Civil do Estado por meio de uma maior articulação entre as Coordenadorias Municipais de Defesa Civil (COMDECs) e Coordenações Regionais de Defesa Civil (REDECs), através do desenvolvimento de ações que visam à criação de uma cultura de autoproteção comunitária, à identificação das áreas de risco em cada município, à promoção de campanhas humanitárias e à criação do Sistema de Monitoramento e Alerta Meteorológico do Estado do Rio Grande do Sul/SIMAM-RS.

Para atingir tais objetivos, a Defesa Civil tem atuado através do desenvolvimento das seguintes ações:

- Proceder ao levantamento e realizar o diagnóstico das atuais condições das COMDECs em cada município do Estado;

- Qualificar os gestores da Defesa Civil em todos os municípios gaúchos;
- Implementar, por meio das COMDECs e REDECs, a análise preliminar de perigo de cada município, visando o georreferenciamento das áreas, para atuação preventiva;
- Armazenar em um banco de dados e disponibilizar para os municípios informações sobre o diagnóstico da ação das COMDECs, mapeamento das áreas de perigo e características referentes à vulnerabilidade da região;
- Favorecer a atuação das equipes de pronta-resposta envolvidas nos desastres;
- Orientar os gestores municipais sobre os critérios e condições para a decretação de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, através da avaliação do cenário e das informações do mapeamento dos riscos, visando diminuir o tempo-resposta aos desastres, bem como atuar de maneira preventiva junto às comunidades, criando uma cultura de autoproteção;
- Implementar, de forma paralela e complementar, uma Sala de Situação no âmbito da Subchefia de Defesa Civil.

Com o objetivo de proceder ao levantamento e à análise das condições atuais de funcionamento das COMDECs em cada município gaúcho, (estrutura física, recursos humanos, capacitação e atuação das equipes municipais), foi realizado o diagnóstico da atuação das COMDECs nos municípios do Estado. Através desse levantamento, verificou-se que 445 municípios no RS possuem COMDEC, ou seja, 41 municípios ainda não têm COMDEC. Dessa forma, oficialmente, 91,7 % dos 496 municípios gaúchos possuem órgão de Defesa Civil.

Em 2011, foram realizadas 11 edições do *Curso de Capacitação para Gestores Municipais de Defesa Civil*, para qualificar a atuação desses gestores em situações de desastres, compreendendo as diferentes etapas, seja a de prevenção, a preparação, a resposta aos desastres e a reconstrução após a ocorrência do desastre. Ao todo, nas 11 edições do curso, formaram-se 454 gestores municipais, provenientes de 249 municípios.

Além desses, foram realizados outros cursos de capacitação, nos quais participaram 127 pessoas entre agentes de Defesa Civil, da Casa Militar e oriundos de outros órgãos e municípios.

Portanto, nas capacitações em atividades de Defesa Civil, no ano de 2011, foram formados 581 alunos, oriundos de 276 municípios do Estado.

Contribuindo para a consolidação da rede de defesa civil articulada com os municípios e buscando uma melhor preparação e atuação mais qualificada do ente municipal, primeiro elo a atuar em caso de desastres no âmbito das comunidades, conforme doutrina do Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC), foram realizadas ações integradas durante operações desenvolvidas ao longo do ano de 2011. Essas ações foram efetuadas por

ocasião da ocorrência de Eventos Adversos, bem como na realização de Exercício Simulado no município de Novo Hamburgo. Nestas atuaram, integradamente, a COMDEC, pelo Município, as instâncias estadual e federal de Defesa Civil – CEDEC (Estado) e SEDEC (União) –, visando articular, instruir e fortalecer a Rede de Defesa Civil no Estado.

Encontra-se em elaboração o mapa digital georreferenciado dos eventos de risco no Rio Grande do Sul (análise preliminar de perigo) que tem por objetivo identificar os desastres potenciais mais importantes e de maior probabilidade de ocorrência nos municípios do RS. Essa ação permitirá que os municípios gaúchos passem a atuar na atividade preventiva, seja na elaboração de projetos, na solução de danos ou eliminação do risco, ou na preparação de um Plano de Contingência para oferecer resposta rápida e adequada à situação adversa enfrentada.

Essa ação, iniciada em 2011 e a ser continuada em 2012, consiste na identificação, pelos agentes de Defesa Civil nos municípios, com o apoio das Coordenadorias Regionais de Defesa Civil (REDECs), das áreas de risco existentes em seu território, bem como na inclusão de informações complementares referentes a cada local em um sistema, de modo a auxiliar na realização das ações da Defesa Civil, tais como: acessar o ponto de perigo e verificar formas de minimizar os problemas.

Para disseminar junto às crianças e adolescentes a preocupação com o meio ambiente e a importância em adotar medidas de proteção à natureza e ao próprio homem, está em desenvolvimento o *Projeto Agente Mirim de Defesa Civil*. O projeto tem por objetivo atingir um público de 180 jovens durante o Programa *Verão numa Boa* que ocorrerá no verão de 2012, no litoral norte.

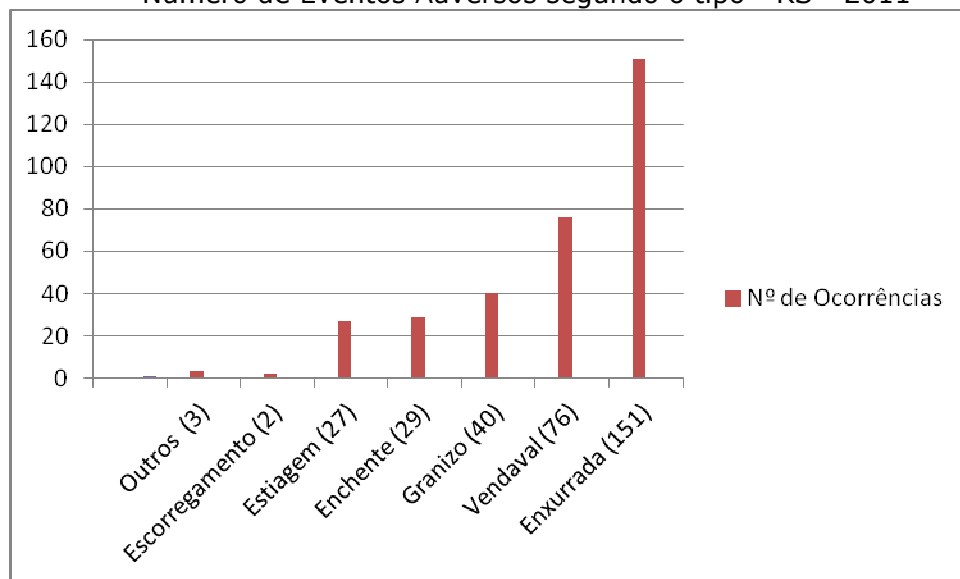
Fiscalização de Produtos Perigosos – P2R2

Foram realizadas, em 10 municípios, ações de fiscalização de produtos perigosos transportados através do modal rodoviário, com o objetivo de desenvolver a cultura preventiva e ações específicas para o atendimento de ocorrências envolvendo acidentes com produtos perigosos.

Além disso, foi realizado o mapeamento dos pontos de captação de água próximos a rotas rodoviárias onde há o risco de ocorrência de acidentes e o mapeamento dos pontos onde ocorrem frequentemente acidentes rodoviários, envolvendo veículos de transporte de produtos perigosos.

Essas ações, em 2011, envolveram a fiscalização de 1.547 veículos, produziram 170 notificações e a capacitação de 191 pessoas para a fiscalização de produtos perigosos. A ação de fiscalização do transporte de produtos perigosos será continuada em 2012.

Atendimento a Eventos Adversos
Número de Eventos Adversos segundo o tipo - RS - 2011



Fonte: Casa Militar – Subchefia de Defesa Civil, 2011.

Em 2011, ocorreram 328 eventos adversos, conforme apresentados no gráfico, envolvendo, principalmente, situações de estiagem, enchente, granizo, vendaval e enxurrada. Foram homologados, no período, 214 Decretos de Situação de Emergência. As ações da Defesa Civil compreenderam a distribuição de 34 mil unidades de cestas básicas, o que correspondeu a aproximadamente 900 toneladas de alimentos, além de telhas, colchões e kits de mobília de dormitório e material de limpeza. Nesses eventos adversos ocorreram 24 óbitos.

A fim de prestar auxílio às comunidades atingidas pela estiagem, foi desenvolvida a *Operação Estiagem*, na qual foram distribuídos, entre outros itens, 5.850 unidades de reservatórios de água, além de 20,6 toneladas de alimentos, correspondendo a 7 mil unidades de cestas básicas, além de terem sido emprestados 28 tanques flexíveis para transporte de água.

Ações Humanitárias Desenvolvidas em 2011

As ações humanitárias realizadas em 2011 envolveram:

- Campanha do Agasalho 2011: realizada no período de 14 de junho a 26 de agosto de 2011, nas regiões das 11 Coordenadorias Regionais de Defesa Civil, tendo como base a Central de Doações localizada no Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF), a Campanha visou atender todo o Estado. Sob a coordenação da Defesa Civil Estadual foram distribuídos à população carente, em 187 municípios, através da Defesa Civil Municipal (CODEC) e de Entidades Assistenciais, aproximadamente 9 mil kg de alimentos e 1,3 milhão de unidades de agasalhos e donativos.

- Operação São Lourenço do Sul: por ocasião da enxurrada, ocorrida em março de 2011, foi realizado o auxílio humanitário às vítimas através da ação organizada de 600 profissionais, o que incluiu desde o remoção de 500 pessoas em situação de risco, através da utilização de 5 aeronaves e 11 embarcações, até a arrecadação de donativos, tais como: 900 colchões, 42 toneladas de cestas de alimentos, 200 unidades de kits dormitórios, além de água mineral e cobertores, os quais foram distribuídos pela Defesa Civil Municipal.

- Operação Rio de Janeiro: consistiu na prestação de auxílio humanitário às vítimas da enxurrada ocorrida em janeiro de 2011, através da arrecadação e envio de 116 toneladas de alimentos, 73 mil litros de água mineral, além de colchões, roupas e material e higiene entre outros donativos.

Ações Previstas para 2012

Estão previstas para 2012, no âmbito das atribuições da Casa Militar, entre outras ações, a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), bem como de fardamento para o efetivo de Emergências Sociais e a implantação da sala de situação com o *Sistema de Monitoramento e Alerta Meteorológico do Estado do Rio Grande do Sul (SIMAM-RS)*, que permitirá o gerenciamento de ações eficientes na prevenção, socorro e logística para os casos de ocorrência de fenômenos meteorológicos extremos.

Além dessas ações, está prevista a implantação da *Escola de Segurança de Dignitários* e a aquisição de novos veículos, a fim de substituir veículos antigos, visando à redução de despesas com a manutenção da frota veicular e à reposição daqueles que se encontram à disposição dos Secretários de Estado.

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

A Advocacia do Estado é atividade inerente ao regime da legalidade na administração pública, exercida pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE), a quem compete a representação judicial e a consultoria jurídica do Estado, de suas autarquias e fundações públicas, além de outras atribuições cometidas por lei. Sua atuação é desenvolvida em Porto Alegre, por suas Unidades Especializadas, no interior do Estado, pelas 18 Procuradorias Regionais, e em Brasília, por sua Procuradoria Junto aos Tribunais Superiores. A seguir são listadas algumas das principais realizações concretizadas no ano de 2011 e as ações planejadas para o ano de 2012.

Ações Administrativas

- Aberto o 13º Concurso Público para Procurador do Estado, para preenchimento de nove cargos vagos, com 4.152 candidatos inscritos, tendo a primeira etapa sido realizada em 11 de dezembro.
- Empossados e iniciado o exercício de 85 novos servidores para recompor o quadro de apoio da Procuradoria-Geral do Estado.
- Instaurado mutirão para o atendimento de cerca de 5.000 processos represados na Equipe de Cálculos e Perícias da PGE, inclusive com a instituição de um terceiro turno de trabalho.
- Designados Procuradores do Estado para a composição da Força-Tarefa que apurou irregularidades no âmbito do DAER, integrada também pelo Ministério Público Estadual (MPE), Ministério Público de Contas (MPC), Tribunal de Contas do Estado (TCE) e Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (CAGE).
- Elaborado projeto para a edificação de nova sede para a PGE em Porto Alegre, que concentre em lugar único os seus órgãos e atenda as peculiaridades relacionadas à sua atuação, incluído nos Projetos Estratégicos do Governo do Estado. Firmado convênio com o Ministério Público Estadual visando à prestação de apoio nas áreas de arquitetura e engenharia. Já realizado o levantamento topográfico do terreno e o Estudo de Viabilidade Urbanística, protocolizado junto à SMOV/PM.
- Realizado o Planejamento Estratégico da Procuradoria-Geral do Estado, com apoio da Fundação Getúlio Vargas e com a participação de procuradores e servidores, tendo sido definidos os projetos da instituição para os próximos anos.
- Firmado termo de cooperação para visualização dos processos administrativos junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, com a obtenção da cessão do *software* SEI – Sistema Eletrônico de Informação –, criado pelo tribunal regional federal da 4ª Região (TRF 4ª R), para o trâmite virtual dos processos administrativos na PGE-RS.
- Realizado treinamento sobre o Sistema E-proc, da Justiça Federal, para os Procuradores do Estado e Assessores Jurídicos lotados na 1ª Procuradoria Regional, em Pelotas; 17ª PR, em Rio Grande; 5ª PR, em Santa Maria; e 7ª PR, em Santana do Livramento. O projeto foi feito em parceria com o Tribunal Regional Federal da 4ª Região, totalizando 28 pessoas treinadas.
- Cumprido ciclo de palestras e outras atividades culturais com o envolvimento de 1.237 pessoas (415 procuradores, 656 servidores, 21 estagiários, 83 pessoas do público externo e 62 palestrantes e autoridades convidadas). Viabilizada a participação de 24 procuradores e 22 servidores do quadro de apoio em cursos e eventos promovidos por outros órgãos públicos.

- Implantado o Ensino a Distância (EAD), com a formação de duas turmas para o curso de Língua Portuguesa, para 260 procuradores e servidores.
- Viabilizada, por meio de cursos de capacitação e aperfeiçoamento *on-line* e gratuitos na internet, a participação de 512 servidores e procuradores.

Ações na Área dos Direitos Humanos

- Elaborado o parecer que estende benefícios estatutários e previdenciários a companheiros e companheiras em união estável homossexual e estabelece tratamento previdenciário isonômico aos maridos e aos companheiros em união estável heterossexual, o qual recebeu caráter jurídico-normativo do Governador do Estado.
- Realizado evento com a palestra *Perspectivas Internacionais dos Direitos Humanos*, em 27/04/11.
- Realizado o acompanhamento das negociações, em São Borja, referentes à ocupação da Fazenda Mercês e Palermo pelo MST, resultando em saída pacífica da área, bem como acompanhamento dos procedimentos relativos ao processo de desapropriação dessa fazenda, juntamente com a Procuradoria Regional de Uruguaiana.
- Realizadas audiências com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), buscando solução pacífica à questão Terra Indígena do Rio dos Índios, no Município de Vicente Dutra/RS (conflito entre os índios e os colonos que possuem imóveis nas terras indígenas) envolvendo ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal.

Proposições Legislativas

- Proposição do projeto de lei, aprovado pela Assembleia Legislativa, estabelecendo piso mínimo para ajuizamento de execução fiscal de ICMS (Lei Estadual nº 13.718, de 18 de abril de 2011).
- Participação na elaboração de projeto de lei, aprovado pela Assembleia Legislativa, estabelecendo um limitador para o desembolso de gastos com o pagamento das requisições de Pequeno Valor (RPVs), em patamares similares aos dos precatórios, resultando na sua aprovação pelo Legislativo (Lei Estadual nº 13.756, de 15 de julho de 2011).
- Participação na elaboração de projeto de lei, aprovado pela Assembleia Legislativa, prevendo a remissão das dívidas relacionadas aos fundos estaduais vinculados à Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio, Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais (FEAPER), Fundo de Terras do Estado do Rio Grande do Sul (FUNTERRA) e Pró-Rural 2000 (Lei Estadual nº 13.695, de 25 de janeiro de 2011).

- Participação na elaboração dos projetos de lei que fixaram reajustes para os membros do magistério público estadual (Lei nº 13.733/2011) e para os servidores de escola (Lei nº 13.734/2011).

- Participação na elaboração dos projetos de lei e posterior regulamentação, visando à viabilização do pagamento dos dias de paralisação dos membros do magistério nos anos de 2008 e 2009 (Lei nº 13.787/2011 – Abono dos dias de greve do magistério).

- Participação na elaboração do projeto de lei dispendo sobre o reajuste anual do valor do vale-refeição (Lei nº 13.762/2011). A medida teve como propósito, além do cumprimento da legislação que determina a revisão anual do valor do benefício, evitar o crescente número de demandas judiciais e os prejuízos daí decorrentes ao erário.

Ações Jurídicas e Judiciais

- Exarada orientação jurídica recomendando ao Governador do Estado para que procedesse à convalidação de convênios e contratos relativos à transferência de recursos federais na área de Segurança Pública, no valor de R\$ 70 milhões, o que viabilizou o repasse dos recursos pela União.

- Prestado suporte jurídico para o Estado e a Superintendência de Portos e Hidrovias (SPH) defenderem a legalidade dos editais de revitalização do Cais do Porto, e cooperação na solução de problemas jurídicos relacionados ao projeto de revitalização do Cais Mauá, no intuito de viabilizar a realização das obras.

- Ajuizada, em fevereiro de 2011, perante o Supremo Tribunal Federal (STF), Ação Direta de Inconstitucionalidade, buscando a declaração de inconstitucionalidade do artigo 2º da Lei Estadual nº 13.444/2010, que concedeu gratificação de incentivo científico ao quadro de técnicos-científicos, tendo em vista a caracterização de vício de iniciativa.

- Ajuizada, em abril de 2011, perante o STF, ação cível originária postulando medida liminar em favor do Estado e do Município de Montenegro, para viabilizar a contratação de operações de crédito em âmbito nacional e internacional.

- Ajuizada, em abril de 2011, perante o STF, Ação Direta de Inconstitucionalidade postulando a declaração de inconstitucionalidade do artigo 15 da Lei Federal nº 10.887/2004, que impõe ao regime próprio de previdência social (dos Estados) a adoção das mesmas datas e índices para reajuste dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

- Instituída a Comissão Processante para investigar irregularidades nos processos e atividades nas quais o DAER atua, sob a presidência da PGE.

- Obtida a procedência de ação de improbidade administrativa movida contra ex-funcionário da extinta Caixa Econômica Estadual,

com a condenação do mesmo à devolução de mais de R\$ 1 milhão e à perda da função pública e dos direitos políticos por oito anos.

- Participação na elaboração do Decreto nº 48.706, de 19/12/2011, que dispõe sobre o registro das declarações de bens e o controle da variação patrimonial e de sinais de enriquecimento ilícito por agente público, e que incumbe à PGE o processamento de sindicância no caso de indícios de evolução patrimonial incompatível com a renda do agente público. Trata-se de medida de ampliação do controle da probidade administrativa no âmbito da Administração Pública Estadual.

- Impetrado Mandado de Segurança, com obtenção de liminar assegurando o seguimento do Projeto Depoimento Sem Dano (DSD), idealizado pela Justiça Gaúcha e adotado em outros Estados, visando à oitiva diferenciada de crianças e adolescentes, geralmente em processos de abuso sexual, mediante o acompanhamento de Assistente Social na condição de auxiliar do Juiz.

- Concretizado o processo para retirada de dois navios paraguaios, General Bernardino Caballero e Marechal José Felix Estigarribia, que se encontram atracados no Cais Mauá desde 1997, e que resultou na elaboração, encaminhamento e aprovação da Lei nº 13.698, de 05/04/11. A referida Lei autoriza a SPH a receber, na forma de dação em pagamento, as referidas embarcações, pela quitação da dívida portuária sobre eles incidente, providência que viabilizará a venda dos navios como sucata e sua efetiva retirada do Porto.

- Obtida, junto ao Tribunal de Justiça do Estado, a manutenção da validade da Portaria nº 47/2011, da Secretaria Estadual da Agricultura, Pecuária e Agronegócio, que condiciona o ingresso de carne bovina e bubalina com osso no Estado a requerimento de autorização da autoridade sanitária, com o objetivo de manter o reconhecimento internacional de área livre de febre aftosa.

- Realizada a 2ª etapa do Mutirão de Conciliação na Justiça Federal referente às ações de desapropriação para a ampliação do Aeroporto Salgado Filho, praticamente finalizando o procedimento expropriatório da Vila Floresta, que envolveu aproximadamente 150 imóveis residenciais. O comando de todo o processo coube à PGE, fazendo a ligação e/ou coordenação de todos os envolvidos: Justiça Federal, INFRAERO, Advocacia-Geral da União (AGU), Secretaria de Habitação e Saneamento (SEHABS) e Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos (SARH).

- Realizada a entrega para a Superintendência de Patrimônio da Advocacia-Geral da União do primeiro lote de matrículas dos terrenos desapropriados para a ampliação do Aeroporto Salgado Filho.

- Participação, através do Núcleo de Saúde, no Comitê Estadual da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, que tem a finalidade de atuação integrada nos temas de saúde pública.

- Apresentados os resultados do Projeto de Criação da Primeira Corte Brasileira de Acesso Judicial a Medicamentos no Rio Grande do

Sul, com a participação da PGE e da UFRGS/Hospital de Clínicas, financiado pela Fundação Ford e pela Universidade de Princeton/Estados Unidos, que fez o levantamento das características dos processos judiciais de pedidos de medicamentos contra o Estado em 2008, com elaboração de banco de dados contendo o perfil da parte autora, medicamentos com maior número de solicitações, teses desenvolvidas pelas partes, bem como aquelas que foram acolhidas pelo Judiciário, entre outros. Esse estudo poderá subsidiar a atuação estatal na área de medicamentos tanto em nível administrativo como judicial.

- Respondidas as consultas, formalizadas nas Informações nº 13/11, 14/11, 15/11 e 18/11, que versam sobre aplicação de sanções na execução dos contratos de controladores de velocidades (pardais), bem como a participação de integrantes da Equipe na Força-Tarefa constituída para investigar o assunto (DAER).

- Iniciada auditoria nas pensões previdenciárias pagas em duplicidade, pelo Instituto de Previdência do Estado do (IPERGS) e pelo Estado, em casos de morte em serviço dos servidores da Segurança Pública, o que se tem por ilegal e indevido.

- Implantada a orientação da PGE, viabilizando-se o pagamento dos reajustes previstos no art. 8º, I a V, da Lei nº 10.395/1995 sobre a parcela autônoma do magistério.

- Instaurado Projeto de conciliação em demandas judiciais cuja pretensão já tenha sido reconhecida por orientação jurídico-normativa da PGE ou por jurisprudência pacificada. Exemplo: os reajustes do art. 8º, I a V, da Lei nº 10.395/1995 sobre a parcela autônoma do magistério, com um ingresso mensal de cerca de 2.000 novos processos, havendo represamento de cerca de 50.000 ações judiciais no Judiciário e que ainda não chegaram à PGE. Com a medida, aperfeiçoou-se o gerenciamento das demandas judiciais, evitando-se que os processos tramitem demasiada e demoradamente pelos escaninhos dos mais diversos órgãos do Poder Executivo, do Ministério Público e do próprio Judiciário.

- Atuação em todas as esferas administrativas e judiciárias na busca da melhor solução para a questão relativa ao cumprimento da Lei Federal nº 11.738/2008, que prevê o piso salarial nacional para a carreira do magistério público. Apresentação de defesa judicial em milhares de demandas individuais e na ação civil pública proposta pelo Ministério Público, defendendo que a questão seja decidida de forma racional no âmbito da ação coletiva, após enfrentada definitivamente a matéria no STF.

- Obtida, no Tribunal de Justiça do Estado, a suspensão das liminares que impediam o reajuste da contribuição previdenciária instituído pela Lei Estadual nº 13.757/2011.

- Realizadas 40 sessões do Conselho Superior da PGE, entre os meses de janeiro e dezembro, com a apreciação de 121 processos administrativos, nas quais foram tomadas decisões sobre a aplicação

de medidas correccionais envolvendo a atuação de servidores e agentes públicos no âmbito da administração estadual.

Contencioso e Cobrança da Dívida Ativa

- Realizada a cobrança judicial no âmbito de execuções fiscais, com efetivo ingresso aos cofres do erário no valor de aproximadamente R\$ 137.7 milhões até 30/11/2011, mantendo-se parcelado o montante de mais de R\$ 1 bilhão, cerca de 20% do estoque viável.

- Em Porto Alegre: cumpridas 919 audiências de conciliação no período de 01/01/2011 a 31/10/2011; concedidos 215 parcelamentos, tendo sido negociada a importância de aproximadamente R\$ 4,3 milhões; realizados 1.050 atendimentos; ajuizadas 2.260 certidões de dívida ativa; ajuizadas 247 execuções fiscais, totalizando aproximadamente R\$ 400 milhões; realizadas 75 audiências; concretizadas 49 penhoras de faturamento, totalizando cerca de R\$ 482 milhões; realizado o levantamento de 529 alvarás, totalizando mais de R\$ 8 milhões; cobrados aproximadamente R\$ 22 milhões.

- Obtidas liminares perante a Justiça Federal impedindo o registro no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN) de débitos federais devidos pelo Poder Executivo e Ministério Público e assegurando a concessão de certidões de regularidade fiscal.

- Obtida a suspensão de liminar em favor do Estado até o julgamento do mérito da Ação Ordinária que trata do índice de participação nos municípios.

- Obtida decisão favorável em agravo de instrumento, no sentido da manutenção da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), acerca da legitimidade da cobrança do ICMS com base de cálculo "por dentro", ou seja, autorizando que o montante do imposto integre sua própria base de cálculo.

- Obtido o provimento de apelação cível na demanda ajuizada pelo Município de Rio Grande, que pretendia a revisão dos critérios do índice de participação dos municípios no ICMS repassado pelo Estado.

- Obtida decisão favorável nos embargos do devedor movidos em favor da Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC) em face da execução fiscal promovida pelo Município de Porto Alegre, que visava à cobrança de ISSQN da Fundação, no valor histórico de aproximadamente R\$ 725 mil.

Ações na Área Disciplinar e de Probidade Administrativa

- Aprovados 91 Pareceres Disciplinares, publicados no Diário Oficial do Estado, envolvendo a aplicação de penas de suspensão, demissão e cassação de aposentadorias relacionadas a servidores infratores.

- Ajuizadas 15 ações judiciais na área da probidade administrativa, visando à aplicação das sanções da lei de improbidade quanto ao ressarcimento do erário.

Ações Planejadas para o Ano de 2012

- Nomear os candidatos aprovados no 13º Concurso Público para Procurador do Estado, observado o número de vagas disponível, para recompor o quadro da PGE, visando à preservação da qualidade da consultoria jurídica e da representação judicial do Estado, suas autarquias e fundações públicas.
- Regulamentar a função dos agentes setoriais da PGE e ampliar a presença na Administração Pública Direta e Indireta.
- Dar continuidade às nomeações de servidores do quadro de apoio, considerado o banco de concursados, observadas as necessidades da PGE para a manutenção e o constante aperfeiçoamento dos serviços públicos que lhe são afetos.
- Intensificar a participação na elaboração das políticas públicas governamentais, para, de forma preventiva, garantir maior segurança jurídica e evitar demandas administrativas e judiciais.
- Preparar a PGE para a ampliação do peticionamento eletrônico, que envolverá, além da Justiça Federal, também a Justiça Estadual, mediante o aperfeiçoamento da infraestrutura de rede e de *software* e a aquisição de equipamentos de informática compatíveis, utilizando-se de recursos do PROFISCO/RS.
- Aperfeiçoar a comunicação da PGE, mediante o estabelecimento de política permanente de comunicação e de publicidade institucional.
- Elaborar proposta de projeto de lei estruturando a conciliação administrativa e judicial, com definição de orçamento para viabilizar o cumprimento dos acordos, com vistas à diminuição das demandas e dos ônus adicionais do processo judicial.
- Integrar a composição das Câmaras Temáticas I Pacto Republicano de Estado pela Promoção dos Direitos Humanos Fundamentais e Enfrentamento à Corrupção, junto com os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Contas e Ordem dos Advogados do Brasil.
- Participar da 1ª Conferência sobre Transparência e Controle Social (CONSOCIAL), etapa estadual, que tem por objetivo promover a transparência pública e estimular a participação da sociedade no acompanhamento e controle da gestão pública.
- Reestruturar a Gestão Organizacional da PGE, mediante o mapeamento e redesenho de processos, com a definição de competências e nova divisão dos quadros de chefias, utilizando-se de recursos do PROFISCO/RS.

- Contratar e executar a sondagem de solo do terreno onde será construída a nova sede da PGE em Porto Alegre. Obter a aprovação da Prefeitura Municipal (SMOV) quanto ao Estudo de Viabilidade Urbanística do projeto. Desenvolver anteprojeto, projeto executivo e memoriais descritivos. Licitar e executar os projetos complementares, providências prévias à contratação da obra.
- Dar continuidade à política de treinamento de Procuradores do Estado e de servidores do quadro de apoio, utilizando-se de recursos do PROFISCO/RS.
- Dar continuidade a todos os projetos em curso no ano de 2011, mantendo íntegro o cumprimento das funções institucionais da PGE.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

A Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã (SEPLAG) possui como principais competências a coordenação da elaboração e o monitoramento do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual. Além disso, a SEPLAG é responsável por promover estudos e pesquisas socioeconômicos, fortalecer a capacidade regulatória do Estado, coordenar as relações do Governo com a comunidade, apoiar o planejamento de ações governamentais e produzir e analisar estatísticas e dados.

Realizações em 2011

No ano de 2011, a SEPLAG coordenou a elaboração do **Plano Plurianual (PPA) 2012-2015**. O processo de elaboração do Plano iniciou-se com a preparação de outro documento pela SEPLAG, a **Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa**, entregue no dia 1º de fevereiro de 2011. A partir de estudos desenvolvidos pela SEPLAG e pela Fundação de Economia e Estatística (FEE) e de documentos programáticos do novo Governo, foram elaborados cenários sobre a situação do Estado do Rio Grande do Sul e a síntese da visão estratégica para o novo período.

Na Mensagem, foram apresentados cenários sobre a trajetória recente da economia gaúcha, sobre a questão regional no Estado, sobre a questão social (tendo como referência a situação dos *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio no RS*) e sobre a questão fiscal do Governo estadual. Também foram apresentadas a visão e missão do novo Governo, além de uma síntese dos principais programas a serem desenvolvidos. Essa síntese da dimensão estratégica foi desenvolvida no PPA.

O **Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã**, que já está em fase de implantação, tem com finalidade propiciar um novo modelo de relação Estado-Sociedade, que leve em conta os processos participativos

utilizados no Estado, com o envolvimento dos cidadãos, bem como a constante qualificação dos processos participativos.

Busca-se, através do Sistema, a coordenação dos diversos atores envolvidos e das estruturas existentes nas diferentes dimensões (União, Estado, Município, Sociedade Civil, entre outras), permitindo uma melhor interação do cidadão no processo decisório, a melhoria do serviço público, qualificação das etapas de formulação, implementação, controle e avaliação das políticas públicas do Estado e do Planejamento como um todo. Tudo isso levando em conta as modernas tecnologias da informação e comunicação.

A primeira etapa de elaboração do PPA Participativo 2012-2015 constituiu-se da Base Estratégica do Plano. Os documentos orientadores, além dos já citados para elaborar a Mensagem, foram os Planos Estratégicos dos COREDEs e as diretrizes do PPA da União. A elaboração do PPA 2012-2015 teve quatro princípios orientadores: a) regionalização; b) transversalidade na ação; c) integração programática com o Governo Federal; d) incentivo à participação popular e cidadã. A Base Estratégica do PPA foi sintetizada em Objetivos Estratégicos.

A partir da Base Estratégica formulada e apresentada na Mensagem do Governador e nos Objetivos Estratégicos, foram desencadeados dois processos: o de participação da comunidade e o de elaboração dos programas do PPA. Para o processo participativo, foram organizados Seminários nas nove Regiões Funcionais de Planejamento, além da participação pela internet através do **Portal da Participação** (www.participa.rs.gov). Os Seminários partiram da apresentação da base estratégica e de perfis socioeconômicos de cada região, também elaborados pela SEPLAG. Participaram cerca de **4,5 mil pessoas** nos Seminários, e foram apresentadas aproximadamente **12 mil manifestações**, transformadas em cerca de 1,2 mil propostas ou demandas.

Essas propostas serviram de insumo para a elaboração dos Programas e ações do Plano. Foram constituídas equipes técnicas, envolvendo o conjunto dos órgãos da Administração Estadual, com orientação dos técnicos da SEPLAG. As equipes tiveram como referência os documentos orientadores da base estratégica, bem como as orientações dos Conselhos e Conferências setoriais. Assim, procurou-se demonstrar que o PPA Participativo dialoga com as diversas agendas de desenvolvimento econômico e social em debate e construção na sociedade gaúcha.

A elaboração participativa das **Prioridades Orçamentárias 2012** resultou do alinhamento das estratégias que foram debatidas para o PPA Participativo 2012-2015 e começou a tomar forma com as Audiências Públicas Regionais e Municipais. Na votação da Consulta Popular realizada em agosto de 2011, compareceram 1.134.141 cidadãos, sendo que 998.145 votaram por via manual e 135.996 pela internet. Na Lei Orçamentária de 2012, foram disponibilizados R\$ 165 milhões, conforme a Tabela seguinte.

Distribuição dos recursos da Consulta Popular e Cidadã para a LOA 2012, por COREDE

REGIÕES	VALORES APROPRIADOS
METROPOLITANO DELTA DO JACUÍ	23.590.274
SUL	13.610.888
VALE DO RIO DOS SINOS	12.940.858
SERRA	9.270.019
VALE DO RIO PARDO	8.646.749
FRONTEIRA OESTE	8.131.975
LITORAL	6.002.961
VALE DO TAQUARI	5.937.118
CENTRAL	5.876.170
PRODUÇÃO	5.283.641
CENTRO SUL	4.954.843
PARANHANA-ENCOSTA SERRA	4.878.041
NORTE	4.556.002
MISSÕES	4.464.114
MEDIO ALTO URUGUAI	4.137.236
FRONTEIRA NOROESTE	3.930.798
JACUÍ CENTRO	3.885.799
CELEIRO	3.848.529
CAMPANHA	3.739.829
VALE DO CAÍ	3.449.432
RIO DA VARZEA	3.387.403
NOROESTE COLONIAL	3.215.548
HORTÊNSIAS	3.133.443
NORDESTE	3.120.173
VALE DO JAGUARI	3.003.410
ALTO DA SERRA DO BOTUCARAÍ	2.996.072
ALTO JACUÍ	2.835.832
CAMPOS DE CIMA DA SERRA	2.172.843
TOTAL DOS PROJETOS DA PARTICIPAÇÃO POPULAR E CIDADÃ	165.000.000

Fonte: LOA 2012.

Na busca para promover maior capacidade de avaliação das Políticas Públicas, a SEPLAG participou da organização do *IV Seminário de Avaliação de Políticas Públicas e Qualidade do Gasto*, juntamente com Secretaria da Fazenda, Fundação de Economia e Estatística e Tribunal de Contas do Estado, realizado em dezembro de 2011.

O Seminário buscou difundir a prática da avaliação de políticas públicas entre o poder público no Estado do Rio Grande do Sul, uma vez que, em um contexto de restrição orçamentária, a adequada definição do público-alvo e das etapas a serem executadas na implementação da política, bem como a mensuração dos resultados através de bons indicadores, contribuem para o aperfeiçoamento das políticas públicas e, assim, levam a uma maior qualidade do gasto – e é a isso que a avaliação se presta. Foram debatidos diversos aspectos do ciclo de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas, através de palestras com especialistas e profissionais reconhecidos no nível nacional, entre as quais um debate sobre as qualidades do PPA como instrumento de gestão estratégica.

A SEPLAG desenvolveu, durante o exercício de 2011 e no âmbito de suas atribuições, o planejamento e o monitoramento de mais de 130 projetos que compõem a **Carteira de Projetos Estratégicos do Governo**, em conjunto com os órgãos e Secretarias de Estado.

Com o intuito de qualificar o planejamento, a gestão e a implementação das políticas públicas preconizadas na Carta aos Gaúchos e no Programa de Governo, a Carteira de Projetos Estratégicos assume um papel de destaque no que diz respeito aos resultados que deverão ser apresentados à sociedade gaúcha.

A Secretaria, como agente promotor das ações político-administrativas manifestadas pelos diversos órgãos do Estado através da proposição de planos, programas e projetos, estabeleceu proposições e ferramentas metodológicas com o objetivo de orientar, facilitar e ordenar o trabalho de planejamento e monitoramento de programas e projetos.

A SEPLAG também tem participação importante na condução do **Programa de Combate às Desigualdades Regionais**.

A promoção do desenvolvimento regional foi definida como um objetivo estratégico do atual Governo, atentando, em especial, para a situação das regiões que vêm, ao longo dos anos, perdendo dinamismo econômico e social. Em última análise, trata-se de priorizar um conjunto de ações governamentais para regiões que não têm acompanhado as médias de crescimento do Estado, buscando, dessa forma, um maior equilíbrio no processo de desenvolvimento econômico e social.

O Mapa de Elegibilidade define as regiões preferenciais para a elaboração de um conjunto de políticas, combinando regiões de menos IDESE, com aquelas de menor dinamismo de renda, nos moldes sugeridos pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Como resultado, obteve-se a construção de quatro agrupamentos de COREDEs. São eles:

Grupo 1 (G1) – COREDEs que apresentam renda e dinamismo superior à média.

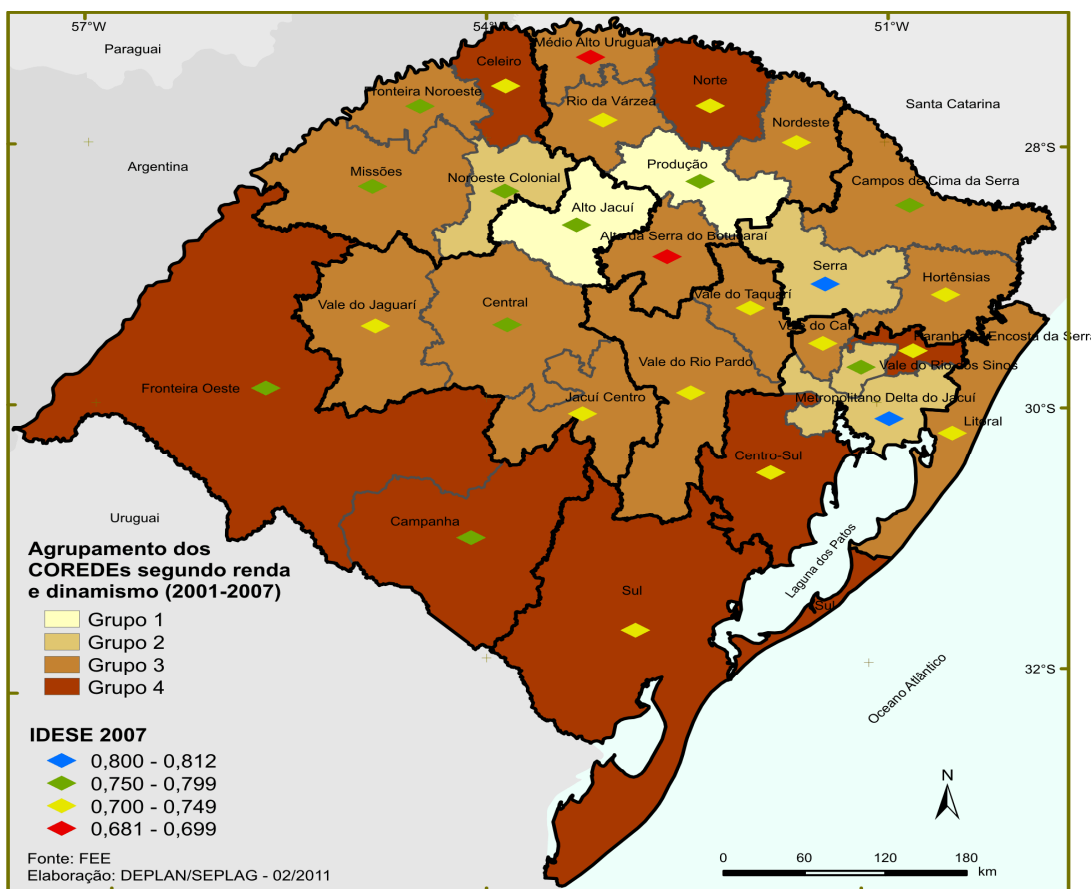
Grupo 2 (G 2) – COREDEs que apresentam renda acima da média, mas que registram dinamismo abaixo da média.

Grupo 3 (G 3) - COREDEs que apresentam renda abaixo da média, mas dinamismo superior a média.

Grupo 4 (G 4) - COREDEs que apresentam renda e dinamismo abaixo da média.

Adicionalmente, os COREDEs foram classificados em relação à sua posição no desenvolvimento socioeconômico, representado sinteticamente pelo IDESE global.

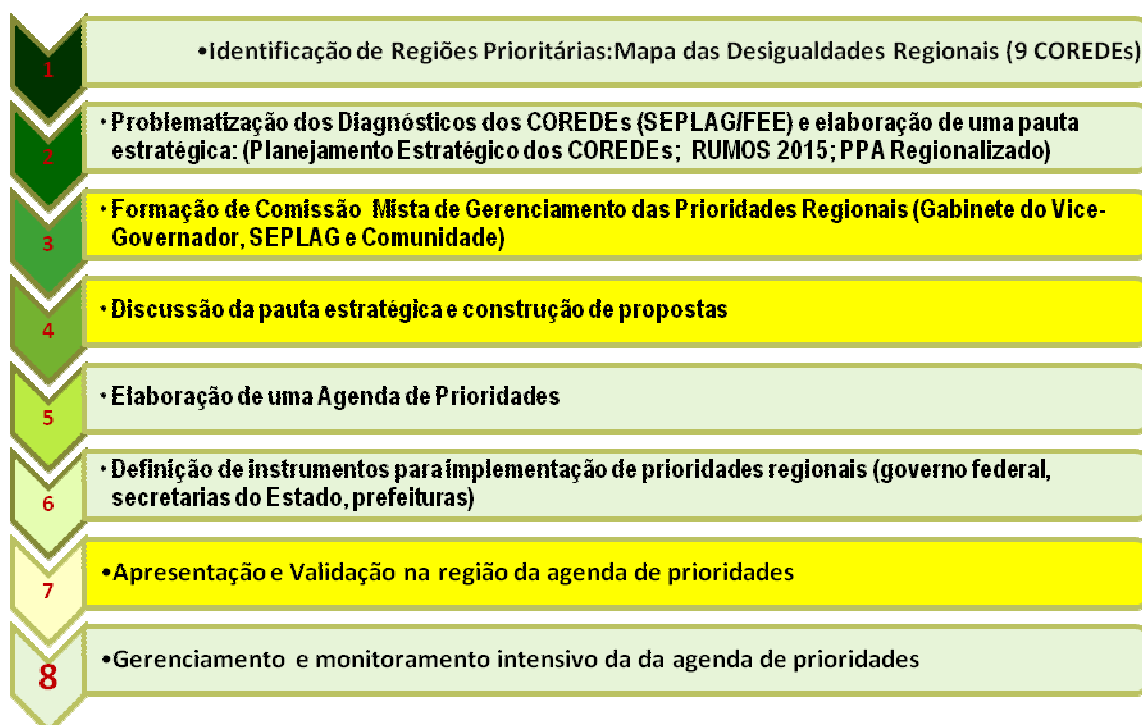
Agrupamento dos COREDEs segundo renda e dinamismo



Com base nessa metodologia, foram selecionadas as regiões que integravam o Grupo 4: **Centro Sul, Campanha, Sul, Fronteira Oeste, Celeiro, Paranhana Encosta da Serra e Norte**. Pelo critério do baixo desenvolvimento econômico e social, IDESE global, foram adicionados as regiões do Médio Alto Uruguai e o Alto da Serra do Botucarái.

Para a identificação da agenda há um primeiro momento em que são integrados os diversos órgãos do governo e posteriormente um processo participativo de formulação e implementação da agenda, conforme a figura a seguir:

Método de Elaboração da Agenda de Desenvolvimento



Até o momento, foram elaboradas as agendas de quatro regiões entre as nove selecionadas no Programa: Alto da Serra do Botucaraí, Centro Sul, Sul e Médio Alto Uruguai. O programa encontra-se em pleno andamento no COREDE do Alto da Serra do Botucaraí, onde a agenda já foi definida e validada pela Região, e suas ações vêm sendo implementadas. As regiões Centro Sul, Sul e Médio Alto Uruguai tiveram suas agendas preliminares discutidas e definidas no âmbito do Governo, e aguardam o momento de serem apresentadas e validadas na região.

Atuando na promoção de estudos e pesquisas socioeconômicos e na produção e análise de estatísticas e dados, a SEPLAG divulga o **Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul**, o **Trilhas Gaúchas – Indicadores de Futuro** e o **Estados Comparados por Funções do Orçamento**.

O *Atlas* fornece informações socioeconômicas especializadas, estabelecendo comparações entre os municípios, estados brasileiros e alguns países selecionados, constituindo-se em uma importante ferramenta de análise territorial, com grande relevância para a elaboração e monitoramento de políticas públicas. Além disso, o *site* tem sido largamente utilizado por pesquisadores, universidades, rede de ensino fundamental e médio e investidores que procuram informações para se instalar no Estado, tornando-se um material de referência para a elaboração de diagnósticos e para a análise regional.

Além dos mapas temáticos, apresenta dados estatísticos, gráficos e tabelas, acompanhados de análises sobre a evolução das variáveis, oferecendo aos órgãos do Governo uma leitura espacial de sua área de atuação e contribuindo, dessa forma, para a concepção e aprimoramento

das políticas públicas. O *site* apresenta informações físico-geográficas, de infraestrutura, ambientais, de população, econômicas e sociais, servindo de apoio para as áreas setoriais, que necessitam de uma aproximação mais detalhada sobre a ocorrência espacial dos fenômenos.

A atualização dos dados nos diferentes setores e eventuais modificações na estrutura vêm sendo feitas na medida em que novos indicadores são disponibilizados por suas respectivas fontes, visando manter a atualidade do material. Em 2011, foi realizado um redesenho do *site*, que deverá ser publicado em 2012, visando aprimorar a ferramenta e ampliar o acesso do público.

O *Trilhas* apresenta o monitoramento de um conjunto de indicadores de resultado nas áreas de população e infância, comunidade e democracia, economia e meio ambiente, relacionados às condições ideais de vida e de desenvolvimento socioeconômico para a sociedade gaúcha.

Esse conjunto de indicadores de resultado serve de referência para a formulação de políticas públicas, pois permite o conhecimento da situação geral das necessidades básicas e aspirações da população gaúcha que devem ser atendidas pela Administração Pública.

O *Estados Comparados por Funções do Orçamento* é uma publicação da SEPLAG que relaciona as despesas públicas das administrações diretas estaduais, segundo as funções principais dos orçamentos estaduais, à oferta de produtos e serviços e aos resultados obtidos para a sociedade.

Trata-se de um conjunto de indicadores de insumo, produto e resultado distribuídos em duas grandes áreas - Sociedade e Economia -, que permitem, em última análise, a comparação do desempenho das 27 Unidades da Federação em termos de eficiência e eficácia das políticas públicas nas funções Legislativa, Judiciária, Segurança Pública, Saúde, Educação, Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços e Transporte.

Tanto o *Trilhas Gaúchas* quanto o *Estados Comparados* estão disponíveis, na sua íntegra, no *site* da SEPLAG, acompanhados dos seus relatórios anuais.

Outra área de atuação da SEPLAG é a **Captação de Recursos**. O Estado do Rio Grande do Sul vem enfrentando restrições de ordem fiscal há vários anos, prejudicando a execução de políticas públicas em áreas prioritárias ao cidadão, como saúde, educação, segurança e infraestrutura de transportes. Os recursos próprios do Estado não são suficientes para aumentar a oferta ou qualificar os bens públicos essenciais para promover o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida da população gaúcha.

A captação de recursos extraorçamentários, em conjunto com políticas de sustentabilidade fiscal e de melhoria da gestão, tem papel de destaque como uma das ações de governo que permite aumentar o nível de investimentos públicos, mesmo em condições financeiras restritas.

Nesse contexto, a SEPLAG coordena a captação de recursos junto a organismos multilaterais e agências de fomento, fazendo a intermediação entre os órgãos executores estaduais e os financiadores, partindo dos seguintes objetivos:

- Identificar recursos técnicos e financeiros, nacionais e internacionais, para financiamento de políticas públicas;
- Coordenar os trâmites para captação de recursos de agências de fomento nacionais, bilaterais e multilaterais;
- Acompanhar a elaboração e a execução do Orçamento Geral da União, analisando e gerando informações estratégicas;
- Coordenar a elaboração de pleitos e emendas ao Orçamento Geral da União visando incrementar o repasse de recursos da União para o Estado;
- Analisar a viabilidade e orientar a elaboração de projetos de órgãos e entidades da Administração Estadual aptos à captação de recursos; e
- Exercer as atividades operacionais e de coordenação executiva do Programa de Parceria Público-Privadas do Estado do RS (PPP/RS).

As principais fontes desses recursos são o Orçamento Geral da União, agências de fomento, sejam elas nacionais, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ou internacionais, como o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e a iniciativa privada, sob a forma de parcerias público-privadas (PPP).

Em 2011, a SEPLAG concentrou seus esforços na captação de recursos via financiamentos. Foram captados R\$ 233,7 milhões por meio de duas operações de crédito com o BNDES, no âmbito do Programa Emergencial de Financiamento aos Estados e ao Distrito Federal – PEF I e BNDES Estados. Esse valor foi investido nas áreas de segurança e transportes. No momento, a Secretaria está finalizando os procedimentos para a captação de R\$ 1,085 bilhão junto ao BNDES e R\$ 800 milhões junto ao BIRD. Essas operações visam contribuir para a retomada do desenvolvimento no Rio Grande do Sul por meio de apoio à execução de políticas públicas ligadas ao desenvolvimento do setor privado e da inovação tecnológica, à educação, ao meio ambiente, à modernização da gestão pública, à infraestrutura de transportes, à modernização do sistema produtivo rural, à produção de habitação para grupos de baixa renda, à qualificação da segurança pública e à ampliação do crédito a municípios e empresas.

A SEPLAG também atua na captação de recursos federais via Orçamento Geral da União (OGU). O ciclo de trabalho com relação ao OGU inicia com a sua publicação, momento em que a SEPLAG analisa a peça orçamentária e informa os órgãos estaduais sobre as possibilidades de captação que terão durante o ano. Também são disponibilizadas no *site* da SEPLAG orientações aos municípios gaúchos sobre captação de recursos no OGU. Após essa fase de divulgação de informações, a SEPLAG coordena o processo em que as Secretarias e suas vinculadas elaboram pleitos ao OGU do ano seguinte, os quais são enviados aos Ministérios solicitando inclusão nas respectivas propostas orçamentárias. A próxima fase envolve a negociação de emendas parlamentares e de bancada ao Projeto de Lei do OGU. Ao longo de todo este ciclo, a SEPLAG mantém o acompanhamento da

execução orçamentária federal no que interessa ao Rio Grande do Sul e auxilia os órgãos a prepararem as propostas e projetos que possibilitarão a captação de recursos.

Outro papel importante da Secretaria se dá na atuação junto à União para inclusão de obras prioritárias para os gaúchos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), como é o caso da construção do metrô em Porto Alegre, da implantação de corredores urbanos na Grande Porto Alegre e das barragens do Jaguari e do Taquarembó.

Essas ações não se esgotam em 2011, visto que são processos de longo prazo. O trabalho executado com relação ao Orçamento Geral da União, por exemplo, terá novo ciclo durante 2012, além de haver a continuação das negociações de obras prioritárias. Também há a possibilidade de serem preparadas novas operações de crédito, visto que o Estado possui limite de endividamento que lhe permite apresentar novas propostas de financiamento.

No que se refere aos financiamentos em preparação com o BNDES e o Banco Mundial, os contratos deverão ser assinados em 2012, possibilitando o efetivo recebimento dos recursos e a execução dos projetos de investimentos previstos nos documentos de projeto.

A SEPLAG instituiu um **Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI-SEPLAG)**, com o objetivo de aprimorar suas capacidades, com vistas ao cumprimento de sua missão institucional de **coordenar o planejamento e a gestão das políticas públicas**, com participação cidadã e buscando o desenvolvimento sustentável e com equidade do Estado. O PDI-SEPLAG visa, assim, à implementação dos conceitos de gestão por processos e por competências e prevê ações voltadas ao aperfeiçoamento de seus processos de trabalho, ao mapeamento e desenvolvimento de competências e de aprimoramento de seus sistemas informacionais.

O programa conta com uma estrutura que privilegia a participação dos servidores da Secretaria na análise dos problemas, debates de ideias e construção coletiva de soluções. Trata-se do Fórum de Desenvolvimento Institucional que funciona em dois ambientes, um presencial e outro virtual, nos quais os temas são debatidos com o intuito de se construir visões coletivas, expressas por meio de recomendações. Esse fórum teve sua reunião de instalação no dia 27 de dezembro.

A **Central de Serviços ao Cidadão - Tudo Fácil** foi inaugurada em 1º de junho de 1998, com a finalidade de concentrar em um único espaço físico os serviços mais demandados pelo cidadão. O objetivo principal do Tudo Fácil é a melhoria da qualidade da prestação do serviço público, caracterizada em atendimento personalizado, rápido e resolutivo, reduzindo tempo e esforços dos usuários.

A Rede Tudo Fácil oferece um conjunto de serviços que compreendem o atendimento direto ao público nas três regiões do município de Porto Alegre (Zona Sul, Centro e Zona Norte). Nestas três unidades, no ano de 2011, o número de atendimentos superou a marca de 1.205.000 mil.

Além disso, o Portal Tudo Fácil Eletrônico (www.tudofacil.rs.gov.br), disponibiliza 760 serviços públicos (estaduais, federais e municipais), desde simples informações até serviços finalísticos. O portal superou 870 mil acessos neste ano de 2011, sendo o *site* mais acessado do Rio Grande do Sul.

Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (AGERGS)

Compete à Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (AGERGS) a regulação dos serviços públicos delegados prestados no Estado do Rio Grande do Sul e de sua competência ou a ele delegados por outros entes federados, em decorrência de norma legal ou regulamentar, disposição convenial ou contratual. Com isso, a Agência visa assegurar a prestação de serviços adequados, garantir a harmonia entre os interesses dos usuários, concessionários, permissionários e autorizatários de serviços públicos e, ainda, zelar pelo equilíbrio econômico-financeiro dos serviços públicos delegados.

A atividade regulatória da AGERGS é exercida, em especial, nas seguintes áreas: saneamento; energia elétrica; rodovias; telecomunicações; portos e hidrovias; irrigação; e transportes intermunicipais de passageiros, inclusive suas estações.

Principais realizações da AGERGS em 2011

No ano de 2011, a AGERGS elaborou seu Planejamento Estratégico, definindo como missão da instituição "assegurar a prestação adequada dos serviços públicos delegados em benefício da sociedade e do desenvolvimento do Estado" e, como visão, "ser reconhecida pela sociedade como Instituição de Estado, eficaz na regulação dos serviços públicos delegados no Estado do Rio Grande do Sul". Como valores da Agência foram estabelecidos a ética, a transparência, a imparcialidade, a participação social e a valorização das pessoas.

Atuando **na regulação dos serviços públicos delegados de transporte de passageiros**, a AGERGS confeccionou o termo de referência do transporte intermunicipal de passageiros, para contratação de empresa que fará o diagnóstico sobre os mercados regionais de transporte, visando à elaboração de novo Plano Diretor. Também auxiliou na elaboração dos editais de licitações das Estações Rodoviárias, com anexo prevendo sanções da AGERGS com base em parecer da Procuradoria-Geral do Estado (homologação prevista para início de 2012), além de ter aperfeiçoado e homologado a versão final do edital de Licitação da Travessia Hidroviária Guaíba – Porto Alegre.

Quanto à **regulação das rodovias**, a AGERGS realizou medição dos indicadores de qualidade do Polo Rodoviário de Gramado. Nesse mesmo Polo, promoveu a mediação entre concessionária e Poder Concedente da

rodovia RS-115, emitindo, ao fim, uma decisão sobre as responsabilidades das partes na substituição da estrutura de contenção do km 28.

A atuação da AGERGS na **regulação dos serviços de energia elétrica** envolveu fiscalizações nas geradoras Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE-GT) e COPREL – Cooperativa de Energia e Hidroelétrica Panambi (HIDROPAN). Também foram fiscalizadas as empresas que atuam na distribuição de energia elétrica no Rio Grande do Sul – CEEE-D, AES Sul e Rio Grande Energia (RGE) – devido aos eventos climáticos de abril de 2011. Como consequência das fiscalizações, a AES Sul ressarciu consumidores por danos decorrentes do serviço e efetuou pagamentos de compensação financeira por violação dos indicadores de continuidade. A AGERGS ainda fiscalizou as distribuidoras no que diz respeito aos índices de Tele Atendimento.

A AGERGS foi escolhida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) como uma das agências-piloto da nova metodologia adotada pelo Governo Federal para descentralização das atividades regulatórias. Com a iniciativa, foi assinado convênio autorizando a gestão associada dos serviços de energia elétrica. Para formatação da nova metodologia, foram observadas a autonomia das agências, a diversidade regional e a atuação não só no setor elétrico, mas nas diferentes áreas em que trabalham.

Outra área importante de atuação da AGERGS é a de **regulação dos serviços de saneamento**. Em 2011, a Agência ampliou os convênios de saneamento, atingindo 224 convênios com os municípios. Foram realizadas oito Reuniões Técnicas no interior e capital do Estado, tendo como tema o novo Marco Regulatório do Saneamento com participações de técnicos que atuam na área de saneamento de seus municípios.

Com o intuito de promover os valores da transparência e da participação social, a AGERGS implementou sua política de comunicação, com a realização de 11 Audiências Públicas referentes aos serviços regulados pela Agência, no interior e na capital do Estado, além de visitas institucionais.

No total das ações regulatórias da AGERGS, foram realizadas 68 fiscalizações/vistorias, abrangendo diversos setores de serviços regulados.

Principais Atividades a Serem Realizadas em 2012

Para o ano de 2012, a AGERGS projeta a realização das seguintes ações:

- Fiscalizações técnicas e comerciais das concessionárias de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário em municípios conveniados com a AGERGS;
- Oito Reuniões Técnicas de saneamento no interior do Estado;
- Aplicação do Projeto-Piloto *AGERGS na Escola*;
- Atingimento da marca de 4.800 usuários voluntários cadastrados;
- Dez reajustes/revisões tarifários;

- Instituição do calendário de Reajuste e Revisões Tarifárias;
- Quinze vistorias regulatórias.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE)

A Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE) é uma instituição vinculada à Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã. Instituída em 1973, sua origem remonta ao antigo Departamento Estadual de Estatística (DEE), criado na década de 30, que por sua vez teve origem na Diretoria de Estatística existente desde a segunda metade do Século XIX.

Instituída pela Lei nº 6624, de 13 de novembro de 1973, as suas funções foram fixadas no seu artigo 5º, sendo elas: I - identificar e propor alternativas globais e setoriais de desenvolvimento econômico e social do Estado; II - estruturar e operar o sistema de contas regionais, proceder a análises conjunturais bem como realizar estudos e pesquisas, tendo em vista o preparo de indicadores econômicos e sociais; III - coletar, processar, classificar, selecionar, avaliar e divulgar dados estatísticos; IV - colaborar na elaboração e/ou co-participar na execução e controle de programas ou projetos dos Governos Federal, Estadual e Municipal; V - prestar serviços e realizar pesquisas de interesse dos setores econômicos e dos consumidores; VI - fornecer subsídios à política financeira do Estado, desenvolvendo estudos específicos e indicando fontes de recursos, para investimentos; VII - divulgar informações técnicas, inclusive adquirindo direitos autorais nacionais e estrangeiros para a publicação de trabalhos técnicos ou científicos; e VIII - desenvolver outras atividades compatíveis com as suas finalidades.

Ao logo dos seus 38 anos, a FEE disponibilizou à população mais de 600 títulos, abrangendo as diferentes áreas do conhecimento.

Textos Publicados

Em 2011, a FEE publicou os seguintes *Textos para Discussão*:

- Exercícios de reestruturação tributária para o Rio Grande do Sul: análise com um modelo de equilíbrio geral computável inter-regional.
- Impactos econômicos da reforma tributária: uma análise de equilíbrio geral computável inter-regional para o Rio Grande do Sul.
- Planejamento Energético do Rio Grande do Sul 1980-2010: história e memórias com pitadas de humor, pessimismo e esperanças.
- Identificação e classificação das aglomerações produtivas e dos arranjos produtivos locais no Estado do Rio Grande do Sul.
- O programa bolsa família e o cadastro único em Porto Alegre: institucionalidade e perfil dos beneficiários.

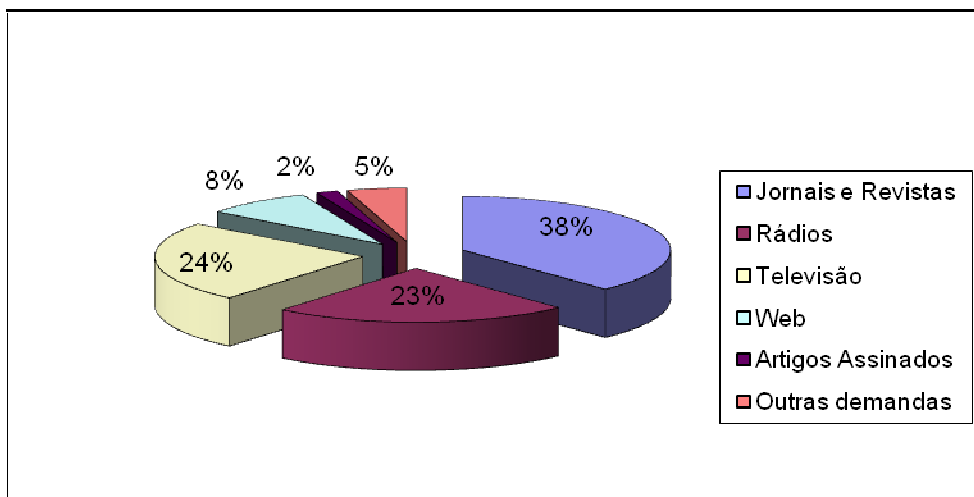
- Gases de efeito estufa gerados pelo consumo de energia no RS: uma análise quantitativa.
- Federalismo fiscal brasileiro: dilemas e competências tributárias.
- A formulação de uma política para a redução da mortalidade infantil no Rio Grande do Sul: o projeto de implantação de um protocolo de atendimento à gestante.
- Rumo ao trabalho decente? A evolução de mercado de trabalho da RMPA no período 1993-2009.

Além desses textos, foram publicados mais 30 artigos de pesquisadores da FEE nas revistas *Ensaio FEE* e *Indicadores Econômicos FEE*. Também se destaca a edição da *Carta de Conjuntura* e do *Informe PED*, publicações mensais da FEE, cujos conteúdos são de autoria predominantemente da Instituição.

Divulgação da FEE na Mídia

No período de janeiro a novembro, a FEE prestou 787 atendimentos à mídia, um incremento de 11% em relação ao mesmo período anterior. O Gráfico a seguir apresenta a distribuição da participação da FEE entre os diversos meios de comunicação:

Participação da FEE na Mídia em 2011



Fonte: FEE

No período de janeiro a novembro de 2011, o *site* da FEE teve 1.036.898 acessos, o que representou um acréscimo de 11% sobre o mesmo período do ano anterior. Entre as páginas mais consultadas, destacam-se o Resumo Municipal, com 333.790 acessos; a Revista Ensaio (128.875); a Biblioteca Virtual do RS (126.534); e a Atualização de Valores (108.314).

Acessos ao *site* FEE em 2011 – portal e páginas selecionadas

ACESSOS	2011
<i>Site</i> FEE	1.036.898
Biblioteca Virtual do RS	126.534
Atualização de valores	108.314
Mapas FEE	61.739
Biblioteca da FEE	9.730
Índice de preços	4.795
Gerador de planilhas	3.034
Ensaio FEE	128.875
Indicadores Econômicos FEE	99.601
Textos para Discussão FEE	27.500
Informe PED (mensal)	14.934
Carta de Conjuntura FEE	7.401
Matriz de Insumo-Produto	6.749
Mulher e Trabalho	4.295
Documentos FEE	2.170
Informe PED (anual)	976
Teses FEE	143
Resumo Municipal	333.790
PIB	91.595
População	36.861
IDESE	21.266
Índice das Exportações	12.126
FEEDADOS	7.063
Índice de Vendas do Comércio (IVC)	4.522
Indicadores Econômico-Ambientais	5.011
Índice Trimestral de Atividade Produtiva (ITAP)	2.755
TOTAL	1.121.779

Fonte: FEE

A FEE também realizou coletivas à imprensa por ocasião do lançamento da *Carta de Conjuntura*, do *Índice das Exportações do RS*, do *PIB*, da *Pesquisa de Emprego e Desemprego*, entre outras atividades permanentes. Além dessas atividades, a FEE vem se caracterizando como espaço público para a divulgação de conhecimento através de palestras e seminários abertos à sociedade. Em 2011, foram realizados 50 eventos na Fundação, referentes à divulgação de trabalhos próprios e de temas relevantes da economia brasileira e internacional com pesquisadores de outros órgãos.

Convênios, Parcerias e Trabalhos Demandados por Outras Instituições

A FEE, ao longo de sua história, vem trabalhando de forma conjunta com outros órgãos através de parcerias e/ou convênios. Em 2011, foram firmadas e reafirmadas as parcerias/convênios com: Secretaria da Fazenda do RS; Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI); Secretaria da Segurança Pública do RS; Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Federação do Comércio de Bens e Serviços do Estado do RS (FECOMERCIO-RS); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano (IPPUR); Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (METROPLAN); Departamento de Urbanismo – Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Agência Estadual de Regulação dos Serviços Público Delegados do RS (AGERGS); Fundação Gaúcha do Trabalho e Assistência Social (FGTAS); Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE-SP); Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE); Sistema Nacional de Empregos (SINE-RS); Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP); e Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS).

Através de seus diferentes Centros, a FEE vem atuando em conjunto com outros órgãos do Governo, propondo e executando trabalhos que permitam atingir os objetivos propostos no Mapa Estratégico do Governo. Nesse sentido, a Fundação elaborou, a pedido da AGDI, uma série de estudos sobre os Arranjos Produtivos Locais (APLs) no Rio Grande do Sul, bem como sobre o perfil socioeconômico das regiões dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs). Também trabalhará, a partir de março de 2012, na atualização da Matriz Insumo-Produto do Estado, atividade demandada pelo BRDE.

Trabalhos e Pesquisas a Serem Realizados em 2012

Para o ano de 2012, a FEE terá em andamento as seguintes pesquisas: Pesquisa mensal de emprego e desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre; Estimativa do PIB do Rio Grande do Sul; Estimativa do PIB municipal; Índice das Exportações; Índice Trimestral da Atividade Produtiva; Índice de Previsão de Safra; Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) para Rio Grande do Sul, seus municípios e COREDEs; Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio no Estado; Índice de Sustentabilidade; Projeções Populacionais do RS; Pesquisa científica e tecnológica no Estado do Rio Grande do Sul: estrutura, evolução e relações com o desempenho socioeconômico local; Análise da influência da ocorrência de eventos climáticos extremos nas perdas das produções agropecuárias no RS; Análise da ocupação em Áreas de Preservação Permanente nas áreas urbanas dos municípios da RMPA; Mapas FEE; Atlas Socioeconômico das Regiões do Rio Grande do Sul; Dinâmica da Indústria Internacional de Semicondutores Digitais e Ascensão dos Países do Leste Asiático; Observatório das Metrôpoles; Mobilidade Espacial e Evolução da Renda e do Emprego no Setor de Máquinas e Implementos Agrícolas no RS na década de 2000; Função, Impactos e Regras do Piso Estadual Mínimo; Economia Política das

Instituições; Economia Política do Desenvolvimento Regional: Limites das Estratégias Subnacionais de Desenvolvimento; Subsídios à formulação de políticas públicas para APLs e cadeias produtivas do RS; Análise Conjuntural da Política Monetária Brasileira; Inserção externa e desenvolvimento econômico: aspectos estruturais e conjunturais; Estudo de Economias Desenvolvidas sob Hipótese de Estagnação; Participação na Câmara Temática Meio Ambiente e Sustentabilidade para a Copa 2014-RS; Federalismo Fiscal Brasileiro; Análise da Política Fiscal Brasileira; Acompanhamento das finanças estaduais; Avaliação dos gastos em saúde; Segurança alimentar e cozinhas comunitárias em Porto Alegre; Uma Discussão sobre a Renegociação da Dívida Pública do RS; A pobreza no Rio Grande do Sul: caracterização e políticas públicas; Previdência Social; Pobreza e qualificação profissional; Pesquisa de Emprego e Desemprego.

SECRETARIA-GERAL DE GOVERNO

A Secretaria-Geral de Governo (SGG) tem entre suas principais competências: prestar assessoramento e apoio imediato ao Governador do Estado e às unidades da Governadoria em relação às ações do Estado; articular as ações estratégicas dos órgãos e entidades da Administração Estadual; garantir a integração e a transversalidade, bem como o monitoramento das políticas e programas do Governo e coordenar e monitorar as ações e políticas internas de Tecnologia de Informação e de Telecomunicações da Administração Pública Estadual.

Principais Projetos e Ações de 2011

No campo da gestão de projetos, o Governo antecipou ao máximo o planejamento dos seus projetos estratégicos de maneira objetiva, olhando para as prioridades de forma responsável e tendo em conta a linha do tempo e os recursos disponíveis.

A partir de um mapa estratégico, formulado em conjunto com as Secretarias de Estado e suas vinculadas, tendo como fonte primária os compromissos assumidos no Programa de Governo e na Carta aos Gaúchos e Gaúchas, foi constituída uma carteira de projetos estratégicos para a ampliação e qualificação dos serviços e das políticas públicas estaduais.

Coube à SGG, em parceria com a Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã (SEPLAG) e com a Fundação Getulio Vargas (FGV), constituir e implantar uma rede de planejamento, monitoramento e gestão para apoiar os diversos órgãos do Governo na execução dos seus projetos estratégicos, de forma colaborativa e integrada.

Duas ações foram realizadas em paralelo e complementarmente:

- O planejamento dos projetos estratégicos para seu gerenciamento e monitoramento, com suas metas, etapas, prazos, custos e responsáveis identificados;

- A estruturação da sistemática para monitoramento e gerenciamento intensivo dos projetos estratégicos.

A sistemática de monitoramento e gerenciamento, constituída e implantada no início do segundo semestre de 2011, tem como principal processo o *ciclo de monitoramento dos projetos estratégicos*, que se inicia em reuniões individuais com cada gerente para avaliação do seu respectivo projeto, com a identificação de problemas e encaminhamentos necessários, e culmina com reunião da Sala de Gestão, onde, sob a coordenação do Governador, é analisado o conjunto da carteira de projetos à luz dos resultados pretendidos nos objetivos do Mapa Estratégico de Governo.

Em 2011, foram realizadas 380 reuniões com os gerentes para avaliação dos 130 projetos estratégicos e 20 reuniões da Sala de Gestão para acompanhamento da carteira de projetos dos nove objetivos estratégicos das perspectivas de foco de atuação e de gestão.

Ainda para a execução adequada dos projetos estratégicos, está sendo necessário reverter o quadro de fragmentação e baixa articulação no que se refere à prospecção e ingresso de recursos federais, no âmbito das diversas secretarias e órgãos do Estado, sendo que em 2011 foi necessário esforço concentrado para:

- Monitoramento de convênios e outros instrumentos congêneres que carregam recursos federais para projetos estratégicos, agilizando trâmites, procedimentos e liberações, para garantir o fluxo dos recursos ainda em 2011;
- Formatação de comitê e sistemática para articular recursos federais, em especial por meio de convênios e recursos do PAC, com a integração de diversos sistemas que interagem no processo desde o pleito até o arquivamento;
- Articulação de ações junto aos entes federais, em conjunto com as secretarias e órgãos do Estado, visando ampliar o acesso a programas disponíveis, o número de convênios celebrados e os empenhos realizados;
- Coordenação da equipe intersecretarias que elaborou os projetos da carta-consulta que captou R\$ 300 milhões para obras viárias, em especial, corredores de ônibus, em oito municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre (Esteio, Sapucaia do Sul, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Alvorada, Cachoeirinha, Gravataí e Viamão) no escopo do PAC 2 – Mobilidade Grandes Cidades.

No campo das **Políticas de TIC**, o Comitê de Governança de TIC (CGTIC), coordenou os trabalhos de discussão, análise e elaboração de um plano de ação, aprovado pelo Governador Tarso Genro, para a implantação da Infovia RS, infraestrutura de banda larga pública que representa a espinha dorsal do **Plano Gaúcho de Banda Larga**, iniciativa alinhada ao Programa Nacional de Banda Larga, promovido pelo Ministério das Comunicações do Governo Federal.

Em articulação com a Telecomunicações Brasileiras S.A. (TELEBRAS) e a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (ELETROSUL), em nível nacional, e com a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), a Companhia de Gás do Estado do RS (SULGÁS) e o Banco do Estado do RS (BANRISUL), a SGG, a Secretaria de Comunicação e Inclusão Digital (SECOM), a SEPLAG, a Secretaria da Fazenda (SEFAZ) e a Secretaria de Ciência e Inovação Tecnológica (SCIT) ratificaram a proposta de implantação de rede pública apresentada pela Companhia de Processamento de Dados do Estado do RS (PROCERGS), a qual ficou com a responsabilidade de coordenação executiva do projeto.

Ações Previstas para 2012

Em 2012, o ciclo de monitoramento será qualificado com a integração do monitoramento da execução qualitativa dos projetos estratégicos à efetiva execução orçamentária e com a inserção de ferramentas de integração ao Sistema de Participação Popular Cidadã, que permitirão a avaliação da percepção social quanto aos seus resultados concretos nas regiões e comunidades.

Também serão aperfeiçoados processos e procedimentos administrativos do Executivo Estadual, bem como a capacitação dos servidores envolvidos no monitoramento estratégico, para dar maior suporte à operacionalização dos projetos prioritários do Governo.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E PROMOÇÃO DO INVESTIMENTO

e

Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI)

A Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (SDPI), vértice das atividades do desenvolvimento, em conjunto com o seu braço executivo, a Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI), concentrou suas atividades em 2011 para a construção do **Sistema de Desenvolvimento Econômico (SD/RS)** segundo as seguintes dimensões gerais: i) governança; ii) planejamento; e iii) desenvolvimento econômico, social e ambiental.

O tema do desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul readquiriu uma posição de relevo na agenda política do Estado a partir de janeiro de 2011. As premissas das ações da SDPI e da AGDI foram:

- Retomar uma perspectiva de planejamento de longo prazo da economia gaúcha;
- Adotar o conceito-chave de Sistema de Desenvolvimento Econômico;

- Gerar uma política industrial, comercial, tecnológica e de inovação específica para o RS e articulada com a política do Governo Federal.

Ao longo de 2011, um conjunto de ações estratégicas vem sendo implementado, com vistas à consolidação do Sistema de Desenvolvimento do Estado. A seguir estão apresentadas as principais linhas de ação em curso.

Política Industrial (PDC/RS)

O **Programa de Desenvolvimento Competitivo do Rio Grande Sul (PDC/RS)** consolida as políticas industriais dos diversos setores estratégicos da economia gaúcha. A formulação do PDC-RS teve como premissas: i) a diversidade da indústria gaúcha; ii) a valorização tanto da indústria tradicional como dos novos setores para a economia do Estado; iii) a inclusão da indústria de máquinas e equipamentos dos respectivos setores em seus planos de desenvolvimento; e iv) a sustentabilidade, por meio da busca de soluções para a utilização de resíduos como insumos ou produtos para outras aplicações.

A primeira etapa desse processo envolveu discussões embasadas em contribuições da Fundação de Economia e Estatística (FEE), da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (FIERGS) e dos colaboradores da SDPI, AGDI, BRDE e BADESUL, entre outros convidados. O grupo desenhou premissas, apontou uma primeira lista de setores estratégicos, definiu a necessidade de programas setoriais para a economia tradicional e para novos setores da economia do RS.

Posteriormente, foram desenvolvidas análises quantitativas e qualitativas, com o objetivo de fixar prioridades entre os setores. Obteve-se, como resultado, a validação dos setores estratégicos, classificados em duas categorias: Setores Tradicionais e Nova Economia. Também foi feito um agrupamento em três níveis: prioritários, preferenciais e especiais.

A partir dessa definição, iniciou-se a segunda etapa, voltada para a formulação dos Programas Setoriais. Os setores estratégicos foram divididos entre cinco *sponsors*, identificados dentre os gestores da cúpula do SD/RS, envolvendo SDPI, AGDI, BADESUL e BRDE. Foi montada uma estrutura de trabalho composta pelos *sponsors*, por coordenadores executivos designados para cada setor e grupos de trabalho com representantes da iniciativa privada, centros de tecnologia e universidades e integrantes de outras secretarias. O objetivo foi analisar criticamente os setores e formular ações.

Foram geradas 22 Matrizes de Competitividade e 22 Notas Técnicas Setoriais, compostas pela descrição do setor, diagnóstico de competitividade, análise de oportunidades e lista de proposições de ações para o aumento da competitividade setorial. As ações propostas estão em processo de articulação, no qual a viabilidade de execução das mesmas está sendo discutida junto às demais Secretarias de Governo envolvidas.

Esse processo envolve aproximadamente 500 pessoas, representando todas as esferas da sociedade gaúcha. A conclusão das atividades está prevista para março de 2012, quando será lançada a Política Industrial do Rio Grande do Sul. Cabe destacar que os Programas Setoriais são dinâmicos e passarão por ciclos anuais de planejamento, com os Grupos de Trabalhos Setoriais.

Economia da Cooperação e os APLs

A política da Economia da Cooperação e dos APLs trata a empresa a partir de uma perspectiva coletiva e territorial, do que pode alcançar quando articulada para além do âmbito individual de competição. O **Programa de Fortalecimento das Cadeias e Arranjos Produtivos Locais** foi estruturado em dois projetos, o Fortalecimento de APLs e o Extensão Produtiva e Inovação, ambos embasados na experiência precursora do Rio Grande do Sul, na experiência federal e integrantes da Política Estadual da Economia da Cooperação.

Duas leis estaduais (n^{os} 13.839 e 13.840, de 05 de dezembro de 2011) tratam da instituição da Política Estadual da Economia da Cooperação e da criação do Fundo de Apoio aos APLs, respectivamente. A Lei n^o 13.839/2011 define o Programa de Fortalecimento das Cadeias e Arranjos Produtivos Locais e seus projetos: Fortalecimento de APLs e Extensão Produtiva e Inovação.

O Fundo de Fortalecimento dos APLs (FUNDOAPL) concede incentivo fiscal de até 80% dos recursos que as empresas aportarem em projetos cooperados para os APLs, incluindo o fortalecimento da coordenação do arranjo. Aguardando regulamentação, será uma fonte permanente para projetos e iniciativas cooperadas de empresas e instituições para o desenvolvimento econômico do APL e sua região. Sua implementação deverá ser iniciada em 2012.

O *Projeto de Fortalecimento de APLs* retomou ações de fortalecimento e apoio para cinco APLs, em 2011, na forma de projetos-piloto. Oferece recursos para apoiar, prioritariamente: a coordenação e as ações cooperadas do APL; os planos de desenvolvimento da competitividade (com dimensões estratégica e participativa); e uma agenda de iniciativas transversais envolvendo diversas instituições públicas e privadas para disponibilizar instrumentos de crédito, capacitação, tecnologia, pesquisa, comercialização, entre outros.

Outros APLs a serem apoiados pelo Programa serão definidos no início de 2012, mediante apresentação de projetos de interessados a partir de duas prioridades: setores econômicos prioritários ao sistema de desenvolvimento e regiões prioritárias ao combate das desigualdades regionais. Além da estruturação e da fixação do seu marco legal, também foi viabilizado o enquadramento do Programa no financiamento PROREDES-BIRD, do Banco Mundial. Esse acordo de financiamento irá garantir uma quantidade expressiva de recursos ao Programa, até 2015.

A *Agenda Transversal* é pauta do Núcleo Estadual de Ações Transversais dos APLs, composto por mais de vinte instituições públicas e privadas que desenvolvem ações para os APLs. Seu objetivo é focar os

Arranjos de forma coordenada e complementar, com os projetos e os instrumentos disponíveis, sejam da esfera local ou federal, pública ou privada.

O *Projeto Extensão Produtiva* foi iniciado em parceria com três universidades, formando os Núcleos de Extensão Produtiva e Inovação (NEPI) da Região da Serra para os APLs Moveleiro, Metal Mecânico e Automotivo e Polo de Moda; da Região da Produção para atender as empresas locais e o APL de Pedras, Gemas e Joias de Soledade; e da Região Noroeste Colonial que, além das prioridades locais, atende o APL Pós-Colheita no entorno de Panambi. Para 2012, 10 novos NEPIs serão implantados, contemplando também regiões menos desenvolvidas economicamente.

Gestão das Firmas e Sala do Investidor

A Gestão das Firmas é uma das atividades-fim do Sistema de Desenvolvimento Econômico. Trata-se de uma abordagem para ação direta na microeconomia, tendo como objetivo atender as empresas interessadas em implantar ou expandir atividades industriais no Estado. Envolve o atendimento a empresas e o monitoramento de projetos de atração de investimentos, tendo como elemento central a **Sala do Investidor**.

A Sala do Investidor foi criada através do Decreto nº 48.396. É um produto que materializa a mudança de postura que se quer imprimir na relação do setor público com quem está disposto a investir no Estado. Sintetiza, também, o desejo de fazer com que essa relação seja realizada de forma ágil e eficiente, sendo capaz de trazer os melhores benefícios à sociedade gaúcha no médio e no longo prazos. É um modelo de atendimento - físico e virtual - às empresas interessadas na instalação ou ampliação de plantas no Estado do Rio Grande do Sul.

Planejada pela Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (SDPI), a Sala do Investidor é uma ferramenta de gestão. Tem como objetivo coordenar as ações de investimento e integrar os diferentes agentes do Sistema de Desenvolvimento Econômico (SDPI, AGDI, BADESUL e BRDE) com as demais Secretarias, o BANRISUL, as Prefeituras Municipais, os agentes do Governo Federal e os demais atores. Visa apresentar uma proposta com as vantagens oferecidas pelo Rio Grande do Sul para implantação ou ampliação de empreendimentos.

Cada projeto é gerido por um profissional capacitado a fornecer apoio ao investidor em seu processo de tomada de decisão. A Sala do Investidor facilita o acesso ao criar um ponto de contato único entre a empresa e os diversos órgãos e instituições do Governo que se relacionam com o projeto de investimento.

Desde o início do ano, foi prestado, no sistema de Gestão das Firmas, atendimento a projetos de aproximadamente 200 empresas, com a realização de aproximadamente 30 Salas do Investidor. A carteira de projetos que estão sendo gerenciados no SD/RS atualmente é composta por

74 projetos, com um valor total de investimentos previstos de R\$ 22 bilhões¹.

FUNDOPEM e SEADAP

O **Sistema Estadual para Atração e Desenvolvimento de Atividades Produtivas (SEADAP)** tem por atribuição a formulação, a articulação e a promoção de mecanismos para a atração e desenvolvimento de atividades produtivas no Estado. A situação encontrada, no início de 2011, foi de um órgão desatualizado, com baixíssima efetividade, e uma estrutura de pessoal e operacional insuficiente para atender a diretriz de Governo de colocar o Poder Executivo como partícipe destacado na promoção do desenvolvimento socioeconômico do Estado. A partir desse diagnóstico inicial, foram definidas como metas a continuidade operacional, tendo em vista processos existentes, e o aprimoramento do Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul (FUNDOPEM/RS)

A partir das metas estabelecidas, os seguintes resultados foram alcançados ao longo de 2011: 25 projetos FUNDOPEM aprovados, com investimentos que totalizam R\$ 338.470.860 e que deverão gerar 2.404 empregos diretos; 13 processos de incentivo financeiro aprovados, com investimentos no total de R\$ 164.411.014, o que deverá gerar um valor de arrecadação financeira de R\$ 5.157.230; aprovação de 11 processos ligados a iniciativas municipais, totalizando o valor de R\$ 2.073.522.

O SEADAP trabalha na avaliação, reestruturação e modernização dos seus instrumentos de atuação. Sobre o FUNDOPEM/RS, foi realizado um levantamento histórico da sua efetividade como instrumento de incentivo, que se mostrou baixíssima – menos de 10% do real uso do benefício concedido. Na sequência, foram analisadas a regulamentação vigente e a sistemática operacional, em conjunto com equipe da SEFAZ. O resultado desse trabalho foi a proposta de novas alterações da Lei nº 11.916, em complemento às contidas na Lei nº 13.708, de 06/04/2011, formalizadas na Lei nº 13.843, de 05/12/2011. As mudanças introduzidas estão balizando a reformulação das normas e da operação, o que consolidará um FUNDOPEM/RS como moderno instrumento de incentivo à realização de empreendimentos industriais no Estado.

As principais melhorias no FUNDOPEM se referem à: i) ampliação dos limites de financiamento, passando de 75% para 90% do ICMS incremental, podendo atingir até 100% no caso de cooperativas, sendo que essa ampliação dependerá do percentual de conteúdo local das aquisições pela empresa, ou seja, valoriza-se ainda mais a aquisição de insumos no RS; ii) ampliação dos limites de abatimento, inserindo-se também a geração de empregos e a média salarial, bem como o impacto ambiental, como critérios de pontuação, além do Integrar/RS; e iii) atribuição de maior nível de incentivo para setores estratégicos elencados na Política Industrial do Estado.

¹ Não estão incluídos no cálculo aqueles projetos com acesso exclusivo ao Programa FUNDOPEM, ao Grupo Executivo SDPI-AGDI-SEFAZ (GEx) e ao financiamento dos bancos estaduais.

Trabalho similar de revisão está sendo realizado com os demais programas do SEADAP. Para 2012, o destaque é a reestruturação da infraestrutura operacional do SEADAP, com melhoria de pessoal e de equipamentos. É um grande desafio e elemento crítico para a efetividade do Novo FUNDOPEM/RS, pois a infraestrutura existente permanece insuficiente. O Sistema requer uma completa reestruturação do seu quadro de pessoal, tanto em número quanto em qualificação. Por exemplo, o quadro de engenheiros é insuficiente e os atuais profissionais caminham para a aposentadoria.

PGPIN

O objetivo do **Programa de Estruturação, Investimento e Pesquisa em Gás Natural, Petróleo e Indústria Naval do Rio Grande do Sul (PGPIN)** é ampliar a participação da indústria gaúcha e atrair empresas para o fornecimento dos componentes necessários à realização de investimentos em gás natural, petróleo e indústria oceânica.

As principais ações realizadas em 2011 incluem: elaboração do Termo de Referência para contratação do Plano Diretor da Indústria Oceânica; elaboração de Plano de Educação Profissional; apoio às indústrias gaúchas para capacitação no fornecimento de bens e serviços para a indústria oceânica e de Petróleo e Gás (P&G) nacionais; articulação com PETROBRAS e BNDES para adensamento da cadeia de P&G no RS.

Para o ano de 2012, as principais ações planejadas são: Programa de Competitividade da Indústria Naval; realização de Seminário de Competitividade; Plano Diretor da Indústria Oceânica focado em São José do Norte, Pelotas, Rio Grande, Charqueadas e São Jerônimo; execução do Plano de Capacitação Profissional para o Polo Naval; continuidade do programa de adensamento da cadeia produtiva de P&G; desenvolvimento de estudos para terminal de regaseificação e do complexo industrial associado; e promoção do Rio Grande do Sul em eventos e missões no exterior e no Brasil.

Projeto Guaíba

A **Zona Mista de Guaíba** foi criada pelo Decreto nº 47.822, de 09/02/2011. Por decisão do Governador, foi formado um grupo de trabalho, composto por vários órgãos do Executivo e coordenado pela SDPI. Ficou decidido que o Governo deveria prover o local de infraestrutura viária, água, saneamento e energia elétrica, com investimento de R\$ 75 milhões até 2014. O Grupo de Trabalho manteve reuniões com empresas estatais como a Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN) e a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), além de empresas que têm área reservada para implantação na Zona Mista.

A única empresa em operação na Zona Mista é a Toyota. Duas empresas, a Fate, fábrica de pneus, e a Terex, de máquinas para pavimentação de rodovias, têm Licença de Instalação concedida pela FEPAM e estão em fase de implantação, com investimento de R\$ 500 milhões, com a criação de 1.100 empregos até 2013.

Seis empresas, CG Global, International Pet, Lgtech, Gaya, Andrita e Renobrax têm áreas reservadas por Termos de Cessão de Uso ou Contratos Preliminares. A CG GLOBAL lançou sua pedra fundamental em novembro de 2011, projetando investimento de mais de R\$ 40 milhões até 2013 e o emprego direto de 250 funcionários.

Foi assinado um convênio entre a SDPI e a CORSAN para garantir o abastecimento de água tratada. Um novo convênio será negociado entre as mesmas partes para a execução do emissário de efluentes tratados. O projeto do sistema de macrodrenagem e do emissário de efluentes tratados está em fase final de elaboração pela Fate, por acordo firmado com a SEFAZ. Com a conclusão desse projeto, o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER) terá os dados necessários para o término do projeto do sistema viário que deverá incluir a duplicação da Estrada do Conde e da Avenida Ney Brito, além da construção da via lateral à BR-116.

Para o projeto e execução da rede de alta tensão, a SDPI fará convênio com a CEEE. Para o ano de 2012, além da conclusão dos projetos citados, serão iniciadas as obras da adutora de água tratada, do sistema viário e da rede de alta tensão.

Atração de Investimentos e Promoção Comercial

A Articulação Internacional do Sistema de Desenvolvimento Econômico está focada na promoção comercial de produtos e serviços gaúchos e na atração de investimentos ao Estado, a fim de fomentar a competitividade dos setores estratégicos da economia gaúcha e o desenvolvimento do RS. O principal objetivo da SDPI e da AGDI é ampliar o acesso de empresas gaúchas exportadoras e potenciais exportadoras ao mercado internacional, bem como promover oportunidades de investimentos que atraiam capitais produtivos estrangeiros para o Estado.

As missões realizadas em 2011 objetivaram o incremento das relações comerciais entre o Rio Grande do Sul e os países visitados ou recebidos, o estreitamento das relações entre os Governos, bem como o intercâmbio técnico e tecnológico. Foram realizadas duas missões governamentais e 14 missões de prospecção e precursoria. Além disso, foi recebida missão presidencial, institucional e empresarial do Uruguai ao Rio Grande do Sul.

No que diz respeito à atração de eventos em excelência competitiva e inovação, nos dias 21 e 22 de novembro de 2011, Porto Alegre sediou a *2ª Reunião Anual da Federação Global de Conselhos de Competitividade (GFCC)*, a qual reuniu cerca de 200 participantes, de 15 países, com os objetivos de permitir aos participantes um entendimento mais aprofundado das agendas dos Conselhos de Competitividade estabelecidos em outros países; identificar oportunidades para iniciativas conjuntas; bem como contatar potenciais parceiros no Brasil e no exterior.

No que diz respeito à promoção das exportações do Estado, realizou-se apoio à participação de empresas gaúchas em feiras, com destaque para a *COUROMODA* e a *FRANCAL* (setor coureiro-calçadista), Brasil Móveis (moveleiro), *EXPOVINIS* (alimentos e bebidas).

Para 2012, as ações planejadas são:

- Realização das seguintes missões técnicas em feiras: para a *China Harbin International Economic and Trade Fair*, com foco no setor da Agroindústria; para a *NAMPO Show*, na África do Sul, setor de Máquinas e Implementos Agrícolas; para a *IMM Cologne*, na Alemanha, no setor de Madeira, Celulose e Móveis; para a *Plast*, na Itália, no setor de Petroquímica, Produtos de Borracha e Material Plástico; para a *Polutec Lyon*, na França, no setor de Reciclagem e Despoluição; e para a *Colombiatex de las Americas*, na Colômbia, no setor da Indústria da Criatividade.
- Apoio à participação de empresas gaúchas em feiras, divididas conforme os setores estratégicos, priorizando a Economia Tradicional. O objetivo é contemplar todos os setores tradicionais (agroindústria; máquinas e implementos agrícolas; madeira, celulose e móveis; equipamentos para indústria de petróleo e gás; petroquímica, produtos de borracha e material plástico; *software*; eletroeletrônica, automação e telecomunicações; calçados e artefatos) no Calendário de Feiras 2012 da Articulação Internacional, além de dois setores da Nova Economia (saúde avançada e medicamentos; indústria da criatividade).

Relações Municipais e Federativas

O Sistema de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul tem como um de seus elementos constitutivos um conjunto de relações com municípios, bem como federativas, que são relevantes para dinamizar a economia do Estado. No âmbito estadual, o SD/RS iniciou um processo de aproximação com as Secretarias de Desenvolvimento Municipais, tendo em vista que estreitar o relacionamento é fundamental para qualificar a troca de informações relevantes para investimentos. Vários municípios dispõem de áreas e distritos municipais, bem como de infraestrutura e outros recursos de interesse dos empreendedores que procuram o Estado, além de vocação regional para determinados setores econômicos.

O Sistema de Desenvolvimento também tem capacitado os representantes das Secretarias Municipais de Desenvolvimento com seminários, *workshops* e treinamentos. Esses eventos apresentam as ferramentas e os procedimentos para a orientação dos investidores, o funcionamento da Sala do Investidor e a realização de dinâmicas com facilitadores para otimizar a integração e a organização das demandas de investimentos e ofertas de recursos pelos municípios.

O primeiro seminário *Encontro dos Agentes Municipais de Desenvolvimento* foi realizado no dia 12 de julho de 2011 e contou com a presença de 66 representantes de municípios. Estão previstos para o ano de 2012 outros encontros regionais e estaduais.

Outra ação que está sendo estruturada em parceria com as Secretarias de Desenvolvimento Municipais, derivada do primeiro seminário, é a montagem de um banco de informações dos municípios com

informações úteis aos investidores. Essas informações estarão no portal da Sala do Investidor (www.saladoinvestidor.rs.gov.br).

No âmbito federal, o Sistema de Desenvolvimento aprimora relações por meio de um conjunto de ações desenvolvido ao longo de 2011, envolvendo órgãos como: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI); Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX); Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP); PETROBRAS; ELETROBRAS/ELETROSUL; Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO); Agência Nacional do Petróleo (ANP); e Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE).

Para 2012, o SD/RS focará esforços na identificação de recursos em âmbito federal que possam ser captados pelo Estado para apoio ao desenvolvimento industrial e agroindustrial do Rio Grande do Sul.

Captação de Recursos

O Sistema de Desenvolvimento assumiu um papel ativo na captação de recursos, seja na estruturação de programas para apoio a empresas, seja no apoio à SEPLAG em projetos como o PROREDES-BIRD.

Desenvolveu-se um **Programa de Apoio à Captação de Recursos para Empresas Inovadoras**, em parceria com a FINEP, desenvolvido por meio de reuniões articuladas pela AGDI com a participação do BADESUL, BRDE e BANRISUL. Nos três primeiros encontros, 34 empresas participaram, sendo que sete tiveram os seus projetos de inovação enquadrados, totalizando mais de R\$ 100 mil.

Paralelamente, atuou-se na elaboração de projetos para promoção do desenvolvimento e de investimentos, em conjunto com a SEPLAG, com o objetivo de captar recursos junto ao Banco Mundial, ao BNDES e à União, no total de R\$ 266,4 milhões.

Para 2012, estão previstas as seguintes ações:

- Prospecções com o BID para financiamento da implementação da política industrial do RS, no valor de aproximadamente US\$ 100 milhões;
- Prospecções com o BNDES, para captação de recursos não-reembolsáveis do Fundo Social e Fundo de Estudos e Projetos (FEP) para financiar estudos e projetos para o desenvolvimento econômico e promoção de investimentos;
- Prospecções com a Agência Francesa de Desenvolvimento e Municípios a fim de incentivar a elaboração de projetos para financiamento de programas de desenvolvimento local;
- Identificação dos programas da União/OGU (PAC e outros) para financiamento dos projetos da AGDI;
- Prospecção de recursos da União, notadamente via PAC, para implementação de projetos para melhorar a competitividade do RS;

- Prospecções junto ao BNDES e FINEP e organismos multilaterais de fomento e financiamento, para apoio a projetos derivados da política industrial do RS;

- Apoio aos municípios para elaboração de projetos e acesso a recursos a fim de viabilizar a realização de investimentos para a promoção do desenvolvimento local.

Resultados Alcançados sobre Promoção de Investimentos

A nova política de desenvolvimento alterou a estratégia de atração de investimentos e apoio às empresas enraizadas no Estado, atingindo resultados expressivos no seu primeiro ano de vigência (Quadro a seguir.).

Investimentos anunciados no RS

SETOR	Nº PROJETOS	VALOR R\$	PARTICIPAÇÃO %
Celulose	1	4.200.000.000	28,55%
Automotivo	8	2.973.000.000	20,21%
Ind. Oceânica	6	2.644.185.000	17,97%
Petróleo & Gás	2	1.690.000.000	11,49%
Petroq.	2	725.000.000	4,93%
Máq.& Imp. Agric.	3	668.500.000	4,54%
Agroindústria	11	535.050.191	3,64%
Semicondutor	1	370.000.000	2,51%
Máq.& Eq. Ind.	3	248.000.000	1,69%
Elétrico/Condutor	5	192.500.000	1,31%
Biocombustíveis	2	190.000.000	1,29%
Máq.& Eq. E. Eólica	2	100.000.000	0,68%
Metalurgia/Fundição	2	43.500.000	0,30%
Automação Bancária	1	38.000.000	0,26%
Química	2	31.950.000	0,22%
Móveis	2	21.000.000	0,14%
Construção Civil	1	15.000.000	0,10%
Calçados	1	10.600.000	0,07%
Saúde Avançada e	1	10.000.000	0,07%
Software	1	5.000.000	0,03%
Reciclagem	1	1.500.000	0,01%
TOTAL	58	14.712.785.191	

Dentre os setores apresentados, os cinco primeiros correspondem a cerca de 84% do total de investimentos anunciados. O setor de *celulose* compõe o maior volume desses investimentos, representados pela intenção da empresa CMPC na região de Guaíba. O projeto contemplará duas fases até a completa implantação, no segundo semestre de 2014.

No setor *automotivo*, são oito projetos, sendo que 80% dos investimentos anunciados são referentes à ampliação da General Motors do Brasil na região de Gravataí. O valor desse projeto contempla investimentos da ordem de R\$ 2 bilhões, sendo R\$ 1,4 bilhão utilizado na adequação e na modernização da linha de montagem da unidade gaúcha para a produção de dois novos modelos integrantes da família de veículos Onix, destinados ao mercado brasileiro e eventualmente à exportação. Os demais R\$ 600 milhões estão sendo investidos no desenvolvimento dos novos produtos a serem gerados a partir do projeto Onix.

Para a *indústria oceânica*, os investimentos perfazem R\$ 2,6 bilhões. Na região de Rio Grande, há os projetos das empresas Wilson Sons, QUIP e Engevix. Para São José do Norte, o estaleiro EBR. Em Charqueadas, canteiro *offshore* (IESA), além de um estaleiro para a região de Pelotas, Grupo OXCORP.

No segmento de *Petróleo e Gás*, destaca-se a ampliação da Refinaria Alberto Pasqualini, com investimentos de R\$ 1,6 bilhão, e da Usina UTE Sepé Tiarajú para construção de módulos para plataformas. Em *Petroquímica*, investimentos anunciados da empresa BRASKEM, para produção de Eteno Verde, com investimentos de R\$ 300 milhões, obras em execução e implantação prevista para dezembro de 2012. Também, a empresa INNOVA anunciou investimento na ordem de R\$ 425 milhões (US\$ 250 milhões).

Complementar à lista de investimentos anunciados, o Quadro seguinte apresenta a carteira de projetos em prospecção pelo SD/RS, com base, principalmente, nas atividades da Sala do Investidor. Essa carteira contém 46 projetos de investimentos em diferentes setores industriais, que demandam ações conjuntas do Sistema de Desenvolvimento para serem viabilizados. Essas ações incluem FUNDOPEM, busca de áreas industriais, recursos financeiros, além das transversalidades com as demais Secretarias e suas respectivas autarquias.

Carteira de projetos de investimentos na Sala do Investidor

SETOR	Nº PROJETOS	VALOR R\$	PARTICIPAÇÃO %
Semicondutor	2	7.440.000.000	58,22%
Automotivo	9	3.753.500.000	29,37%
Extração Mineral	1	830.000.000	6,49%
Madeira & Celulose	3	131.100.000	1,03%
Energia Alternativa	3	130.400.000	1,02%
Petroquímica	2	110.500.000	0,86%
Ind. Oceânica	6	92.000.000	0,72%
Eletrônica	2	74.500.000	0,58%
Construção Civil	2	36.000.000	0,28%
Vidros	2	35.500.000	0,28%
Química	2	33.000.000	0,26%
Eq. Eólico	1	30.000.000	0,23%
Máq.& Eq.	2	28.000.000	0,22%
Transporte Vertical	2	20.910.000	0,16%
Agroindústria	4	15.000.000	0,12%
Refrigeração	1	12.000.000	0,09%
Embalagens	1	7.040.000	0,06%
TOTAIS	46	12.779.450.000	

BADESUL Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento/RS

Cabe ao BADESUL Desenvolvimento S.A. – Agência de Fomento/RS (BADESUL) atuar no âmbito do Sistema de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (SD/RS) no apoio à formulação e execução da Política Industrial e de Desenvolvimento Estadual, por meio de ferramentas de financiamento tradicionais a investimentos, de apoio à inovação tecnológica e de novos instrumentos para participação no capital de empresas.

As diretrizes estratégicas do BADESUL no âmbito do SD/RS podem ser explicitadas conforme os itens que se seguem.

- Contribuir para tornar a economia do Rio Grande do Sul mais competitiva;
- Contribuir para reverter as tendências de declínio relativo da economia gaúcha;
- Atribuir prioridade a setores e regiões menos desenvolvidas, sem deixar de apoiar setores e regiões mais consolidadas;
- Adotar ferramentas permanentes de planejamento e monitoramento de suas ações operacionais;
- Contribuir para a articulação e execução da política industrial, inclusive para o agronegócio, do Governo do Estado, com foco em setores prioritários e em tecnologia e inovação;
- Contribuir com sua inteligência técnica e institucional para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

Uma vez definidas essas atribuições estratégicas do BADESUL, a sua execução pela Agência de Fomento está sendo e será feita mediante os instrumentos relacionados a seguir:

- Financiamento de setores prioritários;
- Financiamento da modernização de setores tradicionais;
- Financiamento da modernização da gestão e da infraestrutura municipal;
- Apoio à inovação e à tecnologia;
- Promoção da participação acionária em empresas gaúchas;
- Financiamento de outros setores;
- Realização de estudos setoriais.

Estratégias Institucionais

O BADESUL preocupou-se com a renovação do planejamento estratégico e da estrutura organizacional da instituição e com a definição de metas operacionais para 2012, ao lado do estímulo ao desempenho operacional da Agência de Fomento em 2011. Nessa linha, a primeira preocupação estratégica foi o estabelecimento das prioridades, metas e

indicadores do BADESUL referentes à inserção da Agência de Fomento no Plano Plurianual Participativo (PPA) 2012-2015.

Outra preocupação foi o estabelecimento do planejamento estratégico 2011-2014 da nova gestão do BADESUL. Mediante oficina participativa, foram redefinidos desde os conceitos estratégicos básicos, como o negócio, a missão, a visão, os valores, as diretrizes e os setores prioritários da instituição, até os seus objetivos operacionais e de gestão. Na medida em que as diretrizes estratégicas e os setores prioritários já foram antes explicitados, seguem-se os demais conceitos relativos ao período de 2011 a 2014:

- Negócio – Soluções estratégicas e financeiras para o desenvolvimento sustentável.
- Missão – Promover o desenvolvimento sustentável do Rio Grande do Sul, atuando na formulação e execução de suas políticas públicas, como agente financeiro de excelência.
- Visão – Ser a empresa líder em soluções financeiras de longo prazo, baseada na sua competência técnica e conhecimento da economia gaúcha.
- Valores – Atitude pró-ativa, criativa e empreendedora; geração de valor para os clientes; transparência, ética e qualidade nos relacionamentos internos e externos; compromisso com a autossustentabilidade; valorização e qualificação do quadro funcional; comprometimento com o desenvolvimento sustentável, com a democratização do crédito e com a gestão compartilhada do conhecimento

Destaques Operacionais em 2011

No que se refere ao financiamento de projetos de investimentos, o acompanhamento da sua evolução é feito em dois níveis: a) aprovações de projetos; e b) liberações para projetos.

As aprovações de projetos de investimentos pelo BADESUL na economia gaúcha, em 2011, podem ser vistas na Tabela que segue.

Aprovações de Crédito a Projetos de Investimentos em 2011 pelo BADESUL
Valores monetários em R\$ 1.000,00

Setor Apoiado	Valor Acumulado até nov/2011	Nº	Valor Acumulado até dez/2011	Nº	% Valor
Administração Pública	67.082	61	73.180	66	8,2
Rural e Agroindustrial	199.175	415	217.282	452	
Empresarial	552.142	104	602.337	113	67,5
Total	818.399	580	892.799	631	100,0

Obs.: As aprovações para o período jan-dez de 2011 são preliminares.

Nota-se que o apoio de crédito do BADESUL em 2011 encontra no setor rural e agroindustrial da economia gaúcha um destino relevante, mas a primazia das aprovações de financiamento a projetos de investimentos cabe ao setor empresarial, que envolve a indústria (exceto a agroindústria), o comércio e os serviços. Outro destaque cabe ao financiamento de projetos públicos, dado o impacto que estes têm nas comunidades municipais gaúchas.

À medida que os projetos de investimento têm seu financiamento aprovado pelo BADESUL, estes são contratados e seus valores são liberados, conforme cronograma individual. As liberações de projetos de investimentos na economia gaúcha, em 2011, podem ser vistas na Tabela abaixo.

Liberações de Crédito a Projetos de Investimentos em 2011 pelo BADESUL
Valores monetários em R\$ 1.000,00

Setor Apoiado	Valor Acumulado até nov/2011	Valor Acumulado até dez/2011	% Valor
Administração Pública	30.196	40.214	8,5
Rural e Agroindustrial	183.909	200.628	42,3
Empresarial	209.477	228.520	48,2
Total	423.582	469.362	99,0
Cartas-Fiança	-	4.500	1,0
Total 2	423.582	473.862	100,0

Obs.: As liberações para o período jan-dez de 2011 são preliminares.

A defasagem entre os valores aprovados e liberados é explicada principalmente pelo tempo que transcorre desde a aprovação do crédito pela Diretoria até a sua contratação e posterior registro cartorial dos seus termos, a partir do que se iniciam as liberações do financiamento.

O fluxo de liberações, por sua vez, passa a formar o estoque ou saldo acumulado de operações de crédito, a partir do qual resultam as despesas e receitas financeiras, a diferença entre as quais serve para cobrir as despesas administrativas, tributárias e diversas do BADESUL, sobrando como resíduo o lucro da Instituição. O saldo de operações ativas do BADESUL registrado ao final de 2011 alcançou o valor de R\$ 1.727 milhões.

A distribuição geográfica do saldo das operações de crédito acumuladas pelo BADESUL ao final do exercício de 2011 mostra que o COREDE Serra absorve 14,3%, seguido pelos COREDEs Fronteira Oeste (9,1%), Metropolitano Delta do Jacuí (8,8%), Alto Jacuí (8,5%), Sul (7,8%) e Vale do Taquari (5,4%).

Quanto à distribuição por setores da economia, 32,6% do estoque de operações de crédito destinaram-se ao segmento agropecuário, seguido do setor de alimentos e bebidas (19,5%); eletricidade, gás, água e esgoto (10,1%); comércio (9,1%); e Administração Pública (5,4%).

O desempenho operacional do BADESUL não deve, entretanto, ser visto apenas pelo lado quantitativo dos projetos apoiados, por mais expressivo que seja, pois os investimentos apoiados pela Instituição em 2011 corresponderam a cerca de 2% da formação bruta de capital fixo pela economia gaúcha. Isso porque os objetivos desses investimentos traduzem, talvez com mais propriedade do que o valor do seu conjunto, o significado das ações do BADESUL no que concerne ao desenvolvimento da economia gaúcha.

O Apoio do BADESUL para o Desenvolvimento Rural e Agroindustrial do RS

O BADESUL aprovou, em 2011, R\$ 217,3 milhões para o financiamento de 452 projetos de investimentos para o desenvolvimento agrícola do Rio Grande do Sul.

O sentido do termo desenvolvimento agrícola refere-se à base material da produção agropecuária em todos os seus aspectos – físicos, humanos e tecnológicos. O desenvolvimento envolve mudanças sociais e econômicas. Nos últimos 50 anos, a introdução de diversas novas tecnologias levou a uma rápida mudança no perfil da produção agrícola e na forma como as comunidades agrícolas vivem. Além disso, envolveu também outros setores da sociedade do País, pois deflagrou processos de mobilidade humana, que culminaram com o crescimento das populações das cidades. Dessa forma, o desenvolvimento agrícola não se restringe somente ao “rural” – mas também abrange mudanças em diversas esferas da vida social do País.

Nesse contexto, as políticas públicas ligadas ao estímulo e fomento ao desenvolvimento das atividades agrícolas são impulsionadoras e, ao mesmo tempo, atenuadoras dos efeitos da adoção de novos modelos tecnológicos. A operacionalização dessas políticas está ligada ao financiamento da aplicação e/ou ampliação das novas tecnologias via instituições financeiras, entre as quais as agências de fomento.

Considerando que a expansão da fronteira agropecuária do Rio Grande do Sul enfrenta as limitações da geografia estadual, a continuidade do desenvolvimento do agronegócio e da agropecuária familiar gaúchas está no aumento da produtividade e da eficiência produtiva. Nessa linha, o BADESUL vem atuando de forma intensa no apoio à modernização das atividades agrícolas e pastoris rio-grandenses, em especial no que se refere ao financiamento de tratores, colheitadeiras, silos e armazéns, recuperação de solos, etc.

A título de ilustração desse esforço de modernização do setor primário do Rio Grande do Sul, apresenta-se a seguir uma Tabela que detalha o perfil dos objetivos associados com alguns dos projetos financiados pelo BADESUL para o setor em 2011.

Projetos para o setor primário financiados pelo BADESUL

Programa	Cultura	Nº Proj.	Valor Aprovado	Capacidade	Área irrigada (ha)
Armazenagem Certificada	Arroz	24	28.095.943,74	1.995.004 ¹	-
Armazenagem Certificada	Maçã	2	5.920.309,01	3.000 ²	-
Armazenagem Certificada	Pêssego	1	164.162,63	7.000 ³	-
Armazenagem Certificada	Soja	36	24.246.938,30	1.178.799 ¹	-
Fruta	Citros	2	453.725,00	-	-
Irrigação	Arroz	13	4.505.792,27	-	4.895,69
Irrigação	Milho	2	1.513.558,00	-	138,00
Irrigação	Misto	4	1.983.200,00	-	441,08
Irrigação	UBS (sementes)	1	243.958,70	-	90,00
Irrigação	Soja	4	1.536.266,00	-	710,08
Colhedoras e plataformas de corte	Grãos	100	113.682.269,15	-	-

¹Sacos. ²Toneladas. ³Quilogramas

Os principais segmentos produtivos apoiados têm sido aqueles ligados às lavouras de soja, trigo, milho e arroz, ao lado da produção de carne, leite e derivados. Vale destacar que a instituição pelo BNDES do programa Finame PSI (Programa de Sustentação do Investimento), ao lado do MODERINFRA e do Programa ABC (Agricultura de Baixo Carbono), está na base desse processo de modernização e de renovação da agricultura do Rio Grande do Sul.

A atuação do BADESUL, como agente de desenvolvimento, está consolidada em função também de sua profunda ligação com todas as áreas de atividade agrícola. Isso decorre de um trabalho exaustivo e persistente de todas as esferas do Banco em disseminar o desenvolvimento, promover a distribuição de renda e viabilizar a atividade rural.

O Apoio do BADESUL para o Desenvolvimento Empresarial do RS

O BADESUL aprovou, em 2011, R\$ 602,3 milhões para o financiamento de 113 projetos de investimentos voltados ao desenvolvimento empresarial da economia gaúcha. Por desenvolvimento empresarial entende-se o apoio da Agência de Fomento para a realização de investimentos localizados no Rio Grande do Sul e projetados por empresas industriais, comerciais e de serviços.

Dentre os projetos de desenvolvimento empresarial apoiados pelo BADESUL, em 2011, alguns segmentos merecem destaque. O primeiro destaque cabe à *indústria de biodiesel*, no apoio da qual o BADESUL foi pioneiro. Isto devido a que o BADESUL liderou o financiamento para a implantação, no Rio Grande do Sul, das plantas de produção desse biocombustível, que abastecem 25% da demanda nacional pelo produto. Isso significa que, sendo responsável por 8% do consumo nacional, o excedente de produção gaúcha de biodiesel destina-se ao abastecimento das regiões Sul e Sudeste do Brasil.

O segundo destaque vai para o apoio do BADESUL à *produção de semicondutores* no Rio Grande do Sul. Isso porque o BADESUL engajou-se no esforço governamental gaúcho de contribuir para a instalação, junto ao Parque Tecnológico da UNISINOS, da empresa HT Micron Semicondutores. Ao lado do CEITEC, a vinda da HT Micron Semicondutores para o Rio Grande do Sul representa um novo grande passo para o futuro da economia rio-grandense, ao qual se agrega a dinâmica tecnológica da Altus Sistemas de Informática S.A.

O terceiro destaque corresponde ao apoio do BADESUL para a indústria metal-mecânica gaúcha. Tal se deve ao fato de que a *indústria metal-mecânica* do Rio Grande do Sul continua sendo um foco relevante de investimentos em tecnologia e um fator de desenvolvimento para a economia rio-grandense, na medida em que suas cadeias produtivas contribuem para a diversificação e o adensamento da indústria de transformação localizada no Estado.

Finalmente, aponta-se a relevância do apoio do BADESUL ao desenvolvimento da *atividade de logística de grãos* na economia gaúcha, junto ao maior polo naval, logístico e portuário do Rio Grande do Sul.

Ações de Comunicação Relevantes em 2011

Uma regra básica de gestão é que não basta cumprir a missão institucional, mas também tem-se que transmitir ao público relevante da empresa os seus feitos, seus produtos e os negócios que se oportunizam no presente e no futuro. Nessa linha, o BADESUL exerceu, em 2011, uma série de atividades de promoção, divulgação e participação dos seus serviços aos seus clientes, atuais e potenciais, à comunidade econômica do Rio Grande do Sul e inclusive de cunho internacional, de forma integrada com as atividades do Governo do Estado de atração de investimentos e de promoção do desenvolvimento gaúcho. Relacionam-se a seguir algumas destas atividades.

- Desde abril de 2011, está em marcha o processo de comunicação voltado para a fixação de nome, imagem e marca BADESUL como nova designação comercial da Agência de Fomento, com a finalidade de atualizar e modernizar o seu entendimento e o conceito estratégico junto ao mercado.

- Foram patrocinados 16 eventos, abrangendo setores-chave da economia gaúcha, como: TECNOPUC, Fenegócios, Bits Hannover, II Agroind Familiar, XXVII Reponte da Canção, 39º Prêmio Exportação, Software Livre, Encontro Agentes Municipais, Seminário Polo Naval, Comitê Fruticultura Metade Sul, Seminário RS Venha Investir Aqui, Desfile Farroupilha, 1º Fórum Brasil/Coreia, SAE Brasil, XXI Seminário Nacional e Troféu Cultura Econômica.

- O BADESUL exerceu a coordenação técnica da missão oficial do Governo do Estado à Coreia do Sul, realizada no período de 27/05/2011 a 03/06/2011, com a finalidade de iniciar e consolidar um processo de divulgação dos potenciais do Estado, de atração de investimentos estratégicos, além de conhecer os níveis de pesquisa científica e tecnológica e da indústria de construção naval e de eletroeletrônica.

- O BADESUL esteve presente na 12ª edição da Expodireto Cotrijal, realizada em Não-Me-Toque, de 14 a 18/03, divulgando suas linhas de crédito para agricultura de precisão, máquinas e implementos agrícolas. O valor em captações atingiu R\$ 141,8 milhões.

- O BADESUL, no período de 21 a 25/03, participou da 10ª edição da FIMMA Brasil (Feira Internacional de Máquinas, Matérias-Primas e Acessórios para a Indústria Moveleira), disponibilizando equipe técnica para atender empreendedores interessados em conhecer as linhas de financiamento para o setor. No total, foram captados R\$ 176,7 milhões.

- Na EXPOINTER 2011, que aconteceu entre 27/08 e 4/09, o BADESUL se posicionou como o segundo maior captador de solicitações de financiamento, totalizando R\$ 284 milhões. A Agência foi superada somente pelo Banco do Brasil, que captou R\$ 310 milhões.

- Na MERCOPAR, que aconteceu entre 18 e 21/10, e que é a maior feira de subcontratação e inovação industrial na América Latina, a participação do BADESUL resultou na captação de R\$ 80 milhões em negócios.

Em síntese, a participação do BADESUL nos eventos antes relacionados proporcionou a identificação de novas propostas de financiamento à Instituição na ordem de R\$ 682,5 milhões.

Finanças em 2011

A gestão estratégica do BADESUL não ficou circunscrita ao seu esforço operacional, na medida em que o desempenho operacional da

Instituição foi acompanhado pelo fortalecimento das finanças da Agência de Fomento, cuja solidez patrimonial pode ser atestada pelos números que se seguem.

O Patrimônio Líquido do BADESUL ao final do exercício de 2011 alcançou R\$ 530 milhões. O Resultado Operacional da Instituição, antes da tributação sobre o lucro, atingiu R\$ 73 milhões em 2011. O Lucro Líquido Antes dos Juros sobre o Capital Próprio chegou a 45,5 R\$ milhões. Por fim, anuncia-se que o Lucro Líquido final do BADESUL, em 2011, foi de R\$ 27,3 milhões.

Atividades para 2012

As atividades que o BADESUL deverá exercer ao longo do exercício de 2012 podem ser resumidas por suas metas operacionais e pelas expectativas quanto ao desempenho de suas finanças.

No que se refere às metas da Instituição, apresenta-se a seguir a síntese das liberações de novas operações de crédito e de participação acionária que irão resultar das atividades operacionais do BADESUL ao longo do próximo exercício.

Quadro-Resumo de Financiamentos e Participações Projetadas – 2012 (Em R\$ 1,00)

Operações de Crédito e de Participação	2012
Financiamento da Modernização de Setores Tradicionais	143.391.586
Financiamento da Modernização da Gestão e da Infraestrutura Municipal	61.014.175
Apoio à Inovação e à Tecnologia	10.000.000
Financiamento de Setores Prioritários	282.409.524
Financiamento de Outros Setores	63.184.715
Total das Operações de Crédito	560.000.000
Participação Acionária em Empresas Gaúchas	50.000.000
Total geral	610.000.000

Fonte: BADESUL

No que se refere à expectativa de resultados financeiros do BADESUL para 2012, esta encontra-se apresentada a seguir, de forma sintetizada.

Demonstração do Resultado do Exercício Total Projetada – 2012 (Em R\$ 1,00)

Receitas Operacionais	212.559.348
Impostos sobre as Receitas (ISSQN e PIS/COFINS)	6.599.713
Receita Líquida	205.959.635
Despesas Operacionais	171.814.668
Lucro antes do IRPJ e CSLL	34.144.967
Total de Impostos (IRPJ e CSLL)	12.387.901
Lucro após Impostos	21.757.066

Fonte: BADESUL

SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

A Secretaria Executiva do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, instituída pela Lei 13.601, de 1º de janeiro de 2011, é um órgão que compõe a estrutura da Governadoria do Estado, sendo diretamente subordinada ao Governador. Estão entre suas atribuições: assessorar o Governador na Presidência do Conselho, convocando reuniões e organizando o funcionamento de câmaras temáticas; elaborar documentos e ementas das deliberações do Conselho, assim como a sua publicação e divulgação; realizar outras atividades executivas ou de representação; e prover os recursos humanos e financeiros para o funcionamento do Conselho.

Em seu primeiro ano de atividade, o **Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES-RS)** avançou no seu objetivo de ampliar o diálogo e a concertação, propondo diretrizes para o desenvolvimento econômico e social ambientalmente sustentável do Rio Grande do Sul.

Desde sua instalação, em 15 de março de 2011, mais de 120 reuniões de trabalho foram realizadas nas diferentes instâncias que compõem o Conselho, resultando em um conjunto de recomendações ao governo estadual para a formulação de políticas públicas. No período, 16 Câmaras Temáticas entraram em funcionamento, e cinco concluíram seus objetivos. Importantes assuntos foram debatidos com a sociedade em 13 *Diálogos CDES*, nos quais foram recolhidas opiniões e sugestões.

Entre os resultados alcançados no ano de 2011, destacam-se a oferta de 50 mil vagas em universidades para capacitação profissional, resultado do Pacto Gaúcho pela Educação; a elaboração de 13 premissas que orientam o novo modelo de Pedágios a vigorar em 2013; elaboração de

propostas de programas e financiamento para Arranjos Produtivos Locais (APLs), como o coureiro-calçadista; criação de um novo arranjo institucional para gerir coletivamente as demandas da Região Metropolitana de Porto Alegre e a formação do Conselho Estadual de Comunicação.

Grupo de Trabalho de Guaíba

Início das obras da Área Industrial de Guaíba, com previsão de investimento de R\$ 100 milhões pelo Governo estadual em infraestrutura e de R\$ 500 milhões em investimentos privados, com a estimativa de criação de 1.500 empregos diretos.

Documentos encaminhados pelo CDES ao Governo do Estado do RS

- 1ª Carta de Concertação com diretrizes para a agenda sustentável para o desenvolvimento econômico, social e ambiental;
- Oito Relatórios de Concertação das Câmaras Temáticas;
- Cinco Notas de Recomendação;
- Propostas ao Programa de Sustentabilidade do Estado;
- Propostas ao Plano Plurianual (PPA);
- Propostas para os setores produtivos do Estado e para a Matriz Tributária;
- Propostas ao Programa de Desenvolvimento do RS.

Resoluções apresentadas nos Relatórios de Concertação das Câmaras Temáticas concluídas

- Pacto Gaúcho pela Educação
 - Criação de rede de universidades públicas e comunitárias e institutos federais com foco na formação de professores, alunos e trabalhadores;
 - Formação do Comitê Gestor do Pacto para coordenar a rede;
 - Adesão ao programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e disponibilização de 32 mil vagas para ensino profissionalizante;
 - Criação da Câmara Temática de Educação com foco na qualidade do ensino;
 - Aumento do orçamento da UERGS;
 - 50 mil vagas colocadas à disposição na rede pelas universidades comunitárias por meio do Consórcio das Universidades Comunitária Gaúchas (COMUNG).

- Desenvolvimento da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA)
 - Formulação de uma agenda de desenvolvimento para a RMPA;
 - Criação do Conselho Deliberativo (CDM) da RMPA;
 - Criação do Gabinete de Governança Metropolitana (GGM);
 - Projeto de Lei Complementar nº 273/2011, que cria o CDM e GGM, na METROPLAN (aprovado em dezembro/2011 pela Assembleia Legislativa).

- Desenvolvimento da Região da Serra e APLs
 - Cursos de qualificação através da adesão ao PRONATEC;
 - Proposta de criação do Centro Integrado de Inovação em Design Moveleiro;
 - Recuperação da Escola Estadual Técnica Caxias do Sul e Escola Agrícola Guaporé;
 - Proposta de criação do Programa Gaúcho de Microcrédito com o Credenciamento da ICC Serra;
 - Proposta de criação do Programa de Fortalecimento dos APLs;
 - Proposta de criação da Polícia de Turismo;
 - Proposta de criação do Programa de Apoio aos APLs;
 - Projeto encaminhado para o Legislativo aumentando os recursos para o Instituto Brasileiro do Vinho (IBRAVIN) de 25% para 50%;
 - Criação da cartilha de orientações ambientais para o setor produtivo da Serra.

- Desenvolvimento do setor Coureiro-Calçadista
 - Proposta de criação do Programa de apoio ao setor coureiro-calçadista;
 - Reativação do Centro Integrado de Inovação em Design (CIID);
 - Proposta de criação do Programa de Micro Crédito voltado para os pequenos e médios empreendedores da região;
 - Proposta de criação do Programa de capacitação de trabalhadores.

Previdência

Elaboração de proposta para reestruturação da previdência dos servidores públicos estaduais, garantindo a manutenção do caráter público do regime, com gestão paritária e colegiada, respeitando os direitos adquiridos.

Pedágios

Aprovação de Relatório de Concertação prevendo 13 premissas que nortearão o novo modelo de gestão das estradas gaúchas. Entre elas:

- Fim das atuais concessões em 2013.
- Fim da atual praça de Farroupilha.
- Estudo de viabilidade técnica, econômica, ambiental e de impacto social para reestruturação do atual modelo de pedagiamento.
- Formação de grupo de trabalho para elaboração do novo modelo de pedagiamento do Estado, adequado às necessidades e características de cada região, contemplando mecanismos permanentes de fiscalização e controle social.

Câmaras Temáticas em atividade e suas contribuições

- Cultura e Comunicação
 - Recomendações para ampliação do orçamento da Secretaria Estadual da Cultura, acatadas na elaboração do PPA.
 - Fortalecimento da Fundação Cultural Piratini, com medidas já adotadas como a realização de concurso público e ampliação do orçamento já efetivada.
 - Criação de grupo de trabalho para elaboração de projeto de lei para criação do Conselho Estadual de Comunicação do RS.
- Economias do Campo

Recomendação para recomposição orçamentária das secretarias ligadas ao setor Primário, já definida pelo Governo.
- Indústria Naval, Petróleo, Gás Natural e Setor Energético

Por meio da Nota de Recomendação para o Fortalecimento da Indústria Eólica do RS, foi gerada a conquista de novos parques eólicos para o Estado, com participação no leilão nacional de energia em setembro.

- Piso Regional - Negociação para estabelecimento de uma política permanente de reajuste anual

O objetivo da Câmara Temática do Piso Regional foi formular uma proposta de política de reajuste do piso salarial, válida a partir de janeiro de 2012, tendo acordado que: a) o índice de recomposição das perdas inflacionárias sofridas pelo piso regional deve ser o INPC; e b) as categorias que não estão protegidas pelo piso regional devem ser incluídas.

- Outras Câmaras em andamento
 - Previdência (2ª Fase);
 - Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico;
 - Proteção Social;
 - Infraestrutura e Logística;
 - Educação (2ª Fase);
 - Modernização do Estado.

Diálogos CDES

Os Diálogos CDES são assembleias abertas à participação da sociedade, em que são promovidas a escuta e a troca de ideias sobre assuntos relativos ao desenvolvimento econômico e social. Em 2011, foram realizados 13 diálogos CDES, como segue:

- Temáticos
 - 14/04- elaboração da 1ª Carta de Concertação
 - 12/05- Pedágios
 - 17/05- propostas ao Programa de Sustentabilidade Financeira
 - 02/06- propostas ao PPA
 - 03/09- propostas ao Programa de Setores Econômicos Estratégicos do RS
 - 08/09- propostas ao Programa de Desenvolvimento do RS
 - 31/08- Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico
 - 21/10- proposta de criação do Conselho de Comunicação
 - 01/11- Economias do Campo

- Regionais
 - 28/07- Cachoeira do Sul
 - 12/09- Pelotas
 - 14/09- Santa Cruz do Sul
 - 21/11- Rio Grande (sobre a Pesca no RS)

Ações e Atividades para 2012

- Programa de Concertação Econômica e Social (Pleno e Câmaras Temáticas do CDES): Estabelecimento e consolidação do CDES como espaço de concertação das políticas de desenvolvimento econômico e social e como órgão de assessoramento, proponente de diretrizes, ações e estratégias para o Governo do Estado. O Programa se desdobra a partir da realização das reuniões do Pleno do CDES e de suas Câmaras Temáticas, pretendendo debater temas específicos para o Desenvolvimento do RS. São previstas para 2012: 5 reuniões do Pleno do CDES e 72 reuniões de Câmaras Temáticas.

- Pesquisa e Documentação: Realização de pesquisas, por meio de órgãos especializados, para obtenção de diagnósticos que servirão de subsídios para o Conselho e suas Câmaras Temáticas, buscando constituir um banco de dados. Estão previstas, ainda, pesquisas com conselheiros e conselheiros técnicos para avaliação e acompanhamento das ações do CDES.

- Constituição do Observatório do CDES: O Observatório será um organismo multissetorial, constituído no âmbito do CDES, que acompanhará a execução de ações e políticas públicas, em especial as propostas e recomendações encaminhadas pelo CDES.

- Diálogos CDES RS: Promoção de debates, temáticos e regionais, abertos à participação da sociedade civil, para oportunizar a escuta e a troca de ideias sobre temas relativos ao desenvolvimento econômico e social, buscando a concertação de opiniões dos diversos atores envolvidos. Estão previstos 10 diálogos regionais e 10 diálogos temáticos em 2012.

- Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura: Investimento na melhoria das condições de trabalho e infraestrutura à disposição da Secretaria Executiva do CDES, incluindo a reestruturação do layout da Secretaria e a compra de equipamentos.

- Qualificação de servidores da SECDES: Promoção de diversas ações tendo em vista a formação continuada dos servidores e seu crescimento profissional, obtendo com isso a melhoria dos processos de trabalho e o aumento da qualidade dos serviços prestados à sociedade; realização de cursos de capacitação da equipe sobre temas vinculados ao desenvolvimento econômico e social do Estado; participação em palestras, seminários e eventos.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL

A Lei nº 13.601, de 1º de janeiro de 2011, estabelece que à Secretaria de Comunicação e Inclusão Digital (SECOM) compete: formular, coordenar e executar a política de comunicação do Poder Executivo, bem como as suas diretrizes de comunicação, tanto da Administração Direta quanto da Administração Indireta; coordenar o sistema de comunicação do Governo; unificar a linguagem dos órgãos e das ações governamentais; produzir e distribuir informações de interesse público referentes a atos e ações governamentais; formular, executar e acompanhar o Plano Anual de Publicidade e Propaganda Governamental; coordenar os eventos e atividades institucionais dos vários órgãos da Administração Estadual; coordenar e supervisionar as atividades de protocolo, cerimonial e relações públicas do Gabinete do Governador e dos outros órgãos da Administração Estadual; coordenar a elaboração, produção e distribuição de informações de interesse público, através das redes sociais e dos canais digitais de comunicação; planejar e assessorar a comunicação das ações estratégicas de governo; formular e desenvolver políticas públicas de comunicação com o objetivo de incentivar a produção e a difusão de uma comunicação democrática e cidadã; formular e propor diretrizes, objetivos e metas, bem como elaborar políticas públicas e ações no âmbito da inclusão digital, com vistas a implementar as políticas de conexão à internet de banda larga.

A SECOM é uma secretaria nova, composta por cinco diretorias, responsáveis por executar políticas específicas para seus setores a partir das diretrizes gerais estabelecidas para a Secretaria. São as diretorias de Imprensa, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas, Políticas Públicas e de Inclusão Digital, além do Apoio Administrativo, que dá suporte às atividades das demais, e do Comitê de Patrocínios. A SECOM tem como vinculada a Fundação Cultural Piratini – Rádio e Televisão.

Para um melhor entendimento, o relato das ações realizadas em 2011 foi dividido em grandes áreas. Ao mesmo tempo, buscou-se destacar o caráter transversal da grande maioria das ações, tanto internamente à SECOM quanto com o restante do Governo. Ressalte-se que a transversalidade é algo inerente à Comunicação, sobretudo pelos meios e profissões a ela relacionados.

Jornalismo

A SECOM produz um documento denominado *Análise de Mídia*, através do qual é possível obter uma síntese de quase tudo o que foi veiculado nos diferentes órgãos de imprensa monitorados.

De janeiro a novembro de 2011, foram registradas 97.158 matérias envolvendo o Governo do Estado. Dessas, 18.172 foram em rádio; 9.434 em televisão; 14.122 em internet; e, 55.430 na mídia impressa. Foram consideradas positivas 92.453 e negativas 4.705, sendo que o meio jornal apresenta o maior percentual de citações positivas, 57%.

A área de jornalismo busca atender tanto os veículos da capital quanto os do interior do RS. Para esses últimos há, inclusive, um núcleo com dedicação exclusiva aos seus assuntos. Houve produção de conteúdo audiovisual, além de *releases* e matérias escritas, como um diferencial, criando um produto chamado *RS Sem Fronteiras*, que obteve grande aceitação junto às rádios do interior do Estado. Esse programa veicula entrevistas de secretários e outros dirigentes públicos sobre assuntos relevantes, servindo como um canal que aproxima o cidadão do Governo através da informação.

Também são produzidos de seis a oito boletins diários de rádio e TV, distribuídos ao interior e veiculados pela TV Piratini no Portal do Governo, além das transmissões pela *web* de eventos que envolvam o Governador ou que possuam relevância a todo o Governo, bem como a produção diária de conteúdo para o *site* www.rs.gov.br. Outros produtos que valem menção específica são o *Fotolivro da Legalidade* e o programa de televisão *A Legalidade Traída*, veiculado pela TVE em 7 de setembro de 2011, premiado pela OAB/RS e pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH), no 28º Prêmio Direitos Humanos de Jornalismo.

Publicidade e Propaganda

A SECOM coordena as ações de propaganda do Governo do Estado, garantindo-lhes identidade com a estratégia geral de comunicação da Administração Estadual. Essa atuação se traduz no atendimento interno aos diversos órgãos, no acompanhamento da relação desses com as diferentes agências de propaganda, na formulação de estratégias e na gestão compartilhada dos recursos da comunicação institucional, entre outras atividades.

Nesse cenário, existe forte atuação no cumprimento de uma das diretrizes gerais do Governo, que é a promoção do desenvolvimento regional e da descentralização de investimentos. Assim, mesmo tendo como referência indicadores de audiência e leitura dos diferentes veículos de comunicação, foi iniciado, em 2011, um processo de valorização de rádios e jornais do interior gaúcho, de rádios e TVs comunitárias, de revistas e jornais segmentados, de *blogs* e *sites*, entre outros veículos. Com isso, foi possível, por exemplo, investir quase R\$ 3,7 milhões em jornais do interior gaúcho, representando, aproximadamente, 11% do total investido em comunicação institucional e cerca de R\$ 3,9 milhões em rádios de fora da capital, 12% do investimento do ano. Vale ressaltar que esse patamar de investimento foi alcançado mesmo com o BANRISUL, que é o maior anunciante vinculado ao Governo do Estado, tendo ficado ausente da mídia durante a maior parte do ano.

Outra forma de visualizar o que representa esse investimento é traduzi-lo no número de veículos das diferentes regiões do RS que receberam investimento de comunicação do Governo. Foram 307 jornais e 333 rádios locais e regionais, totalizando 640 veículos e R\$ 7,6 milhões investidos na economia local.

Além desses 640 veículos, também 72 rádios comunitárias, 25 revistas, 39 jornais de bairro ou segmentados, 11 TVs de sinal aberto com alcance estadual, 7 TVs de sinal aberto do interior do Estado, 6 jornais estaduais, 41 *blogs* e *sites*, 4 TVs comunitárias, entre outros veículos, foram contratados para comunicar as ações do Governo. As necessidades específicas dos diversos conteúdos a serem comunicados nessas ações determinaram a diversidade dos veículos contratados, tendo sempre como diretriz a necessidade de informar o cidadão sobre a aplicação dos recursos arrecadados pelo Estado.

Inclusão Digital

Com a missão inovadora de elaborar políticas públicas para a inclusão digital de forma transversal, a SECOM inaugurou seus trabalhos com a institucionalização do primeiro **Plano Gaúcho de Inclusão Digital (PGID)** e a proposta de elaboração do **Plano Gaúcho de Banda Larga (PGBL)**, em parceria com demais órgãos do Governo e com a TELEBRAS, tendo como primeira atividade o projeto INFOVIA RS.

A execução do PGID iniciou com a celebração de diversas parcerias e convênios de cooperação com entidades da sociedade civil organizada, instituições, empresas e órgãos federais, estaduais e prefeituras, atuando a SECOM como articuladora dos diversos atores da rede que trabalha para promover a inclusão digital.

Nesse sentido, podem ser destacados os principais convênios firmados no ano de 2011:

- Rede Marista/CESMAR, para implantação de telecentros e Centros Gaúchos de Recondicionamento de Computadores (CRC).
- Ministério Público do RS, no Projeto Alquimia, que reaproveita integralmente componentes de máquinas caça-níqueis apreendidas.
- Banco do Brasil, BANRISUL e Caixa Federal, para doação de computadores a serem recondicionados, no CRC, para utilização em projetos de Inclusão Digital (ID).
- Ministério do Desenvolvimento Agrário, para a instalação de 24 Telecentros na área rural em parceria com a EMATER.
- Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação, parceria para apoio à implantação de 21 cidades digitais no RS, mais um projeto aprovado para levar a internet à zona rural de 27 cidades no eixo Guaíba-Pelotas/Rio Grande–Bagé.
- Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social, na organização de telecentros nas 11 Agências de Desenvolvimento Social/Sistema Nacional de Emprego (SINE), entre outros programas de que participa.
- PROCERGS, como parceira para execução dos projetos de ID.
- Secretaria da Educação, apoio à implantação do projeto *Um Computador por Aluno e Professor*.

- Instituto de Previdência do Estado e Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos, para implantação de telecentros e projeto de ID para os servidores do Estado.
- Secretaria da Cultura, para modernização de bibliotecas públicas e pontos de cultura.

Na área da comunicação digital, podem ser destacadas as seguintes atividades/projetos:

- Atualização/monitoramento dos perfis do Governo nas Redes Sociais, ampliando a divulgação na internet.
- Realização da cobertura, na internet, das principais agendas do Governo.
- Assessoramento à PROCERGS e aos demais órgãos do Governo na elaboração de *sites*.
- Elaboração de um detalhado diagnóstico do Portal RS, propondo sua reconstrução.
- Administração e atualização do Portal da Copa do Mundo.
- Apoio a todas as ações do Gabinete Digital.

Políticas Públicas

A área de Políticas Públicas representa, ao lado da de Inclusão Digital, a estrutura inovadora pensada para a SECOM. Seu trabalho concentra-se na articulação de ações que construam a democratização da comunicação, integrando sociedade e Governo nesse processo.

O trabalho concentrou-se, em 2011, no cadastramento e início do relacionamento institucional com blogueiros, rádios e TVs comunitárias, órgãos públicos, universidades e movimentos sociais, entre outros atores que buscam promover uma comunicação mais plural e democrática. Foram cadastradas 120 rádios e 10 TVs comunitárias, além de 30 *blogs* e *sites*, como contribuição ao esforço de dar organização aos setores e incentivar as pequenas cadeias produtivas da comunicação.

Também foi iniciado o processo de construção do Conselho Estadual de Comunicação, que incluiu o debate na Câmara Temática de Comunicação e Cultura do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) e em nove seminários regionais e um estadual, com o título *Comunicação em Pauta*. Essas etapas integram o projeto que está sendo monitorado pela Sala de Gestão, de criação do Conselho.

Relações Públicas

Em 2011, foi priorizado o atendimento aos eventos governamentais, buscando aproveitar ao máximo o potencial deles como ferramenta de comunicação. Um dos focos dessa atuação foi garantir um padrão de

qualidade para os eventos e a centralização das definições mais importantes na sua realização.

Até novembro, foram atendidos 124 eventos governamentais, a maioria de médio e grande porte, como seminários, cursos, encontros, conferências, cerimônias de lançamento de programas e projetos, posses e exposições, entre outros. Entre todos esses, vale destacar a EXPOINTER; as comemorações dos 90 anos do Palácio Piratini e do Cinquentenário da Legalidade, pela complexidade que ofereceram à organização e pela grande repercussão que obtiveram junto à sociedade gaúcha.

No Cinquentenário da Legalidade, especialmente, houve um grande envolvimento na concepção, produção e organização do evento, cujo ponto alto foi a apresentação do *Musical da Legalidade*, em frente ao Palácio Piratini. O evento contou com milhares de pessoas na assistência, nos dois dias de exibição, além da transmissão ao vivo pela TVE e pela TVCom, o que garantiu a milhares de gaúchos a oportunidade de assistir ao musical nas suas casas.

Outra ação a ser destacada foi a elaboração do diagnóstico sobre a situação da comunicação interna do Governo. Esse estudo embasará um projeto amplo e transversal que buscará dotar o Governo do Estado de ferramentas adequadas para a comunicação entre setores e pessoas, buscando maior interação e eficiência.

Comitê de Patrocínios

Instituído pelo Decreto nº 48.188, de 22 de julho de 2011, e instalado em agosto, o Comitê de Patrocínios do Estado do Rio Grande do Sul foi criado para coordenar a aplicação de recursos de patrocínio das empresas públicas do Governo do Estado. Com isso, busca-se garantir que as ações de patrocínio sejam tratadas como política de comunicação e que possuam a maior transparência possível, além de auxiliarem, de forma organizada, no desenvolvimento regional e na descentralização das atividades culturais, esportivas, de lazer, de integração comunitária e social, entre outras.

Nesse primeiro momento, a atuação do Comitê foi concentrada no diagnóstico da situação atual dos patrocínios, na troca de experiências entre as empresas, na busca e socialização de informações obtidas em experiências semelhantes, especialmente junto à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, e na construção do próprio regimento consolidado no Decreto e no Regimento Interno do Comitê.

Ações previstas para 2012

- **Jornalismo:** Em 2012, o trabalho será aprimorado, especialmente com a ampliação das ações planejadas, aprofundamento da relação com os veículos e novos produtos e conteúdos a serem desenvolvidos.

- **Publicidade e Propaganda:** Além da continuidade do atendimento cotidiano às demandas dos diferentes órgãos do Governo, está prevista a execução das seguintes campanhas: Verão Numa Boa (Operação Verão), Fórum Social Mundial, Carnaval na Paz, Volta às Aulas, Mobilidade Urbana, Campanha do Agasalho, Fórum Mundial de Comunicação e Inclusão Digital, Ações de Interiorização do Governo, Plano Gaúcho de Inclusão Digital, RS Móvel, Conselho de Comunicação e Prestação de Contas.

- **Inclusão Digital:** A execução dos planos PGID e PGBL será intensificada, tendo como ações prioritárias a construção do primeiro Centro de Recondicionamento de Computadores e a efetivação dos convênios federais. Já o PGBL deverá, a partir de construção da INFOVIA RS, estabelecer uma parceria do Estado com os municípios, fomentando a implantação de Cidades Digitais, para levar a Banda Larga a todos os municípios gaúchos até o final de 2014, aproximando, assim, o Governo do cidadão.

- **Políticas Públicas:** Em 2012, deverá ser enviado à Assembleia um projeto de lei, com a proposta de composição e atribuições do Conselho Estadual de Comunicação. Cabe ressaltar que a SECOM já é referência no Ministério das Comunicações, devido à atuação no apoio cultural para rádios comunitárias do RS.

- **Relações Públicas:** Em 2012, será ampliada a coordenação dos eventos do Governo e organizado projeto de comunicação interna. Além disso, a SECOM contribuirá para a construção da imagem positiva da administração utilizando ferramentas e técnicas de relações públicas.

- **Comitê de Patrocínios:** Os primeiros processos de seleção pública de projetos a serem patrocinados serão realizados em 2012. Ainda, será consolidada a coordenação centralizada na SECOM das ações de patrocínio, sempre em diálogo com o centro de Governo e com as empresas públicas.

Fundação Cultural Piratini – Rádio e Televisão

A Fundação Cultural Piratini é a gestora das emissoras públicas de televisão e rádio do Estado do Rio Grande do Sul – **TVE e FM Cultura**. Com a missão de promover uma comunicação democrática e propiciar o acesso à informação, educação e cultura, estimulando a reflexão crítica da realidade, sua programação tem o compromisso de incentivar a participação social, refletindo sua diversidade, expressões e seus anseios.

A Fundação tem como maior objetivo oferecer à população gaúcha uma comunicação cidadã e de qualidade, mediante a produção de conteúdo adequado ao interesse do público.

A reestruturação técnica, de programação e de recursos humanos nas emissoras, é compromisso do Governo e, por isso, foi incluída na sua Carteira de Projetos Estratégicos. Estão sendo, portanto, realizados todos os esforços para que a Fundação Cultural Piratini possa se reestruturar e se consolidar como referência em comunicação pública no Estado e no País.

Principais realizações de 2011

A Fundação Cultural Piratini assinou um acordo judicial na ação de execução do Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público do Trabalho (MPT), o que permitiu a renegociação da dívida contratada na gestão anterior no valor de, aproximadamente, R\$ 43 milhões, reduzindo-a para R\$ 226 mil. Esse valor deverá ser pago através da veiculação de peças publicitárias produzidas pelo MPT. A Fundação deverá, ainda, atender aos apontamentos relativos à Torre de Retransmissão localizada no Morro da Polícia, bem como reformas e aquisição de mobiliário em consonância com as características ergonômicas exigidas pelo Laudo Técnico elaborado por perito do MPT no ano de 2010.

Em maio de 2011, foi criado um Grupo de Trabalho, coordenado pela Assessoria Superior do Governador, e composto por representantes dessa Assessoria, da Fundação Cultural Piratini, da Secretaria da Fazenda e da Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã. Por sugestão desse Grupo, a Fundação, entre outras ações, encaminhou ao Governo Estadual expediente solicitando sua vinculação formal à Secretaria de Comunicação e Inclusão Digital.

Visando à reestruturação do quadro de pessoal, a Fundação Cultural Piratini solicitou a contratação temporária de 59 servidores. O Projeto de Lei 326/2011 foi aprovado pela Assembleia Legislativa em 10/11/2011.

A programação das emissoras está sendo reformulada e contemplará as diferentes culturas locais e populares, fatos e personagens de diversas regiões do Estado, movimentos sociais, produção independente de teledramaturgia e documentários, experimentações e renovações de formato, qualificação e aprofundamento de conteúdo jornalístico.

Em relação à programação da TVE, cabe salientar que, atualmente, a produção local diária inédita, própria ou terceirizada, é de 1h50min, podendo chegar a 3h45min. Existem 20 programas locais na grade, cuja

reformulação e qualificação prosseguem, e cinco novos em fase de projeto e produção. Hoje, a TVE fica, em média, 18h20min no ar diariamente. Em janeiro, a média era 16h30min. Entre as reformulações, destacam-se o *Galpão Nativo* e o *Cultura de Rua Hip Hop*, programa que tem interlocução direta com comunidades e movimentos de juventude.

Foi assinado um acordo com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) para transmissão da sua programação de televisão e para o uso do prédio, mediante a produção de conteúdo jornalístico para a TV Brasil. Além disso, o programa infantil *Pandorga*, produzido pela TVE, será comercializado para a TV Brasil e passará a ter veiculação nacional.

A Fundação Cultural Piratini assinou, ainda, um memorando de entendimento com o grupo de comunicação Prisa, da Espanha. Esse acordo viabilizará o intercâmbio de produtos culturais e programas, conhecimentos técnicos e tecnológicos na área de jornalismo, comunicação e radiodifusão.

Na Rádio FM Cultura a programação local ocupa 23h diárias (17h gravadas e 6h ao vivo), e a meta da atual gestão da emissora é chegar a 13h de programação ao vivo. Atualmente, há 22 programas na grade e um programa em fase de produção. O programa *Cultura na Mesa* voltou a integrar a grade de programação. Entre a nova programação, destaca-se o programa *Cantos do Sul da Terra*, sobre música crioula e latino-americana. A Rádio está trocando conteúdo e programação com rádios públicas de todo o País, através da Associação de Rádios Públicas do Brasil (ARPUB). A FM Cultura conta hoje com mais um estúdio para a gravação de programas e vinhetas.

Para a recuperação da estrutura técnica das emissoras da Fundação Piratini, já foram tomadas medidas como a reestruturação emergencial da rede de 40 retransmissoras (em janeiro havia 5 retransmissoras em operação, hoje há 27); a operacionalização do laboratório das retransmissoras; a recuperação do estúdio de jornalismo da rádio; a reformulação do sistema de acesso à internet (adotou-se a maior banda de acesso do Estado fornecida pela PROCERGS – 12 MB dedicados); a abertura do processo licitatório para aquisição de um novo transmissor, de 10 kW, para a rádio FM Cultura; o desenvolvimento de unidade portátil de captação, edição não-linear e transporte de áudio e vídeo; a compra de equipamentos como o *Storage* de Vídeo, aparelhos digitais LCD de TV, *notebooks* e microfones sem fio; estão em andamento processos de licitação para a compra de 18 novos retransmissores para a TVE; foram reformados os aparelhos de ar-condicionado do estúdio e da central técnica da TVE, que há oito anos apresentavam problemas. Em parceria com a TV UNISINOS, foi adquirida uma ilha de edição. Além disso, foi feito o projeto para reformulação do parque técnico da TVE e FM Cultura, desde a captação até a exibição, e a migração para o sistema digital, que deve ocorrer até 2013.

Foi encaminhado pleito ao Ministério das Comunicações para a disponibilização, no Orçamento Geral da União, de um valor de R\$ 2,4 milhões. Os recursos visam à reestruturação do parque técnico da TVE e Rádio FM Cultura.

A captação de recursos para a receita própria, através de publicidade em mídia na TVE e FM Cultura e da revisão dos contratos de permissão de uso do espaço do Morro da Polícia, nos meses de janeiro a dezembro de 2011, obteve o valor de R\$ 593,3 mil.

Ações previstas para 2012

Em 2012, a TVE consolidará sua estrutura de retransmissoras e retornará à posição de segunda maior rede de televisão do Estado, atingindo aproximadamente 80% da população gaúcha. Iniciará, também, o processo de migração do sistema analógico para o digital. A Rádio FM Cultura continuará o trabalho de reconstrução da rede de emissoras afiliadas.

No setor administrativo, estão previstas as reformas físicas das emissoras TVE e Rádio FM Cultura, bem como a aquisição de mobiliário. O treinamento e a capacitação dos servidores continuará como um importante instrumento da política de pessoal da Fundação. No início do ano começará o processo de contratação temporária de 59 servidores. Entre outras ações, realizar-se-á, ainda, a implantação de manuais e rotinas de trabalho.

No primeiro semestre de 2012, a TVE deverá estar no ar 24 horas por dia com, aproximadamente, 10 horas programadas localmente. Está prevista a estreia de quatro novos programas: *Universo Local*, que abordará cultura, fatos, regiões e personagens do interior gaúcho; *Universidade e Inovação*, que mostrará a contribuição das universidades para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul; *Contexto*, que trará as novidades sobre cultura, sociedade e comportamento; e *Hip Hop Cultura de Rua*, abrindo espaço para a cultura de periferia, com estreia prevista para março. O tempo do telejornalismo aumentará em cerca de 30 minutos diários. O programa *Debates TVE* passará a ter edições semanais. E, também no primeiro semestre, estrearão novos cenários e vinhetas da emissora.

A TVE seguirá ampliando sua presença nos principais eventos culturais do Estado (Carnaval, Festivais Nativistas, Festival de Cinema de Gramado, Jornada Literária de Passo Fundo, EXPOINTER, Semana Farroupilha, Feira do Livro de Porto Alegre) e fará incursões internacionais, como a transmissão na segunda quinzena de janeiro do *Festival Chamamé* de Corrientes, na Argentina.

A captação de recursos tem sido uma permanente política da Fundação Cultural Piratini. Desse modo, serão buscadas alternativas visando à captação de incentivos para valorizar a produção independente de produtos audiovisuais que valorizem diferentes aspectos da história e da cultura do RS, com foco nas realidades regionais e produção descentralizada.

A programação da Rádio FM Cultura também continuará sua qualificação. Haverá a reformulação da programação musical brasileira, retornando a locução ao vivo nos turnos da manhã, com o programa *Manhã Popular Brasileira*, e tarde, com o programa *Tarde Popular Brasileira*. Neles haverá ainda informações como hora certa, temperatura e a leitura de

notas jornalísticas com edições do radiojornal *FM Cultura Informa*. Esse radiojornal terá até 3 minutos com os principais fatos da hora e a entrada de repórteres com boletins ao vivo ou gravados. O programa *Cultura na Mesa* será ampliado para duas horas de duração, das 12h às 14h.

Estão em fase de projeto e produção os programas: a) *Estação Regional*, que trará sons regionais do povo gaúcho e do mundo inteiro, com toque contemporâneo; b) a programação especial dos *90 anos do Rádio*, com programetes contando a história do veículo e como ele se posiciona atualmente; c) o *Festival de Músicas das Rádios Públicas*, cuja primeira edição será realizada em Porto Alegre, com protagonismo da Rádio FM Cultura em parceria com a ARPUB; d) o *Contracultura Garagem* que, além da apresentação de clássicos do *rock*, servirá como uma espécie de laboratório para bandas de *rock* de garagem em formação no Rio Grande do Sul; e) o *Conversa de Botequim Acústico*, com *shows* uma vez por mês em espaços fora do estúdio; f) o *Ópera da Semana*, no qual grandes clássicos da ópera serão comentados e contextualizados historicamente; além de mais espaço para a música erudita, com o informações ao ouvinte sobre os termos e o ambiente de uma orquestra.

Em 2012, a TVE pretende, ainda, implementar na sua programação recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência, como a audiodescrição e a LIBRAS.

GABINETE DOS PREFEITOS E RELAÇÕES FEDERATIVAS

Na nova estrutura organizacional do Governo do Estado, foi criado o Gabinete dos Prefeitos e Relações Federativas (GPRF). Pertencente à Governadoria do Estado, foi institucionalizado pela Lei nº 13.601, no dia 1º de janeiro de 2011. Tem a missão de articular as prefeituras para se habilitarem na elaboração de projetos, programas, incrementos e captação de recursos; fortalecer as relações federativas com os municípios; e contribuir para a formação e desenvolvimento da gestão pública municipal.

O ano de 2011 foi um ano de estruturação da nova Secretaria. No entanto, várias ações ocorreram.

O Gabinete recebeu 1.272 visitas de autoridades em seu primeiro ano de existência, até 30/11/11.

Além disso, foram atendidas, nesse período, 883 demandas originadas das administrações públicas municipais do Rio Grande do Sul.

O primeiro grande evento realizado pelo Gabinete dos Prefeitos foi uma parceria com o Tribunal de Contas do Estado (TCE/RS), o *Encontro de Gestão Municipal e Eficácia na Gestão dos Recursos Públicos*. A programação estava centrada na orientação aos gestores municipais, com uma visão preventiva, especialmente no que se refere aos dois últimos anos de mandato. Tal evento reuniu mais de 300 Prefeitos Municipais gaúchos.

No Planejamento do Governo do Estado, o Gabinete dos Prefeitos possui dois projetos estratégicos no objetivo 2.2 do Mapa Estratégico – Fomentar a cooperação e integração federativa e a cooperação internacional, em especial com o MERCOSUL, quais sejam:

Capacitação da Gestão Pública Municipal

Esse projeto tem como propósito desenvolver *políticas e ações de qualificação em gestão pública municipal, de modo a contribuir no desenvolvimento de micro e pequenas empresas*. Destaca-se como principal ação, em 2011, a assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre o Governo do Estado e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do RS (SEBRAE/RS).

Para a realização do objetivo desse Termo, foram previstas as seguintes ações: a) estimular a implantação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas nos municípios gaúchos; b) realizar Curso de Compras Governamentais – Ênfase Lei Complementar nº 123/2006; c) divulgar o Prêmio SEBRAE Prefeito Empreendedor.

As realizações desse projeto, em 2011, foram as seguintes:

Palestra Prefeito Empreendedor

Associações	Nº Municípios	Data
AZONASUL	20	29/09/2011
AMPLA	14	06/10/2011
AMFRO	12	14/10/2011
AMZOP	42	08/11/2011
TOTAL	88	

Curso Compras Governamentais

Associações	Nº Municípios	Data
AMVRS	12	23 e 24/11/2011
TOTAL	12	

Para 2012, serão feitas novas parcerias com instituições como a Universidade de Caxias do Sul (UCS), TCE/RS, Ministério Público do Estado, entre outros, a fim de dar prosseguimento à capacitação da Gestão Pública Municipal.

Modernização Administrativa – Software de Gestão Pública

Nesse projeto foram realizadas, em 2011: a) as primeiras tratativas com representantes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) ocorridas no Evento *Encontro dos Prefeitos*, realizado na sede do TCE; b) participação no Evento *Estrada para o Futuro*, organizado pelo MPOG em Ibirubá, o qual teve como público-alvo os municípios da

Associação dos Municípios do Alto Jacuí (AMAJA); c) reunião com diretor de e-gov do MPOG para última tratativa para formalização do Termo de Acordo de Cooperação entre o GPRF e o MPOG.

Quanto às ações para 2012, está prevista a formalização do Termo de Acordo de Cooperação entre o Gabinete dos Prefeitos e Relações Federativas e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. O objetivo principal desse acordo é a divulgação dos *softwares* disponíveis no Portal do *Software* Público Brasileiro (SPB) para os municípios do Estado, priorizando, desse modo, a qualificação da área de TI das prefeituras. No referido termo, constarão ações envolvendo práticas para utilização das ferramentas de gestão em TI, as quais são livres para o público. O objetivo, portanto, será levar às prefeituras as possibilidades em termos de melhoria da gestão que podem ser obtidas através dos *Softwares* Públicos.

Em 2012, um dos focos importantes da Secretaria será intensificar ações no auxílio à elaboração de projetos junto ao Estado, União e entidades financeiras nacionais e internacionais de modo a facilitar o processo de captação de recursos.

Na área de relações institucionais, serão desenvolvidas estratégias de relacionamento entre entidades representativas, bem como serão estimuladas as prefeituras para o desenvolvimento de consórcios.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

A Secretaria Estadual da Educação (SEDUC) tem como principais atribuições:

- Atender o princípio constitucional da oferta do ensino público de qualidade social;
- Orientar e supervisionar o Sistema Estadual de Ensino;
- Administrar a rede estadual de ensino;
- Qualificar, promover, ampliar, apoiar, executar e monitorar a educação básica em todos os níveis e modalidades, bem como a educação profissional;
- Ampliar os investimentos na educação básica, priorizando o ensino médio politécnico e a educação profissional integrada ao Ensino Médio, articulados às demandas produtivas, aos Arranjos Produtivos Locais (APLs), aos processos de educação, ciência, tecnologia e pesquisa.

Principais Realizações em 2011

O ano de 2011 apresentou uma série de desafios e perspectivas para a educação básica no Rio Grande do Sul. Se, por um lado, os obstáculos encontrados demonstraram a grandiosidade do desafio, a

perspectiva de vencê-los transformou a consciência de sua necessidade em vontade de agir. É nesse contexto que se constroem os contornos de um novo paradigma, capaz de ressignificar e reproblematicar os fundamentos da educação básica no Estado.

As realizações apresentadas em 2011 representam um esforço na construção de um salto qualitativo, capaz de transformar os conceitos e práticas que guiam a educação básica gaúcha, pilar indispensável para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Nesse contexto, destacam-se aqui, alguns dos projetos e programas instituídos pela Secretaria Estadual da Educação (SEDUC) que marcaram a mudança de paradigma. Enquadra-se, aí, a construção do **Sistema Estadual Articulado de Avaliação Participativa (SEAP/RS)**, alicerçado na concepção de educação como direito e parte constitutiva da cidadania, nos princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nas diretrizes da educação básica do Plano Nacional da Educação (PNE) e do Programa do Governo Estadual na área da Educação - 2011/2014. O SEAP/RS apresenta-se, assim, como uma ferramenta de gestão que vai além da avaliação, pois deverá refletir e incidir sobre a realidade local. Para tanto, abrange dois processos vinculados - avaliação institucional e avaliação individual - alicerçados no mesmo conjunto de princípios, diretrizes e objetivos que, anualmente, contarão com a participação de toda a comunidade escolar e nos quais os sujeitos envolvidos no processo são, ao mesmo tempo, avaliados e avaliadores.

Além do SEAP/RS, objetivando o atendimento de uma demanda histórica da comunidade escolar, construiu-se uma proposta de **reestruturação curricular do Ensino Médio**, tendo como elemento central o trabalho como princípio educativo. Partindo desse marco, através do conceito de politecnicidade, foram delineados os contornos de uma nova organização curricular, baseada em novas formas de seleção e organização dos conteúdos a partir da prática social, contemplando o diálogo entre as áreas de conhecimento e a primazia de seu significado social sobre os critérios formais inerentes à lógica disciplinar, propiciando, desse modo, a quebra de paradigmas por meio do trabalho coletivo. A formulação da proposta contou com a participação da comunidade escolar, por meio de conferências municipais, regionais, inter-regionais, culminando na conferência estadual, envolvendo todas as 30 Coordenadorias Regionais de Educação (CREs) e, em todo o processo, cerca de 39 mil participantes (professores, funcionários, especialistas, pais e alunos).

Juntamente com as transformações no modelo e na prática pedagógica acima apresentadas, instrumentalizadas através da proposta de reestruturação do Ensino Médio e do SEAP/RS, iniciou-se em 2011 um amplo processo de **valorização dos profissionais da Educação**. Com o incremento de investimentos na educação básica foram ampliadas as perspectivas de valorização da categoria, concretizadas com a retomada das promoções por merecimento e antiguidade, a contratação de 5.861 novos servidores, a implementação do reajuste de 10,91% sobre o salário-base, constituindo o ponto de partida de um planejamento que visa à implementação integral do Piso Nacional do Magistério no decorrer desta gestão. Além disso, o processo adotado para a formação continuada dos

professores, a possibilidade da 1ª Licenciatura através da Plataforma Paulo Freire, que beneficiou 700 professores, entre outras medidas, explicitam o novo patamar alcançado pelos profissionais da Educação, num contexto onde se eleva a importância da área dentro do Orçamento Público Estadual.

No que concerne à formação continuada dos profissionais da Educação, a SEDUC investiu R\$ 14 milhões, com o objetivo de oferecer uma educação de qualidade, aprendizagem para todos e melhoria dos resultados. Assim, a formação continuada contemplou:

- Qualificação de gestores públicos da SEDUC, das 30 Coordenadorias Regionais de Educação e gestores das escolas estaduais;
- Formação em saúde e prevenção na escola aos representantes da saúde escolar das 30 CREs e 19 Coordenadorias Regionais de Saúde (CRS);
- Pesquisa de campo sobre a situação das 2.554 escolas estaduais em relação à saúde escolar;
- Realização de cursos de formação para merendeiros e direções das escolas estaduais, com 2.220 participantes;
- Formação continuada de 10 mil professores em alfabetização e letramento (1º ao 3º ano);
- Qualificação para implantação da política pública educacional para as escolas do campo (reestruturação curricular), abrangendo 659 escolas, 54.999 alunos do Ensino Fundamental, 9.356 alunos do Ensino Médio e 1.586 professores;
- Formações pedagógicas – Educação Indígena, com 173 professores;
- Formação de professores na área de tecnologia da informação, beneficiando 15 mil pessoas;
- Curso de pós-graduação Faculdade de Educação/UFRGS (FACED/UFRGS) – PROEJA/Indígena – para professores indígenas;
- Realização de encontros regionais com professores da Educação de Jovens e Adultos sobre a reestruturação curricular da modalidade EJA, com a participação de 6.187 professores;
- Encontro estadual de formação de professores sobre a proposta político-pedagógica de EJA, com a participação de 500 delegados eleitos nos encontros regionais;
- Formação continuada de professores de Educação Inclusiva, Direito à Diversidade, de 1.786 escolas estaduais, com alunos incluídos em classes comuns do Ensino Regular;
- Formação continuada para 3 mil professores da rede estadual e assessores técnicos das CREs, sobre temáticas que envolvem a diversidade etnoracial, de gênero, sexualidade, violência infanto-juvenil, a diversidade cultural, o meio ambiente e a sustentabilidade reafirmando-se, assim, o avanço na perspectiva da mudança de paradigma.

Num contexto em que uma educação de qualidade também perpassa pelas condições da infraestrutura física das escolas, oferta de espaços diversificados para o uso de novas tecnologias, arte, cultura, esporte e lazer, por ações que atendam o processo político-pedagógico, democrático e participativo, 2011 marcou um aumento substancial dos investimentos, tanto em obras quanto em reformas escolares. Durante todo o ano, foram atendidas cerca de 540 escolas, totalizando um investimento em infraestrutura de aproximadamente R\$ 75 milhões, que possibilitou a **qualificação/ampliação de espaços pedagógicos e administrativos**, através da construção, reconstrução, ampliação e reformas de escolas (obras executadas e/ou em andamento). Além disso, investiram-se R\$ 66 milhões no **transporte escolar** em 2011, num total de aproximadamente 125 mil alunos do meio rural transportados.

Soma-se a isso, para viabilizar o acesso ao Ensino Médio da população na faixa etária de 15 a 17 anos de Porto Alegre que necessitam deslocar-se, a implementação do **Projeto-Piloto de Transporte Urbano**, propiciando 2 mil vagas para alunos do Ensino Médio da rede estadual de ensino.

Além disso, ações de democratização no acesso à Escola também foram intensificadas, com ampliação de parcerias com municípios através de implantação de Centrais de Matrículas, formação de Coordenadorias para qualificar os processos de ingresso, além de ações de permanência dos alunos nas escolas, como a Assinatura do Termo de Cooperação da Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente (FICAI), com a FAMURS, o qual reafirmou o compromisso de todas as instâncias com o acompanhamento da frequência escolar para alunos de até 18 anos, fortalecendo parcerias e compromissos com o Ministério Público.

Com relação ao **acesso às novas tecnologias da informação e à qualificação dos equipamentos e materiais didático-pedagógicos**, correspondentes às prioridades de governo para as escolas do campo e da cidade, registraram-se investimentos na ordem de R\$ 41 milhões nessa área, em 2011.

Nessa perspectiva, as escolas estaduais situadas na fronteira com o Uruguai e aquelas localizadas nos Territórios da Paz (zonas metropolitanas), integram o *Projeto Província de São Pedro*, que visa colocar os alunos e professores em interação com as novas tecnologias, conectando-se com outras comunidades escolares do Rio Grande do Sul, do Brasil e do Uruguai, a fim de intercambiarem experiências, conhecimentos e informações. Para isso, foram adquiridos 2.500 computadores (um por aluno), inicialmente para as escolas estaduais de Bagé, e foram formados 600 professores envolvidos com o projeto.

Na área de **Informática** podem ser destacados: a aquisição de 1.200 equipamentos para a SEDUC, CREs e Escolas; a implementação da digitalização e microfilmagem do arquivo permanente – 2 mil unidades da SEDUC; a aquisição de mobiliário básico para 800 escolas estaduais; a construção de cinco sistemas para a modernização tecnológica da gestão de escolas, CREs e SEDUC.

Além disso, os espaços pedagógicos (bibliotecas, laboratórios de ciências e salas de multimídias) foram qualificados, através do repasse às escolas dos Recursos da Consulta Popular de 2010/Exercício financeiro 2011, no valor de R\$ 3.266.601,97, para aquisição de equipamentos e material didático-pedagógico de 214 escolas estaduais.

Outro projeto de significativa relevância implementado pela SEDUC diz respeito à formação dos **Comitês Comunitários de Prevenção à Violência nas Escolas**, com o intuito de combater a incidência de atos violentos nos espaços escolares, bem como a constituição do Grupo Executivo Intersetorial Estadual, que visa ao enfrentamento da violência infanto-juvenil.

Avançando na perspectiva da mudança de paradigma, efetuou-se a Formação Afro-Brasileira e Quilombola, construída juntamente com as CREs, tendo em vista projeto de implementação da Lei 10.639/03, que discorre sobre as novas diretrizes curriculares para o estudo da história e da cultura afro-brasileira e africana na educação básica.

Ações Previstas para 2012

As Ações da Secretaria da Educação para o ano de 2012 integram o Plano Plurianual 2012-2015 (PPA 2012-2015) e encontram-se aprovadas no Orçamento 2012, destinando-se a viabilizar, a todos os cidadãos, o acesso e a permanência com sucesso a uma educação básica de qualidade social, em todos os níveis e modalidades de ensino, com a priorização da universalização do Ensino Médio Politécnico e da Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio.

Buscando atingir os objetivos propostos, são relatadas, a seguir, as diversas ações programadas, merecendo destaque os Projetos Estratégicos de Governo para a Educação para o exercício de 2012.

Diagnóstico da Realidade Educacional no Estado do Rio Grande do Sul com Ênfase no Ensino Médio (15 a 17 anos)

O diagnóstico da demanda educacional e do atendimento escolar, iniciado em 2011, será concluído, permitindo realizar o acompanhamento do movimento e o rendimento dos alunos para subsidiar a construção de políticas que assegurem a qualidade do acesso e a permanência com sucesso dos níveis de ensino na idade esperada. Além disso, será realizado o Levantamento da Situação Física das Escolas (LSE), objetivando o mapeamento e o acompanhamento da situação do patrimônio das escolas da rede pública para adequação e melhoria da rede física de acordo com o novo padrão arquitetônico das escolas. A inter-relação dos resultados do diagnóstico da Educação com o LSE permitirá detectar necessidades de ampliação, construção e reformas com vistas à universalização gradativa do Ensino Médio.

Reestruturação Curricular das Escolas de Ensino Médio

A partir do início do ano letivo de 2012, será dada continuidade à reestruturação curricular das escolas que estão repensando o Ensino Médio, o Ensino Médio Politécnico e/ou integrado à Educação Profissional, buscando a superação da disciplinaridade e da defasagem sócio-histórica com a realidade brasileira e gaúcha atendendo, através da interdisciplinaridade, do diálogo com o mundo do trabalho e de novas tecnologias de informação, as realidades, as necessidades e expectativas dos jovens do campo e da cidade.

Com base nas propostas apontadas na Conferência Estadual de Ensino Médio, realizada em dezembro de 2011, com a participação dos delegados eleitos nos encontros municipais, regionais e inter-regionais e estadual, busca-se reconstruir, coletivamente com a comunidade escolar, os Projetos Político-Pedagógicos e Regimentos Escolares das escolas de Ensino Médio, que atendam às diretrizes curriculares nacionais, e que contemplem uma formação geral sólida, integrada com o nível de ensino fundamental, e uma parte diversificada, vinculada às atividades da vida, do mundo do trabalho e suas repercussões na construção da cidadania.

A implantação do Ensino Médio Politécnico e do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional será iniciada no 1º ano, em 2012, culminando, em 2014, com a implantação no 3º ano dessa etapa da educação básica.

Reestruturação Curricular nas Séries Finais do Ensino Fundamental

Em 2012, deverá ser desencadeado o processo de reestruturação curricular nas séries finais do Ensino Fundamental, em todas as modalidades, nas escolas da rede estadual, contemplando a transversalidade, a diversidade, a inclusão, a sustentabilidade ambiental e as especificidades geográficas e socioculturais, bem como será efetivada a reconstrução, participativamente com a comunidade escolar, dos seus Projetos Político-Pedagógicos e Regimentos Escolares.

Sistema Estadual Articulado de Avaliação Participativa (SEAP/RS)

O Sistema Estadual Articulado de Avaliação Participativa/RS (SEAP/RS) será implantado, em 2012, nas 2.554 escolas da rede estadual, nas CREs e SEDUC, tendo como objetivos refletir sobre a realidade educacional e sobre as causas que condicionaram determinado resultado, servindo como parâmetro para a tomada de decisões, reorganização das práticas, superação das limitações constatadas e prestação de contas à sociedade. Para subsidiar decisões político-pedagógicas na Educação Básica da rede estadual, serão elaborados relatórios de acompanhamento dos resultados das avaliações institucionais por meio de *softwares/sistemas* e demais subsídios necessários à realização de estudos comparativos com as avaliações em grande escala (MEC).

Valorização dos Trabalhadores em Educação: Formação Inicial e Continuada e Realização de Concurso Público

Com o propósito de assegurar direitos e conquistas, com uma política de valorização dos trabalhadores em Educação, está programado:

- Realização de concurso público para funcionários e para professores, com formação na sua área de atuação, visando substituições, em 2012, de 10 mil contratos emergenciais, qualificando os quadros funcionais para a melhoria do processo pedagógico e administrativo da escola;
- Implantação gradativa do Piso Nacional, com a continuidade da publicação das promoções pendentes desde 2003, a disponibilização da carga horária para estudos/reuniões de planejamento e formação em serviço, através da implantação de 1/3 de hora/atividade;
- Criação de oportunidades de formação continuada nas áreas do conhecimento, visando à qualificação de 40 mil professores no processo de ensino e compreensão de como o aluno aprende, através de encontros e eventos de abrangência estadual, regional e municipal, objetivando estudos, debates, oficinas pedagógicas, dentre outros;
- Oferta de cursos a 3 mil profissionais da Educação que serão os multiplicadores para a utilização das tecnologias da informação e comunicação aliadas ao uso pedagógico do computador e suas ferramentas no processo ensino-aprendizagem;
- Realização de Seminários Estaduais do Ensino Médio, de Alfabetização e Letramento e de Educação de Jovens e Adultos, bem como a realização da Conferência Estadual da Educação (COEED/RS) com a participação dos sujeitos sociais ligados direta ou indiretamente ao processo educacional, objetivando apontar diretrizes para a elaboração do Plano Estadual da Educação (PEE/RS) e da Lei do Sistema Articulado da Educação Gaúcha;
- Habilitação de 500 professores que ainda não têm Ensino Superior e oferta, a mais 500 professores, da 2ª licenciatura àqueles que atuam em área diversa da sua licenciatura, incentivando sua permanência nos cursos, através da implantação do "Auxílio Estudo";
- Construção de parcerias com Universidades para a formação de professores pesquisadores na sua área de atuação, através de cursos de especialização e mestrado profissional.

Ampliação e Qualificação do Espaço Físico e Modernização Tecnológica das Escolas com Ênfase no Ensino Médio

Buscando proporcionar a todas as escolas um ambiente qualificado às atividades escolares quanto à infraestrutura física e pedagógica, serão construídas 11 escolas a partir do novo padrão arquitetônico que atende a um novo paradigma político-pedagógico-cultural e socioambiental, ampliadas/reconstruídas 14 escolas e reformadas 290 escolas, bem como serão construídas 40 quadras poliesportivas, objetivando oferecer à comunidade escolar uma educação de qualidade social.

Tendo em conta o enorme potencial das Tecnologias da Informação (TIs) como instrumentos para a construção social do conhecimento e para a aprendizagem compartilhada e autônoma – que permite constatar o desenvolvimento de uma nova sociedade, baseada na informação e no conhecimento –, serão qualificados os espaços escolares, em 2012, com a disponibilização de equipamentos de cultura digital, tecnologia da informação e de multimídia.

O *Projeto Província de São Pedro*, implantado em 2011, deverá ter continuidade no ano de 2012, tendo sido concebido para ser um piloto de uma política pública para toda a rede estadual de Educação, prevendo a distribuição de um *laptop* para cada aluno e a conexão com a internet, baseando-se, fundamentalmente, na expectativa de que as tecnologias digitais potencializam os resultados da educação escolar e melhoram a qualidade do processo ensino-aprendizagem. O projeto foi pensado para atender inicialmente a região da fronteira com o Uruguai e parte da fronteira com a Argentina, bem como algumas escolas localizadas nos *Territórios da Paz*, priorizando zonas urbanas da Grande Porto Alegre, atendendo prioritariamente as séries iniciais do Ensino Fundamental.

Também serão executadas as demandas apontadas na Participação Popular e Cidadã que, no ano de 2012, estão direcionadas à estrutura física das escolas.

Qualificação, Expansão do Acesso e Permanência dos Alunos e Reforma, Ampliação e Construção de Escolas do Ensino Profissional

Dentre as ações de 2012 para a Educação Profissional, serão oportunizadas capacitação e formação de profissionais com a aplicação de práticas de sustentabilidade ambiental, social e econômica do conhecimento tecnológico e profissional, bem como serão reformadas/ampliadas 37 escolas e equipados/qualificados os espaços pedagógicos de 20 escolas para o aumento de 5 mil vagas nos cursos das diferentes modalidades de ensino articulados com as demandas produtivas. Também serão executadas as demandas apontadas na Participação Popular e Cidadã – 2011/2012.

Além disso, para 2012, visando à democratização do acesso à escola, estão previstas ações como ampliação de parcerias com municípios através de implantação de Centrais de Matrículas em dois municípios com mais de 100 mil habitantes e intensificação de visitas e formação nas Coordenadorias, para qualificar os processos de ingresso. Também estão planejadas atividades que contribuam para a permanência dos alunos nas escolas, tais como formações regionais sobre a Ficha de Comunicação do Aluno Infrequente (FICAI), que ocorrerão em parceria com o Ministério Público, Federação das Associações de Municípios do RS (FAMURS), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), Conselho Estadual de Educação-RS (CEED), Associação dos Conselheiros Tutelares, além de formações promovidas pelas Coordenadorias Regionais de Educação.

Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha

A Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha (FETLSVC) foi criada pelo Decreto nº 17.884/1966, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, tendo por finalidade oferecer educação profissional técnica de nível médio e superior.

A Fundação Liberato possui uma estrutura voltada à educação profissional de nível técnico contando, em 2011, com 3.523 alunos matriculados, funcionando em três turnos. Os alunos são provenientes de mais de 50 municípios do Rio Grande do Sul, entre eles: Novo Hamburgo, Porto Alegre, São Leopoldo, Esteio, Sapucaia do Sul, Canoas, Estância Velha, Campo Bom, Portão, Sapiranga, Dois Irmãos, São Sebastião do Caí, Bom Princípio, Feliz, Montenegro, Ivoti.

Os cursos diurnos, articulados com o Ensino Médio, dirigidos para alunos provenientes do Ensino Fundamental, têm duração de quatro anos, mais 720 horas de estágio supervisionado na empresa e agenciado pela própria Instituição, sendo oferecidos nas áreas de Química, Mecânica, Eletrotécnica e Eletrônica.

Os cursos de educação profissional noturnos, dirigidos a alunos que já possuem o Ensino Médio e que desejam obter formação técnica, têm duração de cinco semestres, mais 720 horas de estágio, e são oferecidos nas áreas de Química, Mecânica, Eletrotécnica, Eletrônica, Segurança do Trabalho, Automotivo e *Design*, sendo que em 2012 será iniciado o Curso Técnico em Informática para a internet, em quatro semestres.

Além das salas de aula convencionais, a Fundação Liberato conta ainda com salas de apoio pedagógico (salas de desenho, sala de vídeo, salas de estudo), serviço de recursos tecnológicos de educação (reprografia e audiovisual), biblioteca, laboratórios e oficinas próprios para cada curso, além de um módulo desportivo-cultural.

A presente gestão da FETLSVC caracteriza-se por três fortes marcas, sendo que a primeira é a adoção do princípio democrático na relação com os diversos segmentos da comunidade escolar, através do diálogo permanente e da constituição de espaços para a discussão e a construção de consensos possíveis sobre os mais variados temas. O respeito à autonomia; a liberdade de organização e de expressão; a capacidade de voltar atrás e flexibilizar em alguma decisão, quando necessário; o acolhimento das reivindicações e a disposição para buscar alternativas capazes de compatibilizar os interesses individuais ou de grupos com os interesses da Instituição, definem a atitude que tem pautado a condução da gestão.

A segunda marca é a capacidade de articulação para buscar recursos e parcerias, melhorando a estrutura física e de equipamentos, qualificando assim as condições para o desenvolvimento do processo educacional. Hoje, a Fundação Liberato possui duas grandes referências que orientam a trajetória institucional em direção ao futuro a ser construído: o seu Projeto Político-Pedagógico e o seu Planejamento Estratégico.

Por fim, destaca-se a forte inserção da Fundação Liberato na sociedade, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico da região e do Estado. Destaca-se, nesse sentido, a construção de uma importante integração institucional com o Poder Público Municipal, Estadual e Federal, com empresas estatais e privadas e com instituições universitárias, de pesquisa e comunitárias, que envolveram diversas ações e projetos.

Com o objetivo de apresentar uma síntese das ações da gestão no ano de 2011, são apresentadas, a seguir, as principais atividades desenvolvidas pela Instituição, no ano de 2011, e as projeções para o ano de 2012, consolidados em uma jornada de 44 anos que a Fundação Liberato vem dedicando à Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Principais Ações Realizadas em 2011

Participação, Diálogo e Democracia

No que respeita a esses aspectos, cabe destacar, em 2011, a implantação de reuniões mensais com as chefias; a implantação do Conselho Consultivo; o estabelecimento de uma relação de diálogo permanente com os diversos segmentos que compõem a comunidade escolar; a realização de reuniões periódicas com o Centro de Professores, Comissão de Funcionários, Associação de Pais e Mestres e Grêmio de Alunos.

Ampliação dos Investimentos e Qualificação do Ensino

Muitas ações foram desenvolvidas nesse sentido, em 2011, dentre as quais podem ser mencionadas:

- Construção do Ginásio de Esportes, com recursos obtidos do Governo Federal;
- Implantação do Núcleo de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia;
- Implantação do Ensino Integrado, destacando-se a Fundação Liberato como a primeira Instituição de Educação Profissional do Estado a implantar esta iniciativa;
- Aquisição de mobiliário escolar, construção do estacionamento e elaboração do projeto de reforma e pintura dos prédios, a ser executado em 2012;
- Participação no Programa Brasil Profissionalizado: construção de um novo prédio com 2000 m², já aprovado pelo Ministério da Educação e em fase de elaboração dos projetos complementares na Secretaria Estadual de Obras;
- Contratação de IP, por meio de *link* dedicado, com velocidade de 34 Mbps, possibilitando implantação de *wireless* no *campus* Liberato;

- Realização da Pesquisa de Egresso;
- Implantação bianual da Avaliação Institucional;
- Realização de Concurso Público e contratação de 55 servidores em 2011;
- Participação no Programa Especial de Formação Pedagógica de Docentes em parceria com a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) – 25 professores da Fundação Liberato;
- Conquista do reconhecimento da Fundação Liberato como entidade pública, possibilitando a captação de recursos e a participação nos programas do Governo Federal que beneficiam a comunidade escolar (Programa Universidade para Todos – PROUNI, Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, livros didáticos gratuitos para alunos, entre outros);
- Realização de um novo vídeo institucional – liberação do recurso e contratação da agência para realização;
- Desenvolvimento de Política de Apoio à Qualificação dos Servidores;
- Conquista do Prêmio Jovem Cientista – Categoria Mérito Institucional Ensino Médio;
- Participação nas Olimpíadas de Química, Matemática, Física, Língua Portuguesa e Astronomia e Astronáutica;
- Divulgação dos cursos técnicos da Fundação Liberato para escolas da região;
- Disponibilização de novos laboratórios e equipamentos na área de informática, de automação e melhorias em diversos ambientes;
- Ampliação anual do número de alunos isentos, com a meta de alcançar 50% de isenção em 2013;
- Execução do Plano Estratégico;
- Implantação do Programa de Acompanhamento Escolar (PAE);
- Acompanhamento de Indicadores de Desempenho por meio da Avaliação Institucional, da Pesquisa de Egresso, do aproveitamento escolar, do ENEM, do SAERS, das premiações nas Olimpíadas, nas mostras científicas e em outras atividades;
- Ampliação do número de alunos, através do acompanhamento escolar, com o aumento da aprovação e da permanência dos alunos na escola, resultando no incremento do número de turmas das séries finais de todos os cursos;
- Definição do Plano Diretor da Fundação Liberato;
- Instalação de um sistema de vigilância eletrônica na área interna e externa;
- Capacitação em metodologia científica para professores do Ensino Fundamental da rede municipal de Novo Hamburgo – parceria com a Secretaria Municipal de Educação;

- Introdução da disciplina de Projetos de Pesquisa em todos os cursos diurnos;
- Reconhecimento da *Revista Liberato* no sistema Qualis, da CAPES;
- Edição de uma publicação eletrônica, *Expressão Digital*;
- Apoio ao Grupo Vocal, à formação da Orquestra Experimental Contemporânea e à nomeação de um profissional concursado para desempenhar as funções de Regente.

Um aspecto relevante, que merece destaque, vincula-se ao crescimento e projeção da **Mostra Brasileira de Ciência e Tecnologia e Mostra Internacional de Ciência e Tecnologia (MOSTRATEC)**, incluindo novas parcerias, conquistando mais premiações e contribuindo com a melhoria na qualidade do ensino no País, através do fortalecimento do ensino das ciências, do desenvolvimento do espírito investigativo, da inovação e do compromisso com a diminuição das desigualdades sociais.

MOSTRATEC realizada na Fundação Liberato



A 26ª edição da MOSTRATEC aconteceu entre os dias 25 e 28 de outubro, nos pavilhões da FENAC, em Novo Hamburgo. Além da Mostra, considerada uma referência internacional entre as feiras do gênero, foi programada, paralelamente, a realização do 18º *Seminário Internacional de Educação Tecnológica (SIET)* e do 3º *Salão da Inovação*, evento que busca mostrar os avanços tecnológicos de empresas e instituições inovadoras em diversos campos de atividade.

A MOSTRATEC reúne jovens cientistas entre 14 e 21 anos de idade. Nessa edição da feira, com participação de diversos países – Brasil, Argentina, Cazaquistão, Chile, China, Colômbia, Equador, Espanha, EUA, Holanda, Indonésia, Iraque, Itália, México, Nigéria, Paraguai, Peru, Turquia e Uruguai – podem ser destacados, na programação:

- Apresentação de 350 projetos, distribuídos em 13 diferentes áreas, devendo ser identificados, em cada uma das categorias, os

quatro melhores classificados, sendo que os destaques gerais deveriam receber prêmios de tecnologia oferecidos por diversas empresas e instituições, entre elas: APM Liberato, ACI NH/CB/EV, Altus, CEEE, Assembleia Legislativa/RS, Braskem, CREA-RS, Executive, Intel, Prefeitura de Novo Hamburgo, SKA, UNESCO, Yázigi, SINTEC/RS e Lego;

- Premiação dos projetos com bolsas integrais de estudo concedidas por dez universidades: FEEVALE, FACCAT, UNISINOS, Centro Metodista IPA, UCS, UniRitter, UNIVATES, UPF, ULBRA e FATEC.

Destacam-se ainda, no âmbito da MOSTRATEC:

- Realização do *Seminário Internacional de Educação Tecnológica (SIET)* para promover o intercâmbio de experiências e de conhecimentos com as instituições educacionais, empresariais, de pesquisa e poder público;

- Ampliação da *Feira Interna de Ciência e Tecnologia (FEICIT)* e diversificação das áreas dos projetos (científicas, tecnológicas, humanísticas e culturais);

- Edital de apoio a Feiras de Ciências, Mostras e Olimpíadas científicas – CNPQ;

- Realização da 1ª edição da *MOSTRATEC Júnior*, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Novo Hamburgo.

Contribuição para o Desenvolvimento Socioeconômico da Região e do Estado

Destacando a forte inserção da Fundação Liberato na sociedade e de forma a contribuir para o desenvolvimento social e econômico da região e do Estado, podem ser identificados:

- Implantação do Curso de *Design*;

- Ampliação de cursos de curta duração integrados ao segmento produtivo;

- Realização de Cursos de Introdução à Informática, em parceria com os Sindicatos dos Metalúrgicos e dos Sapateiros para trabalhadores com mais de 40 anos;

- Realização de novo Curso de Informática para Internet;

- Liberação de recursos da Secretaria Estadual de Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico, para instalação do Laboratório de Petróleo e Gás;

- Articulação com o Arranjo Produtivo Local (APL) Automação e Controle para atender demandas de qualificação de recursos humanos;

- Acompanhamento e participação nos editais dos órgãos de fomento;

- Participação no Centro de Inovação e Tecnologia do município de Novo Hamburgo;
- Fortalecimento da Incubadora Tecnológica Liberato, alcançando, nesse período, o maior número de empresas graduadas;
- Aprovação do Curso de Especialização Técnica em Automação Industrial para ser encaminhado ao Conselho Estadual de Educação;
- Projeto de um novo Curso Técnico em Manutenção de Aeronaves, em tratativas para viabilizar aprovação junto à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

Outras Atividades em Destaque

• Parceria entre Liberato e Prefeitura de Novo Hamburgo: com o objetivo de mostrar a importância da pesquisa na construção do conhecimento, foi desenvolvido o *Curso de Metodologia Científica*, promovido por meio de parceria entre a Fundação Liberato e a Prefeitura de Novo Hamburgo, através da Secretaria de Educação e Desporto (SMED), com duração de 40h/a e participação de 40 educadores. Os certificados de conclusão foram entregues em agosto de 2011, ocasião em que os educadores apresentaram os projetos desenvolvidos nas suas respectivas escolas, em cerimônia que contou com a participação do Prefeito de Novo Hamburgo, do Secretário de Educação e Desporto/NH e do Secretário Executivo da Liberato, além dos orientadores do curso e professores participantes.

Certificação de Educadores



• Responsabilidade Social 2011: a Fundação Liberato foi agraciada, pela segunda vez, em novembro de 2011, com o Certificado de Responsabilidade Social que é concedido pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

• Selo Escola Solidária: projeto realizado pelo *Instituto Faça Parte*, em parceria com o MEC, o CONSED, a UNDIME, a UNESCO, o UNICEF e a OEI, o Selo é concedido a cada dois anos, desde 2003. Em 2011, a Fundação Liberato foi selecionada por desenvolver um projeto de voluntariado educativo, estimulando a participação de estudantes na solução de problemas da comunidade.



- Resultados SAERS: a Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha obteve desempenho acima da média no Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Rio Grande do Sul (SAERS), referente ao ano de 2010, apresentando o seguinte desempenho: Média no Estado em Língua Portuguesa – 256,7; Média da Liberato – 314,3; Média no Estado em Matemática – 266,1; Média da Liberato – 341,8.

- Olimpíada Brasileira de Química/2011: os gaúchos tiveram excelente desempenho na *Olimpíada Brasileira de Química – 2011*, sendo que, dos 38 estudantes que participaram, o Rio Grande do Sul obteve três medalhas (duas de ouro e uma de bronze – esta última conferida a uma aluna da Fundação Liberato), além de 27 menções honrosas.

- Prêmio Destaque em Comunicação: o Sindicato dos Estabelecimentos do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (SINEPE/RS) divulgou, no dia 14 de novembro, os projetos vencedores da categoria Mídias do 9º Prêmio Destaque em Comunicação, destacando-se aí a *Revista Liberato – Educação, Ciência e Tecnologia*, projeto da Fundação Liberato, classificada em 1º lugar na categoria Mídia Impressa Educação Básica.

- Provas de Seleção 2012/1 (novembro/2011): 2.110 candidatos inscritos para os cursos do turno diurno e 790 candidatos inscritos para o noturno.



- Olimpíada de Matemática: o bom desempenho dos alunos na Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas 2010 (OBMEP) resultou na conquista de premiações para alunos e Professor da Fundação Liberato, e a Instituição também foi agraciada com o troféu de *Escola Destaque do Estado do Rio Grande do Sul*.



- Curso na área de TI: abertura de inscrições para os candidatos interessados em ingressar no novo curso que a escola oferece – *Técnico em Informática para Internet*, dirigido a estudantes que já concluíram o ensino médio e a ser ministrado em módulos, à noite, objetivando a formação de profissionais para desenvolvimento de sistemas web, java, .net, banco de dados e redes de computadores, de forma a contribuir para a solução dos gargalos existentes na área de Tecnologia de Informação, em especial, na construção de páginas web que interagem com os usuários (compras pela internet, por exemplo), além de, ao longo do curso, permitir que o aluno seja certificado, inicialmente, como auxiliar em redes de comunicação de dados para pequenas e médias empresas.

- Projeto Abrindo Horizontes: apresentado em novembro de 2011 e dirigido para alunos das primeiras séries do Curso de Eletrotécnica, com o objetivo despertar nos alunos a visão de que através da pesquisa e dos conhecimentos técnicos é possível contribuir para a solução de problemas que afetam a humanidade, o Projeto tem como ideia básica a de propor aos estudantes a discussão de temas diversos, tais como: efeito estufa, desmatamento, camada de ozônio, saneamento básico, alimentação saudável, exercícios físicos, entre outros.



- Convênio com Secretaria da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico: o Estado do Rio Grande do Sul repassou, em novembro, R\$ 250 mil à Fundação Liberato, para investimento em pesquisa, através de melhorias que serão feitas num laboratório de automação e controle, com ênfase em petróleo e gás. A ideia é de também criar um curso pós-técnico de *Automação e Controle de Processos na área de Petróleo e Gás*, com duração de um ano. Duas outras instituições foram contempladas – o Colégio Estadual

Protásio Alves e a Escola Técnica Parobé –, num total de recursos repassados pelo Estado da ordem de R\$ 800 mil.

Ações Programadas no Plano Plurianual 2012-2015

Destacam-se, entre as ações programadas pela Fundação Liberato para o período 2012-2015, constantes no Plano Plurianual 2012-2015 do Estado do Rio Grande do Sul (PPA/RS 2012-2015):

- Ampliação e manutenção da oferta de vagas: instalação de novos cursos e novas modalidades de funcionamento, além de atendimento aos alunos matriculados, desenvolvendo os currículos plenos dos cursos técnicos em funcionamento na Instituição.

- Ampliação e conservação dos espaços físicos e da infraestrutura, em função da necessidade de implantação de novos cursos e de novas modalidades, além do atendimento de qualidade aos alunos matriculados.

- Projetos de inserção comunitária de fomento à pesquisa e de *marketing* institucional: desenvolvimento de projetos institucionais que intensifiquem a inserção e as relações comunitárias, como Incubadora Tecnológica e outros; divulgação das ações institucionais; realização das Mostras Internacionais de Ciência e Tecnologia (MOSTRATEC) – 27ª, 28ª, 29ª e 30ª edições, e dos Seminários Internacionais de Educação Tecnológica (SIET) – 19ª, 20ª, 21ª e 22ª edições.

- Modernização da Gestão: implantação de sistema de informatização da gestão acadêmica e de recursos humanos, atualização do Planejamento Estratégico da Instituição e capacitação de professores e pessoal de apoio, para garantir a modernização da gestão.

- Modernização e qualificação dos recursos de apoio, equipamentos didático-pedagógicos e do acervo bibliográfico: montagem de novos laboratórios e oficinas, modernização dos equipamentos dos laboratórios e oficinas, modernização dos materiais e equipamentos didáticos de apoio e ampliação e conservação do acervo bibliográfico.

- Inserção Institucional no ciclo de crescimento regional: ampliação de convênios e parcerias estratégicas públicas e privadas para captação de recursos externos e busca da sustentabilidade institucional, atuação ativa na criação, implantação e desenvolvimento do Centro de Inovação e Tecnologia (CIT) regional e ampliação da atuação da Fundação Liberato junto aos municípios de sua abrangência.

SECRETARIA DA SAÚDE

Competem à Secretaria da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul (SES/RS): a execução e o financiamento da saúde em âmbito estadual; a atuação na promoção, proteção e atenção à saúde; a vigilância em saúde; a promoção e execução da pesquisa científica, tecnológica e inovação em saúde; a regulação da gestão do trabalho em saúde; a atuação na produção, distribuição e controle de insumos críticos para a saúde, em especial os produtos farmacêuticos, sangue e hemoderivados, na informação em saúde e na formação profissional em saúde.

Os objetivos setoriais da Secretaria da Saúde são: qualificar a rede de atenção à saúde no Estado, qualificar a gestão, financiamento e infraestrutura do Sistema Único de Saúde (SUS) e fortalecer a educação e pesquisa em saúde coletiva.

Atenção Integral à Saúde

Em 2011, foi criada a **Política de Incentivo Estadual à Qualificação da Atenção Básica em Saúde (PIES)**. Trata-se de um conjunto de medidas de qualificação da atenção básica, articuladas com as políticas federais, que incluem o aumento do volume de recursos, repassados fundo a fundo, e a utilização de critérios de distribuição compatíveis com o princípio da equidade, sendo repassados R\$ 40 milhões aos municípios. O Estado do Rio Grande do Sul investiu, em 2011, mais de cinco milhões na Atenção Básica para ampliação, construção e reforma de Unidades Básicas de Saúde (UBS), oriundos da Consulta Popular e do **RS Mais Igual**.

Para 2012, as metas previstas são apoiar as Coordenadorias Regionais de Saúde (CRS) e os municípios na adesão aos programas e ações estratégicas, em consonância com a Política Nacional de Atenção Básica. Será dada especial atenção ao Programa de Melhoria do Acesso e Qualidade (PMAQ), para obtenção de 70% de cobertura da Estratégia de Saúde da Família (ESF) em 100% dos municípios até 2014 e qualificação das ações e serviços ofertados à população de acordo com as especificações locais e regionais e especificidades etnorraciais e de gênero. Em 2012, haverá aumento dos recursos repassados aos municípios de R\$ 40 milhões para R\$ 80 milhões.

Na **Estratégia de Saúde da Família**, houve crescimento, de 2010 a 2011, das Equipes de Saúde da Família de 1.210 para 1.246, de Agentes Comunitários de Saúde de 8.072 para 8.309 e de Equipes de Saúde Bucal de 666 para 684, embora persista a dificuldade de contratualização e fixação desses profissionais pelos municípios. A cobertura da Estratégia de Saúde da Família no Estado que, no início de 2011, era de 33,00%, passou para 36,40% ao final do mesmo ano, com equipes em funcionamento em 421 municípios. O Estado repassa, de seus recursos próprios, R\$ 2.000,00/equipe de saúde da família/mês; R\$ 500,00/equipe de saúde bucal/mês; e um salário mínimo/ano/agente comunitário. Para 2012, há a previsão de aumentar em 25% os repasses estaduais.

Ainda, o Estado do RS fez parceria com o Telessaúde (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Ministério da Saúde) para ampliar a abrangência do mesmo para todos os municípios do RS com equipes da Estratégia de Saúde da Família, destinando recursos próprios para o projeto. Estima-se o repasse de mais de R\$ 3 milhões para a conclusão desse projeto. O Ministério da Saúde (MS) destinou ao Estado R\$ 3,5 milhões no final de novembro para estruturar e expandir o Telessaúde. O Rio Grande do Sul foi o único Estado que apresentou projeto conjunto entre SES, municípios e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e incluiu todas as unidades com equipes de saúde da família.

Em relação à **saúde da mulher e da criança**, a construção da **Rede Cegonha** é um projeto estratégico do Estado. Esse projeto, construído com os municípios e o Ministério da Saúde, potencializa a discussão dos processos de trabalho no pré-natal e na rede de atenção à saúde. Nesse aspecto, a reorganização do pré-natal, com captação precoce da gestante e introdução às boas práticas na assistência, são os objetivos que estão sendo implementados. A Rede Cegonha é uma iniciativa de 2011 que vai conferir às mulheres, de forma mais efetiva, o direito ao planejamento reprodutivo, à atenção humanizada, à gravidez, ao parto e ao puerpério. Para a criança, garantirá o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e desenvolvimento saudáveis. O Estado repassará R\$ 28 milhões/ano para implementar essa Rede.

Para 2012 estão previstos: habilitar a Macrorregião Metropolitana na Rede Cegonha/MS em todos seus componentes; fortalecer a atenção básica no cuidado com a mulher; ampliar o acesso e qualificar a atenção clínico-ginecológica na rede SUS; ampliar e qualificar a atenção ao planejamento familiar, incluindo a assistência à infertilidade; garantir a oferta de métodos anticoncepcionais para a população em idade reprodutiva; estimular a participação e a inclusão de homens e adolescentes nas ações de planejamento familiar; construir, em parceria com outros atores, um pacto nacional pela redução da mortalidade materna e neonatal e qualificar a assistência obstétrica em todos os municípios, entre outras.

Ainda em relação à Atenção Integral à Saúde da Mulher, foi ativado, em 2011, o Comitê Estadual de Mortalidade de Mulher em Idade Fértil e Materna, bem como implementada a Política Estadual de Prevenção do câncer de Colo do Útero. Foram realizados 392.286 exames citopatológicos cérvico-vaginais em mulheres de 25 a 59 anos, 240.810 exames de mamografias em mulheres acima de 40 anos, e 70,50% das gestantes acompanhadas realizaram sete ou mais consultas de pré-natal.

O **Programa Primeira Infância Melhor (PIM)** integra a Rede Cegonha e tem como objetivo orientar as famílias, a partir de sua cultura e experiências, para que promovam o desenvolvimento integral de suas crianças desde a gestação até os seis anos de idade. O PIM está presente em 255 municípios e atende a 2.382 crianças gaúchas. As famílias são orientadas por meio de atividades lúdicas específicas, voltadas à promoção das habilidades/capacidades das crianças, considerando seu contexto cultural, suas necessidades e interesses, através de atendimentos semanais realizados nas casas das famílias e em espaços da comunidade, além de

atividades comunitárias. O Estado repassou em 2011 um total de R\$ 12.122.824,32.

A **Política de Atenção à Saúde da Criança** integra os projetos estratégicos da SES. Com isso, 90% dos óbitos infantis foram acompanhados para análise das causas que levaram ao óbito. O coeficiente de mortalidade infantil vem decrescendo nos últimos anos e deverá ficar entre 11 e 12 óbitos por 1.000 nascidos vivos em 2011. Observando uma tendência de recrudescimento dos óbitos infantis em algumas regiões, foi instituído por Portaria Estadual um Gabinete de Situação, com a finalidade de intensificar a vigilância do óbito infantil no Rio Grande do Sul. Em 2011, ocorreram: integração das áreas técnicas para o trabalho articulado junto às equipes macrorregionais; monitoramento da atenção ao parto e nascimento, para a garantia do nascimento seguro e saudável, com desautorização do procedimento parto e nascimento em maternidades de hospitais de pequeno porte de 47 municípios; certificação de Unidades Básicas de Saúde na Rede Amamenta Brasil; reavaliação dos Hospitais Amigo da Criança para a recertificação junto ao MS; e habilitação do Rio Grande do Sul na fase III do Programa Nacional de Triagem Neonatal (triagem metabólica da fibrose cística).

Destaca-se a habilitação de 13 serviços de saúde para o seguimento de crianças egressas de Unidades de Terapia Intensiva (UTI) Neonatal, em especial recém-nascidos prematuros menores de 1.500 g. O incentivo estadual é de R\$ 2.340.000,00 ao ano, com fornecimento do imunobiológico Palivizumabe aos prematuros menores de 1.250g, para prevenção das infecções por vírus sincicial respiratório, dentro da prevenção da morbimortalidade infantil (investimento estadual de R\$ 3 milhões/ano). Em 2012, haverá a implantação da Triagem Neonatal da Fibrose Cística.

A **Política de Atenção Integral da Saúde do Adolescente** visa promover a atenção integral à saúde de pessoas na faixa etária de 10 a 19 anos, considerando as questões de gênero, a orientação sexual, a raça/etnia, o meio familiar, as condições de vida, a escolaridade e o trabalho, visando à promoção da saúde, à prevenção de agravos e à redução da morbimortalidade. A população de adolescentes no Estado representa aproximadamente 16% da população. O aumento populacional desse segmento, ocorrido nas três últimas décadas, resulta de uma transformação na estrutura etária da população, em função da queda da fecundidade, do crescente declínio da mortalidade infantil e do aumento da esperança de vida ao nascer. Foram realizados cursos de sensibilização e qualificação de profissionais com a participação de 223 profissionais de 95 municípios. Foi realizado em Novo Hamburgo, em parceria com a Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE), o *Seminário Regional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes - Fortalecendo a Rede: Políticas de Saúde e Medidas Socioeducativas*. O Seminário teve como propósito sensibilizar os diversos atores da rede de atendimento para o fortalecimento de ações de saúde, bem como desencadear o processo de implantação e implementação da atenção integral à saúde de adolescentes em conflito com a lei, na regional de Novo Hamburgo, que sedia as unidades socioeducativas de internação provisória, internação e semiliberdade. Foram distribuídas 91.000 cadernetas de Saúde de Adolescentes a municípios.

Na **Política de Saúde Mental** foi elaborado o Projeto Estratégico de Governo *O Cuidado que Eu Preciso*, na Linha de Cuidado em Saúde Mental, *Crack*, Álcool e Outras Drogas. Foi aprovado o financiamento estadual para diversos serviços componentes dessa Linha de Cuidado: Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), leitos, oficinas terapêuticas e Núcleos de Apoio à Atenção Básica (NAAB). Também foi realizada avaliação e monitoramento de 600 vagas em 32 Comunidades Terapêuticas conveniadas com o Estado através de vistorias *in loco*. O financiamento Estadual para 152 CAPS já habilitados totaliza R\$ 4 milhões.

Para 2012, está previsto o financiamento estadual e assessoria técnica para diversos serviços: R\$ 12 milhões para CAPS; R\$ 20 milhões para leitos; R\$ 3 milhões para os NAABs; e R\$ 2 milhões para oficinas terapêuticas. Além disso, está prevista a implantação do Telessaúde Mental e assessoria aos municípios, serviços de saúde, trabalhadores e orientação a usuários e familiares no valor de R\$ 100 mil. Para ações de Educação Permanente para os profissionais de saúde em macrorregiões com vistas à implantação e qualificação da Linha de Cuidado em Saúde Mental, *Crack*, Álcool e Outras Drogas será destinado o valor de R\$ 1 milhão.

A **Política Estadual de Saúde Bucal** tem como objetivo principal a ampliação e qualificação da atenção básica, possibilitando o acesso a todas as faixas etárias e a oferta de serviços que assegurem o atendimento nos níveis secundário e terciário para a integralidade da atenção, com ações de prevenção e controle da cárie, doença periodontal e câncer bucal, procedimentos cirúrgico-restauradores básicos e inclusão de alguns procedimentos especializados, além de reabilitação protética. Foram adquiridas 54.200 escovas dentais tamanho infantil, sendo o recurso destinado de R\$ 33.384,00. Foram repassados recursos para o estabelecimento de sistemas adequados de referência em saúde bucal a 28 Centros de Especialidades Odontológicas (CEO), R\$ 664.300,00, e a 24 Laboratórios Regionais de Prótese Dentária (LRPD), R\$137.560,00. Para 2012, busca-se ampliar a ação coletiva de escovação bucal supervisionada atingindo 3,5% de cobertura da população e a oferta de próteses dentárias a 50 laboratórios regionais de prótese dentária, bem como a 42 CEOs.

Na **Política de Atenção Integral à Saúde Prisional** foram implantadas mais 7 Equipes Municipais de Saúde Prisional, em Charqueadas (3), Porto Alegre (3) e Três Passos (1), totalizando 15 equipes no Rio Grande do Sul, sendo repassado R\$ 1 milhão. Também foram repassados recursos para equipar as 9 unidades de saúde prisional em 8 estabelecimentos: Penitenciária Modulada Charqueadas, Estadual Jacuí, de Alta de Segurança, Feminina de Guaíba, Feminina Madre Pelletier, Central de Porto Alegre, Estadual de Rio Grande e Regional de Santa Cruz do Sul no valor de R\$ 1 milhão. Em 2011, houve renovação do Convênio com o Hospital Vila Nova para o atendimento da população prisional de todo o Estado, sendo habilitados 32 leitos clínicos e 18 leitos para tratamento de desintoxicação de Álcool e Drogas, sendo transferidos R\$ 1.680.000,00. Para 2012, está prevista a construção da Rede de Atenção Hospitalar por Região de Saúde, buscando garantir o atendimento em todos os níveis de atenção, com ampliação de leitos para o atendimento da população prisional e do número de Equipes Municipais de Saúde Prisional (23).

Quanto à **Política de Atenção à Saúde Indígena**, o RS é único estado que possui um incentivo para a Saúde Indígena, com um aporte de R\$ 1.152.000,00 em 2011. O Estado conta com 22 equipes realizando Atenção Básica nos Polos Indígenas e 16 Equipes de Saúde Bucal.

O **Programa de Prevenção à Violência (PPV)**, entre outras realizações, participou na implementação das Redes de Atenção Básica nos municípios de atuação, organizou o *II Encontro Estadual dos Comitês Municipais do PPV* e apoiou a implementação do processo de autonomia do PPV nos municípios. Em 2012, o PPV vai fomentar a integração e transversalidade das ações das Secretarias Estaduais, principalmente da Saúde com a de Segurança Pública e a Secretaria-Geral de Governo. Junto aos programas RS Mais Igual e o RS na Paz, desenvolverá ações voltadas à prevenção da violência nos Territórios de Paz e desenvolverá ações de saúde com as famílias gaúchas que vivem em extrema pobreza.

Na **Política de Alimentação e Nutrição (PAN)** foram acompanhadas 217.427 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, sendo que foram identificadas 2.429 crianças menores de cinco anos com baixo peso para a idade. Foram formados 83 tutores no Estado para impulsionar a orientação alimentar como atividade de rotina nos serviços de saúde. No Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) foram acompanhados e registrados 429.851 usuários.

No **controle das Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS (DST/AIDS)** foi iniciada a implantação do Plano Estadual de Enfrentamento à Feminização da Epidemia de HIV/AIDS através de articulação com a Secretaria de Políticas para Mulheres. Foram realizados dois seminários sobre o tema e também foi fornecido apoio técnico e financeiro para a execução de 31 projetos por parte de Organizações da Sociedade Civil (OSC) com vistas à prevenção ao HIV/AIDS e defesa de direitos humanos das pessoas vivendo com HIV/AIDS. O valor total investido foi de R\$ 984.238,27. Foram realizadas campanhas de prevenção do HIV/AIDS e estímulo ao diagnóstico, referentes ao Carnaval 2011 e ao dia 1º de Dezembro – *Dia Mundial de Luta Contra a AIDS*. As campanhas foram veiculadas em jornais de circulação estadual e meios de transporte da Região Metropolitana de Porto Alegre, a qual apresenta a maior incidência de HIV/AIDS do RS. Foram investidos R\$ 900 mil em logística e gestão de medicamentos antirretrovirais para 24 mil pacientes em uso de Terapia Antirretroviral (TARV) no RS; logística e gestão de fórmula láctea para crianças até 18 meses expostas ao HIV; capacitação profissional para 21 serviços de testagem, atenção a DST/HIV/AIDS e/ou tuberculose para aplicação do Teste Rápido de Diagnóstico; e estudo-piloto para o acompanhamento de crianças expostas ao HIV na 18ª CRS.

Em 2012, está prevista a ampliação e reestruturação da rede de laboratórios de CD4 e Carga Viral no Estado do RS, com ampliação da capacidade instalada em 1.000 exames de CD4 e 1.000 exames de carga viral, com o credenciamento do laboratório da Faculdade de Farmácia da UFRGS. Serão beneficiados 24 mil pacientes em uso de TARV no Estado. Haverá, também, investimento na ampliação do acesso ao diagnóstico para o HIV através da capacitação dos 23 Centros de Testagem e Aconselhamento (CTA), 75 Serviços de Atenção Terapêutica (SAT) e 44

Serviços de Assistência Especializados em DST/HIV/AIDS (SAE) do Estado, além de serviços de tuberculose e outros estratégicos em teste rápido de diagnóstico para o HIV; campanhas junto à mídia; ampliação do acesso ao diagnóstico na rede de atenção primária à saúde; implementação do Plano Estadual de Enfrentamento à Feminização da Epidemia de HIV/AIDS e Implantação do Plano Estadual de Enfrentamento à Epidemia de HIV/AIDS entre *gays*, HSHs (homens que fazem sexo com homens), travestis e outros.

Assistência em Média e Alta Complexidade no Sistema de Saúde

Na **Assistência Ambulatorial e Hospitalar**, na área de Assistência à Pessoa com Deficiência, foram credenciadas 9 novas unidades (1 em deficiência física, 5 em auditiva, 2 em visual e 1 em fissura lábio-palatina) com 103.439 pacientes atendidos, sendo gastos R\$ 36 milhões somente com bolsas de estomias. Na área de Doação de Órgãos e Transplantes, houve 178 doadores efetivos de órgãos, proporcionando 1.737 transplantes.

Na **Rede de Atendimento de Urgência e Emergência**, foram implantadas mais 72 bases de atendimento do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), totalizando 154 bases. Também foram mantidas 5 Centrais de Regulação de Urgência e Emergência (1 Central Estadual e 4 municipais, em Porto Alegre, Bagé, Caxias do Sul e Pelotas), com repasse de R\$ 20.200.000,00.

A Secretaria tem sob sua responsabilidade a construção de sete Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), que se encontram na seguinte situação:

- Santa Maria: uma UPA Porte III concluída no final de 2011, em fase de aquisição de equipamentos;
- Porto Alegre: uma UPA Porte III em construção na Zona Norte, e outra que está na dependência de identificação de terreno pelo município;
- Cachoeira do Sul: uma UPA Porte I, em construção, com término previsto para o primeiro trimestre de 2012;
- Lajeado: autorizado o início das obras de uma UPA Porte II;
- Santo Ângelo: autorizado o início das obras de uma UPA Porte II;
- Rio Grande: em licitação a construção de uma UPA Porte III.

A construção de outras UPAs no Estado está sob a responsabilidade dos municípios, conforme citado abaixo:

- Novo Hamburgo: uma UPA Porte II inaugurada no 2º semestre de 2011 e em atividade, sendo repassado o valor de R\$ 378.500,00 para aquisição de equipamentos;
- Bom Princípio: uma UPA Porte I, já concluída e em atividade;

- Vacaria: uma UPA. O Estado repassou para o município o valor de R\$ 350 mil para complemento da obra, e está em tramitação o repasse o valor de R\$ 150 mil para aquisição de equipamentos.

Em relação aos **hospitais regionais**, o Hospital Regional de Santa Maria continua em obras, e foi concluída a licitação para a elaboração do projeto executivo do Hospital Regional de Palmeira das Missões; os demais continuam em tratativas.

Na Rede de Hospitais com UTI, foram habilitados 60 novos leitos, sendo 50 em UTI adulto (25 em Porto Alegre, 8 em Taquara, 3 em Bento Gonçalves, 8 em Uruguaiana e 6 em Três de Maio) e 10 em UTI Neonatal (em Canguçu).

Na área de Regulação foi implantada uma Central Estadual de Regulação Ambulatorial em conjunto com as 19 CRS e 496 municípios.

Visando o cofinanciamento aos hospitais prestadores de serviços ao SUS, foram antecipadas as parcelas de novembro e dezembro, de R\$ 25 milhões, o aporte de R\$ 50 milhões a 253 hospitais filantrópicos e mais R\$ 11.747.512,49 a 40 hospitais públicos municipais.

Foi mantido o atendimento prestado pelo Hospital Tramandaí, ameaçado de encerramento das atividades, através de contrato emergencial com a Fundação Hospital Municipal Getúlio Vargas, de Sapucaia do Sul, que assumiu a gerência dos serviços, com apoio do Grupo Hospitalar Conceição. O Estado destinou o aporte financeiro mensal de R\$ 1.182.688,90 pelo prazo de 180 dias, garantindo a continuidade de funcionamento do Hospital, referência para os municípios do Litoral Norte. O Hospital disponibiliza atendimento em cirurgia geral, clínica médica, obstetrícia, pediatria e saúde mental, dispendo de 102 leitos, além de 9 leitos de UTI Neonatal e 10 leitos de UTI Adulto.

Para o ano de 2012, as principais realizações previstas, com ênfase nos Projetos Estratégicos de Governo, são:

- Cofinanciamento das Ações de Saúde: Incentivo de Ação de Apoio aos Hospitais Prestadores de Serviços ao SUS para Fortalecimento do Atendimento de Urgência e Emergência.
- Criação de incentivo mensal de R\$ 40 mil para os hospitais que disponibilizarem plantão de urgência 24 horas nas especialidades de traumatologia-ortopedia, cirurgia vascular, neurocirurgia, cirurgia bucomaxilo-facial, otorrinolaringologia e oftalmologia, com médico plantonista presencial nas referidas especialidades. O incentivo será pago para cada especialidade habilitada.

Quanto à Central de Transplantes, estão previstos:

- Criação de Comitê Estadual para participação da sociedade civil nas estratégias da atividade de transplantes no RS;
- Criação de Registro de Doador Voluntário no Estado;

- Estabelecimento de convênio com o Município de Porto Alegre e Organização de Procura de Órgãos no interior do Estado para a realização de serviço de *Doppler* Transcraniano, visando à identificação de Morte Encefálica;
- Avaliação da incorporação de tecnologia de utilização de máquinas de perfusão a frio para órgãos no RS;
- Zerar a fila de transplante de córnea;
- Aumento do número de notificações de morte encefálica em 20%;
- Aumento do número de doações efetivas em 15%.

Vigilância em Saúde

Além das doenças consideradas emergentes, como a HIV/AIDS, influenza H1N1 2009 pandêmica e hepatite C, apresentou-se como um grande desafio a ser enfrentado a reemergência de doenças que eram consideradas controladas, como dengue, febre amarela e leishmaniose visceral. Somam-se a essas, ainda, as doenças que não foram sequer controladas, como a tuberculose.

A partir desse novo cenário epidemiológico, busca-se monitorar o comportamento das doenças e agravos sob vigilância, prevenir riscos e desenvolver medidas de controle pertinentes. Entre as ações de vigilância destacam-se:

- *Influenza*: em 2009, o RS enfrentou a pandemia de influenza A H1N1 2009, com importante impacto na morbimortalidade da população gaúcha. Em 2010, como resultado de ampla vacinação contra o novo vírus, não foram registrados casos da doença no Estado. Entretanto, a partir de maio de 2011, observou-se o retorno da circulação do vírus influenza A H1N1 2009, com 103 casos confirmados e 15 óbitos (letalidade de 14,6%). Ressalte-se que outros vírus respiratórios foram detectados com maior magnitude que o novo vírus, principalmente o sincicial respiratório e o influenza A sazonal, porém com menor letalidade. As vacinações contra influenza realizadas em 2010 e 2011, aliadas às ações integradas de vigilância, assistência e de comunicação social, foram exitosas para controle do surto, apresentando-se, no presente, sob controle.
- *Sarampo*: registrou-se, no primeiro semestre de 2011, surto de sarampo importado com seis casos confirmados e relacionados a contato com viajantes europeus. Ações de vacinação de bloqueio dos comunicantes, investigação de outros casos suspeitos, divulgação na mídia escrita e falada e capacitação de profissionais de saúde foram eficazes para conterem o surto.
- *Meningite viral*: nos meses de janeiro e fevereiro de 2011, ocorreu surto de meningite viral no município de Jaguari, localizado na 4ª CRS. Foram acometidas 13 pessoas, a maioria do sexo masculino (80%), com idades variando entre 11 e 29 anos. Todos os casos apresentaram boa evolução.

• *Tuberculose*: a tuberculose apresenta-se como um grande desafio para a Saúde Pública do Estado, pois continuam ocorrendo em torno de 5.000 casos novos por ano. Os casos apresentam-se concentrados em 15 municípios (Alvorada, Porto Alegre, Sapucaia do Sul, Canoas, São Leopoldo, Rio Grande, Cachoeirinha, Viamão, Guaíba, Novo Hamburgo, Gravataí, Santa Cruz do Sul, Pelotas, Santa Maria e Uruguaiana). A Região Metropolitana e capital concentram 70% de todos os casos do Estado, sendo que Porto Alegre teve a maior taxa de incidência entre as capitais brasileiras nos anos de 2009 e 2010. Foram realizadas diversas capacitações e oficinas destinadas aos profissionais de saúde das equipes regionais e municipais, além de incentivo à realização dos testes de HIV e Prova Tuberculínica nos pacientes. Estão previstas a aceleração do processo de descentralização das ações de controle da Tuberculose para a Atenção Básica nos municípios das 19 regionais de saúde e a ampliação da capacitação de técnicos para atuarem em Serviços Ambulatoriais como Referência Secundária e Terciária para o tratamento de Tuberculose em municípios-polo das macrorregionais de saúde.

• *Vigilância da Violência*: implementação da notificação no Sistema de Informação de Agravos de Notificação/Violência (SINAN/Violência) nas 19 CRS e nos seus municípios, totalizando, até o final de 2011, 8.720 notificações realizadas por 245 municípios, sendo o terceiro agravo mais notificado no Estado. Essa informação destaca a importância da violência e serve para orientar as ações intra e intersetoriais necessárias para o enfrentamento desse grave problema.

• *Vacinação*: a vacinação constitui-se em importante arma para o controle, eliminação e até mesmo erradicação de doenças. Novas vacinas têm sido introduzidas, aumentando a proteção à população. No ano de 2011, foram realizadas várias Campanhas de Vacinação que mobilizaram milhares de profissionais de saúde do Estado e municípios.

• *Programa Estadual de Controle da Dengue*: desde 2007, o RS enfrenta surtos de dengue autóctone, principalmente nas Regiões Noroeste e Metropolitana. Até dezembro de 2011, foram notificados 1.539 casos suspeitos da doença, sendo 301 confirmados (198 autóctones e 103 importados). No decorrer do ano de 2011, intensas ações de controle do vetor foram desenvolvidas, envolvendo técnicos do Estado e municípios. Foi, também, instalada a Sala de Situação no Centro Estadual de Vigilância em Saúde (CEVS) para monitoramento da situação epidemiológica e desencadeamento das medidas de controle, além de terem sido realizadas inúmeras capacitações envolvendo mais de 1.000 pessoas. Para a implementação das atividades de prevenção e controle foi criado o *Incentivo Financeiro Plus Dengue*, sendo repassado o valor total de R\$ 2.422.881,32 para 120 municípios. Ijuí, por exemplo, recebeu R\$ 50 mil como prêmio extra por ter obtido êxito no controle da doença e não apresentar circulação viral em 2011. Está em andamento campanha na mídia envolvendo recursos no valor de R\$ 1,2 milhão para prevenção da

doença. Para a temporada de verão, em 2012, estão previstas importantes atividades no Litoral Gaúcho, dentro do *Verão com Saúde Sem Dengue*.

- *Vigilância em Saúde do Trabalhador*: foram criados os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CERESTs) em Alegrete e em Canoas. A meta para 2012 é criar mais um CEREST Regional. Em 2011, 79% dos municípios do Estado notificaram no Sistema de Informações em Saúde do Trabalhador. A meta para 2012 é atingir 100% dos municípios.

Escola de Saúde Pública

No ano de 2011, foi elaborado o Plano Estadual de Educação Permanente para o período 2012 a 2015.

Na área de qualificação profissional, houve participação de 5.021 pessoas em 81 eventos (cursos, jornadas, seminários e outros), envolvendo inúmeras áreas técnicas. No ensino de pós-graduação, foram formados 59 residentes e 448 especialistas, contribuindo para a melhoria e fortalecimento da Gestão em Saúde Pública.

No Ensino Profissional, foi realizado convênio com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RS para certificação dos cursos técnicos. Foi, também, elaborado o Manual do Docente e do Aluno, na formação inicial de Agentes Comunitários de Saúde.

Na área de Pesquisa em Saúde, houve o fortalecimento do Comitê de Ética em Pesquisa, no qual todos os trabalhos de pesquisa da SES são analisados. Foram realizados dois seminários integradores com o objetivo de qualificar os pesquisadores e orientadores.

Para 2012, a ênfase é formação e qualificação de recursos humanos para os projetos estratégicos (Urgência e Emergência, Estratégia de Saúde da Família, entre outros), além dos cursos de pós-graduação e de qualificação gerencial.

Consulta Popular

Com relação à Consulta Popular, no exercício 2011, até meados do mês de dezembro, foi pago o valor de R\$ 10.052.238,00 de recursos às demandas definidas como prioritárias, no processo de participação popular. Dessas demandas destacam-se: ampliação das UBSs nos bairros Umbu, Cedro e Piratini, em Alvorada; construção da primeira parte do módulo de Pronto Atendimento no Município de Glorinha e do Centro de Especialidades em Santa Rosa; aquisição de equipamentos para o Hospital Regional de Guaíba, para o Centro de Especialidades Odontológicas em Bento Gonçalves, para UBS em Jaquirana e para o Centro Cirúrgico, Centro de Imagem, Centro Obstétrico e Unidades de Internação do Hospital São Luiz Gonzaga; reforma e adaptação da área física do Hospital de Caridade em Canela, incluindo a adequação dos leitos infantis, psiquiátricos/dependentes químicos e a reforma dos leitos do SUS; reforma e ampliação do Serviço de Processamento de Roupas da Santa Casa de Caridade Dom Pedrito; aquisição de uma Usina Geradora de Oxigênio pelo

Sistema PSA (*Pressure Swing Adsorption*) para a Santa Casa de Caridade de Uruguaiana; reforma do bloco cirúrgico do Hospital São Roque de Getúlio Vargas; aquisição de material/insumos hospitalares em Candelária; reforma e ampliação da Unidade de Internação de Dependentes Químicos em Rio Pardo; aquisição de materiais permanentes e equipamentos para a Associação Beneficente São Vicente de Paulo em Osório; aquisição de duas Unidades Móveis de Saúde para Santo Antônio da Patrulha; e aquisição de medicamentos e materiais de consumo para o Hospital Santo Antônio de Tenente Portela.

Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde (FEPPS)

A Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde (FEPPS) é uma entidade com personalidade jurídica de direito público, vinculada à Secretaria Estadual da Saúde e, por isso, supervisionada pelo Secretário de Estado da Saúde. A FEPPS serve de referência à vigilância epidemiológica e sanitária do SUS no Rio Grande do Sul, produz medicamentos, produtos e serviços relacionados à saúde, com fornecimento prioritário ao SUS, apoia programas de saúde, realiza pesquisa e desenvolvimento, assessora projetos e proporciona treinamento a estudantes e técnicos.

O **Instituto de Pesquisas Biológicas - Laboratório Central do Estado (IPB/LACEN)** tem por função prestar diagnóstico laboratorial em ações de vigilância em saúde à SES (Centro Estadual de Vigilância em Saúde) e à população do Estado do Rio Grande do Sul. Realiza atendimento das demandas de análise diagnóstica em Vigilância Sanitária, Saúde do Trabalhador, Vigilância Epidemiológica, Ambiental, com ênfase nas análises de Tuberculose, HIV, Hepatite, H1N1, Água e Febre Amarela. Está devidamente estruturado para diagnosticar doenças, surtos, epidemias, calamidades públicas e emergências epidemiológicas. Promove a análise toxicológica em alimentos comercializados no RS (Média e Alta Complexidade – Confirmatório).

O IPB/LACEN também atua na coordenação e supervisão das atividades dos 16 Laboratórios Estaduais de Saúde Pública, denominados de Laboratórios Regionais (LRs), localizados em Pelotas, Santa Maria, Caxias do Sul, Passo Fundo, Bagé, Cachoeira do Sul, Cruz Alta, Alegrete, Erechim, Santo Ângelo, Santa Cruz do Sul, Santa Rosa, Palmeira das Missões, Lajeado, Ijuí e Osório, pertencentes à FEPPS e três Laboratórios de Fronteira (LAFRON), que estão situados em São Borja, Uruguaiana e Santana do Livramento, atuando sob gestão municipal e coordenação técnica do IPB-LACEN.

Estão em andamento ações corretivas e de gestão, apresentando melhoria substantiva na organização interna do laboratório, visando melhorar a eficiência dos serviços prestados à população e a qualificação de Servidores. Em 2011, foram realizadas 671.518 análises laboratoriais em Vigilância Sanitária, Saúde do Trabalhador, Vigilância Epidemiológica e Vigilância Ambiental; 65 supervisões nos Laboratórios Regionais; e a capacitação de 773 Profissionais em Saúde.

O IPB/LACEN tem como metas para 2012 buscar a excelência nas atividades fins; dar maior eficiência aos laboratórios regionais racionalizando as atividades, ampliando a sua resolutibilidade; seguir a implementação de Sistemas de Garantia da Qualidade (ISO/IEC 17025 e ISO 9001:2008 e GAL); e, também, analisar a participação estadual nos Laboratórios Estratégicos de Fronteira.

O Centro de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CDCT) desenvolve pesquisas em biologia molecular voltadas ao desenvolvimento de produtos e metodologias ligadas à área de biotecnologia em saúde pública e inovação tecnológica e científica na área de diagnóstico de doenças infecciosas.

Na procura por novas parcerias com universidades nacionais e internacionais visando à busca de novas tecnologias, está em fase avançada a implantação da parceria com a UFRGS e o LABTEST para a produção e comercialização dos novos *kits* de tuberculose e também para o desenvolvimento de *kits* para detectar e genotipar o vírus da hepatite C – (HCV). Estão em andamento duas novas patentes: o *Kit* Molecular para Identificação de Tuberculose-resistente; e o *Kit* para detectar Papillomavirus Humano (HPV). O CDCT também desenvolve atividades de atendimento à sociedade através de testes de paternidade e maternidade em convênio firmado com o Tribunal de Justiça do RS. Além disso, está se adaptando para realização de testes de Histocompatibilidade (HLA), contribuindo com o aumento do Registro Nacional de Medula Óssea (REDOME). Cabe salientar que as atividades citadas são de boa rentabilidade para a instituição.

A área de Biologia Molecular do CDCT desenvolve suas atividades junto ao prédio do IPB-LACEN. O espaço atualmente utilizado não comporta mais as atividades, limitando o desenvolvimento de novas pesquisas e serviços. Há necessidade de finalização do novo prédio dentro do *campus* da FEPPS. Para sanar o problema do espaço físico, foram concluídos os projetos com vistas à licitação para a conclusão da obra, que deverá ser realizada no início de 2012. A área de Experimentação Animal do CDCT está instalada no prédio da FEPPS.

A produtividade do CDCT no período de 2011 foi de realização de 3.928 testes de paternidade/maternidade em convênio firmado com o Poder Judiciário do RS, gerando uma receita de R\$ 1.859.822,24, bem como de produção de 56.318 animais (ratos e camundongos) para experimentação.

O Laboratório Farmacêutico do Rio Grande do Sul (LAFERGS) tem como função primordial a produção de medicamentos. Contudo, a mesma está paralisada desde 2004, em virtude de obra inacabada, falta de manutenção predial, ausência de recursos humanos e sistema de alimentação elétrica insuficiente para atender a demanda.

A atual gestão está promovendo ações com vistas ao retorno da produção de medicamentos. Após a conclusão de serviços e adequações exigidos pela Vigilância Sanitária, foi obtida a Condição Técnica Operacional (CTO), para funcionamento, aguardando publicação pela ANVISA para produção do primeiro lote piloto de medicamentos semissólidos. Além disso, foram atendidos os apontamentos da CAGE que impediam o andamento dos

trâmites necessários aos contratos de conclusão da Estação de Tratamento de Água Purificada para a produção de medicamentos.

Entre as ações em execução, encontram-se a definição quanto ao posicionamento da produção do Laboratório frente ao mercado produtor de medicamentos (análise de mercado) e a instalação dos novos equipamentos adquiridos.

A Divisão de Assistência Farmacêutica da FEPPS (DAF) é o almoxarifado de produtos acabados do LAFERGS e o almoxarifado central de medicamentos da Secretaria de Estado da Saúde. Tem como atribuição inata o recebimento, o armazenamento, a expedição, a distribuição e o transporte de medicamentos. A DAF disponibilizou, até setembro de 2011, 178.264.128 unidades de medicamentos às Coordenadorias Regionais de Saúde.

O Centro de Informação Toxicológica (CIT) presta assessoria a profissionais de saúde e orientação à comunidade leiga frente a acidentes tóxicos, através de equipe multidisciplinar de profissionais em regime de plantão permanente de 24 horas por dia, na área de emergência médica e de apoio diagnóstico, possibilitando o tratamento imediato.

A estrutura física do CIT não comporta mais as atividades desenvolvidas, necessitando de reformas e ampliação em várias áreas, em especial no Plantão de Urgência. O prédio onde está instalado, na Rua Domingos Crescêncio, se encontra em rápido processo de deterioração por falta de manutenção. Necessita ainda de aquisição de novos equipamentos de TI e de Recursos Humanos, visto que não recebe novos funcionários há dez anos. Apesar da precariedade acima referida, o CIT atende 100% da demanda solicitada. A prestação de serviços está baseada no sistema de teleatendimento, plantão de urgência e diagnóstico a distância por imagem. No ano de 2011, foram realizados, até setembro, 16.451 atendimentos, efetuadas 3.132 análises laboratoriais e identificados 2.297 agentes tóxicos.

No CIT estão em execução as ações de reestruturação funcional e operacional por departamento; ampliação do número de atendimentos emergenciais, de análises emergenciais em geral e dos casos de drogas de abuso; ampliação e qualificação das ações de apoio diagnóstico por imagem nos acidentes com animais peçonhentos e plantas tóxicas; e, desenvolvimento de novo curso em Educação a Distância (EAD) para capacitação de agentes comunitários de saúde.

O Centro tem como meta a ampliação em 100% até o ano de 2014, do número de análises realizadas em relação ao ano base de 2010, atingindo 17.000 análises no período. Além disso, pretende retornar a ser referência nacional em sua atividade fim.

O Hemocentro do Estado do Rio Grande do Sul (HEMORGS) tem por objetivo a produção e o fornecimento de sangue e de hemocomponentes aos leitos SUS na área de abrangência da 1ª, 2ª e 18ª Coordenadorias Regionais de Saúde. É o coordenador da Hemorrede Pública Estadual que atende 100% dos leitos do SUS, composta pelos Hemocentros Regionais de Pelotas e Santa Maria, além dos Núcleos de Hemoterapia em Passo Fundo, Caxias do Sul, Santa Rosa, Cruz Alta, Palmeira das Missões e Alegrete. O

Hemocentro também presta atendimento direto aos pacientes hemofílicos do RS.

De todas as unidades gerenciadas pela FEPPS, o HEMORGS é o que requer maior atenção em relação à estrutura física, que se encontra subdimensionada e sem manutenção (principalmente no que se refere à rede elétrica) para atendimento da demanda de sangue e hemocomponentes para a rede SUS. A situação encontrada foi de não reposição de equipamentos que cumpriram seu ciclo de vida e de infraestrutura de TI não atualizada.

A Hemorrede pública apresenta dados imprecisos com relação à sua produtividade, mas é responsável por cerca de 30% da produção estadual. Estão sendo implementadas ações corretivas no sentido de regularizar a produção e ressarcimento dos conveniados atendidos pela Hemorrede, assim como a execução dos contratos com os Hospitais atendidos por esses Hemocentros. Está em andamento o Programa Estadual de Qualidade da Hemorrede, segundo proposta do Ministério da Saúde, que visa à implantação e execução de Planos de Ação para cada um dos serviços da Hemorrede pública.

Para melhorar a situação do HEMORGS, estão em execução ações de: reestruturação interna geral; implantação e implementação de controles internos e padronização dos procedimentos (fluxos); regularização patrimonial mobiliária e imobiliária em Pelotas e Santa Maria; supervisão permanente das unidades próprias gerenciadas e reestruturação da Hemorrede em geral; e contrato emergencial para suprir as necessidades imediatas.

As metas a serem alcançadas até o ano de 2014 são: reformar o Hemocentro coordenador; aumentar o fornecimento de sangue com qualidade ao SUS; e funcionar como órgão organizador e regulador da Hemorrede do Rio Grande do Sul.

Dentre as principais ações na área administrativa realizadas no ano de 2011, podem ser citadas: inclusão dos veículos da FEPPS no sistema de manutenção do Estado; projeto da subestação elétrica do IPB-LACEN, com obra iniciada no mês de novembro; projeto licitado e empresa contratada para a reforma elétrica do DAF; finalização do projeto da segunda fase da reforma do prédio do CDCT; aquisição de 90% da previsão de suprimentos para as unidades, além da compra de inúmeros insumos não previstos, frente a 30% das compras da previsão do ano, em 2010; criação da Comissão de Planos de Cargos e Salários e da Comissão de Bem-Estar, Saúde e Segurança do Trabalhador; e qualificação de 741 servidores.

SECRETARIA DA CULTURA

A Secretaria da Cultura (SEDAC) é uma instituição de grande porte, com 3 fundações vinculadas, 13 instituições, 2 sistemas, 9 museus e 5 bibliotecas, o que indica a complexidade do seu trabalho. Em 2011, foi possível estabelecer ampla conversação com todas as expressões culturais, sejam aquelas mais tradicionais, sejam aquelas de ponta, geradas pela cultura urbana internacional. Trabalhou-se em planejamento e em ações efetivas, via transversalidade com vários agentes públicos e privados, visando um desenvolvimento sistêmico da cultura no Estado. Por sistêmico, entende-se a introdução de elementos que ajudem a ultrapassar o paradigma do evento e que avancem da ação pontual e desconectada para programas, políticas e um plano articulado para o desenvolvimento cultural do Rio Grande do Sul.

Parte da estratégia da SEDAC para os próximos anos está em estabelecer um Sistema Estadual de Cultura, composto por elementos de planejamento e conteúdo conceitual (Plano Estadual de Cultura), de participação (Conselho Estadual de Cultura, Colegiados Setoriais, Diálogos Culturais e Conferência Estadual de Cultura) e de diversificação das fontes de financiamento à cultura – qualificação da Lei de Incentivo à Cultura (LIC), ampliação do Fundo de Apoio à Cultura (FAC), convênios com o Ministério da Cultura (MinC) e articulação junto à iniciativa privada.

Ainda nos primeiros meses de 2011, a Secretaria elaborou seu planejamento participativo. Por meio dos *Diálogos Culturais*, foram realizados oito grandes encontros em todas as regiões do Estado, contabilizando mais de 300 municípios envolvidos. Nesses diálogos, junto à comunidade cultural, discutiram-se as Diretrizes para uma Política Cultural no Rio Grande do Sul. O ponto alto desse processo de planejamento foi a Conferência *Cultura para o Rio Grande Crescer*, no fim de abril, em Santa Maria.

A SEDAC contemplou, dessa forma, o interior do Estado, porque busca uma política cultural regionalizada e territorializada, que não se realize num sentido único, mas conte com a contribuição das diversas populações do Estado. Também em Santa Maria, iniciou-se o processo de constituição dos Colegiados Setoriais de Cultura e ocorreu a assinatura do Acordo de Cooperação Federativa entre o Ministério da Cultura (MinC) e o Rio Grande do Sul, documento importante para o desenvolvimento de ações articuladas entre Estado e União na área da Cultura.

O resultado mais concreto dessa ação foi o anúncio, feito pelo MinC, no dia 22 de agosto de 2011, das ações que compõem o programa **Mais Cultura RS**. Conforme o Ministério, serão investidos cerca de R\$ 20,4 milhões no Estado a partir de 2011, contando com a contrapartida da SEDAC, em modernização de bibliotecas, pontos de cultura, agentes de leitura, patrimônio histórico e em diversas outras frentes. Antes mesmo de virem os recursos, a SEDAC lançou, no dia 13 de setembro, em Boqueirão do Leão, um edital de modernização para 50 bibliotecas públicas em municípios de até 10 mil habitantes. Dos 496 municípios gaúchos, 330

estão nessa faixa. Contribuir para diminuir as desigualdades regionais e desconcentrar recursos são os objetivos dessa ação.

Uma das principais metas atingidas foi recuperar a confiança da classe cultural na LIC, o que foi obtido com a desburocratização do sistema. Nesse sentido, um árduo trabalho foi realizado na SEDAC para agilizar o trâmite da grande quantidade de projetos apresentados ao Pró-Cultura. A reestruturação da Secretaria permitiu a qualificação do trabalho e, desde o mês de abril, o prazo para a análise técnica dos projetos inscritos para a LIC foi reduzido de 15 para 7 dias. Outra ação de grande importância foi a seleção dos projetos do FAC, no valor de R\$ 880 mil. O resultado desse trabalho foi que, até o final de novembro, 152 projetos foram aprovados e mais de R\$ 20,6 milhões concedidos até agora em isenção fiscal.

Ao longo de 2011, a SEDAC contabilizou 401 projetos cadastrados para receberem incentivo fiscal através da isenção de ICMS. Em cifras, foram aprovados R\$ 40,1 milhões para a realização de novos projetos culturais, das mais diversas áreas, e em todas as regiões do Estado. Cada projeto cadastrado no sistema passa por intensa avaliação, que inicia na análise técnica dentro da Secretaria, para depois ser analisado e priorizado pelo Conselho Estadual de Cultura.

Ações Realizadas

No primeiro semestre de 2011, foi realizada uma série de ações, tais como o lançamento, em Gramado, do Edital de Finalização de Longas-Metragens, no valor de R\$ 1,5 milhão, que fará com que cerca de dez filmes gaúchos estejam prontos para serem exibidos a partir do início de 2012. Eles terão o selo *Rio Grande do Sul Polo Audiovisual* e farão com o que o Estado saia, já em 2012, da décima posição para a terceira do País em produção de cinema. A SEDAC também retomou o projeto *Rodacine* e realizou a *Mostra do Cinema Gaúcho*, entre outras ações. Ainda nessa área, foi realizada, no mês de setembro, a *Mostra de Cinema Uruguaio*, na Casa de Cultura Mario Quintana, que visa articular cada vez mais a produção do Estado à dos países vizinhos.

A articulação com o Uruguai é estratégica para o início de uma ampliação da relação cultural com os países do MERCOSUL e para aumentar a presença da produção cultural gaúcha no exterior. Em novembro, foi realizada uma grande mostra de arte e cultura uruguaianas em Porto Alegre, em diversas linguagens. Em dezembro, foi aberta uma mostra fotográfica de Luiz Carlos Felizardo em Montevidéu, parte de um conjunto de ações entre o Ministério da Educação e Cultura do Uruguai e SEDAC, com debates em todos os setores.

Na área da música, a Secretaria apoiou o festival *El Mapa de Todos*, com participação de diversos grupos dos países do MERCOSUL e do Estado, e lançou, em outubro, a *Plataforma RS de Música*. Em janeiro de 2012, durante o Fórum Social Temático Justiça Social e Ambiental, se realizará, na capital e Região Metropolitana, o *Festival Internacional de Cultura Livre (Ficlivre)*, capitaneado pelo Instituto Estadual de Música (IEM), com ações de teatro de rua, cinema, artes visuais e literatura, com foco na cultura colaborativa.

Nas Artes Visuais, grandes exposições têm marcado o Estado. Destacam-se as fotos do francês Guy Bourdin, entre diversas outras ações de relevância do Museu de Arte Contemporânea (MAC). O Museu de Artes do Rio Grande do Sul (MARGS) ganhou novo relevo institucional e, desde o início de 2011, tem realizado exposições e promove discussões sobre a produção de arte no Rio Grande do Sul. *Do Atelier ao Cubo Branco* e *Os Labirintos da Iconografia* são exemplos de um trabalho de resgate do acervo do MARGS. Finaliza o ano a mostra *O Museu Sensível*, a maior exposição já realizada pela instituição, com obras produzidas por 132 artistas mulheres.

Na área do livro, leitura e literatura, o Instituto Estadual do Livro (IEL) está à frente de importantes ações. A principal delas, do ponto de vista político, é o *Plano Estadual de Livro, Leitura e Literatura*, articulando cultura, educação, universidades e diversas outras instituições culturais. Já no início de 2011, o IEL ampliou o projeto *Autor Presente*, para 140 encontros com escritores nas escolas da rede estadual.

Outro projeto de destaque do IEL é o *Plano de Edições*, cujo edital foi lançado em maio para 25 publicações anuais. Também foi criado o *Prêmio Moacyr Scliar de Literatura* – um dos maiores prêmios literários do Brasil, com apoio da PETROBRAS e do BANRISUL. Em 2011, será contemplado o gênero poesia publicada nos dois últimos anos e, em 2012, será a vez do conto.

Na Casa de Cultura Mário Quintana (CCMQ), principal equipamento cultural da SEDAC, foi iniciada a troca dos andaimes, primeira parte do restauro do prédio. Foi criado o *Projeto Casa 21*, pelos 21 anos de aniversário da CCMQ. Um dos principais projetos, já em andamento, é a pintura ou colagem com letras adesivas dos poemas de Mário Quintana nas paredes, corredores e escadas. Também passou a ser disponibilizado, na Casa, acesso gratuito à internet sem fio, nos *halls* das bibliotecas, onde há mesas de estudo. Na casa, a Discoteca Natho Henn realiza uma série de atividades musicais de alta qualidade, além do encontro estadual *Em Tempos de Vinil*, em comemoração aos 56 anos de existência.

No início de dezembro de 2011, o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL) firmou parceria para ser o financiador do projeto de restauração e modernização do prédio da CCMQ, no valor de R\$ 8 milhões.

Além dos eventos promovidos pela própria Secretaria, a SEDAC apoiou a realização de diversos eventos, caso da *Jornada de Literatura de Passo Fundo*, o *Festival de Cinema de Gramado* e as comemorações dos *50 Anos da Legalidade* (por meio do trabalho de instituições como o Museu da Comunicação Hipólito José da Costa, o Arquivo Histórico do Estado, Museu Júlio de Castilhos e o Memorial do Rio Grande do Sul).

Para melhorar a comunicação com a sociedade, a Secretaria lançou, em maio de 2011, durante o Fórum Internacional de *Software Livre*, seu novo *site*, www.cultura.rs.gov.br, completamente redesenhado em *software livre*. Também foram realizadas as assembleias de constituição de 11 colegiados setoriais, que serão um importante instrumento de qualificação e desenvolvimento das políticas públicas setoriais de Cultura.

Todas essas ações têm o propósito de contribuir para o desenvolvimento do Estado, do ponto de vista econômico e social, ampliando a esfera crítica e incentivando o debate dos grandes temas do Rio Grande do Sul, tais como o da diversidade cultural. Desenvolver a cidadania e a participação, ampliar os repertórios dos jovens, dar espaço a culturas com pouca visibilidade e auxiliar a qualificar o ambiente social são os objetivos que a SEDAC visa alcançar, fazendo do Rio Grande do Sul um Estado cada vez mais protagonista das mudanças sociais em seu território, no País e internacionalmente.

Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (FIGTF)

Conforme o estatuto da Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (FIGTF), criada pela Lei nº 6.736, de 19 de setembro de 1974, a Instituição atua basicamente na área da pesquisa e divulgação da cultura gauchesca, tendo autonomia administrativa e financeira, com sede e foro na Capital do Estado.

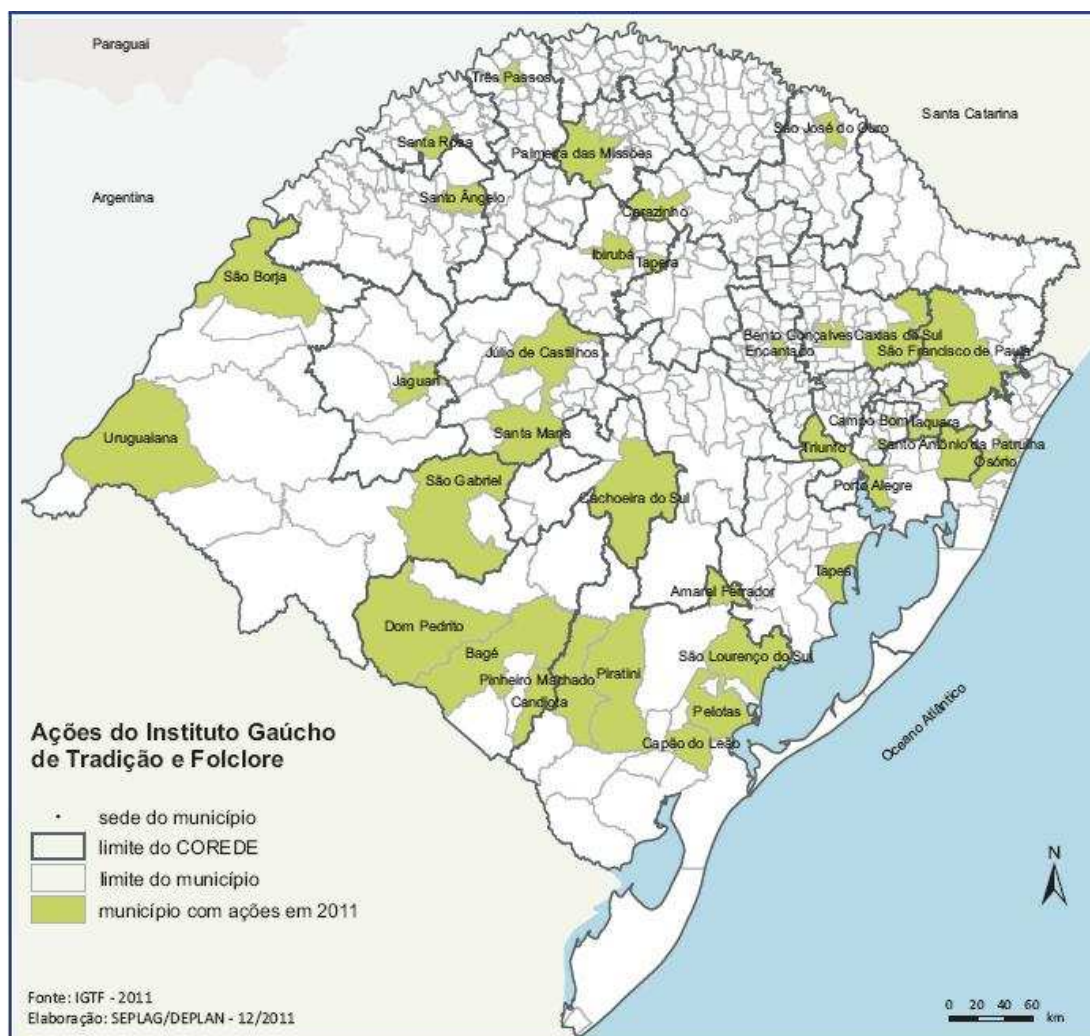
São atribuições básicas da Fundação: I - promover estudos, pesquisas e divulgação da cultura gauchesca e dos valores que lhe são inerentes, especialmente no que concerne ao folclore, tradição, arte, história, civismo e sociologia; II - promover simpósios e intercâmbio cultural com órgãos de atividades afins; III - ministrar cursos periódicos sobre os objetivos específicos de sua atuação; IV - prestigiar e proporcionar meios ao Movimento Tradicionalista Gaúcho a fim de que este possa melhor realizar seus objetivos; V - credenciar grupos ou pessoas capazes de representar o Estado em assuntos pertinentes à cultura regional típica; VI - prestar serviços especializados; VII - realizar programas de cultura popular, especialmente na área estudantil; VIII - colaborar com a comunidade na solução de problemas relacionados com suas atividades e na consulta de cultura específica; e IX - zelar pela fidelidade das manifestações da cultura gauchesca.

Principais realizações da FIGTF em 2011

No ano de 2011, a FIGTF participou da realização de uma série de eventos, entre os quais se destacam:

- Palestras *A contribuição dos Negros para a Cultura Gauchesca*;
- Feira do Disco de Vinil;
- *Sarau Poético Lila Ripoll*, dentro das comemorações dos 105 anos de Mário Quintana;
- Curso de Extensão em História realizado em parceria com a Faculdade Porto-Alegrense (FAPA);
- Reabertura do Museu do Som Regional e da Biblioteca Glaucus Saraiva;

- *Semana Cultura para o Rio Grande Crescer*, realizada durante a 34ª EXPOINTER: promoção de 37 *shows* musicais, três apresentações de teatro de rua, oito sessões de cinema e três programas de televisão;
- *Piratini, Primeira Capital Farroupilha – Festejos da Semana Farroupilha*: realização de *shows*, palestras, sessões de cinema, peças de teatro, além da Reinauguração do Museu Histórico Farroupilha;
- Acampamento Farroupilha: atividades culturais e educativas no Galpão do IGTF e ato do acendimento da Chama Crioula;
- 57ª Feira do Livro;
- 21ª Semana da Consciência Negra;
- Documentário *Grande Tambor*;
- Edição do livro *Releituras da História do Rio Grande do Sul*;
- Apoio institucional a 36 Festivais de Música Regional.



Ações Previstas para 2012

- Confecção do novo portal da FIGTF na internet, com o lançamento da rádio *web*;
- Modernização da Biblioteca da FIGTF;
- Reativação do Estúdio Cesar Passarinho;
- Reforma e ampliação do espaço para reativar as atividades culturais do Galpão da Fundação;
- Carnaval Tradição Popular: incentivo às folias de rua;
- Projeto Mostra Cultural do CODESUL;
- Projeto Acorde: Encontro da Música Regional Brasileira;
- Projeto 10 Anos de saudade de Barbosa Lessa;
- Projeto Dicionário Guarani;
- Projeto Festa Junina – “Arraiá de São Pedro”;
- Concurso Fotográfico sobre a diversidade cultural presente na identidade do povo gaúcho;
- Cursos de Extensão em Cultura e História do Rio Grande do Sul;
- Projeto EXPOINTER da Diversidade Cultural;
- Luzes sobre o vestuário histórico do RS, *ou Com que roupa eu vou ?*;
- Projeto Semana Farroupilha – Porto Alegre;
- Projeto Semana Farroupilha – Interior;
- Projeto Contos Gauchescos de Simões Lopes Neto;
- Projeto Feira do Livro;
- Projeto Semana da Consciência Negra;
- Projeto Documentário Cavalgada da Consciência Negra;
- Ciclo Natalino;
- Projeto Arte no Galpão;
- Projeto FASE Mais Cultura;
- Projeto 40 Anos dos Festivais.

Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (FOSPA)

A Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (FOSPA) proporcionou, em 2011, de forma gratuita, a milhares de pessoas, grandes espetáculos musicais. Além do seu objetivo primordial, a realização de concertos sinfônicos, a Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre visa incentivar novos artistas no aprendizado da música erudita. Através do *Projeto OSPA de Educação Musical Aplicada (POEMA)*, ocorre a integração entre comunidades escolares e a música erudita e, pela realização do concurso para jovens solistas, novos músicos do Estado e do Brasil têm a oportunidade de mostrar seu talento.

O ano de 2011 foi assinalado não somente pela primazia nas apresentações sinfônicas da OSPA, mas também pela renovação de sua diretoria, superintendência administrativa e artística, que, através da integração com os diversos setores da administração do Estado, alcançaram a realização de projetos que há muito aguardavam implementação. O exercício foi marcado pela inovação, conquistas e, principalmente, pela força de trabalho de seus servidores, empenhando-se em projetos existentes há tempo, tanto na área artística, quanto na área administrativa da Fundação.

A Secretaria da Cultura, juntamente com a direção da Fundação, assumiu a importância da ideia da construção da *Sala Sinfônica da OSPA*, buscando a cooperação de Secretarias que contribuirão na conquista desse projeto, SARH e SOP. A construção da Sala Sinfônica deverá redimensionar a cultura do Estado.

Uma das inovações de 2011 foi a criação de um novo *site* para a FOSPA, que foi ao ar no dia 11 de agosto. Além de um visual renovado, com informações mais organizadas e cores vibrantes, o portal conta com inúmeras novidades, que facilitam a navegação e o acesso ao conteúdo. O grande destaque é a interatividade, objetivando aproximar ainda mais a Orquestra do público.

Em função da falta de um local próprio e adequado à realização de concertos, em 2011, esses foram realizados em diversos ambientes, tendo ocorrido inúmeros concertos em igrejas, praças e auditórios, como o Auditório Dante Barone e o auditório da reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). As apresentações sinfônicas realizadas em diferentes ambientes proporcionaram a diversificação do público.

Os quantitativos de público da temporada 2011, segundo os dados da direção artística da OSPA, bem como os dados dos eventos relacionados ao XVII Concurso para Jovens Solistas, Regentes e Compositores são apresentados no Quadros a seguir:

Relatório de concertos por séries em 2011			
Nº	Nº de Concertos	Série	Público por Séries
1	29	Concertos da Série Oficial	24.392
2	2	Concertos Populares	30.000
3	5	Concertos para a Juventude	2.478
4	3	Concertos Legais - POEMA	3.159
5	1	Concertos Especiais	500
6	10	Concertos no Interior do Estado	11.500
Totais	51		72.029

Fonte: OSPA- Direção artística. 2011

Realização Do XVII Concurso Para Jovens Solistas, Regentes E Compositores			
Nº	Data	Evento	Local
1	29/8 a 29/9	Seleção de 115 candidatos inscritos (através de gravação em DVD com a <i>performance</i> do candidato)	Sede Administrativa da OSPA
2	16 a 19.11	Realização de Provas de 54 candidatos selecionado	Cais do Porto-Armazém A3
3	19.11.11	11 candidatos aprovados	Atuar como solistas na temporada de 2012
4	1º a 20.03.11	Entrega das inscrições etapa Jovens Compositores - entrega de materiais em março de 2012	Seleção e Avaliação das composições

Fonte: OSPA- Direção artística. 2011

Em relação às atividades desenvolvidas em 2011, podem ser destacadas as seguintes ações: elaboração do Projeto de Lei do Quadro de Pessoal da FOSPA, com a colaboração da Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos, onde se visa à estruturação organizacional, organograma, plano de carreira e salários, atualmente em estudo; nomeação do Conselho Deliberativo e Comissão de Controle, após oito anos de reiteradas solicitações; regularização da situação fiscal e previdenciária perante a Receita Federal e INSS; exclusão da FOSPA do CADIN (situação que impediu Convênio em 1996, e vinha impedindo a realização de convênios com o Governo Federal); elaboração de minuta de Projeto de Lei a fim de regularizar nove Cargos em Comissão, tendo em vista o julgamento da ADIN, que considerou inconstitucionais os Cargos criados pelas Leis Estaduais nº 9.697, nº 10.717 e nº 10.211; Projeto de Lei nº 414/2011 tramitando na AL/RS; encaminhamento de minuta do Projeto de Lei para criação de Gratificação Especial da Escola de Música aos

Professores de Orquestra Sinfônica para atuarem como Instrutores de Música do Conservatório Pablo Komlós para que possam assim retomar as atividades da escola; e proposição de concurso para preenchimento de vagas na Orquestra.

Na busca da excelência nas apresentações da OSPA e da qualificação de sua estrutura administrativa, foram empenhados esforços a fim de realizar o reaparelhamento com a aquisição de equipamentos de última geração, como por exemplo: um piano digital, dez condicionadores de ar, sete computadores, máquina fotográfica digital para imprensa, revestimento acústico (espuma) para a sala de ensaios, impressoras multifuncionais, oito *cases* para partituras, cadeiras para a administração, quatro *cases*, dois armários para coro sinfônico, instalações e rede de internet nova, entre outros.

A fim de concretizar as ações citadas, foi executado o orçamento de R\$ 7.224.849,00, estando previstos para 2012 recursos da ordem de R\$ 9.180.307,00 para cobrir despesas de pessoal, artísticas, de apoio administrativo e investimentos.

O ano de 2011 foi de estudos, preparações e conhecimentos, idealizando um 2012 de afirmações e resultados ainda mais expressivos, tanto na área artística quanto administrativa.

No setor artístico, será aumentado o número de concertos no interior, proporcionando às pessoas a oportunidade de contato com a orquestra sinfônica. Será expandida, através do Projeto POEMA, educação musical para um número maior de escolas e implantado o projeto social que se chamará *Sistema*, o qual visará, através da música, resgatar crianças em vulnerabilidade social. Está projetado oportunizar ao povo gaúcho um grande espetáculo: a montagem de uma ópera.

A previsão para 2012 é superar o ano de 2011 em número de apresentações, sendo, aproximadamente: 32 Concertos Oficiais, cinco populares, sete para juventude, seis legais, cinco especiais e 15 no interior do Estado.

Na área administrativa, será dado ensejo à realização do concurso público para suprir as vagas de professores de orquestra, contidas na Lei nº 12.404/06, a aprovação do Projeto de Lei para o Quadro de Pessoal e para criação de Gratificação Especial aos Professores de Orquestra, para atuarem como instrutores no Conservatório Pablo Komlós e o início das obras da Sala Sinfônica e Museu da Música.

Além das atividades de pronto atendimento, a FOSPA aguarda para 2012 a liberação dos recursos por parte da União, através do Convênio SICONV de R\$ 20 milhões, voltados para a construção da Sala Sinfônica, mais a contrapartida de R\$ 5 milhões do Estado e recursos privados, estes pela Lei de Incentivo à Cultura, com arrecadação pela Fundação Cultural Pablo Komlós. Com estas obras, a Instituição ganhará uma nova "cara", onde a cultura gaúcha se expandirá e o contexto artístico, social e educativo se tornará ainda mais expressivo diante dos demais centros mundiais.

Um dos principais objetivos da FOSPA, em 2012, é a construção do Teatro da OSPA - Museu da Música e Sala Sinfônica. O processo licitatório

para o início das obras das fundações para a estrutura do prédio, realizado pela Fundação Cultural Pablo Komlós, teve o resultado final divulgado no dia 12 de dezembro, com a adjudicação da empresa vencedora.

FUNDAÇÃO THEATRO SÃO PEDRO (FTSP)

As principais atribuições da Fundação Theatro São Pedro (FTSP) consistem em elaborar os contratos de cessão de pauta e locações, captar e acompanhar os projetos permanentes do teatro, realizar a curadoria dos espetáculos e organizar o agendamento das atividades anuais da Orquestra de Câmara do Theatro São Pedro. Além disso, outras atividades são permanentemente realizadas, tais como: a liberação de fichas técnicas, a realização de contato com produtores, o apoio à elaboração de projetos de leis de incentivo às ações culturais, as inscrições em editais e as atividades relacionadas à assessoria de imprensa.

As atividades de Cessão de Pauta no período de janeiro a dezembro de 2011 compreenderam: 187 apresentações, 66 atrações relacionadas aos espetáculos de teatro, música e dança e 24 atividades do tipo leituras dramáticas, saraus e encontros filosóficos. As atividades realizadas incluíram um público de cerca de 85 mil espectadores, com arrecadação de aproximadamente R\$ 400 mil.

Os projetos permanentes realizados pela FTSP em 2011 foram:

- *Oficina de Dramaturgia* – encontros com periodicidade semanal.
- *Musical PETROPAR* – apresentações de música erudita e popular que ocorrem semanalmente durante todo o ano, com entrada franca, da qual participam em média 100 pessoas por apresentação.
- *Concertos BANRISUL para a Juventude* – apresentação de concertos com programas de música erudita e popular, com entrada franca, direcionada para alunos de 5ª a 8ª séries da Rede de Ensino Pública e Particular, que ocorrem com periodicidade de 10 concertos anuais, em datas pré-agendadas, tendo por público, em média, 600 pessoas por apresentação.

Em 2011, ocorreu o aprimoramento e a expansão das atividades da FTSP, obtidos através do diálogo constante com a comunidade cultural local, e da busca por atrações que estivessem alinhadas com as diretrizes qualitativas e plurais de nossa gestão. A parceria e o respaldo administrativo da Secretaria da Cultura foram de extrema relevância para o desenvolvimento e realização das ações.

Um passo decisivo nesse processo de fortalecimento do Theatro São Pedro foi a capacidade de superar os desafios (estruturais, orçamentários e de recursos humanos) para atender às expectativas do público e dos produtores. O resultado está explícito nos números da arrecadação e atividades e, principalmente, no aumento significativo de público, que supera em quase 20% o número atingido em 2011.

A programação de entrada franca foi consolidada através dos projetos *Musical PETROPAR*, *Freud e os Escritores* e *Canções aos Pares*. Foi desenvolvida uma política efetiva de democratização de acesso através de ações de inclusão como, por exemplo, a venda de ingressos populares, nas apresentações de cinco das mais importantes companhias de teatro do País (Armazém, Sutil, Galpão, *Cie. dos à Deux* e Ponto de Partida), o que foi possível pela compatibilização da programação do teatro à disponibilidade da agenda desses grupos.

Uma ação inédita, e que merece destaque, se refere à *Oficina de Dramaturgia do TSP*, contemplada em 2011 com o apoio do FUMPROARTE e que terá, em março de 2012, o lançamento dos principais textos desenvolvidos nesses três anos de atividades. Para consagrar essa iniciativa junto à comunidade, está prevista a abertura de uma nova turma, que fomentará a formação de novos dramaturgos no RS.

Objetivos a serem perseguidos em 2012

Em 2012, a FTSP buscará viabilizar ações contínuas nos espaços do TSP e Multipalco, com o propósito de consolidar um centro de referência, inclusão e desenvolvimento cultural. Além disso, a programação será enriquecida, através da realização de projetos sustentáveis e atrações múltiplas de teatro, música, dança e outras linguagens artísticas.

Uma maior autonomia de curadoria será buscada a fim de estender a programação a outros espaços culturais do interior do RS. Além disso, serão realizadas parcerias junto à iniciativa privada para obtenção de novos patrocinadores.

Serão aprimorados os projetos já existentes e viabilizadas novas ações através dos projetos criados pela Associação dos Amigos do TSP (AATSP).

Serão desenvolvidas atividades artísticas voltadas para diferentes públicos (espetáculos infantis, oficinas, *workshops*) com o objetivo de renovar a plateia e atingir-se uma maior interação com o público, proporcionando atividades variadas.

Outro objetivo a ser alcançado em 2012 será a consolidação do *foyer* nobre do TSP como um espaço múltiplo de possibilidades artísticas, integrando a Concha Acústica e as novas salas do Multipalco às atividades a serem desenvolvidas.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

A Secretaria da Segurança Pública (SSP) visa garantir a ordem pública e a preservação das garantias do cidadão, bem como a proteção da vida e do patrimônio através da atuação conjunta dos seus órgãos de segurança: Brigada Militar, Polícia Civil, Instituto Geral de Perícias (IGP) e Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE).

Nesse sentido, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul estabeleceu uma série de ações na área de Segurança Pública, relacionadas aos seguintes programas temáticos: **Prevenção e Repressão à Criminalidade, Programa RS na Paz e Administração e Modernização do Sistema Prisional.**

Prevenção e Repressão à Criminalidade

O Programa de **Prevenção e Repressão à Criminalidade** objetiva a prevenção e a repressão da criminalidade com maior agilidade, eficiência e eficácia, mediante ações de prevenção e repressão da violência, controle gerencial de indicadores, adoção de procedimentos operacionais dos órgãos de segurança pública, potencializados pela recomposição dos recursos humanos e de infraestrutura necessários à implementação das atividades, e a estruturação das áreas de inteligência e estratégia.

Dentro do Programa, inserem-se as ações relativas à **valorização do bem-estar físico e mental dos servidores**, por meio de melhorias no atendimento à saúde. Nesse sentido, em 2011, foram investidos nos hospitais da Brigada Militar R\$ 1,1 milhão na aquisição de equipamentos e R\$ 1,0 milhão na conclusão do centro clínico do Hospital da Brigada Militar de Porto Alegre. Além disso, por meio de convênio com o Ministério da Justiça, serão gastos mais R\$ 958,5 mil na criação de dois núcleos de atendimento biopsicossocial, nas cidades de Porto Alegre e Santana de Livramento. Cada núcleo contará com profissionais nas áreas da psicologia, serviço social e enfermagem.

Ainda no sentido da valorização dos servidores da segurança pública, a fim de minimizar a defasagem salarial histórica, foram concedidos reajustes salariais aos servidores de nível médio da Brigada Militar e da Polícia Civil, e acrescido ao valor da *gratificação de incentivo à permanência no serviço ativo* dos militares estaduais o equivalente a 80% do valor do soldo básico da graduação do primeiro sargento. A fim de atender às demandas da carreira de nível superior da Brigada Militar, foi encaminhado o Projeto de Lei nº 456/2011, o qual concede reajuste salarial à categoria. Também foi reajustado o valor das *etapas de alimentação* em 45,54%, a partir de maio de 2011.

No sentido de resguardar os direitos estatuídos aos servidores policiais, foram regularizadas as promoções da Polícia Civil, referentes aos anos de 2009, 2010 e primeiro semestre de 2011, sendo promovidos 1.352 servidores. Na Brigada Militar, 148 oficiais da carreira de nível superior foram promovidos, e, na de nível médio, 1.976 militares estaduais ascenderam em seus cargos. Além disso, foi reconhecido, pelo Governo do Estado, o regime especial de aposentadoria pela atividade de risco aos policiais civis.

No concernente ao **aprimoramento técnico-profissional**, foram desenvolvidos cursos de formação e qualificação de servidores da Segurança Pública. Na Brigada Militar, 1.535 servidores participaram de cursos de habilitação à ascensão na carreira, e outros 12.224, de cursos voltados ao aperfeiçoamento em áreas específicas, tais como condução de veículo de emergência, operação de armas não-letais, operações especiais,

aviação, salvamento, uso da arma de fogo e bombeiros. Na Polícia Civil, foram realizados sete cursos de aperfeiçoamento, dirigidos a 1.343 alunos e voltados às seguintes áreas: inteligência e investigação criminal, atendimento ao público nas delegacias de polícia, formatação de documentos de inteligência e uso das tecnologias da informação, preparação à docência, atualização em questões criminais, fiscalização de contratos e debates sobre as alterações legais no Código de Processo Penal e suas consequências para a atividade de polícia judiciária. Além disso, no mês de dezembro, foram realizados: Curso de Capacitação e Qualificação ao Porte de Arma de Fogo para a Guarda Municipal de São Leopoldo, para 32 alunos; uma edição do Curso de Inteligência e Investigação Criminal em Santana do Livramento, para 30 alunos; e o Seminário da Semana da Polícia Civil. No Instituto-Geral de Perícias, 179 servidores participaram de cursos de qualificação, com ênfase aos voltados ao exame residuográfico e de DNA e à representação facial humana. Além disso, a SSP desenvolveu cursos na área de polícia comunitária, com a participação, em 2011, de 446 servidores da segurança pública e 17 da comunidade. Para o ano de 2012, está previsto curso voltado ao atendimento do turista, com a participação de 1.200 policiais, civis e militares, e que abordará o turismo, o atendimento ao público, os pontos turísticos, informações geográficas, históricas e dos equipamentos públicos. Além deste, estão programados cursos, palestras e seminários voltados à capacitação técnico-profissional, direitos humanos, docência e atendimento ao público, visando à qualificação da prestação dos serviços de segurança pública no Estado.

A qualificação do serviço público, na área de Segurança Pública, passa também pela **complementação dos quadros das instituições policiais**. No ano de 2011, foram incluídos na Brigada Militar 90 Policiais Militares Temporários, renovados os contratos de mais 80 e prorrogados os contratos de mais 801 PMs Temporários para até 27 de outubro de 2013, conforme a Lei nº 13.849, de 16 de dezembro de 2011. Além disso, foi aberto o concurso para 509 vagas de salva-vidas civil temporário, os quais serão empregados pela Brigada Militar nos balneários do Estado. Ainda, foram publicados os editais dos concursos públicos para ingresso de 2.000 soldados na Brigada Militar, sendo 600 destinados ao Corpo de Bombeiros; e de 100 oficiais da carreira de nível superior (capitães). Também está autorizado o concurso público para o provimento de 20 vagas de oficiais na área de saúde. Na Polícia Civil, 500 candidatos nos concursos para inspetor e escrivão de polícia deverão ser chamados para a realização do curso de formação.

Visando à adequação das estruturas policiais, frente às demandas sociais e institucionais, no exercício de 2011 foram criados, na Brigada Militar, 2.620 cargos de 3º Sargento da qualificação policial militar e 180 cargos de 3º Sargento bombeiro militar, com provimento previsto para até o ano de 2014 (Lei nº 13.837). Na Polícia Civil, foram criados 120 cargos de Delegado de Polícia, 711 cargos de Escrivão de Polícia e 710 cargos de Inspetor de Polícia, com provimento previsto para até 2013 (Lei nº 13.790). Parte desses cargos já foi preenchida em decorrência das promoções realizadas no segundo semestre.

Na área de **perícias criminais e serviços de identificação**, os investimentos no Instituto-Geral de Perícias foram focados na aquisição de equipamentos, na adequação física das estruturas e na tecnologia da informação. Nesse sentido, foram reformadas as instalações do Departamento de Identificação e do Departamento Médico-Legal, totalizando essas despesas, em 2011, R\$ 280,6 mil. Ainda, está em execução a obra da nova sede da Coordenadoria Regional de Perícias de Santana do Livramento (fase final). Na área de tecnologia da informação, foram realizadas melhorias nos sistemas digitais, com a implantação do laudo pericial com certificação digital, bem como também na estrutura de rede lógica, com a implantação de rede sem fio no Departamento de Criminalística. E no concernente ao reaparelhamento, destaca-se a distribuição de 50 *kits* periciais doados pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), voltados ao levantamento de locais de crime.

Para 2012, estão previstos investimentos no IGP para a reforma do Departamento de Criminalística e das Coordenadorias Regionais de Bagé e Osório, bem como a ampliação do Posto Médico Legal de Cruz Alta e da Coordenadoria Regional de Caxias do Sul. Na área de serviços periciais, está prevista a aquisição de analisador genético de DNA, com valor estimado em R\$ 475 mil.

No tocante aos serviços prestados pela Brigada Militar, na **área de polícia ostensiva**, foram gastos, até o dia 15 de dezembro, R\$ 2,646 milhões em armamento (pistolas, carabinas, espingardas e metralhadoras), R\$ 2,772 milhões em coletes balísticos (mais de 6 mil unidades), R\$ 1,746 milhão em equipamentos de comunicação, destacando-se aí a aquisição de 1.001 rádios transceptores portáteis, e R\$ 2,492 milhões em viaturas. No decorrer de 2011, ainda, foram adquiridos diversos equipamentos de informática, com um custo de R\$ 682 mil, destacando-se aí a compra de 403 microcomputadores. Também o quartel da Brigada Militar do município de São Lourenço, que fora atingido pela enchente ocorrida em fevereiro, foi reestruturado com viaturas, mobiliário e equipamentos de informática e de comunicação, a um custo total de R\$ 413 mil.

Quanto aos **serviços do corpo de bombeiros**, foram gastos R\$ 3,195 milhões em viaturas de combate a incêndio, de busca e salvamento e ambulâncias, R\$ 390 mil em equipamentos de proteção individual, tais como capacetes, botas, roupas especiais e aparelho de respiração autônoma e R\$ 478 mil em desencarceradores.

Com relação à **Polícia Civil**, até o dia 15 de dezembro foram empenhados mais de R\$ 24 milhões em investimentos. Destacam-se as aquisições de viaturas (R\$ 6,35 milhões), uma aeronave (R\$ 7,74 milhões) para implantação de serviço aéreo, coletes balísticos (R\$ 728,8 mil), armamento (R\$ 263,7 mil) e as seguintes obras: construção da Delegacia de Polícia de Barros Cassal (reempenho de R\$ 121,5 mil), ampliação da Delegacia do Turista (R\$ 128,75 mil), construção da Central de Polícia de Caxias do Sul (valor previsto de R\$ 5 milhões, sendo que R\$ 500 mil foram investidos já em 2011), construção da Central de Polícia de Canoas (R\$ 2,87 milhões), construção da Academia Integrada de Segurança Pública (R\$ 4,63 milhões) e conclusão da Central de Polícia de Passo Fundo (valor previsto de R\$ 2 milhões, sendo que R\$ 876 mil já foram liberados em

2011). Destaca-se também a conclusão da reforma da Central de Polícia de Novo Hamburgo, no valor total de R\$ 1,12 milhão, dos quais R\$ 956 mil foram efetivamente desembolsados em 2011, e a reforma da Delegacia de Polícia de Taquara, no valor de R\$ 261,8 mil.

Programa RS na Paz

A Secretaria da Segurança Pública é responsável também pelo **Programa RS na Paz** (antigo Programa Estadual de Segurança Pública com Cidadania – PROESCI/RS), o qual tem por objetivo reduzir a violência e a criminalidade no Estado, proporcionando aos municípios gaúchos a possibilidade de elaboração e implementação de projetos multissetoriais de prevenção da violência, com a finalidade de combater a violência, a criminalidade e a discriminação. Busca, ao mesmo tempo, disponibilizar o acesso da sociedade civil organizada à gestão da Segurança Pública, por meio do desenvolvimento de programas, projetos e ações de prevenção. A transversalidade é traço característico do Programa, envolvendo os governos federal, estadual e municipal, bem como diversas Secretarias de Estado (Planejamento, Gestão e Participação Cidadã; Saúde; Educação; entre outras), em uma conjugação de esforços para a consecução do bem-estar social.

Uma das ações do RS na Paz é a implantação dos **Territórios da Paz**. O projeto tem por escopo produzir um padrão de sociabilidade e de coesão social nos bairros em que for instalado, reforçando novas formas de convivência, capazes de contribuir para restaurar o tecido social. A previsão inicial era da instalação de três Territórios ao longo de 2011. Todavia, ante o esforço do Governo do Estado e a participação dos municípios, foi possível a sua instalação em sete locais: Porto Alegre, nos bairros Restinga, Lomba do Pinheiro, Rubem Berta e Santa Tereza; Passo Fundo; Canoas (Mathias Velho); e Vacaria. Para o ano de 2012, serão implantados mais seis Territórios da Paz, sendo um em Caxias do Sul e os outros cinco na Região Metropolitana. Junto com os Territórios da Paz, é implementado o levantamento socioeconômico e criminal nas áreas selecionadas, com vistas à coleta dos subsídios necessários ao desenvolvimento das ações do poder público. Em paralelo, estão sendo implantados **núcleos de policiamento comunitário**, os quais buscam construir um novo modo de vida em comunidade, garantindo a participação ativa do cidadão, da sociedade civil organizada, da municipalidade e do Governo do Estado, por meio da articulação de seus órgãos de segurança pública, e também a busca da aproximação do policiamento da comunidade, através da fixação do policial militar na região em que trabalha. Até o final de 2011, dos 12 núcleos previstos, seis foram implantados, sendo quatro em Porto Alegre e dois, em Passo Fundo.

Aliados aos Territórios da Paz e ao Policiamento Comunitário, estão sendo desenvolvidos outros projetos de prevenção social à violência, principalmente os destinados ao público infanto-juvenil. Na Brigada Militar, cita-se o *Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (PROERD)*, o *Programa Brigada Mirim (Pelotões Mirins, Bombeiros Mirins, Patrulheiros Ambientais Mirins)* e projetos específicos da *Operação Golfinho*, tais como o Salva-Vidas Mirim, o Surf Salva e a Patrulha do Mar. Destaca-

se, entre esses programas, o PROERD, o qual possui larga história na Corporação e foi responsável, em 2011, pela formação de 80.758 alunos de escolas públicas e privadas.

No sentido do fomento à participação das várias entidades do tecido social, sejam públicas ou privadas, a Secretaria da Segurança Pública desenvolve ação no sentido de apoiar e incentivar a criação de estruturas de integração. Com esse objetivo, foram criados o Gabinete Estadual de Gestão Integrada, com o fim de fiscalizar e monitorar ações integradas de Segurança Pública, a fim de propor soluções, com base no Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), e também o Gabinete de Gestão Integrada de Fronteira, com a finalidade de facilitar a coordenação do SUSP na área de influência fronteiriça do Estado. Ao mesmo tempo, está sendo incentivada a criação de Gabinetes Municipais de Gestão Integrada (27 já implementados) e de Observatórios Municipais de Gestão Integrada (quatro implementados, nos Municípios de Canoas, Cachoeirinha, Esteio e São Leopoldo). E está prevista a criação do Conselho Estadual de Segurança Pública, o qual integrará os órgãos de participação regionais e municipais, assessorando o Governo do Estado e a Secretaria da Segurança Pública na formulação e na implementação da política de Estado na área de Segurança Pública com cidadania.

Administração e Modernização do Sistema Prisional

O **Programa de Administração e Modernização do Sistema Prisional** tem como objetivos os de promover a inclusão social com cidadania das pessoas privadas de liberdade, bem como qualificar os serviços penitenciários, valorizando o servidor e a instituição.

Com vistas à melhoria dos serviços prestados pela **Superintendência de Serviços Penitenciários (SUSEPE)**, foram incluídos 672 Agentes Penitenciários e 135 Agentes Penitenciários Administrativos, após curso de formação na Instituição, e prorrogado o contrato emergencial de 259 profissionais da área técnica de tratamento penal. Além disso, na área de qualificação, 325 servidores passaram por cursos com ênfase no uso da arma de fogo, mediação de conflitos e justiça restaurativa e elaboração de projetos sociais.

Dentro da política de valorização dos servidores da Segurança Pública, foram concedidos reajustes salariais aos servidores da SUSEPE, a fim de minimizar a defasagem salarial histórica. Ainda, foram promovidos de classe 1.122 Agentes Penitenciários, 94 Agentes Penitenciários Administrativos e 187 Técnicos Superiores Penitenciários, totalizando 1.403 servidores.

No **reaparelhamento do serviço penitenciário**, foram investidos, com recursos do Estado, R\$ 1,317 milhão para compra de veículos e R\$ 732 mil em equipamentos e materiais permanentes, além da aquisição de armamento não-letal (20 pistolas *Taser M26*) decorrente de doação da SENASP, no valor de R\$ 45 mil. Destaca-se, também, a aquisição de 113 computadores, no valor total de R\$ 242,9 mil.

Quanto às ações para a **geração e recuperação de vagas no sistema prisional**, foram empenhados, até o final de 2011, R\$ 23,64 milhões na construção, ampliação e revitalização de casas prisionais, sendo geradas 1.507 e recuperadas 388, totalizando 1.895 vagas no ano de 2011, conforme segue:

Geração e recuperação de vagas no Sistema Prisional

Estabelecimento	Vaga gerada		Vaga recuperada
	Fechado	Semiaberto	
Presídio Estadual de São Leopoldo	0	100	78
Penitenciária Modulada de Ijuí	106	0	0
Instituto Penal de Canoas	0	71	38
Penitenciária Modulada de Osório	174	0	0
Penitenciária Feminina de Guaíba	432	0	0
Presídio Central de Porto Alegre	0	0	123
Penitenciária Regional de Santa Maria	336	0	0
Albergue Novo de Caxias do Sul	0	108	0
Presídio Estadual de Novo Hamburgo	0	0	39
Casa do Albergado Padre Pio Buck	0	0	110
Presídio Estadual de Soledade	0	72	0
Instituto Penal de Mariante	0	108	0
Total	1.048	459	388

Fonte: SSP

Para 2012, está prevista a conclusão das obras de construção dos estabelecimentos prisionais em Arroio dos Ratos, Charqueadas, Guaíba, Montenegro e Santa Maria, devendo gerar, nesse ano, 2.774 vagas no regime fechado. No regime semiaberto, deverão ser garantidas mais 108 vagas com a conclusão da obra de construção de instituto penal junto à Penitenciária Estadual do Jacuí.

Em 2012, deverão ser licitadas as obras de construção dos estabelecimentos prisionais de São Leopoldo, Passo Fundo e Bagé, a fim de disponibilizar mais 640 vagas no regime fechado e 216 no semiaberto. Também deverão ser reformados o Albergue Pio Buck, a Penitenciária Estadual do Jacuí, o Albergue Miguel Dario, a Casa Albergue Feminino e o Presídio Estadual de Novo Hamburgo, cujo resultado será a geração de 510 vagas no regime semiaberto. Além dessas obras, encontra-se em processo licitatório a contratação de serviço de fornecimento de 4.000 tornozeleiras eletrônicas, para monitoramento eletrônico georreferenciado de apenados e/ou presos provisórios, com previsão de disponibilização dos equipamentos ainda no primeiro semestre de 2012.

Todas essas medidas pretendem reduzir o déficit de vagas prisionais no Estado, a fim de debelar a crise do sistema carcerário do Rio Grande do Sul e propiciar as condições mínimas para o cumprimento das penas e medidas restritivas de direitos, possibilitando, com isso, a inclusão social, como forma de reconhecimento, pelo Estado, dos direitos fundamentais dos internos.

Nesse sentido, a SUSEPE está realizando, também, o **Programa de Classificação da Pena**, com a separação de presos provisórios dos condenados nos estabelecimentos prisionais. Até o final de 2011, 27 estabelecimentos prisionais participaram do processo de separação, que abrange 4.486 presos. Após a classificação, inicia-se a etapa de individualização da pena, o que permitirá o atendimento ao preso, conforme suas características e necessidades.

A **inclusão social com cidadania** trata-se de ação também desenvolvida pela SUSEPE, que tem por objeto fornecer os meios para proporcionar a inclusão social com cidadania e assistência ao preso, egressos e familiares. Nesse sentido, foi criada a Delegacia Penitenciária da Mulher, voltada para a promoção, articulação e integração universal das políticas para as mulheres privadas de liberdade e seus filhos; realizado o Programa Estadual de Atenção Integral e Humanização do Atendimento a Crianças e Adolescentes nos Espaços Prisionais, com o objetivo de proporcionar atenção integral às crianças nas unidades materno-infantis, humanizar o acolhimento das crianças e adolescentes que visitam seus familiares privados de liberdade e promover o acesso à rede de proteção integral dessa população; desenvolvido o programa de tratamento de usuários de álcool e outras drogas no Presídio Central de Porto Alegre; propiciado o acesso ao ensino a 2.248 apenados, em 43 estabelecimentos prisionais; disponibilizado o acesso à saúde prisional por meio de ações voltadas ao manejo clínico, diagnóstico e tratamento da tuberculose, ao teste rápido de HIV, a exames citopatológicos e de prevenção ao câncer de mama para mulheres, ao pré-natal e à vacinação; e, no plano de trabalho prisional, conveniadas 51 novas empresas, oportunizando 2.361 novos postos de trabalho.

Quanto aos projetos de inclusão social com cidadania dos apenados, serão criadas oito escolas para o recebimento de 700 alunos. Também serão ampliadas as equipes de saúde nos estabelecimentos prisionais para abranger 4.151 presos.

Despesas com o custeio dos órgãos da SSP

No exercício de 2011, foram disponibilizados para a SSP R\$ 358,8 milhões para manutenção das atividades de seus órgãos vinculados, por meio das "cotas de custeio". Em relação a 2010, esse valor correspondeu a um acréscimo de 17,14%.

Com esse incremento, foi possível o reempenho das despesas que tiveram os empenhos cancelados no final de 2010, com destaque para o resgate das pendências geradas por conta da insuficiência de recursos naquele exercício financeiro, que somavam R\$ 22,5 milhões, entre reformas de prédios, despesas contratuais essenciais (água, energia elétrica e telefonia) e combustíveis e lubrificantes. Assim, antes de proporcionar a implementação de serviços na área de Segurança Pública, o acréscimo realizado significa a compatibilização do aporte de recursos de custeio às demandas básicas de manutenção das atividades policial, pericial e prisional no Estado.

Para 2012, estão previstos, na Lei Orçamentária, aproximados R\$ 397 milhões no grupo de despesa *Outras Despesas Correntes* (ODC). Retirando-se desse valor aqueles destinados ao pagamento de despesas compulsórias (por exemplo, restituição de receitas) e com características de pessoal (por exemplo, etapas de alimentação, auxílio-transporte, ressarcimento de despesas médicas e benefícios por invalidez permanente ou morte), o custeio básico da SSP deverá ser de aproximados R\$ 355 milhões, caso mantidos pela Secretaria da Fazenda os mesmos critérios de programação do custeio atualmente adotados.

SECRETARIA DA FAZENDA

Em 2011, a Secretaria da Fazenda reforçou e reestruturou suas ações, estabelecendo os principais propósitos a serem alcançados pela atual gestão, que compreendem:

- A otimização das receitas e despesas do Estado, com justiça fiscal, controle e transparência;
- O aperfeiçoamento e inovação na gestão fazendária, buscando a excelência na prestação do serviço público;
- A ampliação e qualificação da interação com a sociedade e com os órgãos públicos, visando aumentar a efetividade e a transparência da ação do Estado.

Além disso, visa a melhor sinergia e qualificação da estrutura da administração fazendária através da implementação de medidas de capacitação continuada e de melhoria das relações humanas, buscando a satisfação e a efetividade no trabalho.

Principais Realizações em 2011

Uma das diretrizes de governo, que busca o incremento das receitas extraordinárias para operação das políticas públicas através de captação de recursos federais e de financiamento para a potencialização do investimento, teve importante participação das Oficinas do Gasto Público e do aporte técnico da Secretaria da Fazenda.

Nesse sentido, o principal foco das **Oficinas do Gasto Público e Sustentabilidade** passou a ser, em 2011, a **captação de recursos federais**. Esse trabalho está sendo realizado pelo Tesouro do Estado, em conjunto com a Secretaria-Geral de Governo e com a Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã. Os eventos objetivam mudar a cultura em relação ao gasto, incentivando a elaboração de projetos que possam ser firmados por meio de convênios com recursos constantes no Orçamento Geral da União (OGU). Os gestores foram capacitados a identificar fontes de recursos e a produzir projetos adequados, utilizando verbas que a União disponibiliza aos estados.

A Secretaria da Fazenda também liderou as tratativas que resultaram na **contratação de três operações de crédito**: PEF I (R\$ 94 milhões), PEF II (R\$ 140 milhões) e PROFISCO (U\$ 60 milhões = ~ R\$ 110 milhões), assim como participou dos procedimentos técnicos e das articulações necessárias para contratação, ainda em andamento, de **outras operações de crédito**: PROREDES-BIRD (U\$ 450 milhões = ~ R\$ 830 milhões); PROREDES-BNDES (R\$ 1,08 bilhão); PROCONFIS (U\$ 200 milhões = ~ R\$ 370 milhões).

No âmbito da **melhoria do controle e da qualidade dos gastos públicos**, a Secretaria realizou diversas ações e iniciou processos que buscam a permanente qualificação para o alcance desse objetivo. Em um trabalho conjunto entre a Subsecretaria do Tesouro, o Tribunal de Contas do Estado, a Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã e a Fundação de Economia e Estatística, realizou o *IV Seminário de Avaliação de Políticas Públicas e Qualidade do Gasto*, oportunidade para debate sobre assuntos de relevância para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul. O trabalho contou com a participação de cerca de 200 pessoas de todo o País. Ainda, iniciou-se a implantação do novo ciclo do *Gerenciamento Matricial de Despesas (GMD)* nos três órgãos que utilizam a maior parte do orçamento do Estado (Segurança, Saúde e Educação), a fim de auxiliá-los na análise das suas despesas e na qualificação de seu gasto. Por fim, a consolidação do *Sistema de Gerenciamento de Consignações (SGConsig)*, através do qual foram reduzidos praticamente a zero os casos de descontos consignados sem expressa autorização do servidor, são exemplos das iniciativas que buscam a qualidade do gasto público executadas pela Secretaria da Fazenda no ano de 2011.

A racionalização dos gastos e o respeito ao meio ambiente também estiveram entre as principais ações da Fazenda Estadual. A implantação do *Contracheque Verde*, numa ação conjunta entre as Secretarias da Fazenda, da Administração e dos Recursos Humanos e do Meio Ambiente, significou a eliminação da impressão dos contracheques dos servidores ativos do Estado e gerará uma economia de mais de R\$ 425 mil/ano e de 10 toneladas de papel, além de cessar o processo de distribuição, que envolve mais de 100 servidores. A parceria com o BANRISUL foi essencial para a concretização do Contracheque Verde.

A necessidade de **reestruturação e ordenamento do gasto público**, aumentando a previsibilidade orçamentária e financeira e diminuindo os riscos de insuficiência de recursos, colocou à Secretaria o desafio de propor soluções estruturais para importantes pautas enfrentadas pela atual gestão no ano de 2011. A seguir, são elencadas as principais ações realizadas e a contribuição da Secretaria para o aperfeiçoamento de construção de um novo cenário financeiro, com maior sustentabilidade financeira:

- Assessoramento nas discussões e elaboração de cálculos e simulações sobre o Regime Próprio de Previdência Social (Leis nºs 13.757/11 e 13.758/11);
- Cálculo de repercussões de projetos de leis enviados à Assembleia Legislativa, em cumprimento aos dispositivos da Lei de

Responsabilidade Fiscal sobre o encaminhamento de projetos que tratam da política salarial do Executivo;

- Alteração da legislação sobre Requisições de Pequeno Valor (RPVs), auxiliando a gestão do fluxo;
- Elaboração do projeto e implantação de projeto-piloto do novo sistema de fluxo de pagamento de RPVs, com integração do Tribunal de Justiça e Procuradoria-Geral do Estado;
- Elaboração de proposta de nova operação de reestruturação de dívida pública estadual.

Durante o exercício de 2011, o Estado manteve em dia os pagamentos de fornecedores e prestadores, gerando segurança e previsibilidade no recebimento dos haveres pelos credores, além de proporcionar maior economicidade nos processos licitatórios e reduzir as despesas financeiras. A seguir, são apresentados os pagamentos e transferências realizados pelo Tesouro do Estado no ano de 2011:





No âmbito das atividades da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (CAGE), o enfoque da gestão concentrou-se em **ações preventivas e ações de orientação aos gestores públicos**. Ações dessa natureza importam em economia e racionalização dos gastos públicos. Dentre as ações realizadas nesse sentido, destacam-se:

- A segunda edição do **Manual do Gestor Público**, elaborado pela CAGE, no qual, de forma sintética, são dispostos 28 temas de natureza técnica e legal – incluindo quatro novos assuntos, em relação à versão anterior –, que descrevem os principais aspectos teóricos e conceituais envolvidos, mas dão ênfase a algumas questões de ordem prática e legal, com a finalidade de orientar o gestor público à correta e mais adequada decisão, notadamente quanto à realização do gasto público.

- O *2º Seminário de Orientação aos Gestores*, realizado em 13 de setembro, que reuniu mais de 500 participantes, com orientações relativas ao gasto público e noções de direito administrativo, tendo como público-alvo os gestores públicos, ordenadores de despesas e servidores ligados à gestão dos órgãos e entidades do Estado. O primeiro Seminário de Orientação aos Gestores Públicos ocorreu nos dias 16 e 17 de fevereiro, quando os novos gestores foram informados sobre a atuação da CAGE e as ferramentas de gestão que a CAGE oferece.

Outro projeto de destaque foi a **implantação do Sistema de Custos**, cuja primeira etapa foi implantada em dezembro de 2011, com as informações de custos relativas à Secretaria da Educação – com pessoal e encargos, consumo de água, luz, telefone e materiais – colocadas à disposição dos gestores daquele órgão, a partir de um ambiente de processamento de informações de custo de acesso rápido e fácil.

O projeto de **gerenciamento de riscos**, também desenvolvido em 2011, na Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social (STDS) e na Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS), é outra iniciativa de destaque. Ele inicia com a realização de um diagnóstico, que gera um Mapa de Riscos, documentando aqueles com maior relevância. A partir daí, os resultados compilados servem de material de apoio à gestão para montar planos de ação e estimular ações preventivas perante esses riscos.

Foram também importantes, em 2011, as iniciativas realizadas pela Secretaria da Fazenda para a implantação, no âmbito estadual, **das novas normas de contabilidade do setor público**. A adoção das normas definidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) permitirá que a contabilidade brasileira fique alinhada à contabilidade internacional. Para a divulgação e encaminhamento das modificações necessárias à contabilidade pública estadual foi realizado o seminário *A Nova Contabilidade do Setor Público*, com a participação de mais de 200 servidores estaduais. Ainda, em 19 de outubro de 2011, através de ato do Governador do Estado, foram designados os componentes do **Grupo de Trabalho de Procedimentos Contábeis do Estado do Rio Grande do Sul (GTCON/RS)**. O Grupo, instituído pelo Decreto nº 48.344/2011, com a finalidade de promover a integração de esforços e a discussão das medidas que possibilitem a adaptação da contabilidade pública estadual às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), conta com representantes da CAGE, da Receita Estadual, do Tesouro do Estado, da PGE, do IPERGS, da SARH, da SEPLAG, da PROCERGS, da Assembleia Legislativa, do TJ-RS, do Ministério Público, do TCE-RS e da Defensoria Pública. A reunião de instalação dos trabalhos do GTCON/RS ocorreu no dia 11 de novembro de 2011.

Inovações no **Portal Transparência RS** também marcaram as ações da Fazenda em 2011. No Dia Internacional de Combate à Corrupção, comemorado em 9 de dezembro, foram lançadas duas inovações no Portal. A partir dessa data, os cidadãos gaúchos podem visualizar informações sobre todos os convênios em que o Estado atua como repassador de recursos, bem como os que não envolvem valores a repassar, tais como período de vigência, valores conveniados e datas de liberação de recursos, entre outros. Uma segunda ferramenta permite a análise mais detalhada e visual sobre a evolução de gastos e receitas. Com atualização diária, o Portal fornece gráficos interativos, com parâmetros que podem ser previamente definidos pelo usuário, modelo inovador entre os Portais de Transparência do País.

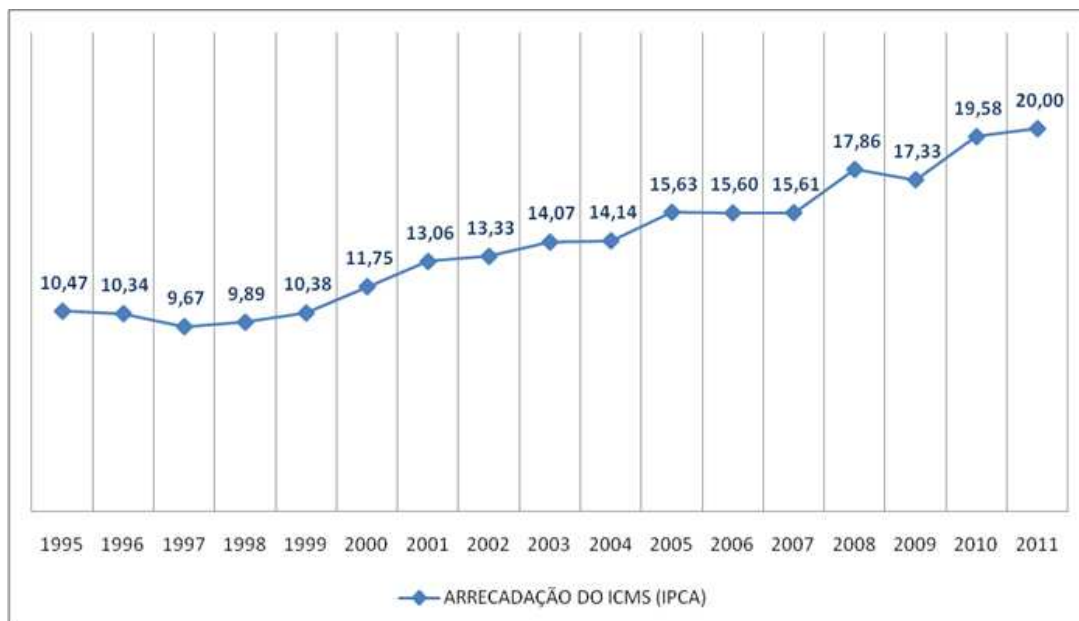
No âmbito da Receita, registra-se, no ano de 2011, **a superação da arrecadação do ICMS**, comparativamente à previsão orçamentária de seu principal tributo. O arrecadado foi mais de R\$ 620 milhões superior ao orçado, totalizando cerca de R\$ 19,99 bilhões no ano. O resultado é fruto de várias medidas que foram adotadas no âmbito da gestão da Subsecretaria da Receita Estadual, comprovando a importância do trabalho do fisco.

Considerando-se que, em 2010, houve recuperação de créditos através de programa especial de parcelamento (AJUSTAR), bem como da implantação massiva da substituição tributária, pode-se concluir que,

mesmo comparada a essa base elevada de 2010, a arrecadação de 2011 teve um desempenho positivo.

O Gráfico a seguir retrata o crescimento real do ICMS nos últimos dezessete anos:

Série histórica da arrecadação do ICMS atualizado pelo IPCA (bilhões)



No IPVA, a análise da arrecadação mostrou crescimento real de 6,03% na comparação entre os exercícios de 2010 e 2011, destacando-se, entre os fatores que influenciaram esse desempenho, os seguintes:

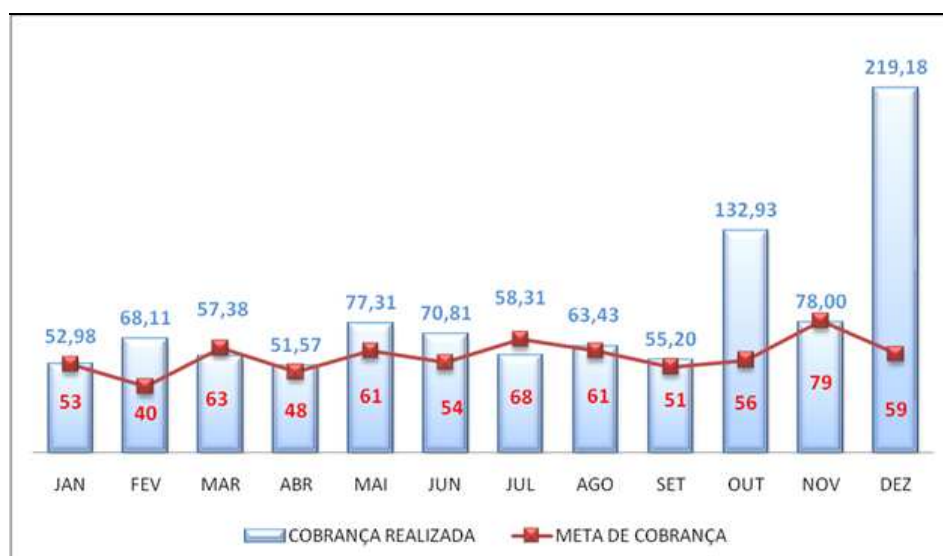
- Crescimento da frota e do valor médio dos veículos;
- Melhorias na administração do imposto, a exemplo dos instrumentos gerenciais de controle de inadimplência implantados pela Receita Estadual, que fazem com que a inadimplência do IPVA seja inferior a 3%;
- Realização de *blitzes* pelas Delegacias da Receita Estadual em conjunto com a Brigada Militar e os agentes municipais de trânsito em todo o Estado;
- Lançamento automático do imposto em atraso no sistema de dívida ativa.

Entre as iniciativas de **combate à sonegação, prevenção de inadimplência e intensificação da cobrança administrativa**, assume especial importância a integração da Receita Estadual com o Ministério Público Estadual, a Procuradoria-Geral do Estado e a Receita Federal do Brasil, especialmente nas atividades de cobrança dos devedores contumazes e no combate à sonegação.

No exercício de 2011, o desempenho da cobrança dos créditos tributários e não tributários ficou acima da meta estabelecida no planejamento estratégico da Receita Estadual. Esse desempenho é decorrente das seguintes ações:

- Maior acompanhamento dos devedores pelas Delegacias, mediante contato pessoal e mala direta;
- Maior integração das equipes de cobrança da Receita Estadual com a Procuradoria-Geral do Estado;
- Publicação no *site* da Secretaria da Fazenda dos débitos inscritos em dívida ativa;
- Desenvolvimento de novos módulos no Sistema de Gestão do Crédito (SGC);
- Melhorias na ferramenta Gerenciamento Matricial da Receita (GMR-Cobrança), que facilitaram o seu uso por todo o Estado;
- Inclusão dos devedores no Cadastro de Inadimplentes do Estado;
- Realização de fórum interno de discussão a respeito das melhores práticas da cobrança.

Cobrança de créditos tributários no ano de 2011 (milhões)



Na construção das políticas de desenvolvimento e atração de investimentos do Estado, foram intensificados os laços técnicos com a Secretaria de Desenvolvimento na busca de soluções para a "receita futura" e o fortalecimento concorrencial das cadeias produtivas do Rio Grande do Sul.

A **intensificação do uso de Tecnologia da Informação**, indispensável nos dias de hoje, pôde ser sentida durante o ano de 2011 com a ampliação do universo de empresas emissoras de Nota Eletrônica, passando-se de 36.000 para 72.000. Esse fato possibilitou a realização de

verificações fiscais mais próximas à ocorrência do Fato Gerador do ICMS e, conseqüentemente, aumentou a percepção do risco por parte do contribuinte, bem como foi conquistado maior espaço para intensificação de um modelo de fiscalização preventiva.

Principais Ações Previstas para 2012

Destacam-se, entre as ações a serem desenvolvidas pela Secretaria da Fazenda, em 2012:

- Acompanhamento da questão previdenciária com simulações e projeções;
- Busca pelo incremento das receitas União (FPE/Royalties);
- Desenvolvimento de materiais que facilitem o entendimento das finanças públicas pela sociedade em geral;
- Desenvolvimento de uma campanha de cidadania fiscal, voltada também à ampliação da emissão de notas fiscais nos pontos de varejo.
- Finalização da contratação de operações de crédito: PROREDES-BNDES, PROREDES-BIRD, PROCONFIS;
- Realização de nova operação de reestruturação da dívida pública estadual;
- Migração da folha de pagamentos do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER) para o Sistema de Recurso Humanos do Estado (RHE);
- Recadastramento de servidores públicos ativos do Poder Executivo, totalizando a atualização do banco de dados cadastrais e proporcionando acesso fácil e seguro a todos os servidores;
- Redução dos pagamentos indevidos, por meio da automatização dos fluxos de alterações funcionais/financeiras dos servidores, bem como de ações de conscientização junto a secretarias, órgãos, fundações e autarquias, com vistas a evitar informações extemporâneas ou incorretas;
- Criação de portal voltado aos gestores estaduais, com cadernos de serviços para instruir os órgãos sobre parâmetros e melhores formas de contratação e aperfeiçoamento do uso do recurso público;
- Concentração do gasto em despesa corrente finalística e redução da despesa-meio, através do aprofundamento das ações de qualidade do gasto;
- Desenvolvimento do projeto *Abertura Cambial* para pagamento dos contratos de financiamento externos;
- Aperfeiçoamento do sistema de gestão e pagamento dos precatórios e RPVs;

- Implantação do Sistema de Custos em mais três órgãos da administração estadual, assim como implantação do Projeto de Gestão e de Auditoria baseadas em Riscos em mais dois órgãos;
- Implantação do WEBCAGE, um sistema corporativo de gestão, que vai agilizar e qualificar a gestão do Órgão e tornar mais amigável, moderna e eficaz sua interface com os órgãos e entidades do Estado;
- Início do processo de adaptação da contabilidade pública à lei federal para alinhamento à contabilidade internacional;
- Melhoria da acessibilidade e mais informações disponíveis no Portal da Transparência RS;
- Busca da superação das metas de arrecadação, com a manutenção e o aprofundamento das ações realizadas no ano de 2011, além da implementação de novas ações como:
 - Aplicação do Regime Especial de Fiscalização aos devedores contumazes;
 - Inclusão dos contribuintes devedores contumazes em cadastro de restrição de crédito (SERASA);
 - Introdução de novos programas de autorregularização;
 - Criação de novo portal de atendimento ao contribuinte na internet;
 - Desenvolvimento da Nota Fiscal Eletrônica para produtores rurais;
 - Implantação do programa de melhoria da gestão.

Banco do Estado do Rio Grande do Sul (BANRISUL)

Alinhada com os projetos estratégicos do Governo do Estado, a gestão do Banco está baseada em quatro pilares: (i) melhoria do atendimento, abrangendo a disponibilização de agências e postos, ampliação da qualidade dos serviços prestados, melhoria das condições de acessibilidade nos diversos canais de atendimento, qualificação do pessoal, padronização de processos; (ii) eficiência de gestão, com excelência na gestão dos custos administrativos, mecanismos de controle e de administração de riscos, princípios de sustentabilidade e governança; (iii) ganho de escala, através da expansão do crédito, expansão dos pontos de atendimento e negócios, expansão da prestação de serviços e ampliação da base de clientes; e (iv) tecnologia e inovação, com vistas à ampliação dos mecanismos de segurança e eficiência operacional.

Os temas estratégicos do BANRISUL, conforme diretrizes estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012, abrangem políticas que garantam o crescimento do Banco e o desenvolvimento sustentável em parceria com o Estado. As diretrizes fixadas incluem expansão da rede de agências, alocação de recursos nos segmentos de micro, pequenos e médios empreendedores, no crédito imobiliário, no

segmento agropecuário, necessidades de giro para pagamento do ICMS, linhas de crédito destinadas à exportação, promoção do desenvolvimento regional e apoio à modernização da infraestrutura social, melhoria contínua do atendimento, promoção da cultura e preservação e melhoria do meio ambiente, atendimento de projetos sociais e apoio a programas de natureza voluntária, especialmente na área da Educação.

As iniciativas definidas no âmbito do Plano Plurianual 2012-2015 contemplam (i) o **Programa BANRISUL de Crédito e Fomento**, desenhado com o objetivo de suprir, por meio da intermediação financeira, as necessidades de recursos para o financiamento do consumo, da inclusão social e da sustentação das atividades produtivas do Estado; (ii) o **Programa BANRISUL de Serviços**, que visa ampliar o leque de serviços públicos oferecidos, através da melhoria dos espaços de armazenagem e do desenvolvimento de soluções em meios de pagamento; e (iii) **Programa de Apoio Administrativo**, para qualificar a gestão e o controle público do Estado, primando pela excelência e inovação nos serviços prestados e pelo gerenciamento dos custos administrativos. No quadro a seguir, estão demonstrados os montantes de concessão de crédito para o ano de 2012, por linha, previstos no âmbito do Plano Plurianual 2012-2015, recursos que têm impacto direto na dinâmica da produção local, com repercussões sobre a capacidade de geração de emprego e renda.

Programa BANRISUL de Crédito e Fomento	
Ações	Previsão de Aplicação em 2012 (R\$ milhões)
Financiamento ao Custeio Agropecuário	750,7
Financiamento ao Investimento Agropecuário	234,2
Financiamento à Comercialização Agropecuária	540,0
Financiamento para Construção e Aquisição de Casa Própria	681,1
Financiamento ao Microcrédito	80,0
Financiamento ao Desenvolvimento Econômico e Social	235,8
Cartão BNDES	28,6
Financiamento para Capital de Giro	4.796,3
Financiamento para Pagamento de ICMS	24,7
Financiamento para Saúde	64,3
Financiamento para Educação	233,0
Financiamento para Exportações	1.362,0
TOTAL	9.030,7

Projetos Alinhados às Políticas do Estado

O foco de expansão da rede de atendimento está na Região Sul do País. Para isso, o programa **Expansão dos Pontos de Atendimento do BANRISUL no RS**, em parceria com a Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã (SEPLAG), está vinculado ao objetivo estratégico do Sistema de Monitoramento do Estado (SME), denominado: *fortalecer a infraestrutura econômica, energética e logística com sustentabilidade ambiental*. O projeto de expansão da rede de agências prevê a abertura de 35 agências em municípios já assistidos pelos serviços do Banco, 21 novas casas em municípios desassistidos e a transformação de 48 postos de atendimento em agências, mediante modelo de atendimento diferenciado através de casas de menor porte no Rio Grande do Sul, além da abertura de 7 novas agências no Estado de Santa Catarina, totalizando 111 unidades.

O Banco possui o compromisso de promover a **cultura** e estreitar as relações com a comunidade. Em dezembro de 2011, firmou parceria com a Secretaria da Cultura e a Casa de Cultura Mário Quintana (CCMQ) para a restauração e modernização do local. As obras, que deverão ter término em 2014, incluirão a instalação de uma agência bancária do BANRISUL.

Em relação à expansão do crédito, em parceria com a Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos (SARH), o programa **Servidor Público Estadual – Crédito Imobiliário** foi criado para oferecer acesso à casa própria com prazos e taxas mais acessíveis e com a possibilidade de financiar cem por cento do valor do imóvel. O Projeto ainda oferece a opção de inclusão do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e dos registros cartorários no valor do financiamento. Após um mês de lançamento, o Programa registrou a contratação de 115 operações de financiamento e 201 cartas de crédito aprovadas. Até o final de 2011, o valor médio dos financiamentos foi de R\$ 130 mil e o montante envolvido entre contratações e aprovações de crédito foi de R\$ 41,5 milhões.

É objetivo do BANRISUL alinhar as políticas públicas de desenvolvimento econômico e social com a ampliação da oferta de crédito para microempreendedores formais e informais. Diante desse propósito, em parceria com a Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa (SESAMPE), em julho de 2011, foram aprovados projeto e política de risco para o microcrédito do BANRISUL. No mês de agosto, destaca-se o lançamento do **Programa Gaúcho de Microcrédito**, pelo Governo do Estado, e o início das operações no Banco.

Em mais uma edição, o BANRISUL firmou parceria com a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SJDH) no **Programa de Oportunidades e Direitos da Criança**, que visa atender crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade no RS. Os recursos são aplicados em projetos aprovados pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDICA). As doações poderão ser feitas pela população gaúcha, por funcionários do Banco, servidores estaduais e por pessoas jurídicas. Essas, se tributadas pelo sistema de lucro real, poderão destinar até 1% do imposto de renda devido ao Fundo Estadual da Criança e do Adolescente (FECA).

Também unido à SJDH, o Banco apoiou o projeto **Orquestra de Câmara Jovem do RS**, que oferece a crianças e adolescentes, estudantes

da rede pública de ensino da capital, com idades entre 10 e 14 anos, capacitação em uma oficina da musicalização. Os cursos têm duração de cinco meses e, durante esse período, os jovens recebem uma bolsa auxílio.

Engajada na questão da segurança dos gaúchos, através do Programa **RS Na Paz**, a Instituição ofereceu palestras de educação financeira, microcrédito, empreendedorismo, oficina de plantas alimentícias não convencionais, feira do desapego, horta comunitária e reaproveitamento de materiais a jovens entre 12 e 24 anos, faixa etária em que é possível trabalhar com a prevenção do uso e dependência de drogas, e também envolvimento com o tráfico. As palestras ocorreram nos bairros Restinga, Rubem Berta, Santa Tereza e Lomba do Pinheiro, identificados como áreas de intervenção social do Programa.

O BANRISUL, historicamente, participa de ações, programas e eventos, nacionais e internacionais, de **agroecologia**, em conjunto com EMATER, Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio (SEAPA), Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR), Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA) e prefeituras municipais. Um dos projetos ambientais do Banco é o *Projeto Sementes BANRISUL*, que distribui sementes de horticultura agroecológica e de árvores nativas adaptadas às diferentes regiões biogeográficas do Estado. Desde o início da iniciativa, em 2008, foram entregues mais de 35 milhões de sementes e mudas de árvores nativas para produtores rurais, escolas, associações e cooperativas de agricultores ecológicos, em trabalhos de extensão em universidades, feiras agroecológicas e em eventos ambientais ligados à área rural.

Ambiente de Negócios e Destaques Financeiros

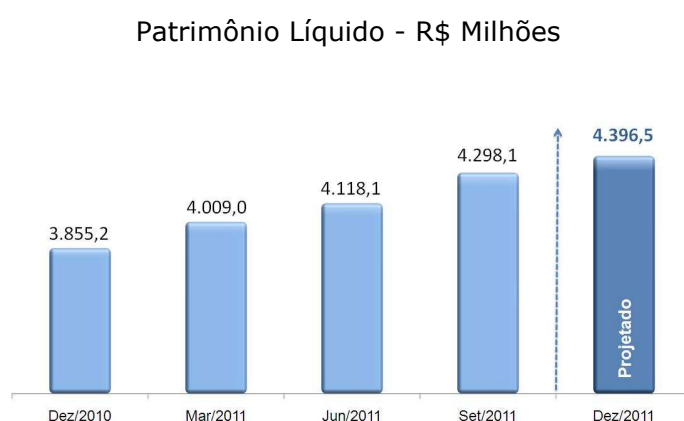
O BANRISUL encerrou os nove meses de 2011 com resultados e indicadores de estrutura patrimonial favoráveis.

A liquidez da Instituição é favorecida pelas características da captação de recursos em mercado. As disponibilidades líquidas estão aplicadas em papéis federais indexadas à Taxa SELIC, em Letras Financeiras do Tesouro ou em operações compromissadas, sempre com lastro em títulos federais, não havendo exposição em câmbio ou em outro tipo de derivativo alavancado.

Os **ativos totais** alcançaram, em setembro de 2011, R\$ 36.554,1 milhões, com acréscimo de 13,0% sobre setembro de 2010, 13,8% acima de dezembro de 2010 e de 5,2% em relação ao trimestre anterior. A carteira de crédito perfaz 53,8% dos ativos totais, composta por operações pulverizadas, contratadas, principalmente, junto a pessoas físicas, médias e pequenas empresas e microempresas. O crescimento dos ativos, em doze meses, decorreu da alocação de recursos em crédito, especialmente na carteira de crédito comercial. Com relação ao crescimento no último trimestre, além da carteira comercial, observou-se relevante expansão no crédito rural. A projeção de montante de ativos para o final de 2011 está demonstrada no gráfico a seguir.



Em setembro de 2011, o **patrimônio líquido** do BANRISUL alcançou R\$ 4.298,1 milhões, com crescimento de 14,7% ou R\$ 551,8 milhões em relação a setembro de 2010, expansão de 11,5% ou R\$ 442,9 milhões em comparação com dezembro 2010 e avanço de 4,4% ou R\$ 180 milhões frente ao saldo de junho de 2011. As oscilações do patrimônio líquido estão relacionadas à incorporação de resultados gerados e ao pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio. A projeção de montante do patrimônio líquido ao final de 2011 está apresentada no gráfico a seguir.

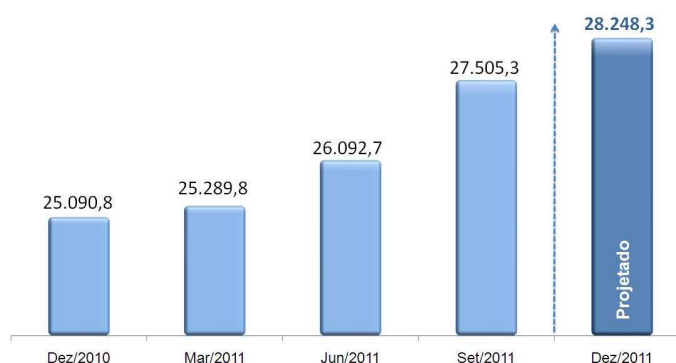


A política de **captação** pulverizada privilegia pequenos e médios correntistas e poupadores, o que proporciona redução de custo financeiro e diversificação das fontes de financiamento, estratégia adequada às necessidades de *funding* para a concessão de novos empréstimos. Encerrado o mês de setembro de 2011, o saldo dos depósitos totais foi de R\$ 20.910,1 milhões, o que representa 64,8% dos passivos de terceiros.

Os recursos captados e administrados alcançaram saldo de R\$ 27.505,3 milhões em setembro de 2011, o que significa avanço de 14,2% em relação ao saldo registrado em setembro de 2010, 9,6%

comparados ao montante de dezembro de 2010 e de 5,4% frente a junho de 2011. Os depósitos alcançaram, em setembro de 2011, R\$ 20.910,1 milhões, com expansão de 16,5% sobre setembro de 2010, de 9,7% em relação a dezembro de 2010 e de 5,6% em relação a junho de 2011. Os recursos de terceiros administrados atingiram R\$ 6.595,2 milhões, posição 7,4% acima da registrada em setembro de 2010, 9,2% superior a dezembro de 2010 e 4,8% acima da alcançada em junho de 2011. A projeção de saldo de recursos captados e administrados para o final de 2011 está apresentada no gráfico a seguir.

Recursos Captados e Administrados - R\$ Milhões



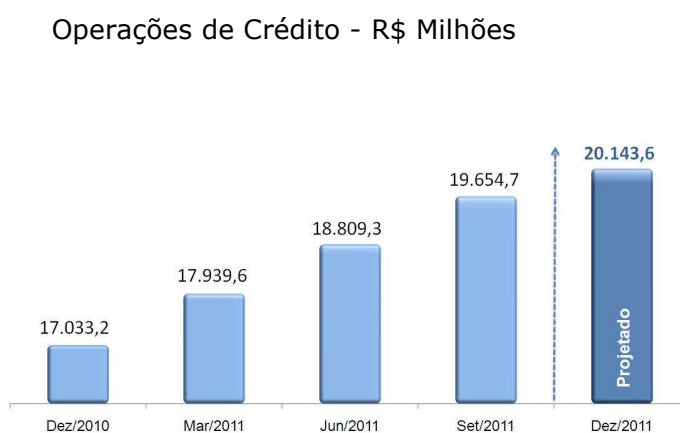
As linhas de **crédito consignado** na pessoa física e de giro às empresas absorviam, em setembro de 2011, 31,0% e 24,6%, respectivamente, do volume total de crédito. Com menor participação, mas apresentando contínuo crescimento, está o crédito imobiliário, que corresponde a 8,2% do total da carteira.

A inadimplência acima de 60 dias atingiu 2,9% do volume total de crédito, patamar inferior ao do mesmo período do ano anterior, 3,0%. O índice de inadimplência acima de 90 dias foi de 2,4% em setembro de 2011, também inferior ao de setembro de 2010, que alcançou 2,6%. O índice de cobertura com provisões das operações de crédito em atraso atingiu 226,7%, mantendo-se adequada às práticas do mercado bancário, considerando os riscos dos créditos em atraso.

O BANRISUL possui margem para sustentar o crescimento de suas operações, capacidade atestada pelo Índice de Basileia, 15,9% em setembro de 2011. Os índices que demonstram a eficácia da estrutura administrativa, dados pela proporção de despesas administrativas em relação ao volume de ativos ou em relação às receitas geradas, persistem em níveis favoráveis, representados pelos indicadores de custo operacional e de eficiência, que atingiram 4,9% e 44,4% em setembro de 2011, respectivamente.

As **operações de crédito** do BANRISUL somaram R\$ 19.654,7 milhões ao término de setembro de 2011, com ampliação do saldo em 21,0% em relação ao mesmo período de 2010, 15,4% em nove meses e de

4,5% em relação a junho deste ano. A carteira comercial totalizou R\$ 14.906,9 milhões, com expansão de 19,1% em doze meses, 13,5% em nove meses e de 2,3% no último trimestre. As operações de crédito comercial com pessoas físicas somaram R\$ 8.326,7 milhões em setembro de 2011, o que significa crescimento de 15,4% comparativamente ao mês setembro de 2010, 12,5% em relação a dezembro do mesmo ano e de 1,4% em relação ao saldo verificado em junho de 2011. As operações com pessoas jurídicas totalizaram R\$ 6.580,2 milhões em setembro de 2011, com incremento de 24,2% na comparação com o mesmo período de 2010, avanço de 14,8% em relação a dezembro de 2010 e crescimento de 3,4% frente ao valor de junho de 2011. O saldo projetado de operações de crédito para o final de 2011 está demonstrado no gráfico a seguir.



O BANRISUL recolheu e provisionou R\$ 581,7 milhões em impostos e contribuições próprios, nos nove primeiros meses de 2011. Os tributos retidos e repassados, incidentes diretamente sobre a intermediação financeira e demais pagamentos, somaram R\$369,5 milhões.

O **lucro líquido** registrado nos nove meses de 2011 foi de R\$ 677,7 milhões, 32,5% ou R\$ 166,3 milhões acima do valor registrado no mesmo período do ano anterior. O resultado no 3º trimestre de 2011 atingiu R\$ 239,2 milhões, com crescimento de 15,9% ou R\$ 32,8 milhões, comparado com o 3º trimestre de 2010, refletindo a elevação das receitas de crédito, de tesouraria e de resultados de câmbio, minimizado pelo aumento das despesas com empréstimos e repasses e com captação no mercado. Em relação ao 2º trimestre de 2011, o acréscimo de 5,3% ou R\$ 12,0 milhões no lucro do 3º trimestre de 2011 decorre do aumento da receita de crédito e do resultado de câmbio, compensado pelo aumento das despesas com operações de empréstimos e repasses e com despesas de captação.

O resultado gerado no acumulado dos nove meses de 2011 corresponde a uma rentabilidade anualizada de 22,8% calculada sobre o patrimônio líquido médio. Em setembro de 2011, o patrimônio líquido alcançou R\$ 4.298,1 milhões, com crescimento de 14,7% sobre o saldo registrado em setembro de 2010, 11,5% comparado a dezembro de 2010 e de 4,4% em relação a junho de 2011.

Ainda é importante destacar que o BANRISUL, em linha com as melhores práticas de mercado, atende às exigências dos níveis de **Governança Corporativa**, conferindo-lhe maior transparência, equidade e adequada prestação de contas, reforçando sua credibilidade e o interesse de investidores e clientes. As informações financeiras do Grupo são divulgadas também, desde junho de 2011, em atendimento às Leis Federal nº 131/2009 e Estadual nº 13.596/10, que disciplinam a divulgação, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre as receitas e as despesas das entidades do setor público. Qualquer cidadão pode acessar informações do BANRISUL pelo *site*: www.banrisul.com.br/transparencia.

Destaques das Empresas Controladas

• **BANRISUL S.A. Administradora de Consórcios** – A Empresa encerrou o mês de setembro de 2011 com 24.983 consorciados ativos e um volume de crédito de R\$ 762 milhões. No período ocorreram 3.403 contemplações, distribuindo um montante de R\$ 83 milhões na economia gaúcha para a aquisição de bens de consumo. O lucro líquido dos nove meses foi de R\$ 11 milhões.

• **BANRISUL S.A. Corretora de Valores Mobiliários e Câmbio** – A BANRISUL Corretora intermediou R\$ 843 milhões no mercado acionário até setembro de 2011, dos quais 65,30% foram efetuadas via Home Broker. O lucro líquido acumulado nos nove meses foi de R\$ 3 milhões.

• **BANRISUL Armazéns Gerais S.A.** – A BANRISUL Armazéns Gerais S.A. acumulou, até setembro de 2011, um lucro líquido de R\$ 1 milhão. A estratégia da empresa, para ampliação de sua participação no mercado de logística, é investir em tecnologia, automação de processos, ampliação do quadro funcional e busca de novos nichos de mercado.

• **BANRISUL Serviços Ltda.** – A BANRISUL Serviços opera na Região Sul do País nos segmentos de cartão Refeição e Alimentação, cartões Combustível, Presente, Private Label e Benefício e Sistema da Manutenção de Frota. Diariamente, mais de 410 mil usuários e 5,5 mil empresas conveniadas utilizam os serviços disponibilizados em mais de 50 mil pontos credenciados. Em relação às linhas incentivadas pelo Governo Federal, no Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT), a Empresa disponibiliza o PAT para cerca de 35% do total dos beneficiados no Rio Grande do Sul. Até setembro de 2011, o lucro acumulado da empresa foi de R\$ 15 milhões.

Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS)

A Companhia tem como negócios, “soluções em Tecnologia da Informação e Comunicação para a Administração Pública”; e como missão, “prover soluções em tecnologia da informação para aumentar a eficiência e transparência do serviço público e aproximar o Governo do cidadão”.

A PROCERGS atua, de forma transversal, por meio do desenvolvimento, manutenção e operação de sistemas de informação e da rede de telecomunicações, em diversos processos de missão crítica do Governo do RS, conforme demonstrado na a seguir:



A **implementação de serviços eletrônicos para o cidadão gaúcho** é uma das áreas de atuação mais relevantes da Companhia, especialmente no uso de tecnologias inovadoras, como serviços prestados diretamente em equipamentos móveis e por meio de redes sociais.

Principais Realizações em 2011

A PROCERGS trabalhou intensivamente em 2011, no sentido de viabilizar ações e projetos de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) que suportem a implantação da estratégia definida pelo Governo. A partir dos princípios DE transversalidade, colaboração e transparência, a PROCERGS se estrutura para gerar soluções de governo eletrônico que tenham como foco principal a **inovação nas ações**.

Com base nessas princípios, destacam-se as principais ações realizadas em 2011:

- *Infraestrutura da Sala de Gestão - Sala de Monitoramento dos Projetos Estratégicos do Governo:* A PROCERGS auxiliou na implementação da infraestrutura de TIC na Sala de Gestão, espaço físico que viabiliza a sistemática de monitoramento dos projetos estratégicos do Governo.

- *Desenvolvimento do Gabinete Digital:* A PROCERGS, em parceria com o Gabinete do Governador, desenvolveu e implantou o Gabinete Digital, uma ferramenta inovadora de e-participação. O Portal do Gabinete Digital é um canal de diálogo e colaboração entre o Governo e a sociedade gaúcha, a partir do uso das ferramentas digitais. No portal, o cidadão pode enviar perguntas ao Governador do Estado, votar em perguntas enviadas por outros, assistir audiências públicas ao vivo e participar via *web*, dar sugestões e ajudar a construir a agenda do Governo, colaborar com comentários, depoimentos e compartilhar conteúdos.

- *Elaboração e aprovação do Projeto InfoviaRS:* A PROCERGS está desenvolvendo o Projeto da InfoviaRS em parceria com outros órgãos do Governo, que é fundamental para a informatização dos Órgãos do Estado e para o Programa de Inclusão Digital do Governo. A InfoviaRS dará suporte operacional às ações do Estado, através de uma rede de alta velocidade, orientada à expansão dos serviços de governo eletrônico e móvel, com a melhoria e incremento de informações e serviços públicos à sociedade, com a difusão da inclusão digital e da participação cidadã.

- *Desenvolvimento do Portal RS Móvel:* Em conjunto com a Secretaria de Comunicação e Inclusão Digital, a PROCERGS desenvolveu e lançou, em julho de 2011, uma ferramenta digital inovadora para os gaúchos: o site de serviços para telefone móvel e *tablet*, denominado RS Móvel. Através do endereço m.rs.gov.br, em um formato exclusivo para telefone celular, o cidadão passou a ter acesso aos principais serviços oferecidos na internet pelos órgãos do Governo, nas áreas de segurança pública, saúde, trânsito, entre outros.

- *Modernização dos Sistemas da Secretaria da Educação:* Implantação de novos módulos de integração eletrônica entre Secretaria da Educação e as escolas, bem como, novas funcionalidades no Sistema de Informatização das Secretarias de Escolas (ISE).

- *Modernização dos Sistemas da Secretaria da Fazenda:* Foram implantadas diversas funcionalidades, por meio de novos módulos nos sistemas corporativos da Secretaria, com destaque para a implantação do sistema Gerenciamento Matricial da Receita (GMR).

- *Modernização dos Sistemas do DETRAN:* Implantação de diversos módulos em sistemas, com destaque para a implantação do novo Sistema de Controle de Penalidades e os serviços de exames de habilitação nas modalidades escritas e eletrônicas dentro das Coordenadorias Regionais.

- *Modernização dos Sistemas da Secretaria da Segurança Pública*: Publicação das estatísticas e indicadores de violência contra mulher em formato de dados abertos para que a sociedade possa reutilizar em aplicações e para prestação de novos serviços públicos; implantação do Sistema de Procedimentos da Polícia Civil (PPC).

- *Modernização dos Sistemas da Secretaria da Saúde*: Implantação de diversas funcionalidades, com destaque para o Prontuário Eletrônico.

- *Desenvolvimento de sites*: Os sites e/ou portais dos órgãos do Governo permitem que a sociedade tenha acesso, pela internet, aos serviços e informações a sua disposição. Em 2011, até novembro, a PROCERGS entregou 36 sites/portais a diferentes órgãos do Governo do Estado.

- *Desenvolvimento do Portal e Sistema da Participação Cidadã*: Portal e sistema implementados como suporte ao processo do PPA Participativo e votação das prioridades do Orçamento 2012 pela população, ocorrida em 10/08/2011.

- *Customização do COE à Lei nº 13.706*: A PROCERGS desenvolveu e adequou o sistema Compras Eletrônicas do Estado (COE) à Lei nº 13.706, a fim de dar preferência aos microempresários.

- *Reconhecimentos Externos*: A PROCERGS recebeu diversas premiações externas, em 2011, conforme descrito a seguir:

- Troféu 19 março (Área de Pregões de Compras Eletrônicas);
- Prêmio Expo HDI Brasil, categoria Melhor Equipe de Suporte Interna;
- 1º Prêmio Inovação PGQP – dimensão Ambiente;
- Prêmio CONIP de Excelência na Gestão Pública, caso Sistema AME – Administração de Medicamentos Especiais;
- Prêmio CONIP Destaque do Ano, na categoria m-Gov, com o caso CORSAN–Modern e Inovação nos Processos Comerciais com Inclusão de Tecnologias Móveis;
- SECOP – Prêmio Excelência em e-Gov, com o caso Portal do Gabinete Digital;
- Prêmio A Rede, categoria Inovação na Gestão Pública, com o caso Portal do Gabinete Digital;
- Prêmio TI & Governo com o Portal do Gabinete Digital e o Portal RS Móvel.

- *Suporte à institucionalização do Comitê de Governança de Tecnologia de Informação e Comunicação (CGTIC)*: A PROCERGS deu suporte à Secretaria-Geral de Governo para a institucionalização do Comitê de Governança de Tecnologia de Informação e Comunicação (CGTIC).

- *Estruturação da função captação de recursos:* A Companhia trabalhou, em parceria com a Secretaria da Fazenda, no planejamento de aplicação de recursos do ProFisco, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Além disso, tem trabalhado na captação de recursos para TIC em conjunto com outros órgãos do Estado.

Principais ações para 2012

Com base nas prioridades estratégicas do Governo, foram elaborados os seguintes projetos que a Companhia desenvolverá para os diversos órgãos do Estado do RS, no ano de 2012:

GOVERNADORIA E OUTROS PODERES	
ÁREA	PROJETOS PROPOSTOS
Gabinetes do Governador, do Vice e dos Prefeitos	Agenda do Governador – Pleitos
Secretaria-Geral de Governo	Sala de Gestão do Governo
Comunicação e Inclusão Digital	Portal RS Móvel InfoviaRS
Procuradoria-Geral do Estado	Projeto de Modernização da PGE – Certidão de Dívida Ativa (CDA) Eletrônica
Tribunal de Justiça	Processo Eletrônico do TJ

FINANÇAS E GESTÃO PÚBLICA	
ÁREA	PROJETOS PROPOSTOS
Fazenda	Modernização dos sistemas da Receita Estadual Modernização dos sistemas do Tesouro e CAGE – Portal Transparência
Administração e Recursos Humanos	Customização do COE - Lei nº 13.706 RHE Gestão de RH do Estado/Pensionistas – IPE Administração do Patrimônio do Estado Ensino a distância - FDRH
Planejamento, Gestão e Participação Cidadã	Gabinete Digital Sistema de Participação Cidadã
Transversais	Sistema de Protocolo interface <i>web</i> Processo Administrativo Eletrônico Ensino a Distância
Previdência	Modernização processos IPE Previdência Modernização processos IPE Saúde
Trânsito	Controle de Desmanches Controle de Penalidades Destinação de Inservíveis Modernização sistemas corporativos do DETRAN Vistoria de Veículos Controle Biométrico de serviços prestados pelo DETRAN Aplicação Prova Prática em Dispositivo Móvel Talonário Eletrônico

DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
ÁREA	PROJETOS PROPOSTOS
Educação	ISE – Nova Geração Província de São Pedro (UCA)
Saúde	Administração de Medicamentos – modernização de processos Prontuário Eletrônico
Segurança	Modernização dos sistemas da Segurança Pública Novo Sistema de Ocorrências – OCR Ampliação da Delegacia <i>on line</i> Laudos Eletrônicos com Certificação Digital Soluções em tecnologia móvel para a Segurança Migração TIC da BM para a PROCERGS Unificação dos Bancos de Dados de Indivíduos Tornozeleira Eletrônica
Habitação e Saneamento	SMS - Implantação de tecnologia móvel Modernização dos sistemas corporativos da CORSAN Modernização dos Sistemas de Tratamento Migração do ERP CORSAN para baixa plataforma

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
ÁREA	PROJETOS PROPOSTOS
Agricultura, Pecuária e Agronegócio	Modernização da Defesa Animal e Vegetal
Desenvolvimento e Promoção do Investimento/Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa	Modernização da Junta Comercial - REDESIM
Meio Ambiente	Modernização de processos de licenciamento ambiental e gestão de recursos hídricos Migração de TIC da FEPAM para a PROCERGS (sistemas e <i>data center</i>)
Esporte e Lazer	Copa 2014 – Soluções de TIC

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E DOS RECURSOS HUMANOS

A Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos (SARH) tem como competências: a gestão da política de compras e a realização dos procedimentos licitatórios; a gestão do patrimônio e do transporte oficial; a promoção das políticas de gestão dos recursos humanos; a administração do Centro Administrativo do Estado; a execução da perícia médica do servidor público e medicina ocupacional; a promoção da política de gestão da organização administrativa; a execução da política de gestão documental; a administração dos serviços gráficos; a promoção do desenvolvimento, qualificação, capacitação e formação dos recursos humanos; a promoção da previdência e a assistência social ao servidor público e seus dependentes; a prestação de atendimento e administração das atividades de trânsito; e, a coordenação da política de negociação permanente com servidores e empregados públicos.

Fazem parte da estrutura da SARH as seguintes instituições vinculadas: a Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), que administra os serviços gráficos do Estado; o Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), que realiza a prestação do atendimento e a administração das atividades de trânsito; a Fundação para o Desenvolvimento dos Recursos Humanos (FDRH), responsável pelo desenvolvimento, qualificação, capacitação e formação dos recursos humanos; e, o Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS), responsável pela previdência e assistência social ao servidor público e seus dependentes.

Principais Projetos e Ações de 2011

A atual gestão da SARH concentrou esforços em três grandes linhas de atuação: aprofundar o controle das estruturas e dos gastos do Estado para garantir economia de recursos; estabelecer uma política eficaz de gestão de pessoas; e promover a democratização das relações de trabalho, através da negociação coletiva. São ações cujo objetivo final é consolidar o processo de modernização da gestão pública estadual.

A partir de uma reformulação de seus procedimentos e processos com o propósito de ajustar e racionalizar a utilização do Patrimônio do Estado, a SARH estabeleceu uma política de gestão, iniciou a restauração da finalidade pública desse Patrimônio, através de cessões de uso para prefeituras, realocação de órgãos estaduais para reduzir despesas de aluguel e destinação de áreas em desuso para o programa Banco de Terras da Secretaria de Habitação e Saneamento (SEHABS).

Ação similar foi adotada diante da conjuntura encontrada na Central de Compras do Estado (CECOM), onde foram restabelecidas as Condições Gerais de Licitação com validação da Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (CAGE), para garantir maior transparência e sucesso nos certames, gerando, dessa forma, economia para o Estado. A SARH também

desenvolveu o *Programa Fornecer*, com base na aplicação da Lei Estadual nº 13.706/11, que prevê a exclusividade nas contratações no valor de até R\$ 80 mil para micro e pequenas empresas (MPEs). Encerrada a primeira fase do Programa, confirmou-se que é possível direcionar e descentralizar a aplicação de recursos orçamentários e investir diretamente na economia local, gerando desenvolvimento regionalizado, ampliando o número de fornecedores do Estado e, ao mesmo tempo, possibilitando uma economia substancial nas despesas de custeio.

Além dessas frentes de atuação, a política de recursos humanos priorizou a valorização do servidor como horizonte, onde estão incluídas a política de desenvolvimento de pessoal, a capacitação permanente e a saúde laboral.

Otimizar - Programa de Gestão do Patrimônio

O **Programa Otimizar**, criado para fazer a Gestão de Ativos do Estado (aproximadamente 18.000 imóveis) tem como objetivo a adequação das necessidades do próprio setor público em relação a sua estrutura e espaços de trabalho, através da racionalização, do controle e da gestão dos bens imóveis. O Programa prevê as seguintes linhas de atuação: Atualização Cadastral dos Imóveis, Racionalização do Uso de Bens Imóveis e Alienações de Ativos Imobiliários.

- *Atualização cadastral*: é fundamental para a gestão adequada dos bens imóveis do Estado, pois permite que sejam identificadas a situação em que se encontram e quais as medidas necessárias para sua destinação. Somente em Porto Alegre, há, segundo o Sistema de Gestão Patrimonial de Imóveis do Estado, 101 imóveis próprios desocupados e 274 com uso de terceiros. Destes, 250 já foram vistoriados desde o início do ano.

- *Racionalização do Uso de Bens Imóveis*: permitiu doações e cedências de uso para prefeituras, também a partir da identificação de áreas potenciais para alavancar o desenvolvimento local e regional, possibilitando a instalação e ampliação de distritos industriais, centros de ensino superior e unidades de saúde (125 imóveis doados/cedidos).

- *Alienação de Ativos*: vai tornar disponível ao mercado imobiliário imóveis inservíveis ou com alto custo para reformas, através de um processo de leilões públicos. Para estimular o negócio, há linha de crédito específico para financiar a compra pelo BANRISUL. A iniciativa é um marco, já que nunca houve um programa de financiamento dos imóveis do Estado para facilitar e garantir o sucesso das alienações. Já existem 60 laudos de avaliação de imóveis, cuja venda proporcionará uma considerável redução nas despesas do Governo.

Para a execução do Otimizar, a SARH apresentou junto ao Banco Mundial (BIRD) uma proposta de captação de recursos no valor de R\$ 21 milhões, com o intuito de se financiar o Programa em sua totalidade e já obteve sinal positivo da Instituição.

Fornecer – Programa de Compras Públicas para Micro e Pequenos Empresários

Desenvolvido pela SARH, por meio da CECOM, o **Programa Fornecer** tem o objetivo de aproveitar a demanda por bens e serviços do Estado para fortalecer empresas de micro e pequeno porte e incrementar cadeias produtivas locais e regionais.

A execução da primeira fase se deu pela interiorização dos procedimentos licitatórios para compra de pão e leite em 22 municípios, previamente elencados, levando em conta o baixo grau de desenvolvimento econômico e social.

A aplicação do Programa gerou uma economia para o Estado na compra de pão e leite pelo período de seis meses (novembro de 2011 até abril de 2012) de R\$ 648.300,60. Em percentual, o valor chega a 42,18% em relação ao valor gasto no registro de preços vigente entre maio de 2011 e outubro de 2011. A economia superou em quase 30% a meta estipulada pela SARH/CECOM, que era de R\$ 500 mil.

O Estado investiu R\$ 888.738,60, com a compra de pão e leite através do Fornecer. Os valores foram pagos aos fornecedores que permaneceram nos municípios, fomentando a economia local e contribuindo para o desenvolvimento das empresas.

Os resultados da primeira etapa permitem projeções acerca da continuação e da ampliação do Fornecer para os demais itens de alimentação, devendo ser economizados R\$ 12 milhões com a ampliação do Programa para todos os municípios onde há fornecimento de alimentos licitados através da CECOM (resultado previsto para seis meses).

Estima-se que o Estado investirá R\$ 19,25 milhões com a compra de itens de alimentação de forma a contemplar a participação efetiva de MPes nas compras públicas (resultado para seis meses).

As possibilidades de descentralização de compras e de participação exclusiva de MPes não se restringem a itens de alimentação. As licitações conduzidas pela CECOM, que contratarão MPes em um ano, deverão somar o valor de R\$ 92,5 milhões.

Política de Recursos Humanos

A política de Recursos Humanos da SARH está centrada no desenvolvimento do **Programa de Valorização dos Servidores Públicos**, que atua em duas linhas principais:

- Democratização das Relações de Trabalho – Comitê de Diálogo Permanente (CODIPE)

A negociação com as entidades representativas dos servidores públicos partiu da premissa de que os novos padrões de relações institucionais que a SARH deve adotar em relação às organizações de classe dos servidores públicos é o reconhecimento da democratização das relações de trabalho.

Em menos de um ano de existência, o CODIPE atendeu a todas as categorias do Serviço Público Estadual para o exercício da escuta, apreensão das realidades das categorias e acolhimento das pautas de reivindicação, além de ter operacionalizado respostas dentro das diretrizes do Governo, sempre estabelecendo o diálogo e a concertação necessária para atender às demandas que estavam sendo postas na mesa de negociação, com o olhar voltado para o todo do Estado, ou seja, no respeito aos limites financeiros e na necessidade de recuperação de áreas estratégicas.

O Comitê encaminhou um conjunto de propostas e ações governamentais pró-ativas destinadas à melhoria das categorias dos funcionários públicos das áreas da Educação, Segurança, Técnicos-Científicos e Administração Indireta, bem como o compromisso de recuperação dos menores salários para o próximo período.

O CODIPE acabou se confirmando como um espaço de negociação salarial com as entidades representativas de servidores públicos, dividindo esse papel com a Casa Civil. Os demais elementos conceituais desde a sua criação estão sendo revisados pelos membros governamentais com o acompanhamento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a partir da assinatura de um termo de cooperação técnica com essa Instituição.

- Política de Atenção à Saúde do Servidor

Os servidores públicos estaduais, devido à natureza de suas atribuições e a especificidades de seu ambiente de trabalho, são expostos a situações de estresse, que podem desencadear o adoecimento psíquico. Nesse contexto, a SARH propôs o desenvolvimento de uma **Política de Atenção à Saúde do Trabalhador**, cujo objetivo é desenvolver um processo de construção coletiva de uma nova realidade que atinja o conjunto dos servidores de forma a estabelecer um processo laboral mais justo e democrático, melhorando as condições e a organização do trabalho, através de ações de prevenção e redução de riscos nos ambientes e qualificação das relações interpessoais.

A implantação da Política de Atenção à Saúde do Servidor será desenvolvida a partir dos seguintes eixos de atuação:

- *Núcleos de Atenção à Saúde dos Servidores*: instâncias de apoio à saúde física e psíquica do servidor, localizadas em estruturas regionais do Estado.
- *Pronto Acolhimento*: é o primeiro serviço a ser realizado nos núcleos, conforme a demanda específica de cada região. Núcleos do Pronto Acolhimento serão implantados nas seguintes Secretarias: SARH, Secretaria da Segurança Pública (SSP), Secretaria da Educação (SEDUC) e Secretaria da Saúde (SES). A definição dessas Secretarias baseou-se no alto índice de licenças de saúde com afastamento do trabalho e na estrutura favorável à implantação dos Núcleos. O Núcleo

Central de Atenção à Saúde do Servidor – articulador e mobilizador dos demais – será implantado na SARH e terá como principal responsabilidade o Pronto Acolhimento às secretarias de menor porte que, pelo número de servidores, não exigem uma estrutura própria.

o *Rede de Serviços Sociais e de Saúde*: organizada levando-se em consideração a Rede Interna e a Rede Externa de Suporte ao Pronto Acolhimento. Assim serão identificadas as potencialidades e os limites que devem ser trabalhados na construção coletiva da política pública.

o *Eventos*: são estratégias de prevenção e campanhas direcionadas acerca de situações identificadas que afetem a saúde e o bem-estar do servidor, nas quais estão incluídos desde momentos de conscientização até práticas preventivas como a ginástica laboral.

A Política de Atenção à Saúde do Servidor é uma ação transversal desenvolvida em parceria com a SES, a SSP, a SEDUC, o IPERGS e a Casa Civil. A ação conta também com o apoio técnico da UFRGS, que atuará como consultor do Grupo de Trabalho, para sua implantação.

Ações Previstas para 2012

• *Otimizar - Programa de Gestão do Patrimônio*: O programa Otimizar será desenvolvido em suas fases mais importantes, que consistem na realização da atualização cadastral, execução de estudos e apresentação de projetos para a racionalização do uso dos imóveis do Estado e a destinação, para a execução de projetos de desenvolvimento social e econômico ou alienação, dos imóveis próprios não usados pela Administração Estadual.

• *Ampliação do Programa Fornecer*: Em 2012, o Programa deverá ampliar as compras de micro e pequenas empresas para todos os itens passíveis de serem adquiridos dessas empresas, proporcionando, assim, mais economia nas compras do Estado, mais fomento à economia local e fortalecimento de empresas de micro e pequeno porte. Com vistas a viabilizar uma gestão eficiente e transparente das compras do Estado, o Sistema de Licitações e Compras do Estado será adequado à nova realidade, com implementação de novos módulos de gestão.

• *Implementação de Ações de Modernização da Gestão Pública*: Estão previstas ações de modernização da gestão pública abrangendo o desenvolvimento de módulos no Sistema Recursos Humanos do Estado – RHE (Certidão de Tempo de Contribuição, Agendamento Eletrônico de Avaliação Pericial, Concurso Público, Estágio Probatório, Treinamento, Capacitação, Promoções, entre outros), desmaterialização de processos de trabalho (afastamento, ingresso, aposentadoria, registro funcional e vantagens), dimensionamento de estrutura e de pessoal da SARH e gestão de arquivos.

Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG)

A Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG) é uma sociedade de economia mista, vinculada à Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos (SARH), que tem como principais competências a publicação dos atos oficiais e a prestação de serviços gráficos e de preservação documental.

Em 2011, foi desenvolvido o planejamento estratégico da companhia, contando com 79 projetos em elaboração e execução. Com base no levantamento desse período, contabilizaram-se 12 projetos concluídos, conforme relação abaixo:

- *Talão do Produtor*: Contrato com a Secretaria Estadual da Fazenda (SEFAZ) para impressão do Talão do Produtor, que representou economia para o Estado e um incremento de faturamento de aproximadamente R\$ 3 milhões anuais para a empresa.

- *Centro Externo de Impressão*: Instalação de Centros Externos de Impressão, dentro das estruturas de órgãos da Administração Pública Estadual, disponibilizando serviços de gráfica expressa, como produção de cópias reprográficas e impressão digital. Foram firmados contratos com a Assembleia Legislativa (R\$ 780 mil anuais), Centro Administrativo Fernando Ferrari (R\$ 780 mil anuais) e com a FAMURS.

- *Gerenciamento Eletrônico de Documentos*: Contrato com o Tribunal de Justiça do Estado, para classificação dos processos judiciais e gerenciamento eletrônico dos documentos (R\$ 4,3 milhões), e com a Secretaria Estadual de Educação (R\$ 6,5 milhões).

- *Registro de Preço*: Redução em 37% dos custos dos primeiros cinco meses de gestão, adotando medidas de sistema de registro de preço para compra de papel, sistema de controle de custos e redução da imobilização do estoque.

- *Criação de órgãos de controle interno e planejamento*: Foram implantados o Núcleo de Projetos Especiais, a Auditoria Interna e a Controladoria de Contratos.

- *Atualização do decreto que regulariza o serviço da CORAG*: Publicação, pelo Governo do Estado, do Decreto nº 48.091/2011, que define a CORAG como referência de preços para a prestação de serviços gráficos aos órgãos da administração estadual.

- *Promoção institucional e comercial da Companhia*: Reformulação da página da CORAG na internet, com layout mais moderno, e confecção de portfólio para divulgação dos produtos e serviços da Companhia.

- *Regulamentação do Plano de Patrocínio e Apoio*: Publicação de resolução de diretoria orientando a concessão de patrocínios e apoios, dando mais transparência e celeridade ao processo.

- *Abertura para seleção de Projetos Sociais*: Publicação de edital para seleção de projetos de Responsabilidade Social de até R\$ 50 mil para investimento pela Companhia, para execução em 2012.

Ações Previstas para 2012

Para o ano de 2012, a CORAG programou a conclusão de mais 12 projetos. Entre eles, destacam-se a homologação do plano de cargos e salários junto ao GAE para realização de concurso público; contratação emergencial de recursos humanos, para atendimento aos projetos comerciais e substituição da mão de obra terceirizada; financiamento de projetos culturais pela Lei Rouanet; otimização da loja Centro, transformando-a em espaço literário e CORAG Editora; obtenção de certificação do *site* da CORAG, para deficientes visuais, e instalação de Centro Externo de Impressão no Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN) e no Banco do Estado do RS (BANRISUL) e desenvolvimento do sistema de inscrição, geração de boletos bancários, impressão das provas com dados variáveis, conferência automatizada e publicação dos resultados para concurso do magistério, a ser realizado pela Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH).

Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN/RS)

O Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN/RS) é uma Autarquia, vinculada à Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos (SARH). Criado pela Lei nº 10.847, de 20 de agosto de 1996, é dotado de autonomia administrativa e financeira e quadro de pessoal próprio. O DETRAN/RS tem por finalidade gerenciar, fiscalizar, controlar e executar, em todo o território do Estado, as atividades de trânsito, nos termos da legislação própria.

Neste Governo, está sendo demonstrada a importância com que o tema Trânsito é tratado. Após um ano de gestão, já é possível demonstrar resultados práticos muito significativos, bem como um conjunto de ações e projetos resultante de um planejamento estratégico participativo e da profunda integração com o Governo e sua política de Estado.

A seguir são apresentados os projetos e ações em fase de estudo, planejamento, andamento e em execução no DETRAN/RS.

Realizações 2011

- *Balada Segura*: Fiscalização e programas educativos sobre os perigos da mistura de álcool e direção, por meio da realização de blitzes e campanhas em bares e locais com potencial de consumo de bebida por jovens. O projeto tem por objetivos a redução do número de acidentes e mortes no trânsito a partir da fiscalização ostensiva da alcoolemia junto aos condutores de veículos. No ano de 2011, foram abordados 10 mil condutores. Foram investidos R\$ 6.600.000,00.

- *Inspeção Ambiental Veicular:* Criação de um programa de verificação e controle das emissões de gases e ruídos da frota de veículos do Estado. Tem por objetivo melhorar a qualidade do ar, diminuir a poluição sonora causada pelo excesso de ruídos dos veículos e o número de panes mecânicas nas vias públicas, que têm causado congestionamentos. Além disso, deverá proporcionar uma economia indireta no consumo de combustíveis, em torno de dez por cento.

- *Notificação dos Condutores com Suspensão do Direito de Dirigir:* O DETRAN/RS, em parceria com a Brigada Militar e o Ministério Público Estadual, planejou a notificação pessoal de 7.336 condutores com o direito de dirigir suspenso. O projeto tem por objetivo o efetivo cumprimento da suspensão do direito de dirigir e a entrega das habilitações. Os condutores devem entregar suas habilitações em um Centro de Formação de Condutores (CFC) credenciado e realizar um curso teórico de reciclagem para voltarem a conduzir veículos. A partir dessa ação tem-se a real possibilidade de enquadramento criminal pelo Ministério Público, por desobediência, em caso de não cumprimento da notificação para entrega da CNH, efetivo cumprimento da suspensão e participação em curso de reciclagem.

- *Escola Pública de Trânsito:* Constituição de uma instância de formação de profissionais multiplicadores dos conceitos teóricos da legislação nacional de trânsito. Objetiva possibilitar que a instrução teórica da formação de condutores possa ser incluída no currículo do Ensino Médio, reduzindo o custo para o cidadão na obtenção da 1ª Carteira Nacional de Habilitação para dirigir veículos.

- *Credenciamento dos Desmanches:* Controle e fiscalização dos desmanches de veículos e revenda de peças usadas. Objetiva cadastrar e controlar as atividades das oficinas e lojas que revendem autopeças usadas, visando garantir a procedência dos materiais comercializados, tendo como consequência o desestímulo ao furto/roubo de veículos para fins de desmanche e revenda de peças.

- *Reciclagem de Veículos Inservíveis e Sucatas:* Tem como objetivo dar destinação adequada aos cerca de 60 mil veículos nos depósitos credenciados do DETRAN/RS, além de reciclar os resíduos, limpar os depósitos e propiciar ingresso de recursos pela venda da sucata.

- *Revisão dos Critérios para Credenciamento:* Foram constatados, desde o início da gestão, alguns pontos frágeis nos parâmetros e requisitos estabelecidos para balizar a tomada de decisão do Órgão no momento de determinar a real necessidade da atividade e da escolha de um novo credenciado para desempenhá-la. Nesse sentido, foram detectados alguns desequilíbrios na disposição de CFCs, CRDs, CRVAs e FPTs, frente a demandas colocadas pela comunidade. Enquanto algumas regiões detêm uma boa oferta de centros credenciados, outras localidades permanecem com deficiências na cobertura dada pelo DETRAN/RS. Com base nisso, foram constituídos grupos de trabalho para estudar e propor novas metodologias e critérios para abertura de instalações credenciadas pelo Departamento, visando qualificar o atendimento aos condutores e

proprietários de veículos, além de tornar a disputa pelo credenciamento mais democrática e transparente.

• *Planejamento Estratégico*: O processo desenvolvido pelo DETRAN/RS, para elaboração do seu Planejamento Estratégico, está pautado na participação efetiva de todos os servidores e no seu caráter permanente e contínuo e alinha-se às diretrizes do Governo do Estado, ao Mapa Estratégico do Estado, aos princípios pautados pela SARH e ao Plano Plurianual (PPA). Essa dinâmica foi implementada por meio de 32 rodadas entre funcionários e Direção, reunindo cerca de 640 funcionários que, ao longo desse processo, firmaram a Visão, a Missão, o Mapa Estratégico do DETRAN e uma relação de projetos dentre os quais foram eleitos os Projetos Estratégicos **Balada Segura e Inspeção Veicular Ambiental**.

• *Missão de visita técnica à Alemanha, Espanha e França*: Na Alemanha, a Missão foi recepcionada pela Ministra da Economia, que manifestou grande interesse em firmar um acordo de cooperação entre o Estado do Rio Grande do Sul e aquele País. A missão do DETRAN/RS foi também à Espanha, que tem uma das maiores experiências de redução de acidentes através da Direção Geral de Trânsito (DGT). Já na França, que é o país que deu origem e também exportou o modelo que é adotado pelos demais países da Europa, a Missão foi recebida por uma grande equipe de especialistas em várias áreas e também aí foi dado início às tratativas para assinatura de um termo de cooperação que está em andamento. Essa visita confirma o grande esforço do Estado em fiscalizar e investir em educação, para que ocorra a redução de mortes no trânsito.

Ações Previstas para 2012

- Implantação do Projeto Balada Segura em 10 municípios do Estado do RS;
- Credenciamento dos desmanches;
- Revisão dos critérios de credenciamento;
- Reestruturação institucional do DETRAN;
- Elaboração do Regimento Interno;
- Proposta para criação da Habilitação Social;
- Aquisição de prédio próprio do DETRAN;
- Redução da acidentalidade no Estado do RS;
- Elaboração da Política Estadual de Trânsito;
- Assinatura de Termos de Cooperação sobre o tema de políticas e práticas de trânsito através do DETRAN e os governos do Rio Grande do Sul e da Alemanha e França.

Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH)

A Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH) tem por principais competências: a elaboração, a execução e a supervisão de programas e atividades de formação e aperfeiçoamento; a realização de concursos públicos; o recrutamento, a seleção e o acompanhamento de estagiários e a coordenação e gestão da Rede Escola de Governo.

Principais realizações de 2011

Das 25 instituições de ensino superior parceiras da **Rede Escola de Governo (REG)**, nove firmaram contrato com o Governo do Estado por meio da FDRH. Seis iniciaram as ações educativas em 2011, dentre as quais cursos de extensão e seminários. Estão previstos para iniciar em 2012 seis cursos de especialização, mais de 40 cursos de extensão e cerca de 80 seminários e oficinas.

Com o objetivo de construir uma pedagogia da gestão pública, foram realizadas sete oficinas conceituais com educadores reconhecidos nacional e internacionalmente. Mais de 500 servidores públicos e representantes das instituições de ensino parceiras participaram das atividades.

A fim de orientar as ações da REG, a FDRH está realizando uma pesquisa qualitativa, executada pela Fundação Getúlio Vargas, que pretende captar percepções a respeito de fenômenos sociais, valores, visões de mundo, problemas gerenciais, modelo de desenvolvimento, de Estado e de democracia para melhor compreender expectativas e, dessa forma, planejar as ações para o *Sistema Integrado de Formação continuada do Rio Grande do Sul*.

Além disso, em um esforço para recuperar as condições de trabalho, a FDRH está instituindo um novo plano de emprego, funções e salários. O documento foi assinado pelo Governador no dia 16 de dezembro e imediatamente encaminhado para votação na Assembleia Legislativa.

Rede Escola de Governo

A UNIVATES (Universidade Integrada Vale do Taquari de Ensino Superior) é a responsável pelo programa de formação continuada em *Economia Política da Gestão Pública*. Três cursos de extensão sobre o tema foram realizados. São eles: *Gestão de Processos Administrativo-Contábeis*, *Gestão em Processos Administrativos* e *Eficiência e Transparência na Contratação de Serviços e de Compras Públicas*.

Em parceria com a FMP (Fundação Escola Superior de Administração Pública), a Rede Escola de Governo realizou o curso de extensão *Gestão em Políticas Públicas para os Direitos da Criança e do Adolescente*.

A UNISINOS (Universidade do Vale do Rio dos Sinos) realizou dois cursos de extensão que fazem parte do programa *Gestão de Políticas Públicas para Comunicação, Participação e Inclusão Cidadã*.

A FURG (Universidade Federal do Rio Grande) é a responsável pelo tema *Gestão de Políticas Públicas para Juventude* e realizou dois seminários sobre o assunto, sendo um deles voltado para servidores do Estado e o outro para delegados da juventude.

UNILASALLE (Centro Universitário La Salle) aborda a questão *Gestão de Políticas Públicas para Cidadania, Participação e Responsabilidade Social* e, sobre a temática, realizou uma série de seminários estaduais que versaram sobre transparência e controle social (Canoas, Santa Rosa, Rio Grande e São Borja).

O programa voltado à qualificação de gestores públicos e agentes sociais para a Copa 2014 é executado pela Universidade FEEVALE, tendo sido realizado o primeiro seminário de formação no dia 6 de dezembro nas dependências do Complexo Beira-Rio.

Além disso, desde março de 2011, a FDRH vem realizando cursos de qualificação voltados à *Elaboração de Projetos Sociais*. Mais de 300 servidores foram capacitados para elaborar projetos e captar recursos por meio do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasses (SICONV).

Servidores e agentes sociais formados pela Escola de Governo

Produto	Concluintes	Inscritos em ações em andamento
Servidores e Agentes Sociais Formados	917	323

Fonte: Divisão de Suporte Operacional - DSO

Implantação da Escola da Copa

Produto	2011
Ações Educativas da Escola da Copa	2

Fonte: Divisão de Formação Continuada - DFC

Remodelagem do processo de execução dos concursos públicos

Produto	Nº de concursos em 2011		
	Concluídos	Em Andamento	Em Negociação
Concursos Públicos Realizados	07	07	04

Fonte: Divisão de Concursos Públicos - DCP

Universalização do acesso ao estágio profissional

Produto	Nº estagiários – dez/2011
Acesso ao Estágio Profissional Universalizado	10.000

Fonte: Divisão de Gestão de Estágios – DGE

Ações da Escola de Governo

	Iniciados em 2011	Finalizados em 2011	Realizados em 2011	Valor unitário (R\$)	Total orçamentário (R\$) 2011
Especialização	4	0	0	350.000,00	1.400.000,00
Extensão	27	25	7	35.000,00	945.000,00
Seminários	10	10	4	50.000,00	500.000,00
Total em 2011 (R\$)					2.845.000,00
Edital de Pesquisa (R\$)			0		500.000,00
Publicações (R\$)			0		100.000,00
Total em 2011 (R\$)					3.445.000,00
Equipamentos EAD Estrutura					300.000,00
FGV					1.980.000,00

Fonte: F/DDI/DDI 2011/ESCOLA DE GOVERNO 2011/QUEST PEDAG DE TODAS IES/CRONOGRAMA AULAS. Acessado em 13/12/2011.

Ações previstas para 2012

Servidores e agentes sociais formados pela Escola de Governo

Produto	Meta para 2012
Servidores e Agentes Sociais Formados	3.200

Fonte: Divisão de Formação Continuada – DFC

Ações educativas da Rede Escola de Governo implantadas

	Iniciam em 2012	Valor unitário (R\$)	Total orçamentário (R\$) 2012
Especialização	13	350.000,00	4.550.000,00
Extensão	27	35.000,00	945.000,00
Seminários	20	50.000,00	1.000.000,00
Total em 2012 (R\$)			6.495.000,00
Edital de Pesquisa (R\$)		1.250.000,00	1.250.000,00
Publicações (R\$)		100.000,00	100.000,00
Restos a pagar de 2011 (R\$)			
Total em 2012 (R\$)			7.845.000,00
Equipamentos EAD Estrutura			400.000,00
Total em 2012 (R\$)			8.245.000,00

Fonte: F/DDI/DDI 2011/ESCOLA DE GOVERNO 2011/QUEST PEDAG DE TODAS IES/CRONOGRAMA AULAS. Acessado em 13/12/2011

Fomento à pesquisa nas 3 áreas de concentração da Escola de Governo

Produtos	Metas físicas para 2012
Pesquisa Realizada	30
Livro/Caderno/Revistas Publicados	10

Fonte: Plano Plurianual PPA 2012-2015

Implantação da Escola da Copa

Produto	Metas físicas para 2012
Ação Educativa da Escola da Copa Implantada	44

Fonte: Plano Plurianual PPA 2012-2015

Implantação da plataforma de EAD

Produto	Metas físicas para 2012
Plataforma EAD Implantada	01

Fonte: Plano Plurianual PPA 2012-2015

Modernização estrutura FDRH e implantação plano empregos, funções e salários

Produto	Metas físicas para 2012
Modernização da Estrutura Planejada	01
Plano de Empregos, Funções e Salários Implantado	01

Fonte: Plano Plurianual PPA 2012-2015

Remodelagem do processo de execução dos concursos públicos

Produto	Metas físicas para 2012
Processo de Execução dos Concursos Públicos Remodelado	01

Fonte: Plano Plurianual PPA 2012-2015

Universalização do acesso ao estágio profissional

Produto	Metas físicas para 2012
Acesso ao Estágio Profissional Universalizado	12.000

Fonte: Plano Plurianual PPA 2012-2015

Plataforma EAD

A partir de parceria entre FDRH e Secretaria do Esporte e do Lazer, a Rede Escola de Governo instituirá a **Plataforma de Ensino a Distância (EAD)**. O convênio prevê investimentos da ordem de R\$ 3 milhões, que serão utilizados na qualificação de cinco mil pessoas para a Copa do Mundo de 2014. O programa de formação terá 140 horas e será voltado aos servidores públicos, agentes da sociedade civil e profissionais envolvidos com o evento. Serão cinco módulos que tratarão de temas como *O contexto da Copa do Mundo FIFA 2014, O Marco Legal e a Economia da Copa do Mundo, Introdução aos Idiomas Espanhol e Inglês, Sociabilidade e Relações Humanas* e, também, um módulo específico que será definido por área de atuação.

Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS)

O Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul (IPERGS) é uma autarquia vinculada à Secretaria de Administração e dos Recursos Humanos (SARH), responsável pelo pagamento dos benefícios previdenciários e pela administração da assistência à saúde dos servidores públicos do Estado do Rio Grande do Sul. Criado pelo Decreto nº 4.842, de 08/8/1931, o IPERGS completou 80 anos em 2011. Ao longo das últimas décadas do século XX, a partir dos mandamentos constitucionais, sucessivas modificações na legislação foram promovendo a transição para que o IPERGS se tornasse o gestor do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). Por meio da Lei nº 12.395/05, houve a reestruturação do Instituto em seu nível hierárquico superior, buscando dotar a Autarquia de melhores condições para gerir suas duas áreas de atuação: saúde e previdência.

A partir desse processo, o IPERGS empreendeu considerável esforço para modernizar-se e dar resposta às suas novas responsabilidades. Todavia, o quadro de servidores, sua estrutura física, sua área de atendimento ao público e seus processos administrativos não foram objeto de investimentos necessários e suficientes para sua adequação ao novo momento, sendo flagrante a discrepância no funcionamento das áreas fins (saúde e previdência) entre si e dessas com a área administrativa, à qual caberia o suporte para a boa execução das competências e finalidades do Instituto.

Sendo assim, partiu-se do acúmulo promovido em gestões anteriores e que merecem reconhecimento. Porém, cabe ressaltar que há lacunas a serem preenchidas e dificuldades a serem superadas. Com essa visão, a presente gestão, contando com a colaboração dos servidores do IPERGS, assumiu o desafio de consolidar o Instituto.

Principais realizações e atividades desenvolvidas em 2011

- *Realização do Planejamento e Mapa Estratégico do IPERGS:* A partir do mês de junho, assessorado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), o IPERGS iniciou o processo de planejamento estratégico e confecção do Mapa Estratégico do Instituto, que estabeleceu os principais objetivos da gestão, desdobrados em projetos, contando com a participação de aproximadamente 65% dos servidores lotados na sua sede administrativa (Porto Alegre). Foram colhidas sugestões dos servidores lotados no interior, através da rede de computadores (intranet). O processo resultou na produção do Mapa Estratégico do IPERGS e na definição de 35 Programas.

- *Comemoração dos 80 anos do IPERGS:* O IPERGS desenvolveu uma série de atividades na passagem dos oitenta anos da Autarquia. Entre as atividades, houve a reinauguração do Museu IPERGS (Museu Previdenciário Flores da Cunha), que ficará aberto à visitação pública,

colaborando não só para o resgate da memória do Instituto, mas também para a preservação da história do serviço público do Estado. Foi criada a marca dos *80 anos IPERGS*, para reforçar a identidade visual e institucional do Instituto, assim como foi emitido o *Selo Comemorativo*, em parceria com os Correios. Também foi produzido um vídeo institucional (DVD), resgatando aspectos da história recente do IPERGS, através da fala de seus servidores.

- *Instituição do FUNDOPREV*: Através da Lei Complementar nº 13.758/11, aprovada no mês de julho, foi dado um passo importante para a garantia da sustentabilidade financeira da Previdência. A partir da aprovação dessa Lei, o Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Rio Grande do Sul passou a ser organizado e financiado mediante dois sistemas, sendo um de repartição simples e outro de capitalização, na forma disposta na Lei Complementar. A segregação de massas estabelecida pela Lei permitirá um progressivo equilíbrio do RPPS do Estado do Rio Grande do Sul, iniciando um processo de superação do histórico déficit do sistema previdenciário. Saliente-se que a criação do Fundo Previdenciário, gerido pelo IPERGS, garante a manutenção e fortalecimento da previdência pública.

- *Alocação dos servidores contratados emergencialmente*: Em virtude da necessidade de servidores para fazerem frente às demandas de trabalho no IPERGS, a Assembleia Legislativa aprovou uma contratação temporária. Através da Lei nº 13.341/10, foi autorizada a abertura de 119 vagas, sendo 100 de nível superior e 19 de nível médio. Os contratos têm a duração de um ano, prorrogável por mais um. O processo de chamamento dos aprovados iniciou ainda em 2010, intensificando-se em 2011. Do total de vagas, 97 foram preenchidas. Explica-se o não preenchimento pela desistência de muitos dos aprovados.

- *Reajuste na remuneração dos prestadores de serviço*: No ano de 2009, foi instituído um Grupo Paritário (grupo de trabalho consultivo focado na área de saúde, pela LC nº 12.134/04, composto por AMRIGS, AHRGS, CREMERS, FEHOSUL e Federação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos) que implicou na adoção de medidas de fortalecimento e modernização do controle sobre o atendimento aos segurados do IPE-Saúde. A partir de uma negociação realizada junto a esse grupo, foi concedido um reajuste no valor de consultas e procedimentos. Esse reajuste excluiu os segurados do IPE-Saúde da paralisação dos médicos em protesto contra a remuneração dos demais planos de saúde, consolidando o IPERGS como um plano capaz de equiparar-se com vantagens aos planos privados, protegendo os servidores públicos com qualidade e com um amplo leque de alternativas.

Valor das Consultas

Categoria	Franquias (R\$)	IPERGS (R\$)
1	7,00	40,00
2	10,00	37,00
3	14,00	33,00
4	15,00	34,00
5	21,00	26,00

- *Modernização do site, com qualificação das funcionalidades:* O site do IPERGS ganhou um *layout* mais moderno e com mais e melhores informações e serviços, promovendo a eficácia e a eficiência dos procedimentos, resultando na transparência dos processos.

- *Redução de 96,6 para 7,2 dias para o trâmite na concessão de pensões:* Novas práticas no campo da Gestão Pública constituíram avanço na concessão de pensões, melhorando o desempenho no trâmite nos processos, reduzindo consideravelmente o tempo de execução da demanda – de 90 dias para 7 dias (estimativa, atualizado até 15 dezembro), com ganhos de produtividade evidentes.

- *Climatização do edifício-sede:* O edifício-sede do IPERGS possui quase quarenta anos. Em função disso, algumas de suas estruturas e funcionalidades tornaram-se obsoletas, entre elas, o sistema de climatização do prédio. Por isso, já na gestão anterior, iniciou-se o processo de licitação de um novo sistema de climatização. Com o novo sistema, serão dispensados os aparelhos de ar-condicionado individuais, estabelecendo-se um sistema mais econômico e proporcionando um melhor ambiente de trabalho e de atendimento aos segurados no edifício-sede.

- *Assinatura de protocolo de intenções com FADERS:* O IPERGS assinou protocolo de intenções com a Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas Portadoras de Deficiência e de Altas Habilidades no Rio Grande do Sul (FADERS), com o objetivo de compor esforços para viabilizar e realizar projetos que permitam a acessibilidade no prédio-sede do IPERGS, em Porto Alegre. A parceria prevê ações junto ao quadro de servidores da Autarquia (capacitação) em benefício do atendimento às pessoas com deficiência e pessoas com altas habilidades, principalmente no campo da articulação e desenvolvimento das políticas públicas, a fim de garantir o cumprimento dos preceitos contidos no Decreto nº 39.678, de 23 de agosto de 1999 e demais leis pertinentes.

- *Acréscimo de 1.700 novos procedimentos na tabela IPE-Saúde:* O IPERGS iniciou em 2010 um estudo técnico de viabilidade de migração para a tabela CBHPM (Nacional) de procedimentos (exames,

cirurgias, etc.), no sentido de fortalecer o IPE-Saúde – acréscimo de 85%. Atualmente os mesmos já são liberados através de processos administrativos. A partir de 01/01/2012, os procedimentos serão incluídos no sistema eletrônico de atendimento na rede de computadores na página do IPERGS, não necessitando mais o beneficiário ingressar com requerimento. Essa ação estratégica constitui avanços na qualidade do atendimento, valorizando o servidor público e seus beneficiários.

- *Implantação de telecentro e ponto de leitura*: Aproveitando espaço ocioso no andar térreo da sede do IPERGS, foram instalados um telecentro e um ponto de leitura, visando o acesso à informação e à cultura para segurados e comunidade do entorno, cumprindo uma função social como compete aos organismos públicos, qualificando o espaço de atendimento ao público.

- *Congresso Previdenciário Gaúcho*: Ainda como parte das comemorações dos 80 anos do IPERGS, o Instituto organizou, juntamente com o Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Porto Alegre (Previmpa), o *I Congresso Previdenciário Gaúcho*, com 470 inscritos. O Congresso teve a participação de RPPS de vários municípios do Rio Grande do Sul e contou com a presença do Ministério da Previdência Social. O evento consolidou o protagonismo do IPERGS no âmbito da previdência pública no Rio Grande do Sul e no Brasil.

- *Nova organização das representações regionais do IPERGS*: A partir da aprovação, pela Assembleia Legislativa, da recomposição dos cargos de chefia para as unidades de atendimento aos segurados no interior do Estado (Lei nº 13.809/11), está sendo concluído o novo mapa das unidades localizadas fora de Porto Alegre. Essa medida permitirá um melhor acompanhamento da qualidade na prestação de serviços do IPERGS aos segurados.

Ações Previstas para 2012

- *Realização do Concurso Público*: Cerca de 80% do quadro de servidores do IPERGS alcançará condições para aposentadoria nos próximos dois anos, o que demonstra a necessidade de realização de concurso público.

- *Lançamento de livro comemorativo aos 80 anos do IPERG*: A partir da posse do atual Presidente, o IPERGS passou a desenvolver um processo de resgate da memória dos 80 anos da Autarquia. Desse processo, além da reorganização do acervo histórico do Instituto, deverá resultar uma publicação escrita, como forma de preservar e transmitir a memória histórica do IPERGS.

- *Implementação do Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED)*: A atividade de gestão de previdência e saúde do servidor público requer um grau de formalização rigoroso. Como é comum em todas as atividades burocráticas, há uma grande produção de registros

que precisam ser guardados por longo tempo. Essa situação provocou, ao longo de 80 anos, a necessidade de grandes espaços para a correta guarda desses documentos. Ainda que, periodicamente, seja feito o descarte de documentos, o número de processos produzidos é maior que o número de processos em condições de ser descartado. O Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED) é um recurso moderno, no qual os documentos são digitalizados, o que reduz o espaço necessário para armazenamento das informações e permite recuperação imediata das mesmas.

- *Realização do Censo Previdenciário:* O censo previdenciário tem previsão legal na Constituição Federal e nas leis nºs 9.717/98 e 9.796/99. No ano de 2012, o IPERGS, com recursos oriundos do Banco Mundial, iniciará o processo de Censo Previdenciário, que consistirá em um amplo recadastramento de servidores ativos e aposentados, visando qualificar o banco de dados previdenciário (SIPREV/RHE) e aperfeiçoar o cálculo atuarial, reunindo as principais informações dos servidores. Esse processo viabilizará, também, a agilização na concessão das aposentadorias.

Participantes do Censo Previdenciário

Espaços	Ativos	Inativos	Totais Vínculos	% Totais
Poder Executivo	145.910	131.672	277.582	93,68%
Poder Judiciário	8.748	3.388	12.136	4,10%
Poder Legislativo	2.541	1.082	3.623	1,22%
Ministério Público	2.634	344	2.978	1,00%
Total Geral	159.833	136.486	296.319	100,00%

- *Capacitação de servidores:* A capacitação permanente dos servidores é uma exigência da gestão pública moderna para melhorar o desempenho do serviço público e atender adequadamente a população, consoante o mapa estratégico do IPERGS e do Governo do Estado.

- *Manualização de procedimentos administrativos:* A gestão pública qualificada requer procedimentos ágeis e de fácil compreensão. Ao longo de seus 80 anos, o IPERGS desenvolveu uma série de serviços e processos diferentes. Na atualidade, muitos procedimentos administrativos não seguem um caminho claro e compreensível por todos. Esse fato, por si só preocupante, fica mais grave quando se sabe que grande parte dos servidores do IPERGS está em condições de aposentadoria, o que torna mais importante o mapeamento dos processos existentes, para que o conhecimento de *seu trâmite seja socializado ou redesenhado, quando for necessário.*

• *Implementação da Gestão Eletrônica de Processos (GEP):* Os processos eletrônicos, que dispensam o trâmite físico de documentos, já são realidade na Diretoria de Saúde do IPERGS e estão em fase de testes na Diretoria de Previdência. A implantação dos processos eletrônicos trará mais rapidez e segurança aos mesmos, reduzindo, também, o volume de papel utilizado.

• *Implementação do IPE 24 horas:* O IPE-24 horas é um serviço de acompanhamento e ações preventivas junto aos segurados. Objetiva garantir melhor qualidade de vida aos segurados e diminuir os custos, pois tende a reduzir o número de consultas desnecessárias. A implantação do IPE-24 horas deverá ser acompanhada da efetiva implantação do agendamento eletrônico de consultas e leitos, que já são objeto da negociação entre o IPERGS e o Grupo Paritário. Com a implantação do IPE 24 horas, são esperados como principais resultados:

- *Melhorar a condição de saúde dos beneficiários;*
- *Diminuição do custo assistencial em função da melhor qualidade de vida – números apontam que para cada real investido são economizados R\$ 2,3;*
- *Controle das condições de saúde sobre os indivíduos já diagnosticados com doenças crônicas evitando o avanço;*
- *Prevenção primária e secundária nas populações de risco.*

• *Atualização da legislação do IPERGS:* A criação do FUNDOPREV e as exigências cada vez mais complexas da gestão do RPPS exigem uma atualização da legislação, estabelecendo com nitidez as responsabilidades para uma gestão efetiva do Regime Próprio de Previdência Social. A Câmara Temática de Previdência Pública e um Grupo de Trabalho reunindo os poderes já estão debatendo para propor um novo marco legal para o sistema de previdência pública do Rio Grande do Sul, a partir de uma ampla concertação.

• *Realização do II Congresso Previdenciário:* A partir da experiência do I Congresso Previdenciário Gaúcho, coordenado pelo IPERGS e Previmpa, ficou demonstrada a relevância de momentos de articulação, troca de experiências e informações entre os RPPS do Estado. Esses momentos, além de aprofundarem o conhecimento dos responsáveis pelos regimes próprios, permitem uma articulação entre os diversos agentes da previdência pública. Nessas situações é relevante que o IPERGS se apresente como protagonista no processo de articulação.

• *Implantação pelo IPE-Saúde do Cartão Smart em parceria com BANRISUL:* Considerando a reestruturação do Sistema de Atendimento aos Servidores Públicos do Estado, e com objetivo de dar continuidade à modernização da estrutura operacional do IPE-SAÚDE, essa ação prevê a utilização, pelos beneficiários do IPERGS, da Rede Banricompras. Os cartões do IPE-Saúde, atualmente, são fornecidos pelo BANRISUL através de uma parceria institucional. Essa parceria

possibilita a quase toda a rede de prestadores de serviço o uso do pin pad (máquina para utilização dos cartões). Com isso, há um controle da Autarquia sobre o número de consultas prestadas e, com isso, possibilidade de manter a boa remuneração dos serviços. Com a inserção de micro chips (Cartão *Smart*) nos cartões IPE-Saúde/BANRISUL, haverá uma ampliação no número de informações que poderão ser armazenadas no cartão, além de criar uma facilidade para a vida dos servidores com a utilização de um único cartão para IPE-Saúde e BANRISUL, além de resultar em maior abrangência da rede de atendimento aos usuários.

SECRETARIA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E APOIO À MICRO E PEQUENA EMPRESA

São competências da Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa (SESAMPE):

- Promover e difundir os conceitos de associativismo, solidariedade, autogestão, desenvolvimento sustentável e de valorização das pessoas e do trabalho;
- Proporcionar a criação e a manutenção da oportunidade de trabalho, geração e distribuição de renda;
- Implementar a política estadual de fomento à economia solidária e dar suporte administrativo ao Conselho do setor;
- Estimular a produção e o consumo de bens e serviços oferecidos pelo setor da economia solidária;
- Apoiar e promover projetos que estimulem a geração de trabalho e renda com foco na economia solidária;
- Promover a incubação e a assistência técnica para empreendimentos da economia solidária;
- Promover, incentivar e ampliar a competitividade das micro e pequenas empresas, inclusive por meio de investimento comercial, industrial e de serviços;
 - Executar o registro de empresas;
 - Apoiar técnica e financeiramente a recuperação e reativação de empresas por trabalhadores;
 - Apoiar o empreendedorismo e a competitividade de micro e pequenas empresas;
 - Apoiar o desenvolvimento de projetos na área de gestão e de tecnologia da informação;
 - Gerir fundos de desenvolvimento na sua área de competência;
 - Promover a formação, a educação e a capacitação técnica para cooperação e autogestão;
 - Fomentar a comercialização de produtos e serviços.

Principais realizações em 2011

Em 18 de agosto de 2011, foi publicado o Decreto nº 48.164, de 2011, que institui o **Programa Gaúcho de Microcrédito**, juntamente com o lançamento do Edital de credenciamento ao Programa. Em 18 de setembro, com a entrega de cinco cheques, o Governador marcou o início das operações do Programa, em ato efetivado no Salão Negrinho do Pastoreio, no Palácio Piratini. Até meados de dezembro, haviam sido credenciados, pela Secretaria, 86 municípios e 12 instituições de microcrédito.

Em 22 de novembro de 2011, foi realizado o *Primeiro Fórum Regional do Microcrédito no RS*, por ocasião da interiorização do Governo em Passo Fundo.

Entre 17 e 21 de outubro de 2011, foi realizado o primeiro curso de capacitação de agentes de oportunidade, em parceria com o SEBRAE e BANRISUL, treinando 25 agentes.

No tocante aos projetos relativos ao desenvolvimento de empreendimentos da **Economia Solidária**, diversas atividades marcaram positivamente o ano de 2011. Dentre elas, é importante ressaltar a assinatura do Decreto nº 48.688, de 14 de dezembro de 2011, que instituiu o *Conselho Estadual de Economia Solidária*, publicado no dia 15 de dezembro de 2011, data em que se comemora o "Dia Nacional da Economia Solidária".

Esse Conselho será um órgão colegiado, permanente e de caráter consultivo, tendo como objetivo principal estimular o desenvolvimento das empresas, cooperativas, associações, redes e empreendimentos de auto-gestão que compõem o setor de Economia Solidária, integrando-os ao mercado e criando novos, tornando suas atividades autossustentáveis, por meio de programas, projetos e parcerias com as entidades e órgãos públicos e privados.

No campo normativo, ainda se pode registrar que o Projeto de Lei que regula as compras públicas, através do qual se busca inserir um tratamento específico para os produtos de origem de empreendimentos certificados como de economia solidária, encontra-se já encaminhado pelo Governo do Estado à Assembleia Legislativa para aprovação.

Com respeito à certificação dos empreendimentos da economia solidária, bem como dos requisitos necessários para concessão do *Documento de Certificação de Origem (DOC)* – selo – a produtos, bens e serviços, resultantes dessa atividade, foi nomeado um Grupo de Trabalho pela SESAMPE para efetivar a referida normatização.

Durante o ano, foram realizadas quatro feiras no RS, em Santa Maria, Canguçu, Passo Fundo e Porto Alegre (Feira Estadual), as quais possibilitaram dar maior visibilidade aos Projetos e iniciativas da Secretaria para esse importante segmento do Estado.

Também no mês de novembro de 2011, três grandes eventos foram realizados em Porto Alegre: o *Encontro Estadual de Empreendimentos Econômicos Solidários*, no dia 8; o *Encontro Latino-Americano de Mulheres da Economia Solidária*, no dia 9; e no dia 10, os *Grandes debates* –

Economia solidária: estratégia de desenvolvimento, na Assembleia Legislativa do Estado.

Os Grandes Encontros da Economia Solidária do RS tiveram por objetivo debater o protagonismo dos empreendimentos, sua organização e fortalecimento, a constituição de redes e cadeias, o papel da mulher na construção desta nova sociedade, com a amplitude de sua atuação em diversos espaços (cuidado da família, ambiental, educação, saúde, trabalho associado e cooperado), acrescidos da apresentação de casos de sucesso da economia solidária, do RS, do Brasil e América Latina e Espanha.

Envolveram diretamente 700 pessoas e, indiretamente, 6.400, de 24 cidades do RS, sete estados brasileiros (RS, SC, PR, SP, DF, RN e RO) e seis países (Brasil, Uruguai, Paraguai, Venezuela, Equador e Itália).

Essas atividades reforçaram a importância do tema, a preocupação do Governo do Estado em estabelecer canais de comunicação e políticas públicas de desenvolvimento que priorizem e promovam a economia solidária.

Ainda, foi aprovado pelo Ministério do Trabalho e Emprego projeto desta pasta, *RS Mais Justo e Solidário*, para efetivar convênio entre o Estado do Rio Grande do Sul e o Ministério, através da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), pelo qual foram repassados R\$ 2 milhões, com uma contrapartida do Estado de R\$ 800 mil.

O projeto tem por objetivo geral contribuir para a erradicação da condição que gera a pobreza extrema, através da melhoria dos fatores de produção dos empreendimentos econômicos solidários existentes, com ações de fortalecimento à gestão, produção e comercialização de seus serviços e produtos, visando ao aumento da renda, ampliação de postos de trabalho e melhoria da qualidade de vida.

Outro projeto de destaque, em 2011, foi o **Diagnóstico das Incubadoras Empresariais**. Pode-se estabelecer como seu ponto alto a possibilidade de interface da SESAMPE com outros órgãos do Governo e entidades públicas e privadas, no sentido de buscar, além da realização do devido diagnóstico da situação, também a proposição de uma política específica para o setor.

Para esse fim, será constituído um Grupo de Trabalho intersecretarias, formado por SESAMPE, Secretaria da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico (SCIT) e Gabinete dos Prefeitos e Relações Federativas (GPRF). O grupo terá o apoio de profissionais do Parque Científico e Tecnológico da Pontifícia Universidade Católica do RS (TECNOPUC), altamente qualificados no tema.

O projeto **Cadeia PET Binacional**, pela sua importância estratégica para a Secretaria e para o Governo do Estado, foi inserido entre aqueles a serem monitorados pela Sala de Gestão do Governo. A partir de distintas atividades realizadas, são pontos relevantes acontecidos em 2011 os seguintes:

- Visitas e reuniões com a Cooperativa Industrial Maragata (COOPIMA), que será a responsável pela produção da fibra, bem como com os Ministérios do Trabalho e Seguridade Social, Ministério do

Desenvolvimento Social, Ministério das Relações Exteriores e Instituto Nacional do Cooperativismo (INACOOOP), todos na República Oriental do Uruguai; além de participações em seminários e eventos no Uruguai e Argentina, para apresentação do tema.

- Realização de 12 seminários com associações e cooperativas de catadores, universidades, ONGs, gestores públicos municipais e interessados no tema, para sensibilizar o público envolvido, debater e definir quais as regiões que serão sedes dos polos de beneficiamento do PET, no Estado; qual a forma jurídica a ser constituída para operacionalizar os referidos polos, assim como as contrapartidas dos municípios envolvidos e as demandas de infraestrutura, equipamentos, logística, formação e qualificação de cada um dos polos.

Os polos foram inicialmente definidos no Vale do Rio Pardo (Santa Cruz do Sul), na Região Sul (Jaguarão), na Região Metropolitana Delta do Jacuí (Canoas e Novo Hamburgo), na Região da Serra (a definir) e na região Nordeste (a definir).

Esse projeto ainda necessita ajustes no tocante às fontes de financiamento e parcerias com o Estado, propostas inicialmente através da PETROBRAS e BNDES.

Em 8 de novembro, por ocasião da visita do Presidente do Uruguai ao Rio Grande do Sul, foi assinado Termo de Cooperação entre os referidos interessados para implantação da Cadeia PET, entre outras ações no âmbito da economia solidária.

Com apoio da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) e FGTAS, está programada a capacitação de 59 turmas nos três primeiros módulos a serem instalados em 2012.

O SEBRAE, também parceiro no projeto, já finalizou o estudo de viabilidade de toda a cadeia PET.

A **Junta Comercial do RS (JUCERGS)** é um órgão vinculado administrativamente à SESAMPE. É preciso registrar sua importante caminhada em 2011, alcançando resultados significativos em busca do objetivo de qualificar os seus serviços e estar mais aproximada da sociedade gaúcha.

Para isso, desenvolveu suas estratégias no sentido de:

- Agilizar o atendimento às empresas visando desburocratizar os processos percorridos pelos usuários do Registro do Comércio, a fim de que os Atos do Poder Público sejam expedidos de forma mais dinâmica e eficaz;

- Agilizar, qualificar e dar ainda mais segurança ao atendimento do empresariado gaúcho, focando a ampliação dos serviços eletrônicos, facilitando o desenvolvimento social e econômico do Estado;

- Qualificar a gestão e o controle público do Estado, atuando de maneira participativa e transversal;

- Ampliar o processo de informatização na prestação dos serviços pela JUCERGS;
- Ampliar o grau de satisfação dos usuários com os serviços prestados pela JUCERGS;
- Diminuir o tempo médio para Registro de Atos Empresariais para Limitadas, S.A., Cooperativas e demandas fora do Estado;
- Complementar a digitalização do Acervo de Documentos;
- Estabelecer a emissão de documentos via internet;
- Participar de forma efetiva na implantação da Rede Nacional (REDESIM);
- Colocar o Portal JUCERGS à disposição da sociedade.

O Programa **Redes de Cooperação** é uma iniciativa inovadora do Governo do Estado para desenvolver a cultura associativa entre pequenas empresas. Iniciado no ano 2000, foi concebido para empreendedores da indústria, comércio e serviços, garantindo melhores condições de concorrência frente às atuais exigências competitivas dos mercados.

A ideia central é reunir empresas com interesses comuns em Redes de Cooperação, constituindo uma entidade juridicamente estabelecida, sem quotas de capital, que mantém a independência legal e a individualidade de cada empreendimento participante.

A formação de uma rede permite a realização de ações conjuntas, facilitando a solução de problemas comuns e viabilizando novas oportunidades que isoladamente não seriam possíveis.

O Programa Redes de Cooperação, em 2011, retomou as negociações junto às dez universidades parceiras. Foram realizadas reuniões de trabalho conjunto com as universidades, sendo solicitados estudos sobre as redes existentes na região de atuação de cada uma das Instituições de Ensino Superior.

O diagnóstico foi elaborado, apresentando um total de 220 Redes de Cooperação, englobando cerca de 4.724 empresas, mantendo em torno de 56.100 empregos diretos, com um faturamento estimado de R\$ 6 bilhões.

O resultado obtido dessa pesquisa permitiu que fosse estabelecido um levantamento individual de cada rede existente no que se refere aos pontos fortes e fracos das mesmas. Possibilitará, também, a definição das metas a serem estabelecidas em cada um dos planos de trabalho dos referidos convênios, para aperfeiçoamento e fortalecimento das redes já existentes, bem como a formação de novas nas regiões onde surgir demanda de novos segmentos.

Com esse diagnóstico, foram obtidos números significativos de redes no estágio de desenvolvimento avançado, as quais serão aprimoradas no tocante aos conceitos gestão e inovação. As redes em desenvolvimento e as em estágio inicial terão reforçados os princípios básicos de "Metodologia de Redes de Cooperação". Nesses dois últimos grupos, deverão ser trabalhadas as fases de: expansão das empresas às redes existentes,

planejamento estratégico, inovação, negociação (compras em conjunto) e *marketing*.

A SESAMPE, ainda em 2011, estabeleceu um esforço prioritário no sentido de estudar a viabilidade de implementar no Estado o projeto de estruturação do **Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FOPEMEPE/RS)**. Esse será um espaço de debates e de conjugação de esforços entre o Governo e o setor privado, para elaboração de propostas e ações de políticas públicas orientadas às microempresas e empresas de pequeno porte.

Seu objetivo maior será o de divulgar e promover o fortalecimento desse segmento no Estado. Sua composição contará com Órgãos e Entidades Governamentais e Entidades de Apoio e Representação, estando estruturado em seis Comitês Temáticos: Compras Governamentais; Disseminação, Informação e Capacitação; Investimento e Financiamento; Tecnologia e Inovação; Acesso a Mercados e Comércio Exterior e Desoneração e Desburocratização.

Esses Comitês Temáticos irão representar a instância responsável pela articulação, desenvolvimento de estudos, elaboração de propostas e encaminhamento dos temas específicos que deverão compor a agenda de trabalho do FOPEMEPE/RS.

A proposta de Decreto encontra-se em fase de revisão final, junto à Casa Civil, com previsão de lançamento do Fórum para o mês de março de 2012.

Outro destaque da SESAMPE, em 2011, foi o Projeto **Economia Pacificadora**. Esse é um projeto implementado nas áreas de capacitação técnica gerencial para fomento à Economia Solidária e Empreendedorismo das micro e pequenas empresas, empresários individuais e informais nos territórios a serem pacificados, com o objetivo de transformar a economia informal, a economia ilegal e a economia criminosa em economia social. O projeto tem as seguintes estratégias:

- Incursão com os denominados agentes de oportunidade, em zonas beligerantes, a fim de construir novas perspectivas de emprego e geração de renda;
- Monitoramento dos índices de criminalidade nas áreas de atuação do programa microcrédito gaúcho;
- Patrocínio da formalização dos negócios informais;
- Atuação concentrada em jovens de 18 a 34 anos;
- Estabelecimento de uma política de rede de cooperação nas zonas beligerantes a fim de afastar as práticas de criminalidade (*Broken Windows Theory*).

As metas do projeto são:

- Alocar R\$ 50 milhões ao Programa Gaúcho de Microcrédito;
- Consolidar uma rede de instituições de microcrédito no RS;
- Aplicar cerca de R\$ 2 bilhões no quadriênio 2011-2014;

- Reduzir a violência em zonas de baixa renda por meio da aplicação de crédito pessoal;
- Definir a rede de cooperação entre empreendedores de baixa renda para a promoção de ambientes mais seguros;
- Desenvolvimento de práticas comunitárias de segurança;

O projeto foi implantado em Porto Alegre, nos bairros Lomba do Pinheiro, Restinga, Rubem Berta e Santa Tereza, e também em Passo Fundo, Canoas e Vacaria.

Atividades a Serem Desenvolvidas em 2012

- Ampliação dos projetos estratégicos da SESAMPE;
- Execução do projeto da nova estrutura física da SESAMPE;
- Execução de projetos de qualificação e valorização de servidores;
- Investimento em mobiliário e equipamentos;
- Plano de racionalização de gastos;
- Execução do projeto de autarquização da Junta Comercial;
- Assinatura de 10 novos convênios com universidades parceiras do programa de redes de cooperação;
- Instituição do fórum permanente das microempresas e empresas de pequeno porte do Estado do Rio Grande do Sul;
- Instalação do Conselho Estadual de Economia Solidária;
- Conclusão do projeto diagnóstico das incubadoras empresariais;
- Instalação do Fórum permanente das microempresas e empresas de pequeno porte do Estado do RS;
- Conclusão do trabalho e edição de portaria regulamentando a certificação dos empreendimentos da economia solidária e do Documento de Certificação de Origem (DOC) – selo – dos produtos, bens e serviços resultantes dessa atividade;
- Assinatura de convênio para instalação da Sala do Exportador;
- Execução do convênio com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) – projeto *RS Mais Justo e Solidário!*
- Aprovação do programa de economia solidária do Estado;
- Aprovação do decreto de compras públicas para Economia Solidária;
- Execução do *Projeto Cadeia PET Binacional*, através de convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego/Secretaria Nacional de Economia Solidária;

- Execução do *Programa Estadual de Comercialização Solidária* através de convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego/Secretaria Nacional de Economia Solidária.

SECRETARIA DE HABITAÇÃO E SANEAMENTO

De acordo com a Lei nº 13.601, de 01 de janeiro de 2011, compete à Secretaria de Habitação e Saneamento (SEHABS): formular, coordenar e executar a política de habitação de interesse social e de desenvolvimento urbano; executar a política de regularização fundiária; coordenar e executar a remoção e o reassentamento de pessoas localizadas em áreas de risco; formular e coordenar programas e executar obras públicas na área de saneamento básico e propor políticas de desenvolvimento urbano. A Secretaria tem como vinculada a Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN).

A Secretaria de Estado de Habitação e Saneamento, neste contexto, assume tarefas estratégicas, na medida em que a **produção habitacional**, o **desenvolvimento urbano**, a **regularização fundiária** e o **saneamento básico** são vetores de desenvolvimento, democratização e inclusão social. As ações prioritárias em desenvolvimento são:

- Constituir a política e o sistema estadual de produção habitacional que permita o amplo acesso à moradia popular, de modo a atender 75 mil famílias;
- Promover o desenvolvimento urbano sustentável, com participação da sociedade, estimulando a ocupação democrática e harmônica do solo, com qualidade de vida para o povo gaúcho;
- Garantir acesso à moradia digna, à mobilidade, à saúde, ao saneamento e a outros serviços essenciais;
- Buscar inovações tecnológicas para os projetos de habitação popular;
- Elaborar o plano de saneamento e implementar as obras necessárias, para duplicar a capacidade de tratamento de esgoto no Estado;
- Promover a regularização fundiária nas áreas públicas estaduais ocupadas e socialmente consolidadas.

Produção e Programas Habitacionais

Em 2011, foram assinados convênios de complementação financeira para a produção habitacional com 29 municípios. O valor total conveniado foi da ordem de R\$ 4,1 milhões, e permitiu a **construção, reforma ou complementação financeira** para 1.025 unidades habitacionais.

Convênios para a produção habitacional – 2011

Município	Objeto	Unidades	Valor Repasse
Cacequi	complemento da construção de casas	29	87.000,00
Caçara	complemento da construção de casas	30	90.000,00
Canguçu	construção de casas	35	525.000,00
Coop.Coophirs-4 (Redentora/Ten.Portela)	complemento da construção de casas	80	360.000,00
Coop.COOPHIRS-5 (Redentora)	complemento da construção de casas	75	337.500,00
Gramado Xavier	construção de casas	5	65.000,00
Itacurubi	construção de casas	6	72.000,00
Jacutinga	complemento da construção de casas	10	30.000,00
Jaguarão	complemento da construção de casas	60	180.000,00
Lajeado do Bugre	complemento da construção de casas	30	90.000,00
Maçambará	construção de módulos sanitários	30	72.000,00
Manoel Viana	construção de módulos sanitários	24	72.000,00
Novo Xingu	complemento da construção de casas	15	45.000,00
Paim Filho	complemento da construção de casas	30	90.000,00
Paim Filho	produção de reformas habitacionais	9	20.000,00
Rio Grande	complemento da construção de casas	61	91.500,00
Rio Grande	complemento da construção de casas	19	28.500,00
Rio Grande	complemento da construção de casas	7	10.500,00
Rio Grande	complemento da construção de casas	13	19.500,00
São Lourenço do Sul	complemento da construção de casas	60	180.000,00
São Lourenço do Sul	produção de reformas habitacionais	150	450.000,00
São Sebastião do Caí	construção de casas	30	450.000,00
Sapiranga	complemento da construção de casas	87	300.000,00
Soledade	complemento da construção de casas	60	180.000,00
Taquaruçu do Sul	complemento da construção de casas	19	57.000,00
Taquaruçu do Sul	complemento da construção de casas	22	66.000,00
Tio Hugo	complemento da construção de casas	13	39.000,00
Tio Hugo	complemento da construção de casas	11	33.000,00
Tio Hugo	construção de casas	5	65.000,00
Total		1.025	4.105.500,00

Fonte: SEHABS. 2011



Casa construída em Cerro Grande - Programa Minha Casa Minha Vida com a complementação financeira de R\$ 3 mil feita pelo Governo do Estado. Fonte: SEHABS.2011

Em 2011 foram executadas 14.656 ações habitacionais, decorrentes de 401 convênios anteriormente realizados com 380 municípios e 21 cooperativas, envolvendo o valor de R\$ 3,2 milhões. Até o final do ano de 2011, foram assinados outros 20 convênios com 14 prefeituras e duas cooperativas, envolvendo recursos da ordem de R\$ 2,5 milhões, para a produção 686 ações habitacionais em 16 municípios.

Em 2012 a estimativa é da contratação de mais R\$ 16,5 milhões para a produção de 13.115 ações habitacionais a serem realizadas através de diversos convênios. E, através do Banco de Terras Públicas do Estado, serão produzidas 1.360 unidades habitacionais, em dois condomínios a serem construídos em Porto Alegre. As primeiras 160 habitações serão concluídas até outubro de 2012.

Banco de Terras Públicas do Estado

O lançamento do **Banco de Terras**, primeiro no País, foi resultado de uma ação conjunta entre SEHABS, Secretaria de Administração e dos Recursos Humanos e Conselho Estadual das Cidades.

O Banco de Terras está sendo composto por áreas públicas, ou a serem adquiridas pelo Estado, em zonas urbanas, que serão utilizadas para a construção de habitações de interesse social, beneficiando a população que recebe de zero a três salários mínimos.

A população-alvo prioritária é constituída por moradores de áreas de risco, mulheres chefes de família e servidores dos órgãos de segurança

pública. Até o momento, foram identificadas 58 áreas disponíveis, em 31 municípios com população acima de 30 mil habitantes, perfazendo o total de 230 hectares que atendem as condições para doação ao Fundo de Arrendamento Residencial (FAR).

Desenvolvimento Urbano

Cumprindo a missão institucional de formulação, coordenação e execução da política de habitação de interesse social, fundamental para o desenvolvimento urbano, está em desenvolvimento, com o apoio do Conselho Estadual das Cidades, o **Plano Estadual de Habitação de Interesse Social (PEHIS)** e a política de implementação do **Estatuto das Cidades**.

Para orientar os municípios do Estado sobre a elaboração do Plano de Habitação de Interesse Social foi realizado, em maio de 2011, um seminário estadual. Posteriormente, foram realizadas as plenárias do PEHIS, que ocorreram em municípios dos 28 COREDEs, tendo por principal objetivo a articulação das ações e projetos de habitação de interesse social no Estado.

O PEHIS promoverá a integração entre os planos municipais, sendo o Estado o coordenador das atuações integradas que exijam intervenções nos municípios, em especial na área de habitação. A ser apresentado para aprovação do diagnóstico, em uma audiência pública, em março de 2012, será um instrumento de planejamento constituído por atos e medidas institucionais, econômicas e jurídicas que consolidam o papel do Estado no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), e viabilizará o pleno acesso aos recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS).

Conselho Estadual das Cidades

O **Conselho das Cidades** é órgão consultivo e deliberativo ligado à SEHABS, eleito na Conferência Estadual das Cidades em abril de 2010. Tem, entre outros objetivos, o de aprovar ou propor alterações nos programas de governo e analisar orçamentos. A posse dos membros do Conselho ocorreu em julho de 2011, durante a realização do seminário que debateu os 10 anos do Estatuto das Cidades.

O Conselho das Cidades deverá debater e apreciar o diagnóstico relativo à necessidade, no Estado, por habitações de interesse social. O diagnóstico está sendo desenvolvido pelos responsáveis pela execução do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social (PEHIS). A composição plural dos integrantes do Conselho possibilita constante diálogo com a sociedade na resolução das demandas, apresentadas pelas entidades representativas.

Integram o Conselho representantes dos seguintes órgãos e entidades:

- Assembleia Legislativa do Estado;
- Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN);
- Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (METROPLAN);
- União de Vereadores do RS (UVERGS);
- Central dos Movimentos Populares (CNT);
- Confederação Nacional de Associações de Moradores (CONAM);
- Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN);
- Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES);
- Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS);
- Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA-RS);
- Conselho Regional de Serviço Social (CRESS 10ª Região);
- Organização das Cooperativas do RS (OCERGS);
- Federação das Indústrias do RS (FIERGS);
- Associação de Assessoria Comunitária (AASCOM);
- Associação Santaniense do Deficiente Físico de Livramento (ASSANDEF).

Saneamento

A atuação do Governo do Estado na área de saneamento, através da SEHABS, é feita em duas instâncias: a da consolidação da política de saneamento do Estado e o apoio à implementação de sistemas de saneamento em pequenos municípios.

A consolidação da Política de Saneamento no Estado ocorre pela execução de Planos Regionais de Saneamento (Planos de Saneamento de Bacia), pela execução do Plano Estadual de Saneamento e pela implantação do Sistema de Informações em Saneamento.

O apoio aos pequenos municípios se dá através da perfuração de poços, implantação de pequenos sistemas de abastecimento de água, esgotos sanitários e drenagem urbana e, ainda, apoiando a execução de projetos de saneamento básico.

No **Programa Estadual de Saneamento para Pequenas Comunidades (PESPC)**, em 2011, mais de R\$ 1 milhão foi repassado através de convênios a 27 municípios que solicitaram recursos. O investimento principal, com contrapartida das prefeituras, foi feito nas redes de água, beneficiando 927 famílias.

Outros R\$ 900 mil, em convênios para 12 municípios, foram contemplados através de consulta pública.

Convênios em fase final de preparação para assinatura
Programa Estadual de Saneamento para Pequenas Comunidades (PESPC)

Município	Repasse (R\$)	Total (R\$)	Famílias	Localidade	Tipo de Obra
Agudo	10.226,00	28.184,67	8	Complexo da Serra	rede de água
Caçara	45.000,00	55.938,62	25	Linha Forquilha	rede de água
Ciríaco	30.000,00	43.031,45	5	São Cristóvão	rede de água
Cotiporã	45.000,00	72.724,29	12	Linha Brasil	rede de água
Doutor Ricardo	45.000,00	82.658,48	62	Sede	rede de água
Fagundes Varela	40.500,40	57.020,00	80	Rua Sul Brasil e Av. Antônio Ferronato	drenagem pluvial
Gramado Xavier	45.000,00	64.796,95	60	Volta Alegre	rede de água
Hulha Negra	90.000,00	125.445,25	100	Serra da Hulha e Floresta	rede de água
Jaguari	33.400,00	53.533,00	16	Barragem	rede de água
Lagoa Bonita do Sul	28.790,75	30.627,60	90	Linha Faber e Entrada da Várzea	rede de água
Não me Toque	41.034,30	56.111,92	10	São José do Centro e Arroio Bonito	rede de água
Paim Filho	45.000,00	57.082,46	24	Comunidade Navegantes	rede de água
Palmeira da Missões	44.990,39	68.080,97	11	Linha Macaquinho	rede de água
Panambi	30.000,00	37.640,00	21	Linha Timbará (Iriapíria)	rede de água
Passo do Sobrado	45.000,00	60.917,00	63	Passo da Mangueira, Capela dos Cunha, Timbauva, Cerro dos Cultivados, Porteiro Grande, Taquari Mirim e Rincão do Sobrado	rede de água
Quevedos	13.320,00	14.930,40	6	Estrada Volta do Estaleiro	rede de água
Restinga Seca	37.500,00	77.322,47	54	Campo Bonito, Várzea do Meio	rede de água
Santo Cristo	45.000,00	73.169,77	38	Linha Sírio	rede de água
São João do Polêsine	9.554,40	14.144,40	10	Ribeirão	rede de água
São Luiz Gonzaga	30.000,00	37.500,00	11	Três Bocas	rede de água
São Miguel das Missões	45.000,00	54.049,11	9	São João das Missões	rede de água
Seberi	45.000,00	50.000,00	50	Linha Pinhal e Mundo Novo	rede de água
Tio Hugo	37.870,00	43.183,00	60	Ruas do bairro Progresso	drenagem pluvial
Tiradentes do Sul	42.619,70	45.340,10	23	Porto Soberbo	rede de água
Vacaria	45.000,00	72.599,20	60	Nova Estrela e Nova Batalha	rede de água
Vila Nova do Sul	35.857,65	39.857,65	9	Laranjeiras	rede de água
Vista Alegre	35.000,00	56.257,27	10	Linha Costa do Braquinha	rede de água
Totais	1.040.663,59	1.472.146,03	927		

Fonte: SEHABS/DESAN. 2011

Convênios em fase final de preparação para assinatura

Programa Est. de Saneamento p/ Pequenas Comunidades (PESPC) Consulta Popular

Município	Repasse (R\$)	Total (R\$)	Famílias	Localidade	Tipo de Obra
Arroio do Sal	60.000,00	63.190,71	95	Balneário Figueirinha	drenagem pluvial
Caçapava do Sul	246.000,00	270.000,00	1000	Vila Mercedes	drenagem pluvial
Capão do Cipó	30.000,00	32.750,00	44	Passo do Tibúrcio	rede de água
Capivari do Sul	35.000,17	38.787,17	19	Bairro Jardim Formoso	esgoto sanitário
Cidreira	60.000,00	70.431,36	2500	Av. J	drenagem pluvial
Ibirubá	30.000,00	51.360,40	12	Linha 5	rede de água
Mampituba	60.000,00	75.000,00	75	Vila Matias, Rio de Dentro, Taquaruçu, Rio da Panela, Sede e outras	esgoto sanitário
Mato Leitão	75.877,23	78.423,23	30	Vila Kroth	esgoto sanitário
Pantano Grande	67.395,00	75.624,54	200	Vila Marques, Rua Cabriúva, Sede	esgoto sanitário
Santa Bárbara do Sul	119.950,61	133.306,02	56	Aparecida, Fátima, Juventude Cerutti, e outros	esgoto sanitário
Três Forquilhas	60.000,00	65.000,00	43	Sede do Município	esgoto sanitário
Unistalda	60.000,00	67.718,37	270	Juvêncio Machado e Nazaré	rede de água
Total	904.223,01	1.021.591,80	4344		

Fonte: SEHABS/DESAN. 2011

Um dos trabalhos mais representativos da SEHABS é a **perfuração de poços artesianos**. O principal público-alvo do serviço são comunidades da área rural de municípios gaúchos, que sofrem com a falta de água gerada pela distância da rede de abastecimento.



Abertura de poço na comunidade de Capão Grande, em Glorinha.
Fonte: SEHABS. 2011

Em 2011, foram realizadas 162 perfurações, por duas equipes, em todo o Estado. Cada poço leva, em média, cinco dias para ser perfurado, ao custo de cerca de R\$ 40 mil. A Tabela a seguir apresenta a relação de municípios e localidades onde as perfurações de poços resultaram produtivas. Foram atendidas 129 localidades de 67 municípios onde mais de 2.800 famílias foram beneficiadas. Em 2012, a previsão é aumentar o número de poços, realizando, aproximadamente, 200 perfurações.

Programa de Poços - DESAN
Relatório Anual 2011 - Janeiro a Novembro

Município	Localidade	Município	Localidade
Ajuricaba	Sede	Nonoai	Linha Topo da Serra
Ametista do Sul	Linha da Curta	Nova Petrópolis	Linha Olinda
Anta Gorda	Linha Terceira Moresco	Nova Petrópolis	Araípe
Anta Gorda	Sede - Área Verde	Nova Roma do Sul	Paranaguá 3
Arroio do Tigre	Taboãozinho	Nova Roma do Sul	Castro Alves 1
Arroio do Tigre	Vila Progresso	Nova Roma do Sul	Castro Alves 2
Augusto Pestana	Rincão Comprido	Nova Roma do Sul	Linha Salete
Barão	Sede-CORSAN	Novo Cabrais	Cerrito
Boa Vista do Cadeado	Cadeado	Novo Cabrais	Cerro / Linha Phaifer
Boa Vista do Incra	3 Capões	Novo Cabrais	TABUÃO
Bossoroca	Rincão União	Pedras Altas	GLÓRIA 2
Cacequi	Umbú	Pedras Altas	Arroio Mau /Arreal
Cacequi	Capela Saicã 2	Redentora	São Sebastião / Linha Kern
Cacequi	Vila Umbu	Rondinha	Linha Marcon
Caíçara	João Pedro	Rondinha	Linha Onze / 3 Pedras
Caíçara	Linha Napoleão	Santa Rosa	Guia Lopes
Capela Santana	Parque/CORSAN	Sto Antonio do Planalto	Estância Nova
Carlos Barbosa	Sede- CORSAN 2	São Sebastião do Caí	Arroio Bonito
Charrua	Reserva do Ligeiro 1A	São Sepé	Cerrito do ouro/ Escola Chamaneco
Charrua	Reserva do Ligeiro 2	São Sepé	Santa Clara
Cristal	Paraíso	Sapiranga	Morro Ferrabraz
Cristal	Paraíso	Sapiranga	Picada dos Nabos
Cristal	L. Paraiso	Sapiranga	Picada Jacó
Cristal	Paraíso 2	Sapiranga	Alto Ferrabraz/Bela Hú
Cristal	Linha Paraíso	Seberi	Linha Pessegueiro
Dois Irmãos	Travessão Rubenich CORSAN 2	Taquara	Km 4
Dois Lajeados	1º de Março	Taquari	Bom Jardim
Dois Lajeados	Ernesto Alves	Taquari	Júlio de Castilhos/Morro dos Garcia
Dois Lajeados	Ernesto Alves 2/Silveira Martins	Tiradentes do Sul	São Francisco
Eldorado do Sul	Parque Eldorado	Tiradentes do Sul	São Francisco
Eldorado do Sul	Parque Eldorado	Tiradentes do Sul	CORSAN -Sede- Fontes
Entre Rios do Sul	Linha Barca	Três Coroas	Águas Brancas/Figueira

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA 2012

Município	Localidade	Município	Localidade
Entre Rios do Sul	Linha Santa Rita - poços 1 e 2	Três Passos	Boa Vista da Romana
Farroupilha	Sede-CORSAN	Três Passos	Lajeado das Quedas 2
Farroupilha	Sede-CORSAN 2	Trindade do Sul	Rosseto
Frederico Westphalen	Barra do Braga	Vale Verde	Alto Vila Melo 3
Frederico Westphalen	Linha Brondani	Vale Verde	Alto Vila Melo 4
Glorinha	Capão Grande2	Vale Verde	Alto Vila Melo 2A
Hulha Negra	Sede - Vila Floresta 2	Venâncio Aires	Grão Pará 2 /Alto Palanquinho
Hulha Negra	Serra da Hulha 2	Venâncio Aires	Alto Paredão
Jaguari	Linha Nove	Vicente Dutra	Bilibiu
Jari	São Joaquim	Vicente Dutra	Forquilha
Júlio de Castilhos	Assentamento Alvorada	Vicente Dutra	Linha Taipas
Júlio de Castilhos	Assentamento Sobrado	Vitória das Missões	Esquina Redim
Lavras do Sul	Ibaré	Vitória das Missões	São João Velho
Mato Leitão	Santo Antônio/Canto dos Neves	Vitória das Missões	Sede

Fonte: SEHABS/DESAN-2011

Por determinação da Lei Federal nº 11.445/07, até 2014, todos os municípios brasileiros deverão ter realizado o seu Plano Municipal de Saneamento. Sem o Plano, será impossível acessar os recursos federais para o setor. Em 2011, a SEHABS realizou o *Seminário Estadual de Saneamento* para orientar os municípios sobre os procedimentos para a elaboração do Plano e a captação de recursos. O Seminário contou com a participação de 400 inscritos.

A Secretaria de Habitação e Saneamento está promovendo a *Consulta Pública sobre o Plano de Saneamento da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí*. O objetivo é discutir com a comunidade as demandas na área de saneamento para dar seguimento à formação do Plano Estadual. As audiências estão sendo realizadas nos oito municípios pertencentes à Bacia do Rio Gravataí: Porto Alegre, Canoas, Cachoeirinha, Alvorada, Gravataí, Viamão, Glorinha e Santo Antônio da Patrulha.

O Plano Regional de Saneamento da Bacia do Gravataí estabelece o tempo e os investimentos necessários para solução de problemas relacionados ao abastecimento de água, serviços de esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos, drenagem urbana e manejo de águas pluviais.

A meta do Plano é proporcionar a universalização dos serviços públicos de água para a população. Além disso, prevê metas a serem realizadas em curto e médio prazo. Ainda, serve como instrumento de consulta para a Política Estadual de Saneamento, prevista na Lei nº 12.037/03.

Em 2011, foram realizadas quatro das seis etapas previstas pelo Plano Regional de Saneamento Básico da Bacia Hidrográfica do Gravataí. O

valor empenhado foi de R\$ 211.525,17, e o valor pago foi da ordem de R\$ 198.400,00.

Ainda, em 2011, foram realizadas três das seis etapas previstas no **Plano Regional de Saneamento Básico da Bacia Taquari-Antas**. O valor empenhado é de meio milhão, e o valor pago foi de R\$ 177.600,00.

Em 2011, conforme apresentado na Tabela, foram celebrados convênios com 47 prefeituras municipais e um com o Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal dos Municípios do Alto Jacuí (COMAJA). Os recursos repassados pelo Governo do Estado para a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento através desses convênios totalizaram mais de R\$ 1 milhão. Em 2012, a SEHABS prevê o repasse mínimo de R\$ 3,2 milhões para elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico.

Planos Municipais de Saneamento – Convênios realizados em 2011

Município	Valor repasse R\$
Antônio Prado	38.499,00
Barra Funda	10.000,00
Barracão	16.071,00
Bossoroca	20.652,00
Cacequi	41.028,00
Campina das Missões	18.351,00
Casca	25.953,00
Chapada	28.131,00
Charrua	10.413,00
Coqueiro Baixo	10.000,00
Doutor Ricardo	10.000,00
Formigueiro	21.042,00
General Câmara	25.341,00
Guabiju	10.000,00
Ilópolis	12.306,00
Itacurubi	10.000,00
Manpituba	10.000,00
Mata	15.333,00
Monte Alegre dos Campos	10.000,00
Nova Alvorada	10.000,00
Nova Bassano	26.520,00
Nova Boa Vista	10.000,00
Nova Brésia	10.000,00
Nova Candelária	10.000,00
Nova Esperança do Sul	14.013,00
Novo Cabrais	11.565,00
Novo Tiradentes	10.000,00
Novo Xingu	10.000,00
Paráí	20.436,00
Paverama	24.132,00
Pirapó	10.000,00
Relvado	10.000,00
Rondinha	8.277,00
Salvador das Missões	10.000,00
Santo Antônio do Palma	10.000,00
São João da Urtiga	14.178,00

Município	Valor repasse R\$
São João do Polêsine	10.000,00
São Pedro do Butiá	10.000,00
São Vendelino	10.000,00
Segredo	21.474,00
Sete de Setembro	10.000,00
Silveira Martins	10.000,00
Três Cachoeiras	30.651,00
Três Forquilhas	10.000,00
Três Palmeiras	13.143,00
Vespasiano Corrêa	10.000,00
Vila Nova do Sul	12.663,00
COMAJA	400.000,00
Recurso Total	1.110.172,00

Fonte: SEHABS/DESAN - 2011

Regularização Fundiária e Reassentamento

As ações de **regularização fundiária e reassentamento** ocorreram em áreas públicas estaduais que estão ocupadas de forma já consolidada para fins de moradia. A intervenção ocorre pela atuação direta junto às famílias ou por assessoramento técnico aos municípios e comunidades, incluindo a realização de convênios para garantir a viabilidade das ações de regularização fundiária.

As ações visam à ampliação do acesso à terra urbanizada pela população de baixa renda, com prioridade para sua permanência na área já ocupada, desde que estejam assegurados o nível adequado de habitabilidade e a melhoria das condições de sustentabilidade urbanística, social e ambiental. Para tanto, a SEHABS trabalha em constante articulação com as políticas setoriais de habitação, de meio ambiente, de saneamento básico e de mobilidade urbana e com as iniciativas de regularização fundiária e reassentamento, públicas, privadas ou dos movimentos sociais.

No período de janeiro a dezembro de 2011, nas ações em desenvolvimento, as seguintes etapas foram concluídas:

- Regularização jurídica junto ao registro de imóveis, via More Legal III, de 998 lotes (Loteamento Pedro Simon - Sapucaia do Sul/RS e Loteamento Santa Luzia - Sapucaia do Sul/RS).
- Aprovação do Projeto Urbanístico de 568 lotes (Loteamento Xará – Gravataí/RS) nos órgãos municipais.
- Análise dos contratos para a execução de serviços de Topografia Cadastral, Sondagem e Projetos Complementares de Pavimentação, Esgoto Pluvial e Licença Ambiental, objetivando a regularização FUNDIÁRIA de área de 30 hectares, Loteamento Xará, Município de Gravataí/RS.
- Regularização cartorial das matrículas de áreas pertencentes ao Estado, onde estão localizadas as Vilas Aparício Borges, São Judas Tadeu, São Pedro, Salvador França e Bororó no Município de Porto Alegre.

- Elaboração de projetos complementares de 133 lotes, objetivando a regularização fundiária de uma área de quatro hectares, denominada Loteamento Juliano Moreira, localizada na Rua Cristiano Fischer, nº 1071, em Porto Alegre/RS.
- Emissão de laudo e parecer técnico com registros fotográficos sobre as condições de segurança e estabilidade estrutural dos oito prédios que pertencem ao Conjunto Habitacional Santa Bárbara, localizado no município de Cruz Alta.
- Elaboração e proposição de Projeto de Lei que possibilita a alienação da propriedade dos lotes ocupados por 146 famílias no Loteamento Morada Nobre, em Araricá.

Além dessas ações, foram fiscalizados os convênios que visam melhorias de infraestrutura ou Projetos de Regularização Fundiária em áreas definidas no âmbito dos Programas *Emancipar* ou *Nossas Cidades*, nos seguintes municípios: Arroio Grande, Canguçu, Capão da Canoa, Capão do Leão, Dom Pedrito, Júlio de Castilhos, Lagoa Vermelha, Parobé, Quaraí, Santiago, São Francisco de Assis, São Gabriel, São Sepé, Torres, Três Coroas, Três de Maio, Tupanciretã, Vacaria e Venâncio Aires.

Estão em elaboração os termos de cooperação técnica a serem realizados com os municípios de Porto Alegre e São Sepé, que têm por objetivo realizar projetos e executar obras em áreas de propriedade municipal e/ou estadual, e as ações decorrentes do Acordo de Cooperação SEHADUR e INFRAERO, cujo objeto é a parceria entre a INFRAERO e o Estado para viabilizar e transferir à União as áreas necessárias à ampliação do Aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre.

Ainda em 2011, foi proposto Projeto de Lei que modifica a redação da Lei nº 13.305, a fim de viabilizar a regularização de lotes ocupados da extinta COHAB, mediante ação dos municípios e através da alienação gratuita nos casos de notória pobreza do morador.

Resumo dos Processos administrados e fiscalizados pela SEHABS/DERER em 2011

MUNICÍPIO/ CREDOR	COMUNIDADE	Nº FAMÍLIAS	INÍCIO	TÉRMINO	VALOR TOTAL CONVÊNIO	% REPASSE EFETUADO
Arroio Grande	Bairro Getúlio Vargas	160	07/07/08	30/04/12	R\$ 475.749,08	100,00%
Canguçu	Vila Maneco Jorge	220	04/08/10	01/01/12	R\$ 612.892,40	100,00%
Capão da Canoa	Arco-Íris	883	30/06/10	30/12/11	R\$ 960.982,64	100,00%
Capão do Leão	Loteamento Vila Nova	200	30/06/10	30/12/11	R\$ 146.170,00	100,00%
Cruz Alta - CIENTEC	Conjunto Habitacional Sta. Bárbara		09/11/10	02/03/11	R\$ 24.110,00	100,00%
Dom Pedrito	Loteamento Meu Norte	320	23/12/08	19/07/10	R\$ 517.744,85	100,00%
			19/08/10	18/02/12	R\$ 669.746,94	100,00%
Gravataí	Loteamento Xará	21	02/07/04	11/03/11	R\$ 300.627,39	57,14%

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA 2012

MUNICÍPIO/ CREDOR	COMUNIDADE	Nº FAMÍLIAS	INÍCIO	TÉRMINO	VALOR TOTAL CONVÊNIO	% REPASSE EFETUADO
Gravataí - Cisa Const. e Inst. Satélite Ltda	Loteamento Xará		01/04/09	07/03/12	R\$ 140.300,00	80,57%
Júlio de Castilhos	Vila Tancredo Neves	360	25/06/08	20/06/09	R\$ 105.000,00	50,00%
Júlio de Castilhos	Vila Tancredo Neves		09/12/10	05/06/13	R\$ 259.968,95	100,00%
Lagoa Vermelha	Medianeira	70	30/06/10	30/12/11	R\$ 599.981,67	100,00%
Panambi	Alvis Kraiser	600	01/12/10	01/06/12	R\$ 842.826,54	100,00%
Parobé	Vila Feliz	830	29/06/10	29/12/11	R\$ 594.861,51	100,00%
Porto Alegre - HIDROSUL Saneamento E Hidrologia Ltda.	Vila Juliano Moreira	133	01/06/09	24/09/11	R\$ 47.620,00	73,26%
Porto Alegre - INFRAERO	Aeroporto	-	09/08/10	14/07/15	R\$ 61.366.714,00	23,50%
PORTO ALEGRE - Proje Tecgeo	Vilas De Porto Alegre	-	26/08/11	17/09/11	R\$ 2.310,00	100,00%
Porto Alegre - DEM HAB	Aeroporto	-	30/12/10	19/12/12		
Porto Alegre - Suarez Saldanha Avaliadores Ind. S/C Ltda.	Vila Floresta - Area 13 (Aeroporto)	-	06/01/09	23/02/12	R\$ 14.900,00	56,38%
Porto Alegre - Terrasys Engenharia E Sistemas Ltda.	Vilas Aparício, Bororo, Salvador, São Judas	-	01/06/09	23/12/11	R\$ 81.574,00	73,43%
Quaraí	Vila José Carlos Soriano	277	01/09/09	23/04/12	R\$ 400.380,95	100,00%
Quaraí	Vila Lauro Macedo	180	28/06/10	28/12/11	R\$ 149.360,51	100,00%
Santiago	Bairro Missões	232	02/06/10	02/12/11	R\$ 480.494,49	100,00%
São Francisco De Assis	Bairro João XXIII	221	29/06/10	29/12/11	R\$ 325.000,00	100,00%
			29/06/10	29/12/11	R\$ 390.000,00	100,00%
São Gabriel	Bairro Élbio Vargas	338	25/06/08	20/06/12	R\$ 500.000,00	100,00%
São Sepé	Bairros Lôndero, Zenari E Cristo Rei	545	28/06/10	28/12/11	R\$ 91.000,00	100,00%
São Sepé	Assessorame nto Técnico	-	14/04/09	23/04/13	-	-
Sapiranga	Lot. João Goulart		01/12/10	01/06/12	R\$ 1.015.151,00	0,00%
Torres	Guarita	496	28/06/10	28/12/11	R\$ 769.620,80	100,00%
Três Coroas	Eucalipto		21/12/10	21/06/12	R\$ 130.000,00	100,00%
Três Coroas	Encosta Da Serra		21/12/10	21/06/12	R\$ 455.000,00	100,00%
Três de Maio	Bairro Esperança	96	05/07/10	04/01/12	R\$ 351.000,00	100,00%
Tucunduva	Vila Operária	164	30/03/10	29/09/11	R\$ 60.000,00	62,50%
Tupanciretã	Vila Ana Do N. Terra	205	30/03/10	29/09/11	R\$ 455.113,34	100,00%
Vacaria	Vista Alegre	80	30/06/10	30/12/11	R\$ 522.256,91	100,00%
Venâncio Aires	Bairro Basttisti	350	30/06/10	30/12/11	R\$ 741.722,00	100,00%

Fonte: SEHABS/DERER. 2011

Foram, ainda, demandados recursos junto ao BNDES, da ordem de R\$ 94 milhões, para obras de infraestrutura, projetos urbanísticos e reassentamentos e projetos e construção de unidades habitacionais, a fim de viabilizar as ações nas seguintes localidades:

- Loteamento Xará – Gravataí/RS;
- Vila Juliano Moreira – Porto Alegre/RS;
- Loteamento Progresso – Eldorado do Sul/RS;
- Loteamento Santa Luzia – Sapucaia do Sul/RS;
- Vilas Salvador França e São Judas Tadeu – Porto Alegre/RS;
- Vilas Dormenio e Pantanal – Porto Alegre/RS;
- Vila São Pedro – Porto Alegre/RS;
- Vilas da Chácara das Bananeiras – Porto Alegre/RS²;
- Vilas do Morro Santa Teresa – Porto Alegre/RS.

Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN)

A Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN) foi criada em 21 de dezembro de 1965 e oficialmente instalada em 28 de março de 1966, com o objetivo de realizar uma prestação de serviço regionalizada. O desenvolvimento do Estado e o crescimento das cidades, com o conseqüente aumento da demanda por saneamento, levaram o Governo do Estado a optar pela criação de uma empresa estatal para essa área.

A CORSAN se constitui como uma empresa de economia mista, na qual 99,9% do capital pertence ao Governo do Estado, e o restante é dividido entre os municípios de Lajeado, Estrela, Rosário, Quaraí, Muçum, São Marcos, Carazinho e Cerro Largo.

Atualmente, a CORSAN é responsável pelo abastecimento de uma população de aproximadamente sete milhões de pessoas, distribuída em 324 cidades do Estado. A Companhia produz em média cerca de 42 bilhões de litros de água por mês e conta com 5.286 funcionários, 24.000 km de redes de água e 2.500 km de redes de esgoto.

Em 2009 e 2010, entre os municípios atendidos pela Companhia, 220 já renovaram a parceria via assinatura de contrato de programa, modelo que, a partir da promulgação das Leis nº 11.107/2005 e nº 11.445/2007,

² O valor estimado para terrenos (desapropriações/aquisições) no Projeto *Vilas da Chácara das Bananeiras* é de R\$ 7.013.875,00 e deverá ser viabilizado pelo Estado no Ano II, ficando o valor total desse Projeto em R\$ 53.868.752,00. O valor geral total de investimentos é de R\$ 101.196.050,00.

substitui o antigo contrato de concessão, o que corresponde a cerca de 70% do faturamento total da Companhia.

Após 45 anos de atuação, a CORSAN se constituiu em uma das mais importantes companhias de saneamento do Brasil. Em recente estudo publicado pela Revista Amanhã, a Companhia foi apontada como a maior empresa de serviços público da Região Sul do Brasil e como a 16ª maior empresa do Rio Grande do Sul. Esse resultado foi possível devido ao lucro líquido de R\$ 197 milhões obtido no último exercício.

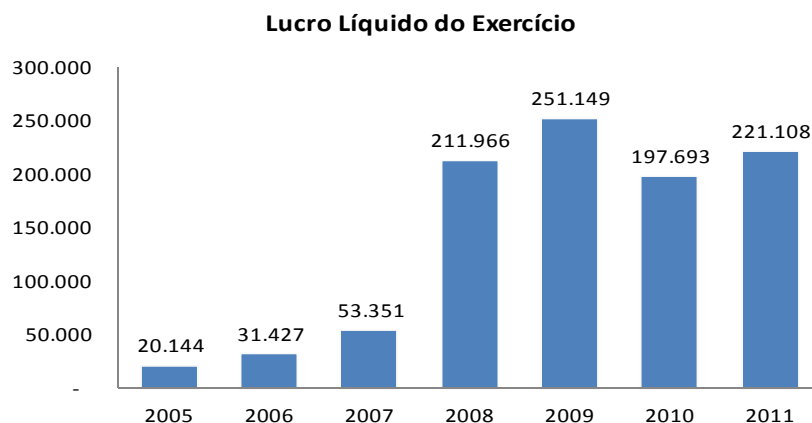
Em dezembro de 2011, a CORSAN recebeu o prêmio *Top Consumidor – Excelência nas Relações de Consumo e Respeito ao Meio Ambiente*, o que demonstra a adoção e o aprofundamento de boas práticas nas relações de consumo e em sustentabilidade.

Em dezembro de 2011, a Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (AGERGS) realizou audiência pública para a prestação de contas. Na ocasião, foram apresentadas pesquisas realizadas junto aos usuários sobre a satisfação dos serviços prestados pelas Companhias reguladas pela AGERGS. A CORSAN obteve uma avaliação positiva em 58% dos casos, ficando em primeiro lugar entre todas as empresas.

Desempenho econômico financeiro

Em 2011, a CORSAN projeta a arrecadação de R\$ 1,42 bilhão, a ser constatada a partir da publicação do balanço do exercício 2011, além de um crescimento médio de 60.000 economias faturadas. Tal resultado permitirá à Companhia destinar mais de R\$ 171 milhões de recursos próprios para investimentos em saneamento.

Para 2012, a CORSAN prevê a arrecadação de R\$ 1,55 bilhão, além de um crescimento médio de 70.000 economias faturadas, destinando em torno de 245 milhões de recursos próprios para investimentos em saneamento. O desempenho econômico financeiro da Empresa pode ser observado no Gráfico a seguir:



Fonte: CORSAN. DEZ/2011

Obs.: para o ano de 2011 o valor é projetado



Fonte: CORSAN. DEZ/2011

Obs.: para o ano de 2011 o valor é projetado

Observa-se que, embora o Lucro Líquido do Exercício de 2009 para 2010 tenha reduzido, o Lucro Operacional aumentou em 10,3%.

Programa Mais Saneamento para o Rio Grande do Sul

Na atual gestão, algumas medidas estão sendo tomadas para garantir que a CORSAN concretize altos índices de desempenho no Saneamento. Tais medidas estão inseridas entre as ações da Companhia no **Programa Mais Saneamento para o Rio Grande do Sul**, destacando-se, dentre elas, as seguintes:

- *Descentralização*: Em 2011, com o objetivo de promover o processo de descentralização e aproximar a Companhia das necessidades dos municípios, foram instaladas 10 superintendências nas regiões: Sul, Litoral, Metropolitana, Vale do Sinos, Nordeste, Central, Pampa, Missões, Planalto e Fronteira. A divisão possibilita o aumento da fiscalização das obras e investimentos, além de qualificar a relação da Companhia com as administrações municipais.

- *Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI)*: Recentemente a CORSAN concluiu a fase de recebimento de propostas do mercado externo para desenvolvimento de estudos técnicos visando apontar alternativas para ampliação da capacidade de investimentos da Companhia, no segmento do serviço de esgotamento sanitário, assim como de prospecção de novos mercados na área de saneamento básico, como o tratamento de resíduos sólidos e a geração de energia, a partir de exploração dos ativos da empresa. Nesse processo, 13 empresas manifestaram interesse através de solicitação para realização de 24 estudos. Considerando a fase inicial do PMI, os investimentos envolvidos serão mensurados durante o desenvolvimento efetivo dos estudos autorizados.

- *Parceria Público-Público*: Ciente de que o cenário no saneamento, a partir da promulgação das Leis já mencionadas, exige e exigirá cada vez mais da Companhia, no que diz respeito a sua capacidade de investimento, bem como de resposta, o Poder Concedente (município) está cada vez mais exigente e atuante na busca de alternativas para o setor, essencialmente no que se refere ao incremento de tecnologias e soluções para o aumento da cobertura de tratamento de esgoto. Iniciou-se no Estado um processo ousado de assinatura de Contrato de Programa, através de dois municípios, com o maior equilíbrio no compartilhamento de direitos e obrigações entre o Poder Concedente e a Companhia, resultando numa modelagem de Gestão Associada moderna que representará uma efetiva Parceria Público-Público (PPP).

- *FIP Saneamento*: O setor de Saneamento Básico, assim como outros setores integrantes da infraestrutura, apresenta características peculiares em relação ao prazo de recebíveis, volume e maturação dos investimentos, complexidade operacional, etc. Entretanto, linhas específicas de fomento para esse tipo de atividade devem ser consideradas a fim de viabilizar projetos de interesse para a Companhia. Nesse contexto, destaca-se como fonte de recurso o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que apresenta uma política de investimentos exclusiva para o macrossetor de infraestrutura. Atualmente, a política de investimentos do FGTS apresenta algumas linhas de aplicação de recursos para o setor de saneamento. Desde 2007, está constituído o Fundo de Investimentos do FGTS (FI-FGTS ou Fundo), através da Resolução nº 553 do Conselho Curador do FGTS (CCFGTS). O intuito especificado no regulamento do Fundo demonstra o objetivo de utilização dos recursos da entidade para operações de infraestrutura. Atualmente, a política de investimentos do FGTS para o setor em Saneamento. O FI-FGTS está autorizado tanto a adquirir participações acionárias das empresas quanto a integralizar títulos de dívida, a fim de financiá-las.

- *PIS/COFINS*: A desoneração da taxa PIS/COFINS para as Companhias Estaduais de Saneamento, vinculadas a investimentos, é uma proposta defendida pelo setor, que está em análise no Governo Federal. O objetivo é utilizar os recursos dessas contribuições para reinvestir na área. A CORSAN pagou, em 2011, cerca de R\$ 111 milhões em PIS/COFINS.

Realizações em 2011

Em 2011, na **área comercial**, a Companhia firmou contrato com dois novos municípios que não faziam parte do sistema de prestação de serviço regional, ampliando sua atuação no modelo de gestão associada. Houve, nesse ano, a saída litigiosa do município de Uruguaiana (processo que tramita na Justiça), que optou pela privatização do sistema, e do sistema de São Francisco de Paula, cuja operação está a cargo do município.

Foram renovados contratos de prestação de serviços de água e esgotamento sanitário com 19 municípios, a saber: Flores da Cunha, Itatiba do Sul, Santo Expedito do Sul, Redentora, Derrubadas, Tucunduva, Humaitá, Tenente Portela, Panambi, Itapuca, Jacutinga, Tapejara, Braga, Ametista do Sul, Cristal, Muitos Capões, Rio Pardo, Cerro Grande e Herval.

Estão em negociação para assinatura os contratos de Programa dos municípios de Erechim, Cachoeira do Sul, Marau, Montenegro e Dom Pedrito. Em Santa Maria, cujo contrato vence em 2016, a CORSAN, através da realização de ações comerciais e operacionais, restabeleceu a credibilidade junto ao poder concedente. Em 2012, o grande desafio será renovar o contrato de prestação de serviços com o município de Rio Grande.

Atualmente, estão em curso mais de 300 **obras de melhorias no sistema de abastecimento de água e esgoto dos municípios**. Somente nas obras do PAC 1, a CORSAN irá chegar ao final de 2011 com 45.250 metros de novas redes de água e 77.472 metros de novas redes de esgotos assentadas.

No âmbito da **Operação dos Sistemas**, no ano de 2011 foram elaborados estudos e diagnósticos de diversos sistemas de distribuição com vistas a garantir a disponibilização de água com as quantidades, qualidade e continuidade necessárias. A partir das informações levantadas, foi elaborado o *Manual de Perdas de Água* visando uniformizar as ações nessa área, e foi realizado o treinamento de 649 funcionários na operação de equipamentos, instrumentos eletromecânicos e operacionais. Com vistas à qualificação do corpo técnico da empresa, foram elaborados projetos de desenvolvimento operacional, financiados pelo BNDES, nas localidades de Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, Alvorada, Viamão, Gravataí, Passo Fundo, Santa Maria e Rio Grande e prosseguem as ações de implantação da NR-10.

Foi concluído e implementado o *Plano de Contingência de Abastecimento de Água da Região Metropolitana*, com o prosseguimento das atividades de instalação de macromedidores de vazão, válvulas redutoras de pressão, elaboração de diagnósticos operacionais e ações de campo visando à normalidade do abastecimento de água nessa importante região do Estado.

Foram também realizados serviços de manutenção corretiva e preventiva de equipamentos eletromecânicos no âmbito das Superintendências Regionais e na Oficina Central de Manutenção, proporcionando regularidade e continuidade dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário nas localidades atendidas pela CORSAN.

De modo a aprimorar a eficiência das instalações elétricas, foram realizados projetos, acompanhamento de indicadores, históricos de consumo e variáveis elétricas, gerenciamento de demanda contratada e adequação de contratos. Foram inspecionadas dezenas de quadros de comando e motores elétricos e realizadas especificações técnicas de acionamentos elétricos, motores elétricos de alto rendimento para o programa de substituição de equipamentos antigos visando à redução de consumo de energia elétrica, de demanda de potência e reativos excedentes. Foram elaboradas especificações técnicas para os serviços de

manutenção e de contrato de Serviços Especializados em Manutenção Preventiva e Preditiva de Subestações de Energia Elétrica para garantir a segurança dos nossos sistemas.

No âmbito do **Tratamento de Água e Esgotos**, foram modificados os critérios e aprimorada a fiscalização de mais de 80 contratos de serviços de apoio às atividades de manutenção de redes e conservação de prédios e estruturas, bem como elaborados os contratos para substituição de redes em todo o Estado.

O Laboratório Central da CORSAN recebeu grande impulso a partir da qualificação do quadro técnico e da aquisição e operação de equipamentos de última geração, realizando mais de 300 mil análises em amostras de todo o Estado, garantindo a excelência da água consumida pelos gaúchos.

As Estações de Tratamento receberam ao longo do ano uma atenção especial. Além do treinamento de centenas de técnicos e auxiliares, nos sistemas de cloração, muitos equipamentos foram substituídos por outros de maior segurança, e centenas de equipamentos receberam manutenção preventiva e preditiva.

Na área de tratamento de esgotos, também houve diversas melhorias a partir do aparelhamento do Laboratório Central de Esgotos e da implantação de laboratórios regionais. Novas técnicas, novos instrumentos e treinamentos foram realizados. Está sendo dada atenção especial aos efluentes gerados e recentemente foi firmada parceria com a Prefeitura Municipal de Gramado para aproveitamento em canteiros de flores e horto municipal.

A CORSAN prossegue na produção de Sulfato de Alumínio, insumo essencial ao tratamento e, no ano de 2011, foi mantida a Certificação da Norma ISO 9001, sendo premiada em seminário de *Gestão do Saneamento*, sobre o tema. A cidade de Araranguá, Santa Catarina, também é atendida com Sulfato Líquido.

Em novembro de 2011, a CORSAN recebeu do parlamento gaúcho o *Prêmio de Responsabilidade Social 2011*. O certificado, instituído pela Lei Estadual nº 11.440/2000, tem por objetivo incentivar, no âmbito das organizações rio-grandenses, a realização de projetos voltados para o bem-estar social e para a preservação do meio ambiente, evoluindo sempre na busca por uma sociedade melhor.

Plano de Investimentos

O Governo Federal inaugurou uma série de recursos inéditos para o setor de Saneamento Básico. Com a regulamentação da Lei Nacional do Saneamento (Lei nº 11.445/2007) e os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o acesso ao tratamento de esgoto e à água de qualidade está mais perto de todos.

Até 2015, a CORSAN investirá cerca R\$ 2,21 bilhões em saneamento, com o objetivo de dobrar o percentual de esgoto tratado no Rio Grande do Sul. A empresa busca ainda a captação de mais R\$ 1,2 bilhão, totalizando um investimento de R\$ 3,41 bilhões em saneamento.

Aplicação dos recursos por Programas (em milhões):

Plano de investimento planejado

Programa	2011	2012
Abastecimento de Água	99.955	130.739
Desenvolvimento Comercial	6.110	4.171
Desenvolvimento Empresarial	12.264	7.909
Desenvolvimento Operacional	38.470	33.388
Esgotamento Sanitário	131.061	300.301
Totais	287.860	476.508

Fonte: CORSAN. Dez/2011

Metas para a qualificação do serviço

A Companhia Riograndense de Saneamento tem o compromisso de garantir o acesso ao saneamento, com a certeza de que esse é um direito essencial à vida das pessoas. Para isso, trabalha permanentemente para qualificar seu serviço, priorizando a intensificação do relacionamento com os municípios e o atendimento ao seu usuário.

A principal meta da Companhia é trabalhar em total sintonia com as administrações municipais, proporcionando mais qualidade de vida às pessoas através de um serviço eficiente e reconhecidamente melhor a cada dia.

Atualmente, estão em curso, em 145 municípios, mais de 300 obras de melhorias no sistema de abastecimento de água e esgoto. Somente nas obras do PAC 1, a CORSAN chegou, ao final de 2011, com 45.250 metros de novas redes de água e 77.472 metros de novas redes de esgotos assentadas.

Para tanto, a CORSAN, além dos investimentos que realiza a cada ano, faz a gestão dos recursos destinados à manutenção dos sistemas de tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento do esgoto sanitário.

Destaca-se a relação institucional qualificada com a AGERGS, visto que o objetivo comum é a prestação de serviços com qualidade e a preços devidamente regulamentados para a sociedade, permitindo o equilíbrio econômico-financeiro da empresa e a continuidade e ampliação dos serviços. A Agência Reguladora aprovou o Contrato de Adesão, importante instrumento na relação da CORSAN com os seus usuários.

O Quadro a seguir demonstra que mais de R\$ 1 bilhão será aplicado na manutenção do sistema público CORSAN:

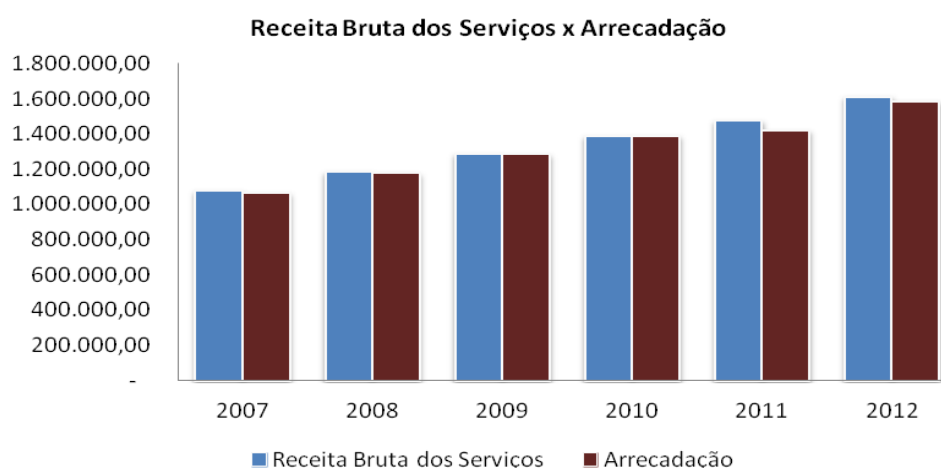
Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN)

Grupo de Despesa		Realizado 2010	Projeção de Realização 2011	Orçamento Aprovado 2012
100	Despesas com Pessoal	511.593	530.191	600.407
200	Despesas com Materiais	82.017	81.228	100.143
	Material de Tratamento	27.299	24.775	28.999
	Outros Materiais	54.718	56.453	71.144
300	Despesas com Serviços	264.818	279.792	358.324
	Energia Elétrica	122.003	128.209	132.000
	Outros Serviços	142.815	151.583	226.324
400	Despesas Gerais	76.854	74.667	96.886
Total Despesa Operacional		935.282	965.878	1.155.760

Fonte: CORSAN Dez/2012

Para o alcance das metas estabelecidas pela gestão da empresa, a política comercial está voltada para o controle e gerenciamento da inadimplência, redução da evasão de clientes para fontes alternativas de abastecimento, continuidade do *Projeto de Computação Móvel CORSAN* através da implementação do Sistema Móvel de Cadastro e do Sistema Móvel de Serviço, bem como continuidade do *Programa de Otimização da Medição* e dos *Indicadores de Eficiência Comercial*.

No Gráfico a seguir, observa-se que a adimplência pelos serviços prestados é uma das melhores do setor, que responde pela política adotada pela Empresa consolidada junto aos clientes.



Fonte: CORSAN. Dez/2011

Obs.: para os anos de 2011 e 2012 o valor é projetado

Para 2012, as metas são bastante arrojadas e se trabalha no sentido de reduzir as perdas de água e garantir a continuidade do abastecimento em todos os sistemas de distribuição de água e coleta de esgotos. Nesse sentido, estão sendo implementados programas de controle de perdas, substituições de redes, manutenções corretivas e preventivas, aquisição de equipamentos e instrumentos, e tem sido priorizada a capacitação do quadro de pessoal.

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS

A Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos (SJDH), criada pela Lei nº 13.601/11, tem como competências, entre outras, promover os direitos humanos nas áreas da infância, da família, da pessoa idosa, da igualdade étnica e racial, da pessoa com deficiência ou altas habilidades, da população indígena e de outras categorias de pessoas socialmente vulneráveis, ou em situação de risco social; formular e implementar políticas públicas de juventude; promover e proteger os direitos do consumidor; e executar políticas e ações públicas para adolescentes em medidas socioeducativas. A SJDH tem como vinculadas a Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE) e a Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas Portadoras de Deficiência e de Altas Habilidades no Rio Grande do Sul (FADERS).

As principais ações da SJDH, realizadas em 2011, foram:

Contratação de pessoas com deficiências

Realização de parceria entre o Governo do Estado e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), oportunizando a inclusão no mercado de trabalho de pessoas com deficiência, adolescentes da Fundação de Atendimento Socioeducativo e de outros públicos atendidos pelo *Programa de Oportunidades e Direitos (POD)*, projeto da Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos.

Fundo Estadual

Foi aprovada a criação do *Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Altas Habilidades*. Com a criação do Fundo, será possível reverter multas de empresas e órgãos que infringem a legislação quanto aos direitos das pessoas com deficiência e com altas habilidades. O dinheiro arrecadado será investido em obras de acessibilidade e projetos de capacitação.

POD Pré-Vestibular

O curso pré-vestibular gratuito *Universidade Já* beneficiou 750 estudantes de baixa renda de escolas públicas. O curso foi implantado por meio de um convênio entre a SJDH e a Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária (FAPEU), em Porto Alegre e em Santa Maria, com 500 e 250 vagas, respectivamente.

Sistema de Políticas Públicas sobre Drogas

O Sistema de Políticas Públicas sobre Drogas é uma lei inovadora que prevê não só a repressão, mas também o tratamento e prevenção. Elaborado pela Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos e aprovado em março de 2011, pela Assembleia Legislativa, o Sistema é formado pelo Departamento de Políticas Públicas sobre Drogas, Conselho e Fundo Estadual sobre Drogas.

Por meio da nova lei, os bens apreendidos com o tráfico são usados para tratamento e prevenção, além de reprimir o próprio tráfico. Um Termo de Cooperação assinado entre o Governo do Estado, a Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD), Tribunal de Justiça do Estado e Ministério Público permitiu a implantação desse modelo de política.

De acordo com o Termo, o Estado ficará com 60% do valor apreendido nas operações ou arrecadado com a venda dos bens em leilões e aplicará nas três áreas que integram o Sistema: Justiça, Segurança e Saúde. Cada uma receberá 20%. Do restante dos recursos, 20% irão para a SENAD, 10% para o Poder Judiciário e 10% para o Ministério Público.

Conselheiros tutelares

Por meio do *POD Tutelar*, foi promovido o *Curso de Formação Contínua*, para conselheiros tutelares de todo o Estado. O processo foi realizado em dois módulos. No básico, foram disponibilizadas no total 315 vagas para integrantes do Conselho Tutelar em primeiro ano de mandato. Para o módulo complementar, foram oferecidas 135 vagas para conselheiros com capacitação no módulo básico em anos anteriores. No total, foram investidos R\$ 340 mil.

A capacitação dos conselheiros faz parte do *Programa de Oportunidades e Direitos Humanos* e foi realizada em parceria com a Fundação Escola Superior do Ministério Público.

Conferências

Em 2011, a SJDH realizou três conferências estaduais para construir políticas públicas: a *4ª Conferência Estadual do Idoso*; a *2ª Conferência Estadual de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais*; e, a *2ª Conferência Estadual da Juventude*.

Jornadas

O Governo do Estado participou como um dos organizadores da Jornada Estadual contra a Violência e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. A 9ª edição teve como objetivo, além de sensibilizar as cidades contra violência, propor a implementação de uma política pública semelhante ao Centro de Referência em Atendimento Infantojuvenil (CRAI), implantado no Hospital Presidente Vargas, em Porto Alegre. No total, foram realizadas sete jornadas em municípios de diferentes regiões do Estado: Santa Maria, Caxias do Sul, Uruguaiana, Passo Fundo, Santa Rosa, Rio Grande e Gravataí. Em média, cada audiência pública reuniu 300 pessoas, representantes da rede de proteção à criança e do adolescente.

PROCON

No ano de 2011, o Programa Estadual de Defesa do Consumidor (PROCON) teve a sua sede ampliada; a frota de veículos aumentada; e, convênios realizados com universidades para implementação/apoio ao Balcão do Consumidor.

Financiamento do BID

A SJDH está pleiteando um financiamento de US\$ 150 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para efetivação de ações do *Programa de Oportunidades e Direitos (POD)*. O projeto foi apresentado ao grupo técnico da Comissão de Financiamentos Externos (COFIEEX) no mês de novembro.

O POD é um projeto que contempla uma série de ações de inclusão social voltadas aos grupos mais vulneráveis, por meio da geração de oportunidades, e será focado em duas ações:

- Melhorar a eficiência do processo de ressocialização dos jovens que estão cumprindo medidas socioeducativas, bem como oportunizar a inserção social dos adolescentes que já deixaram a Fundação de Atendimento Socioeducativo, além de oferecer oportunidades aos jovens que vivem em comunidades conflagradas pela violência.
- Proteger e promover os direitos das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade para impedir que ingressem na criminalidade e que sejam vítimas da violência.

Dentre as ações a serem realizadas pela SJDH, em 2012, merecem destaque:

PROCON

- Reestruturação do PROCON, com o objetivo de transformá-lo em autarquia.
- Implantação da unidade móvel para levar serviços a diferentes municípios do Estado.
- *Projeto Educação para o Consumo*, a ser desenvolvido em parceria com escolas e universidades.

POD Pré-Vestibular

Implantação do curso pré-vestibular *Universidade Já* em mais municípios do Estado e aumento do número de vagas

População idosa

- Construção do Centro de Convivência do Idoso.
- Implantação de 50 academias ao ar livre para a terceira idade, em municípios com até 40 mil habitantes.

População LGBT

Construção do Centro de Convivência e Expressão da População LGBT.

Quilombolas

Implantação do *Projeto Pilão*, por meio de convênio com a Universidade Federal de Santa Maria, através da implementação de ações de desenvolvimento para as comunidades quilombolas da Região Central.

População de rua

Construção de um centro de referência para pessoas em situação de rua.

Juventude

- Implantação de quatro *Casas de Juventude*, espaço para o acolhimento e formação de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade.
- Formação de quatro núcleos da *Orquestra Jovem* para estimular as práticas musicais nas comunidades. Os núcleos irão funcionar nas Casas de Juventude.

Pessoas com deficiência

Construção de uma biblioteca acessível.

Escola

Implantação da *Escola de Conselhos*, para a formação em educação em direitos humanos.

Sub-registro de nascimento

Erradicação do sub-registro do nascimento, com a implantação de 115 unidades interligadas nas maternidades, ligando-se aos cartórios de registro civil.

Defensores de direitos humanos

Implantação do *Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos*, com objetivo de proporcionar proteção e assistência à pessoa física ou jurídica, grupo, instituição, organização ou movimento social que promove, protege e defende os direitos humanos.

Programa de Proteção a Crianças Ameaçadas de Morte

O Rio Grande do Sul atuará como parceiro junto ao Governo Federal e ONG local, contribuindo com a entidade executora, na realização das articulações estatais necessárias, criando um Conselho Gestor. Disponibilizará todos os serviços públicos estaduais relacionados, visando dar visibilidade e fortalecer o Programa e, assim, contribuir para os direitos humanos de crianças e adolescentes em situação de risco.

Jornada contra exploração e violência sexual de crianças e adolescentes

Diversos municípios do interior do Estado receberão as audiências públicas da *X Jornada contra a Exploração e Violência Sexual de Crianças e Adolescentes* em 2012.

Mutirões de direitos humanos

Em parceria com a Defensoria Pública, serão realizados mutirões nos municípios para atendimento e encaminhamento de iniciais, juntamente com o PROCON, a fim de proporcionar informações sobre direito do consumidor, e o Instituto Geral de Perícias, na expedição de carteiras de identidade.

Prevenção e combate ao tráfico de pessoas

O *Plano Estadual de Prevenção e Combate ao Tráfico de Pessoas* será implantado em 2012 e executado pela SJDH, em parceria com as Secretarias de Políticas para as Mulheres e Segurança Pública, UFRGS e organizações locais, visando ações articuladas para o enfrentamento do problema social que viola direitos humanos.

Justiça restaurativa

A SJDH estará atuando em parceria com a Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul (AJURIS) e demais instituições na ampliação e

fortalecimento da Justiça Restaurativa, visando a uma nova abordagem e mudança de paradigma em relação à temática. Por meio do projeto, serão realizadas capacitações para funcionários da FASE, bem como para educadores, servidores e conselhos.

Sistema de Políticas Públicas sobre Drogas

- Construção de um canil em parceria com o DENARC.
- Indicação de destinação de bens apreendidos pelo tráfico para entidades que trabalham com prevenção, tratamento, repressão e reinserção.
 - Leilões de bens do Fundo Estadual sobre Drogas.
 - Simpósio Regional sobre Drogas.
 - Conferência Estadual sobre Drogas.
 - Ação conjunta com a Brigada em Cena, teatro de prevenção às drogas.
 - Campanhas de prevenção.
 - Lançamento de projetos de capacitação de prevenção para lideranças.
 - Criação de Conselhos Municipais sobre Drogas.

Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas Portadoras de Deficiência e de Altas Habilidades no Rio Grande do Sul (FADERS)

A Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas Portadoras de Deficiência e de Altas Habilidades no Rio Grande do Sul (FADERS), como órgão responsável pela coordenação e articulação de políticas públicas de inclusão e acessibilidade para pessoas com deficiência e altas habilidades, obteve importantes avanços durante o ano de 2011, tanto no campo político como na operacionalidade e abrangência de suas ações.

No aspecto político, destaca-se a vinculação da Fundação com a recentemente criada Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos, o que possibilitou ampliar a visão das políticas públicas para pessoas com deficiência, agora pelo viés dos direitos humanos, e estabelecer perfeita consonância com as diretrizes contidas no Plano Nacional de Direitos Humanos, lançado pela Presidência da República.

Quanto à abrangência das ações, pode-se destacar uma maior interiorização da Fundação, buscando articulação com os municípios, concretizada na realização de fóruns, seminários técnicos, cursos e palestras. Dentre essas atividades, merecem destaque a coordenação das 15 plenárias do *Fórum Estadual de Políticas Públicas*, atividade que atingiu um público de 2.870 pessoas e envolveu 106 municípios gaúchos. O ponto

alto desse importante evento foi a elaboração de uma Carta-Diagnóstico, contendo as principais demandas desses municípios que, posteriormente, serão encaminhadas ao Governo do Estado. Ainda, através da realização de cursos, palestras e seminários, a FADERS atingiu a marca recorde da participação de 10.538 pessoas oriundas de 242 diferentes municípios.

Outro importante avanço foi a criação do *Fórum Nacional de Gestores de Políticas para Pessoas com Deficiência*, cujo primeiro encontro foi realizado em Porto Alegre, com a presença de diversas autoridades nacionais. Essa iniciativa foi proposta pela FADERS e serviu de base para a discussão da implementação do *Plano Nacional Viver sem Limite*, apoiado pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

No que se refere aos aspectos técnicos, houve um grande empenho na busca de expansão e qualificação da atenção às pessoas com deficiência: a aprovação de projeto de curso de capacitação em acessibilidade para Gestores Estaduais, incentivando a ampliação das ações e da política pública; a elaboração dos decretos de instalação do Comitê Gestor Estadual, composto por 12 secretarias estaduais; e os Decretos prevendo acessibilidade universal em todos os eventos oficiais e publicações do Governo são exemplos incontestes desses avanços.

Na *Semana Estadual da Pessoa com Deficiência*, em agosto de 2011, houve o lançamento da Campanha Gaúcha de Acessibilidade *Siga esta Ideia, tchê*, considerada referência para todo o País. Essa iniciativa proporcionou visibilidade às políticas públicas do RS destinadas a pessoas com deficiência e grande repercussão institucional na mídia, contando com o apoio de artistas e personalidades, oportunidade em que foram assinados pelo Governador diversos decretos relacionados à questão. Como ação catalisadora da Campanha, destaca-se a distribuição de informativos em vários eventos, esses tornados acessíveis às pessoas surdas pela tradução e interpretação para o idioma LIBRAS e às pessoas cegas, mediante impressão dos materiais em escrita Braille.

Quanto à questão social, a **superação das vulnerabilidades**, as quais estão expostas, na maioria das vezes, as pessoas com deficiência, foi uma das metas elencadas pela FADERS durante o ano de 2011. Assim, a Fundação fomentou e instrumentalizou a aprovação, pelo Ministério do Trabalho, da Escola de Aprendizagem, o que se traduz em um importante marco de gestão, pois deverá desenvolver a capacitação e, fundamentalmente, a inclusão dessas pessoas no mercado de trabalho, possibilitando a emancipação e o acesso à renda. Além disso, irá proporcionar monitoramento e assessoria às empresas que as contratam. Outra luta encampada foi a deflagração do processo para a unificação do passe livre intermunicipal, transformando-o em um passe único de abrangência estadual. Entrementes, a FADERS realizou encaminhamentos para a emissão de credenciais, resultando em mais 15.968 beneficiários portadores do passe a partir de 2011.

Outra importante conquista, merecedora de destaque, foi a **consolidação do serviço de acolhimento**, por meio do qual foi proporcionado escuta e atendimento qualificados a mais de 741 pessoas procedentes de 270 municípios, orientando-as para um encaminhamento

adequado às suas necessidades e na busca de benefícios sociais legais e serviços essenciais.

Os atendimentos também foram ampliados através das seis Unidades Técnicas, especialmente nas áreas de Saúde, Educação, Trabalho, Assistência Social e ajudas técnicas em caráter de referência.

Cumprindo com suas competências de prover suporte à operacionalização das atividades e ao desenvolvimento da atividade-fim da FADERS, a área administrativa buscou ampliar e fortalecer a qualidade dos serviços de apoio, através de reuniões e capacitações para incremento e reorientação de fluxos, levantamento de necessidades, atualização do conhecimento em relação às normativas da Administração Pública, entre outros procedimentos, no sentido do alcance das metas setoriais e do aprimoramento das rotinas, relações e condições de trabalho.

Nesse primeiro ano de governo, foi dada ênfase à implantação e consolidação do novo modelo de gestão *Todos somos a política pública*, propugnando pela valorização do trabalho e do trabalhador. Foi adotada a gestão compartilhada e instituída a autonomia das Unidades e Serviços, garantindo descentralização e a atuação responsável de cada chefia. Houve o levantamento das necessidades de equipamentos e materiais, para cujas prioridades foi destinada à totalidade dos créditos orçamentários para investimentos em 2011.

Iniciativas para racionalização econômica e qualificação do gasto ganharam força, como a ampliação do Protocolo de Ação Conjunta firmado com a SUSEPE. Essa iniciativa oportuniza a locação de mão de obra de quatro internos em regime semiaberto do Presídio Pio Buck, em jornada de trabalho de oito horas diárias, na qual realizam serviços de reforma, manutenção e melhorias nas estruturas físicas da FADERS.

No tocante à **Gestão de Pessoas**, foi estabelecido o compromisso com a formação continuada e a capacitação permanente do corpo funcional. Houve a promoção de treinamentos internos e o apoio para participação em cursos, seminários, conferências e demais eventos formativos relacionados à função e à titulação profissional dos envolvidos. Não menos importante, foi a deflagração de revisão do Regimento Interno e do Plano de Empregos, Cargos e Salários, com vistas à adequação desses importantes instrumentos jurídicos à nova estrutura e às novas finalidades da Fundação.

Durante o exercício de 2011, houve muitos avanços e grandes conquistas obtidas nas mais diversas áreas, inobstante as dificuldades conjunturais de toda ordem. Isso reafirma o compromisso da FADERS, demonstrando o grau de responsabilidade e profissionalismo de toda a sua equipe na articulação e construção de políticas públicas que contemplem as especificidades das pessoas com deficiência e das com altas habilidades, na salvaguarda de seus direitos constitucionais e na busca de uma melhor qualidade de vida e exercício de cidadania de todos.

Ações previstas para 2012

A FADERS estará presente no mapa estratégico do Governo com o Projeto *Biblioteca Acessível*, cujas proposições de investimentos estarão contempladas com recursos egressos do BID. A Biblioteca Acessível será um local único na Região Sul do Brasil, no qual as pessoas com os mais diversos impedimentos terão proporcionado seu contato com a cultura, uma vez que o espaço e os equipamentos colocados à disposição estarão caracterizados por acessibilidade e inovação tecnológica, aliadas às perspectivas da sustentabilidade e da responsabilidade social.

Através do protocolo de convênios e projetos da Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos, junto ao BID, a FADERS planeja executar investimentos da ordem de R\$ 3,5 milhões em equipamentos, obras e instalações e custeio de reformas e adequações que proverão e garantirão a acessibilidade universal em todas as suas bases físicas no ano de 2012.

Outro projeto da maior importância é o da instalação de uma *Central de Tradutores e Intérpretes em LIBRAS (CETILIBRAS)*, que promoverá a expansão e a qualificação dos serviços de ajudas técnicas, prestados pela FADERS através da ampliação e aparelhamento de meios para a produção de mídias no idioma LIBRAS, da realização permanente de cursos de capacitação no manejo do idioma e do encaminhamento de demandas de tradução e interpretação presencial.

No plano administrativo, a Fundação projeta a realização de prova seletiva para emprego público visando suprir o grande número de vagas a descoberto em seu Quadro Permanente de Pessoal. Será dada continuidade ao processo de oportunizar a capacitação de pessoal, com objetivo de potencializar mudanças e realização profissional, bem como desenvolver e modernizar estruturas, metodologias e procedimentos administrativos. No mesmo sentido, o plano de trabalho anual da área-meio prevê melhorias nas condições de trabalho e a promoção constante da saúde do trabalho e do trabalhador. Por fim, atendendo aos objetivos de racionalização econômica, destaca-se a meta de aquisição de um veículo tipo *van*, dotado de acessibilidade, que possibilitará incremento nas atividades finalísticas de interiorização com significativa redução no custeio de despesas com passagens e locomoção.

Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE)

A Fundação de Atendimento Socioeducativo (FASE), criada pelo Decreto nº 41.664, de 06/06/02, é o órgão responsável pela execução das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade aplicadas pelos Juizados Regionais da Infância e Juventude aos adolescentes que cometeram atos infracionais, de acordo com o que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

No início de 2011, a equipe do *Programa Justiça ao Jovem*, em parceria com o Judiciário e o Executivo, visitou 13 unidades de internação em oito municípios gaúchos e apontou uma série de deficiências no

atendimento. O relatório do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) mostrou uma realidade institucional problemática em muitos aspectos, que serviu para orientar os pontos a serem trabalhados pela atual gestão.

Desse modo, foi elaborado o Plano de Gestão da FASE, a partir das deficiências apontadas pelo Relatório do CNJ e pelo conjunto de propostas para a área socioeducativa constantes no Programa de Governo, visando, principalmente, à adequação do atendimento socioeducativo às diretrizes do SINASE.

O montante de investimentos da FASE, em suas grandes linhas de atuação, no período de janeiro a outubro de 2011, pode ser verificado na Tabela a seguir.

Orçamento da FASE - grandes linhas de atuação

Atuação	Total Lei Orçamentária Anual	Execução orçamentária
Qualificação e ampliação de unidades de atendimento	2.200.000,00	499.222,08
Medidas de Semiliberdade	4.300.000,00	3.127.548,05
Atendimento Socioeducativo	19.025.930,00	14.961.517,58

Fonte: Diretoria Administrativa/FASE

A FASE desenvolveu diversas atividades decorrentes de convênios com a União, a saber: reforma e ampliação do Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) POA I; reforma e ampliação do Centro de Internação Provisória Carlos Santos (CIPCS); ampliação e reforma do CASE Santa Maria; reforma e ampliação do CASE Novo Hamburgo; e, Construção do CASE POA III.

Outro convênio importante, firmado com o SENAC e o SENAI, destina-se à formação profissional dos adolescentes da Fundação, atendendo uma das linhas prioritárias de atuação, que é **investir na qualificação profissional dos jovens**.

Dentre as ações desenvolvidas para prestar melhor atendimento socioeducativo, é possível destacar:

- *Programa de Campanha de Cobertura Vacinal*, com a aplicação de 1.154 doses de vacinas aos servidores, estagiários e empregados terceirizados, sendo: 611 doses de vacinas da Gripe; 124 doses da Difteria e Tétano; 139 doses da Hepatite B; e, 280 doses reforço AA vacina Antitetânica.

- Manutenção da supervisão técnica na área de segurança do trabalho, da execução de manutenção dos serviços de desinsetização/desratização e desinfecção bacteriológica das Unidades e Sede Administrativa da Fundação.

- *Programa de Combate a Incêndio*, na Sede Administrativa, através do treinamento de servidores e adolescentes, bem como da inspeção e manutenção periódica dos extintores de incêndio.

- Elaboração e divulgação de *Normativa Preventiva de Acidentes Biológicos*, dirigida aos profissionais da área de Saúde da Fundação.
- Assessoria técnica à Comissão Interna de Prevenção a Acidentes de Trabalho e participação na organização da *Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho*.
- Elaboração do *Programa de Prevenção de Riscos Ambientais* e atualização do *Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional da FASE*.
- Elaboração de *Apostila de Orientações e Dicas de Prevenção de Acidentes de Trabalho* – Módulo I, II, III e IV, destinada aos adolescentes participantes de oficinas profissionalizantes do Centro de Convivência da FASE.
- Reativação da oferta de psicoterapia focal breve, realizada por profissionais de Psicologia, sendo destinada prioritariamente àqueles servidores que apresentam urgência de caráter emocional, a exemplo das situações de vivências traumáticas no exercício de suas funções.
- Projeto *Tô de Bem com a Vida*, destinado a atividades grupais com servidores da área de limpeza da FASE, visando à reflexão sobre a saúde mental do trabalhador e fatores desencadeadores de situações de estresse e patologias.

Em 2011, foram realizados 28 eventos socioeducativos, dentre seminários, encontros, capacitações, cursos, conferências e exposições, dos quais participaram, aproximadamente, 1.215 adolescentes.

Principais ações da FASE para 2012

A FASE está em processo de elaboração do seu Planejamento Estratégico, dentro da proposta governamental que vem sendo desenvolvida junto aos órgãos da Administração Direta e Indireta, com apoio da FGV. Dentro desse processo, foi definido como missão: executar o programa estadual de medidas socioeducativas de internação e semiliberdade, oportunizando a reinserção social desses adolescentes, em parceria com a sociedade.

Desse modo, estão previstas para 2012 as seguintes ações:

- Construção da unidade feminina de semiliberdade;
- Construção do muro do CASE Santa Maria;
- Criação de centro profissionalizante para o aumento dos cursos voltados para o mercado de trabalho;
- Construção do CASE Osório;
- Finalização da reforma do Centro de Internação Provisória Carlos Santos;
- Sensibilização dos juízes e da rede para fortalecimentos das medidas de meio aberto e semiliberdade;

- Construção do CASE POA III;
- Construção de uma casa de semiliberdade;
- Reforma dos banheiros do CASE POA I e do CASE POA II;
- Reforma do CASE Novo Hamburgo;
- Ampliação da Formação Profissional;
- Melhoria do ensino proporcionado nas unidades da FASE.

SECRETARIA DO TRABALHO E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social (STDS), reestruturada conforme a Lei nº 13.601/2011, tem como competências o desenvolvimento e a execução das políticas das áreas do Trabalho, Assistência Social e Segurança Alimentar, com foco na inclusão produtiva do cidadão e da superação da pobreza extrema.

A STDS é responsável pela articulação e execução das políticas sociais no RS. Tem a seu cargo a política estadual de acesso ao mercado de trabalho; programas de qualificação profissional; saúde e segurança do trabalho; e, geração de emprego e renda. Atua junto aos municípios na implementação de políticas de Assistência Social, atualização do cadastro dos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) e do Cadastro Único de Programas Sociais (CADÚNICO).

Através de seus Departamentos, a STDS dá sustentação às demandas do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável e do Conselho Estadual de Assistência Social.

O ano de 2011 foi de implantação de um conjunto de programas/ações com ênfase no diálogo entre a sociedade civil, empresas e prefeituras, consolidados na construção conjunta do Planejamento Estratégico da STDS e das Fundações vinculadas: Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS) e Fundação de Proteção Especial (FPERGS).

Na intenção de promover o alinhamento de discurso e das práticas de Governo entre as esferas municipais, estadual e federal, na área do Trabalho e do Desenvolvimento Social, foram promovidos três grandes Fóruns Estaduais: *Fóruns da Assistência Social e do Trabalho*, com a participação de mais de 2.300 atores sociais de todo o Estado.

Foram também realizadas e apoiadas três grandes conferências estaduais: *Conferência Estadual da Assistência Social; da Segurança Alimentar; e, do Emprego e Trabalho Decente*, que contou com a presença de 2.500 participantes e delegados estaduais, com representantes de todos os municípios do Estado.

Foi, ainda, criada a *Central de Projetos*, com o objetivo de apoiar as prefeituras em relação à elaboração de projetos/convênios e captação de recursos. Essa assessoria é desenvolvida *in loco*, através de seminários,

tendo como suporte técnico e pedagógico a *Cartilha de Elaboração de Projetos/STDS*.

Destacam-se, entre as principais realizações da STDS, em 2011:

Gestão da Política de Assistência Social

Foram realizadas 880 assessorias técnicas *in loco* e regionalizadas, perfazendo um total aproximado de 3.000 pessoas, entre técnicos, gestores, conselheiros e operadores dos programas da assistência social, em 496 municípios. A partir das assessorias, os municípios vêm aperfeiçoando as formas de gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Estado. A STDS acompanhou a implementação, implantação e o aprimoramento das ações de proteção social desenvolvidas nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) no Estado.

Ampliação da Rede de Proteção Social

Compreende atividades de proteção às famílias, com o desenvolvimento de ações de proteção social, através de orientação e apoio sociofamiliar, com a realização de reuniões e visitas domiciliares, bem como atividades integradas com outras políticas sociais. Visa, também, desenvolver ações socioeducativas com grupos de crianças e adolescentes, bem como de convivência com idosos e pessoas com deficiência. No ano de 2011, o recurso partilhado com os municípios foi pactuado pela Comissão Intergestora Bipartite (CIB) e Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS), tendo como base o estudo técnico da Fundação de Economia e Estatística (FEE). O montante do recurso, de R\$ 9,3 milhões, encontra-se em fase de finalização do conveniamento com os municípios.

Mutirão Social

Destaca-se aí a elaboração do projeto técnico, que é uma estratégia de busca ativa, com o objetivo de incluir e atualizar o cadastro de famílias em situação de vulnerabilidade social no *Cadastro Único para Programas Sociais* e no *Programa Bolsa Família*, através de ação mobilizadora. Por meio dos mutirões sociais, foram disponibilizados diversos serviços de cidadania e de trabalho e emprego.

Em 2011, foram desenvolvidas quatro edições dos mutirões sociais, nos municípios de Bagé, Porto Alegre, Alvorada e Canoas, contando com a participação de cerca de 2 mil pessoas. A ação provocou um aumento de 37 mil cadastros de novas famílias no CADÚNICO, até o mês de outubro de 2011.

IX Conferência Estadual de Assistência Social

Foi prestado apoio técnico e financeiro para a realização da IX Conferência Estadual de Assistência Social, que resultou em deliberações para a Política de Assistência Social em nível estadual e federal. Participaram, aproximadamente, mil pessoas, entre delegados, ouvintes e convidados.

Habilitação de municípios ao SUAS

O ano de 2011 iniciou com 23 municípios não habilitados ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Após uma série de ações desenvolvidas, como reuniões com prefeitos municipais e diversas visitas *in loco* com prefeitos e suas equipes, foram habilitados mais sete municípios em gestão inicial e básica, restando 16 municípios do Estado que ainda não estão habilitados.

Plano Estadual de Capacitação do SUAS

O Plano Estadual de Capacitação foi elaborado e pactuado pela Comissão Intergestora Bipartite e aprovado pelo Conselho Estadual de Assistência Social, tendo como público trabalhadores, gestores e conselheiros do SUAS.

Cadastro Único e Programa Bolsa Família

Houve um reordenamento da Coordenação Estadual dos Programas Bolsa Família e *Cadastro Único para Programas Sociais*, visando à valorização e ampliação das ações. Esse reordenamento partiu da necessidade de alinhamento das políticas, com ênfase na qualificação dos processos de assessoria aos municípios do Estado, fortalecendo as ações de busca ativa de famílias para que possam acessar os direitos básicos.

A Coordenação gerencia o CADÚNICO e o Bolsa Família, através de um colegiado intersetorial constituído pelas áreas da Assistência Social, Saúde, Educação e Planejamento, com vistas a apoiar, estimular, orientar e capacitar os municípios na atualização e inserção de novos cadastros. Também atua no acompanhamento dos municípios (gestores, técnicos, operadores e conselheiros municipais) para o desenvolvimento da gestão desses Programas. A Coordenação Estadual realizou ações de capacitação e encontros com técnicos municipais, estaduais e beneficiários dos Programas Bolsa Família e Cadastro Único, das quais participaram, aproximadamente, 2.100 pessoas.

Comissão Intergestora Bipartite

A Comissão Intergestora Bipartite (CIB), instituída pela Portaria nº 025/99, é uma instância colegiada de negociação e pactuação entre os gestores municipais e estaduais, como forma de viabilizar a implementação

da *Política Nacional de Assistência Social* nos aspectos operacionais da Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tendo suas competências estabelecidas pela NOB/SUAS/05 e pelo seu Regimento Interno. No ano de 2011, houve a realização de 11 reuniões ordinárias e de uma reunião extraordinária, com a finalidade de analisar os processos de solicitação e renovação de habilitações à gestão do SUAS. Foram publicadas, pela CIB/RS, 13 resoluções, entre as quais podem ser destacadas: critérios de partilha para o cofinanciamento aos municípios habilitados ao SUAS, com recursos do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS); plano de providências do Estado; Pacto de Aprimoramento de Gestão da Assistência Social; Mutirão Social; e, Criação das Unidades Móveis.

Trabalho e Qualificação Profissional

No que respeita a essas áreas, podem ser destacados:

- Realização das *Conferências Regionais de Emprego e Trabalho Decente* com a presença de 600 participantes, representantes do Governo, empregados e empregadores do Estado. As Conferências Regionais ocorreram nos municípios de Caxias do Sul; Santo Ângelo; Pelotas; Santa Maria; Santana do Livramento; e Passo Fundo.
- Instituição e coordenação da Comissão Organizadora para a realização da *I Conferência Estadual do Emprego e Trabalho Decente (CEETD)*, responsável pela organização das reuniões da CEETD; elaboração de material de apoio; e, elaboração, deliberação e publicização do Regimento e Regulamento. A I Conferência foi realizada em Porto Alegre, com 590 participantes, entre os quais: 142 delegados do Governo; 163 empregadores; 160 trabalhadores; 30 delegados da sociedade civil; 92 convidados com direito a voz; dois observadores nacionais; e, um observador internacional.
- Ações de fortalecimento das Comissões Municipais de Emprego e Renda, através de audiências públicas realizadas no COREDE Noroeste Colonial; no COREDE Campanha, em Caçapava do Sul; e, no Município de Bagé.
- Realização da *Feira Laboral*, para a ampliação dos serviços públicos dos municípios fronteiriços entre o Brasil e o Uruguai.
- Assinatura do *Memorando de Entendimento entre o Governo do RS e o Ministério do Trabalho e Seguridade Social do Uruguai*. Além disso, foram realizadas tratativas visando à formação de grupo de trabalho para o planejamento e organização do calendário de realização das Feiras Laborais e elaboração de folder bilíngue, para a divulgação dos direitos trabalhistas e previdenciários dos cidadãos de fronteira.
- Início do Programa Próximo Passo, voltado a mulheres e jovens integrantes das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família,

sendo que a qualificação profissional do Programa foi desenvolvida pelo SENAI nos municípios de:

- *Porto Alegre – Curso: Pedreiro/Azulejista de 200 horas/aula para 26 participantes;*
- *Canoas – Cursos: Pedreiro/Azulejista; Encanador/Eletricista; Pedreiro/Pintor, todos com 200 horas/aula e 49 participantes;*
- *Viamão – Curso: Pedreiro/Azulejista, 200 horas/aula para 65 participantes;*
- *Sapucaia do Sul – Curso: Pedreiro/Azulejista, 200 horas/aula para 49 participantes;*
- *Nova Hartz – Curso: Pedreiro/Azulejista, 200 horas/aula, para 12 participantes.*

Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável

A Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável visa garantir o direito humano à alimentação digna e permanente, na perspectiva da sustentabilidade econômica e da promoção social dos segmentos mais vulneráveis da população. Compete à STDS sua implantação e seu desenvolvimento no âmbito estadual, tendo também a responsabilidade de coordenar, integrar e articular os programas e ações em conjunto com o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Estado do RS (CONSEA/RS).

Restaurante Popular

Os restaurantes populares são voltados para o segmento mais vulnerável e em situação de insegurança alimentar, possibilitando o acesso à refeição balanceada de qualidade e com baixo preço. São usuários desse serviço os trabalhadores formais e informais de baixa renda, desempregados, idosos, gestantes, nutrízes e crianças.

A STDS mantém o *Restaurante Popular de Porto Alegre*, que serve, em média, 210 mil refeições/ano, com investimentos da ordem de R\$ 775 mil.

A Secretaria, através de parcerias pela Lei da Solidariedade, apoia cinco restaurantes populares, nos municípios de Canoas, Caxias do Sul, Charqueadas, Gravataí e Sapucaia do Sul, que servem um total de 300 mil refeições/ano, com investimentos em torno de R\$ 940 mil.

Semana da Alimentação

Na edição 2011, o evento ocorreu de 16 a 22 de outubro no Parque Farroupilha, abordando o tema *Alta dos preços dos alimentos: da crise à estabilidade*. O lançamento oficial da Semana ocorreu em 11 de outubro, na Assembleia Legislativa. O início das atividades foi marcado com a tradicional

Praça de Segurança Alimentar, realizada no Dia Mundial da Alimentação, 16 de outubro, no Parque Farroupilha.

Cestas Básicas Indígenas

A distribuição de Cestas Básicas Indígenas é uma ação integrada entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e a STDS para o fornecimento de cestas básicas às famílias indígenas em situação de insegurança alimentar. Foram distribuídas 24,5 mil cestas, beneficiando cerca de 3,5 mil famílias no Estado. A STDS operacionalizou as entregas, além de custear as despesas com sacolas para a embalagem e distribuição.

Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana

O Rio Grande do Sul foi selecionado, através de edital de seleção pública do MDS, com o objetivo de apoiar e fomentar a agricultura urbana e periurbana da Região Metropolitana de Porto Alegre. O Projeto visa à capacitação de famílias inscritas no Cadastro Único e, em especial, aquelas em extrema pobreza, promovendo a geração de trabalho e renda com inclusão social. Os municípios participantes são: Cachoeirinha, Canoas, Eldorado do Sul, Gravataí, Novo Hamburgo, Porto Alegre e Viamão. O valor do Projeto é de R\$ 900 mil.

Conferência Estadual de Segurança Alimentar

Realização da V *Conferência Estadual de Segurança Alimentar* (CESAN), no mês de setembro de 2011, no Auditório da Assembleia Legislativa em Porto Alegre, com organização e financiamento da STDS e operacionalização da Secretaria e do CONSEA/RS, contando com um total de 600 participantes.

A Conferência abordou três grandes temas: a) avanços, ameaças e perspectivas para a efetivação do direito humano à alimentação adequada e saudável e à soberania alimentar; b) Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável; c) Política/Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional.

Terceiro Setor e Desenvolvimento Social

O *Programa de Apoio à Inclusão e Promoção Social (PAIPS)*, conhecido como *Lei da Solidariedade*, foi instituído pela Lei nº 11.853, de 29/11/2002, e alterado através da Lei nº 12.761, de 10/8/2007. O Programa prevê o percentual de 5% de cada projeto executado para a construção de Fundos Permanentes de Sustentabilidade para o Terceiro Setor, além do aumento das faixas de compensação fiscal por parte das empresas financiadoras.

O Programa visa apoiar projetos de inclusão e promoção social, utilizando mecanismos de parceria e colaboração, integrando Entidades Sociais, Empresas e Administração Pública Estadual, mediante benefício

fiscal de até 75% (renúncia de ICMS) dos valores efetivamente aplicados em projetos sociais aprovados pelo Conselho Estadual de Assistência Social. A empresa financia os 25% complementares, de seu próprio caixa, para a execução de projetos sociais voltados para atendimento à melhoria das condições de vida das comunidades vulneráveis.

Em 2011, foi encaminhado Projeto de Lei para a Assembleia Legislativa com a proposição de alterar o percentual da Renúncia Fiscal para 100%, com a destinação de 25% do valor ao Fundo Estadual de Assistência Social.

Foram apresentados 54 projetos sociais, no valor aproximado de R\$ 13 milhões. Os projetos beneficiam pessoas e comunidades em situação de vulnerabilidade e risco social, atendendo, também, na área de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável.

Rede Parceria Social

A Rede Parceria Social é constituída por um conjunto de ações integradas, que visa gerar desenvolvimento social, tendo como principal eixo a integração do Estado, Empresas e Terceiro Setor.

Uma importante inovação, implantada a partir da terceira edição, em 2011, foi o monitoramento via *web*, das prestações de contas de todos os projetos em execução, em conformidade com objetivos, ações, metas, indicadores de resultado, memórias de cálculo das despesas, planos mensais de aplicação dos recursos e termos de compromisso acordados entre âncoras e suas parceiras.

No dia 21 de dezembro, foi lançada a quarta edição da Rede, oferecendo 17 editais, abertos a todas as organizações sociais do Estado, abrangendo áreas de grande demanda na assistência social.

O Governo do Estado, através da STDS, é o gestor e maior incentivador da Rede Parceria Social.

Trata-se de uma tecnologia inovadora, que gera redes entre as organizações atuantes nas mesmas áreas, permitindo oferecer escala às políticas de responsabilidade social corporativas das empresas, as quais incentivam a formação de capital social, possibilitando a real descentralização dos recursos oriundos da Lei da Solidariedade. Em números aproximados, o investimento total, nas três edições, foi de R\$ 19 milhões, dos quais R\$ 16 milhões aplicados diretamente aos beneficiários; R\$ 1,9 milhão na gestão dos projetos; e, R\$ 950 mil no Fundo Permanente para Desenvolvimento do Terceiro Setor gaúcho.

Em suas três primeiras edições, a Rede Parceria Social apoiou 674 projetos em 112 municípios gaúchos, atendendo, aproximadamente, 32 mil pessoas, o que projeta o número de quase 100 mil atendimentos indiretos. Foram 52 editais para formação de carteiras de projetos, gerando uma ampla mobilização junto às comunidades, promovendo capacitação de lideranças e avaliando resultados.

Por intermédio da Rede Parceria Social, foram realizados cursos de capacitação em *Princípios para uma Gestão Social Sustentável*, de 64 horas,

em 10 municípios, com 18 turmas, atingindo 454 pessoas de 253 organizações sociais. Foram certificados 291 dos inscritos.

Na terceira edição da Rede, participaram três empresas públicas e 12 empresas privadas.

A Nota é Minha – Programa Solidariedade

O *Programa Solidariedade – A Nota é Minha*, é uma ação do Governo do Estado, sob a coordenação da STDS, com as entidades civis, em relação às entidades assistenciais, objetivando: a) conscientizar os contribuintes, através da divulgação nos meios de comunicação e palestras, para participar e cooperar com o Estado, mediante o pagamento de impostos devidos, como exercício da cidadania; b) promover o incremento da arrecadação dos tributos estaduais pela exigência, por parte do consumidor, da nota ou cupom fiscal; c) repassar recursos para instituições assistenciais, educacionais e de saúde para auxiliar no cumprimento de suas finalidades.

Cada instituição cadastrada junto ao Programa Solidariedade, além de receber os documentos fiscais dos consumidores, entrega a eles as cautelas, dessa forma ficando apta ao recebimento de recursos que serão transferidos pelo Estado.

Em 2011, foram contempladas 326 entidades sociais do RS, sendo o valor do repasse da STDS em torno de R\$ 3,2 milhões, para 150 diferentes municípios.

Centro Infante-Juvenil Zona Sul

Realização do acompanhamento e avaliação do Termo de Parceria contratualizado entre a STDS e a Fundação Pensamento Digital para o gerenciamento do Centro Infante Juvenil, na Vila Cruzeiro em Porto Alegre.

O Centro atende 200 crianças e adolescentes, em turno inverso ao da escola, desenvolvendo: apoio pedagógico; iniciação e preparação para o mercado de trabalho; atividades lúdicas e esportivas. O acompanhamento é realizado mensalmente, com reuniões de trabalho e elaboração de relatórios trimestrais, compatibilizando com metas e indicadores definidos para a liberação de recursos definidos na contratualização.

Ações previstas para 2012

Qualificação Profissional

A meta da STDS, em conjunto com entidades parceiras, é concluir o Mapa Estratégico das Oportunidades de Qualificação do RS. Esse mapa conterá informações como: municípios, cursos de qualificação, carga horária, número de vagas, pré-requisitos e entidade ofertante e servirá de suporte técnico para o desenvolvimento do *Plano Estadual de Qualificação Profissional*.

Este Plano será elaborado em parceria com empresários, centrais sindicais, representantes do Governo e organizações da sociedade civil e tem como objetivo tornar a oferta de cursos de qualificação profissional condizente com as reais necessidades dos municípios.

Em 2012, serão ofertadas mais de 100 mil vagas de emprego. Desse número, a maior parte das vagas é oriunda do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), ou seja, mais de 60 mil.

Implantação de Hortas, Cozinhas e Padarias Comunitárias

A implantação desses projetos proporcionará um espaço para elaboração de alimentação saudável produzida adequadamente, no qual serão desenvolvidas atividades de educação alimentar e nutricional, bem como articulações e capacitações para geração de renda e empreendedorismo, objetivando estimular atividades produtivas e promover a profissionalização, proporcionando o desenvolvimento socioeconômico local. Esses projetos beneficiarão 15.000 pessoas, com um investimento aproximado de R\$ 1,6 milhão.

Construção de Cisternas e Gestão de Água para Consumo Humano

O projeto objetiva o acesso, gerenciamento e valorização da água como um direito essencial à vida e à cidadania, ampliando a compreensão e a prática da convivência sustentável e solidária, através da implantação de cisternas e da capacitação com tecnologia social formando beneficiários multiplicadores. Será beneficiada, em especial, a população de baixa renda e com dificuldade no acesso a recursos hídricos, nos municípios de: Aceguá, Amaral Ferrador, Bagé, Cerrito, Dom Pedrito, Herval, Hulha Negra, Jaguarão, Lavras do Sul, Pedras Altas, Pedro Osório, Pinheiro Machado e Santana do Livramento. No total, serão implantadas 3.391 cisternas, além da realização de capacitações para as famílias beneficiadas, com um investimento de, aproximadamente, R\$ 7,9 mil.

Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul (FPERGS)

A Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul (FPERGS) foi criada através do Decreto nº 41.651, de 28 de maio de 2002, no sistema de atendimento direto, de âmbito estadual, destinada à execução de medidas de proteção, voltadas às crianças e adolescentes vítimas de abandono, violência física e psicológica, maus-tratos ou em situação de risco social ou pessoal, devido a sua conduta.

A FPERGS é encarregada de executar as **medidas de abrigagem** no âmbito do Governo do Estado, e sua rede de atendimento é composta por abrigos residenciais, abrigos institucionais e um centro social de meio aberto, a saber:

Rede de atendimento da FPERGS

Município	Unidade	Número de Atendimentos/Acolhimentos
Porto Alegre	Núcleo de Abrigos Residenciais Ipanema	110 acolhidos
	Núcleo de Abrigos Residenciais Menino Deus	71 acolhidos
	Núcleo de Abrigos Residenciais Zona Oeste	65 acolhidos
	Núcleo de Abrigos Residenciais Zona Norte	64 acolhidos
	Núcleo de Abrigos Residenciais INTERCAP	59 acolhidos
	Núcleo de Abrigos Residenciais Belém Novo	74 acolhidos
	Abrigo Cônego Paulo de Nadal	65 acolhidos
	Abrigo José Leandro de Souza Leite	54 acolhidos
	Abrigo Nehyta Martins Ramos	56 acolhidos
Uruguaiana	Abrigo Residencial	12 acolhidos
Taquari	Centro Social Presidente Dutra	240 atendimentos

Fonte: FPERGS/NMAP-CAE

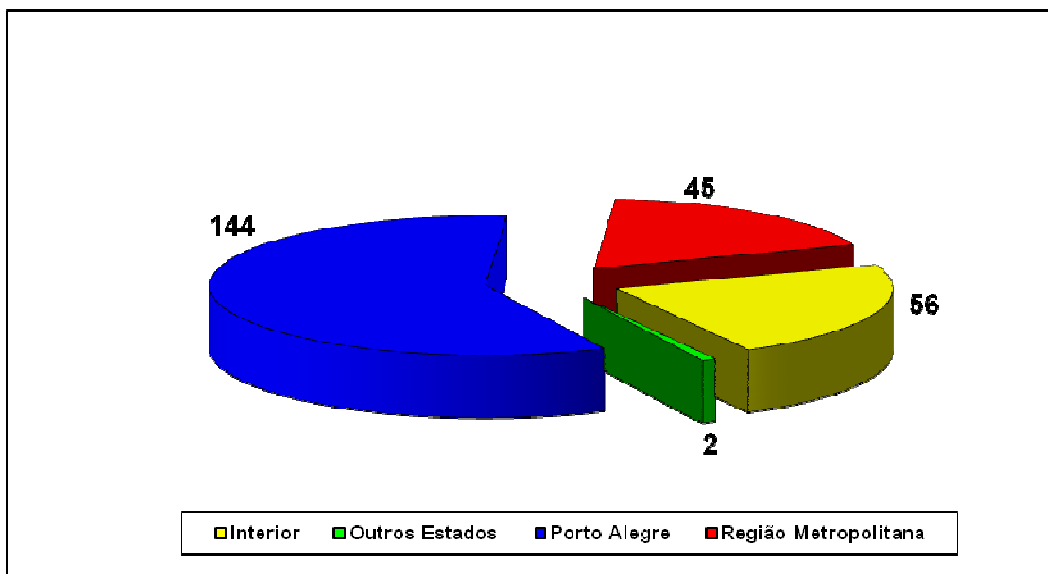
Comparativo anual da população atendida na FPERGS

Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011*
População atendida	960	1.027	1.071	1.043	1.039	1.033	784

Fonte: FPERGS/CAE

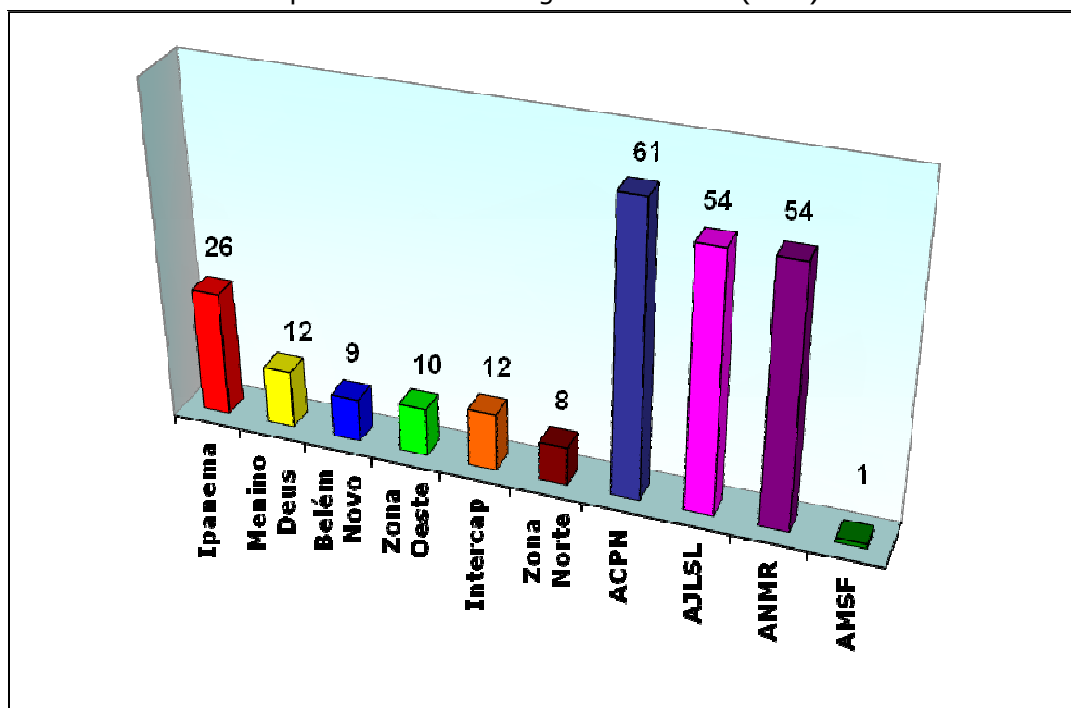
Nota: População atendida refere-se à população residual do ano anterior mais todas as entradas do ano seguinte.

Procedência da população com deficiência acolhida na FPERGS – 2011



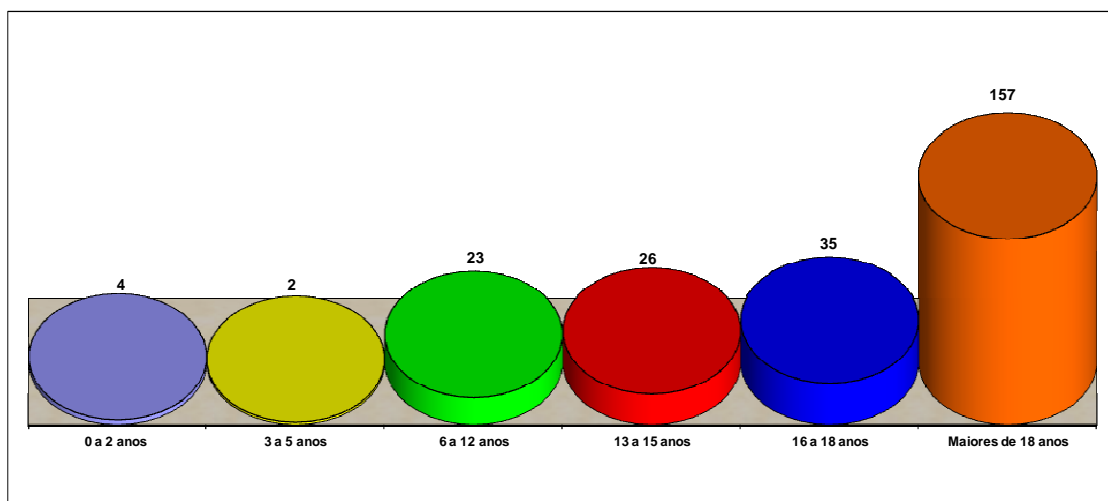
Fonte: CAE/Diretoria Técnica/FPERGS

Demonstrativo das pessoas com deficiência acolhidas por Núcleo de Abrigo Residencial (NAR)



Fonte: FPERGS

Faixa etária da população acolhida com deficiência na FPERGS – 2011



Fonte: CAE/FPERGS

Em cumprimento à Lei nº 12.010/09, que prevê prazo máximo de dois anos de permanência em acolhimento institucional, a Assessoria Jurídica da FPERGS vem prestando apoio e acompanhamento, junto ao Poder Judiciário, dos processos das 780 crianças e adolescentes atendidos. O acompanhamento dos processos judiciais é feito desde o momento do ingresso de cada criança e adolescente, visando agilizar a reinserção familiar dos acolhidos.

No ano de 2011, a FPERGS adquiriu bens e equipamentos que contribuíram para a melhoria da infraestrutura e atendimento prestado às crianças e adolescentes. Quanto à melhoria e qualificação da frota de veículos, está em andamento o processo de aquisição de novos veículos.

Estão em fase de conclusão as obras referentes ao reordenamento institucional dos Abrigos Cônego Paulo de Nadal, Nehyta Martins Ramos e José Leandro de Souza Leite. Além disso, encontram-se em fase de conclusão as obras de construção de quatro unidades residenciais.

A Sede Administrativa da Fundação está em processo de transferência e passará a funcionar na Rua Miguel Teixeira nº 86. O prédio necessita de adaptações para tal, e a readequação do espaço físico encontra-se em fase de execução.

Ações Previstas para 2012

- Início da última etapa da obra de reordenamento do Abrigo Cônego Paulo de Nadal.
- Conclusão da transferência da Sede Administrativa da Rua São Manoel para a Rua Miguel Teixeira.
- Expansão da frota de veículos com novas aquisições de automóveis, furgões e utilitários.

- Conclusão do reordenamento institucional do Abrigo Nehyta Martins Ramos, com a transferência dos abrigados para as novas Unidades Residenciais.
- Reforma das unidades residenciais, localizadas em prédios próprios, e construção de novas unidades residenciais.
- Continuidade das ações da Assessoria Jurídica da FPERGS, junto ao Poder Judiciário, no sentido de aumentar ainda mais o número de acolhidos reintegrados na família, pois, conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente, o acolhimento institucional é medida excepcional e provisória, tendo a criança e adolescente direito à convivência familiar, em sua família de origem ou família substituta, através da adoção.

Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS)

A Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS) é uma entidade de direito privado vinculada à Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social, instituída nos termos da Lei nº 9.434, de 27 de novembro de 1991, e que, conforme o Decreto nº 34.155, de 30 de dezembro de 1991, tem como atribuições o desenvolvimento, a implementação e a execução das políticas públicas de trabalho, emprego e renda, bem como de promoção e assistência social no âmbito do Estado. Executa suas atividades através da coordenação e desenvolvimento de um conjunto de programas, projetos, ações e serviços direcionados à inclusão social e profissional da população. De acordo com sua natureza, a Fundação prioriza o atendimento na área do trabalho para a população socialmente vulnerabilizada e segmentos populacionais que demandam atenção, como, por exemplo, pessoas portadoras de deficiência.

A FGTAS está presente em 142 municípios do Estado, através da rede de atendimento, composta pelas Casas do Artesão; Vida Centro Humanístico, localizado na Zona Norte de Porto Alegre; Parque de Recreação do Trabalhador, localizado em São Leopoldo; e, 146 Agências FGTAS/SINE. A rede de atendimento é responsável por levar ao público todos os programas, projetos e ações da Fundação, tanto os do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, quanto dos programas e ações que traduzem as políticas públicas estaduais das áreas do Trabalho e do Desenvolvimento Social.

Em 2011, dentro do **Programa de Proteção aos Direitos Humanos**, podem ser destacadas as seguintes ações: a) a realização de 102.809 atendimentos à comunidade no Vida Centro Humanístico; e b) a realização de 150.580 atendimentos no Parque de Recreação do Trabalhador, em São Leopoldo. As atividades desenvolvidas estão voltadas para segmentos populacionais socialmente vulneráveis, nas áreas da saúde, educação, cultura, meio ambiente, recreação, lazer, esporte e trabalho, com vistas à convivência saudável de famílias, idosos, adultos, adolescentes e crianças. O valor aplicado foi de R\$ 512.342,00.

Dentro do **Programa de Proteção e Promoção à Família**, pode-se destacar que, nas ações voltadas ao **artesanato**, foram cadastrados/recadastrados, no ano de 2011, 6.141 artesãos; realizados 25 cursos de capacitação e qualificação profissional, com um total de 210 alunos; e obtida certificação de isenção de ICMs em 31.300 Notas Fiscais emitidas pelos artesãos cadastrados no Programa Gaúcho do Artesanato. O valor aplicado foi de R\$ 77,2 mil.

A FGTAS participou e promoveu o apoio à realização de eventos de comercialização de produtos artesanais que garantem ao artesão o acesso à renda, como segue: *3ª Feira Regional do Artesanato*, em Santana do Livramento; *XII FENEARTE – Feira Nacional de Negócios do Artesanato*, em Olinda/Recife; *6º Salão do Turismo*, em São Paulo/SP; *33ª Feira do Artesanato de Rio Grande*; *28ª EXPOARGS*; *Feira Binacional Fronteiriça de Artesanato*, em Aceguá; *Feira Nacional do Artesanato de Belo Horizonte*; e, *IV Salão do Artesanato*, em Brasília.

Em 2011, a FGTAS atendeu 368.958 trabalhadores desempregados, recebendo, conferindo e encaminhando a documentação necessária para habilitá-los ao recebimento do **Seguro-Desemprego**, em 106 municípios, relacionados no Quadro a seguir:

Número de trabalhadores beneficiados com o Seguro-Desemprego por município - 2011

Município	Trabalhadores beneficiados
Alegrete	489
Alvorada	5.492
Arroio do Meio	929
Arroio Grande	670
Bagé	5.947
Bento Gonçalves	5.404
Bom Jesus	112
Caçapava do Sul	1.262
Cachoeira do Sul	2.080
Cachoeirinha	8.205
Camaquã	2.413
Campo Bom	7.645
Canela	1.913
Canguçu	873
Canoas	12.675
Capão da Canoa	3.539
Capela de Santana	671
Carazinho	3581
Carlos Barbosa	1.590
Caxias do Sul	23.974
Constantina	4
Crissiumal	650
Cruz Alta	2.925
Encantado	1.301
Encruzilhada do Sul	549
Erechim	4.957
Estância Velha	4.188
Esteio	5.635

Município	Trabalhadores beneficiados
Estrela	1.803
Farroupilha	2.411
Feliz	1.230
Frederico Westphalen	2.908
Garibaldi	1.952
Getúlio Vargas	1.053
Giruá	102
Gramado	2.337
Gravataí	8.803
Guaíba	5.266
Guarani das Missões	4
Horizontina	314
Ibiraiaras	83
Ibirubá	1.030
Igrejinha	2.672
Ijuí	3.490
Iraí	304
Itaqui	1.513
Lagoa Vermelha	1.538
Lajeado	3.390
Marau	1.748
Montenegro	4.059
Nova Prata	1.829
Nova Santa Rita	223
Novo Hamburgo	15.043
Osório	3.278
Palmeira das Missões	973
Panambi	2.343
Parobé	4.224
Passo Fundo	7.782
Pelotas	13.023
Piratini	315
Portão	1.779
Porto Alegre	54.988
Quaraí	17
Rio Grande	5.473
Rio Pardo	1.098
Ronda Alta	142
Rosário do Sul	1.697
Salvador do Sul	152
Santa Cruz do Sul	4.827
Santa Maria	10.594
Santa Rosa	3.304
Santana do Livramento	2.723
Santiago	1.795
Santo Ângelo	3.437
Santo Antônio da Patrulha	2.578
Santo Augusto	636
São Borja	1.360
São Francisco de Paula	1.420
São Gabriel	50
São José do Norte	568
São Leopoldo	9.172

Município	Trabalhadores beneficiados
São Lourenço do Sul	1.325
São Luiz Gonzaga	1.359
São Sepé	619
Sapiranga	6.351
Sapucaia do Sul	6.117
Sarandi	1.353
Seberi	238
Sobradinho	673
Soledade	2.064
Tapejara	270
Tapes	913
Taquara	3.277
Tenente Portela	486
Torres	3.034
Tramandaí	3.381
Três Coroas	1.580
Três de Maio	1.525
Três Passos	1.328
Triunfo (Polo Petroquímico)	343
Uruguaiana	3.296
Vacaria	4.041
Venâncio Aires	2.875
Vera Cruz	1.050
Veranópolis	1.160
Viamão	5.775

Fonte: FGTAS

A ação **Intermediação de Emprego** constitui-se na colocação de trabalhadores no mercado formal de trabalho, através das Agências FGTAS, onde é realizada a adequação do perfil desses trabalhadores aos postos de trabalho disponibilizados nas Agências. Essa ação apresentou os seguintes resultados:

- 12 pesquisas sobre emprego e desemprego, em Porto Alegre e Região Metropolitana, com a publicação mensal do Informe-PED e, anual, da Revista Mulher e Trabalho;
- 7.153 serviços prestados por trabalhadores autônomos encaminhados pelo Centro do Trabalhador Autônomo;
- 109 trabalhadores com deficiência colocados em emprego formal;
- 209.379 Carteiras de Trabalho e Previdência Social emitidas pelas Agências da FGTAS em 83 municípios;
- 38.021 trabalhadores colocados no mercado de formal de trabalho, em 115 municípios, relacionados no Quadro a seguir:

Número de trabalhadores colocados no mercado
formal de trabalho por município - 2011

Município	Trabalhadores Empregados
Alegrete	783
Alvorada	26
Arroio Do Meio	144
Arroio Grande	305
Bagé	621
Bento Gonçalves	196
Bom Jesus	177
Butiá	414
Caçapava do Sul	211
Cachoeira do Sul	29
Cachoeirinha	119
Camaquã	202
Campo Bom	36
Candelária	1.391
Canela	523
Canguçu	189
Canoas	125
Capão da Canoa	76
Capão do Leão	212
Capela de Santana	270
Carazinho	101
Caxias do Sul	636
Charqueadas	227
Crissiumal	20
Cruz Alta	182
Dom Pedrito	274
Encantado	54
Encruzilhada Do Sul	155
Erechim	194
Esteio	131
Estrela	460
Farroupilha	35
Frederico Westphalen	273
Garibaldi	13
Getúlio Vargas	20
Glorinha	2
Gramado	640
Gravataí	244
Guaíba	54
Horizontina	328
Ibiraíaras	51
Ibirubá	190
Igrejinha	59
Ijuí	569
Imbé	440
Iraí	60

Município	Trabalhadores Empregados
Itaqui	68
Lagoa Vermelha	571
Lajeado	160
Marau	443
Montenegro	149
Nova Prata	248
Nova Santa Rita	40
Novo Hamburgo	332
Osório	941
Palmares do Sul	39
Palmeira das Missões	179
Panambi	427
Parobé	416
Passo Fundo	1.169
Pelotas	330
Portão	657
Porto Alegre	1.738
Quaraí	366
Rio Grande	1.775
Rio Pardo	526
Rolante	3
Rosário do Sul	119
Santa Cruz do Sul	192
Santa Maria	372
Santa Rosa	226
Santana do Livramento	891
Santiago	888
Santo Ângelo	376
Santo Antônio da Patrulha	229
Santo Augusto	189
São Borja	236
São Francisco de Paula	137
São Gabriel	292
São Jerônimo	103
São José do Norte	76
São Leopoldo	971
São Lourenço do Sul	553
São Luiz Gonzaga	124
São Sebastião do Caí	624
São Sepé	294
Sapiranga	157
Sapuçaia do Sul	156
Sarandi	625
Seberi	56
Sobradinho	247
Soledade	428
Tapejara	307
Tapes	23
Taquara	597

Município	Trabalhadores Empregados
Taquari	819
Tenente Portela	179
Torres	876
Tramandaí	145
Três Coroas	138
Três de Maio	266
Três Passos	107
Triunfo (Polo Petroquímico)	488
Tupanciretã	206
Uruguaiana	482
Vacaria	920
Venâncio Aires	186
Vera Cruz	1.263
Veranópolis	140
Viamão	257
Xangri-Lá	23

Fonte: FGTAS

Em 2011, a FGTAS qualificou, pelo *Plano Territorial de Qualificação Social e Profissional (PlanTeQ)*, 1.623 alunos em 44 municípios.

Ações previstas para 2012

- *PlanTeQ-RS*: Para 2012, está prevista a capacitação de 2.219 trabalhadores em situação de vulnerabilidade social, para sua inserção no mercado formal de trabalho, através da realização de cursos de qualificação profissional, em diversas áreas, com carga horária média de 200h/aula, em 42 municípios do Estado.

- *Cursos pra Jovens em Situação de Desemprego*: Realização de 250 cursos, em 26 municípios, a saber: Alvorada, Bagé, Bento Gonçalves, Canguçu, Canoas, Caxias do Sul, Dom Pedrito, Gravataí, Guaíba, Montenegro, Novo Hamburgo, Osório, Pelotas, Porto Alegre, Rio Grande, Rosário do Sul, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, Santana do Livramento, Santo Antônio da Patrulha, São Gabriel, São Leopoldo, Sapucaia do Sul, Torres, Uruguaiana e Viamão. Todos com mais de 30 mil habitantes e com Agências FGTAS/SINE. Os cursos têm como público-alvo 5.000 jovens, de 18 a 29 anos, que estejam em situação de desemprego, sejam membros de famílias com renda mensal *per capita* de até um salário mínimo e que não tenham concluído o ensino superior. Está prevista uma carga horária total de 350 horas/aula, em seis meses.

- *Inclusão Produtiva*: A FGTAS, com foco em ações direcionadas às famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica, viabilizará o Projeto de Geração de Trabalho e Renda e o Projeto de Inclusão Digital.

- *Geração de Trabalho e Renda*: Está prevista, para o ano de 2012, a Ampliação dos Projetos de Geração de Renda, visando atender 400 famílias, em 16 municípios do Estado, com investimento do Tesouro Estadual no ordem de R\$ 782

mil. As ações desse projeto são direcionadas à preparação das famílias para inclusão produtiva, através de identificação de potencialidades; qualificação para gestão de empreendimentos individuais e/ou coletivo; e, encaminhamentos aos canais competentes para formalização e assessoramento. O objetivo central é a autonomia das famílias em situação de vulnerabilidade, para que produzam seu próprio sustento e não precisem depender dos programas públicos assistenciais.

- *Inclusão Digital*: Está prevista também a implantação do Projeto de Inclusão Digital, junto às 11 Agências de Desenvolvimento Social da FGTAS, em parceria com a Secretaria de Comunicação e Inclusão Digital e outros órgãos estaduais, na ótica da transversalidade. O objetivo do Projeto é implantar uma rede pública estadual de telecentro, na perspectiva de democratizar o acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, promovendo a alfabetização e inclusão digital de trabalhadores do Estado. Com a implantação nas 11 Agências, é estimado o atendimento de 18 mil pessoas, com valor de investimento da ordem de R\$ 434 mil.

- *Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)*: O Programa, sob a responsabilidade da STDS, e executado pela FGTAS, utilizando-se dos servidores e das suas bases instaladas em 143 municípios do RS, buscará junto à coletividade local as demandas por cursos de qualificação.

- *Programa Cisternas*: Caberá à FGTAS, em 2012, elaborar, juntamente com a STDS, o edital de cursos para qualificar 3.944 pessoas na execução do Programa Cisternas, contemplado na Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério de Desenvolvimento Social, que prevê a construção de cisternas em 13 municípios. A FGTAS, através do SINE e ADS, ficará encarregada de auxiliar na mobilização das famílias envolvidas, bem como da fiscalização na execução das obras.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

A Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) do Estado do Rio Grande do Sul foi criada através da Lei nº 13.601, de 1º de janeiro de 2011, tendo por competências: assessorar na formulação, coordenação e articulação de políticas para as mulheres; elaborar e implementar campanhas educativas de combate a todo tipo de discriminação contra a mulher; elaborar o planejamento de gênero que contribua na ação do governo com vista à promoção da igualdade entre os sexos; articular, promover e executar programas de cooperação entre organismos públicos e privados, voltados à implementação de políticas para as mulheres; articular as políticas transversais de gênero; implementar e coordenar políticas de proteção às mulheres em situação de vulnerabilidade.

A SPM tem por missão promover a garantia dos direitos das mulheres para a eliminação das discriminações que as atingem, bem como a sua plena integração social, política, econômica e cultural, e visa construir uma política de equidade de gênero efetiva e consolidá-la como política de Estado.

Como novo órgão da estrutura administrativa estadual, a prioridade estratégica da Secretaria de Políticas para as Mulheres é consolidar-se política e estruturalmente, habilitando-se a coordenar e executar as ações transversais e federativas, focadas no empoderamento, no enfrentamento à violência e na geração de trabalho e renda para a Mulher. Para atingir tal objetivo, os eixos constituintes do trabalho da SPM são:

- Autonomia Econômica e Financeira das Mulheres;
- Prevenção e Enfrentamento à Violência contra a Mulher; e
- Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres.

No primeiro eixo, a SPM desenvolve o programa **Mulheres Construindo Autonomia RS**, que tem por objetivo coordenar a execução das ações transversais e federativas de qualificação profissional, preparando as mulheres para a sua inclusão no mundo do trabalho, promovendo sua autonomia financeira. A histórica discriminação de gênero, que tem privilegiado os homens em relação às mulheres, inclusive e principalmente, no mercado de trabalho, tem sido um dos mais prementes fatores de agravamento da pobreza. Faz-se necessária a reparação histórica dessas desigualdades, com promoção da autonomia econômica da mulher, dessa forma contribuindo para a eliminação da pobreza. A política será focada na construção da autonomia das mulheres gaúchas a partir da capacitação, formação para o mundo do trabalho e geração de renda, que certamente contribuirá com outras metas como o estímulo ao empoderamento e à capacidade de atuação no enfrentamento à violência doméstica.

A Secretaria de Políticas para as Mulheres também é responsável pelo programa **Prevenção e Enfrentamento à Violência Contra a Mulher**, que visa reduzir os índices de violência contra meninas e mulheres através do fortalecimento da rede de enfrentamento à violência contra a mulher em todas as regiões do Rio Grande do Sul. Dados da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul (SSP/RS) e da pesquisa realizada pelo Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos das Mulheres (CLADEM-Brasil), utilizando diferentes fontes, demonstram altos índices de violência contra as mulheres. A pesquisa CLADEM-Brasil aponta que 72% das mulheres no Brasil já disseram ser vítimas de violência doméstica. Os dados da SSP/RS apresentam as maiores médias históricas em relação ao total de delitos, sendo que a cada 10.000 mulheres, aproximadamente 132 já sofreram ameaça e 99 sofreram lesões corporais. Diante do cenário acima descrito, o presente tema se torna um dos três principais eixos constituintes da SPM, que tem um Departamento específico para coordenar essas ações.

Outro programa da SPM é o **Cidadania e Efetivação de Direitos das Mulheres**, que tem por objetivo a promoção da defesa dos direitos da mulher num diálogo entre o poder público e a sociedade gaúcha. Apesar de toda a mobilização e organização pelo reconhecimento da igualdade de

direitos, que tem pelo menos dois séculos de acúmulo, ainda há muito que desenvolver para que as mulheres estejam em situação de igualdade. O Brasil é um dos países com menores índices de participação das mulheres nos espaços de poder. As políticas públicas podem cumprir parte dessa função de alcance da equidade de gênero na sociedade.

No primeiro ano de atividades da Secretaria, podem ser citadas como principais realizações:

- Reordenamento do Centro de Referência da Mulher – Vânia Araújo Machado (CRMVAM), com instalação do Serviço Escuta Lilás 0800 541 0803;
- Reordenamento do Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres;
- Realização do Seminário *Sistema Estadual de Participação Cidadã: a construção do PPA Participativo na perspectiva das Mulheres*;
- Realização de duas edições da oficina de Elaboração de Projetos Sociais, em parceria com a Escola de Governo da Fundação para o Desenvolvimento dos Recursos Humanos (FDRH), dentro do Programa de Capacitação em Políticas para as Mulheres;
- Viabilização de formação continuada em Gestão em Políticas Sociais de Gênero e Promoção da Igualdade Racial, com cursos de extensão e de especialização que serão realizados pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), a partir de março de 2012;
- Elaboração do *Pacto Estadual pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher*, organização do *Ato de Adesão do Estado do Rio Grande do Sul* e assinatura, pelo Governador, do *Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher*;
- Elaboração de seis projetos para captação de recursos federais com ênfase nos três eixos constituintes da SPM e parceria com a UERGS na elaboração de um projeto para captação de recursos junto ao Ministério da Educação;
- Elaboração do Mapa Estratégico da SPM, com o aporte da Fundação Getúlio Vargas (FGV);
- Participação em todas as agendas do Sistema Estadual de Participação Cidadã;
- Participação em todas as agendas de Interiorização do Governo com reuniões e audiências públicas com mulheres para discutir o Desenvolvimento Regional na Perspectiva de Gênero;
- Anúncios e assinaturas de Termos de Cooperação para viabilizar e efetivar a parceria para a implementação dos Projetos com os Municípios nos Encontros de Desenvolvimento e nas Interiorizações;
- Participação com mutirões e oficinas nos Territórios da Paz;
- Participação com mutirões e oficinas nos Territórios da Cidadania com RS Mais Igual;

- Mobilização dos municípios para a organização de conferências municipais ou regionais de políticas para as mulheres, envolvendo cerca de 13 mil pessoas e 288 municípios, como preparação à participação na *IV Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres*;
- Incentivo à criação de Coordenadorias Municipais de Políticas para as Mulheres e Conselhos Municipais dos Direitos das Mulheres;
- Realização da *IV Conferência Estadual de Políticas para as Mulheres Enid Backes*, com a participação de cerca de 1.150 mulheres de todo o Estado, sendo eleitas 119 mulheres delegadas à Conferência Nacional;
- Organização da Comitiva do RS, com as delegadas eleitas na *IV Conferência Estadual*, para a participação da *III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres*, em Brasília;
- Concretização de sete convênios federais, totalizando a captação de mais de R\$ 6 milhões, para garantir a execução de ações em 2012, a saber:
 - Mulheres Trabalhadoras Rurais no RS – com formação e capacitação em *Direitos Humanos na Perspectiva de Gênero*, para mulheres trabalhadoras rurais dos quatro Territórios da Cidadania do RS, a fim de promover o seu empoderamento e fomentar a criação de núcleos de educação do campo, beneficiando 300 mulheres;
 - Mulheres na Construção Civil RS – com capacitação para a construção civil de 500 mulheres de baixa renda, prioritariamente em situação de risco de violência doméstica, podendo ser egressas do sistema prisional ou beneficiárias do Programa Bolsa Família, beneficiando 500 mulheres;
 - Reaparelhamento do Centro de Referência da Mulher – Vânia Araújo Machado e capacitação de agentes públicos dos Centros de Referência da Mulher (CRMs) e das Casas-Abrigo do Estado do Rio Grande do Sul. Além das mulheres gaúchas em situação de violência, serão beneficiados, através da capacitação, 150 agentes públicos dos CRMs estadual e municipais e das casas-abrigo;
 - Fortalecimento das Políticas para as Mulheres, da Rede Estadual de Educação e da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência no Rio Grande do Sul, convênio através do qual serão realizados: uma pesquisa diagnóstica da situação das mulheres no RS; quatro cursos de capacitação; apoio à criação e fortalecimento de 30 novos organismos municipais e políticas para as mulheres; aquisição de 20 veículos para o aparelhamento da Rede de Atendimento à Mulher em Situação de Violência; aquisição de quatro veículos para o aparelhamento da SPM-RS; nove seminários regionais sobre Gestão de Políticas de Educação, Gênero e Igualdade Racial. Os beneficiários com a capacitação consistem em 495 agentes públicos e agentes não-

governamentais, 180 mulheres – promotoras legais populares e 3.000 professoras e professores da rede estadual de educação;

- Fortalecimento da Cidadania e da Organização Produtiva de Mulheres Rurais – com mobilização, capacitação e assessoria às mulheres rurais e suas organizações produtivas no Rio Grande do Sul, beneficiando 3.000 mulheres;

- Apoio ao Fortalecimento da Autonomia e Protagonismo Econômicos das Mulheres Rurais no Rio Grande do Sul – por meio de aquisição de equipamentos de infraestrutura para possibilitar a realização de atividades de mobilização, articulação e assessoria para mulheres trabalhadoras rurais e suas organizações, bem como atividades de recreação infantil para suas crianças, através da estruturação de brinquedotecas móveis nos Territórios Rurais;

- Mulheres de Fibra – Gênero, Sustentabilidade e Associativismo – com formação e capacitação para o trabalho de mulheres em contextos sociais de vulnerabilidade da região leste de Porto Alegre, tendo como base os direitos humanos das mulheres e consciência ambiental, fortalecendo economicamente os grupos comunitários, oportunizando o desenvolvimento de uma cultura de sustentabilidade nas iniciativas econômicas com base no associativismo e na promoção do cooperativismo. Serão beneficiadas 50 mulheres.

- Adesão à *Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra as Mulheres*;

- Adesão à *Campanha Verão Numa Boa*, com campanha publicitária, mutirões de distribuição do material impresso da SPM (*Escuta Lilás e Cartilha da Lei Maria da Penha*) na praia, na serra e regiões de fronteira, audiências públicas/oficinas para discutir o Desenvolvimento Regional na Perspectiva de Gênero, organização e realização da *Muamba da Paz pelo Fim da Violência contra as Mulheres e Meninas*;

- A SPM também vem desenvolvendo ações vinculadas às prioridades de Governo, em especial ao objetivo de Promover políticas públicas de promoção dos direitos humanos e da diversidade cultural do Mapa Estratégico do Governo do RS, que têm sido monitoradas pela Sala de Gestão da Secretaria-Geral de Governo.

Assim, dentro do programa **Mulheres Construindo Autonomia**, serão realizados, até 2014, cursos de capacitação e qualificação profissional de 10 mil mulheres no âmbito do Governo do Estado, além de convênios com o Governo Federal, parcerias com a sociedade civil organizada e com empresas privadas para capacitação de mulheres.

No âmbito do programa de **Prevenção e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**, o ano de 2011 foi de elaboração de uma política intersetorial e transversal com ações relativas ao tema. Para o ano de 2012, pretende-se criar e qualificar a rede de atendimento, integrando os órgãos governamentais e não-governamentais para atendimento, orientação e promoção social de mulheres em situação de violência. Em

continuidade às ações de reordenamento, em 2012 o Centro de Referência da Mulher – Vânia Araújo Machado deve ser reaparelhado e reequipado. Até 2014 estão previstos: o apoio à criação e estruturação de três Casas-Abrigo nas localidades cujos índices de violência sejam considerados elevados; a prestação de assessoria aos 19 Centros de Referência da Mulher existentes no Estado, para o seu fortalecimento, bem como o apoio para a criação e estruturação de 10 Centros de Referência regionais e municipais nas localidades cujos índices de violência contra a mulher sejam considerados elevados; a realização de 12 Campanhas de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra Mulheres e Meninas; e a realização de diagnóstico da Situação da Violência contra Mulheres e Meninas no RS.

Com relação às ações transversais, o Governo do Estado instalou, em 29 de abril, o Comitê Gestor de Políticas de Gênero, composto pelas Secretarias de Estado, com a finalidade de acompanhar, avaliar e garantir a execução e a transversalidade das políticas para as mulheres.

No âmbito das ações com abrangência binacional, destacam-se: a criação de um Grupo de Trabalho em Santana do Livramento para o evento *Cimento e Batom* e a participação na Reunião Especializada das Mulheres (REM).

SECRETARIA DO TURISMO

A Lei nº 13.601, de 01 de janeiro de 2011, reorganizou a Secretaria do Turismo (SETUR), dando-lhe a incumbência de “coordenar e executar a política estadual do turismo com vista ao seu desenvolvimento, promovendo a inclusão social pelo crescimento da oferta de trabalho e melhor distribuição de renda”.

A partir da reorganização legal e da definição do eixo político da Secretaria, fez-se necessária sua reestruturação organizacional para garantir que tais objetivos sejam concretizados. Essa reestruturação vem ocorrendo, em conjunto com a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Principais Realizações em 2011

Em conjunto com todo Governo, a SETUR assumiu o compromisso de projetar o Turismo no mais alto patamar de competitividade, com vistas à Copa de 2014, evento que a desafia a projetar o Rio Grande do Sul como destino consolidado no Brasil e na América do Sul. Para isso, é necessário qualificar a oferta turística com melhorias na infraestrutura, serviços e formação de profissionais e gestores públicos e privados do setor para o bem receber. É necessário projetar o Rio Grande do Sul enquanto destino diferenciado no cenário nacional, com capacidade de atrair investimentos Federais.

Em meio aos desafios propostos por este Governo, a SETUR assumiu para si o protagonismo da retomada do turismo enquanto

instrumento para o desenvolvimento econômico, político, cultural e social do RS.

Planejamento e Gestão

O desenvolvimento do Turismo impõe uma permanente articulação entre diversos setores relacionados à atividade, públicos e privados, no sentido de proporcionar compartilhamento, cooperação e integração das atividades da produção turística nas diferentes esferas de planejamento e gestão do turismo no Estado.

As relações internacionais englobam as ações ligadas ao desenvolvimento de relações institucionais com outros países e organizações internacionais e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). A SETUR tem, por atribuição, fomentar as relações com outros países e, ao mesmo tempo, fortalecer as relações com organismos internacionais no âmbito do turismo.

As relações bilaterais visam à transferência, em caráter não comercial, de conhecimentos técnicos e experiências bem sucedidas no setor de turismo, com diversos países, em especial com o MERCOSUL. Buscam, ainda, estabelecer mecanismos legais que permitam a troca de experiências de sucesso em âmbito bilateral. As principais ações bilaterais que se encontram em desenvolvimento:

- Intercâmbio com o Governo do Uruguai para conhecimento técnico na qualificação de policiamento turístico.
- Cooperação e intercâmbio etnocultural, universitário, turístico e empresarial entre a prefeitura de Ijuí e as Intendências de *Oberá* (Argentina), *Encarnación* (Paraguai), Cerro Largo e Colônia de Sacramento (ambas no Uruguai).
- Cooperação, intercâmbio cultural, universitário, empresarial, de infraestrutura e de questões de Fronteira, entre a Associação dos Municípios do Planalto Médio do Rio Grande do Sul (AMUPLAM) e a *Comisión de Desarrollo Estrategico* de Municípios de *Misiones* (CODEIM), na Argentina.
- Cooperação para constituição de roteiros integrados e constituição de centros de atenção ao turista, integrados com Uruguai e com a região de Maldonado (Uruguai).
- Cooperação técnica com o *Turisme* de Barcelona para planejamento e constituição do Consórcio Turístico da Região Metropolitana de Porto Alegre.
- Cooperação técnica com a Empresa Pública ParquExpo, de Portugal, para a troca de experiência no Projeto Estratégico de construção do Centro de Eventos da Região Metropolitana de Porto Alegre.
- Termo de cooperação com a TACA Airlines para qualificação do fluxo aéreo Porto Alegre-Lima.

Informações e Estudos Turísticos

Essa ação visa trabalhar a informação como ferramenta estratégica, tanto no que se refere à gestão programática para decisão dos investimentos junto aos destinos e aos mercados internos e internacionais quanto ao funcionamento da cadeia produtiva. Nesse sentido, é necessário um programa contínuo, que não só pesquise a estruturação dos destinos na ótica da oferta e da demanda, mas que constitua um sistema que possibilite a avaliação dos impactos socioeconômicos, culturais e ambientais da atividade e auxilie na tomada de decisões, criando condições para o fortalecimento da sustentabilidade do setor.

Principais ações em 2011:

- Realização de Convênio com o Ministério do Turismo para o Sistema Estadual de Informações Turísticas, vinculado à construção ou requalificação de onze Centros de Atenção ao Turista na fronteira com Argentina, Uruguai e Região Metropolitana de Porto Alegre. Para tal convênio, o MTUR deve repassar ao Estado o valor de R\$ 4 milhões durante o ano de 2012.
- Estudo de Competitividade do Turismo Gaúcho – através de convênio com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), a SETUR iniciou a avaliação da oferta turística nos diversos meios, em nível regional e microrregional. O programa tem como função estudar a perspectiva da internacionalização da oferta turística, propondo ações voltadas para a comercialização e o aumento da presença dos serviços turísticos gaúchos no mercado doméstico e internacional.
- Relação com a Fundação de Economia e Estatística (FEE), para pesquisas sobre o impacto do turismo na sociedade gaúcha.
- Aproximação com as Instituições de Ensino Superior para que contribuam, com estudos e pesquisas, a fim de auxiliar no desenvolvimento da política estadual do Turismo.

Qualificação dos Equipamentos e Serviços Turísticos

Com o objetivo de promover a qualidade dos produtos turísticos do Estado, foi sistematizado o conjunto de normas e incentivou-se a qualificação e a certificação da prestação de serviços e equipamentos turísticos. A Copa do Mundo - FIFA 2014 ganha centralidade na ação da SETUR, podendo ser a grande oportunidade para a consolidação do produto turístico gaúcho em novos mercados.

Para conquistar a excelência nos serviços, buscou-se garantir a acessibilidade para pessoas com deficiência em todos os equipamentos e serviços turísticos do Estado, o combate ao trabalho infantil e à exploração sexual de crianças e adolescentes, o compromisso com a sustentabilidade dos destinos turísticos gaúchos, em especial no que tange à proteção e conservação de patrimônio histórico e natural, à promoção e à valorização das manifestações artísticas e culturais, como patrimônio das populações locais.

Entre as principais ações de 2011 podem ser citadas:

- Assinatura de termo de cooperação técnica entre SETUR, Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para PPDs e PPAHs no RS (FADERS) e FACCAT para qualificação no turismo em atendimento a PPDs e PPAHs.
- Ação articulada com o Ministério Público e Secretaria de Políticas para as Mulheres para o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes.
- Relançamento e qualificação, em conjunto com a AD Costa Doce, do *Roteiro dos Caminhos Farroupilhas*.
- Realização, em parceria com a SEDAC, dos *Festejos Farroupilhas* na cidade de Piratini.
- Lançamento, em conjunto com o Comitê de Comemoração dos 260 anos do Povoamento Açoriano, da Programação dos Festejos para 2012.
- Projeto de Fomento ao Turismo em Parques Nacionais e Entorno, que tem como eixo indutor o desenvolvimento e a integração dos Parques Nacionais. Coordenado pelo MTUR, inclui o parque Aparados da Serra.
- Participação transversal, em conjunto com a Secretaria do Meio Ambiente, na Câmara Regional Temática Meio Ambiente e Sustentabilidade, no projeto Parques da Copa.

Programa de Normatização do Turismo

Esse programa é desenvolvido pela SETUR em convênio com o Ministério do Turismo-MTUR, e tem por objetivo criar, aperfeiçoar e disponibilizar instrumentos normativos e regulamentadores que exijam requisitos mínimos de qualidade para produtos e serviços a serem cumpridos pelos prestadores de serviços turísticos, empreendimentos, equipamentos e profissionais do segmento turístico.

O Programa de Normatização do Turismo se propõe a sistematizar e a ordenar os instrumentos jurídicos relacionados ao turismo, de forma a serem solucionados conflitos e sobreposição de competências, tornando a legislação clara para a aplicação e reduzindo o excesso de burocracia.

Uma dessas ações é o desenvolvimento do Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos (CADASTUR), que tem o objetivo de reunir todos aqueles que estejam legalmente constituídos e em operação no setor. O CADASTUR é executado pelo MTUR, em parceria com os órgãos oficiais de Turismo das unidades da Federação. Sendo assim, a análise da documentação e homologação do cadastro, e consequente disponibilização do certificado, são realizadas pelo órgão delegado.

Cadastros realizados em 2011

Novas empresas organizadoras de eventos, localizadas nas regiões das Conferências Regionais em locais onde o serviço não existia	21
Novas agências de viagens e turismo	156
Novos meios de hospedagem	55
Novas transportadoras turísticas	146
Novos empreendimentos gastronômicos	70
Novos guias de turismo	114

Fonte: SETUR/RS - 2011

Outras ações de qualificação de equipamentos e serviços:

- Assinatura de parceria com o DAER, a fim de realizar estudo sobre a viabilidade de abertura da Estrada do Mar para entrada e circulação de ônibus de turismo, atendendo uma reivindicação existente desde a inauguração da estrada.
- Cooperação com o DAER para fiscalização e liberação da lista de passageiros de ônibus de fretamento turístico no Estado.
- Assinatura de termo de cooperação *Turismo 100%*, com o Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade, para a certificação de estabelecimentos de Meios de Hospedagem e de Turismo de Aventura, além da certificação por competência de profissionais nas diversas ocupações existentes no setor turístico.

1ª Conferência Estadual do Turismo – O Turismo como oportunidade de desenvolvimento para o RS

A realização da I Conferência Estadual do Turismo teve por objetivos contribuir para o desenvolvimento econômico e social e promover o Turismo nas regiões de forma a possibilitar a redução das desigualdades regionais, melhorando a qualidade de vida da população local e consolidando a atividade turística como forma de cidadania e inclusão social.

A Conferência teve, ainda, a finalidade de envolver a sociedade gaúcha no debate acerca da política estadual do Turismo. Após seis meses de discussões, nas 11 Regiões Turísticas, incluindo mais de 2.000 participantes, o conjunto dos debates estabeleceu as diretrizes para a elaboração do Plano Diretor do Turismo 2012-2015. As diretrizes estão a seguir relacionadas:

- Implantar o sistema de gestão do Turismo no Rio Grande do Sul;
- Preparar o Rio Grande do Sul para captar e realizar grandes eventos;
- Aumentar a competitividade das microrregiões turísticas;

- Posicionar o produto turístico no mercado nacional e internacional;
- Fomentar o empreendedorismo, a inovação e a qualificação.

As 11 Conferências Regionais contaram com representantes dos mais diversos segmentos da sociedade gaúcha e elegeram mais de 500 delegados para a etapa estadual, ocasião em que foram elaboradas, sistematizadas e apresentadas propostas marcadas pela discussão sobre a política do Turismo. Além disso, foram realizadas cinco conferências temáticas de segmentos turísticos que reuniram mais de 400 participantes, contando com a presença de autoridades e de pesquisadores que aprofundaram o debate.

Coordenação da Comissão Permanente do CODESUL – Turismo Brasil Sul

A Comissão Permanente do CODESUL – Turismo Brasil Sul (CTBS) – coordenada pela SETUR, e integrada pelos Estados membros e o BRDE, reuniu-se seis vezes durante o ano de 2011, com o objetivo de consolidar ações organizacionais, tais como a estruturação do regimento interno e criação da marca promocional da Comissão Turismo Brasil Sul (CTBS), e desenvolver o delineamento de nove roteiros integrados e planejamento estratégico, com foco na elaboração, fortalecimento e estruturação do produto turístico.

A CTBS atua de forma articulada, cumprindo importante papel para fortalecer o Turismo Brasil Sul como produto turístico integrado frente ao FORNATUR, EMBRATUR e Ministério do Turismo. A CTBS avançou na estrutura executiva da Comissão que passará a operar do CODESUL-PR, dando suporte para a execução do Planejamento Estratégico 2012-2014 e definindo a continuidade dos trabalhos a serem desenvolvidos pela Comissão após esse ciclo.

Promoção e Apoio à Comercialização

A promoção do Turismo teve como conceitos estratégicos a consolidação da imagem e a diversificação dos produtos turísticos do Estado, tanto para o mercado interno quanto para o mercado externo, o que se deu através da realização de experiências de integração e valorização das riquezas culturais e naturais para a promoção de um turismo seguro, qualificado, diversificado e sustentável.

Através do Programa de Desenvolvimento do Turismo, realizou-se um investimento de mais de R\$ 1 milhão, que proporcionou a realização de 37 eventos no Estado e 16 de caráter nacional e internacional, com a finalidade de comercializar o produto turístico gaúcho. Os números expressos sinalizam para o reequilíbrio na realização dos eventos nacionais, internacionais e estaduais e buscam elevar o Estado a outro patamar na promoção do turismo.

Projetos Estratégicos da SETUR

Para o êxito dos objetivos estratégicos do Governo, a SETUR propôs, como prioridade estratégica, potencializar o Turismo como atividade da economia gaúcha, sintonizado ao Plano Nacional do Turismo e à integração regional com o MERCOSUL e o CONESUL, garantindo investimentos e credenciando o Estado para tornar-se referência nos segmentos de negócios e eventos, com vistas à Copa de 2014. Para concretizar essa prioridade, a SETUR atua diretamente em três objetivos estratégicos do Governo:

- Aumentar o investimento produtivo e tecnológico e fortalecer as cadeias produtivas e os Arranjos Produtivos Locais – APLs;
- Fomentar a cooperação e integração federativa e a cooperação internacional, em especial com o MERCOSUL;
- Fortalecer a infraestrutura econômica, energética e logística com sustentabilidade ambiental.

Com o objetivo de aumentar o investimento produtivo e tecnológico e fortalecer as cadeias produtivas e os Arranjos Produtivos Locais (APLs), a SETUR apresenta dois projetos:

Centro de Eventos na Região Metropolitana de Porto Alegre – o projeto se propõe a realizar um diagnóstico para definir a viabilidade da construção, operação e manutenção de um Centro de Eventos de Classe Mundial na Região Metropolitana de Porto Alegre. A SETUR pretende posicionar o Estado como referência no segmento de Turismo de Negócios e Eventos, elevando-o ao mais alto grau de competitividade.

Qualificação Profissional e Empresarial do Turismo – esse projeto visa formar empresários, profissionais, gestores públicos e privados do Turismo contemplando a qualificação e certificação com vistas ao bem receber e à melhoria da qualidade dos serviços. O projeto relaciona diferentes níveis educacionais que dialogam com as necessidades de desenvolvimento social e econômico do turismo gaúcho. Para a sua execução foram firmados convênios com o SENAC no valor de R\$ 112.389,00, para a formação de gestores públicos, e de R\$ 142.680,00, com o Sindicato de Hotéis Bares e Similares da Região Uva e Vinho (SHRBS) para formação de profissionais na área de hotelaria, gastronomia e entretenimento. Foram, ainda, conquistados R\$ 2 milhões junto ao Ministério do Turismo para qualificação de 5.000 gestores públicos e privados e profissionais da área do Turismo no ano de 2012.

Visando fomentar a cooperação e integração federativa e a cooperação internacional, em especial com o MERCOSUL, a SETUR conta com o projeto de **Infraestrutura Turística Receptiva na Linha de Fronteira**, justificado pela importância de intensificar o trabalho na linha fronteira e preparar o Brasil para receber os turistas, cujo número tem aumentado ano a ano.

Verifica-se, assim, a necessidade de qualificar o atendimento a todos os estrangeiros que acessam o Brasil, reforçando a relação com os países que fazem fronteira com o Rio Grande do Sul, com vistas à Copa do Mundo de 2014 e à consolidação de Roteiros Integrados. Nesse sentido, está prevista a liberação de R\$ 4 milhões junto ao Ministério do Turismo,

para a construção de 11 Centros de Atenção ao Turista, na linha de fronteira com o Uruguai e a Argentina e na Capital do Estado.

Com o objetivo de fortalecer a infraestrutura econômica, energética e logística com sustentabilidade ambiental a SETUR contribui apoiando a **Coordenação do Projeto de Revitalização do Cais Mauá**. O Projeto deverá ser estruturado para garantir sua operacionalidade de forma sustentável, para acolher atividades culturais, sociais, comerciais, recreativas e turísticas, no intuito de promover a revitalização da área portuária.

Execução orçamentária

Despesas empenhadas período de 01/01/2011 A 12/12/2011	
Apoio Administrativo	R\$ 4.525.757,09
Publicidade	R\$ 806.930,93
Promoção da Oferta Turística	R\$ 1.340.912,33
Infraestrutura e Política de Regionalização do Turismo	R\$ 2.303.915,72
Qualificação da Oferta Turística e Qualificação Profissional	R\$ 124.462,92
Qualificação Consulta popular – Consórcio Rota do Yucumã	R\$ 80.000,00
Qualificação Consulta Popular – Ass. Mun.Tur. Região dos Vales	R\$ 131.467,80
Sinalização Consulta Popular – Associação de Turismo Serra Nordeste	R\$ 376.100,00
Total	R\$9.689.546,79

Fonte: SETUR. 2011

Ações Previstas para 2012

Programa Conheça o Rio Grande

O Programa tem por objetivo estruturar, promover e fomentar o produto turístico gaúcho nos principais mercados nacionais e internacionais, considerando especialmente a oportunidade evidenciada pela realização de grandes eventos, como a Copa do Mundo em 2014, a Copa das Confederações e outros. As ações previstas para 2012 estão a seguir relacionadas:

- Apoio ao turismo das cidades históricas – Epopeia Farroupilha e Missões: visa apoiar financeiramente, através de convênios, o desenvolvimento do Turismo como atividade geradora de renda, de modo a promover o desenvolvimento cultural e social em cidades históricas e localidades que possuam potencial turístico ligado à identidade e à história farroupilha e missioneira.

- Cadeias produtivas locais e regionais para o Turismo – Produção associada ao Turismo: tem por objetivo formatar projetos e apoiar a implementação dos planos e ações voltados ao desenvolvimento da produção associada ao Turismo.

- Desenvolvimento do Turismo Náutico Gaúcho: tem por objetivo desenvolver projetos para construção e implementação de estruturas e equipamentos, além da melhoria do acesso aos recursos hídricos para o desenvolvimento do Turismo Náutico.

- Desenvolvimento e *marketing* de produtos turísticos: visa apoiar o desenvolvimento e formatação de produtos e *marketing* de roteiros turísticos alinhados à demanda, criando estratégias para a oferta dos produtos nos mercados nacional e internacional, contribuindo para a organização, desenvolvimento e fortalecimento da cadeia produtiva do turismo. Aproveitando as diferentes ênfases do turismo: turismo de eventos e negócios, turismo rural, turismo cultural e religioso, turismo de estudo e intercâmbio, turismo náutico, ecoturismo e turismo de aventura, enoturismo e turismo LGBT.

- Intercâmbio educacional entre as regiões turísticas – Projeto Formando Turistas: busca desenvolver estratégias de promoção turística do produto gaúcho a partir do intercâmbio educacional entre as regiões turísticas gaúchas.

- Potencialização do Turismo de Negócios e Eventos na Região Metropolitana de Porto Alegre: tem por objetivo apoiar e fortalecer a criação de novos negócios e eventos nacionais e internacionais.

- Promoção e apoio à comercialização de destinos turísticos no Brasil e exterior: busca promover e fomentar a inserção dos destinos e produtos turísticos competitivos do Rio Grande do Sul nos principais mercados nacionais e internacionais. Tem por meta principal realizar o Salão do Turismo da América do Sul

- Consolidação do Turismo Rural Gaúcho: visa organizar o segmento do Turismo Rural nas regiões turísticas através da implementação de projetos de qualificação da oferta turística, melhorando a infraestrutura turística e os serviços públicos, para a promoção e comercialização dos destinos referência neste segmento.

Programa de Desenvolvimento Integrado do Turismo

O Programa tem por objetivo desenvolver a atividade turística gaúcha como um fator de desenvolvimento econômico, por meio da geração de trabalho e renda, através da inclusão da atividade na pauta de consumo de todos os gaúchos. Ações previstas para 2012:

- Cadastramento, fiscalização e certificação dos serviços turísticos: gerenciar, ordenar, aperfeiçoar e disponibilizar instrumentos normativos e regulamentadores que garantam requisitos mínimos de qualidade para produtos e serviços a serem oferecidos pelos prestadores de serviços turísticos e profissionais do Turismo.

- Consórcio Turístico da RMPA – PRODETUR RS: busca viabilizar o Consórcio Turístico Metropolitano e de investimentos para a infraestrutura básica e turística, visando atender empreendedores turísticos, comunidade local, gestores públicos e instâncias de governança na Região, para consolidar o Turismo de Negócios e Eventos como o principal segmento do ordenamento turístico da RMPA.

- Fomento do Ecoturismo em parques estaduais e entorno: tem por objetivo desenvolver projetos de qualificação da oferta turística no entorno dos Parques Estaduais e aprimorar a recepção e estrutura de visitação das Unidades de Conservação.

- Informações, estudos e estatísticas do Turismo no Rio Grande do Sul: sistematizar informações de modo a consolidar dados estatísticos para apoiar o planejamento, gestão e promoção dos destinos turísticos gaúchos e subsidiar o desenvolvimento da política de Turismo; contribuir com o incremento de turistas no Estado, divulgando a informação turística; realizar estudos para o desenvolvimento de tecnologias e melhoria da informação turística considerando a realização de grandes eventos nos próximos anos, tais como a Copa do Mundo; e implantar o projeto estadual de inventariação turística em 21 municípios nas Regiões Funcionais 1, 2 e 3.

- Infraestrutura e equipamentos turísticos para o bem receber: a ação tem por objetivo apoiar as regiões turísticas na melhoria de infraestrutura básica, especialmente na implantação de sinalização turística de atrativos nas áreas urbana e rural, roteirização turística e instalação e revitalização de Centros de Informação Turística e de Batalhões de Policiamento Turístico, para expansão da atividade e o desenvolvimento turístico regional.

- Qualificação profissional e empresarial do Turismo: tem por objetivo qualificar profissionais e empresários ligados direta e indiretamente ao Turismo, incluindo a produção associada à atividade turística, nos seus diversos níveis, desde a gestão até os níveis operacionais, incluindo os empregados de menor qualificação.

- Regionalização do Turismo: estruturar e consolidar destinos turísticos competitivos nas regiões, desenhando o ordenamento territorial da atividade turística no RS, visando atender os empreendedores turísticos, comunidade local dos destinos turísticos, gestores públicos municipais e instâncias de governança regionais e microrregionais.

SECRETARIA DO ESPORTE E DO LAZER

A Secretaria do Esporte e do Lazer (SEL) foi criada pela Lei nº 13.601, de 1º de janeiro de 2011, que desmembrou as competências e estruturas referentes à Secretaria do Turismo, Esporte e Lazer em órgãos distintos, denominados Secretaria do Turismo e Secretaria do Esporte e do Lazer. A Secretaria também incorporou as funções, estrutura e orçamento da extinta Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo 2014.

A SEL tem por missão consolidar atividades para educar, integrar socialmente e promover saúde, bem-estar e melhoria da qualidade de vida. Em sua estrutura estão o Comitê Gestor da Copa do Mundo RS 2014 (CGCopa) e a entidade vinculada Fundação Estadual de Esporte e Lazer (FUNDERGS).

O Comitê Gestor da Copa do Mundo RS 2014 (CGCopa) gerencia e articula ações entre o poder público e a sociedade, preparando o Estado para o evento. O CGCopa conta com várias Câmaras Temáticas, sendo elas: Infraestrutura, Estádios, Segurança, Desenvolvimento Turístico, Meio Ambiente e Sustentabilidade, Promoção Comercial e Tecnológica, Saúde, Cultura, Educação e Ação Social e Transparência.

A FUNDERGS é o órgão executor das políticas e de fomento ao Esporte e ao Lazer. Possui foco no esporte educacional, alto rendimento e desenvolvimento do esporte (recreação e lazer, promoção à saúde, inclusão e pesquisa).

Realizações em 2011

- Elaboração do projeto para construção da Casa do Esporte, junto ao Centro de Treinamento Esportivo do Estado (CETE), contendo área técnico-administrativa, salas para federações esportivas, espaços para reuniões e auditório com 165 lugares.
- Realização do *Dia do Desafio 2011*, em parceria com o SESC e a Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos.
- Realização da *Conferência Estadual do Esporte e do Lazer*, com oito etapas regionais, totalizando mais de 1.200 participantes e mais de 200 municípios representados.
- Inauguração e entrega de 18 quadras poliesportivas do Programa de Prevenção à Violência (PPV) em cidades do interior.
- Participação no *12º Campeonato Mundial de Atletismo Master*, em Sacramento, nos Estados Unidos, com presença no Congresso Técnico e recebimento da bandeira da Confederação Internacional, oficializando Porto Alegre como sede da competição em 2013.
- Outorga das *Medalhas do Mérito João Saldanha e Pedro Carneiro Pereira* para 19 atletas e personalidades do esporte no Palácio Piratini.

- Apoio à participação da delegação gaúcha de 94 atletas nas *Olimpíadas Escolares* na Paraíba, conquistando 33 medalhas.
- Apoio à participação da delegação gaúcha de 44 pessoas nas *Paraolimpíadas Escolares*, em São Paulo, conquistando 27 medalhas, sendo a maior equipe do Estado na história da competição.
- Apoio à delegação gaúcha nas *Olimpíadas Escolares de 12 a 15 anos* em Curitiba.
- Apoio a mais de 50 eventos e a mais de 200 atletas para participação em competições nacionais e internacionais, com fomento financeiro da FUNDERGS.
- Articulação para criação da Universidade do Futebol no RS, em parceria com a UNILASALLE e a UERGS.
- Posse das Câmaras Temáticas Regionais da Copa do Mundo, em parceria com a Prefeitura de Porto Alegre e diversas entidades da sociedade civil organizada.
- Participação dos coordenadores do Comitê Gestor e dos coordenadores das Câmaras Temáticas em mais de 50 eventos do Comitê Organizador Local (COL), FIFA, Governo Federal, Governos Estaduais, Municípios e entidades, visando à preparação para a Copa 2014, nas áreas de meio ambiente e sustentabilidade, saúde, segurança, cultura, educação e assistência social, promoção comercial e tecnológica, estádios, desenvolvimento turístico e transparência.
- Desenvolvimento de material de divulgação da Copa 2014.
- Organização das visitas de inspeção da FIFA às 12 cidades pré-selecionadas até o momento para Centro de Treinamento de Seleções (CTS).
- Organização de estande do RS no Sorteio das Eliminatórias para a Copa do Mundo no Rio de Janeiro – primeiro evento oficial da FIFA no Brasil com vistas ao Mundial.
- Organização de estande da Secretaria do Esporte e do Lazer durante a EXPOINTER 2011, com a mostra *Gaúchos nas Copas* e recepção a personalidades esportivas.
- Realização da reunião do Fórum Nacional de Secretários de Esporte e Lazer do Palácio Piratini, com 16 estados.
- Lançamento dos sites da SEL e da FUNDERGS com redes sociais.
- Realização, em Porto Alegre, de evento marcando os *1.000 Dias para a Copa do Mundo*, em parceria com a Prefeitura, valorizando as tradições gaúchas na Semana Farroupilha.
- Elaboração do *Projeto da Caravana da Copa*, evento de divulgação e democratização do megaevento, com meta de visitar 100 cidades, prospectando turistas do MERCOSUL e de Santa Catarina.
- Organização da visita do Embaixador da Copa do Mundo 2014 ao Palácio Piratini e ao Estádio Beira-Rio.

- Organização da visita do Ministro do Esporte e do Vice-Governador ao CETE.
- Realização de almoço em homenagem aos atletas representantes do RS nos Jogos Pan-Americanos do México, que conquistaram 32 medalhas, sendo 12 de ouro.
- Organização da *Semana do Servidor Público*, em parceria com a Secretaria de Administração e Recursos Humanos, com atividades no Centro Administrativo Fernando Ferrari (CAFF) e no Centro Estadual de Treinamento Esportivo (CETE).
- Parceria na organização de duas edições do projeto *Gol da Vida*, em prol de entidades assistenciais.
- Organização dos *Jogos de Integração do Idoso*, com mais de 1.200 participantes, em Tramandaí.
- Organização de evento oficial com o grupo de patrocinadores da FIFA e da Copa do Mundo 2014, em Porto Alegre, com jantar no Palácio Piratini.
- Elaboração de convênio entre SEL e FDRH para a qualificação profissional visando à Copa, com verba de R\$ 3 milhões da SEL, prevendo, no mínimo, sete mil vagas na modalidade ensino a distância.
- Criação da campanha de mídia *A Copa do Mundo é Nossa, Tchê*, para mobilizar a sociedade gaúcha, informando sobre as ações de preparação para o Mundial.
- Criação do Portal RS Copa 2014, de maneira transversal, envolvendo diversas áreas de governo, como SEL, SECOM, Turismo, Desenvolvimento e Promoção do Investimento, Meio Ambiente e PROCERGS.
- Organização da participação do Governo do Estado na *SOCEREX*, maior evento de negócios relacionados ao futebol do mundo. Apresentação dos preparativos do RS, prospecção de parcerias e pré-lançamento do Portal da Copa. Participação das secretarias do Esporte e do Lazer, de Comunicação e Inclusão Digital, do Turismo e PROCERGS, além de seis municípios pré-selecionados como Centro de Treinamento de Seleções.
- Realização das palestras em todas as regiões do Estado sobre o novo momento do esporte e a Copa do Mundo no RS.
- Organização de colônias de férias no CETE, atendendo 500 crianças por dia de escolas públicas e do programa RS pela Paz.
- Integração plena entre a SEL e a FUNDERGS, estruturando recursos materiais e humanos, numa visão de valorização do esporte e do lazer.
- Convênio com o Governo Federal para o projeto do Novo CETE, com investimentos de R\$ 7,5 milhões do Ministério do Esporte, visando à construção de ginásio exclusivo para treinamento de voleibol; ampliação do ginásio poliesportivo, adequando a quadra ao tamanho

oficial de handebol e futsal; construção de prédio com vestiário, banheiros e salas de apoio para o atletismo; e reforma da pista de atletismo para classe 2, possibilitando certificação.

- Encaminhamento à Assembleia Legislativa do Projeto de Lei do Proesporte, incluindo a Lei de Incentivo ao Esporte, Fundo do Esporte e Bolsa-Atleta .

Ações planejadas para 2012

- Retomar o Parque Náutico para uso das federações, associações e clubes náuticos com projetos de remo, vela, motonáutica e criação de escolinhas de formação, alto rendimento e eventos.

- Articular com a Secretaria do Trabalho e do desenvolvimento Social e o Núcleo de Governo o repasse do Centro Vida à FUNDERGS, visando parceria com Ministérios para os programas *Praça da Juventude* e *Projeto pela Paz*.

- Debater com o Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) e os Piquetes sobre o Tiro de Laço como atividade esportiva/lazer.

- Realizar concurso para criar o Hino do Esporte Gaúcho.

- Acompanhar estruturação da Universidade do Futebol.

- Realizar parceria com Instituições de Nível Superior (IES) para elaboração do livro sobre a história do esporte no RS.

- Implantar Escola de Arbitragem.

- Articular, junto à SECOM e Comitê de Patrocínios, realização de relatório anual de investimentos em esportes e lazer.

- Lançar o Campeonato Estadual de Futebol de Várzea, valorizando ex-atletas para sua divulgação.

- Finalizar entregas de quadras do Programa de Prevenção à Violência.

- Criar Programa *Nenhum Ginásio Ocioso*.

- Articular evento com torcidas organizadas.

- *Projeto Verão* (parceria, calendário e acompanhamento).

- Colônia de Férias CETE – parceria SEDUC e RS pela Paz (500 crianças/dia).

- Licitação da Casa do Esporte (data início e entrega).

- Realizar cursos para elaboração de projetos para captação de recursos e também para gestores esportivos em parceria com o Comitê Olímpico Brasileiro (COB).

- Especialização para gestores esportivos, em parceria com universidades comunitárias.

- Alcançar a meta de cinco projetos para Ministério do Esporte (equipamentos de ginástica, academia, fisioterapia e outros – formação e alto rendimento).
- Núcleos esportivos: universidades, vôlei e outros.
- Convênios com universidades para inclusão de estagiários de Educação Física em ações como escolinhas de formação para crianças e adolescentes no turno inverso à escola.
- Incentivo a eventos de solidariedade e consciência social.
- Participação nas Olimpíadas Escolares e Paraolimpíadas.
- Lançar os seguintes jogos: Idosos; Indígenas; Paraolímpicos/Surdos/APAES; Novos JIRGS (livre e infantil); Escolares (parceria com SEDUC); Universitários (parceria com FUGE).
- Consolidar a integração de clubes e federações.
- Realizar Censo e Calendário do Esporte.
- Finalização do *folder* institucional.
- Adotar sistema de divulgação das obras da Copa (placas).
- Implantar cursos de inglês para servidores.
- Acompanhar Programa de Qualificação de Recursos Humanos junto à FDRH (licitação, implantação e diplomação).
- Acompanhar construção dos estádios para a Copa (Beira-Rio e Arena, com benefícios fiscais) e obras nos aeroportos.
- Acompanhar estruturação das cidades gaúchas (CTS e destinos turísticos).
- Dar atenção especial às áreas de maior responsabilidade do Estado (saúde, segurança, transportes e energia).
- Criar sistema de metodologia de processos para monitoramento das ações das Câmaras Temáticas.
- Definir metas conforme apresentado pelas Câmaras Temáticas (Caravanas da Copa, centro de monitoramento de segurança, saúde, etc.).
- Criação do planejamento de comunicação, incluindo *folder* trilingue/acompanhamento do Portal.
- Planejamento envolvendo a comunidade no *Programa de Voluntariado para a Copa de 2014*.
- Plano Promocional da Cidade Sede Porto Alegre (imagem) em consonância com o Plano Promocional do País.
- Planejamento de ações nas fronteiras secas e casas de integração turística para a Copa de 2014, em parceria com a Secretaria do Turismo.

Fundação de Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul

A Fundação de Esporte e Lazer do Rio Grande do Sul (FUNDERGS) foi criada em 2001 com o objetivo de desenvolver e fomentar práticas esportivas, sendo responsável pela promoção e desenvolvimento do esporte e do lazer, desde o acesso às práticas em todos os níveis até o esporte de alto rendimento. É a agência de fomento do esporte e do lazer no RS, cuja principal fonte de receita são as loterias oficiais da Caixa Econômica Federal.

Desde janeiro de 2011, por força da Lei nº 13.601, está vinculada à Secretaria Estadual do Esporte e do Lazer e passa por ampla reformulação administrativa. Possui foco no esporte educacional, alto rendimento e desenvolvimento do esporte (recreação e lazer, promoção à saúde, inclusão e pesquisa).

A entidade administra o Centro de Treinamento Esportivo do Estado (CETE), que está sendo amplamente reformado para tornar-se um espaço público de referência no País. O projeto prevê a criação de centros de excelência em diferentes modalidades.

Principais realizações

- Reestruturação da FUNDERGS, com a criação de um regimento interno, organograma e fluxo de processos, com a contratação de empregados e um Plano de Qualificação e Treinamento de Recursos Humanos.
- Regulamentação e padronização dos procedimentos a serem observados nos convênios celebrados, disciplinando a habilitação de prefeituras e demais entidades; a apresentação de propostas; os critérios para a seleção dos projetos; os limites de recursos para cada tipo de convênio e a forma e os procedimentos da tramitação dos projetos na Fundação, através da Ordem de Serviço nº 01/2011.
- Registro de 370 instituições cadastradas, sendo 190 prefeituras e 180 entidades, gerando uma média de 74 instituições cadastradas por mês.
- Apresentação de 306 projetos, sendo 151 oriundos de prefeituras e 155 de entidades, perfazendo uma média de 61,2 projetos apresentados por mês.
- Apresentação de 136 projetos, os quais foram aprovados com recursos no montante de R\$ 2.169.138,80, perfazendo uma média de 27,2 projetos aprovados e R\$ 433.827,76 de recursos aportados em convênios por mês.
- 121 projetos em fase final de tramitação, devendo os recursos, na ordem de R\$ 2 milhões, serem liberados até 31/12/2012.
- Criação do Plano de Carreira, Cargos e Salários da FUNDERGS, através da Lei nº 3.704/2011, e autorização, através da Lei nº 13.705,

para contratação emergencial de empregados, estabelecendo um prazo máximo de dois anos para a elaboração de concurso público.

- Revisão e adequação do Estatuto da FUNDERGS e elaboração do seu Regimento Interno.

- Implementação, em dezembro de 2011, do benefício de cartões magnéticos de alimentação e refeição para os funcionários da FUNDERGS, contemplado no Programa de Alimentação do Trabalhador, instituído pela Lei nº 6.321 de 14/04/1976.

- Lançamento do *site* da FUNDERGS, no qual estão disponíveis informações referentes serviços prestados, cadastramento de entidades públicas e privadas, apresentação de projetos, prestação de contas e demais atividades.

- Apoio com fomento financeiro a mais de 50 eventos e a mais de 200 atletas para participação em competições nacionais e internacionais.

- Reabertura do CETE para atletas e comunidade, com ginásios reformados e a pista iluminada.

- Organização de colônias de férias no CETE, atendendo 500 crianças por dia de escolas públicas e do *Programa RS pela Paz*.

- Convênio com o Governo Federal para o projeto do *Novo CETE*, com investimento de R\$ 7,5 milhões do Ministério do Esporte, visando à construção de ginásio exclusivo para treinamento de voleibol; ampliação do ginásio poliesportivo, adequando a quadra ao tamanho oficial de handebol e futsal; construção de prédio com vestiário, banheiros e salas de apoio para o atletismo; e reforma da pista de atletismo para classe 2, possibilitando certificação.

- Formação de Parcerias com destaque para o Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Confederações e Federações esportivas, clubes e associações, instituições de ensino superior e prefeituras, além de diversos órgãos dos governos estadual e federal, com destaque para o Ministério do Esporte.

- Elaboração do projeto para construção da *Casa do Esporte*, junto ao CETE, que abrigará as estruturas técnico-administrativas da SEL e da FUNDERGS, além de oferecer espaço para funcionamento de Federações Esportivas, contando com a estrutura necessária. Estão previstos salas de reuniões equipadas e um amplo auditório com 165 lugares para atender, inclusive, os eventos relacionados à preparação da Copa do Mundo da FIFA 2014.

Metas da FUNDERGS para 2012

Dentre as metas de atuação, destacam-se:

- Defender a iniciação esportiva nas escolas.
- Promover o esporte de participação, oportunizando maior número possível de pessoas nessa prática.

- Revitalizar e dar uso com qualidade ao CETE.
- Apoiar a qualificação permanente dos profissionais de Educação Física.
- Ampliar a interação com federações e instituições desportivas, ampliando a visão para todo o Estado.
- Assinar Convênio com o Governo Federal, com investimento de R\$ 7,5 milhões, com início da execução do Projeto Novo CETE.
- Informatizar todo o processo de concessão e prestação de contas de convênios, com acompanhamento no o *site* da Fundação.
- Estabelecer critérios para funcionamento do CETE.
- Articular com a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social e o Núcleo de Governo o repasse do Centro Vida à FUNDERGS, visando parceria com Ministérios para os programas *Praça da Juventude* e *Projeto pela Paz* (referência para outros municípios).
- Realizar a licitação da Casa do Esporte.
- Fortalecer a sistemática de critérios para convênios da FUNDERGS com meta mínima de 300 para o ano de 2012.

SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS, IRRIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

A Secretaria de Obras Públicas, Irrigação e Desenvolvimento Urbano (SOP), em função da dinâmica da ação governamental, assumiu na atual gestão novo perfil administrativo, com o objetivo de transformar os desafios para o desenvolvimento do Estado em oportunidades de crescimento econômico e social. O Governo Estadual integrou à pasta de Obras Públicas os temas estratégicos da Irrigação e do Desenvolvimento Urbano, o que permite à SOP viabilizar ações para o bem-estar social nas áreas urbanas e para o desenvolvimento integrado das comunidades nas regiões do Estado.

Obras Públicas

A Secretaria de Obras Públicas, Irrigação e Desenvolvimento Urbano (SOP), tendo em vista o crescimento populacional das últimas décadas e o conseqüente aumento da demanda por projetos e serviços de engenharia e arquitetura no setor público, buscou aprimorar o planejamento das ações sob sua coordenação.

Com o objetivo de qualificar os projetos, a execução e a fiscalização das obras públicas e serviços efetuados pelo seu quadro de técnicos, a SOP atua dentro dos conceitos de qualidade previstos no Programa Brasileiro da Qualidade Produtividade do Habitat (PGQP-H) e tem, entre outras atribuições relacionadas às **Obras Públicas**, as de:

- Elaborar estudos e/ou projetos técnicos para a construção, conservação, ampliação, reforma e readequação dos prédios públicos do Estado;

- Promover a execução das obras e serviços de engenharia e arquitetura, decorrentes de acordos e convênios, firmados pelo Estado;
- Fiscalizar, supervisionar, acompanhar, avaliar, controlar e receber obras e serviços de engenharia e arquitetura;
- Assessorar os municípios e entidades comunitárias, encaminhando e acompanhando as demandas de estudos e/ou projetos técnicos na área das obras públicas.

Em 2011, foram executadas mais de 300 obras, contemplando, na sua maioria, as demandas decorrentes dos Projetos Estratégicos do Governo. Destacam-se, nesse sentido, obras nas áreas da Segurança Pública, Educação, Saúde, Agricultura, Ciência, Inovação e Tecnologia, Promoção do Esporte e Lazer, entre outras. Desse total, foram concluídas 272 obras, no período de janeiro a novembro de 2011, somando um investimento de R\$ 39 milhões. Encontram-se em execução 106 obras com valor total de R\$ 127 milhões. Na Tabela a seguir são apresentadas as obras concluídas em 2011, com valor superior a R\$ 300 mil.

Relação das obras concluídas em 2011- valor superior a R\$ 300 mil

Obra	Município	Tipo	Valor
Academia Segurança Pública	Porto Alegre	Reforma	5.223.419,28
CETE	Porto Alegre	Reforma	3.048.000,00
DP Novo Hamburgo	Novo Hamburgo	Construção	949.699,84
EEEF São Caetano	Porto Alegre	Ampliação	949.162,33
EEEF Coelho Neto	Porto Alegre	Ampliação	912.045,44
EEEF Francisco Kajero	Liberato Salzano	Construção	777.491,13
CE de Tupandi	Tupandi	Construção	762.552,74
EEEF Prof. Frantz Machado Charão	Gravataí	Ampliação	706.632,12
EEEF 1 de maio	Nova Petrópolis	Ampliação	701.850,61
PPV	Soledade	Construção	569.008,34
EEEM Nsa. Sra. da Assunção	Caçapava do Sul	Construção	546.433,26
UBS – tipo 3	Caxias do Sul	Construção	534.812,31
Ginásio PPV Bairro Cristal	Sta. Cruz do Sul	Construção	515.014,08
PEAAB – Rede elétrica	Esteio	Reforma/ampliação	509.731,26
ETE Parobé	Porto Alegre	Reforma	497.798,32
EEEM Heitor Villa Lobos	Gravataí	Ampliação	489.894,26
Tudo Fácil	Porto Alegre	Reforma	450.000,00
Necrotério do DML	Porto Alegre	Reforma	417.166,87
UBS – tipo 1	Sta. Cruz do Sul	Construção	412.236,98
UBS – tipo 1	São Luiz Gonzaga	Construção	412.236,98
EEEM Alberto Torres	Porto Alegre	Reforma	409.600,00
EEEF Cel. Tito Marques Fernandes	Porto Alegre	Reforma	381.139,85
PE Soledade	Soledade	Ampliação	378.168,41
EEEM Santa Rosa	Porto Alegre	Reforma	373.583,84
EEEB Pe. Benjamim Copetti	Sobradinho	Reforma	369.500,00
EEEM Cardeal Roncalli	Frederico Westphalen	Reforma	364.500,00
CE Inácio Montanha	Porto Alegre	Reforma	352.861,80
CE Lemos Júnior	Rio Grande	Reforma	336.989,06
PEEAB – Alojamento	Esteio	Reforma	330.897,58
EEEM Mariz e Barros	Porto Alegre	Reforma	318.442,68
EEEF Dr. Mário Olive Sune	Bagé	Cercamento	313.000,00
Custo total			23.313.869,37

Fonte: SOP/DPO - 2011



Foto da Obra em execução do Hospital Regional de Santa Maria.
Fonte: SOP. 2011

Levantamento da SOP relaciona, na Tabela a seguir, as principais obras que se encontram em execução, com valor superior a R\$ 300 mil:

Relação das obras em execução - valor superior a R\$ 300 mil

Obra	Município	Tipo	Valor
Hospital Regional Centro	Santa Maria	Construção	36.326.623,19
Presídio Regional de Guaíba	Guaíba	Construção	19.489.323,19
Presídio Regional de Santa Maria	Santa Maria	Ampliação	8.743.652,23
Penitenciária Modulada de Montenegro	Montenegro	Construção	8.003.990,35
Penitenciária Modulada Estadual de Charqueadas	Charqueadas	Ampliação	7.830.559,64
Penitenciária Modulada de Osório	Osório	Reforma	6.217.906,42
UPA	Porto Alegre	Construção	3.489.963,23
IPE - Porto Alegre	Porto Alegre	Reforma	2.757.110,00
Unidade de Pronto Atendimento - UPA	Cachoeira do Sul	Construção	2.744.435,48
Secretaria da Fazenda	Porto Alegre	Reforma	2.687.908,45
EEEM Rafaela Remião	Porto Alegre	Ampliação	1.924.000,00
Baias Pavilhão de Equinos	Esteio	Construção	1.290.000,00
Hospital Psiquiátrico São Pedro	Porto Alegre	Reforma	1.284.000,42
EEEM na Colonia Maciel	Pelotas	Construção	1.088.330,37
Comando do Corpo de Bombeiros	Porto Alegre	Reforma/Ampliação	1.079.077,02
EEEM Governador Roberto Silveira	Cachoeirinha	Reforma	986.848,91
EEEF Silvério da Costa Novo	São Jose do Norte	Ampliação	902.725,34
CE Júlio de Castilhos	Porto Alegre	Reforma	816.700,00
EEEF Victorio Webber	Caxias Do Sul	Reforma	744.709,80
Reforma dee Pavilhões	Esteio	Reforma	718.918,73
BPG	Porto Alegre	Reforma	648.258,50
EEEF Tenente Coronel Travasso Alves	Porto Alegre	Reforma	632.719,49
EEIF Antonio Kasin Mig	Redentora	Construção	610.190,26
EEIEF Sepé Tiaraju	Erval Seco	Construção	607.000,00
PPV	Canoas	Construção	569.008,34

MENSAGEM DO GOVERNADOR À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA 2012

Obra	Município	Tipo	Valor
CE 8 de Setembro	Estância Velha	Construção	562.543,93
EEIEF Pero GA	Gramado dos Loureiros	Construção	558.396,64
Ginásio PPV - Bairro Rubem Berta	Porto Alegre	Construção	549.993,95
Ginásio PPV Área Canyon	Caxias do Sul	Construção	549.993,95
Unidade Básica de Saúde Tipo III	Alvorada	Construção	492.109,22
Unidade Básica de Saúde Tipo III	Porto Alegre	Construção	492.109,22
Unidade Básica de Saúde Tipo III	Novo Hamburgo	Construção	450.600,00
Unidade Básica de Saúde Tipo I	Santo Ângelo	Construção	429.298,75
BM de Itaara	Itaara	Reforma	418.748,00
EEEM Arroio do Tigre	Arroio do Tigre	Construção	409.000,00
BM De Porto Alegre	Porto Alegre	Reforma	403.899,80
ETE Monteiro Lobato Centro de Referencia em Educação Profissional	Taquara	Reforma / Ampliação	397.026,16
EEEm Nova Bréscia	Nova Bréscia	Construção	360.721,84
IEE Gomercinda Dornelles Fontoura	Encruzilhada do Sul	Reforma	352.800,00
PEEAB - Sanitários	Esteio	Construção	344.300,00
BM De Porto Alegre	Porto Alegre	Reforma	342.243,55
EEEM Cecilia Meireles	Sapucaia do Sul	Reforma	340.983,45
EEEM Arthur da Costa E Silva	Capivari do Sul	Reforma	337.872,33
EEEM Anne Franck	Porto Alegre	Reforma	333.400,00
ETE Bernardina Rodrigues Padilha	Vacaria	Reforma	325.067,85
Hospital da Brigada Militar	Porto Alegre	Reforma	320.000,00

Fonte: SOP/DPO - 2011

Obras Públicas previstas para 2012

Todas as ações da SOP previstas para 2012 estão relacionadas às obras públicas demandadas pelas demais Secretarias do Estado. Algumas dessas ações, a seguir relacionadas, dizem respeito aos Projetos Estratégicos do Governo e serão priorizadas em 2012:

- Reestruturação do Parque de Exposições Assis Brasil – SEAPA;
- Nova FASE – Reformas das unidades de Santa Maria e Novo Hamburgo;
- Desenvolvimento do Esporte – Reestruturar o Centro Estadual de Treinamento Esportivo (CETE);
- Plano Gaúcho de Inclusão Digital (PGID) – Implantar 30 Unidades Tecnológicas de Desenvolvimento Social;
- Ampliação das vagas prisionais – Construção das penitenciárias de Arroio dos Ratos, Guaíba, Passo Fundo, Bento Gonçalves e Canoas;
- Ampliação das penitenciárias de Charqueadas, Montenegro e Santa Maria;
- Ampliação e qualificação de hospitais públicos regionais – Implantar os hospitais regionais de Gravataí e Palmeira das Missões, concluir o Hospital Regional de Santa Maria e ampliar o Hospital São Vicente de Paulo, de Osório;

- Produção de ações habitacionais – 50 mil unidades habitacionais, mais 10 mil unidades habitacionais rurais;
- Ampliação e qualificação de rede de urgência e emergência – Implementar 14 Unidades de Pronto Atendimento – UPAs (porte I), 9 UPAs (porte II) e 7 UPAs (porte III);
- Programa *Aqui Tem Saúde* – Implantar 75 Unidades Básicas de Saúde (UBS) com estratégia de saúde da família;
- Ampliação e qualificação do espaço físico e modernização tecnológica das escolas de Ensino Médio;
- Reforma, ampliação e construção de escolas de Ensino Profissional;
- Implantação do projeto de revitalização do Cais Mauá.

Irrigação

A SOP, através de programas de **captação e armazenamento de água**, desenvolve ações para minimizar os efeitos das estiagens, assegurando maior estabilidade à produção rural.

Está sendo elaborado pela Secretaria o **Plano Estadual de Irrigação do Estado**, o qual identificará, em nível regional, as necessidades para os usos múltiplos da água e as potencialidades para a agricultura irrigada. A iniciativa contempla a construção de seis barragens, dois canais de distribuição de água para as barragens de Taquarembó e Jaguari, mais de 22 mil açudes licenciados e Unidades de Irrigação articuladas com as Bacias Geográficas.

Os setores também organizam um estudo técnico sobre os aspectos físico-ambientais, climatológicos, socioculturais, econômicos, institucionais e legais de cada região do Rio Grande Sul. O objetivo é transformar os problemas locais, relacionados à demanda de água, em políticas de Estado. Para alcançar essa finalidade, a SOP busca envolver no processo os principais atores, entre os quais os 25 comitês de Bacias Hidrográficas. Constituem objetivos do Plano Estadual de Irrigação:

- Diversificação das culturas do Rio Grande do Sul;
- Abertura de mercados de novos produtos;
- Melhoria da renda dos produtores;
- Garantia de expansão de água;
- Mais condições de financiamento;
- Adaptação das políticas para atender problemas climáticos.

As principais ações em desenvolvimento no tema da **Irrigação** são a seguir relacionadas:

Barragem do Arroio Taquarembó

A Barragem do Arroio Taquarembó está sendo executada entre os municípios de Dom Pedrito e Lavras do Sul, na região da Campanha do Estado. A execução da obra é de responsabilidade da Odebrecht Serviços de Engenharia e Construção S.A. Atualmente, 86% dos serviços já foram executados. O valor inicial do contrato era de R\$ 47,9 milhões e realizou-se um aditivo de R\$ 11,8 milhões, perfazendo o valor total de R\$ 59,78 milhões.

O Estado está efetuando a repactuação de convênio com o Ministério da Integração, no valor de R\$ 74,5 milhões, visando obter recursos suplementares para a conclusão das obras a fim de executar os seguintes serviços:

- Ponte sobre o Arroio Taquarembó junto à RS-630;
- Serviços parciais de desmatamento da área de alague e conclusão do maciço de concreto da barragem;
- Instalações das obras elétricas e sistema de proteção de descargas atmosféricas da barragem;
- Pontos de fuga, canal de aproximação, tomada d'água e canal de fuga.

Barragem do Arroio Jaguari

A Barragem do Arroio Jaguari está sendo executada entre os municípios de São Gabriel, Lavras do Sul e Rosário do Sul, na região da Campanha do Estado. O consórcio formado pelas empresas Sultepa Construções e Comércio Ltda. e CONVAP Engenharia e Construções S.A, denominado de CONSÓRCIO SULTEPA/CONVAP, é responsável pela construção.

A barragem tem 67% dos serviços executados. O valor original do contrato era de R\$ 48,7 milhões, ao qual foi realizado um aditivo de R\$ 12 milhões, passando para R\$ 60,75 milhões.

O Estado está efetuando repactuação de convênio com o Ministério da Integração para obter recursos suplementares, no valor de R\$ 45,3 milhões, para executar os seguintes serviços para a conclusão da obra:

- Parte dos serviços de desmatamento da área de alague;
- Instalações das obras elétricas e sistema de proteção de descargas atmosféricas;
- Serviços de fornecimento de argila para a conclusão do maciço da barragem, assim como o transporte do respectivo material.

Além disso, o Estado tem que arcar com os custos da desapropriação de 2.516,075 hectares da área de alagado mais a área de preservação permanente (APP).

Canal de Distribuição da Barragem Taquarembó

O canal de irrigação é parte integrante da estrutura da Barragem do Arroio Taquarembó, responsável pela distribuição do suprimento hídrico armazenado através do reservatório da barragem. Esse canal servirá para atender aos usos múltiplos identificados e quantificados na bacia, tais como: irrigação de diversas culturas, fornecimento de água para abastecimento humano da cidade de Dom Pedrito, incorporação das áreas consideradas de preservação ambiental, além da garantia da vazão remanescente para atendimento ao equilíbrio ambiental do ecossistema na região.

O término previsto para a obra é julho de 2014, com custo total estimado de R\$ 86 milhões. Desse total, em 2012, serão despendidos para o projeto e o início da obra aproximadamente R\$ 9,6 milhões.

Canal Barragem Jaguari

O término previsto para a obra é julho de 2014, com custo total estimado em R\$ 79,5 milhões. Em 2012, serão despendidos R\$12,5 milhões para o desenvolvimento do projeto e início da obra.

Barragem do Rio São Sepé

A Barragem do Rio São Sepé será a próxima a ser viabilizada, através de recursos provenientes de convênio a ser firmado entre o Estado e a União, estando a obra contemplada no PAC 2.

A barragem tem por público-alvo a população urbana e diversos setores do comércio local de São Sepé, Formigueiro e Vila Nova, os produtores rurais, a mão de obra da construção civil disponível na cidade de São Sepé e municípios próximos, onde há previsão de cerca de 3,8 mil novos postos de trabalho.

Os produtos, e as respectivas metas, previstos para serem entregues para a sociedade são:

- Área Irrigada Ampliada – beneficiando os municípios de São Sepé, Formigueiro e Vila Nova, somando o cerca de 15.200 ha;
- Abastecimento urbano contínuo estabelecido para a população do município de São Sepé – 40 mil pessoas atendidas;
- Área ambiental preservada, através da incorporação de áreas consideradas de preservação ambiental permanente (APP), com largura de 100 m ao longo do entorno da barragem, resultando em 902,85 ha de preservação permanente e garantia da vazão para o equilíbrio ambiental do ecossistema na região;

- Cheias controladas – reduzir os efeitos danosos das cheias sobre as lavouras e infraestrutura existentes, evitando perdas hídricas resultantes das cheias.

A data de término prevista para o projeto é maio de 2014. O custo estimado a ser despendido, em 2012, é de R\$ 500 mil.

Obras de Barragens previstas

O Governo estadual pretende realizar outras obras de barragens, através da obtenção de recursos do PAC 2, são elas:

- Barragem do Arroio Estancado, atendendo o município de Sarandi;
- Barragem do Rio Soturno, atendendo os municípios de Nova Palma e Faxinal do Soturno;
- Barragem do Passo da Ferraria, atendendo os municípios de Bagé e Dom Pedrito.

Redes de Abastecimento de Água

A concepção de sistemas de Redes de Abastecimento de Água em meio rural consiste na instalação de bombas em poços artesianos existentes para a captação, adução, reservação e distribuição de água para abastecimento das populações rurais. As bombas serão implantadas nas redes de distribuição de acordo com a demanda da população, disponibilizando água de qualidade em quantidade suficiente nas diversas localidades rurais do Estado.

Os beneficiários-alvo do programa são as populações rurais que se encontram em áreas sem abastecimento de água para consumo humano, sendo que 496 municípios do Estado incluem-se na sua área de abrangência e terão suas demandas atendidas após análise da SOP. O abastecimento será realizado através da implantação de Sistema de Redes de Abastecimento de Água proveniente de poço artesiano, a ser implantado pela Secretaria.

Atualmente, existem 40 expedientes administrativos com demandas desse teor, os quais beneficiarão 40 municípios do Estado. Os recursos aprovados para empenho desses projetos e obras somam aproximadamente R\$ 1,3 milhão.

Os recursos previstos pela SOP, no orçamento estadual de 2012, para atendimento de cerca de 200 demandas de Sistemas de Abastecimento de Água para populações rurais, atingem aproximadamente R\$ 2,4 milhões.

Açudes

Em 2011, a SOP construiu 450 açudes para o enfrentamento da seca, em 90 municípios, totalizando um investimento de cerca de R\$ 4,9

milhões e estão em execução 302 açudes, em 56 municípios, cujo investimento atinge aproximadamente R\$ 3,3 milhões. Os **projetos e obras de açudes**, propostos pela SOP, tem por finalidade viabilizar soluções que minimizarão os efeitos das estiagens no Estado.

O programa de construção de açudes inclui as áreas e propriedades rurais em todos os 496 municípios e busca analisar as especificidades de cada região ou município, de acordo com as suas características, sejam estas geográficas, considerando os solos e a topografia, relativas ao tipo de produção agropecuária ou ao perfil sociocultural da população, entre outras. A definição dessas características deve orientar as ações a serem desenvolvidas para a armazenagem da água e seus usos múltiplos.

A construção de açudes consiste na execução de açudes escavados, aterrados ou mistos, que são construções de maciços de terra com a finalidade de servir de barramento das águas das chuvas que, armazenadas em períodos chuvosos, poderão ser utilizadas em épocas de secas. A água desses açudes será utilizada, predominantemente, para a irrigação da produção de grãos ou de pastagens para a produção de leite, além da dessedentação animal.

A SOP possui o Licenciamento Ambiental, fornecido pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM), o qual autoriza a implantação de açudes com área alagada de até cinco hectares e para projetos de irrigação, com área de até cinquenta hectares. A outorga para uso da água em irrigação foi concedida à SOP pela Secretaria de Meio Ambiente (SEMA).

Atualmente, junto à SOP, existem 22 processos licitatórios em andamento para a execução de 433 açudes, que beneficiarão 105 municípios do Estado, totalizando um valor orçado de aproximadamente R\$ 11 milhões.

Ações previstas para 2012

A continuidade das obras de barragens dos arroios Jaguari e Taquarembó está entre as ações previstas para 2012, bem como a licitação dos projetos executivos dos sistemas de distribuição (canais) para essas duas barragens.

Além da construção dos 433 açudes, em 105 municípios do Estado, a SOP deverá licitar e fiscalizar a execução, ainda em 2012, de mais 320 açudes cujos projetos são de responsabilidade da EMATER. Destes, 220 projetos de açudes já se encontram na SOP e os outros 100 projetos deverão ser encaminhados até fevereiro de 2012.

Para a elaboração de projetos e fiscalização de obras de novos açudes encontra-se em negociação um novo convênio a ser firmado com a EMATER, através do qual se estima a construção de aproximadamente 4.000 novos açudes.

Com relação às Redes de Abastecimento de Água em áreas rurais, está prevista a execução de obras de 75 novas Redes, cujos projetos estão em desenvolvimento.

Encontra-se em processo de licitação a execução dos seguintes serviços:

- Contratação dos serviços para elaboração do Plano Diretor de Irrigação;
- Recadastramento de poços já existentes e perfuração de novos poços artesianos para abastecimento humano;
- Retomada do debate das ações do Programa Pró-Uruguai, a partir dos Comitês de Bacias Hidrográficas e Prefeituras.

Desenvolvimento Urbano

Na área de desenvolvimento urbano, a SOP atua em dois **eixos principais: mobilidade e recursos hídricos**. Entre as ações em andamento para a promoção desses temas estão:

- PAC da Mobilidade – Inscrição de Projetos de Integração dos Transportes no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) – Mobilidade Grandes Cidades;
- Elaboração de Planos de Mobilidade, locais e regionais – Mobilidade em rede e da integração operacional e tarifária;
- Organização da parceria entre os Escritórios Regionais da METROPLAN e as Coordenadorias Regionais de Obras Públicas (CROPs);
- Apoio à elaboração dos Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano dos municípios;
- Apoio às ações para o desenvolvimento da gestão de usos e preservação dos recursos hídricos – Agência das Águas, Comitês de Bacia, Apoio à criação do Museu das Águas;
- Transporte hidroviário (Guaíba/Porto Alegre) e Fiscalização de ônibus – Planejamento na Região Metropolitana de Porto Alegre e aglomerações urbanas com Escritórios Regionais em pontos estratégicos: Porto Alegre, Sul, Litoral, Norte.

Mobilidade Urbana

A SOP, com o objetivo de implantar planos e projetos de mobilidade urbana na RMPA e nas aglomerações urbanas, desenvolve estudos e realiza a supervisão, análise, adequação e detalhamento de projetos de mobilidade urbana. Os trabalhos técnicos em desenvolvimento envolvem:

- Proposta do Governo do Estado para o PAC 2 – Mobilidade Grandes Cidades.
- Projeto de corredores com faixa exclusiva para o transporte coletivo metropolitano do Estado, o que envolve a elaboração de projetos executivos para oito corredores metropolitanos, tendo em vista a implantação de uma *Rede de Transporte Multimodal Integrada*

(Ônibus metropolitano-Metrô-Hidrovia). A conclusão das obras resultará na melhoria do serviço de transporte coletivo metropolitano elevando a qualidade de vida da população.

- Elaboração de *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Ambiental e de Mobilidade Urbana* para as aglomerações urbanas: Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE), Aglomeração Urbana do Litoral Norte (AULINORT) e Aglomeração Urbana do Sul (AUSUL);

A SOP está desenvolvendo uma base de dados para subsidiar tecnicamente os 67 municípios pertencentes às aglomerações urbanas do Estado (RMPA, AUNE, AUNLINORT e AUSUL) para a elaboração de seus planos diretores e de mobilidade, pactuando com o planejamento e governança do Estado.

Encontra-se em desenvolvimento um sistema de gestão que permita à SOP e à METROPLAN a retomada do planejamento estratégico, tático e operacional nas suas atribuições institucionais, visando à melhoria dos serviços prestados à comunidade.

A fim de proporcionar a mobilidade e a reestruturação do uso do solo, propiciando novos investimentos, geração de empregos e renda e melhorias à infraestrutura urbana dos municípios da AULINORT, se encontra em desenvolvimento a *Avenida do Litoral*, que será o principal eixo de ligação interpraiais.

Apoio à conservação e recuperação da infraestrutura urbana

A SOP cede máquinas aos municípios para execução de serviços essenciais de recuperação e ações preventivas a acidentes climáticos, seja para o desassoreamento de rios e córregos, seja para a recuperação e manutenção de estradas vicinais danificadas por enxurradas. Em 2011, foram beneficiados com a ação 89 municípios.

O empréstimo de máquinas próprias da SOP às Prefeituras é realizado por meio de assinatura de Termo de Responsabilidade. Na ocasião, a administração municipal se responsabiliza pela guarda e utilização da máquina enquanto a mesma permanecer na cidade, sendo de sua competência também os custos de combustível e operador.

Entre outras ações realizadas em 2011, está a recuperação de 21.550 metros de estradas vicinais que dão acesso ao Centro de Formação Indígena, localizado na cidade de São Valério do Sul, atendendo a uma orientação do Ministério Público Federal, o qual determinou, ainda, que o Estado proceda à completa instalação da referida Escola, cujo custo estimado é de R\$ 270 mil.

Entre as ações previstas para 2012, estão: a contratação de empresa especializada para a execução de serviços para movimentação de terra, recuperação e manutenção de estradas municipais e vicinais; a execução e manutenção de pequenos trevos de acesso de vias municipais

às rodovias estaduais; a manutenção de pontes e pontilhões; o desassoreamento de açudes, rios e riachos; a abertura de estradas em projetos de assentamento do Instituto Nacional de Reforma e Colonização Agrária (INCRA), bem como a realização de outros serviços que propiciem o desenvolvimento das cidades.

Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (METROPLAN)

A Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (METROPLAN) foi instituída pela Lei nº 6.748, de 29 de outubro de 1974, como órgão de apoio técnico do Conselho Deliberativo da Região Metropolitana de Porto Alegre. Ao longo do tempo, suas atribuições têm sido alteradas para atender ao desenvolvimento dos 67 municípios incluídos na Região Metropolitana e nos três aglomerados urbanos do Estado: Aglomeração Urbana do Nordeste (AUNE), Aglomeração Urbana do Sul (AUSUL), Aglomeração Urbana do Litoral Norte (AULINORT).

Dessa forma, através de suas Diretorias de Transporte, Administração, Gestão Territorial e Incentivo ao Desenvolvimento, a METROPLAN tem desenvolvido atividades relacionadas à **elaboração e coordenação de planos, programas e projetos de desenvolvimento regional e urbano do Estado**, inclusive a nova atribuição de planejamento, coordenação e de fiscalização e gestão do Sistema Estadual de Transporte Metropolitano Coletivo de Passageiros.

Ao longo de sua existência, a METROPLAN consolidou-se como órgão de articulação e apoio à gestão regional e urbana, sistematizando o conhecimento territorial em suas diferentes instâncias de organização espacial, contribuindo para o fortalecimento técnico e administrativo dos municípios.

No que diz respeito aos temas de trabalho da METROPLAN, em 2011, destacam-se as seguintes ações:

Desenvolvimento regional e urbano

- Instituição do Conselho do Aglomerado Urbano da Zona Sul (AUSUL) e criação do seu regimento interno.
- Elaboração do termo de referência para contratação do **Estudo de Concepção da Transversal Metropolitana** proposto pelo Plano Integrado de Transporte e Mobilidade Urbana no âmbito da RMPA (PITMUrb), alternativa de ligação entre Porto Alegre, Viamão, Alvorada, Cachoeirinha e Gravataí, que agilizará os deslocamento hoje dependentes de percurso longo, em vias congestionadas. O processo licitatório está em andamento na CECOM, devendo ser supervisionado e acompanhado pela METROPLAN em 2012.

- Constituição da Agência de Águas da Região Hidrográfica do Lago Guaíba – Convênio SEMA/DRH/FRHRS/METROPLAN nº 003/2010, aditado até 30 de setembro de 2012.

- Reativação do *Programa de Recuperação de Áreas Degradadas*, envolvendo atividades tais como: projetos socioambientais, projetos de remoção e reassentamento de população em situação de risco, projetos de revitalização das áreas remanescentes.

- Participação na elaboração do termo de referência para o *Estudo de Avaliação do Impacto Regional e Local* decorrente da implantação do Estaleiro RBR em São José do Norte. Esse estudo, a ser contratado e acompanhado em 2012, integra a colaboração técnica da METROPLAN à Agência Gaúcha de Desenvolvimento e Promoção do Investimento (AGDI).

PAC 2/Mobilidade urbana

Participação na elaboração da proposta do Governo do Estado, em conjunto com a SOP, SEPLAG, SGG e Casa Civil, encaminhada ao Ministério das Cidades, para obtenção de financiamento para infraestrutura de transporte público nos municípios de Porto Alegre, Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Alvorada, Cachoeirinha, Gravataí e Viamão. A proposta resultou na liberação de **R\$ 353 milhões** para construção de faixas exclusivas de ônibus, qualificação dos principais eixos de deslocamento urbano e construção de ciclovias. A METROPLAN, como órgão gestor do transporte metropolitano, deverá participar da realização dos projetos vinculados a esses recursos, no decorrer de 2012.

Qualificação e Integração dos Modais de Transporte Coletivo

- Iniciada no final de outubro de 2011 a operação da linha hidrovária Guaíba/Porto Alegre, que transportou cerca de 120 mil passageiros em menos de 60 dias, superando a expectativa de 48 mil passageiros/mês.

- Planejamento da renovação da frota do Sistema Estadual de Transporte Metropolitano Coletivo de Passageiros (SETM) através da substituição, pelas empresas operadoras do serviço de transporte metropolitano, dos veículos velhos por ônibus novos, qualificando os serviços e ofertando mais conforto e segurança aos usuários. Em 2011, foram incluídos 268 novos veículos na frota metropolitana, sendo 241 na frota da RMPA, 12 na frota da AUNE, 1 na frota da AUSUL, e 14 na frota da AULINOR.

- Realização de ações para a consolidação entre o Sistema de Bilhetagem Eletrônica Metropolitana – **TEU**, e o sistema **SIM**, da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.-TRENSURB, culminando com a assinatura de Termo de Acordo Operacional que viabiliza a integração física e tarifária, através do uso dos dois cartões eletrônicos, e a criação de grupo de trabalho interinstitucional – METROPLAN, TRENSURB, EPTC, ATM e ATP. Além disso, foram

iniciados os estudos para a identificação das linhas metropolitanas de transporte coletivo rodoviário, com origem no município de Novo Hamburgo e municípios próximos, passíveis de serem integradas à linha da TRENURB, quando da conclusão das obras de extensão da Linha 1 até aquele município. Esses estudos estão sendo realizados pela METROPLAN em conjunto com a TRENURB e Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo.

- Constituição de grupo de estudos, juntamente com o Conselho Estadual de Transportes Metropolitanos e Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do RS, para análise e proposição de medidas visando qualificar, a partir de 2012, a metodologia de cálculo tarifário nos transportes da Região Metropolitana (RMPA) e aglomerações urbanas.

- Sistema de Informações para a Gestão do Transporte Metropolitano Coletivo de Passageiros: conclusão, em 2011, da primeira etapa da elaboração do *software* de Sistema de Informações, para gestão do transporte metropolitano de passageiros, realizado internamente pela METROPLAN, e aguardando condições de instalação pela PROCERGS.

- Realização de estudos e implantação de sistemas para a integração tarifária das passagens no transporte coletivo dos municípios de Alvorada, Estância Velha, Gravataí e Canoas, através dos quais os passageiros passam a pagar apenas uma tarifa quando realizam a integração de uma viagem municipal complementada com uma viagem metropolitana, ou vice-versa. O resultado será a redução dos custos de deslocamento para os passageiros e a otimização dos custos para as empresas. O processo para a implantação das alterações no sistema de transporte metropolitano e municipal envolve a participação da comunidade e a assinatura de convênios com as Prefeituras Municipais destes municípios.

- Edição do trabalho *Dados Operacionais e Indicadores de Serviço do Sistema Estadual de Transporte Metropolitano 2010*, em continuidade à série iniciada com dados do ano de 2005, que informa os principais números do transporte público concedido e fretado na Região Metropolitana de Porto Alegre e aglomerações urbanas do Sul, Nordeste e Litoral Norte.

Ainda, foram realizadas, em 2011, atividades permanentes que envolvem o cálculo tarifário dos serviços de transporte rodoviário e hidroviário, concedido e autorizado, na RMPA e Aglomerações Urbanas. Para aprovação dos reajustes propostos, é realizada a articulação com a AGERGS. Além disso, o planejamento operacional do transporte realiza a análise de diversas demandas para adequação de horários e de itinerários das linhas do sistema metropolitano de transportes, as quais são encaminhadas por Associações de Usuários, Câmaras de Vereadores e Prefeituras Municipais, e pelas próprias empresas operadoras; e, ainda, o controle da frota metropolitana e a fiscalização do transporte. Em 2011, foram arrecadados R\$ 6,5 milhões provenientes de taxas e multas.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

A Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA), criada em 1999, é o órgão responsável pela política ambiental do Estado do Rio Grande do Sul, constituída por três departamentos: Departamento de Florestas e Áreas Protegidas (DEFAP), Departamento de Recursos Hídricos (DRH) e Departamento Administrativo. A Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) e a Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul (FZB) são as vinculadas da SEMA.

Um só Órgão, uma só Política

Os resultados do Seminário *Um só Órgão, uma só Política* subsidiaram o estudo preliminar de reestruturação da SEMA, FEPAM e FZB com vistas à integração das três instituições e a formalização de cinco Comitês Integrados para as áreas comuns: informática, transporte, pessoal, imprensa e assuntos jurídicos.

Projetos Estratégicos e Carta Consulta ao BIRD

Entre os Projetos Estratégicos, sete são coordenados pela SEMA: Plano Estadual de Resíduos Sólidos, RS Biodiversidade, Sistema Integrado de Regularização Ambiental (SIRAM), Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), Incentivos para a Conservação dos Campos do CONESUL – Bioma Pampa, Parque Verde da Copa e Política Estadual de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.

Os projetos Sistema Integrado de Regularização Ambiental (SIRAM), Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) e Sistema de Monitoramento e Alerta de Desastre (SMAD) foram contemplados na carta consulta ao BIRD.

Plano Plurianual 2012 - 2015

SEMA, FEPAM e FZB elaboraram de forma integrada o Plano Plurianual (PPA) para o período de 2012 a 2015, mediante a construção e a consolidação de um processo inovador na gestão ambiental do Estado, resultando em um Programa único: **Tutela e Gestão Ambiental Integrada**, composto por oito ações estruturantes: (1) Integração; (2) Modernização e Adequação; (3) Promoção da Gestão do Conhecimento e de Pessoas; (4) Implementação de Sistema de Informações Ambientais; (5) Implementação de Planos, Programas e Projetos Ambientais; (6) Implementação dos Projetos de Zoneamento Ecológico-Econômico; (7) Implementação do Sistema de Gestão de Riscos; e (8) Implementação na SEMA da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).

Cadastro Técnico Estadual e Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental

A Lei Estadual nº 13.761, de 15 de julho de 2011, instituiu o Cadastro Técnico Estadual de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais e a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA-RS). O Acordo de Cooperação Técnica, firmado em agosto entre o Estado, SEMA e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), viabilizará a transferência de 60% do valor da TCFA, atualmente arrecadada pelo IBAMA, para o Estado, o qual poderá repassar parte desse valor aos Municípios mediante convênio específico.

Política Florestal, Gestão de Unidades de Conservação e Política Estadual de Recursos Hídricos

Entre as responsabilidades da SEMA, está a **Política Florestal e a Gestão de Unidades de Conservação** (23) do Estado. No que diz respeito a essa área, em 2011, destacam-se as seguintes realizações: emissão de 3.043 licenciamentos florestais; homologações de 6.932 autorizações de exploração de matéria-prima florestal no sistema DOF (Documento de Origem Florestal) do IBAMA; aprovação de 34 projetos de restauração de áreas degradadas; elaboração de 64 termos de declaração de áreas de reserva legal; julgamentos de 720 infrações administrativas na área florestal e em Unidades de Conservação; realização de capacitação dos guarda-parques das Unidades de Conservação estaduais; realização de seminários regionais sobre licenciamento florestal voltados para a gestão municipal; atualização de 46.504 registros no Cadastro Florestal Estadual; nomeação dos membros atuais do Conselho Estadual de Compensação Ambiental; elaboração da minuta do Decreto Estadual sobre manejo de vegetação nativa do Estado.

No contexto da **Política Estadual de Recursos Hídricos** no Estado podem ser citadas as seguintes realizações em 2011: elaboração da Fase C do Plano Estadual de Recursos Hídricos; desenvolvimento de doze termos de referência para elaboração de planos de bacia; elaboração de seis Planos de Bacia; cadastramento de 4.485 pontos de intervenção em recurso hídrico no Cadastro Estadual de Usuários de Águas. A Secretaria esteve inserida em diversas outras ações relevantes nessa área, entre elas: discussões sobre a cobrança pelo uso da água; capacitação sobre o Cadastro Estadual de Usuários da Água em comitês de bacias, EMATER/RS e FETAG; capacitação aos comitês de bacias sobre o processo de planejamento das águas; acompanhamento do Plano Estadual de Saneamento e do Plano Estadual de Irrigação; elaboração do **Atlas Nacional de Vulnerabilidade a Inundações**, coordenado pela Agência Nacional de Águas; apoio à Secretaria-Executiva do Conselho Estadual de Recursos Hídricos no processo eleitoral dos comitês de bacias; apoio aos comitês de bacias; participação das reuniões técnicas do Conselho Permanente de Agrometeorologia Aplicada do Rio Grande do Sul, para elaboração de prognóstico climático trimestral; realização de encontros regionais do Plano Estadual de Recursos Hídricos; participação nas Audiências Públicas na Assembleia Legislativa sobre Pagamento de Serviços Ambientais e sobre Saneamento e renovação dos contratos da CORSAN com os municípios.

Ações previstas para 2012

No âmbito dos recursos hídricos, a Secretaria do Meio Ambiente tem como ações previstas para 2012:

- Sistema de Gestão de Risco, coordenado pela SEPLAG;
- Rede de monitoramento quantitativa;
- Construção da base cartográfica na escala 1:25.000;
- Sistema de Monitoramento e Alerta de Desastres (SMAD);
- Pagamentos por serviços ambientais (Produtor de Água);
- Plano de desenvolvimento sustentável da Região Hidrográfica do Rio Uruguai, coordenado pela Secretaria de Obras Públicas.

Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (FEPAM), criada pela Lei Estadual nº 9.077, de 04 de junho de 1990, possui atribuição legal para o licenciamento e fiscalização das atividades efetivamente ou potencialmente poluidoras no âmbito do território do Estado.

O Projeto de Lei nº 249/2011, aprovado pela Assembleia Legislativa em 21 de dezembro de 2011, garante a defesa institucional aos servidores dos órgãos ambientais do Estado do Rio Grande do Sul. Desse modo, os técnicos da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Fundação Estadual de Proteção Ambiental e Fundação Zoobotânica do RS não responderão judicialmente de forma individual por eventuais decisões que venham a tomar no exercício de suas funções. A defesa caberá, agora, ao Estado.

A partir de maio de 2011, a FEPAM participou de debates internos e externos sobre o Rio dos Sinos, com o Ministério Público e outras Secretarias do Governo. Esses debates resultaram nos Decretos que estabelecem o Plano de Emergência do Rio dos Sinos, a criação de um Comitê para acompanhamento das obras do PAC 1 e PAC 2 e o assessoramento e acompanhamento do saneamento básico das prefeituras. No verão de 2011, participou das ações de aeração do Rio, do *Projeto Piracema* e da abertura de barragens da CEEE para aumentar a vazão do Rio.

O acordo entre FEPAM e Agência Francesa do Ambiente e da Energia (ADEME) apresentou avanços. O convênio, que é uma continuação do *Plano Ar, Clima e Energia do Rio Grande do Sul (PACE)*, o qual foi constituído pelos governos da França e do Estado do Rio Grande do Sul, teve seus resultados apresentados no final de junho de 2011, após 16 meses de trabalho.

A Fundação está elaborando normatizações para tornar os procedimentos de licenciamento mais transparentes, em especial para áreas estratégicas, como petróleo, gás e energia, sobre a realização de audiências

públicas dos Estudos de Impacto Ambiental e para manejo e captura de fauna, de competência exclusiva do IBAMA até a metade de 2011.

A FEPAM deu resposta às pautas prioritárias para o desenvolvimento do Estado, tais como: Área mista de Guaíba; Sala do Investidor; licenciamentos ambientais da IESA, no município de Charqueadas, da Wilson Sons e da ERG 2 (Engevix), no Polo Naval, da QUIP S.A, no município de Rio Grande, da EBR, no município de São José do Norte; licenciamentos ambientais de hidrelétricas e parques eólicos que permitiram ao Estado se habilitar aos leilões de energia.

Na área de mineração, um dos setores produtivos mais complexos para o licenciamento ambiental, destacam-se ações significativas em 2011: a renovação do Termo de Compromisso Ambiental com a Cooperativa de Garimpeiros do Médio Alto Uruguai Ltda.; a renovação dos Termos de Compromisso Ambiental com os mineradores de areia do Litoral Norte para que seja possível o encerramento de suas atividades; a recuperação das áreas degradadas e a atualização do Zoneamento Ambiental do Litoral Norte e a construção de uma alternativa de licenciamento através da Resolução 003/2011 do Conselho de Administração, buscando regularizar empreendimentos de beneficiamento de gemas (ágatas, ametistas) ligados à Associação dos Pequenos Pedristas de Soledade.

No setor agrícola, foi reduzido em 50% o valor do licenciamento da suinocultura no Estado e a dispensa de licenciamento para atividades de bovinocultura e ovinocultura em sistema não-confinado, solucionando importante impasse ao desenvolvimento dessas atividades.

Em relação ao saneamento básico, foram priorizados em 2011 os processos de licenciamento das Estações de Tratamento de Esgoto pelo Estado, e a reafirmação da necessidade de implantação de tratamento próprio em empreendimentos não servidos pela rede pública.

Para 2012, está prevista a publicação de Instruções Normativas que visam reger e unificar os procedimentos de áreas estratégicas, como petróleo, gás e energia.

Fundação Zoobotânica do Rio Grande Do Sul (FZB)

A Fundação Zoobotânica do Rio Grande Do Sul (FZB), criada pela Lei nº 6.497, em 20 de dezembro de 1972, possui a missão de conservar a biodiversidade nativa do Estado, exercendo função de centro de referência para a pesquisa, a educação, a cultura e o lazer. Destaca-se como instituição de pesquisa da biodiversidade no Estado e contribui na área científica ambiental prestando relevantes serviços através de seus três órgãos executivos: o Parque Zoológico, o Jardim Botânico e o Museu de Ciências Naturais.

Dentre suas principais finalidades estão a pesquisa e a conservação da fauna, da flora e dos ecossistemas gaúchos, a manutenção, em coleções científicas, de espécimes-testemunho da biodiversidade do Estado, o assessoramento a órgãos públicos e privados em questões ambientais, a formação de recursos humanos, a difusão científica e a educação ambiental.

Entre as atuações de destaque da FZB em 2011 estão: a participação no Projeto RS Biodiversidade; fornecimento de subsídios técnicos em licenciamentos e fiscalizações da FEPAM; assessoramento a prefeituras, órgãos públicos e privados do Estado, mediante levantamento de recursos naturais existentes com alternativas de uso sustentável; realização de atividades de educação ambiental, com visitas orientadas de escolares e grupos organizados, projetos educacionais como o *Ciência na Praça*, *Jardim Botânico vai à Escola*, *Museu vai à Escola*, *Verdes Debates*, *Conhecendo o Patrimônio Natural*, e *Jardim Botânico e Comunidade – Conservando a Flora Nativa*.

O **Parque Zoológico** registrou, até novembro de 2011, visitação de 360.000 pessoas. O acervo do Parque conta com 1.100 animais e um valor patrimonial de R\$ 1.216.830,00. Em 2011, ocorreram 130 nascimentos, aquisições de 12 animais e 22 baixas. Um total de 56 animais foram vendidos, chegando a R\$ 22.400,00. No Centro de Triagem de Animais Silvestres, foram recebidos 788 aves, 25 mamíferos e 88 r pteis. Foi um dos parques incluído como roteiro alternativo aos turistas que visitarão o Estado na Copa do Mundo de 2014.

O **Museu de Ciências Naturais** realizou as seguintes atividades, com perspectivas de continuidade em 2012: desenvolvimento do Programa Plano Museológico; construção da Central de Coleções Científicas e da Biblioteca da FZB; avaliação da paisagem, composição, estrutura e dinâmica de comunidades terrestres e aquáticas na área de Proteção Ambiental (APA) do Ibirapuitã (Bioma Pampa: potencialidades, conflitos de uso e sustentabilidade); reavaliação da lista de espécies da fauna ameaçada de extinção; estudo da biota da Estação Ambiental; biomonitoramento dos ecossistemas aquáticos no Arroio Bom Jardim e Rio Ca ; biomonitoramento da qualidade do ar – ativo e passivos – no polo petroquímico de Triunfo; elaboração dos Planos de Manejo do Parque Delta do Jacuí e da APA Banhado Grande; implantação dos Museus da Casa da Pólvora; levantamento do meio biótico (laudo da cobertura vegetal e fauna) e identificação de áreas de preservação permanente, da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) da Penitenciária de Guaíba; realização das

exposições *Fauna e Flora da Tradição Gaúcha, Extra-muros, Educação ambiental na escola*; empréstimo do kit de Vertebrados fósseis do RS para escolas; publicações das revistas *Iheringia Série Zoologia* e *Iheringia Botânica*.

O **Jardim Botânico** possui uma área protegida de 39 hectares com coleções de plantas vivas, cientificamente mantidas, ordenadas, documentadas e identificadas com finalidades científicas, educacionais e de conservação. Em 2011, destacam-se as principais realizações:

- Ampliação e manutenção da flora e de produtos da biodiversidade;
- Monitoramento em cultivo e fitossanidade da coleção científica, composta por 8.015 exemplares, distribuídos e organizados em 37 grupos taxonômicos, com especial ênfase à área que abriga as espécies da flora nativa do Estado ameaçadas de extinção, composta por mais de 30 espécies;
- Produção de 11.498 mudas para conservação, comercialização e difusão das espécies e comercialização de 9.948 mudas, destinadas ao plantio em várias regiões do Estado;
- Desenvolvimento de atividades científicas, conservacionistas, educacionais, culturais, recreativas, turísticas e apoio à gestão dos recursos ambientais;
- Assinatura de convênio com a Associação dos Floricultores do Rio Grande do Sul, para a realização de cursos de jardinagem e paisagismo;
- Elaboração de programa visual de interpretação ambiental para o Jardim Botânico;
- Colaboração no Programa *De Volta Pra Casa*, do Ministério da Saúde;
- Edições do evento *Jardinação*, envolvendo mais de 15 instituições, disponibilizando informações e convivência a respeito do meio ambiente ao público de, aproximadamente, 1.500 pessoas por edição;
- Visitação de 73.176 pessoas;
- Orientação e educação ambiental a 23.822 estudantes de 710 escolas;
- Edição do kit didático em braille *Vertebrados Fósseis do Rio Grande do Sul*, em parceria com a Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para PPDs e PPAHs no RS (FADERS), com nove réplicas de ossos, fichas ilustrativas e informativas, e cartilha *Conhecendo a Flora e a Fauna Fóssil do RS*.

Ações previstas para 2012

- Realização de concurso público para suprimento de servidores nos três órgãos executivos (Jardim Botânico, Museu de Ciências Naturais e Parque Zoológico), assim como na Administração Central;
- Continuidade na execução dos Projetos Estratégicos do Governo, considerados prioritários;
- Elaboração de um Programa de Pós-Graduação em conjunto com a UERGS, tendo como área de conhecimento a *Conservação da Biodiversidade e Sustentabilidade*. A ideia é conciliar pesquisa e educação na formação de recursos humanos qualificados;
- Construção dos prédios da sede administrativa do Parque Zoológico, incendiado em 2005, da biblioteca e da central de coleções científicas do Museu de Ciências Naturais;
- Adequação e reforma do sistema elétrico do prédio da Administração Central e Museu de Ciências Naturais;
- Retomada das tratativas para viabilizar a implementação do Geoparque Paleontológico em Candelária – área pertencente à Fundação Zoobotânica do RS –, em parceria com a Prefeitura daquele município. A área servirá para o desenvolvimento de pesquisas com fósseis e, a médio prazo, possibilitará a visitação pública e ações de educação ambiental;
- Elaboração de estudos de adaptação para dar acessibilidade aos portadores de necessidades especiais no Parque Zoológico, no Jardim Botânico e no Museu de Ciências Naturais, resultante de convênio entre a SEMA e a FADRES;
- Publicação do livro *Nosso Pampa Desconhecido*, obra sobre o Bioma Pampa gaúcho, que enfocará suas características naturais, aspectos socioambientais e culturais através de um texto ilustrado com fotografias que retratam a paisagem, a biodiversidade, a cultura e o povo da região, assim como a relação deste com o seu meio;
- Retomada da publicação de cunho técnico *Natureza em Revista*, com uma linguagem acessível destinada a escolas e ao público em geral, que aborda temáticas sobre a biodiversidade gaúcha;
- Montagem dos esqueletos de baleia e de elefante no Jardim Botânico, em ação conjunta dos três órgãos executivos da FZB-RS;
- Efetivação, no Parque Zoológico, do projeto *Parceiro Ambiental*, que objetiva buscar parceiros e patrocínio para ações propostas pela Fundação Zoobotânica nas diversas esferas: infraestrutura, programas culturais, publicações, entre outras iniciativas. A minuta do Projeto de Lei já foi analisada pela Procuradoria-Geral do Estado e está em fase de conclusão. Após, será encaminhada à Casa Civil.

Em 2012 também estão previstas as seguintes ações de Estruturação Institucional do Jardim Botânico:

- Disponibilização de estrutura de acesso e acessibilidade abrangente e sustentável; estímulo ao interesse pelo conhecimento e consequente respeito à biodiversidade, ampliando a área do Jardim Botânico apta a receber visitantes.
- Revitalização e adequação de caminhos e passeios em 12 hectares, de acordo com critérios de sustentabilidade, considerando a proteção à vegetação e a topografia das diferentes áreas;
- Construção de novos caminhos e trilhas, viabilizando o acesso a ambientes pouco explorados pelo visitante, em uma área de 20 hectares;
- Construção de caminho suspenso (tipo trapiche), especialmente projetado para observação e estudo de ambiente típico de banhado, com extensão de 80 metros;
- Construção de uma trilha suspensa para observação panorâmica e interação com a vegetação arbórea, com uma extensão de aproximadamente 150 metros;
- Ampliação e revitalização do Centro de Visitantes, com critérios de sustentabilidade (casa sustentável);
- Construção de um bicicletário, objetivando estimular o visitante ao uso de bicicleta em seus deslocamentos ao Jardim Botânico;
- Elaboração e execução de plano de gestão das águas e energia no Jardim Botânico;
- Construção e implementação de política de coleções;
- Continuação da realização de expedições de coleta e exploração botânica;
- Sedar o Fórum Temático de Educação, a ser realizado em 2012.

SECRETARIA DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E AGRONEGÓCIO

Como uma das Secretarias mais antigas do Estado, a Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio do Rio Grande do Sul (SEAPA) tem nas atividades agropecuárias um importante papel histórico, cultural, econômico e social.

Nos termos do artigo 46, da Lei nº 13.601/2011, a SEAPA atua dentro das seguintes áreas de competência: I – planejar, promover, fiscalizar e executar políticas e ações de defesa agropecuária e vigilância sanitária animal e vegetal, inspeção, fiscalização e classificação de produtos de origem animal e vegetal, seus derivados, subprodutos, resíduos e

insumos agropecuários; II – participar na realização de exposições, feiras e eventos; III – desenvolver prospecção de mercado interno, exportações e relações com o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) no âmbito de suas competências, buscando fortalecer, proteger e garantir competitividade dos sistemas agroindustriais e florestais; IV – desenvolver políticas de armazenamento; V – implementar políticas de certificação e rastreabilidade; VI – estimular inovações tecnológicas continuadas na produção em todas as etapas das cadeias produtivas; VII – propor políticas de incentivo à inovação e ao uso de técnicas de produção agropecuária e de tecnologias agroindustriais ambientalmente sustentáveis; VIII – executar os serviços de Geografia, Cartografia e Meteorologia; IX – estabelecer políticas de estímulo aos sistemas de comercialização, organização e padronização da produção agropecuária; e X – elaborar e apresentar planos e programas anuais e plurianuais de safras e planejamento estratégico, no âmbito de suas competências.

Abaixo, são elencadas as principais atividades da SEAPA, dentro de suas competências, no ano de 2011.

Área de Fomento Agropecuário

Vários projetos foram originados ou aperfeiçoados a partir dos debates nas Câmaras Setoriais e Temáticas, muitas vezes frente a demandas apresentadas nos espaços de participação e concertação criados pelo Governo Estadual, como as Interiorizações, CDES, Encontros Regionais, entre outros.

O *Projeto Mais Ovinos no Campo* foi criado no primeiro trimestre de 2011. Para diminuir o abate de matrizes e estimular o aumento do rebanho ovino gaúcho (que já foi de 13 milhões de cabeças e atualmente é de menos de quatro milhões), o Governo gaúcho subsidiou os juros para ovinocultores familiares (de 10,75% para 4%) e não familiares (de 10,75% para 6,75%) para a retenção de matrizes, com o compromisso de aumentar em 20% o número de ventres e de realizar somente o abate comercial em estabelecimentos oficiais. Até o final de novembro/2011, houve 1.100 contratos (R\$ 28 milhões), com 142 mil ventres retidos e 48 mil adquiridos.

A **sanidade agropecuária** também esteve presente na área de fomento, através da realização de convênio com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), no valor total de R\$ 32 milhões, sendo R\$ 6,4 milhões de contrapartida, para serem executados de 2011 a 2014, destinados à capacitação técnica, TIs e equipamentos para o Departamento de Defesa Agropecuária, e da publicação da Portaria nº 679-A/11 que reconheceu a equivalência do Estado do Rio Grande do Sul ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produto de Origem Animal (SISBI-POA) do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA). Com isso, vários seminários regionais estão sendo realizados para orientar municípios, consórcios e agroindústrias a aderirem ao sistema. Já há 34 municípios individuais e dois consórcios microrregionais, cadastrados em 2011, sendo orientados pelo MAPA e SEAPA.

O **Programa de Correção da Acidez dos Solos do RS** nasceu de uma demanda histórica em fertilidade dos solos agrícolas do Estado: a neutralização da acidez em áreas de produção agropecuária de base familiar, por meio do acesso à utilização do calcário. A meta inicial é de 110.000 ha para 20.000 produtores gaúchos em 110 municípios, com uma média de quatro toneladas por hectare, com recursos federais (50%), estaduais (20%), municipais (20%) e próprios dos produtores (10%), totalizando mais de R\$ 8 milhões a serem liberados até 2012.

O programa de **Valorização da Carne Gaúcha** está sendo debatido minuciosamente na Câmara Setorial da Carne Bovina e em seus respectivos grupos de trabalhos (Produção, Mercado e Sanidade). Um dos projetos que mais avançou foi o de rastreabilidade do rebanho bovino gaúcho, o qual teve aprovado pela Bancada Federal Gaúcha um total de R\$ 100 milhões a serem liberados em cinco anos (R\$ 20 milhões/ano), destinados à identificação individual e gestão informatizada de 100% do rebanho gaúcho de 14 milhões de cabeças. Também será desenvolvido em 2012 um projeto-piloto de assistência técnica, além de avançar na constituição de um Fundo Setorial e Instituto para a promoção comercial e inovação tecnológica no setor, da legislação estadual e federal relacionada à Plataforma de Gestão Agropecuária (PGA) e certificação/denominação de origem.

A melhoria genética do rebanho gaúcho está sendo executada em parceria com a FEPAGRO, através da recuperação da Central Rio-Grandense de Inseminação Artificial e do projeto *Dissemina*.

A SEAPA também trabalhou na construção do **Plano Safra Estadual**. Nessa inovação do Governo Estadual, que aportou R\$ 1,1 bi aos Planos Federais (Safra/MDA e Agrícola-Pecuário/MAPA), é possível destacar a valorização da pecuária familiar, com redução dos juros de 6,25% para 3% nas operações de custeio pecuário aos produtores que se enquadram no Programa Estadual de Desenvolvimento da Pecuária de Corte Familiar (Lei nº 13.515/2010), limitados a R\$ 10 mil por operação. Nesse aspecto de valorização, em 2012, na próxima Campanha de Vacinação Contra a Aftosa, deverá ser ampliado de 50 para 100 doses/produtor a doação de vacinas pelo Estado, cerca de R\$ 2,6 milhões de investimentos a mais.

A SEAPA tem trabalhado fortemente no **apoio à vitivinicultura**, tendo sido decisiva, junto com o Gabinete do Governador, na derrubada da liminar contrária ao Selo Fiscal do Vinho e, depois, na manutenção do início do vigor da Instrução Normativa da Receita Federal a partir de 01/01/2012. Da mesma maneira, está gerenciando junto ao MAPA condições de equivalência da Rotulagem do vinho nacional e do importado e, no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, a imposição de salvaguardas para proteção à importação predatória de vinhos. Também foi ampliado o repasse de recursos públicos do FUNDOVITIS ao IBRAVIN, dos atuais 25% para 50%, o que significa que o valor passará dos atuais R\$ 4,9 milhões para mais de R\$ 10 milhões anuais, aumentando as ações e projetos de promoção comercial, a inovação tecnológica e a organização dos produtores, indústria e serviços relacionados aos vinhos e demais produtos derivados da uva. Além disso, também foi aprovado projeto de lei que aumenta a representatividade pública e produtiva no Conselho Deliberativo do FUNDOVITIS, o qual analisa e aprova Plano de Trabalho e Prestação de

Contas dos recursos do fundo. Vários projetos importantes deverão contar com apoio desses recursos ampliados (assistência técnica, revitalização de parreirais, ações de enoturismo, validação tecnológica do suco de uva artesanal, modernização do Laboratório de Referência em Enologia (LAREN) e início de implantação de outros dois laboratórios de qualidade (UNIPAMPA Bagé e IFF Jaguari), Programa Faixa de Fronteira (capacitação e investimentos diversos, via MIN), etc.

Através da atuação da SEAPA, foi possível a publicação de nova portaria, nº 342/2011, pelo Ministério da Agricultura, para o Zoneamento Agrícola para Citros no Estado, substituindo a Portaria nº 147/2010, que havia excluído dezenas de municípios produtores. A publicação ocorreu em agosto, depois de várias ações da SEAPA (ofício, audiência com Ministro, reuniões entre técnicos da SEAPA, MAPA, EMBRAPA e EMATER), permitindo aos produtores desses municípios o acesso às políticas públicas (crédito, seguro agrícola, etc.).

Também em 2011, a SEAPA teve outras ações que beneficiam a **citricultura** gaúcha:

- Encaminhado memorando de entendimento com *Ministerio de Ganaderia, Agricultura y Pesca* do Uruguai visando ações de troca de informações sobre monitoramento e procedimentos de defesa sanitária da citricultura, especificamente quanto à prevenção à praga *HLB - Greening*.
- Encaminhado pleito ao Ministério do Desenvolvimento Agrário solicitando a inclusão de laranja e bergamota no Programa de Garantia de Preços a Agricultura Familiar (PGPAF) no Plano Safra do Governo Federal. A partir da safra 2011/12, os produtores dessas culturas poderão contar com os benefícios desse Programa.
- Encaminhado pleito à Câmara Setorial da Citricultura do Governo Federal solicitando reciprocidade quanto à época e impostos para a entrada de frutas da Espanha no mercado brasileiro.
- Oficiado pleito junto ao MAPA em relação aos financiamentos de investimento para pomares solicitando ampliação da carência e não cobrança de juros nesse período.

Área de Defesa Agropecuária

A defesa agropecuária é considerada um dos alicerces do agronegócio cujo mecanismo de ação compreende a vigilância, a fiscalização e a inspeção em todas as etapas e processos até o consumo final de produtos, subprodutos, derivados, respectivos insumos e resíduos em geral de origem animal e vegetal.

Defesa Sanitária Vegetal

A) Certificação Fitossanitária

A atividade de defesa fitossanitária visa evitar a disseminação de pragas, doenças, plantas daninhas e outros organismos que possam causar

significativos danos econômicos nos plantios agrícolas. Também, busca garantir que o agricultor não tenha sua renda comprometida pela ocorrência de novas epidemias em seus plantios e que a sanidade dos vegetais seja preservada sem a ampliação do uso de agrotóxicos.

No ano de 2011, foram certificados, em média, R\$1,1 bilhão ao ano em produtos vegetais destinados a todos os Estados brasileiros e a mais de 40 diferentes países. Essa certificação se deu através da emissão de mais de 110.000 Permissões de Trânsito de Vegetais (PTVs), certificando desde pequenas amostras de sementes destinadas à pesquisa até os porões de navios graneleiros.

No comércio interestadual, destaca-se a comercialização da maçã, sendo que a quantidade certificada na presente safra já corresponde a mais de 85% da estimativa de produção divulgada pela Associação Gaúcha de Produtores de Maçã (AGAPOMI). A não detecção de *Cydia pomonella* em propriedades rurais e nos perímetros urbanos monitorados na presente safra demonstra o avanço do Programa Nacional de Erradicação da *Cydia pomonella*, que poderá ser o primeiro programa a obter sucesso na erradicação de uma praga em todo território nacional. Segundo estudo da EMBRAPA Uva e Vinho – Unidade Vacaria, o não estabelecimento dessa praga em pomares comerciais representa uma economia de US\$ 15 milhões por ano aos produtores rurais, pela redução de danos em frutos e pela diminuição de aplicações de agrotóxicos.

No ano de 2011, houve forte crescimento da demanda de certificação para grãos, sementes de grandes culturas e hortaliças que tiveram duplicados os volumes amostrados, se comparados com a safra 2010.

As alterações no Sistema de Defesa Agropecuária (SDA) permitiram uma análise de dados com maior precisão e uma tabulação de informações mais rápida.

B) Defesa Fitossanitária

Buscando diminuir o risco de introdução do *greening* nos pomares citrícolas do Rio Grande do Sul, a SEAPA editou portaria proibindo o ingresso de murta, hospedeiro alternativo dessa doença, oriunda de Estados com ocorrência dessa moléstia. A interceptação e destruição da murta, quando interceptada nos postos de divisa, foi um procedimento estabelecido após a edição da portaria. O monitoramento do inseto vetor da bactéria *Diaphorina citri* foi mantido através da análise de mais de 1200 armadilhas distribuídas nas diferentes regiões do Estado.

O controle fitossanitário do cascudo-serrador da acácia-negra foi implementado através da edição do Decreto nº 48.304, de 29 de agosto de 2011, e da Portaria nº 154, que autoriza o uso do fogo para a queima de galhos infestados pelo inseto. Com essa medida, é esperada a redução do dano econômico causado por essa importante praga, que teve seu grau de infestação elevado durante os últimos anos, nos quais as regras de controle não estavam definidas.

A revisão das normas do cancro-cítrico também foi tratada como prioridade pela SEAPA. Em agosto, foram finalizadas as discussões sobre a

nova proposta de regulamentação, que estabelece o Sistema de Mitigação de Risco como forma de manejar a doença nos pomares, evitando a erradicação de áreas com a ocorrência da bactéria e permitindo a manutenção do comércio de frutos para outros Estados.

Dois cursos foram realizados para a habilitação de responsáveis técnicos na certificação fitossanitária, com a participação de 95 engenheiros agrônomos, engenheiros florestais e técnicos agrícolas. Também, foi realizado um treinamento voltado para produtores rurais, trabalhadores e responsáveis técnicos, que obteve grande adesão dos principais envolvidos no programa de erradicação da *Cydia pomonella*.

Até novembro de 2011, foram fiscalizadas mais de 400 propriedades rurais, 100 estabelecimentos que comercializam produtos com risco fitossanitário e 9.500 veículos nos postos de divisa e na CEASA.

C) Insumos e Serviços

Agrotóxicos

A utilização de insumos idôneos é fator primordial para a produção agrícola e para a efetividade das ações de defesa agropecuária. Os agrotóxicos são insumos potencialmente perigosos, cujos efeitos justificam o trabalho rotineiro de orientação e fiscalização atribuídas à Secretaria de Agricultura.

No banco de dados da SEAPA, encontram-se 1.303 estabelecimentos registrados para comercialização de agrotóxicos e 149 estabelecimentos registrados como prestadores de serviços na aplicação de agrotóxicos.

Entre os meses de janeiro a julho de 2011, foram fiscalizados 310 estabelecimentos comerciais e prestadores de serviço na aplicação de agrotóxicos; lavrados 133 autos de infração e 94 autos de apreensão e suspensão; e emitidos 109 termos de inspeção e 68 notificações.

Em relação à fiscalização do uso de agrotóxicos, no ano de 2011, foram fiscalizadas 96 propriedades rurais; lavrados 34 autos de infração e 32 autos de apreensão e suspensão; e emitidas 39 notificações e 23 termos de inspeção.

As principais infrações cometidas nos estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços, de acordo com os autos de infração lavrados, foram: depósito de agrotóxicos e afins fora das normas vigentes; estabelecimentos não registrados para comercialização de agrotóxicos e prestação de serviços na aplicação de agrotóxicos; não adoção de medidas necessárias de proteção à saúde dos funcionários (falta de EPI); estabelecimento operando sem assistência e responsabilidade de técnico legalmente habilitado; estabelecimentos sem sistema de controle das operações de compra e venda de agrotóxicos; comercialização de agrotóxicos não registrados no Ministério da Agricultura (contrabando); destino indevido das embalagens vazias de agrotóxicos e afins.

No ano de 2011, entre os meses de janeiro a agosto, foram arrecadados R\$ 373.299,70. Esse valor refere-se às renovações e registros

de comerciantes de agrotóxicos e prestadores de serviços e ao pagamento de multas referentes aos processos administrativos.

Sementes e mudas

De acordo com a Lei Federal nº 10.711/03, que institui o Sistema Nacional de Sementes e Mudas (RENASEM), e o Decreto Federal nº 5.153/04, a SEAPA possui por competência a fiscalização do comércio de sementes e mudas no Estado do Rio Grande do Sul. Para isso, mantém um cadastro de comerciantes de sementes e mudas de todo o Estado, o que gira em torno de mais de 2.600 estabelecimentos. Esse cadastro é efetuado por meio do registro na SEAPA e do pagamento de taxa com valor estabelecido por Lei Estadual. O registro e a sua renovação possuem diferentes valores de acordo com o volume comercializado, sendo a data de validade variada conforme a data em que foi efetuado o registro na SEAPA. Sendo assim, no decorrer de 2011, foram realizados 125 novos registros, e 370 registros foram renovados. Juntamente com o registro no escritório, são realizadas fiscalizações *in loco* dos estabelecimentos registrados e dos que não possuem registro, distribuídos em todo o Estado, a fim de regularizar a atividade e a situação junto à SEAPA.

Visando à adequação à legislação federal do serviço de fiscalização do comércio de sementes e mudas, em 2011, foi encaminhada à Casa Civil a solicitação de criação de projeto de lei alterando o período de renovação do registro de dois para três anos, a fim de adaptação da SEAPA ao Registro Nacional de Sementes e Mudas (RENASEM) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Esse projeto foi aprovado na Assembleia Legislativa em 06 de dezembro de 2011.

D)Enologia

A SEAPA executa o controle e fiscalização da uva, do vinho e dos derivados da uva e do vinho, da produção à comercialização desses produtos, sob os aspectos técnico-sanitários, no território do Rio Grande do Sul, por delegação de competência do MAPA, conforme prevê a Lei Federal nº 7.678/88.

A cadeia vitivinícola, no Estado, envolve cerca de 16.000 famílias de viticultores e 700 vinícolas. Os instrumentos utilizados pela fiscalização são:

- Cadastro vitícola – cadastro de todos os viticultores com dados da produção, área cultivada, variedades, declaração da produção a cada safra;
- Cadastro vinícola – sistema *on line* com cadastro das vinícolas com informações sobre uva vinificada, por variedade, vinhos e derivados produzidos e movimentação mensal;
- Laboratório de Referência Enológica (LAREN) – realiza análises físico-químicas em vinhos e derivados para verificar o atendimento dos padrões de identidade e qualidade e garantir a sua genuinidade.

Fiscalização da uva e do vinho

A SEAPA promove o acompanhamento da safra da uva, com inspeções e fiscalizações da indústria vinícola, do comércio de vinho e derivados da uva e do vinho e o transporte de vinho a granel. As atividades realizadas no ano de 2011 foram:

- Acompanhamento da safra – inspeção de cantinas para verificação do atendimento das normas de recebimento e industrialização da uva e coleta de amostras de uva, representativas da safra, para microvinificações no LAREN (constituição do banco de dados que é a base para a interpretação das análises isotópicas de carbono e oxigênio dos vinhos comerciais).
- Inspeção e fiscalização da indústria vinícola – inspeções regulares nas vinícolas, durante o ano, para verificar o cumprimento da legislação. Realizam-se levantamentos de estoque e a coleta de amostras fiscais para análise no LAREN.
- Inspeção e fiscalização do trânsito de vinho a granel – inspeções por amostragem nos caminhões transportando vinho a granel para fora do Estado, realizadas nos postos de fronteira, onde se verifica a documentação e coletam-se amostras fiscais para posterior análise no LAREN.
- Inspeção e fiscalização do comércio – inspeções em estabelecimentos comerciais, nas quais se verifica a exposição de vinhos e derivados da uva e do vinho, sem origem ou com rotulagem irregular, e coletam-se amostras fiscais para análise no LAREN.
- Atividades do LAREN – esse laboratório faz parte da rede oficial de laboratórios do MAPA, credenciado desde 2006. Nele são aplicadas as metodologias analíticas oficiais e desenvolvidas novas metodologias. São realizadas análises de amostras fiscais coletadas pela fiscalização da SEAPA no RS e recebidas da fiscalização do MAPA de outros estados brasileiros, além de prestação de serviços de autocontrole de análises isotópicas de carbono e oxigênio para o setor privado.

Defesa Sanitária Animal

Na área de defesa sanitária animal, a SEAPA desenvolve ações na fiscalização de animais e de seus produtos e subprodutos em propriedades rurais, em trânsito, em eventos agropecuários, em matadouros-frigoríficos e demais estabelecimentos agroindustriais que fabriquem produtos de origem animal.

A vigilância e as ações de prevenção e controle em saúde animal são executadas por meio dos programas sanitários das diferentes enfermidades e espécies animais. Dessa forma, os programas são de âmbito nacional, tendo ações específicas nos estados e demandando coordenadores estaduais para os seus gerenciamentos e planejamentos.

A) Programas Sanitários

O Programa Nacional de Sanidade Suína, além de controlar a saúde do rebanho suíno, visa à manutenção da zona livre de Peste Suína Clássica e à garantia da não introdução de doenças exóticas no Estado. Dentro do escopo do programa, em 2011, foram fiscalizadas 325 granjas com suspeita de enfermidades, em 151 das quais foram realizadas colheitas em 1.005 animais, de um total de 31.639 animais vistoriados. Em granjas certificadas de animais reprodutores – 82 granjas com 89.262 suínos reprodutores – foram realizadas 183 fiscalizações para a inspeção e o acompanhamento oficial da colheita de 4.755 animais. Com relação à fiscalização de reprodutores no abate, foram colhidas 1.754 amostras em estabelecimentos frigoríficos sob inspeção estadual e federal.

O Programa Nacional de Sanidade Avícola busca promover o controle sanitário a ser realizado nos estabelecimentos avícolas, bem como impedir a introdução de doenças exóticas e controlar ou erradicar aquelas existentes no Estado. O Rio Grande do Sul controla e fiscaliza tanto granjas de reprodutores quanto granjas de produção (corte e postura comercial). Atualmente, o Estado dispõe de cinco granjas avozeiras e 300 granjas matrizeiras registradas e certificadas, as quais recebem visitas de veterinários oficiais para inspeção e colheita de material, buscando a garantia da condição sanitária dessas granjas. Com relação à vigilância das granjas avícolas de forma geral, foram realizadas 182 visitas para investigação de mortalidade, somando-se 4,1 milhões de aves inspecionadas por veterinários oficiais.

O Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa tem como objetivo a erradicação da febre aftosa em todo o território nacional e a sustentação dessa condição sanitária por meio da implantação e implementação de um sistema de vigilância sanitária apoiado na manutenção das estruturas do serviço oficial e na participação da comunidade. Seus objetivos encontram-se inseridos no Plano Hemisférico de Erradicação da Febre Aftosa, que busca a eliminação da doença em toda a América do Sul. Em 2011, nas duas campanhas de vacinação de Febre Aftosa, com dados parciais da campanha de novembro (apenas animais jovens), o Estado atingiu o índice de 94,80% de cobertura vacinal, assistindo e fiscalizando 34.404 propriedades com 462.884 bovídeos. Com relação à doação de vacina em 2011, foram beneficiados 445 mil produtores e 4,8 milhões de bovídeos, representando 26,44% dos bovídeos existentes no Rio Grande do Sul.

O Serviço Brasileiro de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos tem como objetivo registrar e identificar o rebanho bovino e bubalino do território nacional, possibilitando o rastreamento do animal desde o nascimento até o abate e disponibilizando relatórios de apoio à tomada de decisão quanto à qualidade do rebanho nacional e importado. Em 2011, no Rio Grande do Sul, foram realizadas 77 auditorias em propriedades rurais, de um total de 180 Estabelecimentos Rurais Aprovados no SISBOV (ERAS), das quais 170 fazem parte da lista Traces, estando habilitados para exportar à União Europeia.

O Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal tem como objetivos baixar a prevalência e a incidência da brucelose e da tuberculose por meio da adoção de procedimentos de defesa sanitária animal compulsórios, complementados por outros de adoção voluntária. A certificação voluntária de propriedades visa melhorar o padrão sanitário dos produtos de origem animal, protegendo a saúde pública e agregando valor aos produtos da pecuária. Em 2011, foram testadas 11.478 propriedades para brucelose e tuberculose e 149.642 animais, obtendo-se resultados positivos em 178 propriedades e 738 animais. Atualmente, estão em processo de certificação ou já foram certificadas cerca de 600 propriedades rurais como Livres de Brucelose e Tuberculose em todo o Estado.

O Programa Nacional de Controle da Raiva dos Herbívoros está fundamentado em três medidas que devem ser adotadas de forma sistemática: (1) vacinação; (2) controle populacional do morcego hematófago *Desmodus rotundus*, principal transmissor da enfermidade; e (3) atuação em focos. Em 2011, nas atividades de combate e prevenção, foram revisados 1.067 refúgios de morcegos e capturados 6.867 morcegos hematófagos, caracterizando o RS como um dos estados brasileiros que mais combate a população de morcegos. Foram identificados 44 focos da doença, vacinados 15.228 animais e atendidas 2.086 propriedades com suspeita da enfermidade ou com indicativos da presença de morcegos.

O Programa Nacional de Prevenção e Controle das Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis, responsável por manter o País livre de Encefalopatia Espongiforme Bovina (Vaca Louca), determina medidas baseadas no controle da importação de ruminantes, seus produtos e subprodutos, e no controle da alimentação de ruminantes (principal via de transmissão). Em 2011, foram realizadas colheitas de alimentos para ruminantes em 41 propriedades rurais para análise quanto ao uso de proteína animal. Em cinco propriedades, o resultado das análises apontou o uso de proteína animal na alimentação, prática proibida pela legislação vigente.

Nas ações de vigilância e de investigação epidemiológica em propriedades rurais com notificações e suspeitas de enfermidades, os veterinários oficiais realizaram visitas em 559 propriedades, inspecionando 4,2 milhões de animais entre todas as espécies. Em 131 propriedades, com um total de 120 mil animais, foram realizadas colheitas de material para diagnóstico em laboratório, com a interdição de muitas dessas propriedades. Também para o controle sanitário dos animais, utiliza-se uma ferramenta importante, a declaração anual de rebanho. Em 2011, 337 mil propriedades rurais realizaram a declaração de 13,6 milhões de bovinos, 5,5 milhões de suínos, 3,3 milhões de ovinos, 382 mil equinos, 71 mil bubalinos, 69 mil caprinos, 297 milhões de galinhas e outras espécies de menor expressão no Estado.

B) Fiscalização e Controle de Trânsito

No controle e fiscalização do trânsito animal, são desenvolvidas ações de vigilância como a emissão de Guia de Trânsito Animal, a realização de barreiras sanitárias em rodovias, a fiscalização em postos fixos no

ingresso de cargas no Estado e a fiscalização de estabelecimentos com abate informal. Em 2011, foram emitidas mais de 1 milhão de Guias de Trânsito Animal (GTA), com 883 mil ovinos, 8 milhões de bovinos, 20 milhões de suínos, 2,6 bilhões de aves, dentre outras espécies, totalizando 2,7 bilhões de animais. A finalidade de trânsito predominante é o abate, especialmente em razão do curto ciclo de produção de aves e suínos, representando 40% das GTA emitidas.

Uma atividade relevante para a manutenção do *status* sanitário do Estado é a fiscalização em pontos de ingresso na divisa com Santa Catarina. Em 2011, foram fiscalizadas 23 mil cargas com produtos agropecuários, provenientes de 26 Unidades da Federação, somando um montante de R\$ 1,9 bilhão. Na fiscalização de estabelecimentos informais (clandestinos) foram emitidos 175 autos de infração e apreendidos 35,2 mil kg de produtos cárneos, 2,6 mil kg de lácteos, 1,4 mil dúzias de ovos, 859 kg de banha, 64 kg de mel e 15 unidades de couro. Na Operação Litoral, no início de 2011, foram vistoriados cinco mil veículos, 26 mil animais, 2,9 mil toneladas de produtos cárneos e 812 toneladas de produtos lácteos. Na Operação Fronteira, realizada na confirmação do foco de Febre Aftosa no Paraguai, foram fiscalizadas 625 propriedades rurais, inspecionados 13.288 animais e 339 mil kg de produtos cárneos. Na ocasião, foram realizadas diversas palestras de educação sanitária, atingindo um público estimado de 7.500 produtores rurais.

C) Inspeção Sanitária de Produtos de Origem Animal

Atualmente, a Inspeção de Produtos de Origem Animal é responsável pela fiscalização de 361 empresas, incluindo matadouros frigoríficos, fábricas de laticínios e entrepostos de pescado, ovos e mel, fazendo-se presente em 190 municípios gaúchos. No ano de 2011, foram realizadas diversas vistorias nos estabelecimentos agroindustriais, sendo 37 na área de Laticínios, Ovos e Mel e 140 na área de Carnes e Derivados, sendo emitidas 527 notificações, 196 autos de infração, 227 autos de multas, 249 autos de advertência, 79 autos de suspensão, 30 autos de liberação e 8 autos de cancelamento de registro.

Os técnicos da SEAPA fiscalizaram o abate de 974 mil cabeças de bovinos, gerando uma arrecadação de R\$ 2,6 milhões somente em taxas de abate. Foram abatidos, ainda, sob inspeção estadual, 64 mil ovinos, 667 mil suínos e 38,6 milhões de aves. Na área de programas de qualidade, o serviço de inspeção estadual realizou 56 auditorias em *Boas Práticas de Fabricação* em diversos estabelecimentos registrados.

Câmaras Setoriais e Temáticas

As Câmaras Setoriais e Temáticas estão vinculadas à SEAPA, sendo um ambiente consultivo por natureza e que tem a finalidade de articular, entre os setores público e privado, instrumentos institucionais para promover a inovação tecnológica e o desenvolvimento sustentável do agronegócio gaúcho.

Atualmente, já foram reinstaladas 11 câmaras setoriais e criadas duas novas, sendo uma setorial e outra temática. Também foram formados 29 grupos de trabalho (GTs):

Câmaras Setoriais Reinstaladas	Câmaras Novas	Câmaras Setoriais com Alinhamento Estratégico
Cadeia do Leite	Setorial de Florestas Plantadas	Cadeia de Arroz
Cadeia de Apicultura	Temática de Agroenergia	Cadeia de Carne Bovina
Cadeia da Uva e do Vinho		Cadeia de Milho
Cadeia de Ovinos		Cadeia de Suínos
Cadeia de Citros		
Cadeia de Aves		
Cadeia de Erva-Mate		

Assim, até o final de 2011, 32 reuniões de câmaras setoriais e temáticas foram realizadas, 55 reuniões de grupos de trabalho e quatro seminários de alinhamento estratégico de cadeias produtivas, que servem de subsídio para a estruturação da agenda estratégica. Além disso, já foram estruturadas reuniões com os coordenadores técnicos das câmaras, sendo realizadas três até o final de 2011. Essas reuniões têm como finalidade principal a discussão e o nivelamento das ações e atividades em andamento em cada câmara setorial e temática e nos programas e ações da SEAPA.

Já para o ano de 2012, tem-se como objetivo reinstalar mais quatro câmaras setoriais e criar outras duas câmaras temáticas:

- Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Soja e Oleaginosas;
- Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Cana-de-Açúcar;
- Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Trigo;
- Câmara Setorial das Cadeias Produtivas de Horticultura;
- Câmara Temática de Irrigação e Infraestrutura Rural;
- Câmara Temática da Diversificação e Sustentabilidade na Agricultura.

Além disso, é necessário realizar o seminário de alinhamento estratégico para as demais quinze câmaras setoriais e temáticas e estruturar a agenda estratégica de cada uma das câmaras.

Já no sentido de facilitar o controle e acompanhamento das reuniões das Câmaras Setoriais e Temáticas e dos grupos de trabalho, será assinado um convênio com o MAPA para a utilização do Sistema de Gerenciamento das Câmaras Setoriais e Temáticas (SGCAM). Esse sistema também vai favorecer o fluxo de informações entre as câmaras setoriais e temáticas do Rio Grande do Sul, coordenadas pela SEAPA, com as nacionais coordenadas pelo MAPA.

Parque Estadual de Exposições Assis Brasil

A SEAPA vem trabalhando de forma a revitalizar o Parque Estadual de Exposições Assis Brasil (PEEAB), buscando novas alternativas de uso e, para isso, no ano de 2011, foram desenvolvidas ações administrativo-judiciais necessárias.

Foram reativadas ações judiciais de reintegração de posse e notificação extrajudicial, com decisão judicial a favor do Estado do RS, sendo que seis famílias desocuparam os imóveis voluntariamente. Também foram realizadas renovações e legalização contratual e interação com parceiros para difundir os Direitos e Obrigações junto ao PEEAB.

É objetivo da SEAPA elaborar e implementar um Plano Diretor do PEEAB. Para tanto, foram realizadas ações junto à Prefeitura de Esteio, TRENSURB e Secretaria de Obras Públicas, Irrigação e Desenvolvimento Urbano para a construção de um Termo de Referência, visando à contratação de consultoria para elaboração do referido plano.

A EXPOINTER 2011 foi considerada uma das melhores e maiores da história da exposição. Ela obteve avaliação positiva dos parceiros do evento, destacando-se o clima de harmonia e de motivação coletiva e bom conceito midiático.

O novo conceito de bilheteria e acesso e a inovação no credenciamento antecipado permitiu ter conhecimento do público recorde (470 mil pessoas, com vendas de bilhetes atingindo R\$ 2,114 milhões, frente a R\$ 740 mil em 2010).

O resultado econômico foi altamente positivo. As vendas de produtos artesanais superaram 2010 – que registrou R\$ 1,05 milhão – e somaram R\$ 1,25 milhão; a agroindústria aumentou em mais de 20% a comercialização de itens no evento, com R\$ 1,05 milhão; e os bancos presentes no evento financiaram aos agropecuaristas R\$ 1,072 bilhão, frente a R\$ 980 milhões em 2010.

Geografia e Cartografia

Em 2011, a SEAPA realizou, no âmbito das atividades referentes às suas atribuições de planejamento, execução, gerenciamento e fornecimento de informações geográficas e cartográficas sobre o Estado do Rio Grande do Sul, o gerenciamento da Rede Estadual GPS de Alta Precisão do Rio Grande do Sul – foram vistoriados e procedida a manutenção dos 57 marcos geodésicos que compõem essa rede. Ao final do trabalho, foi encaminhado um relatório ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que também será disponibilizado em meio digital a toda a população interessada.

A Secretaria também trabalhou na elaboração de produtos para a base cartográfica digital do Rio Grande do Sul na escala 1:25.000 – essa atividade objetiva compor uma base cartográfica contínua do Estado em uma escala mais detalhada para os trabalhos da SEAPA e de demais órgãos

do Estado. Atualmente, aguarda-se a assinatura de convênio entre o Estado do Rio Grande do Sul e Exército para a concretização e andamento do projeto. Também trabalhou na digitalização dos limites dos municípios do Rio Grande do Sul e, até o final de 2011, foram digitalizados 34 municípios – concomitantemente a isso, está sendo elaborado um *Manual de Normas Técnicas para a Digitalização dos Limites Municipais*.

A SEAPA elaborou, ao longo de 2011, o projeto *Atlas de Desastres Naturais*, que tem por objetivo a criação de um atlas voltado para a espacialização de eventos drásticos ligados à chuva, vento, deslizamentos, pragas, entre outros, e deve ser executado ao longo dos próximos anos.

Por fim, a Secretaria trabalhou no atendimento de solicitações provenientes de administrações municipais, de usuários e de demandas do Poder Judiciário relativas a dúvidas de limites entre municípios, valor de áreas territoriais, localização de áreas (propriedades), entre outros.

Programação para 2012

A SEAPA, dentro das ações de fomento agropecuário, pretende dar continuidade a todas aquelas iniciadas em 2011 – dando especial destaque às realizações na ovinocultura, por entender que essa é importante para o aumento da renda do produtor rural. Também está articulando um programa de expansão da irrigação por aspersão, o qual, em complemento com os programas da SDR e da SOP, deverá acabar com o déficit de milho do RS, hoje estimado em 2 milhões de toneladas.

Como já mencionado, serão criadas e reinstaladas seis câmaras setoriais e temáticas, em 2012, fortalecendo, assim, o fórum de discussão e proposição de políticas públicas para as cadeias produtivas dos agronegócios.

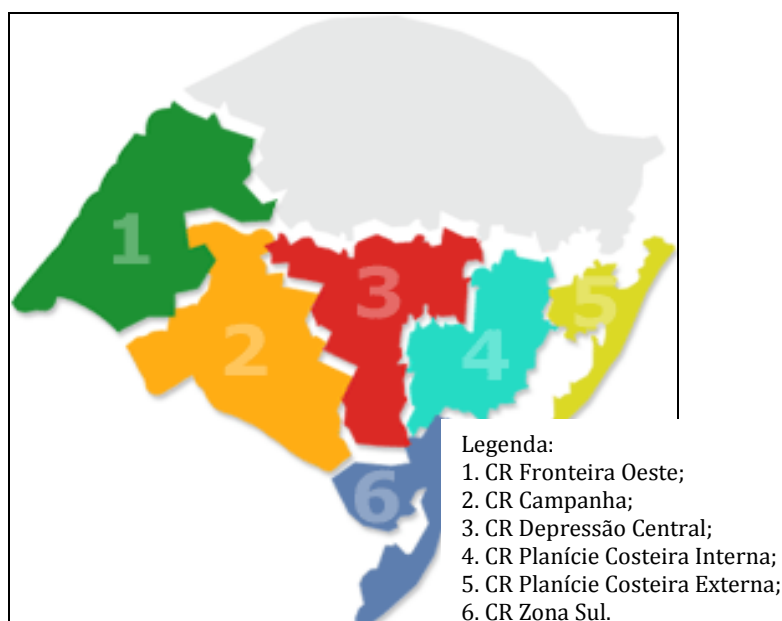
No que tange à valorização da carne gaúcha, a principal ação da SEAPA em 2012 será a implantação de um sistema de rastreabilidade. Na área do leite, um dos principais programas a serem implantados será o de erradicação e controle da tuberculose e brucelose, que também beneficiará a cadeia da carne bovina e a saúde pública como um todo. Além disso, permanecerá atenta às suas funções de defesa agropecuária.

Instituto Riograndense do Arroz (IRGA)

O Instituto Riograndense do Arroz (IRGA) trabalhou em três áreas básicas: pesquisa orizícola; assistência técnica e extensão rural a produtores de arroz; e fomento, através da câmara setorial e alternativas de consumo.

Ações em Pesquisa

Visando desenvolver **projetos de pesquisa** com resultados que contemplem todas as regiões orizícolas do Rio Grande do Sul, as ações do IRGA são realizadas em seis regiões arroeiras, denominadas Coordenadorias Regionais (CRs), podendo ser visualizadas no Mapa a seguir.



A área de **Melhoramento Genético** tem por objetivo principal desenvolver cultivares de arroz com alta produtividade e qualidade de grãos, adaptadas ao cultivo no RS. Os projetos estão divididos da seguinte forma:

- *Projeto Desenvolvimento de cultivares de arroz irrigado convencionais, adaptados ao cultivo no Rio Grande do Sul* – contempla a realização de 46 ações de pesquisa para o desenvolvimento de cultivares convencionais de arroz visando à produtividade e qualidade de grãos, aliando essas características à adaptabilidade dos cultivares ao ambiente em que são cultivados.

- *Projeto Desenvolvimento de Cultivares Híbridos de arroz irrigado adaptados ao cultivo no Rio Grande do Sul* – contempla o desenvolvimento de cultivares de arroz híbrido convencional e tolerante à herbicida, de genótipos com potencial de rendimento entre 15 e 20% superior aos cultivares não híbridos, e com semelhante qualidade de grãos. Atualmente esse projeto contempla cinco ações de pesquisa.

Outras ações de pesquisa na área de melhoramento genético do IRGA também são realizadas com a participação de instituições parceiras como a EMBRAPA Clima Temperado e a EMBRAPA Arroz e Feijão. Essas

parcerias visam o desenvolvimento de cultivares superiores adaptados às diferentes condições e regiões no âmbito regional e nacional. Outra ação de pesquisa, mas de escopo internacional, refere-se ao convênio de cooperação técnica entre IRGA, *International Center for Tropical Agriculture* (CIAT) e Fundo Latino-Americano de Arroz (FLAR). Esse convênio preconiza o desenvolvimento de genótipos de arroz híbrido entre instituições da América Latina e Caribe, visando à distribuição desses materiais, de modo acessível, aos locais mais pobres e carentes.

Os projetos de pesquisa realizados pelo IRGA na área de **Agronomia** atuam sobre os fatores de produção ligados ao manejo geral da cultura do arroz irrigado. Atualmente esses fatores estão agrupados em três projetos prioritários:

- *O Projeto de Sistemas Integrados de Produção em Solos de Várzea* visa aumentar a competitividade e a sustentabilidade da lavoura orizícola, identificando alternativas de diversificação de culturas para as várzeas arroyeiras. Com o desenvolvimento de novas culturas e produtos em áreas antes voltadas exclusivamente para a cultura do arroz, será possível aumentar o potencial produtivo dessas lavouras, aumentando também a qualidade dos grãos, benefícios esses ocasionados pela integração de sistemas de produção. Dentre os subprojetos desenvolvidos pelo IRGA nessa área de conhecimento, pode-se citar:

- Soja em rotação com arroz irrigado –contempla as áreas de melhoramento de cultivares para adaptação ao ambiente de várzea e práticas de manejo para melhor desempenho de cultivares de soja na várzea. Ao todo, estão sendo realizadas 11 ações de pesquisa nesse subprojeto. Cabe destacar os resultados preliminares de um convênio de cooperação técnica entre o IRGA e a empresa Industrial KF Ltda., onde está sendo desenvolvida uma sementeira de soja no sistema de microcamalhão, capaz de reduzir os estresses causados tanto por excesso como por déficit hídrico nas várzeas arroyeiras. Com a validação dessa tecnologia será possível utilizar outras culturas que não apenas a do arroz irrigado nas áreas de arroz de difícil drenagem.

- Arroz em sucessão a espécies para forragem e cobertura de solo –contempla as áreas de desempenho agrônomo do arroz em sistemas de rotação e sucessão de culturas e o manejo para otimizar o uso de coberturas de solo, sendo desenvolvidas quatro ações para isso.

- Integração lavoura de arroz-pecuária – esse subprojeto contempla as áreas de fertilidade do solo, defesa vegetal e socioeconomia, nas quais, no momento, estão sendo desenvolvidas duas ações de pesquisa.

- *O Projeto de Manejo Integrado da Cultura do Arroz* contempla ações de pesquisa que oportunizem conhecimentos sobre o uso das melhores práticas culturais na lavoura de arroz, visando o melhor

aproveitamento dos insumos de produção e dos recursos naturais. Dentre os subprojetos desenvolvidos, podem ser citados os seguintes:

- Manejo da fertilidade do solo e água de irrigação – ações de pesquisa estão sendo realizadas voltadas à qualidade e aptidão de uso do solo como meio de produção e também para o manejo da água em sistemas de cultivo, sendo realizadas para a safra 2011/2012 vinte ações de pesquisa. Com isso, pretende-se otimizar e conservar os insumos água e solo durante o cultivo do arroz irrigado.

- Manejo integrado de pragas (MIP) – abrange ações de pesquisa nas áreas de plantas daninhas, insetos e doenças, em que estão sendo realizadas 16 ações de pesquisa. O conceito de MIP visa reduzir os impactos ambientais causados pelo uso de insumos no controle de pragas agrícolas, bem como tornar mais eficiente e eficaz o seu uso nas lavouras;

- Sistemas integrados de manejo da lavoura – abrange a integração e o uso multidisciplinar das práticas de manejo integrado na lavoura de arroz visando à melhor utilização das práticas culturais, sendo, no momento, desenvolvida uma ação de pesquisa.

- *O Projeto Tecnologias Mais Limpas* visa desenvolver pesquisas e difundir conhecimentos que contemplem os benefícios ocasionados pelas Boas Práticas Agrícolas, contemplando os preceitos da sustentabilidade ambiental, econômica, social e cultura da cadeia orizícola. A seguir são apresentados os subprojetos em desenvolvimento para a safra 2011/2012:

- Monitoramento dos recursos naturais – o conhecimento do real impacto que a lavoura de arroz provoca ao ambiente é o principal objetivo desse subprojeto. Entre os principais temas abordados, pode-se citar a mitigação da emissão de gases de efeito estufa e sequestro de carbono, a análise da biodiversidade da lavoura e a identificação de resíduos de defensivos agrícolas no solo, na água e nos grãos de arroz. Ao todo são realizadas 13 ações de pesquisa nesse subprojeto;

- Programas de incentivo à produção limpa e segurança do alimento – o fomento à adequação ambiental de lavouras de arroz e propriedades rurais, à conquista do selo ambiental em propriedades rurais que utilizam os conceitos de Boas Práticas Agrícolas e à difusão da relação da lavoura de arroz com o Programa ABC (Agricultura de Baixo Carbono) são os principais temas trabalhados nesse subprojeto, sendo realizadas no momento três ações de pesquisa.

Os projetos de pesquisa referentes a sementes de arroz são relacionados à produção de sementes das cultivares de arroz do IRGA, à certificação de sementes de arroz e ao desenvolvimento de pesquisas e prestações de serviço em tecnologia de sementes. A seguir a descrição dos projetos desenvolvidos pelo IRGA, em que atualmente estão sendo realizadas 15 ações de pesquisa.

- O projeto que o objetivo de *multiplicar as cultivares e linhagens promissoras do IRGA* visando à oferta de cultivares aos produtores de sementes de arroz do RS com adequada pureza física e genética, conta, para a sua execução na safra 2011/2012, com os seguintes subprojetos:

- Produção de semente genética – na Estação Experimental do Arroz de Cachoeirinha é realizada anualmente a multiplicação de sementes genéticas das principais cultivares utilizadas no RS, bem como a multiplicação de linhagens promissoras com potencial de lançamento em curto e médio prazo. Esse trabalho é fundamental para manter a pureza genética dos materiais ao longo dos anos.

- Produção de semente básica – com o sistema de produção de sementes com cooperantes pré-selecionados, o IRGA multiplica suas cultivares em escala comercial, visando atender a demanda dos produtores de sementes certificadas de arroz das classes certificada C1 e C2. São contempladas quatro ações de pesquisa direcionadas à multiplicação de sementes genética e básica.

- Análise de sementes – o IRGA presta serviço aos produtores de sementes de arroz do RS através dos seis laboratórios de análises de sementes da autarquia. Com isso, pode-se auferir a qualidade do material reproduzido, bem como emitir boletins e certificados de sementes.

- O Projeto Tecnologia de Sementes contempla a prestação de serviços aos produtores de sementes certificadas de arroz através da certificação de sementes e também às pesquisas realizadas em tecnologias de sementes de arroz. Dentre os subprojetos realizados pode-se citar:

- Certificação de sementes – atualmente o IRGA é responsável pela certificação das sementes de arroz produzidas no RS, tanto de cultivares próprias como de cultivares de outras instituições. Para isso, existe uma equipe de certificadores que atuam em todas as regiões orizícolas e em todas as lavouras credenciadas para multiplicação de sementes.

- Pesquisas em tecnologias de sementes – para a safra 2011/2012, estão sendo realizadas nove ações de pesquisa em tecnologia de sementes. Essas ações contemplam o controle de qualidade de lotes de sementes genética e básica e o controle de qualidade nas etapas de produção e análise de sementes. Também estão sendo realizadas ações em capacitação de produtores de sementes, responsáveis técnicos, demais colaboradores no sistema produtivo de sementes. As pesquisas realizadas pelo IRGA estão direcionadas à colheita, ao transporte, recepção e pré-limpeza, secagem, armazenamento e conservação do arroz com casca, visando à preservação da qualidade e

minimização de perdas para proporcionar maior ganho financeiro pelos produtores de arroz do RS.

- *O Projeto Secagem e Armazenamento de Grãos* contempla ações voltadas aos diferentes métodos de secagem e armazenagem, à análise técnico-econômica desses métodos e aos conceitos de qualidade de grãos e segurança do alimento. Dentre os subprojetos realizados, podem ser citados:

- Secagem de grãos agrícolas com uso de diferentes combustíveis do condicionamento do ar secante – esse subprojeto possui três ações de pesquisa direcionadas à análise de diferentes sistemas de secagem e fontes de combustível para aquecimento do ar secante, bem como para a análise qualitativa dos produtos gerados.

- Qualidade industrial do arroz produzido no RS – nesse subprojeto duas ações de pesquisa são realizadas: a primeira, visando monitorar a qualidade industrial do arroz em casca secado e armazenado em propriedades rurais das diferentes regiões orizícolas do RS; a segunda, com o objetivo de avaliar a qualidade industrial das novas cultivares do IRGA.

- Segurança do alimento – a preocupação com a qualidade química dos grãos de arroz consumidos fomentou a realização de duas ações de pesquisa visando à possível identificação de resíduos de defensivos agrícolas em grãos de arroz, bem como a incidência de hidrocarbonetos aromáticos policíclicos (HPAs) nesses grãos.

- Projetos interdisciplinares – outras ações de pesquisa estão sendo realizadas em parceria com outras áreas do conhecimento agrônômico, podendo-se citar os efeitos do atraso na colheita de grãos sobre a qualidade industrial de diferentes cultivares de arroz; meios para reduzir a emissão de carbono durante o processo de secagem e armazenagem (Agricultura de Baixo Carbono); efeitos do ataque de pragas sobre a qualidade industrial de grãos de arroz e a realização de um diagnóstico da estrutura e organização das unidades de beneficiamento de sementes do RS.

- *O Projeto do Centro de Excelência em Difusão de Tecnologias Orizícolas* será composto de dois subprojetos com ações integradas e complementares. O primeiro subprojeto contempla ações de modernização das estruturas de pesquisa regionalizada para o desenvolvimento de sistemas integrados de produção em várzeas, com sustentabilidade econômica, social e ambiental. Prevê a aquisição de máquinas agrícolas modernas e mais precisas, meios de transporte de máquinas e equipamentos mais ágeis e seguros, equipamentos mais precisos e modernos para a pesagem, determinação de umidade dos grãos, avaliação do rendimento industrial de grãos inteiros, estufas,

lupas de mesas e equipamentos eletrônicos para processamento e transmissão de dados.

- O segundo subprojeto objetiva a construção de um Centro de Excelência em Difusão de Tecnologias Orizícolas, moderno e confortável, para o treinamento e capacitação de técnicos e produtores rurais envolvidas na produção agrícola na Metade Sul do Rio Grande do Sul.

Ações de Assistência Técnica e Extensão Rural

Na área de **assistência técnica e extensão rural**, o IRGA tem como objetivo estratégico gerar e difundir tecnologias, informações e conhecimentos para alcançar produtividade média de 8 t/ha na lavoura de arroz do RS até 2012.

Em 2011, as principais realizações nessa área foram os projetos:

- *Manejo Integrado do Cultivo do Arroz* – Projeto 10: que atingiu, diretamente, 447 produtores e, indiretamente, 5.147 produtores.
- *Sistemas Integrados de Produção (Ênfase na rotação com arroz irrigado – soja e pecuária)*: foram implantadas 28 unidades demonstrativas e 10 unidades de observação de integração lavoura-pecuária.
- *Sistemas de Produção de Arroz Orgânico*: implantadas três lavouras-escola e realizados quatro cursos de capacitação.
- *Secagem e Armazenamento*: Curso de fundamentos de secagem e armazenagem, com participação de 43 técnicos do IRGA, EMATER e iniciativa privada.
- *Cursos e palestras* de capacitação a técnicos, orizicultores e trabalhadores na lavoura de arroz.

Câmara setorial da Cadeia do Arroz

Na reinstalação da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Arroz, foram criados três grupos de trabalho que balizaram as demandas da SEAPA e do Instituto Riograndense do Arroz nesses primeiros meses de governo. As temáticas das discussões estiveram em torno, principalmente, do uso alternativo do arroz e aumento do seu consumo, integração lavoura-pecuária e rotação de culturas nas várzeas, fomento ao arroz orgânico, comércio e mercado consumidor no MERCOSUL e no mundo, secagem e armazenamento da produção na propriedade, carga tributária incidente sobre a cadeia produtiva do arroz e a parceria entre IRGA e EMBRAPA.

Programação para 2012

Em 2012, o IRGA continuará desenvolvendo as ações de pesquisa, assistência técnica e fomento à cadeia produtiva.

Para a área de pesquisa estão orçados cerca de R\$ 23,2 milhões a serem utilizados em pesquisas de melhoramento genético, manejo da cultura, tecnologias mais limpas, certificação, métodos de pós-colheitas, além dos demais já citados acima.

Na área de assistência técnica e extensão rural, serão aplicados mais de R\$ 71 milhões para a continuação do projeto de manejo integrado do cultivo do arroz, de sistemas integrados de produção, de produção de arroz orgânico, de secagem e armazenamento e de certificação de sementes. Para tanto, serão realizados Dias de Campo municipais, regionais e estaduais, palestras e cursos, além da implantação de lavouras demonstrativas.

Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO)

A Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO), que em janeiro de 2011 foi vinculada à Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio (SEAPA), tem como finalidade estimular, planejar, promover e executar projetos e programas de pesquisa que atendam as demandas do setor agropecuário. O Estado tem desenvolvido ações que visam revitalizar a Fundação, de modo a torná-la novamente referência para o setor agropecuário do Rio Grande do Sul. O resgate do trabalho em pesquisa e inovação tecnológica tem sido possível por meio de ações como a nomeação de novos servidores e a recuperação das infraestruturas dos centros de pesquisas, visando o aumento da produtividade científica, de modo a contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico do setor agropecuário do RS.

Para viabilizar o processo de revitalização, a FEPAGRO elaborou, em 2011, o **Plano de Gestão Estratégica (PGE)** para o período 2011-2014, o qual tem como eixos principais ações nas áreas de: 1) Modernização Administrativa; 2) Pesquisa, Inovação e Validação de Tecnologias; e 3) Comunicação Interna e com a Sociedade, sendo composto por 15 programas e 71 ações, além de projetos estratégicos.

A seguir estão descritas as principais ações desenvolvidas pela FEPAGRO no ano de 2011:

Área de Modernização Administrativa

- Homologação do concurso público de 2010 em 18/3/2011 e nomeação de 30 novos servidores, priorizando pesquisadores e técnicos superiores administrativos;

- Realização de uma revisão dos critérios para estabelecimento de convênios e contratos, com vistas a priorizar as atividades de pesquisa e validação de tecnologias, e dos critérios de utilização das estruturas da FEPAGRO visando preservar o interesse público;
- Encaminhamento de Projeto de Lei à Assembleia Legislativa para possibilitar a implantação de progressões e promoções referentes ao Plano de Carreira dos servidores;
- Realização de ações para a revitalização de estruturas físicas dos Centros de Pesquisa da FEPAGRO, como nos casos da reabertura do Centro de Pesquisas da FEPAGRO Noroeste em Santa Rosa e dos mutirões de limpeza e conservação realizados nos Centros de Pesquisa da FEPAGRO em Hulha Negra, São Gabriel e Rio Grande.

Área de Pesquisa, Inovação e Validação de Tecnologias

Em 2011, foram estabelecidas parcerias com instituições de ensino e pesquisa, integrando ações da FEPAGRO com as referidas instituições, entre as quais cabe salientar as seguintes:

- Centro de Pesquisa em Caxias do Sul: integração com a UERGS e EMBRAPA Uva e Vinho;
- Centro de Pesquisa em Vacaria: integração com Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RS (IFRS), UERGS e EMBRAPA Trigo;
- Centros de Pesquisa em Santana do Livramento: integração com UERGS;
- Instituto de Pesquisas Veterinárias Desidério Finamor (IPVDF): integração com UFRGS e tratativas para implantação de *campus* da UFPel;
- Centro de Pesquisa em Viamão: integração com a UFRGS;
- Centro de Pesquisa em Santa Maria: integração com a UFSM;
- Centro de Pesquisa de Rio Grande: integração com a UFPel, IFSul e EMBRAPA Clima Temperado;
- FEPAGRO em São Gabriel: integração com UNIPAMPA;
- FEPAGRO em Uruguaiana: integração com UNIPAMPA;
- FEPAGRO em Santa Rosa: integração regional com diversas instituições de ensino, pesquisa e extensão;
- FEPAGRO em Veranópolis: tratativas para implantação de Campus da UFRGS;
- FEPAGRO em Maquiné: integração com a EMBRAPA Arroz e Feijão;
- FEPAGRO em Júlio de Castilhos e Tupanciretã: integração com IFF;

- FEPAGRO em Hulha Negra: integração com EMBRAPA Pecuária Sul;
- Aprovação, pela primeira vez na história da Fundação, de cinco bolsas no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PROBIC/FAPERGS) e outras cinco no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica e Inovação (PROBITI/FAPERGS);
- Liberação de pesquisadores para cursos de doutorado tendo em vista a formação continuada do quadro de pessoal;
- Tratativas com a UFRGS e UFPel para implantação do primeiro mestrado profissionalizante na área Sanidade Animal;
- Aprovação de projetos junto à FINEP, CNPq, MAPA e MDA.

Área de Comunicação Interna e com a Sociedade

Dentro dessa área, foram realizadas: a reestruturação da Divisão de Comunicação Social da FEPAGRO, de forma a torná-la mais moderna, eficiente e participativa; a elaboração de nova logomarca da Fundação; a revitalização da página na internet; a aquisição, pela primeira vez, do acesso à base de dados dos Periódicos CAPES; a regularização das edições da *Revista Pesquisa Agropecuária Gaúcha (PAG)* e a elaboração de materiais de divulgação na área científica e tecnológica, incluindo boletins técnicos, circulares e *folders*.

Projetos Estratégicos

Em 2011, a FEPAGRO trabalhou com oito projetos considerados estratégicos para o Estado, com as suas execuções iniciadas nesse ano, mas que continuam em 2012.

O projeto de melhoria da infraestrutura em centros de pesquisa foi orçado em R\$ 22 milhões e tem por objetivo a modernização da infraestrutura de 16 centros de pesquisa da Fundação, visando à excelência em desenvolvimento científico e inovação tecnológica da pesquisa agropecuária gaúcha.

O Plano de Aceleração do Crescimento, através do programa que beneficia a EMBRAPA e as Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária (OEPAS) – PAC EMBRAPA-OEPAS, disponibilizou um total de R\$ 12,8 milhões para auxiliar na revitalização e modernização da infraestrutura da FEPAGRO. O projeto prevê a aquisição de veículos, máquinas e equipamentos para os centros de pesquisa, além da reforma do prédio da sede da Fundação.

O projeto *SANIMARS – Apoio à pesquisa e desenvolvimento em sanidade animal no Rio Grande do Sul* visa promover o aprimoramento das atividades de pesquisa e diagnóstico em sanidade animal na FEPAGRO Saúde Animal - Instituto de Pesquisas Veterinárias Desidério Finamor (IPVDF) para atender as demandas estaduais do agronegócio no que tange à saúde dos rebanhos. Esse projeto tem o valor total de R\$ 1,76 milhão.

Com a *estruturação do Centro Estadual de Meteorologia (CemetRS)*, incluído entre os projetos estratégicos do Governo do Estado, a FEPAGRO busca disponibilizar serviços de previsão de tempo e clima, de forma eficiente e eficaz, aos diversos setores da sociedade, bem como realizar pesquisas na área de agrometeorologia, relacionando as variáveis meteorológicas às atividades agropecuárias.

O projeto estruturante *Mais Água – Sistemas Agrícolas Produtivos Visando o Aumento da Disponibilidade e à Melhoria da Qualidade da Água* prevê um conjunto de trabalhos que contemplam o monitoramento e coleta de dados sobre a disponibilidade e qualidade da água no ambiente rural no Rio Grande do Sul. A ambição maior do projeto é a montagem de uma estrutura que permita mensurar, de forma perene, o impacto das diferentes atividades produtivas sobre a qualidade e disponibilidade dos recursos hídricos, contribuindo para a conservação da qualidade de outras matrizes ambientais, bem como para a sustentabilidade da produção rural. O projeto possui um valor total de R\$ 11,26 milhões financiados pela FINEP.

O *Laboratório de Biossegurança NB3* será o único no Sul do Brasil e dará suporte sanitário à exportação de produtos das cadeias produtivas de bovinos, suínos e aves, os quais perfazem uma grande fatia do PIB agropecuário do Sul do País. Esse Laboratório agilizará o diagnóstico e as medidas de controle necessárias em casos de focos de doenças que ponham em risco a saúde animal, humana e a economia do Estado. Já foram liberados R\$ 9.125.000,00 para a implantação do projeto.

O projeto *Elaboração de inoculantes baseados em bactérias promotoras do crescimento vegetal que se associam ao milho e trigo adaptados a região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul* propõe uma alternativa em prol de uma agricultura mais sustentável e ambientalmente amigável. Mediante a formulação de inoculantes baseados em bactérias promotoras do crescimento vegetal para as culturas de milho e trigo, pretende-se gerar uma tecnologia eficiente e acessível ao pequeno produtor rural. O projeto é apoiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, com um valor de R\$ 503 mil.

O *Centro de Biotécnicas Reprodutivas (CBR)*, o qual inclui a reativação da Central Rio-Grandense de Inseminação Artificial (CRIA) e a implantação da Central Riograndense de Tecnologias de Embriões (CRTE), localizado no Centro de Pesquisa Iwar Beckman, em Hulha Negra, é ação fundamental para garantir a qualidade da carne gaúcha e o consequente acesso aos mercados nacional e mundial. O CBR também apoiará a pecuária de leite, a qual se constitui, cada vez mais, em importante arranjo produtivo local em diversas regiões do Estado. O projeto está aprovado no Ministério da Agricultura no valor de R\$ 1.584.375,00.

O Projeto *DISSEMINA - Programa Estadual de Incremento da Qualidade Genética da Pecuária de Carne e Leite*, desenvolvido pela FEPAGRO em parceria com a Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio, visa estimular o incremento da qualidade genética da pecuária de carne e leite em sistemas de agricultura e pecuária familiar do Rio Grande do Sul por meio da inseminação artificial, no qual o CBR terá papel-chave.

Programação para 2012

Para o ano de 2012, a FEPAGRO dará continuidade à implementação do Plano de Gestão Estratégica, aprofundando especialmente ações que visam o aumento da produtividade científica da Fundação, como a ampliação das parcerias com as instituições de ensino e pesquisa. A autorização de nomeação de mais servidores aprovados no concurso público realizado em 2010 possibilitará o aprofundamento e a ampliação da capacidade de trabalho da FEPAGRO nas áreas de Sanidade Animal, Produção e Melhoramento Genético Animal, Produção Vegetal e Resgate e Desenvolvimento de Variedades, Meteorologia e Agrometeorologia.

O orçamento da Fundação para o ano de 2012 está estimado, no que diz respeito a recursos disponibilizados pelo Tesouro do Estado e recursos próprios destinados a custeio, investimento e gastos com pessoal, em R\$ 26,5 milhões. Em termos de captação de recursos, a FEPAGRO está encerrando o ano de 2011 com R\$ 59 milhões em projetos aprovados.

Nesse sentido, salienta-se que todo investimento realizado na Fundação potencializa a capacidade de captação de recursos por parte do Estado e, por consequência, os resultados na área de inovação tecnológica para o setor agropecuário do RS.

Companhia Estadual de Silos e Armazéns (CESA)

A Companhia Estadual de Silos e Armazéns (CESA) possui uma capacidade de armazenagem de 596 mil toneladas em 22 unidades (2% do total do RS), mas com uma ociosidade que era de 87% em 2010. Sua dívida total é de R\$ 360 milhões, sendo que nos últimos cinco anos o Estado aportou cerca de R\$ 120 milhões para cobrir déficits operacionais e fazer frente a acordos trabalhistas e fiscais.

Um conjunto de medidas saneadoras foi encaminhado ao Núcleo de Governo, e algumas já estão sendo implementadas. Com isso, ao menos em 2011, de um déficit operacional de R\$ 9,8 milhões, esse valor deverá ser zerado. Para 2012, se as demais ações forem concretizadas, a expectativa é de que o Tesouro não mais tenha que aportar recursos para cobrir os déficits estruturais e históricos da companhia.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL, PESCA E COOPERATIVISMO

A criação da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR), através da Lei 13.601, de 01 de janeiro de 2011, é o reconhecimento da importância do rural no desenvolvimento do Rio Grande do Sul: as cadeias produtivas vinculadas ao campo representam metade do PIB do Estado, e as cadeias produtivas vinculadas à Agricultura Familiar representam 27% do PIB gaúcho; as matérias-primas mais nobres da indústria gaúcha vêm da agricultura: carne, leite, grãos, frutas, fumo, cana e madeira; dos 441.467 estabelecimentos rurais existentes no Estado, 378.546 são de base familiar (85,7%); na maioria dos municípios gaúchos a economia de base familiar é determinante para o desenvolvimento, onde os empreendimentos urbanos encontram-se profundamente vinculados às atividades rurais; de um total de 496 municípios, 396 (79,8%) têm menos de 20.000 habitantes e 331 (66,7%) têm menos de 10.000 habitantes.

O público-alvo potencial da Secretaria é formado por 379 mil famílias de agricultores familiares, 13 mil famílias assentadas, em torno de 1.000 famílias de sem-terra acampadas, 22 mil pescadores artesanais, 30 mil piscicultores, 19.789 indígenas, 3.897 famílias quilombolas, 2.755 cooperativas rurais e urbanas e 8.160 agroindústrias familiares. Entre as áreas de atuação da Secretaria, destacam-se: Agricultura Familiar; Pesca e Aquicultura; Quilombolas e Indígenas; Desenvolvimento Agrário; Agroindústria Familiar; Cooperativismo; Infraestrutura Rural, Irrigação e Usos Múltiplos da Água; Assistência Técnica e Extensão Rural; e Comercialização e Abastecimento.

Nesse contexto, a SDR tem como missão promover o desenvolvimento sustentável do meio rural, visando: a elevação da qualidade de vida; a produção de alimentos, segurança e soberania alimentar; a Agricultura Familiar como um modo de vida; um rural com gente; e o fomento à cooperação. Para buscar a realização dessa missão, a Secretaria tem como prioridade estratégica contribuir para o fortalecimento das economias de base familiar e cooperativa do meio rural, nos seguintes objetivos:

- Dimensão Sociedade – alcançar o crescimento do investimento e da renda nas economias de base familiar e cooperativa; fortalecer as cadeias produtivas locais e regionais nas economias de base familiar e cooperativa; elevar a autoestima dos agricultores familiares, assentados, pescadores artesanais, indígenas e quilombolas e erradicar a pobreza extrema; fortalecer a participação dos beneficiários e entidades representativas na construção das políticas de desenvolvimento rural.
- Dimensão Focos de Atuação – estimular a sustentabilidade econômica, social e ambiental do meio rural; promover políticas públicas que visem à qualificação das economias de base familiar e cooperativa; estabelecer uma política estadual concertada com as diversas entidades representativas do meio rural; promover o desenvolvimento agrário; promover políticas de abastecimento,

segurança e soberania alimentar e de apoio à comercialização dos produtos da agricultura familiar; promover o associativismo e cooperativismo através de políticas de gestão, formação, crédito e tributação.

- Dimensão Gestão Pública – estruturar a SDR como uma Secretaria de Estado; fortalecer e reestruturar a CEASA; fortalecer e reestruturar a Assistência Técnica e Extensão Rural.

Por se tratar de uma secretaria nova, a SDR no seu primeiro ano de existência, além de desenvolver as atividades que constam nas suas atribuições, necessitou priorizar sua estruturação física e de pessoal. Iniciou suas atividades com um reduzido quadro de funcionários oriundos, especialmente, do desmembramento da Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Agronegócio.

A estruturação da Secretaria implicou um conjunto de ações em diversas áreas: legislação, estruturação organizativa, reestruturação dos diferentes conselhos, políticas de viabilização de pessoal, início ao processo de constituição de regionais e viabilização de espaço físico, móveis e equipamentos.

Além de sua estruturação interna, a SDR desenvolveu diversas atividades que constam nas suas atribuições, tais como: elaboração e implantação de programas e projetos para o desenvolvimento do meio rural; participação na elaboração do primeiro Plano Safra Gaúcho; elaboração do Plano Plurianual e da proposta orçamentária; captação de recursos junto ao Governo Federal; anistia às dívidas de agricultores; adoção de medidas de combate aos efeitos da estiagem; atendimento aos representantes dos movimentos populares, sindicais, deputados, prefeitos, vereadores e demais autoridades; viabilização de recursos da Consulta Popular; e participação em importantes eventos nas diversas regiões do Estado.

A compreensão sobre a importância do rural no desenvolvimento do Rio Grande do Sul, o público-alvo potencial, a missão da Secretaria, a prioridade e os objetivos estratégicos embasaram a construção de um conjunto de programas, projetos e ações, muitos deles já iniciados em 2011.

Plano Safra Gaúcho

A SDR participou, juntamente com a Secretaria da Agricultura do Estado e Gabinete do Governador, da elaboração do primeiro Plano Safra Gaúcho, bem como da implementação de suas políticas, voltadas para o desenvolvimento rural do Rio Grande do Sul. Lançado em 25 de julho de 2011, o Plano definiu medidas de apoio para a produção, o processamento, o armazenamento, a agroindustrialização e a comercialização dos produtos, subprodutos e derivados, serviços e insumos agrícolas, pecuários, pesqueiros e florestais.

O Plano Safra Gaúcho apresentou medidas importantes para a população rural, disponibilizando, juntamente com a União, recursos na ordem de R\$ 15 bilhões para o crédito, sendo R\$ 1,7 bilhão por meio de instituições financeiras estaduais. Além de ampliar o crédito, o Governo Estadual está equalizando juros aos pecuaristas familiares (de 6,25% para 3% ao ano) e zerando os juros do Programa Mais Alimentos em operações de até R\$ 10 mil realizadas através do BANRISUL.

Programa Irrigando a Agricultura Familiar

O Programa Irrigando a Agricultura Familiar, lançado no dia 25/08/2011, no município de Santo Ângelo, tem por objetivo construir estruturas que melhorem o armazenamento de água para o abastecimento humano e animal e sistemas de irrigação nos estabelecimentos rurais de base familiar. Nesse Programa, o Estado participa com 80% do valor, e as prefeituras ou os beneficiários, com a contrapartida de 20% para projetos de microaçudes e/ou sistemas de irrigação e com 50% em projetos de cisternas.

Ações realizadas em 2011: em convênio com a EMATER, foram elaborados 282 projetos de microaçudes e sistemas de irrigação e usos múltiplos da água. Os projetos estão sendo viabilizados através de 34 convênios assinados com prefeituras municipais, envolvendo um montante de R\$ 2,013 milhões. Nesse primeiro ano de existência, a SDR perfurou 120 poços artesianos, recuperou ou limpou mais 20 poços e capacitou 890 pessoas em usos múltiplos da água.

Ações previstas para 2012: elaboração e realização de convênios visando à implementação de projetos de armazenamento e/ou irrigação; perfuração e instalação de poços artesianos; instalação de redes de distribuição de água para poços existentes e para os novos poços, em parceria com prefeituras; qualificação dos beneficiários em conservação e usos múltiplos da água.

Programa Leite Gaúcho

O Governo do Estado, através da SDR, lançou o Programa Leite Gaúcho no dia 16/09/2011, no município de Erechim. Esse programa tem como objetivo aumentar a renda e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares, oferecendo um alimento seguro e saudável à população.

Ações realizadas em 2011: desde seu lançamento, foram realizadas 40 reuniões com dirigentes de cooperativas, técnicos e agricultores familiares para divulgação do programa e tratativas de acordos de cooperação. Foram assinados 22 termos de cooperação técnica entre o Governo do Estado e cooperativas de produtores de leite familiares interessadas em somar esforços para o desenvolvimento da produção leiteira no Estado.

A SDR, em convênio com a EMATER, atendeu 35.256 famílias de pequenos produtores de leite em temas como: gerenciamento da atividade,

produção à base de pasto, capacitação, assistência técnica em manejo do rebanho e orientações para melhoria da qualidade do leite.

Ações previstas para 2012: formação de grupos de produção e prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural para os mesmos; assistência técnica e extensão rural para produtores individuais; qualificação profissional de agricultores familiares, assentados, quilombolas e técnicos.

Programa de Agroindústria Familiar Sabor Gaúcho

O Governo do Estado, através da SDR, lançou no dia 01/09/2011 o programa de apoio à industrialização familiar *Sabor Gaúcho*, durante as atividades da 33ª EXPOINTER. O Programa tem por objetivo possibilitar aos agricultores familiares a agregação de valor à produção primária, melhorando a renda e as condições gerais de vida de suas famílias.

Ações realizadas em 2011: uma das ações mais importantes desenvolvidas pela SDR, nesse tema, foi a elaboração do Projeto de Lei 401/2011, que institui o Programa de Agroindústria Familiar Rural, aprovado pela Assembleia Legislativa no dia 16/12/2011. Além disso, o Governo do Estado, através da SDR, teve uma importante participação em feiras e eventos, possibilitando aos agricultores familiares a exposição e comercialização direta de seus produtos. Destaque para a participação na 33ª EXPOINTER, momento em que o Pavilhão da Agricultura Familiar foi um dos mais visitados, contando com 167 estandes, ocupados por 280 empreendimentos, envolvendo 15.203 famílias. Durante os nove dias de feira, foram comercializados R\$ 1.041.163,81 em produtos da agroindústria familiar, como salame, queijos, vinhos, cachaça, artesanato e itens da praça de alimentação.

A SDR também apoiou a participação dos agricultores familiares em outros importantes eventos, tais como: 6º *Salão do Turismo*, realizado nos dias 13 a 17 de julho de 2011, em São Paulo, fornecendo o transporte dos produtos até a feira, na qual participaram seis agroindústrias gaúchas, representando 50 famílias de agricultores; 5ª *Feira Estadual de Sementes Crioulas e Tecnologias Populares*, realizada em Canguçu; 13ª *Feira Estadual de Economia Popular Solidária*, realizada nos dias 28/11 a 10/12/2011, no Largo Glênio Peres, em Porto Alegre, na qual participaram 14 empreendimentos, envolvendo mais de 50 famílias; e a *Feira da Economia Solidária*, realizada em Santa Maria nos dias 08 a 10/07/2011.

A SDR, em convênio com a EMATER, também realizou as seguintes ações: apoio à legalização de 30 novas agroindústrias; apoio à implantação de 712 agroindústrias, beneficiando 1.762 famílias; qualificação de 603 agricultores em cursos de boas práticas de fabricação e processamento; fornecimento de assistência técnica e extensão rural a 3.442 agricultores.

Ações previstas para 2012: apoio à legalização e implantação de agroindústrias familiares; qualificação de agricultores familiares inseridos no projeto; construção de pontos de comercialização; promoção de feiras sabor gaúcho; e elaboração de projetos de agroindústria familiar para acesso ao crédito.

Programa RS Pesca e Aquicultura

O Programa foi lançado no dia 18/10/2011, no município de Ijuí, durante a interiorização do Governo do Estado, e tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida de pescadores profissionais artesanais e aquicultores familiares, através do fortalecimento da cadeia produtiva da pesca profissional artesanal e da aquicultura familiar. Na implantação desses viveiros, o Estado participa com 80% do valor, e as prefeituras ou os beneficiários, com a contrapartida de 20%.

Ações realizadas em 2011: foram firmados convênios com oito prefeituras municipais do Estado para implantação de viveiros de piscicultura, atendendo 17 piscicultores por município, com implantação de três tanques por piscicultor, totalizando 136 beneficiados, 408 viveiros e um investimento de R\$ 793,3 mil; elaboração de projetos e assinatura de sete convênios com as prefeituras municipais de Tramandaí, Balneário Pinhal, Jaguarão, Palmares do Sul, Garruchos, Alecrim e Pirapó, no valor de R\$ 253,6 mil, para aquisição de equipamentos e materiais para melhoria dos pontos de venda do pescado, visando à qualificação da comercialização dos produtos oriundos da Pesca Artesanal; Assinatura de convênio com a Universidade Federal de Rio Grande (FURG), no valor de R\$ 445,2 mil, para diagnóstico da cadeia do pescado no Estado; Assinatura de convênio com a Fundação de Apoio Universitário da Universidade Federal de Pelotas, no valor de R\$ 173,4 mil, para desenvolvimento de experimento em piscicultura.

A SDR, em convênio com a EMATER, ainda realizou as seguintes ações nessa área: atendimento a 9.039 famílias de aquicultores; capacitação de 1.067 pessoas em produção de pescados; e atendimento a 3.555 pessoas na aquisição de documentação do pescador.

Ações previstas para 2012: realização de um diagnóstico da cadeia produtiva da pesca artesanal e da aquicultura familiar; elaboração de projetos de viveiros para piscicultura, a serem viabilizados através de convênios; capacitação de pescadores artesanais e/ou aquicultores familiares; apoio a iniciativas de comercialização direta de grupos de pescadores (feiras de pescado); regularização e apoio à legalização de empreendimentos coletivos que receberam recursos públicos para beneficiamento, estocagem e comercialização de pescado (cooperativas e associações); consolidação de projetos de comercialização de pescado para o mercado institucional; formação de agentes comunitários da pesca artesanal e da aquicultura familiar; e realização de assistência técnica e extensão pesqueira para aquicultores familiares e pescadores.

Programa Gaúcho de Cooperativismo Rural

O lançamento do Programa Gaúcho de Cooperativismo Rural aconteceu no dia 31/10/2011, em Porto Alegre, no Palácio Piratini, com objetivo de desenvolver uma série de políticas para o fortalecimento do cooperativismo no RS.

Esse é um programa bastante amplo, contendo nove projetos específicos, com ações voltadas para enfrentar problemas cruciais ao desenvolvimento do cooperativismo no Estado, tais como: revitalização das cooperativas do Rio Grande do Sul – RECOOP/RS; criação do Fundo de Aval do Cooperativismo; Extensão Cooperativa – PEC/RS; acompanhamento à gestão cooperativa; Pró-Cooperação; apoio à geração e distribuição de energia limpa; reformulação do FUNDOPEM; e isenção do ICMS nas compras institucionais da agricultura familiar.

Ações realizadas em 2011: foi constituído um grupo do cooperativismo rural pelo Governo e representações do setor cooperativo. A SDR, em convênio com a EMATER, através do *Projeto de Extensão Cooperativa (PEC)*, implantou cinco núcleos regionais, com profissionais multidisciplinares, para atender as demandas das cooperativas nas áreas de planejamento estratégico, gestão e comercialização. Esses núcleos estão sediados em Ijuí, Pelotas, Erechim, Santa Cruz do Sul e Frederico Westphalen.

Ações previstas para 2012: realização de diagnóstico para identificar estágios de desenvolvimento técnico-gerencial; elaboração e apoio à implantação de planos de aperfeiçoamento; regulamentação das leis aprovadas decorrentes do Programa Gaúcho de Cooperativismo Rural; e implantação das ações decorrentes dos projetos aprovados.

Reforma Agrária: Qualificação da Infraestrutura Básica e Produtiva dos Assentamentos e Aquisição de Terras

Esse Programa foi lançado no dia 19/10/2011, no município de Hulha Negra, com o objetivo de reestruturar e qualificar os assentamentos existentes, para viabilizar a permanência das famílias no campo com qualidade de vida, em condições de produzir para o autoconsumo e comercialização do excedente, agregando valor à produção agrícola de forma segura e agroecológica.

Os assentamentos de reforma agrária no Rio Grande do Sul abrangem 96 municípios, com 13.306 famílias assentadas em 283.852,14 hectares. Atualmente, existem 325 assentamentos entre projetos da União e do Estado. Desse total, são assentamento federais (PAs) 157 projetos organizados em 175.401,20 hectares, totalizando 7.874 famílias, e assentamentos estaduais (PEs), 136 projetos organizados em 83.865,55 hectares com 4.372 famílias. Também existem 32 projetos de assentamentos compartilhados, com área total de 24.585,38 hectares, com 1.149 famílias.

Ações realizadas em 2011: vistoria em 10 assentamentos nos municípios de Capão do Cipó, Hulha Negra, Santana do Livramento, Guabiju, São Borja, São Luiz Gonzaga, Garruchos e Salto do Jacuí, totalizando 323 famílias visitadas, 102 notificações entregues e 60 defesas recebidas; liberação de R\$ 6 milhões para a reestruturação dos assentamentos do Estado, sendo R\$ 2 milhões para investimentos na infraestrutura básica, visando à melhoria das condições de acesso à água, estradas e pontes, em convênios com prefeituras e entidades, e R\$ 4 milhões para ações produtivas, através de financiamentos via FUNTERRA,

repassados pelo BADESUL a cooperativas dos assentados; assinatura de convênio com o INCRA/MDA, no valor de R\$ 126 milhões para aquisição de terras para a Reforma Agrária, sendo R\$ 100,8 milhões do INCRA e R\$ 25,2 milhões de contrapartida do Estado; e viabilização de R\$ 60 milhões do BNDES, sendo R\$ 30 milhões do Pro-RedesRS e R\$ 30 milhões do Fundo Social.

Ações prevista para 2012: implementação dos projetos do Plano Safra; viabilização dos projetos apoiados pelo BNDES; e viabilização de novos assentamentos.

Programa de Erradicação da Pobreza Extrema no Meio Rural do RS

O Programa, que faz parte do *Programa RS Mais Igual*, lançado no dia 01/06/2011, em Porto Alegre, tem o objetivo de combater a pobreza extrema em territórios específicos no meio rural do Rio Grande do Sul através de ações de inclusão social e produtiva.

Ações realizadas em 2011: distribuição de sementes, mudas e ferramentas agrícolas a 113 aldeias indígenas, beneficiando 20.037 pessoas; realização de 576 diagnósticos participativos com famílias da agricultura familiar e públicos especiais; e qualificação de 30 técnicos para trabalhar com ações de erradicação da pobreza no meio rural.

Ações previstas para 2012: implantação de um banco de alimentos na CEASA/RS; distribuição de sementes crioulas e mudas; doação de alimentos em caráter emergencial para famílias incluídas no Programa Bolsa Família/RS; ações de inclusão produtiva (parceria com o Governo Federal - Programa Brasil Sem Miséria); qualificação da assistência técnica e extensão rural; identificação e encaminhamento para a inclusão no Cadastro Único; aplicação de questionários em famílias da agricultura familiar e públicos especiais para elaboração do diagnóstico participativo; e qualificação de técnicos para trabalhar com ações específicas de erradicação da pobreza no meio rural.

Programa Agricultura de Base Ecológica

O Programa foi lançado no dia 30/11/2011, durante o *XI Seminário Internacional de Agroecologia*, realizado no auditório Dante Barone da Assembleia Legislativa do RS, com o objetivo de estabelecer ações que propiciem o fortalecimento da agricultura de base ecológica nos distintos sistemas produtivos agropecuários, existentes ou em iniciação, no âmbito da agricultura familiar e outros públicos específicos, gerando renda, alimentos saudáveis e condições de vida digna no campo.

Ações realizadas em 2011, em convênio com a EMATER: formação de um grupo de trabalho, reunindo diversas instituições e organizações de agricultores, responsáveis por subsidiar a elaboração do Programa; atendimento a 11.345 agricultores familiares no *Programa Agricultura de Base Ecológica*, sendo 989 feirantes em 138 feiras.

Ações previstas para 2012: qualificação profissional de agricultores familiares de base ecológica; qualificação profissional de técnicos que atuam

com agricultura de base ecológica ou transição; assistência técnica e extensão rural para agricultores familiares; identificação e organização de agricultores ecológicos/orgânicos para adequação à legislação; elaboração de projetos de crédito para investimento e custeio da produção de base ecológica ou em transição; realização de intercâmbio de sementes crioulas e mudas.

Programa Troca-Troca de Sementes

O Programa consiste no fornecimento de sementes para o plantio pelo Governo Estadual, e o pagamento é realizado pelo agricultor após a colheita. Esse é um programa tradicional do Estado, que vinha sendo executado pela Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Agronegócio e passou a ser executado pela SDR, através do Fundo de Desenvolvimento dos Pequenos Estabelecimentos Rurais (FEAPER).

Em 2011, o Programa beneficiou mais de 300 mil agricultores. O milho distribuído representa quase um terço da lavoura plantada no Rio Grande do Sul. Outros cultivos, como cebola, batata e forrageiras de inverno e verão também estão incluídos no Programa Troca-Troca. Somente com forrageiras, o programa atendeu 30.500 agricultores com forrageiras de inverno e 17.500 agricultores com forrageiras de verão

A SDR ainda teve outras realizações em 2011. As principais estão listadas abaixo:

- *Ações contra os efeitos da estiagem*: o Governo do Estado distribuiu 8 mil toneladas de trigo a 7.800 famílias de agricultores, como forma de amenizar os efeitos da estiagem, que atingiu algumas regiões do Estado no final de 2010 e início de 2011. Esse trigo, destinado à alimentação animal, tendo em vista a baixa qualidade, foi uma doação da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), e o transporte até os beneficiários foi fornecido pelo Governo Estadual, com recursos da SDR transferidos à Defesa Civil.

- *Anistia às dívidas de agricultores*: o Governo do Estado anistiou as dívidas de 57.200 agricultores familiares, provenientes dos programas FUNTERRA, RS Rural e FEAPER, no valor total de R\$ 63 milhões, a partir da aprovação da Lei nº 13.695/11. Essa medida amenizou a situação dos agricultores diante de sucessivas estiagens, outras intempéries climáticas, preços baixos dos produtos e elevação dos preços dos insumos e, ao mesmo tempo, contribuiu para a reinserção dos mesmos no acesso a créditos e outras políticas públicas.

- *Liberação de recursos da Consulta Popular*: visando viabilizar as demandas da Consulta Popular, o Governo do Estado, através da SDR, firmou 106 convênios, especialmente em projetos de melhoria das vias de acesso rurais e de geração de renda, totalizando um valor de R\$ 6,629 milhões.

- *Indenização aos agricultores desalojados de áreas indígenas:* com base no Decreto nº 48.642/11, que dispõe sobre o pagamento de indenizações aos agricultores desalojados das terras indígenas denominadas Serrinha, Nonoai, Monte Caseiros e Ventarra. O Governo do Estado, através da SDR, iniciou a indenização de mais de 70 famílias, já desalojadas das referidas áreas. Conforme o Decreto, todos os beneficiários da indenização, assim que implementadas as condições para pagamento, receberão o valor de até R\$ 21.800,00. Aos beneficiários com indenização superior a R\$ 21.800,00 será paga, mensal e sucessivamente, uma parcela de até R\$ 100.000,00 até a plena quitação, tendo prioridade aqueles com idade igual ou superior a 60 anos, respeitando-se a ordem decrescente de idade e, posteriormente, os demais beneficiários, respeitando-se a ordem crescente de valores, com desembolso mensal de até R\$ 500.000,00 por parte do Governo do Estado.

- *Programas intersetoriais:* além do desenvolvimento de programas, projetos e ações próprios da sua atribuição, a SDR também contribuiu para a elaboração e execução de outros programas transversais para o desenvolvimento rural, sob atribuição de outras secretarias ou órgãos de governo, a exemplo: adesão do Rio Grande do Sul ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), qualificação da infraestrutura no meio rural, principalmente energia elétrica, inclusão digital da população rural e educação no meio rural.

- *Captação de Recursos:* visando potencializar a ação e viabilizar programas e projetos, a Secretaria, com apoio de outros órgãos de Governo, especialmente da Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã (SEPLAG), participou ativamente da captação de recursos junto ao Governo Federal e instituições financeiras. Como resultado, estão acordados, em processo de formalização ou já formalizados (com convênios ou contratos de repasse já assinados) recursos na ordem de R\$ 240 milhões, com destaque para: R\$ 75 milhões do BNDES (PROREDES-RS), visando à estruturação da SDR na área de infraestrutura rural e abastecimento, capitalização do FUNTERRA, para qualificação dos assentamentos, e capitalização da CEASA; R\$ 30 milhões do BNDES Fundo Social para qualificação da infraestrutura básica e produtiva dos assentamentos; R\$ 126 milhões com o INCRA/MDA para aquisição de terras para Reforma Agrária; R\$ 1,640 milhão com o INCRA/MDA para digitalização do arquivo das Terras Públicas do RS e do INCRA; R\$ 2,796 milhões com o MDA para capacitação e para o fortalecimento da infraestrutura da Secretaria; R\$ 5,0 milhões com o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), para o desenvolvimento da pesca e aquicultura no Rio Grande do Sul. Além desses, existem recursos já acordados, em processo de formalização ou já formalizados, e há várias tratativas em andamento, a exemplo de emendas de bancada e parlamentares federais; tratativas com o Ministério da Integração Nacional, visando recursos para irrigação e usos múltiplos da água; e tratativas com o Ministério do Desenvolvimento Social, visando recursos para cisternas voltadas à

produção. A SDR também contribuiu para a viabilização de recursos junto ao Ministério da Agricultura, visando à construção do Pavilhão da Agricultura Familiar no Parque de Exposições Assis Brasil, cujo convênio deverá ser formalizado através da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio (SEAPA), no valor de R\$ 2,460 milhões.

- *Relação da SDR com a Sociedade Organizada:* Numa política de respeito e valorização das organizações populares e sindicais do meio rural, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, desde o início de 2011, vem recebendo, sob a coordenação da SDR, os dirigentes dessas organizações, no intuito de responder às suas pautas da melhor forma possível, desenvolvendo políticas públicas que atendam suas reivindicações. Foram recebidos em audiência os seguintes representantes: Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (FETAG); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF); Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA); Movimento de Mulheres Camponesas do Rio Grande do Sul (MMC); Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Movimento dos Pescadores Profissionais Artesanais (MPPA); Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul (OCERGS); União das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES); e Comunidades Quilombolas e Indígenas. Num processo de concertação e de negociação permanente, o Governo vem atendendo grande parte das reivindicações, várias já contempladas no Plano Safra Gaúcho ou nos programas e projetos da Secretaria já em desenvolvimento. Outros projetos fazem parte do Plano Plurianual, objetivando seu atendimento no médio e longo prazo. Para as reivindicações de competência de outras esferas do poder público, o Governo estadual tem sido parceiro na busca de soluções.

Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul (CEASA/RS)

A Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul S.A. (CEASA/RS) tem, neste Governo, papel importante nas políticas estaduais de comercialização da produção da agricultura familiar. Contudo, em 2011, foram necessárias muitas medidas administrativas para garantir o bom funcionamento da Empresa e, assim, realizar a sua atividade finalística.

A CEASA/RS concluiu a implantação do sistema de vídeo-monitoramento, com a instalação de 16 câmaras de vídeo e uma central de monitoramento. Essa implantação teve um custo aproximado de R\$ 60 mil.

Durante o ano de 2011, a Diretoria da Centrais de Abastecimento elegeu como uma das prioridades a consolidação da gestão dos processos referentes aos resíduos sólidos gerados no Complexo. Sendo assim, foram adquiridos 32 novos contêineres, que servem para melhorar os pontos de depósito e separação dos resíduos, no valor de, aproximadamente, R\$ 50

mil. Com o objetivo de dar um tratamento ambientalmente correto e também contemplar as exigências sanitárias, se iniciou o processo de licenciamento ambiental de uma Unidade de Transbordo do Complexo CEASA/RS, com a contratação de uma empresa especializada, que servirá como ponte de logística para todo o resíduo gerado e facilitará a reciclagem desse material.

Em 2011, também se trabalhou para solucionar o contencioso da dívida de IPTU com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre – o valor se aproximava de R\$ 6 milhões. Devido à complexidade do tema, buscou-se a resolução do problema pelo caminho administrativo, mediante vasta construção política e com estudo de diversas experiências, ao invés de perseguir o caminho da judicialização.

O ano de 2011 foi marcado pela busca constante da inserção da CEASA/RS no debate político do Estado, sendo que entre outras importantes agendas foram realizados, em parceria com a SDR, Secretaria à qual a empresa está vinculada, os seguintes seminários e oficinas:

- *Seminário de Compras Institucionais;*
- *Oficina de Banco de Alimentos;*
- *Seminário de Segurança de Alimentar e Nutricional Sustentável em preparação para V Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável;*

Para qualificar as discussões, foi criado o **Fórum Técnico**, espaço para debate e eventual encaminhamento de sugestões de soluções, para temas que envolvem questões de mercado da CEASA/RS, com a participação das seguintes organizações: SDR, CEASA/RS, ASSPHCERGS, ASSUCERGS, AGAS, FETAG, FETRAF SUL, COCEARGS, FARSUL, FAMURS, EMATER/RS ASCAR, CONAB, SMIC/POA, SINDIATACADISTA, MPA, MDA, MDS, SEAPA e Associação dos Compradores de Produtos Hortigranjeiros do RS.

Fruto de muita discussão e de vários encontros, o **Banco de Alimentos na CEASA/RS** tomou forma e está sendo implantado com a proposta de ser uma Política Estadual de Segurança Alimentar. Esse instrumento conta com a parceria da SDR, STDS, EMATER/RS, empresa Seven Boys e empresa CLW.

A CEASA/RS, em parceria com a EMATER/RS, elaborou, em 2011, o *Plano Estadual de Abastecimento e Segurança Alimentar e Apoio a Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar*, sendo que esse plano insere-se no novo conceito de Estado indutor do desenvolvimento e redutor das desigualdades sociais e regionais.

A implementação do Plano se dará por meio de três programas estratégicos:

- *Programa de Revitalização – Ceasa do Futuro*, contemplando ações de revitalização das estruturas públicas, incluindo galpão da agroindústria familiar, e reformas e adequação do espaço físico para o abastecimento e distribuição de alimentos;

- *Programa Estadual das Compras Institucionais de Alimentos da Agricultura Familiar*, prevendo a execução e articulação das compras de alimentos consumidos em órgãos públicos estaduais e federais;

- *Programa de Apoio à Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar* para o mercado convencional, prevendo o apoio e articulação na comercialização dos gêneros alimentícios das associações, cooperativas e agroindústrias rurais de base familiar para o mercado convencional e da economia popular e solidária.

Ações Programadas para 2012

- Realização da reforma da cobertura do galpão do Não-Permanente (GNP/Galpão do Produtor). O aviso de licitação de concorrência para realização das obras foi publicado no dia 21/12/2011 e no mesmo dia foi aprovado na Assembleia Legislativa do Estado o Projeto de Lei nº 434/2011, que autoriza o Poder Executivo a aumentar sua participação no capital da CEASA/RS, no valor de R\$ 2 milhões, recurso este destinado à realização dessa obra;

- Aprovação do Plano de Classificação de Empregos e Salários;

- Resolução do contencioso da dívida de IPTU com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre e também das questões referentes ao registro e averbação do terreno da CEASA/RS, através de aprovação de projeto de lei na Câmara de Vereadores de Porto Alegre;

- Implantação do projeto-piloto do Pavilhão da Agroindústria Familiar e Cooperativismo, junto ao complexo da Central de Abastecimento. O valor previsto da obra é de R\$ 2,5 milhões;

- Elaboração de uma proposta de regionalização do abastecimento que contemple o papel da CEASA/RS através da consolidação da política de segurança alimentar, em conjunto com a EMATER e a SDR;

- Viabilização da execução dos projetos financiados com recursos do Pró-Redes BNDES;

- Recuperação de pavilhões e pórticos;

- Pavimentação e reengenharia de tráfego;

- Recuperação da rede de esgoto (cloacal e fluvial);

- Substituição da rede hidráulica;

- Compra de gerador de energia elétrica;

- Construção do Pavilhão da Agricultura Familiar, empregando cerca de R\$ 2,5 milhões;

- Consolidação do Banco de Alimentos na CEASA/RS como um Programa de Segurança Alimentar e Nutricional do Governo do Estado;

- Consolidação da execução do Programa das Compras Institucionais através da CEASA/RS.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

A Secretaria de Infra-Estrutura e Logística do Rio Grande do Sul (SEINFRA), constituída pelo Governo do Estado, através da Lei nº 12.697, de 04/05/2007, a qual redefine a estrutura administrativa do Poder Executivo do RS e consolida institucionalmente uma visão integrada do papel desempenhado pela infraestrutura no desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul ao reunir, em uma só Secretaria de Estado, estruturas até então dispersas, responsáveis pelas áreas de Transportes, Minas e Energia. Com esse novo formato, a SEINFRA passou a responder por diferentes autarquias e empresas estatais, como segue:

- Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE);
- Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER);
- Departamento Aeroportuário (DAP);
- Companhia Riograndense de Mineração (CRM);
- Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (SULGÁS);
- Superintendência de Portos e Hidrovias (SPH);
- Superintendência do Porto de Rio Grande (SUPRG).

Compete à SEINFRA, na forma da legislação, a formulação e estruturação de políticas, planos, programas e projetos de infraestrutura e logística, envolvendo o setor transportes em seus diferentes modais, inclusive portos e hidrovias e o setor energético no âmbito da geração transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como o campo da mineração de carvão mineral e do fornecimento de gás natural.

Ainda no campo de suas competências, cabe à SEINFRA identificar as demandas atuais e futuras da logística do Estado e promover a integração logística nacional e internacional, tanto mediante iniciativas próprias como apoiando projetos em parceria com setores estratégicos para o desenvolvimento da infraestrutura e da logística.

A Secretaria teve o papel de protagonista no desenvolvimento de projetos, implementação de obras, prospecção e busca de recursos junto ao Governo Federal, destinados à infraestrutura e logística em todos os segmentos do setor, seja para a área de rodovias, para o segmento energia, aeroportos, portos, hidrovias ou gás e mineração. O ano de 2011 permitiu realizar importantes ações e obras ao tempo em que, concomitantemente, foi desenvolvido um planejamento arrojado para cada área, até 2014, apresentando-se adiante os principais elementos estruturais.

As realizações da SEINFRA e de suas vinculadas serão organizadas em dois conjuntos de informações, o primeiro no âmbito dos transportes, abrangendo todos os diferentes modais, inclusive portos interiores e aeroportos, o segundo no campo da energia, abrangendo não somente a energia elétrica, mas também mineração e gás natural.

Realizações da SEINFRA em 2011

Destacam-se, na atuação da SEINFRA, em 2011, as ações descritas a seguir:

Reformulação do DAER - Agilidade e Transparência

Como ponto forte de 2011, pode-se referir a força-tarefa criada para realizar profunda investigação no Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER). Essa investigação se refletirá, durante 2012, em um novo Departamento, reformulado a partir de ações que visem conferir a agilidade e a transparência que devem caracterizar o órgão público no mister da resolução de demandas de interesse público. Entre as instituições que integraram ou colaboraram com a força-tarefa estão: Procuradoria-Geral do Estado (PGE), Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (CAGE), a Secretaria de Infraestrutura e Logística (SEINFRA), Casa Civil, Ministério Público Estadual (MPE), Ministério Público de Contas (MPC), Tribunal de Contas do Estado (TCE) e AGERGS.

Transportes - Rodovias

No ano de 2011, cerca de **R\$ 150 milhões** relativos a compromissos oriundos de 2010, foram pagos, ao tempo em que diversas ações foram implementadas e, dentre elas, se pode destacar:

- *Construção de Acessos Asfálticos a Municípios – Mais crescimento mais desenvolvimento municipal* – No que diz respeito a esse tema, o desafio a ser enfrentado é zerar o número de municípios que não contam com acesso asfaltado. Das 55 obras rodoviárias que encerraram 2011 em andamento, 46 são acessos asfálticos.

- *Duplicação de rodovias* – Em 2011, uma das prioridades esteve concentrada na questão da ampliação da capacidade de rodovias. Obra de grande importância é a duplicação dos 22 km da ERS-118, situados entre Gravataí e Sapucaia do Sul, onde circulam cerca de 80% do Produto Interno Bruto (PIB) gaúcho. Já na ERS-734, entre Cassino e Rio Grande, a duplicação da via, também em execução, é essencial para desafogar o trânsito próximo ao Porto do Rio Grande, além de dar maior segurança e conforto ao turista que se desloca para o principal balneário do Litoral Sul.

Infraestrutura Aeroportuária

A ampliação e a modernização da infraestrutura aeroportuária, em 2011, foi objeto de realizações no que toca ao planejamento de dois novos aeroportos, um para a Região Metropolitana e outro para a Serra, os quais, futuramente, suportarão demandas do aeroporto Salgado Filho. O Departamento Aeroportuário (DAP) realizou o estudo de viabilidade do aeroporto de Vila Oliva, em Caxias, já concluído, e o da Região Metropolitana está em fase de conclusão.

Portos e Hidrovias

A SEINFRA orientou, no ano de 2011, a constituição e implementação de políticas e ações destinadas a consolidar o Porto do Rio Grande (PRG) como um dos mais importantes portos nacionais. A destinação de mais de **R\$ 47 milhões**, em contrapartida para a dragagem do canal de acesso ao Porto, reflete no novo recorde de movimentação de cargas verificado entre janeiro e novembro de 2011. O volume total de cargas movimentadas atingiu, nesse período, 28 milhões de toneladas, superando em 9,46% o mesmo período no ano anterior (25.9 milhões).

A SEINFRA, através do Programa Transportes Multimodais, estabelece ações materiais para o incremento da importância do modal hidroviário e da qualificação da malha hidroviária que o Estado possui. Através da Superintendência de Portos e Hidrovias (SPH), trabalha para a constituição de políticas que venham a oferecer operacionalidade ao setor hidroviário de forma a construir possibilidades e meios para a implantação e o desenvolvimento do transporte multimodal. Em 2011, foram investidos mais de **R\$ 15,4 milhões** nas hidrovias do Estado e, como consequência, entre janeiro de outubro, 3,19 milhões de toneladas foram movimentadas neste modal de transporte.

Ainda no ano de 2011, uma ação conjunta, implementada pela SEINFRA e a Secretaria de Obras Públicas, Irrigação e Desenvolvimento Urbano, permitiu iniciar, no mês de outubro, o transporte hidroviário de passageiros entre Porto Alegre e Guaíba. A SPH teve papel decisivo em duas frentes de trabalho. A primeira no campo da elaboração dos estudos e dos projetos aprovados pela Marinha do Brasil; a segunda, no campo da execução das ações de colocação e manutenção da sinalização náutica da nova hidrovia, condição fundamental para a viabilização do projeto.

Energia para o Rio Grande

- *CEEE: Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica:* A área de energia, historicamente marcada por dificuldades e problemas, iniciou 2011 recebendo investimentos de mais de R\$ 200 milhões, nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, destinados a melhorias na manutenção do sistema, além de reforço no atendimento e na operação. Por meio da CEEE, o Governo do Estado trabalha para atender demanda por energia elétrica, seja na cidade, seja no campo.

- *Eficientização energética (CEEE):* Projetos da CEEE no Estado, socialmente relevantes, são os da regularização de unidades consumidoras e o de substituição de geladeiras. Em 2011, foram regularizadas 1,7 mil casas em regiões carentes, substituídas 4,7 mil geladeiras e distribuídas 18 mil lâmpadas fluorescentes compactadas. Mais que a economia de energia, essas iniciativas significam serviço público de qualidade e cidadania para os gaúchos.

- *Companhia Riograndense de Mineração (CRM):* Ainda na área de energia, relativamente ao carvão energético, a Companhia Riograndense de Mineração (CRM) investiu mais de R\$ 18,2 milhões

nas minas localizadas nos municípios de Candiota e Minas do Leão, com destaque para a renovação de parte do parque de máquinas, proporcionando maior agilidade e qualidade nas operações.

• *Companhia de Gás do Estado do rio Grande do Sul (SULGÁS)*: A SEINFRA, através da ação direta de sua vinculada, a SULGÁS, contribuiu para a ampliação e para a diversificação da matriz energética. A SULGÁS opera, no Estado, uma rede de distribuição de gás natural com 548,96 km de extensão. Atende 36 municípios e 5.970 clientes. Para potencializar essa estrutura, foram investidos, em 2011, por meio da Companhia, R\$ 38 milhões na construção de cerca de 35 km de rede canalizada e demais serviços de infraestrutura associados, com destaque para os R\$ 9,5 milhões aplicados na ampliação de gasoduto no Vale dos Sinos, o qual interliga as cidades de Novo Hamburgo e Campo Bom. Também foi dado início ao ramal entre Eldorado do Sul e Guaíba, onde serão aplicados, entre 2012 e 2013, R\$ 19,5 milhões para a construção de 15 km de gasoduto.

Realizações planejadas para o ano de 2012

A SEINFRA, no ano de 2012, atuará formulando diretrizes, coordenando, articulando e supervisionando a implementação de seu planejamento estratégico mediante a implementação de ações realizadas por seus órgãos vinculados nas diferentes áreas de atuação. Essas ações estão estruturadas dentro de três Programas da Secretaria: o **Programa Transportes Multimodais**, o **Programa Energia Para o Rio Grande** e o **Programa de Gestão de Políticas Públicas de Infraestrutura e Logística**.

Programa Transportes Multimodais

Operado mediante as ações implementadas por seus órgãos vinculados – Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER), Departamento Aeroportuário (DAP), Superintendência do Porto do Rio Grande (SUPRG) e Superintendência de Portos e Hidrovias (SPH) – o Programa tem como objetivo **prover e manter infraestrutura multimodal, intermodal e logística**.

No ano de 2012, o Programa se estruturará a partir da implementação de diversas ações, as quais merecem destaque:

• *Ampliação da capacidade de rodovias* – Visa aumentar a capacidade dos eixos rodoviários, através de duplicação de rodovias arteriais existentes e implantação da terceira e quarta faixas de trânsito, com a finalidade de adequá-las ao cada vez maior volume do tráfego rodoviário. Em 2012, a intenção é iniciar a implementação de obras destinadas a incrementar em 130% a quilometragem de rodovias duplicadas. Existem, prontos para utilização, projetos de engenharia necessários às obras de duplicação de 172 km de rodovias. A prioridade, nesse sentido, está na duplicação dos 22 km da ERS-118,

situados entre Gravataí e Sapucaia do Sul, e na ERS-734, entre Cassino e Rio Grande.

- *Conservação e manutenção de rodovias estaduais* – Visa conservar e manter as rodovias estaduais, pavimentadas ou não-pavimentadas.

- *Restauração de pavimentos* – Visa restaurar rodovias pavimentadas, incluindo obras de terraplenagem, drenagem, pavimentação e serviços complementares, bem como recuperar obras de arte. Para conservação, e principalmente para melhoria da atual malha viária asfaltada, está previsto um cronograma de investimentos que conta com recursos financeiros, para aplicação, da ordem de **R\$ 946 milhões**, sendo que R\$ 450 milhões são oriundos de financiamento junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Será celebrado Contrato de Restauração e Manutenção de Rodovias (CREMA), que irá recuperar e manter em boas condições de trafegabilidade, por cinco anos, cerca de 1.680 km de rodovias, dos quais, mais de 240 km são rodovias da Serra. Já está em fase de licitação.

- *Construção de acessos municipais com integração à malha rodoviária estadual* - Visa Aumentar a extensão da rede rodoviária existente, possibilitando a integração das comunidades à malha rodoviária estadual, beneficiando mais usuários. Existem 104 municípios que demandam construção de acesso asfáltico. A meta é trabalhar para atender essa demanda em 100% até 2014. Para tanto, será obtido financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que injetará R\$ 600 milhões na Ação de Construção de acessos municipais com integração à malha rodoviária estadual.

- *Construção de rodovias* – Visa executar todos os serviços destinados a expandir a extensão do sistema rodoviário estadual, bem como aprimorar as suas condições de mobilidade e acesso, facilitando o deslocamento de usuários e cargas.

- *Ligações inter-regionais* – Obras estratégicas - As ligações inter-regionais estão diuturnamente na pauta do DAER, que pretende concluir 19 obras até o final do atual Governo, totalizando a pavimentação de 382 km, o que representa 5,13% da malha, com investimentos da ordem de R\$ 259 milhões.

Aeroportos

No campo do *transporte aeroviário*, tanto de passageiros quanto de cargas de alto valor agregado, a SEINFRA, através do DAP, trabalha para ampliação e qualificação do setor, planejando ações dentro do *Programa Transportes Multimodais*. O DAP busca viabilizar recursos, junto ao Governo Federal, para as obras nos aeroportos do interior do Estado, cujos projetos já estejam finalizados. O trabalho é para que sejam realizadas melhorias e investimentos na segurança aeroportuária, o que irá permitir que novas empresas tenham estrutura para voar pelo Rio Grande. No ano de 2011

foram realizados investimentos nos aeroportos de Caxias do Sul, Passo Fundo, Vacaria, Rio Grande, Santo Ângelo, Santa Rosa, Erechim, Ijuí, Garibaldi e Cachoeira do Sul.

No ano de 2012, já na primeira semana de janeiro, registra-se a liberação de **R\$ 6,2 milhões** para obras nos aeroportos de Rio Grande, Santo Ângelo e Passo Fundo, sendo que, neste último, os recursos liberados permitirão total reestruturação com ampliação da área física ainda em 2012. Durante o transcurso deste ano, a SEINFRA seguirá na busca por liberação de novos recursos junto ao Governo Federal através do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos (PROFAA).

A implementação do planejamento estratégico da SEINFRA e do DAP, para o ano de 2012, se instrumentaliza e se operacionaliza mediante ações já estabelecidas, as quais podem ser citadas:

- *Manutenção dos aeroportos* – Visa manter as condições de operacionalidade dos aeroportos administrados pelo Estado no que tange aos seus equipamentos e serviços.

- *Modernização dos aeroportos do Estado* – Visa contratar projetos para aeroportos regionais ou internacionais novos ou existentes, execução de obras de construção civil e reformas na infraestrutura aeroportuária, objetivando a ampliação e a qualificação para o aumento da capacidade de transporte de cargas e passageiros, para a realização de grandes eventos no Rio Grande do Sul, como a Copa do Mundo de 2014.

- *Realização de estudos de implantação de novos aeroportos* – Visa contratar consultoria para estudos de demanda, de localização de sítios aeroportuários e de impacto ambiental

Portos interiores e hidrovias

No ano de 2012, a SEINFRA, através da SPH, projeta a execução de investimentos da ordem de **R\$ 18,7 milhões**. Dentre as obras objeto de investimento, podem ser citadas:

- Manutenção de canais hidroviários no Estado;
- Implantação de um terminal turístico de passageiros no Porto de Porto Alegre;

- Sinalização noturna da hidrovia Porto Alegre e Rio Grande. Essa ação e esse investimento, considerando que atualmente a navegação na principal hidrovia do Estado acontece apenas durante o dia, permitirão significativa ampliação da navegação na hidrovia, possibilitando que embarcações já carregadas não necessitem esperar luz diurna para iniciar seus deslocamentos, o que, por via de consequência, determinará um menor tempo de permanência nos portos, permitindo economias nos custos operacionais agregados ao transporte.

A implementação do planejamento estratégico da SEINFRA e da SPH, para o ano de 2012, será operacionalizada mediante ações estabelecidas, as quais podem ser citadas:

- *Aprofundamento e manutenção do calado das hidrovias e canais de acesso aos portos interiores e ao Porto do Rio Grande* – Tem os objetivos de: aprofundar e manter os canais de acesso ao complexo portuário da Grande Porto Alegre, de 17 para 19 pés, permitindo entrada de navios de maior capacidade; e realizar dragagem de manutenção e regularização dos canais de navegação da Laguna dos Patos, Lago Guaíba, Rios Jacuí, Caí, Sinos e Gravataí, garantindo navegabilidade com segurança às embarcações que demandam os Portos interiores e Terminais especializados.

- *Sinalização náutica, expansão de áreas portuárias, gestão aquaviária, modernização de infraestrutura das hidrovias dos portos interiores e do Porto do Rio Grande* – Visa adquirir, instalar e manter a sinalização náutica das hidrovias, viabilizando trafegabilidade segura 24 horas ao dia, atendendo aos requisitos da Copa 2014.

- *Terminal Internacional Turístico de Passageiros* – Visa construir e implantar o Terminal Turístico de Passageiros, assim como estacionamentos e acessos internos pavimentados, para atender a demanda de turistas. Com isso, Porto Alegre passará a integrar a escala de navios turísticos que demandam a costa brasileira, atendendo aos requisitos da Copa 2014.

Porto do Rio Grande

A SEINFRA, juntamente com a SUPRG, no ano de 2012, implementará diversas ações relacionadas à qualificação, ampliação e capacitação do Porto do Rio Grande, podendo-se destacar, dentre elas a expansão de área portuária, criando novas áreas para atividade portuária, atendendo as necessidades do crescimento da movimentação de cargas e organização da atividade pesqueira.

Para a reforma e ampliação do cais público do Porto do Rio Grande, em uma extensão de 1.125 metros, o Governo Federal destinou **R\$ 119 milhões**, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O projeto está em fase de adequação e a intenção é concluir a licitação nos primeiros dias de 2012 para que, assim, a obra possa iniciar em maio de 2012 e ser concluída junho de 2014.

Dentro de seu planejamento quadrienal, a SEINFRA constituiu o Programa Transportes Multimodais, através do qual a SUPRG planeja o investimento de **R\$ 27,5 milhões** na expansão da área portuária, gestão ambiental, gestão de acesso aquaviário e modernização e adaptação da infraestrutura do Porto.

Programa Energia Para o Rio Grande

Operado através das Ações implementadas por órgãos vinculados: Grupo CEEE, CEEE-GT e CEEE-D, a Companhia Riograndense de Mineração (CRM) e a Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (SULGÁS), o Programa tem como objetivo: ampliar a capacidade de geração, transmissão e distribuição de energia no Estado, bem como promover o

processo de diversificação de suas fontes energéticas, objetivando atender a demanda por energia e seu crescimento.

Realizações e investimentos planejados no setor elétrico

Por meio da CEEE, CEEE-GT e CEEE-D, a SEINFRA e o Governo do Estado trabalham para eliminar problemas e deficiências do setor energia elétrica, seja na cidade, seja no campo. Do ponto de vista do crescimento econômico, as empresas consumidoras estão tendo cada vez maiores garantias nessa área, ao buscarem local, meios e condições de infraestrutura para instalação de suas unidades produtivas.

A CEEE planeja injetar mais de **R\$ 430 milhões** na área de distribuição e **R\$ 223 milhões** na área de geração e transmissão no ano de 2012. As principais obras se concentram na ampliação e adequação de cinco subestações, distribuídas entre as regiões do Vale do Sinos, Fronteira Oeste e Litoral Sul. Entre o final de 2012 e o início de 2013, a Companhia concluirá as obras, que somam **R\$ 95 milhões**, nas subestações Scharlau, São Vicente, Quinta, Maçambará e Alegrete 2. Até 2014, serão concluídas 18 subestações, sendo 11 em Porto Alegre, que atenderão as exigências para a realização da Copa do Mundo 2014, além de garantir maior segurança para a rede existente na Capital.

Ainda sobre os investimentos planejados, cabe destacar os recursos oriundos do Programa Pró-Energia, captados por meio de financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Esses valores serão liberados entre 2012 e 2014. Serão alocados **R\$ 392 milhões** na área de distribuição. Outros **R\$ 121 milhões** serão reservados para a área de geração e **R\$ 116 milhões** direcionados para a área de transmissão.

Ações do Programa Energia Para o Rio Grande no setor elétrico

O Programa se estrutura a partir da implementação de diversas ações, dentre as quais merecem destaque:

- *Expansão da geração* – Visa: ampliar a capacidade de produção de energia através da renovação e ampliação do parque existente, bem como participações em novos projetos das diversas fontes de energia – Eólica, Biomassa e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs); expandir e modernizar o Sistema Elétrico, visando as necessidades da Copa 2014.

- *Expansão da transmissão* – Visa construir/ampliar linhas de transmissão e subestações de energia elétrica para aumentar a capacidade e a confiabilidade da rede básica de transmissão da CEEE-GT. Expandir e modernizar o Sistema Elétrico, visando as necessidades da Copa 2014visando à Copa 2014.

- *Expansão, renovação e melhoria das instalações de subtransmissão* – Leva em conta a expansão destinada ao incremento de carga que é motivada pelo aumento de demanda de consumidores existentes, pela ligação de novos consumidores e pelas as necessidades da Copa 2014.

- *Manutenção e operação da transmissão* – Visa executar as programações de manutenção preventiva e preditiva das subestações e linhas de transmissão e operar a rede básica de transmissão de energia.

- *Expansão, renovação e melhoria das instalações de redes de distribuição de energia elétrica* – Visa o incremento de carga decorrente do aumento de demanda de consumidores existentes e pela demanda de novos consumidores.

- *Programa Luz Para Todos Rural (PLT Rural)* – Compreende obras de reforço e melhorias com objetivo de incremento de carga no meio rural.

- *Programa Luz Para Todos Urbano (PLT urbano)* – Consiste em regularização de unidades consumidoras, com foco na inclusão social.

- *Programa Mais Energia* – Visa universalizar e reforçar as redes de distribuição, eliminando gargalos das redes.

Setor Carvão Mineral

Para 2012, o plano de investimento é ainda mais arrojado, pois a CRM pretende aplicar **R\$ 26,8 milhões**, com o foco na ampliação da Mina de Candiota, onde irá adquirir **R\$ 14,4 milhões** em equipamentos e aplicar **R\$ 875 mil** na infraestrutura da mina. Também pode ser destacado o investimento na recuperação ambiental, na Mina de Candiota e na Mina do Leão.

Ações do Programa Energia Para o Rio Grande no setor mineração

- *Expansão da mineração do carvão* – Implantação das Minas de Candiota 2, Candiota 3, Candiota 4 e Mina do Iruí, em função do sucesso de empreendimentos termoelétricos associados a essas unidades mineiras no Leilão A-5 ou outros mercados que venham a ser viabilizados.

- Implantação de planta-piloto para beneficiamento de carvão a seco na mina de Candiota.

- Produção de Carvão CE – 3.300 na Mina de Candiota.

- Produção de Carvão CE – 4.200 na Mina do Leão.

Setor Gás Natural

O investimento no ano de 2012 está estimado em **R\$ 53 milhões**. Pode-se destacar, dentre os principais focos de atuação das políticas de fornecimento de gás natural, as ações voltadas para a implantação de novas redes na Região Metropolitana, saturação das redes existentes e conversões residenciais. Cumpre destacar, também, a previsão de ações destinadas à construção de mais 82 km de gasoduto. Entre os principais projetos, estão a construção do trecho final do Ramal Araricá, a conclusão

das obras para fornecimento de gás natural em Guaíba e a construção de rede em PEAD e conversão de prédios em Porto Alegre.

Ações do Programa Energia Para o Rio Grande no setor gás natural

Merecem destaque, nesse sentido:

- *Ampliação da distribuição de gás natural e desenvolvimento do mercado de biogás no Estado* – Visa expandir a rede física de gasodutos, ampliar a oferta de gás natural na forma comprimida, desenvolver o mercado de Biogás a partir da implantação de Usinas de Biogás pela SULGÁS ou em parceria com esta.

- *Melhoria operacional do sistema de distribuição de gás natural* – Visa realizar melhorias operacionais na rede de gasodutos e dos sistemas de distribuição do gás natural. Projeto envolvido: Sistema Supervisório.

Programa Gestão de Políticas Públicas de Infraestrutura e Logística

O Programa é operado por meio de ações implementadas pela SEINFRA, através das quais a Secretaria formula políticas para **Infraestrutura e Logística**, ao mesmo tempo em que coordena e supervisiona as ações operadas pelos seus órgãos vinculados que atuam no setor de transporte, energia, mineração e logística. A seguir são apresentadas as principais ações do Programa a serem implementadas no ano de 2012:

- *Coordenação dos Programas de Infraestrutura e Logística* – Visa planejar e coordenar Políticas de Infraestrutura e de Logística, atrair, incentivar, criar condições favoráveis, agindo como meio facilitador à realização de empreendimentos.

- *Promoção de benefícios da integração logística do Estado* – Visa posicionar a Logística do Estado como um agente incentivador de investimentos e promotor de desenvolvimento, salientando as vantagens de sua situação geográfica e potencializando sua infraestrutura atual e futura.

- *Articulação de ações para a viabilização de obras estratégicas* tais como: avenida portuária de São José do Norte; ligação a seco entre as cidades de Rio Grande e São José do Norte; nova ponte do Guaíba; trecho sul da ferrovia Norte Sul.

Departamento Aeroportuário (DAP/SEINFRA)

No período de janeiro a outubro de 2011, o Departamento Aeroportuário (DAP), da Secretaria de Infraestrutura e Logística, exerceu as suas principais atividades, ampliando, modernizando e recuperando a infraestrutura aeroportuária do Estado. O movimento nos principais aeroportos estaduais (Caxias do Sul, Passo Fundo, Rio Grande e Santo Angelo) foi de 17.651 pousos/decolagens, 178.625 passageiros embarcados/desembarcados e 562.654 kg de carga.

Realizações 2011

Dentre as ações realizadas pelo Departamento Aeroportuário podem ser destacadas:

- *Aeroporto Regional de Caxias do Sul*
 - Conclusão das obras de ampliação, em 580 m², do Terminal de Passageiros, o qual passará a dispor de um total de 2.642 m² de área construída.
 - Contratação de Empresa de Serviço Auxiliar de Transporte Aéreo (ESATA) para operação de Agentes de Proteção da Aviação Civil (APAC).

- *Aeroporto Regional de Passo Fundo*
 - Obtida a Autorização Ambiental para execução das obras de ampliação da pista de táxi e implantação das RESAs (Áreas de Segurança de Fim de Pista – *Runway End Safety Areas*).
 - Processo licitatório para a ampliação da pista de táxi e implantação das RESAs.
 - Contratação de ESATA para operação de Agentes de Proteção da Aviação Civil.

- *Aeroporto Regional de Santo Ângelo*: Obtida a Autorização Ambiental para execução das obras de restauração do pavimento.

- *Aeroporto Regional de Rio Grande*
 - Licitadas as obras de implantação da Seção Contra-Incêndio, com área de 183 m².
 - Obtida a Autorização Ambiental para execução das obras de implantação da Seção Contra-Incêndio.

- *Aeroporto Regional de Vacaria (Novo)*
 - Conclusão das obras de terraplenagem, pavimentação, drenagem e sinalização horizontal da implantação do aeroporto de Vacaria em novo sítio e elaboração do processo de cadastramento do aeródromo junto à Agência Nacional de Aviação Civil.
 - Conclusão do processo licitatório para implantar o Terminal de Passageiros no novo aeroporto de Vacaria.
 - Elaboração de Minuta de Convênio a ser firmado com o Município de Vacaria para administrar e operar o novo aeródromo de Vacaria.

- *Aeroporto de Erechim: Gestão do Convênio com a Prefeitura Municipal para a fiscalização das obras de reforma e ampliação do Terminal de Passageiros que, após conclusão, ficou com uma área construída total de 340 m².*

- *Aeroporto Regional de Torres*
 - Contratação de empresa para manutenção dos equipamentos de sinalização noturna.
 - Contratação de empresa para operação da Estação Permissionária de Telecomunicações Aeronáuticas.

- *Aeródromo de Cachoeira do Sul*
 - Obtida a Autorização Ambiental para execução das obras de restauração do pavimento.
 - Conclusão da execução das obras de restauração e ampliação do pavimento da pista de pouso/decolagem do Aeródromo de Cachoeira do Sul.

- *Aeroporto de Ijuí: Execução e conclusão das obras de implantação do Terminal de Passageiros com 169 m.*

- *Aeroporto de Santiago: Continuidade do convênio (obras paralisadas) para pavimentação da pista de pouso/decolagem, taxiway e pátio de aeronaves do Aeródromo de Santiago, em convênio com o Município.*

- *Aeroporto da Região Nordeste do Estado (Serra Gaúcha)*
 - Conclusão dos estudos de escolha de sítio para o Aeroporto da Região Nordeste do Estado, que apontou para Vila Oliva, em Caxias do Sul, como o mais indicado.

- Solicitado à FEPAM o Termo de Referência/Licença Prévia para implantação do Aeroporto em Vila Oliva.
- Participação em Grupo de Trabalho sobre o novo Aeroporto da Região Nordeste do Estado, onde foi definido o porte do Aeroporto, seus acessos e demais obras complementares necessárias a sua implantação.
- *Aeroporto da Região Metropolitana*
 - Conclusão dos estudos de escolha de sítio para o Aeroporto da Região Metropolitana de Porto Alegre, com definição do local (municípios de Portão e Nova Santa Rita), do porte e plano geral do aeroporto a ser construído.
 - Solicitado ao Comando da Aeronáutica, parecer quanto ao tráfego aéreo e possíveis conflitos com a operação do aeroporto Salgado Filho e Base Aérea de Canoas, no caso de implantação do aeroporto da Região Metropolitana.

Outras Atividades Importantes Executadas

- No âmbito da Administração de Aeroportos: exploração comercial dos aeroportos concedidos, através de licitações e gerenciamento de contratos de concessão remunerada de uso de áreas aeroportuárias externas e nos Terminais de Passageiros.
- Gerenciamento de contratos de serviços terceirizados, de manutenção dos equipamentos de sinalização noturna e de proteção ao voo dos oito aeroportos instrumentados; de operação de Estação Permissionária de Telecomunicações Aeronáuticas (EPTA) para os Aeroportos de Caxias do Sul e Torres; de linhas telefônicas dedicadas (Canal de Dados), interligando os aeroportos de Caxias do Sul e Torres com o CINDACTA II em Curitiba; e de vigilância armada, para o Aeroporto de Rio Grande.
- Controle dos movimentos de pouso/decolagem de aeronaves e de passageiros embarcados/desembarcados dos aeródromos do Rio Grande do Sul.
- Elaboração do Programa, para aprovação no Ministério dos Transportes, e gerenciamento dos recursos provenientes da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE).
- Participação nas Comissões Paritárias dos Acordos de Gestão aeroportuária com os municípios de Caxias do Sul, Santo Ângelo, Santa Rosa, Passo Fundo, Carazinho e Ijuí.
- Participação nas Comissões de Segurança dos Aeroportos de Caxias do Sul, Passo Fundo e Santo Ângelo.
- Elaboração dos pleitos do Estado do Rio Grande do Sul para aprovação pela Secretaria de Aviação Civil, do *Programa Federal de Auxílio a Aeroportos (PROFAA)*, etapa 2011, que resultou na

formalização de Convênios para obras nos aeroportos de Passo Fundo, Rio Grande e Santo Ângelo.

Ações Previstas para 2012

Dentre as ações, previstas para 2012, a serem realizadas pelo Departamento Aeroportuário, podem ser citadas:

- Aeroporto Regional de Caxias do Sul
 - Recuperação do pátio de manobras.
 - Implantação de mais dois canais de inspeção com equipamentos de raios "x" e dilacerador de pneus.
 - Modernização dos equipamentos de proteção ao voo (VHF, PAPI e rádios comunicadores).

- Aeroporto Regional de Passo Fundo
 - Execução da ampliação da pista de táxi, implantação das RESAs, sinalização horizontal e cercamento do aeroporto.
 - Elaboração de projeto e início das obras de ampliação e modernização; adequação ao Código 3C; construção de novo pátio de aeronaves, nova pista de táxi e novo terminal de passageiros.
 - Ampliação e modernização da Seção Contra-Incêndio.
 - Elaboração do Plano Diretor e de projetos executivos do aeroporto.
 - Estudos para implantação de voo por instrumentos de precisão, com auxílio ILS.
 - Aquisição e instalação de esteira de bagagem.

- Aeroporto Regional de Santo Ângelo
 - Execução das obras de restauração e reforço do pavimento do aeroporto, viabilizando a operação de aeronaves de grande porte.
 - Elaboração do Plano Diretor do aeródromo.
 - Modernização dos equipamentos de proteção ao voo (VHF, PAPI e rádios comunicadores).

- Aeroporto Regional de Rio Grande
 - Licitação e implantação da Seção Contra-Incêndio.
 - Elaboração de projeto e início das obras de ampliação e modernização; adequação ao Código 3C; construção de novo

pátio de aeronaves, nova pista de táxi e novo terminal de passageiros.

- Elaboração do Plano Diretor do aeródromo.
- Projeto e implantação do voo por instrumento *IFR* diurno-noturno.

- Aeroporto Regional de Vacaria (Novo)

- Execução do Terminal de Passageiros no novo aeroporto de Vacaria.
- Execução e pavimentação do trevo de acesso ao aeroporto.
- Elaboração de projeto de sinalização e voo por instrumento no aeródromo.

- Aeroporto de Erechim

- Implantação da Seção Contra-Incêndio no aeródromo.
- Elaboração do projeto para operação por instrumento no aeródromo.

- Aeroporto de Santa Rosa

- Alargamento da faixa de pouso.
- Elaboração do projeto para operação por instrumento no aeródromo.
- Implantação dos serviços contra-incêndio no aeroporto.

- Aeroporto de Ijuí

- Alargamento da faixa de pista e pista de pouso/decolagem.
- Elaboração do projeto para operação por instrumento no aeródromo.
- Implantação dos serviços contra-incêndio no aeroporto.

- Aeroporto de Santiago: Continuidade do convênio (obras paralisadas) para pavimentação da pista de pouso/decolagem, *taxiway* e pátio de aeronaves do Aeródromo de Santiago, em convênio com o Município.

- Aeroporto de Garibaldi: Cercamento da área patrimonial do aeroporto através de Convênio com o Município de Garibaldi.

- Aeroporto da Região Nordeste do Estado (Serra Gaúcha): Contratação dos projetos executivos da infraestrutura, projeto do Terminal de Passageiros, do Plano Diretor de Aeródromo e elaboração do Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA).

- Aeroporto da Região Metropolitana

- Elaboração dos estudos de viabilidade para a implantação do Aeroporto da Região Metropolitana de Porto Alegre, com definição do local (municípios de Portão e Nova Santa Rita), do porte e plano geral do aeroporto a ser construído.

- Contratação de empresa para elaboração do EIA-RIMA do novo aeroporto.

- Outras Ações a Serem Executadas

- Exploração comercial dos aeroportos concedidos, através de licitações e gerenciamento de contratos de concessão remunerada de uso de áreas aeroportuárias externas e nos Terminais de Passageiros.

- Gerenciamento de contratos de serviços terceirizados, de manutenção dos equipamentos de sinalização noturna e de proteção ao voo dos aeroportos instrumentados, de operação de Estação Permissionária de Telecomunicações Aeronáuticas (EPTA), de linhas telefônicas dedicadas (Canal de Dados) e de vigilância armada.

- Controle dos movimentos de pouso/decolagem de aeronaves e de passageiros embarcados/desembarcados dos aeródromos do Estado.

Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER)

O DAER, criado pela Lei nº 750, de 11 de agosto de 1937, surgiu como autarquia estadual responsável pela gestão do transporte rodoviário do Estado do Rio Grande do Sul, vinculada à Secretaria dos Transportes.

Na década de 40, o DAER construiu a primeira estrada, ligando Pelotas a Rio Grande, com 52 km de pavimentação com cimento armado, com os primeiros equipamentos adquiridos pela Autarquia.

Atualmente, o Departamento entra numa nova fase. Vinculado à Secretaria de Infraestrutura e Logística (SEINFRA), o DAER busca, cada vez mais, qualificar-se adequando e aprimorando sua estrutura organizacional, seus processos de gestão, seus programas e projetos.

Realizações do ano de 2011

As realizações adiante apresentadas estão organizadas de forma segmentada a partir das diferentes áreas de atuação do Departamento: Infraestrutura Rodoviária; Operação Rodoviária; Gestão e Projetos; Transportes Rodoviários; e Administração e Finanças.

Infraestrutura Rodoviária

É de competência do DAER a execução das atividades relativas à construção, restauração e manutenção das rodovias, obras de artes, interseções e sinalizações; gerenciamento dos programas de manutenção e de adequação da infraestrutura rodoviária; execução das intervenções na malha rodoviária, correspondentes aos serviços e obras executadas diretamente ou por contratos; e, também, execução de obras sob contratos dos pedágios sob administração direta.

No exercício de 2011, foram realizadas as seguintes atividades:

- Conclusão da Ponte do Rio Carreiro, ERS-441, com valores aproximados de R\$ 4 milhões investidos nos anos de 2010 e de 2011. Em 2011, foram totalmente pagos os serviços de reforma e restauração da Ponte sobre a Sanga da Areia, na ERS-640, R\$ 890 mil, e os serviços e obras emergenciais da Ponte sobre o Rio Entre-Ijuís, no valor de R\$ 400 mil.
- Aplicação de R\$ 279,7 milhões, tanto para pagamentos de dívida quanto de serviços executados no exercício de 2011, divididos nos projetos a seguir relacionados, tendo sido executados aproximadamente 90 km de terraplenagem, 119 km de base e 105 km de revestimento em:

Obra - Descrição	Valor (R\$ mil)
Acessos Municipais	145.246
Duplicação ERS - 118	10.795
Duplicação ERS - 734	7.024
Construção de rodovias	28.908
Construção da ERS - 403	10.691
Construção da RSC - 471	15.620
Construção da RSC - 101	4.142
Ampliação da Capacidade de rodovia	1.515
Pavimentação turística	6.757
Pedágio por administração direta	31.621
Convênios com prefeituras municipais	17.394
Total	279.713

- Repasse de, aproximadamente, R\$ 8,1 milhões às Superintendências Regionais para execução de serviços por administração direta em rodovias sob suas jurisdições tais como: laminagem, roçada, limpezas, operações tapa buraco, sinalização e custeio de despesas administrativas e operacionais.

- Continuidade da realização de serviços de conservação rotineira, licitados em 2010, para um período de 24 meses. Esses contratos têm como objeto a realização de serviços de conservação da malha pavimentada como reperfilagens, reparos localizados, microconcreto asfáltico, fresagens descontínuas, roçadas e limpeza de dispositivos de drenagem e não pavimentada como laminagem, revestimento primário e limpeza de drenagem. Devem, ainda, atender toda a malha rodoviária, totalizando 11.200 km com 7.320 km de rodovias pavimentadas e 3.880 km de não pavimentadas. Devido a restrições de cotas orçamentárias, o DAER continua realizando alguns serviços por administração direta no sentido de melhor atender às necessidades dos usuários. O investimento total nestes contratos, em 2011, foi de aproximadamente **R\$ 36 milhões**.

- *Programa de Recuperação Emergencial de Rodovias Pavimentadas*: conhecido como *Estado na Estrada*, que contempla 2.265 km de rodovias estaduais pavimentadas, o Programa ficou paralisado por conta de auditorias da Força Tarefa e Tribunal de Contas Estadual. Foram executadas, em 2011, obras apenas nos Lotes 2 e 1,1 por demanda judicial, com investimento de aproximadamente **R\$ 4 milhões**.

- Sinalização: foram investidos, no ano de 2011, um total de aproximadamente **R\$ 11 milhões** em diversas rodovias do Estado; também foram realizados contratos de obras emergenciais, os quais atingiram um montante de **R\$ 680 mil**.

Operação Rodoviária

É de competência do DAER a direção das atividades relativas à operação da malha rodoviária estadual, em especial aquelas relacionadas ao trânsito e segurança rodoviária, à administração das faixas de domínio público, os pedágios sob Administração Direta e as concessões de rodovias estaduais e federais delegadas.

Em 2011, pode-se destacar:

- Atividades de fiscalização do *Programa Estadual de Concessões de Rodovias (PECR)*, observando:
 - Polo Gramado: fiscalização, monitoramento e supervisão das atividades e serviços realizados (vistorias) pela Concessionária BRITA Rodovias S.A., incluindo ainda a análise das avaliações subjetiva e objetiva, a preparação para a realização da pesquisa do índice de imagem e o atendimento

às solicitações e/ou reclamações de usuários. O total de veículos passantes gerou **R\$ 17,5 milhões**.

○ Demais Polos: em vista da Ratificação do Ato de Denúncia dos Convênios de Delegação dos Polos de Pedágios, firmados entre a União e o Estado do Rio Grande do Sul, houve a consequente transferência dos Contratos de Concessão à União, ocorrida no dia 21 de setembro de 2009. Sendo assim, foram feitas atividades de fiscalização do patrimônio estadual representado pelas rodovias estaduais componentes dos Polos Caxias do Sul, Carazinho, Lajeado, Metropolitano, Santa Cruz do Sul e Vacaria, através das Superintendências Regionais, o atendimento de solicitações e/ou reclamações, bem como orientação, nas rodovias federais, de todos os usuários.

- Monitoramento de trânsito:– em 2011, foram monitoradas 151 faixas com lombadas eletrônicas, sendo arrecadada por controlador eletrônico de velocidade a quantia de **R\$ 9,46 milhões** e por agente rodoviário, de **R\$ 25,1 milhões**.

- Fiscalização das atividades de operação, arrecadação e transporte das Praças de Pedágio de Campo Bom, Coxilha e Portão, através de 1.883 vistorias.

- Elaboração de três termos de referência para editais de licitação para operação, arrecadação, guarda e transporte e construção de edificação na Praça de Campo Bom e manutenção eletro-eletrônica das três Praças de Pedágio.

- Arrecadação, operação e investimento das praças, conforme os dados apresentados na planilha abaixo:

Praça	Arrecadação (R\$)	Investimento (R\$)
Campo Bom	17.456.769	11.736.379
Coxilha	8.133.289	4.651.651
Portão	21.741.100	15.232.975

- Instalação de equipamentos para detectar eixos suspensos, passagem múltipla e realizar a integração com as pistas AVIs e Cielo Vale – Pedágio, objeto do Termo Aditivo ao Contrato PJ/CD/053/09, pela empresa Computadores e Sistemas, Indústria e Comércio Ltda. (COMPSIS), complementando o Sistema de Controle da Operação e Arrecadação das Praças de Pedágio de Campo Bom, Coxilha e Portão.

- Realização de 39 termos de uso onerosos e não onerosos; 2 vistorias técnicas na ERS-734 e ERS-149, instrução de 545 processos referentes ao uso da faixa de domínio, 849 referentes a desapropriações, 66 expedientes, visando o pagamento de

desapropriação, 1.010 sobre consulta de usucapião e 111 relatos ao Conselho de Administração referente a desapropriações.

Gestão e Projetos

Essa área compreende a supervisão das atividades relativas ao planejamento, execução orçamentária, estudos e projetos, tecnologias da informação, meio ambiente, pesquisa e normatização técnica rodoviária, análise e controle das informações, coordenação, orientação, acompanhamento e monitoria.

Em 2011, foram realizados sete contratos de projetos de engenharia, com extensão aproximada de 80 km, e 23 contratos de meio ambiente.

Transportes Rodoviários

A área é responsável pela fiscalização das 325 estações rodoviárias do Estado, de mais de 1.700 linhas de ônibus intermunicipais, do transporte de fretamento e turismo de 7.500 empresas e de todo o transporte indivisível de cargas especiais que circulam no Rio Grande do Sul.

Destacam-se, entre as principais realizações de 2011:

- *Realização de 43 sessões*, pelo Conselho de Tráfego, nas quais foram analisados 157 processos, que resultaram em 18 decisões e 113 resoluções.

- *Transporte de turistas*: operadoras de turismo, nas modalidades de fretamentos em excursões e visitas, em viagens de até 250 km, não são mais obrigadas a cumprir a exigência de 12 horas de antecedência na apresentação da lista de passageiros prevista na resolução 5295/ 2010 do Conselho de Tráfego.

- *Alteração do artigo 8º da Resolução nº 5.292/10*, com o objetivo de flexibilizar e incentivar novos empreendedores para o transporte turístico no Estado.

- *Cadastro no RECEFITUR*: com a aprovação dos Conselheiros, ficou estabelecido que, para cadastro inicial no RECEFITUR, será necessária a inscrição de, no mínimo, dois veículos, sendo que nenhum deles precisa estar quitado. Até então, só era possível se o proprietário tivesse um veículo totalmente quitado e o outro financiado. O Certificado de Registro no RECEFITUR constitui o diploma que habilita a nova empresa.

- *Cálculo tarifário 2011*: Reajuste das tarifas do transporte coletivo intermunicipal.

- *Isenção de registro para os veículos oficiais*: isenção concedida para os veículos oficiais da Defensoria Pública, do Ministério Público e da Secretaria de Segurança Pública do Estado, exclusivamente para o transporte de seus funcionários a serviço da instituição. A partir dessa ordem de serviço, os microônibus e ônibus com emplacamento oficial

de propriedade dessas instituições públicas estão dispensados das exigências reguladoras do sistema especial do transporte coletivo intermunicipal.

- *Venda de passagens com cartão de crédito*: estipulada em até seis vezes sem juros, além de cartão de débito, nos guichês das rodoviárias e via internet. Iniciou em 2011, a partir de vários pedidos de usuários, permitindo a redução da utilização de dinheiro e buscando acompanhar as tendências de mercado.

- *Promoções de vendas de passagens com desconto*: referem-se às linhas mais utilizadas, em dias e horários em que há baixa demanda e os veículos viajariam com assentos ociosos, a exemplo do que ocorre com as passagens aéreas.

- *Visitas às rodoviárias e empresas de ônibus intermunicipais do Estado*: fazem parte das metas do DAER para conhecer a sistematização e a operação das rodoviárias e linhas de ônibus.

- *Autorização Especial de Trânsito (AETs)*: o trânsito de veículos do tipo Combinações de Veículos de Carga (CVCs) e transportadores de cargas indivisíveis e excedentes em peso e/ou dimensões estão autorizados a circular nas rodovias concedidas em trechos federais. As AETs para os polos rodoviários Metropolitano, de Caxias do Sul, de Vacaria, de Carazinho, de Santa Cruz do Sul e de Lajeado serão fornecidas após análise da solicitação individual de cada veículo pelo DAER, sem a necessidade de uma liminar judicial, como vinha ocorrendo. O procedimento é consequência do acordo de cooperação técnica entre Estado do Rio Grande do Sul e Governo Federal, através do Ministério dos Transportes, visando aprimorar a regulação e a prestação do serviço rodoviário das concessões estaduais em rodovias federais delegadas pela União.

- *Troféu de reconhecimento do Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade (PGQP)*: o treinamento em práticas de gestão dos funcionários do DAER, voltado ao aprimoramento de seus serviços, iniciou em setembro de 2011.

- *Santo Antônio da Patrulha*: criação de um ponto para ônibus intermunicipais na Avenida Paulo Maciel de Moraes, visto que a rodoviária está localizada fora da área central do município.

- *Ampliação de horários do transporte coletivo de Osório, Morro Alto e Itati*: após a construção do túnel da BR-101, as linhas de ônibus deixaram de atender a população que vive nos arredores do antigo traçado da rodovia. Com isso, a SEINFRA e o DAER sugeriram horários que poderiam voltar a operar e satisfazer às necessidades de cerca de dez mil habitantes.

Ações e Realizações Planejadas para o ano de 2012

Dentre as ações previstas para o ano de 2012, cumpre destacar:

Infraestrutura Rodoviária

São planejadas, para o ano de 2012, importantes obras e investimentos no setor rodoviário, dentre elas se podem destacar:

- *Acessos municipais asfaltados*: continuidade das obras de construção de 47 acessos municipais em andamento, os quais perfazem um total de 725,07 km. Está planejada a execução de mais 30 obras de construção com previsão de início para julho de 2012, obras que totalizarão 488,103 km. O total de investimentos previstos para essa ação atinge o montante de **R\$ 217 milhões**.

- *Ligações Regionais*: será dada continuidade às obras de construção de 19 ligações regionais em andamento, as quais perfazem um total de 368,32 km. O total de investimentos previstos para essa ação atinge o montante de **R\$ 110 milhões**.

- *Duplicação de rodovias*: será dada continuidade às obras com previsão de conclusão da ERS – 734 e 737. O total de investimentos previstos para essa ação atinge o montante de **R\$ 158 milhões**. Outras 10 obras em andamento receberão recursos da ordem de **R\$ 57,5 milhões**.

- *CREMA BIRD*: prevista a recuperação e conservação de 1.680 km de rodovias com investimento de **R\$ 80 milhões**.

- *CREMA/SERRA*: prevista a recuperação e conservação de 240 km de rodovias da região da Serra com investimento previsto total de **R\$ 17 milhões**.

- *Conservação de rodovias*: contratos em vigor, durante o ano de 2012, terão aporte de **R\$ 39 milhões**.

- *Apoio às Superintendências Regionais*: repasses no valor estimado de **R\$ 12 milhões**.

- *Atividades Complementares*: atividades complementares aos programas, durante o ano de 2012, terão aporte de R\$ 93 milhões.

Operação Rodoviária

As realizações planejadas para 2012 envolvem importantes ações que repercutirão na cultura administrativa do setor, como segue:

- *Elaboração dos editais de lombadas eletrônicas e licitação dos cinco lotes com aproximadamente 100 equipamentos*.

- *Elaboração do Termo de Referência para licitar a contratação de empresa para seleção da documentação arquivada e digitalização dos que necessitam permanecer arquivados*.

- *Elaboração do Termo de Referência para licitar a contratação de empresa para locação de câmeras de monitoramento de trânsito em rodovias estaduais do tipo Dhome ou PTZ, disponibilizando imagens no Centro de Controle Operacional (CCO) da Superintendência de Monitoramento de Trânsito (SMT) e para o Comando Rodoviário da Brigada Militar (CRBM)*.

- Processo de capacitação e qualificação de servidores mediante participação dos técnicos da SMT em cursos de especialização de monitoramento de trânsito e em encontros técnicos promovidos pela ABDER.
- Formatação de novo método de atendimento aos usuários de rodovias pedagiadas, visando melhorar o atendimento nas rodovias e minimizar os custos de operação das mesmas.
- Elaboração de estudo sobre o crescimento regional da movimentação de veículos e cargas, com reflexos nas rodovias pedagiadas para os próximos anos.
- Elaboração de Termo de Referência para licitação, da manutenção dos trechos pedagiados, em serviços de manutenção periódica, rotineira e sinalização.
- Colocação em operação da CCO, com recebimento de imagens *real time* de todas as praças de pedágio.
- Realização de curso de Avaliação de Imóveis, para servidores do DAER, até 50 vagas.
- Elaboração de projetos técnicos de engenharia rodoviária que envolverão a construção de 14 novos acessos municipais; a construção de 17 obras de duplicação de rodovias e ainda o desenvolvimento de 5 projetos para implantação de rodovias pavimentadas.
- Continuidade de ações para 2012, que tiveram início em 2011 e envolvem o desenvolvimento do Plano Diretor de Transportes e o Plano de Balanças para o Estado.

Grupo – CEEE

Criada em 1943, a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) foi a precursora das empresas que hoje compõem o Grupo CEEE. Da reestruturação societária da CEEE, ocorrida em 2006, originaram-se: CEEE-Participações, CEEE-GT e a CEEE-D.

O Grupo atua no setor energético nos segmentos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, além de serviços correlatos. Está presente em todo o Estado do Rio Grande do Sul, onde realiza suas operações, gerenciando seus negócios diretamente ou através da participação em outras sociedades de capital intensivo e tecnologia de ponta.

Com mais de 4,5 mil empregados, o conglomerado situa-se, dentre as demais empresas, como o 117º maior do Brasil, o 17º maior da Região Sul e o 6º maior do Rio Grande do Sul, apresentando a 8ª maior receita bruta do Estado e o 10º maior ativo da Região Sul do Brasil.

A potência instalada total do Grupo CEEE é de **1.252,23 MW** (considerando as usinas próprias e os empreendimentos em parceria), que equivale a 30% da potência instalada em hidrelétricas do parque gerador do Rio Grande do Sul (4.118,24 MW). O Grupo possui 6 mil km de linhas de transmissão no Estado, distribuindo energia elétrica para um terço do mercado gaúcho através de **67.577 km** de redes urbanas e rurais em 72 municípios, beneficiando cerca de **4 milhões de pessoas**. Atua, também, em programas de combate ao desperdício de energia e eletrificação rural, além de diversos projetos sociais, culturais e ambientais.

O Grupo encerrou 2011 trabalhando na finalização de obras importantes para suprir o crescente consumo de energia, ao mesmo tempo em que envidou esforços para atender com maior qualidade os seus clientes consumidores. Assim sendo, promoveu investimentos em ações e obras destinados a ampliar e estender o fornecimento de energia elétrica às novas unidades consumidoras e novos clientes, no campo e na cidade.

Os investimentos realizados, em 2011, superaram a marca de **R\$ 200 milhões**, incluindo melhorias na ampliação e manutenção do sistema, além de reforço no atendimento e na operação. Esses investimentos objetivaram ampliar e qualificar o relacionamento com a sociedade, expandir a capacidade de geração de energia, aumentar a confiabilidade do sistema de transmissão e alavancar ganhos de eficiência nos serviços de distribuição e consumo de energia elétrica.

Planejamento Estratégico 2011 - 2015

Visando à constante busca de eficiência e de melhores resultados econômico-financeiros, a Diretoria Colegiada do Grupo CEEE aprovou o Planejamento Estratégico (PE) para o ciclo 2011-2015. A execução das ações estratégicas definidas nesse Planejamento permitirá o alcance dos objetivos estratégicos, abaixo elencados:

- Renovar/Prorrogar as concessões das empresas do Grupo CEEE;
- Atender as diretrizes dos acionistas;
- Alcançar a viabilidade econômico-financeira das empresas do Grupo CEEE.

Identidade Corporativa

A identidade corporativa do Grupo está refletida na Missão, Visão e Valores, tendo como Missão – contribuir para o desenvolvimento da sociedade atuando no setor de energia e negócios associados com segurança, rentabilidade e sustentabilidade; Visão – ser referência nacional no setor de energia pela excelência na gestão e prestação de serviços, expandindo seus negócios de forma sustentável; e Valores – ética, segurança, sustentabilidade, excelência técnica e valorização das pessoas.

O Grupo CEEE, através de suas empresas, destaca-se no panorama nacional e latino-americano pelo elevado índice de satisfação manifestado

por seus clientes e consumidores, materializado por diversas premiações recentemente conquistadas.

Certificações e Premiações Recebidas em 2011

- *Certificação ISO 9001 – Processo de tratamento de reclamações de consumidores:* a CEEE-D é uma das primeiras empresas no Brasil a conseguir a certificação ISO 9001 para processo de tratamento de reclamações. O trabalho envolveu 2.500 empregados em todas as agências e postos de atendimento dos 72 municípios da sua área concessão.

- *Certificação ISO 14001 Área de Geração:* PCH Passo do Inferno e PCH Toca, ambas em São Francisco de Paula – Certificação com ênfase na gestão de resíduos, preparação para atendimento de emergências e treinamento em controle de impactos ambientais.

- *Empresa que Mais respeita o Consumidor:* Primeiro lugar no segmento empresa de energia no Brasil. O reconhecimento resulta de pesquisa realizada anualmente pela revista Consumidor Moderno, sendo considerados: atendimento, preço, qualidade, propaganda ética, responsabilidade socioambiental e satisfação. Entregue em 13/12/2011.

- *Prêmio Procel Cidade Eficiente:* a CEEE-D foi premiada na categoria **Sistemas de Saneamento** pela participação no projeto *Eficiência Energética em Estação de Bombeamento de Água Tratada*, desenvolvido em parceria com o Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas (SANEP). O prêmio demonstra o empenho na utilização dos recursos energéticos e hídricos de forma racional (entregue em 25/09/11).

- *Medalha Eloy Chaves:* concedida pela Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica (ABCE), com o apoio das Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRAS) e Fundação COGE, às empresas do setor elétrico que mais se empenharam com a segurança de sua força de trabalho e da população, no exercício de suas atividades.

- *Grandes e Líderes da Revista Amanhã:* a CEEE ficou em 4º lugar entre as 100 maiores empresas do RS e foi a 14ª colocada entre as 500 maiores empresas da Região Sul (RS, SC e PR).

- *Top Ser Humano da ABRH:* o Grupo CEEE recebeu, em 2011, o Prêmio *Top Ser Humano*, da Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH-RS) 2011. O trabalho foi premiado com o projeto *É hora de fortalecer nossa ligação*.

- *Top of Mind – Empresa de Energia:* Na 10ª edição do *Top of Mind*, da Revista Amanhã, empresas mais lembradas pelos gaúchos, o Grupo CEEE foi o vencedor na categoria Empresas de Energia (premiação ocorrida em 25/05/2011).

- *Marcas de Quem Decide 2011*, concedido pelo Jornal do Comércio/RS: o Grupo CEEE foi a empresa de energia elétrica que lidera a lembrança e a preferência de empresários, executivos e

profissionais liberais. Na categoria Empresa Pública, a CEEE aparece em 4º lugar na lembrança e em 5º lugar em preferência.

Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE – GT)

A Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT) é uma empresa de economia mista pertencente ao Grupo CEEE, concessionária de serviços de **geração e transmissão de energia elétrica** no Estado do Rio Grande do Sul.

Geração

As usinas hidrelétricas da CEEE-GT, localizadas em dois principais sistemas, Jacuí e Salto, totalizam uma potência instalada de 909,9 MW.

Com uma política de expansão através de parcerias, a CEEE-GT ampliou sua capacidade de geração de energia, no decorrer dos últimos anos, através da participação em diversos projetos, dentre os quais se pode destacar: Machadinho – 1140 MW; Dona Francisca – 125 MW; Campos Novos – 880 MW; CERAN: UHE Monte Claro – 130 MW; UHE Castro Alves – 130 MW e UHE 14 de Julho – 100 MW; Furnas do Segredo – 9,8 MW e a UHE Foz do Chapecó – 855 MW, que foi concluída em março de 2011. A Empresa também tem participação na Usina Termelétrica de Piratini, de 10 MW.

Essas parcerias viabilizaram um aumento real de capacidade de geração da CEEE-GT em cerca 37%, correspondente a um montante de 342,329 MW, atingindo uma potência total de geração de **1.252,229 MW**. Essa potência representa 15% da potência total de geração instalada, quando consideradas as usinas localizadas no território gaúcho.

Transmissão

A Rede Básica de Transmissão do Estado viabiliza o transporte e suprimento de energia às concessionárias de distribuição que atuam no RS: CEEE Distribuidora, AES Sul, RGE, Concessionárias Municipais, Cooperativas de Eletrificação Rural e também a potenciais consumidores livres e produtores independentes. Para tanto, dispõe de **6.055,61 km** de extensão de linhas de transmissão, que operam nas tensões de 230, 138 e 69 kV e, ainda, 62 Subestações, totalizando uma potência de **8.237,7 MVA** (Mega Volt Amperes).

O Sistema de Transmissão interliga usinas geradoras e o Sistema Interligado Nacional aos pontos de suprimento e centros de consumo em todo o Estado, cumprindo um papel estratégico.

Desde 2001, detém a certificação ISO 9001/2000, referente ao processo de coordenação, supervisão e controle da operação de Sistemas

Elétricos de Potência, abrangendo os processos de pré-operação, operação em tempo real, pós-operação e normatização.

Investimentos CEEE-GT - 2011

A CEEE-GT realizou um conjunto de obras com objetivo de ampliar a capacidade de atendimento da demanda e aumentar a confiabilidade e a qualidade no fornecimento de energia elétrica. Os investimentos somaram **R\$ 78,49 milhões**, sendo **R\$ 13,23 milhões** na área de **Geração** e **R\$ 65,25 milhões** na área de **Transmissão**. Os investimentos foram realizados em obras de subestações, linhas de transmissão, telecomunicações, sistemas de geração, usinas e meio ambiente. A discriminação dos investimentos está indicada na Tabela a seguir.

Investimentos de Geração e Transmissão - 2011	Realizado (R\$)
Subestação	57.633.387,62
Linha de Transmissão	1.120.537,76
Telecomunicações	1.566.392,98
Sistemas de Geração (Usinas)	11.237.219,13
Meio Ambiente	158.397,39
Outros (<i>Oficinas, Supervisão, Controle, Máquinas, Equipamentos, Informática</i>)	6.769.276,52
Total	78.485.211,40

Obs.: Valores contabilizados até dezembro de 2011

Ações em Usinas

- *UHE Itaúba* - Aquisição de um novo transformador trifásico, de 139 MVA/13,8-230 kV, para maior confiabilidade e versatilidade à Usina, representando um investimento da ordem de **R\$ 3,31 milhões**.

- *Barragem da UHE Ernestina* - Conclusão das obras de reforço estrutural destinadas a garantir segurança adequada e prolongamento da vida útil da barragem pelos próximos anos. Essas obras possuem previsão de conclusão no primeiro semestre de 2012, representando um investimento da ordem de **R\$ 16,0 milhões**.

- *Energia Eólica* - Atualmente a CEEE-GT desenvolve um projeto de prospecção de aproveitamentos de energia eólica, tendo sido escolhidas três áreas do Estado do Rio Grande do Sul para projeto-piloto, nos municípios de Rio Grande, Campos Borges e Hulha Negra. As quatro torres de medição eólica adquiridas em 2011 deverão realizar medições durante os próximos três anos. Estão sendo estudadas novas áreas como na orla da Laguna dos Patos, na Campanha, na Serra e no Litoral Sul do Estado.

Outras ações

- *Regularização de Áreas de D. Francisca* - Em 2011, todos os procedimentos e requisitos legais para a regularização das áreas ocupadas pelos reassentados, na modalidade individual, da UHE Dona Francisca, foram aprovados, tendo início a elaboração de Plano de Trabalho para a titulação dessas áreas aos beneficiários do programa conforme critérios estabelecidos no Termo de Acordo firmado com a população atingida. Os municípios onde essas áreas se localizam são, dentre outros, Agudo, Nova Palma, Arroio do Tigre, Pinhas Grande e Estrela Velha.

- *Planos de Uso e Ocupação do Solo do Entorno dos Reservatórios das Usinas Hidrelétricas* - Com a aprovação pela FEPAM, ocorrida em março de 2011, a CEEE-GT deu início aos programas propostos para consolidação do zoneamento dos usos e ocupação previstos nos planos.

- *Programa de Educação Ambiental da Geração* - Busca consolidar na sociedade uma cultura de sustentabilidade social, ambiental e econômica por meio da transmissão de informações e do compartilhamento de experiências com os diversos atores sociais com os quais a Empresa se relaciona. No ano de 2011, o Programa atingiu **3.525 alunos/professores**, em 16 municípios de abrangência da área de geração.

- *Piscicultura* - A Divisão de Meio Ambiente da Área de Geração realizou a soltura de **92 mil peixes** (licenciamento obtido), nos reservatórios do Sistema Jacuí: Maia Filho e Passo Real, e no Sistema Salto: Blang, Capigui e Ernestina. A soltura de peixes é uma atividade integrante do *Programa de Educação Ambiental da Geração (PEAG)*, e conta com a colaboração de comunidades do entorno dos reservatórios, em especial de alunos de escolas dos municípios ribeirinhos.

- *Certificação* - A CEEE-GT conquistou o certificado de gestão ambiental ISO 14001 para todas as unidades da Empresa na Região das Hortênsias. O Sistema de Gestão Ambiental abrange a sede administrativa de Canela, as cinco usinas (Canastra, Herval, Toca, Bugres e Passo do Inferno) e três reservatórios (Salto, Blang e Divisa), em Canela, São Francisco de Paula e Santa Maria do Herval e engloba o gerenciamento de resíduos, atendimento à legislação, preparo para emergências e treinamento de empregados para controle de impactos ambientais, entre outros aspectos.

Ações e Investimentos Planejados para o Ano de 2012

Dentre as ações programadas para o ano de 2012, merecem destaque:

Ações em Usinas

• *Usina de Itaúba*: está prevista a reforma da unidade 4, com um investimento total de **R\$ 25,5 milhões** para os anos de 2013 a 2016, reforma esta que contará com recursos do BID/AFD. Ainda estão previstos desembolsos para o ano de 2012 da ordem de **R\$ 8,0 milhões**, com a reforma do embuchamento das pás da turbina (bielismo) da unidade 2.

• *Usina de Passo Real*: está prevista a reforma da unidade 2, com um investimento total de **R\$ 33,2 milhões** para os anos de 2012 a 2015, sendo que o desembolso previsto para o ano de 2012 é da ordem de **R\$ 6,8 milhões**. Esse investimento será financiado com recursos BID/AFD.

Programas – Investimento e Pesquisa

• *Programa de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D)* – A Empresa aplicará, em 2012, 1% da sua Receita Operacional Líquida em projetos de P&D, conforme a Lei nº 9.991. O investimento será realizado em projetos de inovação tecnológica e na promoção de redes de participação entre centros de pesquisa. No ano de 2011, foram investidos **R\$ 2,9 milhões** em projetos de P&D pela CEEE-GT. Para 2012, está prevista a aplicação de **R\$ 1,3 milhões** em novos projetos.

• *Pró-Energia RS – CEEE-GT* – O Programa, a ser implementado em 2012, visa atender o crescimento da demanda de energia e a necessidade de expansão dos negócios, adequando a capacidade de produção das usinas e a instalação e modernização de Linhas de Transmissão e Subestações. Visa reduzir perdas técnicas, melhorar os índices de confiabilidade do sistema e aumentar a qualidade dos serviços prestados pela CEEE-GT, sendo financiado pelo BID, num valor estimado em **R\$ 237 milhões**, com desembolso de 2012 a 2014. Para a área de Transmissão, o investimento previsto é de **R\$ 116 milhões** e para área de Geração, o previsto é de **R\$ 121 milhões**.

• *Área de Geração* - Na Tabela a seguir são apresentados os empreendimentos previstos para área de geração, totalizando **R\$ 66,21 milhões**.

Geração	Previsto 2012
Acordo de Investimento com ENERFIN (Parque Eólico)	25.000.000,00
Ampliação Bugres	9.007.464,00
Reconstrução Barragem UHE Ernestina	7.000.000,00
UHE – Itaúba – Transformadores Trifásicos	3.637.700,00
UHE Passo Real- Reforma Grupo Gerador 2	6.810.268,69
UHE – Herval – Conduto Forçado	2.178.209,00
Diversas Usinas (Máquinas/Equipamentos/Outros)	12.582.253,51
Total	66.215.895,20

- *Área de Transmissão* - Expansão e Modernização do Sistema de Transmissão: Em 2012, se dará a execução do Plano de Investimento iniciado em 2011. Na Tabela a seguir são apresentados os investimentos,, que totalizam **R\$ 223,16 milhões**:

Obras/Empreendimentos	Valor (R\$)
SE Santa Cruz 1 (SE SCR1)	21.956.690
SE Canoas 3 (SE CNA3)	9.198.206
SE Camaquã (SE CAM)	3.500.000
SE Guarita (SE GUA)	13.432.052
SE Guaíba 2 (SE GUA2)	9.200.000
SE Ijuí 1 (SE IJU1)	4.300.000
SE Panambi (SE PAN)	750.000
SE Cruz Alta 1 (SE CAL1)	700.000
SE Scharlau (SE SCH)	27.139.033
SE Livramento 2 (SE LIV2)	4.407.880
SE Lajeado 2 (SE LAJ2)	20.904.756
SE Pólo Petroquímico (SE PPQ)	1.367.796
SE Cachoeirinha 1 (SE CAC1)	8.838.156
SE Taquara (SE TAQ)	17.655.540
SE Quinta	26.261.341
SE São Vicente	18.890.365
SE Alegrete 2	5.027.198
SE Scharlau	17.084.415
SE Maçambará	10.400.431
SE Cidade Industrial	2.152.000
Total	223.165.859

- *Empreendimentos em Parceria*

- Consórcio TP AE - Participação de 20% no Consórcio TP AE, para entrada em operação da Linha de Transmissão Subterrânea de 230 kV entre as Subestações Porto Alegre 4 e a Porto Alegre 9, com extensão de 11,8 km e investimento total de **R\$ 52 milhões**.

- Consórcio TESB - Com participação de 20% no Consórcio TESB, para construção de um conjunto de obras de transmissão com investimento total de **R\$ 231,3 milhões**, com previsão de conclusão para Junho de 2013.

Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D)

A Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) é uma empresa de economia mista pertencente ao Grupo CEEE, concessionária do serviço público de **distribuição de energia elétrica** na região Sul-Sudeste do Estado.

Com área de concessão que compreende a Região Metropolitana, Sul, Litoral e Campanha Gaúcha, a CEEE Distribuição atende a 72 municípios, abrangendo 73.627 km², o que corresponde aproximadamente a 34% do mercado consumidor do Rio Grande do Sul, através de seus 67.577 km de redes urbanas e rurais.

A CEEE Distribuição atendeu, em 2011, um total de 1,5 milhão de unidades consumidoras, o que equivale a cerca de 4 milhões de pessoas ou um terço da população gaúcha, distribuindo diretamente **8.094 GWh**.

Política de Responsabilidade Social

A CEEE-D, mediante sua política de responsabilidade social, se compromete a refletir sobre as práticas da Empresa, seu modo de produção e o relacionamento com seus públicos de interesse, buscando promover o seu desenvolvimento empresarial, considerando os aspectos econômicos, sociais e ambientais.

Para isso, a Empresa tem como **objetivo**: promover a inserção do conceito de Responsabilidade Social em todos os processos que compõem sua gestão empresarial, apoiando ações socialmente responsáveis junto a seus diversos públicos.

A Política de Responsabilidade Social da Empresa CEEE-D, com base em sua Missão e nos seus Valores, encontra-se fundamentada nos seguintes **princípios**:

- *Comprometimento*:
 - Com a promoção de um ambiente de trabalho que propicie o reconhecimento e a valorização de competências e contribuições dos seus empregados, respeitando a diversidade de opiniões;
 - Com um modelo de gestão empresarial orientado pelo respeito ao meio ambiente e à diversidade social, buscando ajustar, de forma contínua, a sua atuação empresarial com as premissas do desenvolvimento sustentável;
 - Em participar e contribuir, sempre que possível, para o desenvolvimento sustentável das localidades em que atua, considerando o compromisso empresarial estabelecido na sua Missão;

- Com o respeito aos direitos humanos internacionalmente reconhecidos, tratando todas as pessoas com as quais se relaciona com dignidade e respeito;

- Com o cumprimento da legislação brasileira e das exigências do Setor Elétrico Brasileiro, em especial, a legislação ambiental, a legislação de saúde, de segurança no trabalho e a legislação que garante os direitos ao consumidor.

- *Diálogo, Comunicação e Transparência*: buscar um estreito relacionamento com os seus diversos públicos, promovendo um diálogo e uma interação baseada na transparência.

- *Respeito à Dinâmica Socioambiental*:

- Procurar rever constantemente os seus processos e suas práticas empresariais com o objetivo de adequá-los ao desenvolvimento político, econômico e social;

- Buscar a integração das práticas de conservação ambiental vigentes à dinâmica com que essa questão se constitui na sociedade.

Ações Institucionais CEEE-D

- *Programa de Pesquisa & Desenvolvimento (P&D)* - A Empresa aplica 1% da sua Receita Operacional Líquida em projetos de P&D, conforme a Lei nº 9.991, em projetos de inovação tecnológica e promoção de redes de participação entre e centros de pesquisa. No ano de 2011, foram investidos **R\$ 4,5 milhões** pela CEEE-D e para 2012 está prevista o investimento de **R\$ 10 milhões**.

- *Programa de Eficiência Energética (PEE)* - O Programa de Eficiência Energética na CEEE-D realiza diversas ações educacionais e tecnológicas focadas no combate ao desperdício no uso da energia elétrica. Em 2011 foram realizados dois grandes programas para o atendimento dos consumidores beneficiados pela tarifa social de energia elétrica e para órgãos pertencentes à administração pública.

Em 2011, foram gastos **R\$ 4,7 milhões** na substituição de geladeiras e lâmpadas ineficientes de consumidores enquadrados na subclasse baixa renda. Nesse período, foram substituídas 4.700 geladeiras e de mais de 18.000 lâmpadas fluorescentes compactas, em unidades consumidoras localizadas nas cidades de Porto Alegre, Viamão, Alvorada, Guaíba, Butiá, São Jerônimo, São Lourenço do Sul e Turuçu. Para o ano de 2012, a CEEE-D prevê aplicar recursos na ordem de **R\$ 25 milhões**.

Com o mesmo objetivo - consumo sustentável -, foram aplicados **R\$ 600 mil** na substituição de lâmpadas, luminárias e reatores em unidades da Polícia Civil, escolas estaduais, prédios do *campus* da Universidade Federal de Pelotas, Prédio do Foro Central de Porto Alegre e em escolas da rede municipal de Porto Alegre.

Outras Ações CEEE-D

- *Combate às perdas comerciais* – Esta ação resultou no ingresso de **R\$ 11 milhões** ao caixa, além do incremento do faturamento estimado em **R\$ 8 milhões**, sendo realizada com equipes próprias que realizaram 51.000 inspeções, regularizaram 25.000 unidades consumidoras, que apresentavam irregularidade e/ou avaria nos equipamentos de medição.

- *Implantação da URA* – A Unidade de Resposta Audível (URA), no *Call Center* da CEEE, recebeu o investimento de **R\$ 594 mil**, beneficiando todos os consumidores da CEEE-D. A URA gerou maior agilidade no atendimento, tendo em vista a possibilidade de atender o cliente eletronicamente naqueles serviços mais requisitados (falta de luz, religação e informação do valor da conta).

- *Torpedo SMS* - Solução tecnológica para o recebimento e registro de falta de luz. O serviço, disponível através do envio de mensagem para o número 27307, contendo a palavra LUZ e o número da instalação, é mais uma alternativa de atendimento para os consumidores, principalmente nos momentos de contingência em função de temporais.

Principais Obras 2011

As obras, destacadas em função da sua dimensão, do dado financeiro e da sua relevância no campo da infraestrutura, estão relacionadas na planilha a seguir e são constituídas, basicamente, de Subestações e Linhas de Transmissão realizadas em 2011, incluindo as obras da Copa 2014.

Principais Obras - 2011 - CEEE- D	Valor (R\$)
SE Viamão 2 (ampliação)	7.216.870
SE Pelotas 1 (ampliação)	5.865.800
SE PAL 12 (ampliação)	5.217.840
LT 69 kV - PAL 9 x PAL 7	5.200.150
SE Bagé 1 ampliação *	3.081.130
LT 69 kV - PAL 8 x Zaffari	2.664.380
SE PAL 15 (nova)	2.650.920
SE PAL 7 (nova)	2.511.220
Total	34.408.310

Obs. Valores contabilizados até dezembro de 2011

Investimentos e realizações em 2011

• *Redes de Distribuição e Transmissão* - Visando à qualidade do fornecimento de energia e dos serviços prestados, ao longo de 2011, a CEEE-D realizou investimentos na ordem de **R\$ 121,9 milhões** em projetos de Redes de Distribuição e de Subtransmissão, sendo que, destes, **R\$ 12,4 milhões** foram no *Programa Luz para Todos*, beneficiando 1.287 novos consumidores rurais. Até o final de 2011, esse Programa beneficiou 26.919 consumidores rurais na área de concessão da CEEE-D.

Investimentos da Distribuição - 2011	Realizado (R\$)
Subestação	15.094.490,53
Linha Subtransmissão	12.872.478,38
Redes de Distribuição Aéreas e PLT	68.415.754,35
Redes de Distribuição Subterrâneas	2.119.851,40
Alimentador	363.639,03
Medição	7.109.018,24
Outros (Sistema Georreferenciado, Máquinas e Equipamentos)	15.929.042,63
Total	121.904.274,56

Obs. Valores contabilizados até dezembro de 2011

Programas e ações relevantes previstos para o ano de 2012

A programação de realizações para o ano de 2012 prevê programas, projetos, programas e ações relevantes distribuídos por diversas áreas de atuação, entre os quais podem ser citados:

• *Manutenção e operação de redes*: Redes de distribuição e projetos de subtransmissão, com investimentos que beneficiarão os municípios pertencentes aos COREDEs Metropolitano, Litoral Norte, Região Sul, Centro-Sul, Litoral Sul e Região da Campanha.

• *Regularização*: Ações no campo social destinadas a realizar a regularização de áreas com ligações clandestinas, além de novas práticas de estímulo à regularização, tais como facilitação de crédito, conta educativa, aquisição e instalação do padrão de entrada da medição e ações voltadas ao uso eficiente da energia.

• *Relacionamento com a sociedade*: Ações e investimentos destinados a fomentar programas de substituição de medidores eletromecânicos, expansão da utilização do Torpedo SMS com ampliação de sua aplicação para outros serviços, além do registro de falta de luz. Outro projeto, o da *Conta de Luz por E-Mail*, prevê o envio da fatura de energia por e-mail, substituindo a fatura impressa. Além da redução de custo, este projeto contribuirá para a preservação do meio ambiente e para a agilidade do envio da fatura.

• *Sistemas de Irrigação em Orizicultura*: Está prevista a implementação de ações e investimentos no *Programa de Melhoria das Condições dos Sistemas de Irrigação em Orizicultura*.

• *Investimentos previstos para o ano de 2012*: A programação de realizações para o ano de 2012 prevê projetos e investimentos distribuídos por diversas áreas de atuação e superam a cifra dos **R\$ 350 milhões**, estando apresentados de forma sintética na planilha a seguir:

Investimentos em Distribuição de Energia - 2012 - CEEE-D	Valor (R\$)
Subestação	116.864.089,41
Linha Subtransmissão	56.564.866,40
Redes de Distribuição Aéreas e PLT	85.583.703,45
Redes de Distribuição Subterrâneas	4.321.573,55
Alimentador	40.085.651,05
Medição	15.680.000,00
Outros (Sistema Georreferenciado, Máquinas e Equipamentos)	35.221.689,69
Total	354.321.573,55

• *Programa Pró-Energia RS*: Corresponde a linhas de crédito no valor aproximado de **R\$ 392 milhões**, com previsão de desembolso de 2012 a 2014, para modernização e reforço da infraestrutura do sistema elétrico nos municípios da área de concessão da CEEE-D, beneficiando aproximadamente quatro milhões de pessoas. Esse Programa visa, também, atender as obras da Copa e as principais obras programadas para 2012, relacionadas na planilha a seguir:

Principais Obras 2012 - CEEE-D	Previsão Desembolso 2012
LT 69 kV - PAL 9 x PAL 7	11.427.030,00
SE Floresta	7.378.690,00
SE PAL 17 (nova)	7.144.100,00
SE Alvorada 2	6.349.240,00
SE Aeroporto	6.039.560,00
SE Pelotas 1 (ampliação)	5.634.210,00
LT 69 kV - PAL 14 x PAL 15	4.630.720,00
TOTAL	48.603.550,00

Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (SULGÁS)

A Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul (SULGÁS) é a empresa responsável pela **comercialização e distribuição de gás natural canalizado no Estado**. Criada em 1993, atua como uma sociedade de economia mista, tendo como acionistas o Estado do Rio Grande do Sul e a Petrobras Gás S/A (GASPETRO). Iniciou a comercialização do gás natural em 2000, com a conclusão do gasoduto Bolívia-Brasil.

A Companhia tem como missão promover o crescimento do mercado de gás natural, buscando soluções para todas as suas aplicações, atuando de forma segura e rentável, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul.

Segundo dados de novembro de 2011, a SULGÁS acumula uma rede de distribuição com **548,96 km de extensão**, atendendo 36 municípios, dos quais 19 por rede canalizada e 20 com Gás Natural Comprimido (GNC). A Companhia tem 5.970 clientes, sendo 104 instalações industriais; 242 estabelecimentos comerciais; 80 postos de Gás Natural Veicular (GNV); 2 instalações de Cogeração; e 5.542 clientes residenciais.

Responsabilidade Social

A SULGÁS é uma empresa pública consciente da sua responsabilidade socioambiental. A empresa busca aliar o bem-estar social a um melhor desempenho nos negócios, atuando de maneira segura e rentável para o crescimento econômico do Rio Grande do Sul.

Nos últimos anos, a SULGÁS adotou estratégias que visam à melhoria da vida da comunidade gaúcha por meio da **ampliação da rede de distribuição de gás natural**, produto que, por si só, é sinônimo de desenvolvimento e de preservação ambiental.

A empresa participa de projetos em parceria com órgãos do Estado e entidades não-governamentais, oportunizando a trabalhadores a capacitação técnica para atuarem no mercado de gás natural, na conversão de equipamentos e adequação de redes. Integra-se a campanhas promovidas pela Defesa Civil, informando e conscientizando a população a respeito de questões ligadas à segurança, à saúde pública e à preservação ambiental. A SULGÁS apoia ainda iniciativas junto à sociedade, que visam atender principalmente as comunidades onde opera, nas áreas de segurança, preservação do meio ambiente e educação, além de apoiar a cultura e o esporte.

Ações e Realizações em 2011

A SULGÁS investiu em 2011 aproximadamente R\$ 38 milhões na construção de cerca de 35 km de rede canalizada, em conversão de prédios, em implantação de Sistema Supervisório para controle automatizado de gasoduto e melhorias nos serviços envolvendo outras ações relacionadas aos processos de engenharia, logística e comercialização.

Dentre os investimentos, podem ser destacadas as obras de ampliação do gasoduto no Vale dos Sinos, interligando as cidades de Novo Hamburgo e Campo Bom com um investimento de R\$ 9,3 milhões, em 9 km de rede, e a ampliação de ramais no Polo Petroquímico de Triunfo e, em Porto Alegre, para atendimento a clientes residenciais e comerciais. Outra iniciativa importante foi o início do ramal Eldorado do Sul-Guaíba no mês de novembro. Serão aplicados, até 2013, R\$ 19,5 milhões na construção de 15 km de gasoduto voltados inicialmente ao atendimento de indústrias da região, como a Celulose Riograndense.

Em 2011, também houve o incremento no consumo de gás natural. A comercialização alcançou, em média, 1,8 milhão m³/dia, volume 20% acima do registrado em 2010, e a Empresa passou a atender quase 6.000 clientes. Até o fim de 2011, foram atendidos com rede canalizada 19 municípios e 21 por meio do modal de transporte de Gás Natural Comprimido (GNC).

Também em 2011, a SULGÁS lançou o **Programa Instaladora GNV Nota 10**, visando à qualificação dos serviços prestados pelas oficinas instaladoras no Estado. O Programa, promovido em parceria com o Centro de Tecnologias do Gás e Energias Renováveis (CTGAS-ER) e SENAI, qualifica as equipes e certifica as oficinas que realizam a conversão de veículos para a utilização do gás natural veicular. No Estado, cerca de 50 oficinas são homologadas pelo INMETRO para executar esse serviço.

Um outro programa importante, iniciado em 2010 e continuado no ano de 2011, foi o **Programa Gás Mais**. Esse Programa foi realizado em parceria com a PETROBRAS, CTGAS-ER, FIERGS e SENAI-RS e oferece gratuitamente ao segmento industrial adepto ao gás natural cursos de 40 horas por intermédio de aulas teóricas e práticas com base em fundamentos de engenharia, economia e administração. O objetivo principal do Gás Mais é promover a eficiência energética na utilização do gás natural, trazendo ganhos econômicos para os clientes e de qualidade para o meio ambiente. Além das aulas, prevê visitas técnicas em que são realizados pré-diagnósticos e auditorias para a geração de relatórios técnicos, bem como para verificar necessidades de melhorias e possibilidades para uma aplicação bem-sucedida do insumo.

Ainda, em 2011, foi assinado um protocolo entre a SULGÁS e a TRENSURB para a elaboração de um estudo de viabilidade técnica e econômica, visando à utilização de gás natural na geração de energia elétrica para alimentação das subestações de energia de tração do metrô. Esse estudo está em andamento, sendo realizado pela SULGÁS, TRENSURB e representantes de fabricantes de grupos geradores.

Outras ações que merecem destaque se referem à área de relacionamento com a comunidade. A Empresa lançou um edital para selecionar projetos culturais, esportivos e sociais através de leis de incentivo. Ao todo foi aplicado pouco mais de R\$ 1 milhão em 15 projetos. Além do edital, a empresa lançou a segunda edição do seu programa de responsabilidade ambiental, **Projeto Verde-Azul**. Desenvolvido com recursos próprios, foi realizado em dez escolas da rede pública estadual de ensino. As instituições, escolhidas a partir de edital, receberam da SULGÁS atividades práticas e teóricas de educação ambiental e orientações para desenvolverem projetos próprios e adequados às suas realidades. Também foram oferecidas aos pais oficinas de reciclagem de lixo e de alimentos. O trabalho foi realizado entre março e novembro, envolvendo alunos, pais e professores. Ao todo participaram 449 pessoas.

Ações Planejadas para o Ano de 2012

Para o ano de 2012, a SULGÁS projeta um investimento de R\$ 53 milhões através da implantação de novas redes na Região Metropolitana, saturação das existentes e conversões residenciais. Estima-se a construção de mais 82 km de gasoduto.

Dentre os investimentos a serem realizados, destacam-se, como principais, os seguintes:

- *Ramal Araricá*: investimento de **R\$ 11,3 milhões** na construção do trecho final para a interligação do *City-Gate* de Araricá ao ramal norte que atende às cidades da Região Metropolitana da capital. A extensão total da rede, que vai de Campo Bom a Araricá, será de 20,8 km. A interligação ao *City-Gate* de Araricá possibilitará a manutenção dos níveis adequados de pressão de distribuição aos clientes de toda a região, fundamental para a ampliação do mercado.

- *Ramal Guaíba*: conclusão das obras para fornecimento de gás à cidade de Guaíba, com valor de **R\$ 9,5 milhões**. Serão construídos 10 km de um total de 20 km de rede de aço (15 km em 12" e 5 km em 4" de diâmetro). Em Guaíba está instalada a principal indústria de celulose do Estado, a CMPC, além de um Distrito Industrial que já conta com empresas em instalação. Além do segmento industrial, deverão ser atendidos os segmentos automotivo, comercial e residencial.

- *Distribuição urbana/projeto macrocélulas*: investimento em plano integrado que prevê a comercialização, projeto, construção de redes de distribuição e conversão de clientes nos bairros Petrópolis, Três Figueiras, Boa Vista, Menino Deus, Santa Cecília, Centro, Mont Serrat, Bela Vista, Auxiliadora, Higienópolis e Jardim Lindoia. Ao todo serão investidos **R\$ 12,42 milhões** na construção de mais de 70 km de rede em Polietileno de Alta Densidade (PEAD) e conversão de prédios.

- *Saturação de redes*: – interligação de clientes às redes de aço e PEAD existentes. Investimentos de **R\$ 8,93 milhões**, distribuídos

em R\$ 3,578 milhões em redes e R\$ 5,354 milhões em conversões. Esse investimento possibilitará a interligação de indústrias já contratadas: Zurlo, Sulina, Voges, Bertolini, Demuth, Lumibras, Rotamil, Klabin, Wetherford, Coca-Cola, Todeschini, dentre outras, além de postos de GNV, como Buffon e Carumbéc. O segmento urbano será atendido nas demais macrocélulas de Porto Alegre, não contempladas com projetos específicos.

- *Mercado de Cogeração, Geração na ponta e Climatização:* previsão de distribuição de gás para o segmento da cogeração e geração elétrica em horário de ponta, através da aquisição de equipamentos a serem instalados em comodato em clientes, construção de redes e fornecimento de mútuo. Em 2012, prevê-se a contratação do cliente Hospital de Clínicas de Porto Alegre (valor de **R\$ 3,1 milhões**).

- *Melhorias operacionais:* estão estimados investimentos de **R\$ 5,32 milhões**, tais como a instalação de novos equipamentos de medição (medição de confronto no *City-Gate* Cachoeirinha), Estações de Medição de Alta Pressão para medições de GNC (postos), Sistema de proteção contra descargas atmosféricas e adequação da infraestrutura de *city-gates* e conclusão da instalação dos sistemas GIS e Supervisório.

Companhia Riograndense de Mineração (CRM)



A Companhia Riograndense de Mineração (CRM), empresa de economia mista controlada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Sul, é detentora de grande potencial energético sob a forma de reservas de carvão mineral no local de origem. São cerca de 3 bilhões de toneladas distribuídas em áreas ainda em fase de pesquisa e áreas com titulação de lavra já consignada pelo órgão regulador federal. Suas unidades mineiras em atividade estão situadas nos municípios de Minas do Leão e Candiota, com exploração a céu aberto.

Principais atribuições

A principal atribuição da Companhia Riograndense de Mineração é **participar da geração de energia elétrica a partir do carvão mineral**, sendo uma das principais fornecedoras nacionais de matéria-prima para termoelétricas.

Para tanto, a Companhia deve pesquisar, produzir e comercializar carvão e outros minerais, com sustentabilidade e responsabilidade social, preservando o ambiente e oferecendo aos clientes total abrangência nos serviços de transporte e manuseio de carvão e de cinzas.

A CRM ocupa lugar de destaque no *ranking* das empresas de mineração de carvão do Brasil e cada vez mais reafirma a importância do carvão como fonte energética alternativa de baixo custo e com compatibilidade ambiental. A tecnologia disponível atualmente para a utilização do carvão é perfeitamente compatível com a qualidade ambiental que a sociedade exige. No seu processo de mineração, a CRM obedece fielmente à legislação ambiental existente e conta com a rigorosa fiscalização dos órgãos ambientais competentes. Sempre buscando soluções ambientalmente mais sustentáveis, também está investindo R\$ 10 milhões em uma planta-piloto de beneficiamento do carvão a seco, visando avaliar a viabilidade técnica e econômico-financeira desse processo. O mesmo busca diminuir o teor de enxofre e aumentar o poder calorífico do carvão atualmente produzido na Mina de Candiota. Se, após a implantação e a realização dos estudos daí decorrentes, essa viabilidade for comprovada, esse processo deverá ser adotado em escala industrial na referida Mina.

Estrutura operacional

Atualmente a CRM mantém em operação duas unidades mineiras. A maior delas, a Mina de Candiota, está situada no Município de Candiota, com uma capacidade instalada de 5.000.000 t/ano de carvão mineral e com produção vinculada ao abastecimento da Usina Termoelétrica Presidente Médici (UPME) – Fases A + B + C, de propriedade da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE/ELETROBRAS). Sua produção mínima, garantida contratualmente, é de 3.300.000 t/ano de carvão CE 3.300.

A outra unidade também em operação é a Mina do Leão, situada no município de Minas do Leão, com uma produção anual de 180.000 t/ano de carvão bruto. Produz diversos tipos de carvões, obtidos após processamento em uma usina de beneficiamento, que são destinados ao abastecimento da Usina Termoelétrica de São Jerônimo, de propriedade da CGTEE, e ao mercado termoelétrico e industrial do Estado de Santa Catarina.

Face à grande integração nas comunidades em que atua, a CRM tem papel fundamental na geração de emprego e renda desses municípios.

A CRM mantém sua Administração Central em Porto Alegre, onde concentra as atividades de gestão e planejamento estratégico da

Companhia, bem como o apoio técnico especializado necessário às unidades mineiras, localizadas no interior do Estado.

Principais realizações em 2011

Dentre as ações realizadas em 2011, relativas às atividades desenvolvidas na **Mina de Candiota**, podem ser citadas:

- Reestruturação da equipe de trabalho e responsabilidades;
- Reestruturação dos processos e atividades objetivando a retomada das operações de lavra com equipamentos próprios, com a consequente diminuição paulatina do processo de terceirização;
- Remodelação do objetivo e funcionamento da central de controle, visando identificar todos os processos e atividades, normatizando ordens de serviços e organizando sistema de planejamento das atividades mineiras e de manutenções, com a meta de conhecer gargalos e redução de custos operacionais;
- Estudo, em conjunto com a Superintendência de Engenharia, das necessidades de pessoal, equipamentos, instalações e instrumentação para atender as novas exigências contratuais com o principal cliente, a CGTEE, da qual resultou um programa em nível operacional e de investimentos.

Da implementação dessas ações resultou, **em nível operacional**:

- Revitalização das duas linhas de britagem para atender as necessidades mais urgentes de entrega de carvão mineral à CGTEE;
- Aquisição de peças de reposição para as correias transportadoras que abastecem de carvão a UPME/CGTEE;
- Plano de ação para recuperação das frotas de tratores, perfuratrizes, carregadeiras, caminhões fora de estrada, concluído em dezembro de 2011, com a entrega para operação de uma perfuratriz e mais um trator, além das manutenções e revitalizações de duas carregadeiras, duas perfuratrizes, três caminhões e um trator;
- Conclusão do *upgrade* nos controles e supervisões eletro-eletrônicos e automação da principal máquina de operação da Mina, a *Dragline Bucyrus 1260-W*, escavadeira elétrica que realiza o processo de descobertura da Mina de Candiota. Realizadas, também, manutenções no sistema de giro, correções e revitalizações nas sapatas, regulagens de tensões nos principais estais de sustentação da estrutura e recuperação de suas caçambas reservas;
- Aquisição de mais uma estação total de topografia para atender a necessidade de dimensionar com alta precisão os serviços de empreiteiras e pátios de estoques físicos da CGTEE, medições de avanço de lavra, de área regenerada e a ser regenerada;
- Conclusão do planejamento de lavra para os próximos cinco anos, com todas as iniciativas e ações a serem efetuadas;

- Recuperação topográfica de áreas a serem regeneradas no próximo ano, com incremento de um trator e operador próprio, além do replantio de 130.000 mudas e mais o plantio de 60.000 novas mudas.

Dentre as ações realizadas em 2011, relativas às atividades desenvolvidas na **Mina do Leão**, podem ser citadas:

- Aumento do perímetro da mina em 50%, e consequente ampliação do estoque de carvão descoberto;
- Aprofundamento da mina, possibilitando a extração de duas camadas inferiores e a diminuição da relação estéril/minério;
- Regeneração topográfica, recomposição do solo e plantio de gramíneas em 6 ha de área impactada na área São Vicente Norte (SVN);
- Reforma do antigo prédio da Superintendência, que servirá ao laboratório, expedição e manutenção mecânica;
- Regeneração topográfica de 3 ha e recomposição do solo e plantio na antiga mina Boa Vista;
- Recomposição do solo, plantio de gramíneas e nativas - Área do Poço P1;
- Fechamento da Mina de Subsolo do Poço P1, com consequente diminuição de custos e eliminação de riscos aos colaboradores;
- Reforma de trator D8 e carregadeira/retro Massey Ferguson;
- Reforma da Planta de Beneficiamento Eurico Rômulo Machado em quatro paradas programadas durante o ano.

Dentre as ações realizadas em 2011, relativas às atividades desenvolvidas referentes à **Administração Central**, podem ser citadas:

- Elaboração do cronograma de implantação, *layout* e termo de referência do Projeto da Planta-Piloto de Jigagem a Seco – Candiota;
- Retomada do estudo de geoqualidade da Mina do Iruí;
- Obtenção da licença (Termo de Referência) junto à FEPAM para iniciar o EIA/RIMA regional para todas as concessões da CRM na Jazida de Candiota;
- Início da elaboração do Projeto Básico para mineração da Malha III na jazida de Candiota;
- Projeto de Geoqualidade da Malha III: sondagem para análise de detalhamento das características da qualidade do carvão.

Principais Investimentos realizados em 2011

(Valores em Reais)

Investimentos operacionais¹	
Mina de Candiota	
Mineração	-
Beneficiamento	57.498
Mecânica	-
Elétrica	155.179
Administração	519.504
Segurança	-
Total Mina de Candiota	732.181
Mina do Leão	
Mineração	54.976
Beneficiamento	-
Mecânica	38.802
Elétrica	-
Administração	21.429
Segurança	96.898
Total Mina do Leão	212.105
Total Investimentos Operacionais	944.286

Obs.: 1- Desembolso com a manutenção da capacidade operacional da CRM

(Valores em Reais)

Investimentos obrigatórios¹	
Mina de Candiota	
Recuperação Ambiental	62.015
Mina do Leão	
Recuperação Ambiental	46.255
Total Investimentos Obrigatórios	108.270

Obs.: 1- Desembolso com áreas anteriormente mineradas

(Valores em Reais)

Investimentos na expansão da mineração¹	
Mina de Candiota	
Lavra - Aquisição de Equipamentos ²	12.597.212
Beneficiamento e Expedição ³	3.172.634
Infraestrutura ⁴	1.172.489
Engenharia e Administração ⁵	12.534
Ampliação da Mina de Candiota - Subtotal	16.954.869
Administração Central - Subtotal ⁶	285.243
Total Investimento Expansão	17.240.112
Total de Investimentos 2011	18.292.668

Obs: 1 - Desembolsos com a Expansão da Capacidade Instalada da CRM

2- Dois caminhões rodoviários, 2 perfuratrizes, 2 perfuratrizes rotopercussivas, 2 tratores de esteiras, 1 trator sobre pneus, 1 pá carregadeira, 1 carreta semi-reboque, 2 caminhões fora de estrada

3 - Aquisição de britador primário, britador secundário, 4 alimentadores vibratórios suspensos

4 - Recuperação e ampliação da infraestrutura da mina.

5 - Gastos no Gerenciamento do Processo

6 - Sondagens e Geoqualidade da Mina Iruí

Ações Previstas para 2012

Dentre as ações previstas para 2012 no âmbito da **Mina de Candiota**, da **Mina do Leão** e da **Administração Central**, podem ser citadas:

- *Mina de Candiota:*

- Aquisição de mais 3 caminhões fora de estrada de 65 toneladas e mais dois caminhões rodoviários de 35 toneladas;
- Aquisição de uma escavadeira hidráulica de 4,5 m³;
- Aquisição de guincho de 35 t;
- Investimentos nas áreas a serem regeneradas, além das recuperações topográficas, também revegetações e construções de barreiras de contenção.

- *Mina do Leão*

- Desvio da drenagem e conseqüente liberação de 300.000 t de carvão na Área SVN;
- Regeneração simultânea à mineração - prevista regeneração de 3 ha na Área SVN;
- Regeneração de um mínimo de 3 ha na antiga Área Boa Vista;
- Regeneração e plantio de gramíneas e árvores nativas em 1 ha na área do Poço P1 desativado;

- Início do Estudo de Impacto Ambiental na Jazida do Iruí;
 - Implantação de novo britador primário na planta Eurico Rômulo Machado;
 - Obras do Sistema de Gestão Ambiental (SGA);
 - Drenagem e tratamento de águas dos pátios e lavador na área do Poço P1;
 - Construção de rampa de lavagem e lubrificação;
 - Reativação do sistema de recuperação de águas do lavador;
 - Reforma de Trator D6;
 - Aquisição de uma camioneta e um caminhão rodoviário.
- *Administração Central*
 - EIA/RIMA regional para a Jazida de Candiota;
 - EIA/RIMA regional para a Jazidas do Iruí e Leão – Obtenção de Licença Prévia (LP);
 - Planta-Piloto da Jigagem a Seco da Mina de Candiota – Implantação de 80%;
 - Projeto Geoqualidade da Malha III – Execução;
 - Conclusão do Projeto Básico para mineração da Malha III na jazida de Candiota.

Investimentos programados para o ano de 2012

Dentre os principais investimentos a serem realizados em 2012, é possível citar os destinados à manutenção da operacionalidade da mineração, os de natureza obrigatória, em especial os de recuperação ambiental e, por fim, os destinados à ampliação da atividade mineradora.

As respectivas ações e os investimentos associados estão identificados na Tabela a seguir.

(Valores em Reais)

Investimentos operacionais - Manutenção da Capacidade Operacional	
Mina de Candiota	2.480.000
Mina do Leão	924.000
Total Investimentos Operacionais	3.404.000

(Valores em Reais)

Investimentos obrigatórios	
Recuperação do Passivo Ambiental	1.000.000
EIA/RIMA - Regional Jazida de Candiota	500.000
EIA/RIMA - Regional Jazida de Iruí	250.000
Implantação Planta-Piloto Beneficiamento a Seco/Mina Candiota	6.400.000
Total Investimentos Obrigatórios	8.150.000

(Valores em Reais)

Investimentos na expansão da mineração	
Ampliação da Mina de Candiota	
Equipamentos	14.400.000
Infraestrutura da Mina	875.000
Total Investimentos Expansão	15.275.000

(Valores em Reais)

Total Investimentos Programados - 2012	
Total de Investimentos	26.829.000

Exemplo de atividades da CRM: Operação da Mina de Candiota

Aspectos da sequência de operações ligadas à mineração sustentável do carvão mineral na Mina de Candiota da CRM.



Retirada da terra vegetal - Definida a lavra e delimitada a área a ser minerada, a terra vegetal é retirada.



Descobertura do carvão - O material que cobre as camadas de carvão é retirado e depositado lateralmente.



Extração do carvão - As camadas de carvão expostas são carregadas e transportadas até a usina de britagem.



Recomposição - A superfície da área já então recomposta e estabilizada pode ser preparada para ser devolvida a seus proprietários.



Correção, adubação e plantio

O solo é preparado com a adição de calcário e adubo, recebendo um coquetel de sementes de gramíneas para iniciar a revegetação do mesmo. O controle da erosão é fundamental nessa etapa.

Superintendência de Portos e Hidrovias (SPH)

A Superintendência de Portos e Hidrovias (SPH), autarquia estadual, sob a tutela do Estado do Rio Grande do Sul, vinculada à Secretaria de Infraestrutura e Logística (SEINFRA) tem, entre outras, como principais finalidades e competências³:

- Administrar os portos e respectivas instalações, abrangidos por delegação da União ao Estado, nos termos dos convênios, da legislação portuária e das resoluções dos Conselhos de Autoridade Portuária, excluídos os regulados por lei própria;
- Planejar, coordenar, executar e fiscalizar os serviços e obras de dragagem concernentes ao aprofundamento, melhoramento,

³ Autarquia Estadual, criada pela Lei nº 1.561, de 1º de outubro de 1951, alterada pelas Leis nº 10.722, de 18 de janeiro de 1996, nº 10.723, de 18 de janeiro de 1996, nº 10.821, de 17 de julho de 1996, e nº 11.089, de 22 de janeiro de 1998, sob a tutela do Estado do Rio Grande do Sul

ampliação e conservação dos canais de acesso aos portos e das vias navegáveis fluviais e lacustres do Estado, bem como os serviços e obras de sinalização náutica;

- Elaborar os processos de concessão, delegação, permissão ou, autorização da exploração dos serviços de transportes aquaviários no território do Estado, bem como dos respectivos terminais hidroportuários, e fiscalizá-los, respeitadas as disposições da Lei nº 10.931, de 09 de janeiro de 1997;

- Fiscalizar e arrecadar as taxas e tarifas portuárias, bem como a cota de contribuição hidroviária.

Porto de Porto Alegre

O Porto de Porto Alegre é o maior porto fluvial do País, em extensão. Mantém oito km de cais acostável, dividido entre os cais Mauá, Navegantes e Marcílio Dias. Sua estrutura envolve 25 armazéns com 70 mil m², em uma área total de 450 mil m².

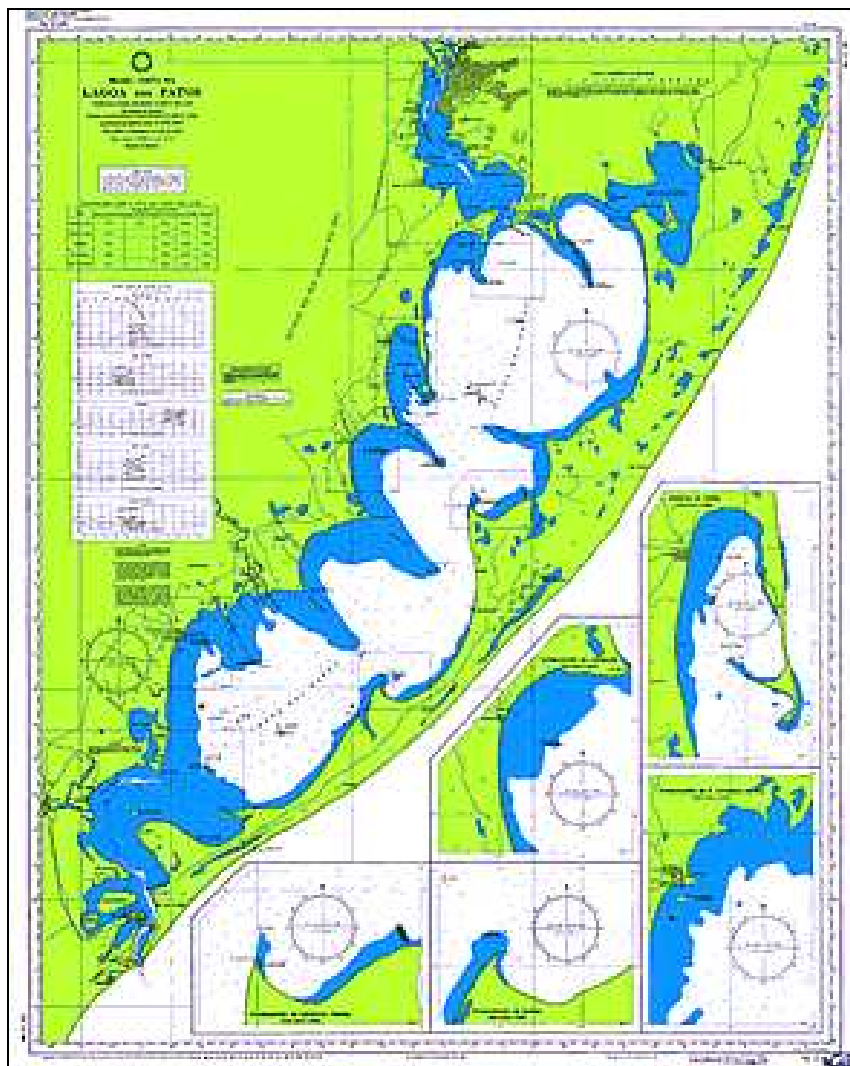
Desde o primeiro semestre de 2005, a área de operação do porto público está concentrada no cais Navegantes, que mantém 220 metros de linha férrea – o que permite a operação de dois navios simultaneamente – , além da estrutura exigida para movimentação de navios de longo curso. O zoneamento do porto da Capital gaúcha dispõe de áreas distintas para terminais de contêineres, de grãos, de fertilizantes, de cargas em geral, de frangos e cargas especiais. Nos últimos cinco anos, o Porto de Porto Alegre, juntamente com os terminais privados, movimentou cerca de quatro milhões de toneladas/ano em produtos como: bobinas de papel, fertilizantes, sal, grãos vegetais, transformadores elétricos, gás, combustível e bobinas de cabo naval.

A Malha Hidroviária

O Rio Grande do Sul possui uma extensa malha hidroviária formada por rios, lagos e lagoas navegáveis que atravessam o seu território.

Existem duas grandes bacias hidrográficas, que contêm os principais rios: Bacia da Laguna dos Patos (Bacia do Sudeste) e Bacia do Rio Uruguai.

A Figura a seguir representa a principal área de desenvolvimento da navegação interior, e é integrada pelo complexo lacustre Laguna dos Patos-Lago Guaíba e pelos rios Jacuí, Taquari, Caí, Sinos, Gravataí e São Gonçalo.



A Bacia do Rio Uruguai, que abrange a metade do Estado, possui uma grande sub-bacia, que é a do Rio Ibicuí.

O sistema hidroviário é de importância estratégica para o Estado, pelo potencial das vias navegáveis interiores na redução de custos e economia de combustível no transporte de cargas, especialmente de cargas de grande volume unitário, em distâncias compatíveis com a modalidade hidroviária. Acrescente-se a isso, a consequente redução do tráfego rodoviário, diminuindo o número de acidentes e o custo de manutenção nas rodovias estaduais.

Realizações do ano de 2011

Dentre as realizações do ano de 2011, podem ser citadas:

Hidrovias

• *Dragagem dos canais de acesso ao Porto de Porto Alegre, como segue:*

○ Lago Guaíba – realizados trabalhos de dragagem no Lago Guaíba mediante terceirização dos serviços – Canal Pedras Brancas, extensão 1.800m, volume dragado 188.885 m³; Canal do Junco, extensão 3.840m, volume dragado 397.151 m³;

○ Laguna dos Patos e Canal da Feitoria – dragagem em execução, extensão de 3.200 m, volume dragado, até dezembro de 2011, 200.000 m³. Investimento realizado – **R\$ 5,86 milhões.**

○ Hidrovia do Gravataí –realizada a dragagem mediante emprego de equipamento e pessoal próprio, volume dragado 30.000 m³. O investimento realizado totaliza o volume de **R\$ 1,9 milhão.**

○ Arroio São Lourenço – dragagem de desassoreamento do arroio em uma extensão total de 350 m. O volume total dragado foi de 25.000 m³.

• *Implantação de travessia hidroviária de Passageiros entre Porto Alegre e Guaíba:* retomada do transporte hidroviário, ação metropolitana que envolve a noção de mobilidade urbana, precedida da elaboração de estudos do projeto enviado e aprovado pela Marinha do Brasil. Envolveu ações de colocação e manutenção da sinalização náutica da Nova Hidrovia, além de dois terminais hidroviários de passageiros, um em Porto Alegre outro em Guaíba.



• *Terminal Internacional Turístico de Passageiros, sinalização e balizamento:* a Secretaria Especial de Portos (SEP) encaminhou

providências para a realização do Estudo de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE) com vistas à elaboração do projeto de engenharia do Terminal Internacional de Passageiros e da sinalização e balizamento da hidrovia entre Porto Alegre e Rio Grande, incluindo-se o planejamento da sinalização noturna do trecho.

- *Licenciamento Ambiental*: extensivo a todos os canais de acesso ao Porto de Porto Alegre, Lago Guaíba e Laguna dos Patos, envolvendo o encaminhamento à FEPAM do pedido de autorização para dragagem de desassoreamento da Hidrovia do Jacuí e do Canal Miguel da Cunha, travessia entre Rio Grande e São José do Norte. Foi realizado, também, o levantamento topohidrográfico e batimétrico da hidrovia do Rio Jacuí.

- *Sinalização Náutica*: recuperação, nas oficinas da SPH, e reposicionamento nas hidrovias, de mais de cem boias da sinalização náutica nos canais de acesso ao complexo portuário da Região Metropolitana. Houve ainda a necessidade de adquirir de 163 boias de polietileno de alta densidade para instalação na Hidrovia do Rio Jacuí (investimento realizado de **R\$ 489 mil**).

- *Recuperação de embarcações*: recuperação do Navio Balizador Benjamin Constant, Rebocador Torres, Rebocador Marechal Deodoro, Lancha Anita e Lancha São Sepé. Foi ainda realizada a recuperação da Carreira no Estaleiro de Triunfo, que servirá para a recuperação de embarcações.

- *Fiscalização e monitoramento das Hidrovias*: Em todas as dragagens realizadas foram executadas batimetrias antes e após a execução de cada trecho, com elaboração de cálculos de volume dragado e plantas de cada trecho, trabalho executado com pessoal e equipamentos próprios.

- *Fiscalização das travessias*: realizadas ações de fiscalização das travessias de cargas sob responsabilidade da SPH, tendo sido elaborados os editais para licitação das travessias de Santa Isabel e estando em final de elaboração o edital de licitação para a travessia Rio Grande-São José do Norte, trabalho realizado em conjunto com a CAGE, PGE e AGERGS.

Portos: Porto de Porto Alegre - Cais Navegantes - Cais Mauá



- *Revitalização do Cais Mauá*: através de acordo judicial, ficou decidido que a administração e fiscalização da área arrendada estará afeta à competência da SPH. A imissão de posse ao licitante vencedor, a Empresa Porto Cais Mauá do Brasil, foi assinada em 23/11/2011, e o valor arrendado aumentou de R\$ 2,5 milhões para R\$ 3,0 milhões/ano. Os recursos financeiros a serem aportados a essa iniciativa ingressarão como recursos próprios e serão utilizados em novos investimentos direcionados aos portos e hidrovias gaúchas.

- *Implantação das Estações Hidroviárias* no Cais Mauá, Porto de Porto Alegre e no Município de Guaíba, referente à concessão da travessia aquaviária entre Porto Alegre e Guaíba.

- *Manutenção periódica e qualificação da infraestrutura do Cais Navegantes* encaminhando-se o processo de reforma geral de um guindaste do Porto de Porto Alegre, instalado no Cais Navegantes. O certame licitatório foi concluído, e o contrato assinado com a empresa vencedora. O valor total a ser investido será de **R\$ 1 milhão**.

- *Reforma de guindaste e doação de equipamentos*: assinado contrato para reforma geral do guindaste nº 18, que opera no Cais Navegantes. Estabelecida parceria entre a SPH e a Superintendência do Porto do Rio Grande (SUPRG) para transferência de outros quatro guindastes usados, os quais serão desmontados e transportados para Porto Alegre, sem custo para a SPH.

- *Instalação de nove defensas no Cais Navegantes*, visando à proteção das embarcações e das instalações de acostagem no Porto de Porto Alegre. A aquisição dos equipamentos encontra-se em fase licitatória. O valor total a ser investido será de **R\$ 600 mil**.

- *Elaboração da Licença de Operação (LO) do Porto de Porto Alegre* envolvendo vários estudos ambientais. O valor a ser investido é de **R\$ 260 mil** e encontra-se em processo licitatório.

- *Conclusão das etapas finais da execução do Sistema de Segurança do Porto de Porto Alegre* de acordo com o Código Internacional

para Proteção de Navios e Instalações Portuárias (ISPS-CODE). A implantação do sistema foi iniciada em 2008 e foram investidos **R\$ 5,2 milhões**.

- *Remoção de embarcações antigas e sucateadas*: embarcações denominadas *Pernambuco*, *Porteiras* e *Laranjal*, atracadas no Porto de Porto Alegre há mais de 20 anos, foram removidas. A SPH está providenciando, também, a remoção de dois navios Paraguaios denominados *N/M Mariscal José Félix Estigarribia* e *N/M General Bernardino Caballero*, cuja venda como sucata encontra-se em processo licitatório na CECOM, juntamente com a retirada de aproximadamente 300 mil litros de misturas oleosas, depositadas no interior das embarcações. Os navios permaneceram atracados no Porto de Porto Alegre por mais de 15 anos e foram transferidos ao patrimônio da SPH como dação em pagamento de dívida contraída por uso das instalações portuárias.

Planos de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ)

- *Elaboração do Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) dos Portos de Porto Alegre e Pelotas*. O valor a ser investido é de **R\$ 266 mil** e encontra-se em processo licitatório.

Administrativo e Financeiro – 2011

No ano de 2011, a SPH deu encaminhamento administrativo às seguintes realizações:

- *Ingresso de receita*: A SPH incrementou o ingresso de receita através do aporte de recursos próprios, passando de R\$ 6 milhões em 2010 para R\$ 12 milhões em 2011. A Autarquia está priorizando o cumprimento das metas previstas no Plano de Arrendamento Portuário (PAP), conforme já aprovado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), estando em fase de conclusão os estudos das novas tarifas portuárias.

- *Realização de Concurso Público*: Foi encaminhada solicitação para realização de concurso para preenchimento das vagas disponíveis que não tiveram candidatos classificados no Concurso Público nº 001/2009, bem como para dar atendimento às novas exigências da Secretaria de Portos (SEP) e GÊNCIA Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), para a criação de um Setor de Gestão Ambiental. Ex.: guardas portuários, engenheiro mecânico e de segurança do trabalho, operador de jato, cozinheiro fluvial, jornalista, advogado e economista. O expediente administrativo, encontra-se no GAE/SEFA, para análise da Minuta do Projeto de Lei.

- *Regularização da área da Vila Operária – Triunfo*: Foram realizados procedimentos administrativos que objetivam a regularização das casas na Vila Operária de Triunfo. Entre as ações promovidas, pode-se destacar: envio de notificações extrajudiciais a todos os ocupantes das casas da Vila Operária do Estaleiro Naval de Triunfo, pertencentes ao

patrimônio da SPH; e encaminhamento do expediente administrativo à Procuradoria-Geral do Estado, visando ao ajuizamento de ações de reintegração de posse.

- Arrendamento ou cessão de uso com ônus/sem ônus:
 - Porto de Mariante (Venâncio Aires) – Regularização da situação de Cessão de Uso entre a SPH e o município de Venâncio Aires.
 - Porto de Rio Pardo – Atualmente cedido sem ônus para a Prefeitura Municipal de Rio Pardo. A SPH contatou o município visando à transformação da cessão de uso de forma gratuita em onerosa.
 - Barragem Barão de Rio Branco – Capela de Santana: Trata-se da primeira barragem eclusada da América Latina. Foi feito contato com a Administração Municipal de Capela de Santana, visando à possibilidade de implementação de cessão do uso onerosa ao Município de Capela de Santana.

Reintegrações e Regularizações de Posse

- *Estaleiro Naval de Triunfo*: A área do Estaleiro Naval de Triunfo sofreu com o desenvolvimento de ocupações irregulares, comprometendo sua atividade fundamental, depreciando e dilapidando o patrimônio público. A SPH encaminha e monitora diversos processos relativos à reintegração da posse dessas áreas. Entre elas podem ser destacadas: a área do estaleiro naval do Município de Triunfo; a área denominada de *Camping*; edificação de imóvel na Vila Operária de Triunfo; áreas localizadas no Cais Navegantes, onde estão instaladas as empresas de Comércio e Extração de Areia. Todos os processos de reintegração já foram ajuizados pela PGE. No cais Marcilio Dias e Vila DEPRC, todas as empresas foram notificadas extrajudicialmente. A SPH está no aguardo da PGE, com vistas ao ajuizamento das ações por parte daquela Procuradoria.

- *Estação Hidrometeorológica do Imbé*: Ajuizada pela PGE de Osório, em tramitação.

- *Áreas em processo de regularização*: Com o objetivo de regularizar a situação mobiliária de áreas, do ponto de vista registral, a SPH encaminhou procedimentos para regularizar:

- Porto de Cachoeira do Sul – Concessão do direito real de uso de áreas para exploração pela empresa Granol, conforme autorização via Lei Estadual.
- Terrenos Urbanos – Dois terrenos na Av. Voluntários da Pátria – um ocupado pelo DMLU e outro pela Empresa de Ônibus Palmares. Localizados os processos que comprovam a compra por desapropriação dos mesmos pelo antigo DEPRC.
- Pedreira da Serraria - Loteamento irregular existente.

Ações Previstas para 2012

Dentre as ações previstas para 2012, a serem implementadas pela SPH, podem ser citadas:

Hidrovias

- *Dragagem de desassoreamento*, como segue:
 - Dragagem dos canais de acesso ao Complexo Portuário da Região Metropolitana – o investimento previsto atinge **R\$ 5,5 milhões**. A atividade de dragagem prevê um total de 750.000 m³ de material a ser removido dos canais artificiais da Laguna dos Patos, Barra do São Gonçalo e Lago Guaíba, mediante contratação dos serviços necessários.
 - Dragagem da Hidrovia do Rio Jacuí e do Delta do Rio Jacuí – os trabalhos serão realizados com utilização de equipamento e pessoal próprios. Esses serviços têm em vista a melhoria do escoamento da produção de biodiesel e demais produtos da Região de Cachoeira do Sul.
 - Dragagem das hidrovias do Sinos e Caí realizada com equipamento e pessoal próprios.
- *Sinalização Náutica*
 - Realização de investimento de R\$ 1,5 milhão na aquisição de materiais e equipamentos para a sinalização náutica dos canais de acesso ao complexo portuário da Região Metropolitana, com vistas à recuperação dos índices de eficácia exigidos pela Marinha do Brasil.
 - Instalação de 163 sinais náuticos na hidrovia do Jacuí e Delta do Jacuí.
 - Recuperação de toda a sinalização dos canais de acesso às hidrovias do Sinos, Caí e Gravataí, bem como do Porto de Porto Alegre e sua Bacia de Evolução.

Recuperação de Equipamentos

- Reforma das Dragas Santo Amaro e Eng. Serrano, bem como de batelões e demais embarcações de apoio.

Batimetria

- Realização de batimetrias de controle das operações de fiscalização da dragagem continuada, bem como de todos os trechos monitorados na hidrovia com vistas à documentação técnica das hidrovias.
- Aquisição de equipamentos de topografia, Estação Total e de batimetria, DGPS e ecobatímetro.

Portos

Como resultado do ingresso de receita, a SPH investe e prioriza a reforma de guindastes, instalação de defensas no Cais operacional, no prolongamento da linha férrea e outros grandes investimentos nos serviços de dragagem. Todas essas intervenções serão encaminhadas no sentido de modernizar e aumentar a operacionalidade do porto e a perspectiva concreta de aumento das receitas. Dentre os investimentos e melhorias, podem ser citados:

- *Manutenção e atualização de infraestrutura portuária*
 - Reforma geral de um guindaste de grande porte com capacidade de 32-40 toneladas do Porto de Porto Alegre, instalado no Cais Navegantes. O valor total previsto do investimento está estimado em **R\$ 1 milhão**.



- Projeto e execução de ampliação do sistema de segurança do Porto de Porto Alegre, no Cais Navegantes, de acordo com o Código Internacional para Proteção de Navios e Instalações Portuárias (ISPS-CODE). O valor total previsto do investimento está estimado em **R\$ 1,8 milhão**.
 - Projeto e execução de ampliação do sistema de segurança do Porto de Pelotas de acordo com o ISPS-CODE. O valor total previsto do investimento está estimado em **R\$ 2,1 milhões**.
 - Prolongamento da linha férrea utilizada para a movimentação de guindastes no Cais Navegantes. A extensão da linha será de 60 metros com bitola de 1 metro. A obra irá proporcionar o aumento da operacionalidade na movimentação de cargas. O valor total previsto do investimento está estimado em **R\$ 1,5 milhão**.

- Elaboração de Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE), de várias áreas a serem arrendadas no Porto organizado de Porto Alegre, com o objetivo de cumprir o Programa de Arrendamento junto à ANTAQ. O valor total previsto do investimento está estimado em **R\$ 600 mil**.
 - Projeto e instalação de defensas no Cais do Porto de Pelotas visando à proteção das embarcações e das instalações de acostagem. O valor total previsto do investimento está estimado em **R\$ 1 milhão**.
 - Projeto e execução do Terminal Internacional Turístico de passageiros e dos segmentos rodoviários de acesso ao terminal, incluindo a pavimentação de pátios e estacionamentos. O valor total previsto do investimento está estimado em **R\$ 9 milhões** – recursos Financeiros da União Federal.
- *Ações de regularização e reintegração de posse:* No ano de 2012, a SPH implementará uma série de ações destinadas à manutenção de processos de regularização e/ou retomada de posse de áreas de propriedade do Estado ocupadas irregularmente. Merecem destaque as seguintes ações:
 - Cais Navegantes – áreas ocupadas com processo judicial de ajuizamento de reintegração de posse tramitando na justiça.
 - Cais Marcílio Dias e Vila DEPRC – Ajuizamento de ações para todas as áreas ocupadas que já tenham sido objeto de notificação extrajudicial e estejam no aguardo de providências da PGE para o ajuizamento das ações de reintegração de posse.
 - Vila DEPRC/POA – Área continua invadida por famílias de baixa renda. Existe o processo de reintegração de posse, que continua em tramitação na justiça. Uma área com 16.677,25 m, parte de um todo maior com 251.755.00 m², foi desapropriada pelo DNIT, mediante indenização, para a faixa de domínio da BR-448 (Rodovia do Parque) e foi permitido o uso de uma área de 5,36 ha, em caráter precário e oneroso, mediante Termo de Permissão de Uso.

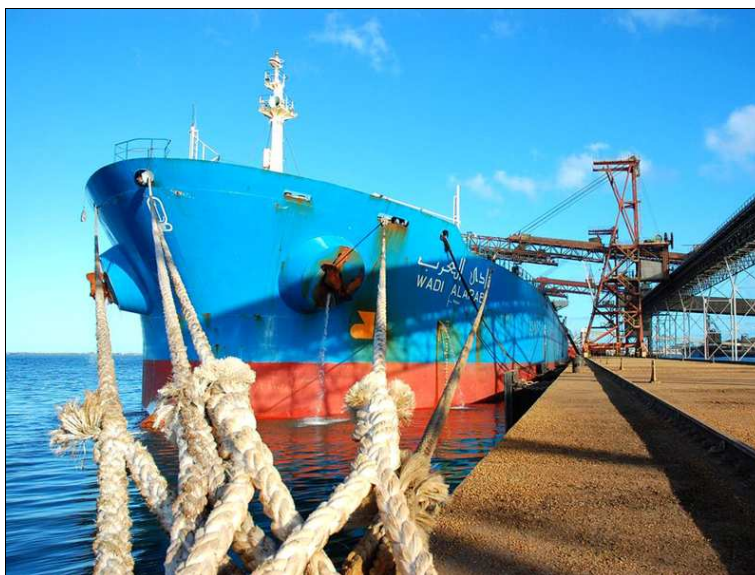
Superintendência do Porto do Rio Grande (SUPRG)

A Superintendência do Porto do Rio Grande (SUPRG), Autarquia Estadual vinculada à Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado do Rio Grande do Sul, criada pela Lei nº 10.722, de 18 de janeiro de 1996, tem por incumbência administrar o Porto do Rio Grande, na qualidade de executor da concessão da União ao Estado, como autoridade portuária executiva, coordenando e fiscalizando as diversas entidades atuantes no

Porto Organizado, nos termos da Lei Federal nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993. Cabe à SUPRG explorar e administrar o Porto do Rio Grande, na forma do Convênio de Delegação nº 001-PORTOS/97, firmado pelo Governo Federal com o Estado do Rio Grande do Sul em 1997, bem como planejar a política portuária, estudando, melhorando e conservando os canais de acesso ao Porto. Destaca-se a conservação dos Molhes da Barra, canal de acesso ao Porto Novo e a manutenção de todo sistema hidroportuário do Porto do Rio Grande.

O Porto do Rio Grande

O Porto do Rio Grande está em constante processo de consolidação, revitalização e qualificação na sua infraestrutura, operação portuária e gerencial. O ano de 2011 foi de diagnóstico das condições de infraestrutura e operação. Foram investidos, com recursos próprios, R\$ 47.180.210,98.



Privilegiado por seus aspectos geográficos, o Porto do Rio Grande consolidou-se como o porto do CONESUL, tendo forte atuação no extremo sul do Brasil, estando entre os mais importantes portos do continente americano em produtividade, oferecendo serviços ágeis e de qualidade. Dotado de uma completa infraestrutura operacional, o Porto gaúcho é considerado o segundo mais importante do País para o desenvolvimento do comércio internacional brasileiro. Além disso, o Porto não para de realizar investimentos em infraestrutura, estando sempre adequado aos padrões internacionais.



Outra grande vantagem do Porto do Rio Grande é a disponibilidade de malhas modais diversificadas e bem distribuídas no território do Rio Grande do Sul. Com uma excelente oferta de infraestruturas de transporte, compreendendo os modais rodoviário, hidroviário, ferroviário e aeroportuário, os caminhos que levam ao Porto gaúcho estão em estado de conservação considerado dos melhores no cenário nacional. A multimodalidade do Porto do Rio Grande é um importante fator na redução de custos e no aumento da eficiência logística, agregando maior valor às mercadorias que passam por suas instalações.

Ações e realizações em 2011

A fim de que o Porto do Rio Grande consolide-se como o porto do CONESUL, com forte atuação no extremo sul do Brasil, estando entre os mais importantes portos do continente americano em produtividade, oferecendo serviços ágeis e de qualidade, torna-se necessário um processo continuado de adequação e readequação aos padrões internacionais.

Ter um calado compatível para receber grandes navios fez com que houvesse o investimento de **R\$ 43 milhões** na dragagem de manutenção e sinalização náutica, a fim de manter a profundidade de 17 m e 16 m na entrada da barra e canal de acesso ao Porto, respectivamente.

Com esta ação, ficou assegurado que o Porto do Rio Grande continue com excelente profundidade em seu canal de entrada e seus terminais de granéis e de contêineres, superior ao correspondente nos portos concorrentes. Com calado e condições operacionais privilegiadas, o Porto é o ponto perfeito para o transbordo de contêineres e de completamento de carga de granéis dos países da Bacia Hidrográfica do Prata. Além disso, em seu cais público, Porto Novo, com 12 metros de

calado, oferece invejável disponibilidade de atracação, possuindo um cais com cerca de 2 km de extensão.

Foi iniciado um processo de qualificação estruturante no Porto Novo, onde foram feitas reformas em armazéns, equipamentos para segurança, mapeamento do cais, levantamentos batimétricos, adequação do Projeto Executivo da construção dos 1.125 m de cais, levantamentos topográficos para qualificação do pavimento e projetos de melhoramentos da infraestrutura básica de energia, esgoto, fibra ótica, combate a incêndio e sinalização. Foram investidos, até o final de 2011, **R\$ 2,44 milhões**.

Compromisso Ambiental

Comprometido com o meio ambiente, o Porto do Rio Grande mantém constante monitoramento de todas as suas atividades, baseado no Estudo de Impacto Ambiental, desenvolvendo suas operações numa convivência perfeita entre trabalho, comunidade e consciência ecológica. Em 2011, foi investido, no monitoramento e ações ambientais, o montante de **R\$ 1,7 milhão**. Por ter essa postura, tornou-se referência na área ambiental para os demais portos brasileiros, sendo pioneiro em diversas áreas: primeiro porto brasileiro a obter uma Licença de Operação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); conseqüentemente, foi também o primeiro a fazer um Estudo e um Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) e, mais recentemente, foi o primeiro a implantar um Programa de Educação Ambiental (ProEA).

Dentro desse contexto, o Porto do Rio Grande possui a Divisão de Meio Ambiente, Saúde e Segurança (DMASS), contando com profissionais preparados e qualificados para realizarem monitoramentos, desenvolver projetos e atender as questões ambientais pertinentes às áreas do Porto Organizado.

O Porto alcançou, em 2011, um crescimento em movimentação de 10% em relação a 2010, passando de 27.711.803 t para aproximadamente 31.000.000 t. Está projetado um crescimento de movimentação para 2012 na ordem de 9%. Tudo isso demonstra a importância estratégica do Porto do Rio Grande para a economia do RS e do Brasil.

Realizações e Investimentos projetados para 2012

Porto Velho

Outra ação que dialoga diretamente com a comunidade rio-grandina é o processo de revitalização do Porto Velho e seu entorno. Foram investidos **R\$ 479.953,66**.

Para 2012, estão previstos investimentos do Governo Estadual e Federal na ordem de **R\$ 213 milhões** para continuar a qualificação da infraestrutura operacional do Porto: construção dos 1.125 m de cais, pavimentação do Porto Novo, dragagem de manutenção e sinalização náutica, colocação do VTMIS (Sistema de Gerenciamento e Monitoramento

de Tráfego de Navios - *Vessel Traffic Management and Information System*), qualificação e capacitação dos trabalhadores portuários, conclusão dos projetos estruturais de expansão portuária, reforma no cais do Porto Velho, entre outros.

Ações Planejadas no PPA para 2012

Dentro do Programa **Transportes Multimodais**, a SUPRG planeja a implementação das seguintes ações:

- *Expansão de área portuária* – Esta ação objetiva criar novas áreas para atividade portuária, atendendo às necessidades do crescimento da movimentação de cargas e organização da atividade pesqueira. O dado financeiro previsto para a ação atinge a cifra dos **R\$ 2,5 milhões**.

- *Gestão ambiental* – Esta ação tem como objetivo gerenciar as operações de acordo com as exigências da legislação ambiental, implementando as ações através da implantação de Planos de Prevenção de Resíduos Ambientais (PPRA), Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), qualidade da água, sedimentos, testes ecotoxicológicos e monitoramento da fauna. O dado financeiro previsto para a ação atinge a cifra dos **R\$ 2,48 milhões**.

- *Gestão do Acesso Aquaviário* – Esta ação visa manter os canais de acesso e bacias de evolução aprofundados, modernizados e sinalizados para maior segurança e eficiência na trafegabilidade. O dado financeiro previsto para a ação atinge a cifra dos **R\$ 12,1 milhões**.

- *Modernização e Adaptação da Infraestrutura no Porto do Rio Grande* – Esta ação busca modernizar a infraestrutura, recuperando, adaptando e revitalizando as instalações do Porto do Rio Grande. O dado financeiro previsto para a ação atinge a cifra dos **R\$ 12,9 milhões**.

SECRETARIA DA CIÊNCIA, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

As atividades de Ciência e Tecnologia iniciaram no Rio Grande do Sul nos anos 40, mas apenas em 1990 foi criada formalmente a Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia. Em 2011, o Órgão passou a denominar-se Secretaria da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico (SCIT), com as competências de: executar a política e o respectivo planejamento estratégico; desenvolver e aglutinar informação; promover a divulgação e a transferência de pesquisas, bem como o desenvolvimento de patentes e de outros dispositivos de registro e proteção à propriedade intelectual; promover a formação e o desenvolvimento de recursos humanos, incentivando sua capacitação; apoiar e estimular órgãos e entidades que investirem em pesquisa, desenvolvimento e inovação; promover e coordenar programas especiais e de fomento, bem como atividades de pesquisa e desenvolvimento em áreas prioritárias; promover a implementação e fixação de atividades de alta tecnologia no âmbito do Estado; atuar na metrologia; promover cooperação científica, tecnológica e universitária com outros países e com organismos internacionais; promover o fomento científico e tecnológico.

São órgãos vinculados à SCIT: a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS); a Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC); e a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS).

RS Tecnópole

Entre os diversos projetos voltados ao desenvolvimento da ciência, inovação e pesquisa tecnológica, destaca-se o **RS Tecnópole**, programa para o qual convergem diferentes iniciativas, trabalhando com parques tecnológicos e polos de inovação, de modo a centralizar as ações junto à Secretaria. As ações que caracterizam o escopo dessa estratégia são o incentivo, apoio, articulação e difusão do conhecimento científico, tecnológico e de inovação no Rio Grande do Sul. O programa RS Tecnópole está alicerçado em quatro eixos: Desenvolvimento Tecnológico Regional; Articulação e Inclusão; Fomento à Inovação; e Promoção de Setores Estratégicos do Estado do RS. Somente em 2011, investimentos na área da ciência, tecnologia e inovação já somam R\$ 44,5 milhões.

O Programa RS Tecnópole apresentou, desde seu lançamento, em abril de 2011, ações efetivas para o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação no Rio Grande do Sul. Foram realizadas quatro reuniões do comitê gestor do Programa, a fim de mapear a competência e excelência do Estado no que diz respeito às universidades, aos serviços tecnológicos e às empresas, além de duas reuniões com os gestores dos parques tecnológicos a fim de discutir a implantação da rede de parques. Foi promovido um *workshop* sobre *Gestão e Governança dos Parques Tecnológicos* e foram lançados três editais de apoio a parques tecnológicos e polos de modernização: o PGTEC 01/2011 voltado para os Parques

Científicos e Tecnológicos, no valor de R\$ 12 milhões; o Edital 02/2011 e o Edital 03/2011 para apoiar os Polos de Inovação Tecnológicos, no valor total de R\$ 3,5 milhões. São parceiros no Programa RS Tecnópole as seguintes instituições: SDPI, SEPLAG, MCT, FIERGS, FEDERASUL, SEBRAE, Fórum de Pró-Reitores de Pós-Graduação e Pesquisa (FOPROP), Rede Gaúcha de Incubadoras de Empresas e Parques (REGINPE) e CUT.

Polos Tecnológicos

O **Programa de Apoio aos Polos de Inovação Tecnológica** foi criado pela SCIT, em 1989, para estimular a integração entre Universidades e Centros de Pesquisa com o setor produtivo, objetivando o desenvolvimento de tecnologias adequadas às diferentes regiões dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs). O Programa evoluiu ao longo dos anos, aumentando sua eficácia e promovendo a transferência de tecnologias apropriadas ao setor produtivo regional, tendo como público-alvo do programa são os COREDEs, universidades, indústrias e associações comerciais. Foram aprovados 39 projetos com o objetivo de serem apoiados pelo Programa, e investidos R\$ 3,5 milhões, além de R\$ 2,9 milhões da Participação Cidadã.

Os Polos Tecnológicos estão presentes em 22 regiões do Estado, tendo como unidades executoras as universidades e faculdades locais. São os seguintes:

Região	Unidade executora	Área de atuação
Alto Jacuí	UNICRUZ	Biologia em agropecuária
Campanha	URCAMP	Carboquímica e Mineração
Central	UFSM, URI	Agropecuária Industrial, Engenharia e Saúde
Campos de Cima da Serra	UCS, UERGS, FEPAGRO	Agroindústria, Agropecuária, Desenvolvimento Industrial, Turismo e Meio Ambiente
Centro-Sul	Faculdade de Formação de Professores e Especialistas de Educação, Faculdade Camaquense de Ciências, Contábeis e Administração, ULBRA	Agroindústria
Fronteira Oeste	PUCRS II, URCAMP, Fundação Maronna e Esc. Agrotécnica Federal de Alegrete	Piscicultura, Hortigranjeiros com Plasticultura e desenvolvimento da Bacia Leiteira
Fronteira Noroeste	UNIJUÍ	Metalmecânica, Tecnologia de Alimentos e Construção Civil
Litoral	ULBRA, UERGS, UFRGS, UNISC, FEPAGRO, FACOS	Agropecuária, Agroindústria, Indústria de Malhas e Confecção, Indústria Moveleira, Meio Ambiente,

Região	Unidade executora	Área de atuação
		Pesca e Aquicultura, Tecnologia da Informação (TI), Suporte Científico e Tecnológico ao Turismo
Médio Alto Uruguai	URI	Agroindústria, Agropecuária e Mineralogia
Missões	URI	Engenharia de Projetos e Produtos, Energia e Meio Ambiente, Processos de Informática Industrial, Diversificação Agropecuária e Qualidade Industrial
Nordeste	UPF, UCS, URI	Agroindústria, Agropecuária, Indústria de Transformação e Meio Ambiente
Noroeste Colonial	UNIJUÍ	Agropecuária, Eletroeletrônica, Informática, Metalmeccânica
Norte	URI	Agropecuária, Tecnologia de Alimentos, Energia e Meio Ambiente e Desenvolvimento Industrial
Paranhana/ Encosta da Serra	FACCAT	Meio Ambiente, Automação e Informática
Produção	UPF	Alimentos e Metalmeccânica
Serra	UCS	Mecatrônica e Qualidade, Metrologia e Análise, Móveis, Agroindústria e Plásticos
Sul	FURG, UFPEL, UCPEL	Pesqueiro, Alimentos, Desenvolvimento Industrial
Vale do Taquari	UNIVATES, UFRGS, CIENTEC	Qualificação Laboratorial, Alimentos e Produção Primária
Vale do Rio Pardo	UNISC	Alimentos, Materiais e Meio Ambiente
Vale do Rio dos Sinos	UNISINOS, UERGS, FEEVALE, LASALLE, ESCOLA TÉCNIOCA LIBERATO VIEIRA DA CUNHA	Automação e Informática, Meio Ambiente e Biotecnologia, Couro e Calçados, Agropecuária e Agroindústria, <i>Design</i> , Energia e Telecomunicações
Vale do Caí	UCS, UNISC	Cerâmica, Floricultura, Fruticultura, Moveleira e de Combustíveis Renováveis (Carvão Vegetal)
Vale do Jaguarí	URI	Agropecuária Industrial, Engenharia e Saúde

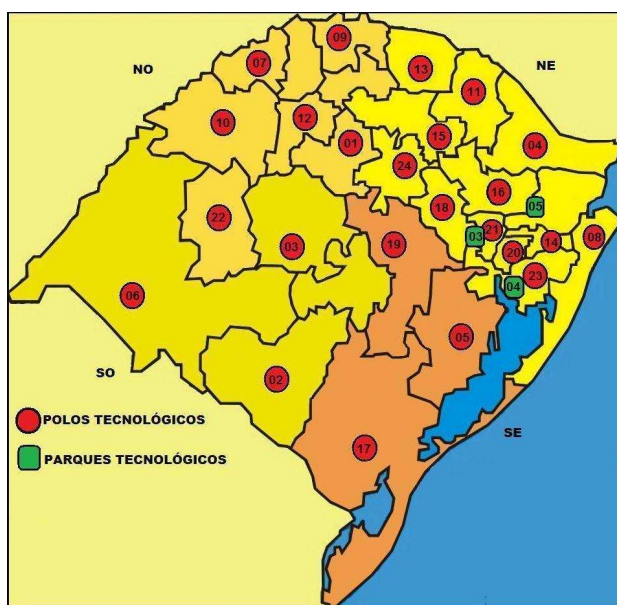
Parques Tecnológicos

Parques Tecnológicos são ambientes propícios ao desenvolvimento de empresas inovadoras, dotados de infraestrutura

adequada, trabalhando com programas que estimulam a sinergia entre poder público, meio empresarial e acadêmico. Atualmente, o Rio Grande do Sul conta com 14 Parques Tecnológicos credenciados. Desses, três são consolidados: TECNOPUC, TECNOSINOS e VALETEC.

Citam-se, como resultados alcançados pelo Programa, o apoio a 10 projetos submetidos à SCIT, no valor de R\$ 12 milhões: Parque Científico e Tecnológico do Vale do Taquari (TECNOVATES); Parque Científico e Tecnológico Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul (TECNOUNISC); Associação de Desenvolvimento Tecnológico do Vale dos Sinos (VALETEC); Parque Científico e Tecnológico do Planalto Médio; Parque Científico e Tecnológico do Mar (OCEANTEC); Parque Científico e Tecnológico da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (TECNO PUC); Parque Científico e Tecnológico da UFRGS; Parque Tecnológico São Leopoldo (TECNOSINOS); Parque Científico e Tecnológico do Pampa (PAMPATEC); Parque Eco-Tecnológico do Vale do Caí.

Polos e Parques Tecnológicos



Rede PETRO

A **Rede PETRO/RS** visa à articulação para o desenvolvimento de empreendimentos com foco nos setores de petróleo, gás e outras fontes de energia, com geração de oportunidades de negócios, emprego e renda. Os objetivos da Rede são: desenvolver tecnologia no Rio Grande do Sul adequada às necessidades das empresas do setor de petróleo, gás natural, energia e mineração; aproximar as empresas gaúchas dos centros de pesquisa locais e das agências de fomento, visando o desenvolvimento ou consolidação de tecnologia de ponta, com alto valor agregado para estas empresas; qualificar e equipar os centros de pesquisa gaúchos, principalmente através do desenvolvimento de pesquisa aplicada; ampliar

as possibilidades de mercado para as empresas gaúchas, obtendo-se o fortalecimento e diversificação dos negócios; desenvolvimento de recursos humanos para possibilitar o acesso ao mercado e atendimento das demandas tecnológicas. Os parceiros do Estado na Rede PETRO/RS são a FIERGS, o SEBRAE, a Associação RS Óleo e Gás e a AGDI.

As ações da Rede são de articulação do Poder Público/universidades/empresas como base para uma política de apoio à P&D; promoção de seminários técnicos para difusão de informações; promoção comercial como a participação em feiras setoriais; auxílio na busca de informações sobre demandas para o setor; e articulação de parcerias para cooperação nacional e internacional.

Os resultados alcançados em 2011 foram: cadastro de 50 novas empresas na Rede PETRO/RS, totalizando 520 empresas; realização de Rodada de Negócios em parceria com o SEBRAE, envolvendo mais de 200 empresas vendedoras e 20 compradoras; lançamento do laboratório de cadastro PETROBRAS – atendendo a aproximadamente 15 empresas por semana; ação de cadastro PETROBRAS, com inclusão de aproximadamente 20 empresas e no cadastro local de fornecedores; participação na Missão Comercial *Hannover Messe 2011*; participação na MERCOPAR 2011 – levando 26 empresas como expositoras em estande coletivo.

Inovar para Empreender

Destinado a potenciais inventores e empreendedores, o Programa **Inovar para Empreender** tem por objetivo promover um espaço público para apresentação de projetos de ciência, tecnologia e inovação que necessitam de orientação para seu desenvolvimento e implantação. A CIENTEC é parceira da SCIT no Programa, que tem como público-alvo inventores, empreendedores e empresários, e visa estimular o desenvolvimento de projetos tecnológico-inovadores para possibilitar a chegada ao mercado de projetos e produtos inovadores. Até o final de 2011, 23 projetos foram apresentados, e as principais áreas abordadas foram energia e meio ambiente.

Pró-Inovação

O objetivo do Programa **Pró-Inovação** é incentivar a inovação e a pesquisa científica e tecnológica em ambiente produtivo de empresas inovadoras instaladas no Rio Grande do Sul, visando contribuir para o desenvolvimento socioeconômico integrado e sustentável do Estado, a partir de incentivo fiscal. São parceiros a SEFAZ e SDPI. O novo Decreto do Programa foi assinado e publicado no Diário Oficial no dia 20 de dezembro de 2011, e a Resolução Normativa Pró-Inovação nº 4 foi publicada no dia 05 de janeiro de 2012.

Desde o início do Programa, em 2010, 18 cartas-consulta foram protocoladas, e duas empresas já começaram a usufruir do incentivo.

Municípios Digitais

O projeto **Municípios Digitais** visa à implantação de rede física de telecomunicações para o tráfego, em *ethernet* banda larga, de serviços públicos estaduais e municipais em municípios do Estado, viabilizando transmissões de dados, voz e imagem, para promover e ampliar a integração de sistemas, redes, equipamentos ou serviços nas áreas de educação, saúde e segurança. São parceiros: CEEE-GT, CEEE-D, PROCERGS e os municípios. O projeto está sendo desenvolvido nos municípios de Candiota, Camaquã e Piratini.

Incubadoras

A SCIT trabalha articuladamente com a Rede Gaúcha de Incubadoras de Empresas e Parques (REGINP) e Secretaria Nacional de Economia Solidária no diagnóstico das incubadoras no Estado. Um grupo de trabalho foi montado entre as três instituições, e reuniões periódicas são realizadas no intuito de atualizar a base de dados e articular estratégias para o setor.

Missões, Eventos e outras realizações

Durante o ano de 2011, a Secretaria da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico integrou algumas **Missões a países estrangeiros**:

- *Missão Uruguai*: teve por objetivo estreitar laços de cooperação econômica entre Brasil e Uruguai, com ênfase em projetos em comum entre o país vizinho e o Rio Grande do Sul, baseados em uma perspectiva de desenvolvimento territorial e integração dos Arranjos Produtivos Locais dos dois países. Como resultado da visita, o Estado recebeu o Diretor-Presidente do *Plan Ceibal* Uruguai, que participou do *Workshop* sobre o *Programa Um Computador por Aluno (UCA)* e *Inclusão Digital*, organizado pela SCIT. Na ocasião, foi elaborada uma proposta de minuta de protocolo de intenções entre Rio Grande do Sul e Uruguai, assinada em 29 de julho de 2011.

- *Missão Hannover*: missão de negócios à Feira Industrial de Hannover, com o objetivo de ampliar a prospecção de mercado e captação de conhecimentos nas diversas áreas da feira.

- *Missão Coreia do Sul*: a Missão teve como objetivo o fortalecimento das relações entre os dois países, o intercâmbio entre universidades gaúchas e coreanas e a apresentação do centro de competitividade da Indústria Naval coreana, em especial nas áreas de petróleo e gás. Como resultado da visita, o Estado recebeu uma comitiva liderada pelo vice-ministro da Educação, Ciência e Tecnologia da Coreia do Sul, que participou do *1º Fórum Brasil-Coreia do Sul*, organizado pela UNISINOS, e da *Reunião Brasil-Coreia do Sul*, em Porto Alegre, organizada pela SCIT. Foram formalizados acordos de cooperação educacional, científica e tecnológica com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A iniciativa prevê a concessão de até 75 mil bolsas em quatro anos. Na ocasião,

houve o lançamento do edital da FAPERGS do programa de bolsas de estudo no Instituto Pasteur da Coreia do Sul, destinando R\$ 100 mil para o convênio, que vai selecionar graduandos gaúchos para desenvolvimento de projetos de pesquisa aplicada na área das doenças negligenciadas.

- *Missão Países Escandinavos*: teve como objetivo a realização de visitas técnicas aos *habitats* de inovação e centros de pesquisa de grande relevância, localizados na região. Foram assinados termos de cooperação com parques tecnológicos europeus da Finlândia, Dinamarca, Suécia e Noruega.

Com foco na popularização da ciência, a Secretaria da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico promoveu, de 17 a 23 de outubro, a **Semana Estadual de Ciência e Tecnologia 2011**. Foram realizadas pelo menos 100 atividades em 33 cidades do RS. De acordo com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, o Rio Grande do Sul foi um dos quatro estados com maior número de municípios envolvidos no País.

A SCIT participa de algumas **câmaras temáticas** instaladas junto ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES-RS):

- *Câmara Temática Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico*, que tem como objetivo formular propostas para subsidiar a elaboração de uma política pública que contemple instrumentos, programas e iniciativas de apoio a esse segmento;

- *Câmara Temática Coureiro-Calçadista*, que sugeriu a reativação do Centro Integrado de Inovação em *Design*, medida que poderá consolidar o *design* como estratégia de inovação e competitividade para a região do Vale do Rio dos Sinos, onde está inserida parte das indústrias do setor coureiro-calçadista;

- *Câmara Temática Desenvolvimento da Região da Serra e Arranjos Produtivos Locais*, na qual a aplicação de recursos para desenvolvimento de Centro de Pesquisa, Homologação, Testes e Inovação para produtos e processos é uma das demandas.

O **Pacto pela Educação** tem como objetivo criar uma rede entre as instituições de ensino superior, federais e comunitárias, os institutos federais, a UERGS e o Estado, pela qualidade do ensino, inovação tecnológica, pesquisa e formação de professores, promoção do conhecimento e capacitação profissional, voltada para as vocações e cadeias produtivas locais, integrada à nova agenda de desenvolvimento do Estado. Em agosto de 2011, o Pacto foi assinado, com o intuito de promover o conhecimento, pesquisa e qualificação profissional direcionado a diversos públicos. Também foi lançada a *Rede RIOSUL* de pesquisa, pós-graduação e inovação, um protocolo de intenções entre 25 instituições de ensino superior e o Governo do Estado, visando o fomento de redes de pesquisa, pós-graduação e inovação. A primeira rede que será implantada será voltada a pesquisas na área de *Petróleo e Gás*. No início de novembro, a SCIT liberou R\$ 807.312 mil para o Colégio Estadual Protásio Alves, a

Escola Técnica Estadual Parobé, de Porto Alegre, e a Fundação Escola Técnica Liberato Salzano Vieira da Cunha, de Novo Hamburgo.

Fundação de Ciência e Tecnologia

A Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC) é uma fundação pública, vinculada à Secretaria da Ciência Inovação e Desenvolvimento Tecnológico do Estado do Rio Grande do Sul, criada em 1972, como sucessora do Instituto Tecnológico do Estado do Rio Grande do Sul (ITERS). A CIENTEC tem Sede no município de Porto Alegre e também possui um *Campus* no município de Cachoeirinha.

Atua no mercado realizando prestação de serviços tecnológicos para empresas públicas e privadas, órgãos públicos, associações, entidades e pessoas físicas, através da realização de ensaios, calibrações, consultorias, inspeções, pesquisa, desenvolvimento, extensão e informação tecnológica.

Através de projetos de pesquisa e desenvolvimento, a CIENTEC estuda e cria novos processos ou produtos que sejam de interesse da sociedade, da indústria local, ou que sejam estratégicos para o País, contribuindo, assim, para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul e do Brasil. Orienta indústrias e empresas para que ofereçam produtos de qualidade, testados e comprovados, através de processos ecologicamente corretos, economicamente viáveis, socialmente justos e culturalmente aceitos.

Ao longo de sua história, participou dos estudos que resultaram na implantação de dois grandes complexos industriais do Estado do Rio Grande do Sul: a Refinaria Alberto Pasqualini e o Polo Petroquímico de Triunfo. Na área de P&D, destacam-se o Programa de Carvão, que tornou a CIENTEC uma referência nacional; os projetos AGLOTEC, CICASOL e CICAL na área da construção civil; a Proteína Vegetal Texturizada, na área de alimentos; os estudos de impacto ambiental desenvolvidos para a CEEE, CRM e PETROBRAS; entre inúmeros outros.

A Fundação de Ciência e Tecnologia atua nas áreas de química, alimentos, meio ambiente, geotecnia, engenharia de edificações, materiais de construção civil, eletroeletrônica, tecnologia metal-mecânica, engenharia de processos industriais, incubadoras e extensão tecnológica e informação tecnológica. Realiza nessas áreas ensaios, calibrações, consultoria, extensão tecnológica, difusão de informações técnicas, incubação de empresas de base tecnológica, pesquisa desenvolvimento e inovação.

A CIENTEC implantou em 2011 o modelo de Gestão Participativa, que busca, de forma planejada, retomar o caminho do crescimento qualificado da Fundação. Através do Planejamento Estratégico, ficou estabelecido, sob a forma de *Diretriz Institucional*, o seguinte objetivo estratégico: aumentar a produção tecnológica e dar maior visibilidade à instituição. Em 2011, foram obtidos os resultados, quanto ao aumento de produção tecnológica, de incremento de 54,9% na produção de serviços tecnológicos prestados ao setor público (totalizando 32 mil serviços) e de 15% ao setor privado (48 mil serviços) em relação ao ano anterior. Foram

395 novos clientes no ano, com 2 mil pedidos atendidos e cerca de 14 mil laudos emitidos. No que diz respeito à divulgação institucional, foram obtidas 82 inserções na mídia, 168 atualizações da página da CIENTEC e 28 notícias divulgadas na página da SCIT.

Projetos em execução

A CIENTEC possui vários projetos em execução dentro de suas áreas de atuação, entre os quais podem ser citados:

- *Agroenergia Industrial* – Consolidação de Projeto Estruturante do Sistema Estadual de C&T no RS através da produção de biodiesel, do desenvolvimento de tecnologias para o aproveitamento dos coprodutos e caracterização e controle de qualidade dos insumos e produtos e qualificação de recursos humanos no setor;

- *ALFACOMB* – Modernização e complementação da infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento vinculada à área de energia e meio ambiente da CIENTEC, compreendendo ações nos laboratórios de combustão e gaseificação, voltados para a pesquisa de conversão de carvão e biomassas, bem como para a prestação de serviços analíticos, consultoria e extensão tecnológica para o setor termoeletrico;

- *Leito Fluidizado Circulante (LFC) e Combustão de Carvão em Leito Fluidizado Circulante* – Construção de planta-piloto de combustão em leito fluidizado circulante para caracterizar e testar a combustão de carvões brasileiros aplicados à geração termoeletrica;

- *Oxicombustão* – Estudo de duas alternativas sustentáveis para geração de energia: a primeira, visando o desenvolvimento do conceito *oxy-fuel* para o processo de combustão em leito fluidizado; a segunda, a co-combustão de carvão mineral e biomassa. Ambas as alternativas buscam a diminuição das emissões gasosas, principalmente gás carbônico, que são causadoras do efeito estufa;

- *Pró-Carvão* – Identificação, qualificação e quantificação de carvão mineral para utilização em usinas termelétricas;

- *Sisnavega – Desenvolvimento de um Sistema de Governo para Embarcações* – Tem por objetivo desenvolver, construir e testar um Sistema de Governo (controle e operação) para Embarcações e Navios, composto de diversos subsistemas eletrônicos integrados (unidade de comando no passadiço; do timão; de realimentação de ângulo do leme; indicadores e repetidora da posição do ângulo do leme; bússola eletrônica sem partes móveis; repetidores da bússola; receptor de GPS; piloto automático; alarmes de falha; atuador eletrônico para controle de motores; medidor de força aplicadas na propulsão e fontes de alimentação de energia);

- *SINERGIA – Modernização e Complementação de Infraestrutura* – Melhoria de infraestrutura em pesquisa e desenvolvimento, análises, testes e ensaios dos laboratórios do

Departamento de Engenharia de Processos e Química, associados às áreas de energia e meio ambiente;

- *QUALITEC – Qualificação do Laboratório de Interferência Eletromagnética, Consolidação dos Serviços Tecnológicos do Laboratório de Interferência Eletromagnética* – Visa expandir e consolidar a infraestrutura de serviços tecnológicos do Laboratório de Interferência Eletromagnética (LIEM), de modo a permitir o aumento de escopo de ensaios de acreditados junto ao INMETRO e a ampliar o atendimento das demandas oriundas do Programa Brasileiro de Avaliação da Conformidade (PBAC);

- *Semicondutores – Capacitação da Rede TSQC* – Capacitação de instituições integrantes da Rede de Tecnologia e Serviços de Qualificação e Certificação em Tecnologia da Informação (Rede TSQC), para realizar ensaios de avaliação de componentes eletrônicos, considerando as especificações regionais do País;

- *SEBRAETEC – Contrato de Cooperação Técnica e Financeira com o SEBRAE/RS* – Prestação de serviços de atendimento às micro e pequenas empresas através dos produtos disponibilizados pelo SEBRAE/RS. Os principais produtos constam de Consultorias, através dos Projetos *Prumo/RS – Alimentos* e *PROIN – Programa Nacional de Apoio Tecnológico à Exportação e Bônus Metrologia*. O objetivo do Bônus Metrologia é propiciar às micro e pequenas empresas o acesso aos serviços disponíveis nos laboratórios reconhecidos junto à Rede Metroológica e/ou acreditados pelo INMETRO. Os serviços se referem à calibração, às análises, aos testes e aos ensaios em produtos e processos. Para uso do Bônus Metrologia, a CIENTEC dispõe de 13 laboratórios reconhecidos junto à Rede Metroológica e/ou acreditados pelo INMETRO;

- *INTERLAB 2011-2012 I – Ensaios de Proficiência na Área de Alimentos* – Programa de Ensaios de Proficiência, na área de ensaios químicos em alimentos, realizado pela CIENTEC através do Laboratório de Química de Alimentos do Departamento de Química, desde novembro de 1987. Ele é executado segundo os requisitos estabelecidos pelas normas “ABNT ISO/IEC Guia 43-1, Rio de Janeiro, 1999”; “NBR ISO/IEC 17025, Rio de Janeiro, 2005”; “ISO 13528:2005(E), First edition 2005-09-01”; “INMETRO Norma nº NIT/DICLA-026: Rev.02 - Junho 2003” e “ANVISA – Proc. GGLAS nº 02/43, 2ª ed., Brasília. 2002”.

Rede SIBRATEC

- *Compatibilidade Eletromagnética* – A Rede está apta a oferecer os seguintes serviços com confiabilidade: calibração de equipamentos usados nos ensaios de compatibilidade eletromagnética e maior escopo de ensaios eletromagnéticos para atender as demandas das empresas;

- *Tecnologia da Informação e Comunicação* – A Rede está apta a oferecer os seguintes serviços com confiabilidade: prover rastreabilidade aos processos compulsórios e voluntários de

certificação de produtos; calibrações necessárias em novas tecnologias presentes em equipamentos, instrumentos e produtos desenvolvidos pelo mercado atual de TIC; e ensaios funcionais, de desempenho, de interoperabilidade e de interferência eletromagnética, no que tange aos equipamentos de TIC, sobretudo TV e comunicadores digitais sem fio e equipamentos associados;

- *Produtos para a Saúde* – Tem como objetivo ampliar, modernizar e integrar as Instituições que compõem a Rede, atendendo às demandas estratégicas do País, indicadas pelos órgãos do Governo responsáveis pela definição dos focos prioritários nacionais e pela regulamentação dos produtos do setor. Também visa o apoio ao setor produtivo e aos órgãos de regulamentação, ANVISA e INMETRO, ofertando serviços tecnológicos de avaliação, certificação e desenvolvimento de melhorias de produtos e processos, para atender as demandas estratégicas do País, provendo mecanismos de garantia e de qualidade e confiabilidade, superando barreiras técnicas e aumentando a competitividade das empresas, ampliando a base normativa nacional;

- *Produtos e Dispositivos Eletrônicos* – A Rede está apta a oferecer os serviços de avaliação da conformidade de processos de montagem de placas de circuitos impressos e requisitos ambientais, avaliação da conformidade de componentes eletrônicos e realização de ensaios em equipamentos eletrodomésticos e de tecnologia da informação;

- *Rede Nacional de Análises de Alimentos (RENALI)* – Ampliação da oferta de serviços tecnológicos em análises físico-químicas e microbiológicas para alimentação.

Projetos em Extensão Tecnológica

- *PROIN – Programa de Assistência e Serviços Tecnológicos à Indústria*. Programa de Assistência à Micro e Pequena Empresa, objetiva proporcionar um adequado apoio tecnológico a um conjunto de micro e pequenas empresas do parque fabril gaúcho. Tal apoio se refere à adequada implementação da qualidade de produtos e processos produtivos, assim como do custo operacional, gestão, produção e comercialização através dos atendimentos. Com essa ação, pretende-se elevar a qualidade tecnológica destas empresas, aumentando a competitividade e o potencial de inovação;

- *SIBRATEX – SIBRATEC Extensão* – Extensão tecnológica em rede para apoiar o parque industrial gaúcho, envolvendo transferência de recursos financeiros da FINEP ao Núcleo Regional do Instituto Euvaldo Lodi no Estado do Rio Grande do Sul (IEL-RS) para a execução do Projeto intitulado “Rede de Extensão Tecnológica SIBRATEC-RS”, vinculada ao Sistema Brasileiro de Tecnologia (SIBRATEC), com o objetivo de promover assistência especializada ao processo de inovação às micro, pequenas e médias empresas gaúchas de modo a torná-las mais competitivas no mercado globalizado.

Prestação de serviços tecnológicos ao setor privado

- Solicitação de credenciamento da CIENTEC como Instituição Técnica Avaliadora, junto ao Sistema Nacional de Avaliações Técnicas, dentro do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do *Habitat* (PBQP-H), ligado ao Ministério das Cidades, para o atendimento da demanda advinda da indústria da construção civil;
- Credenciamento da CIENTEC pela Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio para execução de ensaios de controle da qualidade de produtos de origem animal para a Coordenação de Inspeção de Produtos de Origem Animal (CISPOA);
- Caracterização geotécnica de materiais para a ITAIPU BINACIONAL;
- Realização da dosagem do concreto utilizado na fabricação das torres pré-moldadas de aerogeradores de parques aeólicos na fábrica da Wobben, no Rio Grande do Norte.

Ações de Interação com órgãos públicos estaduais

- Assinatura de termo de cooperação técnica com a Secretaria das Obras Públicas e com a Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento;
- Participação na força-tarefa, instituída pelo Poder Executivo Estadual, realizando a verificação da qualidade de aproximadamente 2.000 km de pavimentação de rodovias do *Programa Emergencial para Manutenção de Rodovias Estaduais Pavimentadas*;
- Verificação da profundidade das estacas da Ponte sobre o Rio Jacuí – Rodovia RSC-287 (Ponte de Agudo), por demanda do Tribunal de Contas do Estado (TCE);
- Avaliação técnica das obras de concretagem dos taludes do Arroio Dilúvio (Porto Alegre) por demanda do Tribunal de Contas do Estado (TCE);
- Projeto arquitetônico e estrutural de escola emergencial, utilizando painéis de argamassa armada modular, por demanda da Secretaria Estadual da Educação;
- Avaliação da qualidade dos produtos de origem animal para a Coordenadoria de Inspeção de Produtos de Origem Animal (CISPOA), demandado pela Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio;
- Avaliação da qualidade de produtos adquiridos pelo Estado por demanda da Central de Compras (CECOM) e elaboração de minuta de convênio entre CIENTEC e CECOM para definição de uma política para avaliação da qualidade de produtos adquiridos pelo Estado;
- Atendimento da demanda de serviços de inspeção e recebimento de materiais de saneamento para a CORSAN;

- Atendimento da demanda de serviços de verificação da qualidade de obras do Estado oriundas da Lei nº 6.719/1974 (Lei do 1%) para o DAER, CORSAN, CEEE, Tribunal de Justiça do Estado, SUSEPE, Secretaria Estadual da Saúde, Secretaria Estadual da Fazenda;
- Trabalhos de consultoria em restauração de prédios públicos para a Secretaria Estadual da Fazenda e para a Prefeitura Municipal de Porto Alegre;
- Caracterização de amostras de resíduos sólidos urbanos para o Departamento Municipal de Limpeza Urbana;
- Caracterização de testemunhos de sondagem de carvão fóssil para a CRM;
- Renovação do Termo de Convênio entre a CIENTEC, o Estado do RS (Secretaria de Segurança Pública), Ministério Público Federal, Ministério Público do RS, Polícia Federal, INMETRO/RS e Refinaria Alberto Pasqualini, para a execução de ensaios de caracterização de combustíveis automotivos, visando a coibição de adulteração de combustíveis.

Interação com órgãos federais

- Parceria com o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) para execução de análises químicas para pré-qualificação de águas minerais e monitoramento anual da qualidade das águas minerais;
- *COMGAS – Infraestrutura e Modernização do Laboratório de Gaseificação*: Termo de cooperação que tem como objeto a participação da PETROBRAS na melhoria da infraestrutura e modernização do laboratório de gaseificação nas instalações da CIENTEC, visando à capacitação da mesma para realização de pesquisas, testes e estudos;
- *CGTEE – Termo de Cooperação Técnica entre a CIENTEC e a CGTEE* – Tem por objetivo instituir e reger os trabalhos técnico-científicos entre as partes visando à avaliação da aplicação do processo de combustão em leito fluidizado, desenvolvido pela CIENTEC.

Planos para 2012

Para o ano de 2012, a CIENTEC pretende, na área administrativa, revisar o Plano de Carreira da instituição, contratar os aprovados no último concurso e realizar novo concurso, incrementar a divulgação institucional, melhorar a gestão de processos e implantar programa de integração entre as áreas técnica e administrativa.

Quanto à área de produção, a CIENTEC irá estabelecer ações conjuntas com órgãos públicos estaduais, ampliar a produção tecnológica (serviços e extensão tecnológica e PD&I) ao setor produtivo, melhorar e adequar os serviços tecnológicos e criar mecanismos que incentivem a

inovação tecnológica, estimular propostas de projetos de pesquisa (PD&I) e de cooperação técnica nas áreas estratégicas (Energia e fontes renováveis, Novos materiais, Insumos para saúde e Indústria naval e oceânica).

Também estão previstos a ampliação da parcela de recursos de faturamento em serviços tecnológicos aferidos no ano anterior aplicada no Programa Anual de Treinamento (PAT); a elaboração de diagnóstico e plano de ações da área de Tecnologia da Informação e Comunicação, para os próximos quatro anos, visando solucionar as deficiências e problemas encontrados; a ampliação do suporte aos incubados; a participação nas ações transversais do Programa de Inovação e Competitividade da Indústria Naval e Oceânica e do Programa de Inovação e Competitividade em Energias Renováveis e, ainda, a obtenção de habilitação como Instituição Técnica Avaliadora no Sistema Nacional de Avaliação Técnica.

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) foi criada pela Lei nº 4.920, de 31 de dezembro de 1964, com a finalidade de ser uma agência de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico do Rio Grande do Sul, de acordo com as políticas fixadas para o setor. Vinculada à Secretaria de Estado da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico (SCIT), é mantida por recursos do Tesouro do Estado, conforme Lei nº 9.103 de agosto de 1990, e recursos provenientes de convênios ou de parcerias.

Dentre as principais realizações da instituição no ano de 2011, destacam-se:

Bolsas

- *Bolsa de Iniciação Científica Institucional (PROBIC)*: visa estimular o envolvimento de alunos de graduação em pesquisa. Foram financiadas 1.850 bolsas PROBIC, com um total investido de R\$ 7,9 milhões.

- *Bolsa de Iniciação Tecnológica Institucional (PROBIT)*: visa o envolvimento de alunos de graduação no desenvolvimento tecnológico. Foram financiadas 100 bolsas PROBIT, com um total investido de R\$ 432mil.

Auxílio à pesquisa

- *Auxílio Recém Doutor (ARD)*: visa facilitar a inserção de doutores com menos de três anos de formação, proporcionando condições para o desenvolvimento da pesquisa, sendo também conhecida como bolsa enxoval. Foram atendidos 144 projetos com um investimento de R\$ 2.782.930,00.

- *Programa Pesquisador Gaúcho (PqG)* (semelhante ao universal do CNPq): busca apoiar atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação em todas as áreas do conhecimento. Foram aprovados 197 projetos com um total investido de R\$ 7.605.255,77.

- *Auxílio à Organização de Eventos (AOE)*: tem como objetivo oportunizar a realização de eventos científicos organizados no Rio Grande do Sul, promovendo o intercâmbio entre pesquisadores. Foram atendidos 136 eventos, com um total de investimento de R\$ 1.400.000,00.

- *Programa de Núcleos Emergentes (PRONEM)*, em convênio com o CNPq: visa apoiar as atividades de pesquisa científica, tecnológica e inovação em todas as áreas de conhecimento para pesquisadores com menos de 15 anos de doutorado, sendo apoiados 60% pelo CNPq e 40% pela FAPERGS. Foram contemplados 60 projetos, com um investimento total de R\$ 12,5 milhões.

- *Auxílio Participação Eventos (APE)*: destina-se a apoiar pesquisadores doutores, com expressiva produção científica, tecnológica, artística ou cultural, avaliada por seu currículo, a participar em eventos científicos, nacionais e no exterior, com apresentação de trabalhos. Foram contemplados 182 pesquisadores, com um investimento total de R\$ 464.679,54.

No mês de novembro de 2011, foi realizado o seminário de avaliação de andamento dos projetos contemplados no edital *Programa de Pesquisa para o SUS-PPSUS* (FAPERGS/Ministério da Saúde/CNPq). Participaram 12 avaliadores e 41 pesquisadores – coordenadores dos projetos.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) assinaram acordo de cooperação técnico-científica com vistas ao fortalecimento da pós-graduação gaúcha. Através do convênio CAPES/FAPERGS serão lançados 10 editais incluindo bolsas de mestrado, doutorado e pós-doutorado, programas de fomento à pesquisa e programas de internacionalização da pós-graduação. Serão mantidos os editais PROBIC, PROBIT, ARD, PqG, AOE e APE.

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS)

A Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), criada pela Lei nº 11.646/2001, passou a ser vinculada à Secretaria da Ciência e Tecnologia (SCT), atualmente denominada Secretaria da Ciência, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico (SCIT), a partir do Decreto nº 46.542, de 06 de agosto de 2009. A lei de criação possibilitou a estruturação da universidade, que, hoje, possui 24 unidades distribuídas no Rio Grande do Sul.

O ano de 2011 representou um marco na história da Universidade, por se constituir no primeiro ano de gestão da reitoria eleita, democraticamente, pela comunidade universitária da UERGS e pela busca da institucionalização da Universidade, mediante implementação dos processos de gestão participativa da instituição. Esse processo caracterizou-se como um período de transição: momento de renovação, planejamento, mudanças, enfrentamentos e também, realizações.

A UERGS foi chamada a participar do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, através do Grupo de Trabalho do Pacto Gaúcho pela Educação; do Fórum Permanente de Formação Continuada de Professores do Estado e do Fórum Estadual de Educação, o que a insere e legitima na composição das diretrizes do ensino superior no Rio Grande do Sul.

A Universidade preencheu, através de autorização do Governo do Estado, 23 vagas de docentes aprovados em concursos realizados em anos anteriores, além de realizar processo seletivo para contratação de sessenta professores em caráter temporário, a fim de atender a demandas dos formandos, os quais serão substituídos por professores efetivos, no prazo de, no máximo, 12 meses. Além disso, foi autorizada pelo Governo do Estado a realização de concurso público para provimento de 17 vagas para o Corpo Técnico e de Apoio Administrativo da Universidade.

Através de convênio com o Governo do Estado e FDRH, a UERGS participa da Rede Escola de Governo, mediante a Coordenação do Programa *Gestão Pública e Democracia*. Uma das propostas dessa parceria prevê a execução de Curso de Especialização com o mesmo título. Em perspectiva semelhante, participa como parceira da Secretaria Estadual de Saúde, da Rede Educa Saúde e da Escola de Saúde Pública (ESP) na proposição de dois cursos de Especialização.

Participou, também, através de termo de cooperação com a prefeitura do Município de Novo Hamburgo, entidades de ensino e empresas privadas, de grupo de estudos para criação de um Centro de Inovação e Tecnologia na região.

Do ponto de vista acadêmico, a Universidade quase triplicou o número de bolsas ofertadas aos estudantes de graduação, atingindo o número de 89 bolsas de iniciação científica, tecnológica e inovação. Além dessas, são ofertadas bolsas em parceria com o MEC-SECADI (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão) e CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), através do Programa de Incentivo à Docência (PIBID) e Observatório Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Conforme deliberação da Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABREM), a UERGS instalou o Núcleo Estadual do Observatório, o qual coordena, articulando rede de estudos e pesquisas no Estado.

Em julho de 2011, ocorreu a realização de Aula Magna e demais eventos comemorativos aos 10 anos de criação da UERGS, no Auditório Dante Barone da Assembleia Legislativa com a presença de autoridades, além de professores, funcionários e acadêmicos da Universidade.

Em 2011, foram instalados o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONEPE), as Comissões Centrais da Superintendência de

Planejamento e da Pró-Reitoria de Administração. Teve início, também, a instalação dos Conselhos Consultivos Regionais, que se constituem em instâncias de participação da comunidade acadêmica e externa à UERGS. Além disso, foram reinstaladas a Comissão Própria de Avaliação (CPA) e a Comissão de Ética da Universidade.

Com o objetivo de desencadear o processo de discussão e elaboração do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), foi realizado um *Encontro Geral dos Fóruns de Áreas* e realizadas visitas aos sete *Campi* Regionais. Esses momentos contaram com a participação de docentes, discentes e técnicos de apoio e administrativos da UERGS.

Entre os eventos realizados, destacam-se o *1º Salão Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão (SIEPEX)*, ocorrido na Unidade da UERGS em Santa Cruz do Sul, reunindo um grande número de acadêmicos e outras instituições de ensino superior do Estado.

Além disso, foi retomado o diálogo com os movimentos sociais, através de uma série de reuniões que culminaram no *Seminário Integrador entre a Universidade, a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos e os Movimentos Sociais*, a fim de traçar diretrizes para a implantação de um Observatório Estadual dos Movimentos Sociais na UERGS. Nesse momento, foi constituído um Grupo de Trabalho que está elaborando o Projeto.

Outro aspecto que merece destaque é o avanço das negociações, junto ao Governo do Estado, do Plano de Empregos, Funções e Salários dos servidores da Universidade, o que contribui ainda mais para a valorização e fixação tanto do corpo docente, como do Corpo Técnico e de Apoio Administrativo.

A Universidade vem definindo a situação de infraestrutura das unidades, junto ao Governo do Estado, visando à doação de área e prédios em definitivo ou a sessão de uso por 20 anos ou mais. Assim, existe a perspectiva de que, durante o primeiro semestre de 2012, várias unidades estejam aptas a reformas e/ou construção, mediante recursos federais que auxiliarão na construção, reforma e implantação de laboratórios.

O orçamento da Universidade para o ano de 2012, contemplando um aumento de cerca de 30% em relação aos valores de 2011, prevê a execução dos Programas de Assistência Acadêmica (R\$ 1 milhão), de Pesquisa e Pós-Graduação (R\$ 800 mil) e de Extensão (R\$ 800 mil), aumentando a perspectiva de realizações para o ano de 2012.

